



ANUÁRIO
COLÓQUIOS DA LUSOFONIA
ANO 2015
ESTUDOS LUSÓFONOS
LÍNGUA E LITERATURA

EDIÇÃO AICL / CHRYS CHRYSTELLO ©2001-2016

PROJETO DO ANUÁRIO / ANTOLOGIA DOS COLÓQUIOS

Dentre as conclusões do 13º colóquio da lusofonia (Florianópolis 5-9 abril 2010) salienta-se a 22ª:

Malaca Casteleiro sugeriu que em cooperação com a Academia Brasileira de Letras, Academia Galega da Língua Portuguesa, Universidades, Politécnicos e outras instituições se valorizem as publicações de trabalhos das Atas / Anais, fazendo-se um / a Anuário / Antologia em edição conjunta para diversos países e regiões em formato de papel, selecionadas por um júri científico a nomear. Analisada esta proposta e dadas as muitas centenas de trabalhos apresentados ao longo destes anos e constantes das Atas / Anais, sugeriu-se o seguinte:

1º. Nomear Evanildo Bechara, Malaca Casteleiro e Ângelo Cristóvão representando as três Academias, para o júri científico que irá analisar as obras a publicar em Anuário / Antologia.

2º. A fim de evitar trabalho excessivo por parte dos membros do júri, o Presidente da Comissão Executiva, com o apoio dos escritores Cristóvão de Aguiar e Vasco Pereira da Costa fez uma seleção prévia das mais de 600 apresentações de trabalhos para enviar ao júri, que deliberou quais as obras merecedoras de constarem, pelo seu valor científico e outros, na referida Antologia / Anuário.

3º. Designa-se como editor da obra a Calendário das Letras (Francisco Madruga) que preparará a edição em escrita unificada de acordo com o 2º protocolo modificativo do Acordo ortográfico.

4º. O custo da edição será suportado pelas entidades que assinaram protocolos com os colóquios mais a Academia Brasileira de Letras e a Academia Galega da Língua Portuguesa, sendo uma edição conjunta dos Colóquios da Lusofonia com a chancela daquelas duas Academias.

5º. A edição e distribuição no Brasil poderiam ser efetuadas pela própria Academia Brasileira a fim de evitar custos de transporte.

6º. A distribuição em Portugal e Galiza da obra editada ficaria a cargo da editora e das entidades com as quais os Colóquios têm convénio de cooperação, as quais teriam o respetivo crédito na capa / contracapa da obra.

7º. A obra seria publicamente divulgada num dos próximos colóquios

8º. Considerando a dificuldade de estabelecer uma metodologia capaz de selecionar entre mais de seiscentas obras apresentadas desde o 1º ao 13º colóquio para constarem da publicação do Anuário / antologia representativo da variada gama de temas e subtemas em discussão ao longo dos anos decidiu-se:

a. Excluir da pré-seleção de 132 trabalhos todas as obras que foram objeto de publicação em Atas / Anais na forma de livro.

b. Incluir apenas as que ainda não haviam sido publicadas em Atas / Anais na forma de livro

c. Foram critérios primários de seleção a escolha de obras que pudessem refletir a variedade de temas em debate e a orientação geral dos colóquios da lusofonia relativamente a TRADUÇÃO, LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA, ACORDO ORTOGRÁFICO 1990, QUESTÕES E RAÍZES DA LUSOFONIA, AÇORIANIDADES E INSULARIDADES, AUTORES AÇORIANOS, LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO E SEU RELACIONAMENTO COM CRIoulos E OUTROS IDIOMAS

d. Nenhum autor poderia ter mais do que um trabalho na seleção final

e. Os temas apresentados teriam de ser inovadores ou revelar facetas menos conhecidas e divulgadas dos temas que debatiam nos anos em que não se publicaram Atas em livro.

f. Cada colóquio teria de ter, pelo menos, uma obra selecionada entre as que foram apresentadas

g. Os temas apresentados deveriam poder servir para divulgar o caráter abrangente das nossas temáticas e das nossas preocupações com a preservação e fortalecimento da língua portuguesa falada e trabalhada em todos os pontos do mundo, independentemente de ser língua oficial desses países ou comunidades

h. Findo este processo escolheram-se 25 autores e obras para publicar numa versão em papel do Anuário / Antologia, que propusemos às 3 Academias da Língua Portuguesa.

9º. Posteriormente e dados os custos elevados da edição a direção da AICL decidiu não publicar e colocar duas versões em linha no portal www.lusofonias.net, uma completa e outra, uma edição reduzida com as obras selecionadas que era a versão que se queria editar em papel. Em 2016 decidimos colocar ANUÁRIOS organizados por ano. Esta é a versão completa do ano de 2015.

O Presidente da Direção - AICL, Colóquios da Lusofonia,

J. CHRYS CHRYSTELLO



ÍNDICE DO 24º E 25º COLÓQUIOS

ÍNDICE 24º COLÓQUIO 2015 27-31 março 2015 Fundação (Castelo Branco - Serra Da Estrela - Portugal) ISBN 978-989-8607-05-8

ÍNDICE 25º COLÓQUIO 2015 Santa Cruz da Graciosa 24-27 setembro 2015 ISBN 978- 989-8607-06-5

LISTA ORADORES 24º COLÓQUIO

NOME	INSTITUIÇÃO	TEMA E TÍTULO
1. ALEXANDRE LUÍS	UBI -UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR / AICL, PORTUGAL	2.9. AFONSO DE ALBUQUERQUE E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO / IMPÉRIO PORTUGUÊS DA ÍNDIA
2. ALMIRANTE ANTº REBELO DUARTE	INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO REPRESENTA PROF. ADRIANO MOREIRA, LISBOA, PORTUGAL	2.1. A CPLP, UMA COMUNIDADE À PROCURA DE UM CAMINHO
3. ANA RITA CARRILHO	UBI -UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, PORTUGAL	2.5. O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EUROPA: PORTUGAL E POLÓNIA.
4. ANTIA CORTIÇAS LEIRA	ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE PORTUGUÊS, GALIZA	2.1 <u>CONTRIBUTOS PARA O ENSINO, APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DO PORTUGUÊS NA GALIZA / SESSÃO AGLP</u>
5. CARLA SOFIA LUÍS	UBI / AICL - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, PORTUGAL	2.1. A ESCRITA DE JOSÉ LEÓN MACHADO: O CASO DAS OBRAS <i>MEMÓRIA DAS ESTRELAS SEM BRILHO</i> E A <i>VENDEDORA DE CUPIDOS</i> .
6. CHRYS CHRYSTELLO	AICL / AGLP, AUSTRÁLIA / AÇORES	2.4. HISTORIAL DA AICL 3.1. AÇORIANIDADES: CANTO DOS AÇORES, OS POEMAS
7. CONCHA ROUSIA	AGLP, AICL, GALIZA	2.7. LÍNGUA MATERNA E PSICOTERAPIA Sessão das Academias
8. EVANILDO BECHARA	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL) / AICL, RIO, BRASIL	SESSÃO DAS ACADEMIAS
9. JOÃO MALACA CASTELEIRO	ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL) / AICL, PORTUGAL	SESSÃO DAS ACADEMIAS
10. JOÃO MARINHO DOS SANTOS	UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL	2.9. CRISES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NA ÉPOCA MODERNA
11. JOSÉ BARBOSA MACHADO	UTAD, VILA REAL, PORTUGAL	2.2. DICIONÁRIO DOS PRIMEIROS LIVROS IMPRESSOS EM LÍNGUA PORTUGUESA (1488-1499)
12. JOSÉ MANUEL BARBOSA	AGLP, GALIZA	2.1. ALGUMAS NOTAS SOBRE A ETIMOLOGIA DE OURENSE
13. JOSÉ ROSA,	BC / UBI - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, PORTUGAL	2.4. <i>ESTAR EM DIÁSPORA'</i> : UM MODO DE <i>SER</i> PORTUGUÊS.
14. LUCIANO PEREIRA	ESE-SETÚBAL – IP SETÚBAL / AICL, SETÚBAL, PORTUGAL	3.1.1. A BÉLGICA NA POESIA DE NEMÉSIO
15. MANUEL CÉLIO DA CONCEIÇÃO	UNIVERSIDADE DO ALGARVE, PORTUGAL	2.2. LÍNGUA PORTUGUESA E CIÊNCIA: QUE COMPROMISSOS?
16. Mª SEOANE DOVIGO	AGLP / AICL, GALIZA	2.1. O PERFUME DA FLOR SILVESTRE: USO DE NOMES DE LUGAR EM POETAS GALEGOS, IRLANDESES E AFRICANOS”
17. PERPÉTUA SANTOS SILVA	IP SANTARÉM / AICL, SANTARÉM, PORTUGAL	2.1. ESTUDANTES DE PORTUGUÊS EM MACAU E PRÁTICAS CULTURAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

18. RAÚL GAIÃO	AICL, LISBOA, PORTUGAL	3.2. AÇORIANOS EM MACAU – D. JOSÉ DA COSTA NUNES: CEM ANOS DA REVISTA “ORIENTE”
19. ROLE KEMMLER	UTAD / AICL, VILA REAL / ALEMANHA	3.3. A POPULAÇÃO DE S. MIGUEL EM A <i>WINTER IN THE AZORES AND A SUMMER AT THE BATHS OF THE FURNAS (1841)</i>
20. SUSANA TELES MARGARIDO	CONVIDADA AICL - DSS, AÇORES	3.1.2. A LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO 3.1.2. MUNDOS MARAVILHOSOS: ALGUNS CONTOS DE SOPHIA
21. URBANO BETTENCOURT	CONVIDADO AICL, E S ANTERO DE QUENTAL, PDL, AÇORES	3.1. SER ESCRITOR NOS AÇORES 3.1.1. JOSÉ MARTINS GARCIA - A LINGUÍSTICA VAI À GUERRA
22. XURXO FERNÁNDEZ CARVALHIDO	ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE PORTUGUÊS, GALIZA	2.1. PRESENTE E FUTURO DO ENSINO DO PORTUGUÊS NA GALIZA. / SESSÃO AGLP

TRABALHOS

1. ALEXANDRE LUÍS - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR



ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS

SEIA 2014

GALIZA 2012



1. RESUMO

Abordar a formação do Estado / Império Português da Índia implica necessariamente, embora não só, olhar para o papel exercido por alguns altos dirigentes, com especial destaque para o vice-rei D. Francisco de Almeida (1505-1509) e o governador Afonso de Albuquerque (1509-1515). Em relação a Almeida, refira-se, no entanto, que o seu desempenho / legado nem sempre recebeu a devida atenção por parte da historiografia.

Felizmente, os estudos mais recentes têm vindo a corrigir essa situação, permitindo, por exemplo, elucidar com maior profundidade a natureza das divergências que subsistiam entre os dois mencionados cabos-de-guerra e frisar até que ponto a intervenção pioneira do primeiro acabou por alumiar a atuação do segundo.

Contudo, este ato de justiça, digamos assim, não esconde que o sucessor de D. Francisco de Almeida, o enérgico Afonso de Albuquerque, apelidado de *Leão dos Mares* pelo xá da Pérsia, ocupou um lugar único na nossa expansão asiática, não somente pela correspondência relevante que deixou ou pelo seu estatuto de comandante militar de eleição, circunstância devidamente ilustrada pela conquista de várias “cidades-mundo” do Índico (que percecionava na sua globalidade), fracassando, todavia, em Adén, mas também pelo seu labor e pragmatismo nas esferas administrativa e diplomática.

Na verdade, foi o condutor de uma grande estratégia e muitos recordarão até o seu protagonismo em matéria de colonização europeia, sobressaindo, desde logo, a sua política de incentivos a casamentos entre portugueses e nativas. Sublinhe-se, naturalmente, a nova sociedade que fez nascer na sua querida Goa. Por outro lado, esclareça-se que Albuquerque, que ajudou, sem dúvida, a edificar um autêntico império marítimo na Ásia, era igualmente um apoiante do imperialismo messiânico manuelino, sonhando, portanto, com o derrube do Islão e a reconquista cristã de Jerusalém.

Ora, aproximando-se os 500 anos da morte de Afonso de Albuquerque, já que faleceu a 16 de dezembro de 1515, e por constituir uma das figuras mais marcantes da História de Portugal e da Época da Renascença, decidimos que faria todo o sentido revisitar, ainda que de forma sucinta, a sua ação no Oriente, onde o ensino da língua portuguesa não foi, de resto, esquecido pelo governador, bastando lembrar que, em 1512, na primitiva escola de Cochim, fundada por ele, cerca de 100 meninos aprendiam português por cartinhas despachadas com esse fim pelo rei D. Manuel.

Aliás, não olvidemos que, dos séculos XVI a XVIII, o português servirá de “língua franca” nos portos do Oceano Índico.

O ano de 1505 marcou, sem dúvida, o fim da fase propedêutica no tocante ao relacionamento entre Portugal e o Oriente, já que passou a corresponder a um ponto de viragem mediante a nomeação de D. Francisco de Almeida como primeiro vice-rei da Índia. A partir de então, o monarca português ficou a ser representado no universo Índico pela autoridade permanente de um vice-rei / governador, o qual, por seu turno, formava o coração de um conjunto próprio de dignitários e de órgãos de soberania e administração. Adiante-se que, atualmente, muitos dos mais consagrados historiadores apontam para “*a ideia de que foi com D. Francisco de Almeida que o*

¹ O presente trabalho, apresentado no *XXIII Colóquio da Lusofonia*, organizado pela AICL, Câmara Municipal do Fundão e UBI, constitui, no essencial, uma síntese de alguns apontamentos que integram o capítulo nono, ponto dois, da nossa tese de doutoramento, intitulada *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

chamado «Estado Português da Índia» surgiu como uma entidade político-administrativa minimamente estruturada, assente numa relativa estabilidade do seu corpo social” (Silva, 1996: 132).

As condições existentes no enunciado recinto levaram o rei de Portugal a admitir que a empresa asiática não podia, conforme pretendiam alguns, assumir um formato meramente diplomático e comercial. Isto é, ao contrário do que sucedia na costa atlântica de África, onde os Portugueses eram praticamente os únicos a negociar, na Índia tornava-se imperioso abater a feroz concorrência muçulmana, que não só controlava grande parte do comércio como também beneficiava do (delicado) apoio de Veneza na hora de estorvar a nossa ação (cf. Oliveira, 2000: 50-55). A experiência dos primeiros tempos, em que não havia da parte lusa uma clara fixação no terreno, tinha, pouco a pouco, ajudado a elucidar o governo manuelino acerca das lacunas ou deficiências do sistema inicial de ida e volta das armadas. Afinal, o comércio das especiarias continuava a engrossar a fortuna dos Mouros e a distância geográfica debilitava não só a segurança, mas também a influência portuguesa na região, tanto mais que o regresso anual das naus a Lisboa causava a intermitência do poderio lusitano na Ásia. Conforme relata João de Barros, a costa do Malabar tendia a ficar “desemparrada cõ que os mouros tornáua a ser senhores della, e fauorecidos das armadas do Çamorij fariam dãno aos reys de Cochij, Cananor e a todolos outros nossos amigos e alyádos” (Barros, 1988: 295). A realidade mais recente também demonstrava que nem a esquadra de vigia no Mar da Arábia nem a fortaleza de Cochim, cuja construção fora iniciada em 1503, conseguiam anular eficazmente tais falhas, apesar de estarmos perante forças estacionadas em permanência no Oriente.

Deste modo, face a fatores como a incapacidade bélica dos parceiros orientais em cuidar de si e dos interesses políticos e económicos de Portugal, a lonjura a que estava D. Manuel do teatro das operações e a urgência que subsistia em colocar *in loco* um aparelho institucional que possibilitasse soluções rápidas e adequadas aos problemas ou desafios que os Portugueses enfrentavam, a Coroa deliberou tomar medidas de fundo. O passo decisivo, para cimentar o envolvimento luso na zona e tentar a imposição do desejado monopólio comercial, foi dado quando se decidiu instituir naquele vastíssimo espaço um alto magistrado que representasse o monarca português, investido de poderes régios e munido de dignidade real, logo capaz de inscrever soberania e de concretizar em condições vantajosas a guerra com os Mouros e o comércio com os Gentios. Assim, nos tempos vindouros, procedeu-se à estruturação de um vice-reinado ou governadoria, incrementando a exigida teia de poder e de gestão contínua. A edificação do Estado da Índia foi a via lógica encontrada para ultrapassar as dificuldades, carregando todo um sistema de governo, administração e códigos legais para locais bastante remotos.

Segundo Luís Filipe Thomaz, “a expressão «Estado da Índia» designava, no século XVI, não um espaço geograficamente bem definido, mas o conjunto dos territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou nos territórios ribeirinhos, do cabo da Boa Esperança ao Japão” (1994: 207). Estamos, assim, perante uma construção que foi “na sua essência uma rede, isto é, um sistema de comunicação entre vários espaços” (1994: 208), acabando, note-se, por se juntar ao Império Africano e Atlântico, cuja origem data do século XV, constituindo com este um todo interativo e funcional, até porque o contacto marítimo com a Ásia dependia do controlo exercido no Mar Oceano. Enfim, por meio da Rota do Cabo, o Índico unia-se ao Atlântico, prolongando-o.

O Estado da Índia era, portanto, a entidade oficial que fundamentava o movimento periódico da Rota do Cabo e a corrida dos Portugueses ao Oriente, onde muitos passaram a permanecer longas temporadas. Porém, é bom esclarecer que a intromissão lusa no *Mare Indicum* ultrapassou, em apreciável medida, o âmbito da estrutura enunciada. Por vezes, esta presença cimentou-se à margem do Estado e, nalgumas situações, até contra ele.

Opinamos ainda que as expectativas em redor da chegada de um vice-rei à Índia, atuando como figura de topo da hierarquia do Estado e na qual se delegava a quase totalidade dos poderes da Coroa, devem também ser analisadas à luz da Cruzada militar e apocalítica sonhada por D. Manuel contra o Islão. Em 1505-1507, como é sabido, um projeto português para a devolução ao grémio cristão da Terra Santa era divulgado junto de algumas das mais prestigiosas casas reinantes da Europa (cf. Brochado, 1945: 25-42; Witte¹⁹⁶¹: 419-449; Thomaz, 1990: 61-65). De facto, uma parte da documentação da época sugere que o *Venturoso*, dando crédito à sua boa estrela, a ponto de se considerar ainda mais predestinado do que os outros soberanos europeus em matéria de guerra de devoção e global a mover ao Infiel, que ameaçara destruir os Lugares Santos, acreditava que chegara a hora de

avançar vigorosamente na concretização dos objetivos transcendentais que nutria, consistindo estes no aniquilamento do Egito Mameluco e na retoma cristã de Jerusalém. Atente-se ao teor da *Oração de Obediência* dirigida ao papa Júlio II e pronunciada por Diogo Pacheco em 1505, onde, a certa altura, é afirmado o seguinte:

“Podem, assim, os cristãos esperar que em breve seja abolida toda a perfídia e heresia maoméica, e que o santíssimo sepulcro de Cristo, que nos livrou do eterno cativo e é há tanto tempo (oh dor!) pisado e arruinado pelos cães, volte (desde que o astro Júlio continue a brilhar) à primitiva liberdade por uma espécie de longo pós-limínio, e deste modo a fé de Cristo se propague por todo o mundo. E isto mesmo o predisse o apóstolo João: que de repente se havia de dar a destruição da Babilónia sarracena. E para que isto mais facilmente possa acontecer, já estamos diligenciando e esperamos unir-nos ao muito importante e poderoso senhor dos cristãos (que os indígenas abexins vulgarmente chamam Preste João), mandando-lhe legados e oferecendo-lhe as maiores facilidades de contacto” (Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Júlio II dita por Diogo Pacheco em 1505, 1988: 17-18).

Aclare-se que D. Manuel constituía um rei ainda maniatado ao espírito cruzadístico, à Reconquista em Marrocos, a mitos como o do Preste João, aos desejos milenaristas de triunfo final das forças do bem sobre as do mal, de fartura e de paraíso terrenal, à esperança na obtenção da paz duradoura entre os chefes cristãos e à crença na recuperação de Jerusalém, sagrando-se eventualmente neste palco imperador, pelo que, no fundo, é bastante plausível que pretendesse instalar uma espécie de “império universal e messiânico”, isto é, um “quinto império” subsequente aos outros quatro descritos pelo profeta Daniel (*Thomaz, 1990: 49-50*). Nesse sentido, a intenção do *Venturoso* de estabelecer o domínio português sobre o Índico (*cf. Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Júlio II dita por Diogo Pacheco em 1505, 1988: 18*), através da atuação do seu vice-rei, não deixaria, entre outros aspetos, de ser interpretada como um passo importante para a realização destes altos desígnios.

Investigar o processo de formação do Estado / Império Português da Índia implica obrigatoriamente, mas não só, olhar para o papel exercido por alguns influentes dirigentes, merecendo especial enfoque o vice-rei D. Francisco de Almeida (1505-1509) e o governador Afonso de Albuquerque (1509-1515), apelidado de *Leão dos Mares* pelo xá da Pérsia (*cf. Bouchon, 2000*), de *Terrível nos Lusíadas* (*cf. Camões, d.l. 1988: 47*), de *César do Oriente* (*cf. Afonso de Albuquerque: o César do Oriente, 2006*), entre outros nomes. Estes ilustres cabos de guerra não estiveram sozinhos durante o período em que lideraram as operações. No decorrer dos seus mandatos, contaram, acima de tudo, com a íntima colaboração de amigos e parentes chegados. A título exemplificativo, nas manobras de policiamento do mar (onde, por sinal, o controlo era executado por meio de cartazes), sobressaiu D. Lourenço de Almeida, filho do vice-rei. Os dois protagonistas e rivais beneficiaram igualmente da elevada energia anímica dos Portugueses, da maior capacidade de marinharia dos nossos e dos novos desenvolvimentos tecnológicos envolvidos no fabrico / apetrechamento naval europeu, que permitiam responder à necessidade de empregar e combinar géneros de navios que correspondessem a diferentes encarnações ou fórmulas de articular robustez, movimento, velocidade e capacidade de fogo frente aos oponentes orientais, propiciando que se tirasse ainda melhor partido das superiores táticas de guerra naval ocidentais. Sem surpresa, o avanço português no Índico derivou também, de forma significativa, da arquitetura militar, com destaque para as fortalezas, cuja implantação ostentava diversas vantagens, sendo de assinalar que eram, com frequência, consideradas invioláveis, desde que corretamente erguidas e abastecidas em meios. Ouçamos, pois, Albuquerque:

“As vossas fortalezas feitas a nossa vsamça com cavas, torres e artelharia, bem prouidas e bõoa jemte, com ajuda da paixam de noso senhor nam tenhaees receo delas nestas partes, aimda que vos lá digam que estam cercadas; porque, mediamte deus, se hi nam ouuer traçam, nam ha hy que temer de os mouros comtraryarem vossas fortalezas [...]” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 54).

Através dos seus canhões, os dois equipamentos de dominação enunciados, armada e fortaleza, que vingavam, respetivamente, como instrumentos dinâmicos e estáticos do poder naval e que os Portugueses procuraram então associar da melhor maneira contra inimigos não raramente superiores em número, anunciaram a entrada na era moderna da “tirania” das armas de fogo e, naturalmente, dos impérios da pólvora. Isto é, os Portugueses aprenderam a confiar na capacidade ofensiva e defensiva da artilharia europeia, que “era

incomparavelmente mais poderosa do que qualquer espécie de canhão alguma vez fabricado na Ásia”, frisa Carlo Cipolla (1989: 101). Especifique-se que “nas estratégias adoptadas pelos dois primeiros vice-rei e governador do «Estado da Índia» há complementaridade entre a artilharia embarcada e a artilharia instalada, privilegiando-se na governação de Almeida a primeira destas armas e na de Albuquerque a segunda”, como muito bem salienta João Marinhos dos Santos (1998: 206).

A obediência às diretrizes que eram emanadas de Portugal por meio de regimentos e cartas constituía uma tarefa complicada, uma vez que as disposições régias revelavam certa desfocagem imposta pelo fator distância-tempo. Daí o reparo feito por Albuquerque numa missiva de 20 de agosto de 1512: “[...] *oulhe bem vosa alteza ho que asyna pera a imdia, que he muy lomge*” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 69). As dificuldades em atuar no terreno eram igualmente agravadas pela falta de consenso que lavrava entre os Portugueses em torno das substâncias e coordenadas relativas à inserção lusíada na Ásia. A sequência das ordens régias e até a quebra na continuidade das linhas de rumo refletiam, como é lógico, este duro cenário, fértil, portanto, em oscilações direcionais: “*Digo vos senhor, isto, porque se bem oulhades vosos rrejimentos e determinaçõees, cad ano vem hum comtrairo a outro [...]*”, *queixava-se o Terrível em 1 de dezembro de 1513* (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 156).

Como é sabido, D. Manuel enfrentou o contratempo derivado de um problema de saúde com o indigitado Tristão da Cunha, substituindo-o por Francisco de Almeida. O *Regimento* de capitão-mor, que este último transportou para a Índia em 1505, determinava já uma política de superioridade marítima ativadora da ereção de fortalezas junto de alguns focos económicos e estratégicos considerados de suma importância e localizados na parte ocidental e central do Índico: Sofala, Quíloa, Angediva, Cochim, Cananor, Couão e “*na boqua do mar Roixo ou perto delle, asy dentro como de fora*” (*in Silva, 1996: 96 e 284*). Numa outra escala, retomava-se a experiência de instalação de fortes já fomentada no litoral marroquino e ocidental de África, sendo fornecidas a Almeida instruções sobre quais os requisitos essenciais a respeitar. De facto, o local devia apresentar poderosas defesas naturais, ser salubre, dispor de um bom porto que pudesse acolher uma armada, assim como usufruir de um suprimento de água acessível e estar adequadamente situado para o exercício do comércio.

Uma vez no terreno, é do conhecimento geral que D. Francisco de Almeida ambicionava conquistar uma inequívoca hegemonia naval. Sem rejeitar por inteiro a montagem de fortalezas (ele próprio refere no começo de 1506: “[...] *e crea vossa Alteza que se nom teveis fortelezas nesta costa [do Malabar], que se perdera todo nosso trauto e todo o mando que nela tendes [...]*” (*in Silva, 1996: 168 e 325*)), propunha que a supremacia marítima portuguesa assentasse expressivamente no maior poder de fogo das frotas lusitanas, na vigilância regular de certas rotas, na procura diplomática de parceiros e até no estabelecimento da cadeia senhor-vassalo com alguns potentados indígenas. O célebre vice-rei defendia, em nome, por exemplo, de uma proveitosa exploração portuguesa da Carreira da Índia e da necessidade de travar a ameaça muçulmana liderada pela armada mameluca, o incremento das relações estáveis e amistosas com governantes locais, bem como o controlo racional dos gastos e, conseqüentemente, da distribuição das reduzidas forças de que dispunha, pretendendo que ficassem confinadas a uma amplitude geográfica limitada. Deste modo, condenava todo e qualquer padrão de intervenção que pudesse originar a exagerada feitura e dispersão de fortes. Aliás, no decurso do seu mandato, os fracos resultados alcançados com alguns bastiões militares, como os de Angediva e Socotorá, contribuíram, por certo, para o amadurecimento desta atitude crítica. Almeida também manifestava o seu desacordo com a imposição de um sistema excessivamente governamentalizado, dirigista e autoritário sobre as linhas marítimo-comerciais do universo asiático e não era um ardente apologista dos grandes projetos de cruzada de D. Manuel e de qualquer política de assídua ingerência nos atos governativos dos reinos que acatassem a suserania lusíada.

Por outras palavras, Francisco de Almeida reconhecia ser imprescindível a existência de uma série de bases de apoio em terra para as esquadras, junto, por exemplo, de pontos-chave da navegação e do trato pela Rota do Cabo, mas declinava aquelas que, no seu juízo, não serviam a meta da instauração de um poder consistente no mar e cujos custos de manutenção ameaçavam enfraquecer em demasia as finanças portuguesas e a energia a conceder aos negócios. Afinal, sustentava que “*a onrra dos comqjstadores toda esta no prouejto; porque, se a despeza passa pella rreceita, toda a obra fica vaan*” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, III, 1903: 242). É à luz de todo este enquadramento mental que devemos compreender a sua posição, aliás devidamente enunciada ao

monarca em carta de 6 de dezembro de 1508. Almeida declara que “quanto acerça da forteleza lá [em Coulão], quantas mais fortalezas tyverdes may's fraço será qá vosso poder: ao presente toda vossa força está quá no mar, e se nele nom formos poderosos, levemente se perderã as vossas fortalezas [...]” (in Silva, 1996: 384).

Enfim, como bem alerta Joaquim Candeias Silva, o vice-rei não só não se revia nas “ideias aventureiristas da cruzada e da conquista”, como advogava “uma outra política, mais do tipo liberal-mercantil, menos estatizante e militarista, logo mais pacifista e conciliatória” (1996: 136). Seguindo um raciocínio muito similar, Luís Filipe Thomaz adverte que o vice-rei estava “claramente identificado com a oposição liberal, avessa tanto ao imperialismo territorial manuelino como aos monopólios realengos” (1998: 69). Mas tudo isto não o impedia de revelar que a ideia de império andava indiscutivelmente no ar, embora, na época, estivesse sujeita a diferentes concepções. Basta descrever a posição que assumiu em carta datada de 16 de dezembro de 1505, destinada ao monarca. Com efeito, Almeida salientava que D. Manuel “devya trabalhar por se chamar Emperador das Indias”, já que possuía vários reis tributários (in Silva, 1996: 317). Dois anos depois, o vice-rei insistia “que nunca principe teve tanta jostiça para o ser” (in Silva, 1996: 343).

A vitória na famosa batalha naval de Diu constituiu o ponto mais alto da passagem de Almeida pelo Oriente, elevando-se à categoria de episódio fulcral do processo de transformação da bacia do Índico Ocidental em “lago” lusitano. Em rigor, este triunfo comprova que o nosso imperialismo foi no terreno sobretudo orientado para a liderança marítima, impondo-se, por um lado, ao eixo Cairo-Calecute-Cambaia (na sombra ficava a República de Veneza) e condicionando, por outro, a natureza do Estado da Índia. Aclare-se que o decisivo acontecimento bélico de fevereiro de 1509 demonstrou a incapacidade das forças navais do Crescente em expelirem os Portugueses do Índico. Por isso mesmo, Albuquerque, durante a sua estada no governo, orientou a sua ação expansionista de maneira a explorar essa debilidade dos concorrentes, aspirando, desde logo, tirar proveito da quebra naval dos adversários do País após a batalha de Diu. Além disso, como especifica Sanjay Subrahmanyam, “é muito provável que a vitória de Diu tivesse sido interpretada por D. Manuel e pelo seu círculo de apoiantes como um sinal divino, demonstrando aprovação do seu plano respeitante a Jerusalém” (d.l. 1995: 94).

O desempenho / legado de Francisco de Almeida nem sempre recebeu a merecida atenção por parte da historiografia. Não obstante, os estudos mais recentes têm vindo a alterar essa situação, aclarando, por exemplo, com maior rigor a natureza das divergências que existiam entre Almeida e Albuquerque e realçando até que ponto a intervenção pioneira do primeiro acabou por alumiar a atuação do segundo. Mas este ato de justiça, digamos assim, não esconde que o sucessor de Almeida, o inconfundível Afonso de Albuquerque, ocupou um lugar único na expansão asiática portuguesa, gozando até de um lugar cimeiro no domínio da mitologia concebida em redor da nossa epopeia oriental. Admirador de Alexandre Magno e de Júlio César, Albuquerque foi, entre outros aspetos, um comandante militar de eleição, não só por ter deixado ao rei D. Manuel, conforme frisa em carta datada de 6 de dezembro de 1515, já com a morte à vista, “a india com as principaees cabeças tomadas em voso poder, sem nela ficar outra pendença senam cerrar se e mui bem a porta do estreito” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 381), mas também por ter sido um acérrimo defensor de soluções modernas de combate organizado, como era o caso da “jemte da ordenança” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 385), ou simplesmente pelo facto das suas cartas, uma vez depuradas, nos fornecerem um valioso “tratado da Arte da Guerra” (Pinto, 1988: 171; Pedrosa, 1998: 9). É possível proclamar que o homem do século XXI encontra na correspondência que Albuquerque deixou, “sem dúvida, ocasião única para escutar e entender um conquistador do século XVI” (Bouchon, 2000: 15; cf., também, Junqueiro, 1989: 263-306; Pedrosa, 1998).

Em relação às operações bélicas conduzidas pelo *Terrível*, é certo que alguns historiadores têm vindo a relativizar a sua competência, frisando que nem sempre foi bem-sucedido nas suas iniciativas, tendo mesmo necessitado de segundas tentativas para se assenhorear definitivamente de Goa e Ormuz ou falhado no ataque a Adén; contudo, pensamos que estes reparos não inviabilizam o juízo atrás formulado, pois acreditamos que parte da explicação para o ocorrido deriva amplamente da falta de recursos. Explícite-se que os meios humanos e materiais fornecidos pela Metrópole eram muito curtos para a consecução dos alvos traçados, obrigando, deste modo, ao redobrar dos esforços, conforme lamentava o próprio Albuquerque em 1 de abril de 1512: “[...] se me voss alteza mandase os aparelhos, jemte e armas, que cumpre pera ho que mandaees fazer, nam metera eu a jemte duas vezes no fogo em malaca, nem em gooa duas vezes, nem os mouros d urmuz nam tiveram a vossa forteleza, que eu

comecey, em seu poder” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 37). O problema exposto não se resumia apenas a uma questão de natureza quantitativa. Com efeito, uma boa parcela dos recursos estava no limite da sua capacidade operacional, segundo se depreende de mais algumas palavras enunciadas pelo governador: “[...] deixaila [a empresa da Índia] aa misericórdia d uns poucos de navios podres” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 35). Nada disto o impediu de ser considerado, por parte de determinados estudiosos, “o pai da moderna estratégia naval”, citando Fernando Pedrosa (1998: 10). Para ultrapassar as contrariedades, o *Leão dos Mares* procurou tirar partido da sua determinação pessoal e vontade de vencer, bem como da estrutura militar centralizadora que gizara. Através destas, perseguiu a otimização dos limitados meios de que dispunha.

Enfim, Albuquerque “construiu para D. Manuel um verdadeiro império marítimo na Ásia e deu à presença portuguesa no Oceano Índico a forma definitiva, que se manteria por mais de um século com alterações insignificantes”, lembra Luís Filipe Thomaz (1994: 197). As campanhas de conquista das posições estratégicas de Goa, Malaca e Ormuz devem-se verdadeiramente à sua decisão e não à iniciativa real (cf. Thomaz, 1994: 196). O fracasso perante Adén, em 1513, terá, no entanto, impedido que a talassocracia lusíada atingisse o seu máximo potencial. Adiante-se que Adén guardava a importante via do Mar Roxo ou Mar Vermelho e apresentava um papel político e comercial que se aproximava muito daquele que era exercido por Ormuz em relação ao Golfo Pérsico; mas também beneficiava no Índico Ocidental de um estatuto que fazia lembrar o de Malaca, no Índico Oriental.

Quando sucedeu a Francisco de Almeida, corria o ano de 1509, Afonso de Albuquerque desfrutava já de uma interessante experiência pessoal em terras asiáticas. Com efeito, partira em 1503 para a sua primeira viagem ao Oriente, regressando ao Reino em 1504. Pouco depois, em 1506, D. Manuel envia-o novamente para a Ásia. Do seu currículo, urge ainda reter o tempo que passara anteriormente na guerra com Castela ou em serviço no Norte de África. De resto, a vivência que conheceu em Arzila talvez possa ajudar a explicar a sua aposta na aquisição de pontos fortificados no Índico (cf. Subrahmanyam, d.l. 1995: 96).

Portanto, na altura em que se torna governador da Índia, Albuquerque reunia, sem surpresa, uma visão do mundo oriental mais ampla e pormenorizada do que aquela que o vice-rei possuía em 1505. Sob o consulado do *Terribil*, que se prolonga até 1515, é possível averiguar a persistência do avanço fulminante da marinha portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes, pelo que esta radiografia do recinto oriental continuou, obviamente, a receber novos dados e a registar vários retoques. A produção cartográfica nacional refletiu este notável progresso informativo, com sucessivas aproximações à realidade, contribuindo, por certo, para o apuramento das políticas, estratégias e táticas de domínio da área em disputa. As primeiras grandes obras geográficas europeias da Ásia, como a *Suma Oriental* (escrita em 1512-1515) de Tomé Pires e o *Livro das Coisas da Índia* (ao que parece, terminado, na sua maior parte, em 1516) de Duarte Barbosa, enquadram-se também nesta explosão de dados recolhidos pelo lado português. Graças ao retrato cada vez mais integral do vetusto e civilizado Oceano Índico e à lição que é retirada dos concorrentes, sobretudo dos Mouros, Albuquerque pôde, assim, amadurecer as linhas mestras a seguir.

Esclareça-se que o *Leão dos Mares* era um homem imbuído de um assinalável pragmatismo, mas tal faceta não invalidava a sua “fé na iminência da destruição de Meca e da reconquista cristã de Jerusalém” (Thomaz, 1994: 180). De facto, a sua confiança no programa político do rei, pois constituía um apoiante do espírito do imperialismo manuelino, logo do correspondente messianismo anti-islâmico, obrigava-o igualmente a encarar a Índia como uma base operacional ao serviço do almejado assalto ao Próximo Oriente muçulmano, investida que, na sua ótica, só deveria, contudo, suceder depois dos Portugueses lograrem uma sólida fixação na Ásia. Ou seja, existiu um comprometimento de Albuquerque com o contexto visionário sustentado por D. Manuel e, portanto, com a guerra global contra o Islão.

Afonso de Albuquerque rapidamente descortinou a fraqueza de uma estratégia alicerçada quase exclusivamente no poderio naval e em alianças precárias com os potentados locais. Em termos gerais, já que o trato das especiarias continuava a fugir ao controlo dos Portugueses, especialmente em terra, o governador acabou por ativar um modelo de hegemonia no Índico algo diferente daquele que fora alimentado pelo seu antecessor. Com efeito, se Almeida usara a força para controlar “as rotas”, Albuquerque empregava a força para dominar “os portos principais” (Santos, 1996: 16). Investia-se, em particular, ao nível do reforço da interdependência entre a

componente marítima, que era predominante, e a terrestre, pouco expressiva, mas que se procurava estender através da multiplicação seletiva de fortalezas e da materialização de algumas conquistas, mormente das “cidades-mundo” capazes de *“atraírem e difundirem a distâncias consideráveis bens, fazendo deslocar quase multidões de compradores e vendedores”* (Santos, 1996: 15). Assim, apesar das limitações humanas e materiais que afetavam a máquina de guerra portuguesa e da voz daqueles que contestavam as iniciativas bélicas, bem como a apropriação do comércio e de outras esferas pela Coroa, perseguiu-se não a instalação de um império continental, mas, sim, a desejada exequibilidade do Estado da Índia enquanto teia de contactos entre os espaços do Índico, apostando na instalação de fortalezas em locais com interesse económico e na submissão das “cabeças” do Oriente. Claro está que o domínio destas cidades centrais, assim consideradas tanto do ponto de vista comercial como político-militar e trazidas para o sistema português em estruturação, também possibilitava exercer alguma influência sobre as cidades e vilas semiperiféricas e periféricas que delas dependiam (cf. Santos, 1996: 42-43). O *Terrível* é claro a este respeito, nomeadamente quando em relação a Ormuz afirma em 25 de outubro de 1514: *“[...] que nam pode vrmuz estar em vosa mão, que as outras [cidades-satélites] vos nam obedçam logo como cabeça principlall”* (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 326).

Como no pujante comércio marítimo do Índico prosperavam cidades portuárias que formavam verdadeiras feiras universais, postas em contacto por uma dilatada rede de comunicação, um estratégia da envergadura de Albuquerque, que aprendia diariamente a ver o *Mare Indicum* como um todo complementar e autossuficiente (no geral, cada região especializara-se em determinadas produções que trocavam por outras), só podia sentir-se impelido a instalar nessas praças cosmopolitas, à medida que se situavam na órbita europeia, proveitosas fortalezas, na crença de que a iniciativa possibilitaria arrebatar os tráficos muçulmanos e indianos contrários aos objetivos portugueses e, por conseguinte, fazer avançar o apoderamento luso dos grandes circuitos comerciais do Oriente.

A intervenção de Afonso de Albuquerque foi direcionada para o estabelecimento de um controlo que se queria assinalável sobre os pontos nucleares de saída e de entrada, de entre outros artigos, das especiarias e drogas asiáticas, dado que eram locais de convergência das embarcações e mercadorias. Intentava-se, assim, arrecadar uma extensa fatia da riqueza do movimento comercial da Ásia, bem como incentivar a população local a usar o nosso sistema de comunicação e a converter-se ao Cristianismo. Visto que os Portugueses ambicionavam dispor a seu bel-prazer do Oceano Índico e mares anexos, não deixaram de merecer especial atenção os lugares-chave que dominavam os estreitos.

Claro está que os Muçulmanos constituíram as vítimas prediletas da invasão lusíada. Não formavam os Mouros o inimigo absoluto dos Cristãos? E não gozavam eles de uma posição de topo no comércio oriental? O choque religioso era evidente e prejudicava as relações económicas. Importava, deste modo, que as forças portuguesas lutassem contra estes resistentes adversários, procurando *“destroná-los e retirar-lhes o controle dos principais portos”* (Santos, 2010: 158). Por isso mesmo, consciente do labor produzido por Albuquerque e do carácter oceânico do mundo afro-asiático, Tomé Pires escreveu na *Suma Oriental* que *“os mouros pola maneira que forõ ganhando os Regnos hos vam perdendo o Regno sem portos casa he sem portas noso sãr he o que quer ho perdimento de mafamede”* (Pires, 1978: 215). À semelhança de outros, este ilustre boticário reiterava o casamento entre as finalidades mercantis e cruzadísticas.

Portanto, sob os pretextos de derrubar a forte concorrência muçulmana e de conseguir dominar o próspero comércio do Oriente, Albuquerque experimentava a necessidade de investir no fomento de uma estratégia global de submissão dos centros fulcrais do Oceano Índico e de abertura para o Oceano Pacífico, dispondo esta estratégia de uma feição militarista, centralizadora e disciplinadora, onde guerra e economia surgiam de mãos dadas. Em 1 de abril de 1512, preocupado com as indefinições de Lisboa, o governador não se cansava de recomendar ao rei D. Manuel

“que aquemtees ho feito da imdia muy grossamente com jemte e armas, e que vos façaes forte nela e segurees vossos tratos e vossas feytorias, e que arrymquees as Riquezas da imdia e trato das mãaos dos mouros, e isto com bõoas fortalezas, ganhando os lugares principaees deste negoceo aos mouros, e tirar vos ees de gramdes despesas, e segurarees voso estado na imdia, e averees todo o bem e Riquezas que nela ha, e seja com tempo” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 34).

Alertava ainda que “*nam ha quaa ho primor desas partes em guardar verdade nem amizade nem fee, porque a nam tem, e portamto, senhor, comfiay em bõas fortelezas e mamday as fazer, seguray com tempo a imdia, nam ponhaes ho couodo na amizade dos rrex e senhores de quá*” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 39). Sem embargo, o governador não recusava necessariamente as oportunidades de entendimento que surgiam, mesmo quando do outro lado estava uma potência islâmica. Manejando com habilidade os canais diplomáticos, os Portugueses procuraram tirar partido dos conflitos que dilaceravam o espaço muçulmano e que, regra geral, eram protagonizados por vizinhos rivais em franca rota de colisão, ora porque estava em causa o lugar de primeira força do Islão, ora porque primava outro tipo de motivação.

Assim, relembramos o convite formulado pelo lado lusitano ao xeque Ismael, senhor da Pérsia xiita, para uma ofensiva militar conjunta contra alguns adversários comuns, com vista à “conquista de uma vasta área que incluía Meca, Alexandria, Jerusalém e Constantinopla” (*Pedrosa, 1998: 154*). Em carta dirigida ao xeque Ismael, Afonso de Albuquerque manifestava o seu otimismo: “*e se deos ordenar que este concerto e amizade se faça, vindo vós com uosso poder sobre a cidade do cairo e terras do grão soldão que confinam comvosco, el Rei nosso senhor com todo seu poder passará em Iherusalem e lhe ganhará toda há terra d aquella banda [...]*” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 389).

O governador afiançava que o rei português ajudaria Ismael a combater, simultaneamente, “o sultão do Egito e os Turcos” (*Bouchon, 2000: 201*). Numa clara operação de charme, refira-se que Albuquerque enviou ao líder do Império Safávida diversos presentes, incluindo peças de artilharia e espingardas (*cf. Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 391). Adiante-se, no entanto, que os Persas não deram seguimento aos propósitos lusos. De qualquer modo, a ideia de uma associação Portugal-Irão, em larga medida gerada pela ameaça oriunda de inimigos comuns e pelas noções confusas acerca do xiismo que circulavam na Europa, comprova que, naquela altura, as configurações das parcerias no mundo oriental não eram determinadas por motivos fundados estritamente na dualidade Cristandade / Islão. Muitas vezes, as propostas de lançamento de pontes de colaboração dependiam sobretudo das conveniências estratégicas dominantes no momento.

Marcado por um pensamento estratégico que tinha dilatados horizontes e um alcance de longa duração, opinamos que Albuquerque buscava instaurar uma ossatura tecnomilitar que estivesse bem apetrechada e que fosse naturalmente eficiente, quer em relação aos atos de efetivar e guardar conquistas, quer no que concerne à orientação de despersuadir os adversários, objetivo para o qual os lugares tomados também contribuíam. Na verdade, o *Leão dos Mares* visava assegurar o monopólio do trato com escassa interferência da guerra, cenário que entendia respeitar a vontade soberana de D. Manuel e os fins idealmente debuxados. Por isso mesmo, enquanto homem de inabaláveis convicções, não se cansou de repetir o discurso que estipulava como condimentos necessários “*pera os tratos da imdia e asentos de feitorias se fazerem, como compre a vosso serviço, sem guerra, e a imdia tomar asiento, e os lugares omde ouuer mercadaria rreceberem nossos tratos e companhias, que por tres anos teria nela tres mill homeens bem armados e bõos aparelhos de fazer fortelezas e muytas armas*” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 40). De resto, o próprio *Terrível* sugeria vivamente ao monarca português: “[...] *as cousas que se vos meterem na mão sem guerra e com forteleza, aceitayas, pagamdo elas os soldos e mantimentos á jemte e semdo cousa proueitosa, ou pera o trato, ou pera seguramça da imdia*” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 153). E quando pensava na guerra, era para através dela conquistar a paz, conforme refere numa missiva dirigida a D. Manuel, datada de 16 de outubro de 1510: “[...] *senhor, mamdai fazer a guerra, porque de bõa guerra vem bõa paz [...]*” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 20).

Como se percebe, Afonso de Albuquerque não era um belicista gratuito. João Marinho dos Santos escreve que o governador “*defendia a consociação de uma estratégia de dissuasão (ameaçar sem atuar) e de uma estratégia de ação para tomar e manter, através de uma força armada substancial (sempre impressionante, dissuasora e decisiva), as principais «cabeças» ou «cidades-mundo» do Índico*” (2010: 149). Ao fazer um exame à estratégia seguida por Almeida, Albuquerque menciona ao rei, em carta de 30 de outubro de 1512:

“[...] nem esas carregas d especearias que cad ano lá vam, nem as Riquezas que vos de quaa levam, tudo me ha de parecer cousa emprestada, até que vos eu nam veja muy forte na imdia, e nam

no mar, mas na terra, naqueles lugares domde as vosas cousas podem Receber comtradiçam, pois vos alteza depois do descubryemnto da imdia té gora sempre teve nestas partes força d armada, e vistas que se nam melhorava nehũa cousa voso preposito nas cousas da imdia, asy nos tratos como no encurtar das despesas e gastos, como na estima e credito e fama de voso estado e voso nome” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 98).

Mas ao contrário do que alguns poderão julgar, a posição advogada pelo *Terríbil* só podia destinar-se ao robustecimento da consistência do nosso imperialismo marítimo e assim elevá-lo a um estádio superior que aprofundasse o cerco aos inimigos, de modo a ocasionar nestes, sensações que reputaremos de claustrofóbicas. Para os devidos efeitos, atacava-se a terra a partir do mar, com vista a obstruir o acesso da concorrência ao Índico e a cimentar a superioridade naval portuguesa, já alinhavada por Almeida. De resto, as notáveis campanhas militares de Albuquerque não ocasionavam apenas o crescimento do espaço terrestre dominado pelos Portugueses, também causavam o forte aumento da mancha oceânica por eles controlada, o que, necessariamente, catapultava o envolvimento dos nossos nos tráficos asiáticos.

Portanto, pensamos que, no entendimento do *Leão dos Mares*, a guerra com pendor anfíbio, ou até dotada de outras feições, como a psicológica, era efetuada em prol de uma ascensão talassocrática mais efetiva e duradoura sobre as principais estradas do Índico ou, se quisermos, sobre uma vasta teia de comunicação, onde, refira-se, urgia marcar presença e ter capacidade de pautar as decisões através de uma desejável centralidade política e geográfica. Daí, por exemplo, a ocupação de Goa, estávamos no ano de 1510, a qual, na opinião de Albuquerque, *“he freo de toda imdia e seguramça de toda a navegaçam das naaos de voso carga, escapola primcipall das mercadarias que vam pera ho regno de narsymga e pera o regno de daquem” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 92).*

Nas décadas que se seguiram, Goa será progressivamente transformada na capital do Estado da Índia (cf. Santos, 1999), essencialmente graças ao desenvolvimento da companhia caseira do governador, da sua Corte e do aparelho burocrático, sem olvidarmos a dinâmica de alastramento da influência reguladora da cidade sobre as periferias orientais. A sujeição de Goa, onde debutamos no exercício da soberania plena, fornecia aos Portugueses um suporte espacial permanente, isto é, uma base física que podia atenuar o problema da precariedade de certas alianças políticas, estimular a sedentarização das estruturas centrais do poder, melhorar a ação enquadradora do governador, conceder maior apoio logístico ao sistema e, por consequência, alimentar a dilatação da presença portuguesa. Adiante-se que a valorização da posse desta base de operações, sem dúvida muito bem posicionada no Subcontinente Indiano e, além disso, facilmente defensável, levava Albuquerque a alegar ao rei, em 22 de dezembro de 1510, que, *“perdemdo se a ymdia, de goa a podês tornar a ganhar e comquistaar” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 28).*

Porém, Goa registou a forte concorrência de Cochim, terminal da Rota do Cabo e empório largamente enaltecido por diversas figuras:

“Crede, senhor, como vos ja la tenho scripto, que, se esperaes soster goa, que nam terejs carrega nem nenhuum proueyto na ymdea, porque tudo, e muuyto majs, ela ha mester, e, de mallaca, nam sey o que sera. Asy, senhor, que tudo he vemto, senam cochym. Aquy fazey voso pee fyrme pera sempre, porque toda llas outras ffortelezas, feytas e por fazer, vos nam servem de nada, senam gastarem quamto llaa haa e asy o que ca haa”, afirmava António Real em 1512 (Cartas de Affonso de Albuquerque..., III, 1903: 340).

Acrescente-se que, nos primeiros tempos da instalação do Estado da Índia, o próprio rei D. Manuel manifestou a esperança de vir a tornar-se “senhor da terra”, aguardando pela morte do rei nativo (in Joaquim Candeias Silva, 1996: 292). Sabe-se hoje que Cochim, que formou na fase inicial uma espécie de escola de aprendizagem para os Portugueses (cf. Aubin, 1996: 49-110), beneficiava do melhor porto natural do Malabar. Em 1524-1525, conservava-se ainda como a principal base do nosso dispositivo militar-naval no universo Índico (Pinto, 1992: 16-17), mantendo-se, ademais, como a capital da pimenta.

No entanto, é visível que os Portugueses retiravam múltiplas vantagens da anexação de Goa, em particular maior margem de manobra e melhor capacidade de coordenação, dado que eram autênticos donos da terra e não “simples” hóspedes como sucedia no Reino de Cochim. Com efeito, anote-se o que apontou o *Terrível*:

“[...] quanto he o que S. A. cuida que obriga goa muito, de maior obrigasam me parese a mim hũa fortaleza em terra alhêa, que aquelle que he terra asenhoreada por nós; e que obrigaraa mais cochim ou diu que goa, porque a nossa gente em terra alhêa não pode cortar hum pao sem o senhor da terra, e se vai á praça e non paga bem o que compra, ou se toca hũa moura, ou se acutela hum homem da terra, ou faz algum desmando, logo as espadas vem nas ancas delle, e a fortaleza fecha logo suas portas, e estas cousas não nas ha de auer em goa, porque a jurdisam he del Rey e a terra del Rei e as Rendas del Rei, e os agrauos ante seu governador acabam [...]” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 413).

Em rigor, este trecho não nos impede de reconhecer que Cochim constituía um Estado independente sob proteção lusitana, pelo que existia, na prática, “uma situação de soberania partilhada” (Santos, 1999: 91). Mas também não é menos verdade que a situação de convidados de uma monarquia de segunda categoria, como a de Cochim, debilitava o lustre português junto de um mundo cultural onde as aparências contavam expressivamente.

Seja como for, apesar das divergências que circulavam naquela altura quanto ao sítio ideal para a fixação da sede do poder político, o que mais impressiona quando se olha para a presença lusitana em Goa, iniciada pelo *Terrível*, é o facto de simbolizar um experimento inesquecível na história da colonização moderna, exibindo a possibilidade de transplante das instituições pátrias para um lugar bastante longínquo e distinto, sem que triunfasse uma atitude extremista de repúdio absoluto do quadro institucional indígena. Ou seja, até certo ponto, a conciliação do modelo ocidental com os orientais foi o caminho adotado.

Por outro lado, através da tomada de Goa, situada a meio da costa indiana, Afonso de Albuquerque evidenciou, perante os chefes orientais, o seu vincado interesse em erguer Portugal ao estatuto de potência asiática duradoura, com as correspondentes incumbências políticas, bélicas, diplomáticas e económicas. Assim, os dias em que o representante máximo do rei português tinha por capital “o convés da sua nau” (Thomaz, 1994: 213), conforme havia ocorrido com o vice-rei D. Francisco de Almeida, esfumaram-se decididamente, enfraquecendo, como é evidente, o ânimo daqueles que esperavam expulsar os Portugueses das águas índicas. Doravante, havia claramente mais uma força a considerar no xadrez político do Oriente.

Por seu turno, com a conquista de Malaca, cidade que estava profundamente integrada nas artérias mercantis que ligavam entre si os vários mares do complexo asiático, compondo inclusivamente o principal ponto de entrada do Índico na aliciente Ásia Oriental e do Sudeste, aplicou-se, plausivelmente, o mais duro golpe à organização comercial / comunicacional muçulmana. A ser assim, parece oportuno concluir que Albuquerque confirmou o Estado da Índia como a principal potência marítima do Oceano Índico.

De resto, o desdém da dinastia Ming pelos contactos de longo curso, que provocara, como é sabido, o abandono das grandes expedições oceânicas chinesas, convidava o novo senhor do Índico, o mercantilismo monárquico português, a exercer o papel de intermediário. Ora a posse de Malaca ajustava-se muito bem a este desiderato. Mas a tomada de Malaca deve ser igualmente analisada de outro ângulo, tendo em conta que em 1511, data da submissão do entreposto, pairava no ar a ameaça da rival Espanha, que aspirava estender o seu domínio a territórios do Oriente, dentro do contexto de bipolaridade ultramarina firmada em Tordesilhas (1494). Como alguns homens do mar sustentavam que a cidade caía dentro da demarcação de Castela (nessa época, as posições longitudinais não eram estabelecidas com grande rigor), os dirigentes portugueses, numa manobra de antecipação, resolveram ocupar o cobiçado centro, pugnando pela integridade das fronteiras da zona hegemónica *luso-indicum*: “[...] por ser tomada primeiro por nos a posse, que, nestas cousas, daa muito direito”, exclamara já D. Manuel em 1506 ao então vice-rei da Índia (Cartas de Affonso de Albuquerque..., III, 1903: 270).

Exercendo uma influência espalhada por múltiplos setores, sobretudo com o fim de assegurar uma presença portuguesa durável e estável na Ásia, Afonso de Albuquerque não rejeitou impulsionar a formação de

“corpos de combatentes indígenas”, que deviam auxiliar os Portugueses na guerra. Todavia, condicionou esta solução “a critérios de antropologia física” (Santos, 1998: 107), sem olvidar o tipo de alimentação seguida, privilegiando aquela que entendia fornecer mais energia e potencial aos soldados. Eis um trecho suficientemente esclarecedor, retirado de uma carta datada de 4 de dezembro de 1513: [...] *ordeney aquy este corpo [de combatentes locais] mais qe em outro lugar, porque hos homeens de Goa comem pam de trygo e carne e muy boom pescado em gramde abastamça, e tem coor d omeens [...]*” (Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo..., 1892: 307).

Perante os limitados recursos marítimos provenientes da Metrópole, Albuquerque também se apercebeu da conveniência de estimular a construção naval na Índia, com vista a dotar o Império Oriental de mais algumas embarcações que pudessem ajudar a sustentar o esforço de organização e de melhoria dos níveis de operacionalidade das expedições de conquista, assim como integrar as esquadras de defesa e patrulha estacionadas nas fortalezas ou o sistema de armadas de guarda-costa que anualmente deviam partir de Cochim e, mais tarde, de Goa (cf. Rodrigues, 2002: 155-163).

Tratava-se, pois, de mais uma linha de força da estratégia arquitetada pelo *Leão dos Mares*, servidora de um Império estruturalmente oceânico e que funcionava como uma rede cada vez mais extensa e dispersa. Esclareça-se ainda que esta aposta no reforço do dispositivo naval luso em águas índicas passava também pela incorporação de muitos navios capturados aos adversários.

No que concerne à habitual míngua de meios humanos em variados campos profissionais sentida pelo lado português, escusado será dizer que homens da têmpera de Afonso de Albuquerque pugnaram para obter o auxílio da gente hindu e dos recursos locais: “[...] *dei seguro ao povo meudo e ofyciaes, calafates e carpimteiros, ferreiros, pintores, e logo teremos abastamça d ooficiaes pera tudo o necessario*”, relatava o governador em 1510 (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 27). Com perspicácia e sentido prático, investia-se num tipo de política que permitia incutir confiança à população (cf. Albuquerque, tomo I, parte II, 1973: 120-131). Veja-se, entre outros casos, a tolerância com que o governador tratou os Muçulmanos de Malaca.

Não menos significativo, até pela longevidade das consequências culturais que ocasionou, foi o incremento de formas de colonização como a dos casamentos inter-raciais, dando origem ao valioso grupo dos “casados”, que, desde logo, devia compor um fundo humano estável de defesa. Albuquerque confiava, por exemplo, que Goa assumiria o papel de principal centro urbano lusitano no Oriente. Por isso mesmo, decidiu conceder a este território uma sólida organização social e administrativa. Entre outras diligências, mandou lavar moeda e promoveu ou facilitou, como já se sublinhou, o casamento de portugueses com mulheres locais, fomentando a conversão de todas elas ao credo cristão. Não obstante, esta política de casamentos era ensombrada por alguns preconceitos, estorvos e críticas. Aliás, importa observar que a queda portuguesa para a miscigenação se encontra relativizada nas fontes dos séculos XV e XVI. Citemos, a propósito, o próprio Albuquerque:

[...] pasa ysto, senhor, asy na verdade como vos espreuo, porque eu nunca tiue deuaçam de casar homens com estas mulheres malauares, porque sam negras e mulheres currutas em seu viuer per seus custumes; [...] asy, senhor, em quallquer parte homde se tomava mulher bramqua, nom se vendia, nem se Resgataua, todas se dauam a homens de beem que quyryam casar com elas” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 338).

Além disso, na Índia, as castas mantinham entre si e para com os outros obstáculos rígidos, difíceis, portanto, de franquear. Só que, apesar dos sistemas de estratificação tradicionais, alguns marcadamente fechados, e da relutância casadoira comum a vários portugueses, através da concessão de certas vantagens, mormente económicas, foi possível lançar os alicerces de uma sociedade luso-asiática que se veio a notabilizar nos anais da história pelo seu evidente dinamismo.

Emergindo a consciência de que a promoção de uma política cultural favorecia a consolidação da presença lusa e o alastramento da sua influência na Ásia, sublinhe-se ainda o ensino da língua portuguesa, que mereceu algum destaque no inventário das intenções quer do gabinete real quer do próprio magistrado delegado na Índia,

entre outros atores. A título exemplificativo, em 1512, na primitiva escola de Cochim, fundada por Afonso de Albuquerque, cerca de 100 meninos aprendiam português por cartinhas despachadas para o efeito pelo rei D. Manuel. Reparemos no excerto que se segue, retirado de uma carta datada de 1 de abril do referido ano e dirigida por Albuquerque ao *Venturoso*:

“Em cochim ahey hũa arca de cartinhas por omde imsynam os meninos, e pareceo me que voss alteza as nam mandara pera apodrecerem estamdo n arca, e ordeney huum homem casado aquy, que imsynase os moços a ler e esprever, e averá na escolla perto de cem moços, e sam deles filhos de panicaees e d omeens honrrados; sam muito agudos e tomam bem o que lh emsynam e em pouco tempo, e sam todos cristãos” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 44-45)

A difusão da língua portuguesa, que se regista por via de diversos canais e formas (cf. Loureiro, d.l. 1992: 105-118), brotava, sem dúvida, como uma mais-valia. Entre outras vantagens, assinala-se o seu papel em termos de fortalecimento e símbolo da hegemonia lusitana, a qual se estendia por dispersas e variadas paragens. Em algumas situações, o prestígio associado ao seu estatuto de língua de comunicação da potência imperial provocava no seio das elites nativas locais, entre outras franjas da população, o desejo, e até a necessidade, de a aprender. O seu uso favorecia, por certo, o crescimento das oportunidades de progressão social e de protagonismo. Por fim, retenha-se que, no período que vai dos séculos XVI a XVIII, assistiremos à afirmação do português como língua franca espalhada pelos portos do Índico, ajudando e refletindo, de modo especial, a intensificação das trocas comerciais e o impulso da missionação.

Chegados aqui, urge precisar que nem tudo foi um mar de rosas para Albuquerque. Na verdade, ao pôr em causa vários interesses instalados, a sua liderança esteve longe de reunir o consenso necessário à plena consumação das metas que tanto almejava, despertando a animosidade de diversos setores, ficando célebres alguns desentendimentos com parte da fidalguia. Muitos eram aqueles que se atreviam a censurar a atuação do governador, condenando inclusivamente algumas das suas proezas mais emblemáticas, tais como as conquistas de Goa e Malaca, e minando o terreno ao sistema do comércio estatal com o qual entravam em concorrência. As divergências eram profundas e, sublinhe-se, não se explicam por meio de questões de feito. Com efeito, em boa medida, estavam em jogo distintas conceções de organizar política, económica e socialmente a Ásia.

À cabeça dos críticos aparecia o “Grupo de Cochim” (cf. Guerreiro e Rodrigues, 1992: 119-144) e seus aliados, ou seja, os que defendiam a aplicação de uma estratégia política de penetração teoricamente mais pacífica ou menos violenta, em favor da conservação do tráfico dos particulares realizado em parceria com mercadores locais. Sem rodeios, acusavam o governador de acumular enormes ambições pessoais, de levar a efeito um conflito ruinoso e vazio de conteúdo, ao mesmo tempo que procuravam apoucar a dimensão heroica das façanhas militares deste último. Apostavam, no fundo, na subversão da lógica política e comercial até aí seguida pelo *Leão dos Mares*.

No âmago da discórdia emergia igualmente o receio que invadia os opositores de Albuquerque de ver Cochim relegada para um plano secundário, quer em termos económicos quer em termos políticos, perdendo irremediavelmente a primazia para Goa, que, por certo, era encarada como o símbolo maior da conduta imperialista que rejeitavam. A par disto, devemos reportar que os reis concernentes à primeira cidade temiam pela sua segurança ante a ameaça constante de Calecute. Por isso mesmo, faziam de “*portugall he cochym tudo hum*” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., III, 1903: 73). Só que, preocupados em conservar a prosperidade comercial do seu Reino e do círculo de aliados portugueses, não deixavam de perturbar a fixação das pazes entre o governador e o samorim, uma vez que havia o risco de as mesmas causarem o retorno a Calecute do trato que passara a escoar-se por Cochim.

Em suma, as intrigas e cabalas lançadas, tanto no Oriente como em Portugal, sobre o desempenho de Albuquerque só podiam desencadear a reação vigorosa deste: “*guarday vos, senhor, de comselhos d omeens a que a guerra emfada [...]*” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 54). Ofendido e desgostoso com a onda de críticas que recebia, o *Terrível* defendia-se o melhor que podia, expondo, de maneira pormenorizada, ao *Venturoso* as suas cogitações e justificando os seus passos. Na Corte portuguesa, o grande capitão podia, no entanto, contar com a proteção de algumas relevantes figuras, tais como Duarte Galvão, talvez o principal doutrinador do

messianismo manuelino, e D. Martinho de Castelo Branco (cf. *Subrahmanyam, d.l. 1995: 95*). Mesmo assim, assistiremos ao crescimento da influência da fação cortesã avessa ao mercantilismo régio e aos propósitos messiânicos e centralizadores com que o monarca e alguns colaboradores deste tentavam brindar empresas como a do Oriente. O dinâmico barão do Alvito personifica exemplarmente esta situação e estará por detrás do esvaziamento do espaço de manobra de Afonso de Albuquerque e mesmo da sua substituição, no governo da Índia, por um militante do partido “liberal” -mercantil, o conhecido Lopo Soares de Albergaria (*Thomaz, 1994: 199*).

Aclare-se que, a partir das suas retumbantes conquistas, Albuquerque esperou que a participação do Estado da Índia nos circuitos comerciais interasiáticos viesse a originar um aumento substancial da riqueza do rei e dos seus súbditos. Acontece, porém, que a apetência da Coroa por este género de oportunidades era inicialmente reduzida. Um bom quinhão dos seus oficiais estava maniatado a um entendimento parcial do que era o espaço do Índico. Os feitores, quase sempre de origem cortesã e habituados a reivindicar um campo de ação bastante autónomo, demonstravam falta de competência técnica para corresponderem às exigências da atividade mercantil asiática e da própria Carreira da Índia. Assim sendo,

“[...] vai sse todo o bem da India a perder, porque quer el Rei ter feitores, escriuões de feitoria, homens que nam sabem contar dez Reaes, nem sabem que cousa sam tratos, nem sabem emderençar as mercadorias omde façam fruto, nem ho mamaram no leite, nem nunca ho aprenderam, e assi está tudo como em mato maninho [...]”, lamentava o Leão dos Mares (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 404).

O governador reprovava também os elevados índices de corrupção que se produziam, já que *“[...] todos dam as velas a fazer seu proueito e aver ho que podem [...]” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 158).*

Não obstante, apesar destes problemas, Albuquerque não era homem de desistir. Em termos de recursos humanos, fica claro que a sua preferência recaía nos “mercadores” que mostravam *“imtilijemcia e saber”, classificados como os atores que melhor poderiam garantir a correta gestão dos negócios e, conseqüentemente, o desejado proveito: “[...] terees mayor tisouro na imdia do que temdes em portugall [...]” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 274).*

Julgamos, portanto, que a concentração do comércio do Índico nos portos sob bandeira lusíada singrava como um dos principais desígnios do governador, quer em prol da pressão política que se aspirava exercer na concorrência, quer, mormente, porque se acreditava que os chorudos lucros extraídos de um eventual controlo português sobre os tráficos inter-regionais, apreendidos tanto quanto possível globalmente, deveriam ser suficientes para suportar as despesas do Estado da Índia, pagar as especiarias, encher os cofres de Lisboa e incentivar a derrota final dos Muçulmanos, copiosamente presentes em numerosas paragens.

Sondando, por exemplo, a exploração portuguesa do atrativo negócio dos cavalos árabes e persas, uma das ricas exportações de Ormuz para a Índia e um bem muito relevante à guerra terrestre entre os potentados de Narsinga e Decão, admitia-se que renderia mais do que o ouro da zona da Mina: *“[...] asy pera o Reino de narsymga, como pera o reino de daqem, e a necesydade gramde em que põem narsymga os cavallos d arabia e persya, nam duuidaria ser tam bõoa empresa, e melhor que ha mina” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 343).*

Relativamente ao próprio comércio das especiarias, numa velada crítica à Rota do Cabo, espinha dorsal do Império, avançava-se que *“mais proueitoso he a seruiço de vosa alteza a vemda da pymenta em ormuz e em cambaya e em bengala, que em trazendo a portugal” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 425); e “sam tam grandes os guanhos dos tratos de quá e tam grossa a mercadoria e Riqueza da India, que he Riso falar no ganho da pymenta; [...] diguo uos, senhor, que mayor he o ganho das especiarias de malaca á India do que he da India a portugal” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 404).*

É caso para dizer que, à luz da visão traçada por Afonso de Albuquerque, a mais-valia do Império Oriental, em termos económicos, deveria radicar essencialmente na distribuição dos produtos asiáticos pela Ásia e não tanto no seu transporte da Índia para a Europa. Apelando-se, naturalmente, à maximização dos tráfegos e à exploração

de variadas e complementares modalidades de receitas, confiava-se na hipótese de se erigir no Índico uma entidade estatal / imperial poderosa, centralizada e autossustentável, dotada, deste modo, de liquidez financeira e capaz de acudir a todas as frentes.

Acontece, contudo, que o guião idealizado pelo *Leão dos Mares* e muitas das expectativas alimentadas por Lisboa com a Rota do Cabo encontravam sérios obstáculos. Por isso, com alguma irritação à mistura, Albuquerque desabafava nas suas cartas: “[...] e digo que devia vos alteza deixar se amtes roubar a dous frolemtis, que ver tamanho descredito em vossos tratos e feitorias da Imdia e tam mazcabados, metidos em tamta desordem e tam pouco voso proueito, porque estes taes naceram no negocio e saben o fazer” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 155); [...] assi, senhor, que me creaes, que o neguocio del Rei neste feito nam perde senam de nam ter homens mercadores cadimos, cosidos na mercadoria e no saber della, porque destes que quá tem, nam póde receber senam mexericos e emburilhadas: mostram se muito cheos de dor de sua fazenda, pera se poderem melhor ajudar della e saber feitorizar ha sua: estaa tudo pendurado em hũa escapula com hũa tea d aranha por cima” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 404-405).

A 16 de dezembro de 1515, faleceu Afonso de Albuquerque. O seu multifacetado trajeto, como mareante, guerreiro, escritor, estadista e diplomata, eleva-o claramente à categoria de uma das figuras mais relevantes da História de Portugal e da Época da Renascença. “*As cousas da india ellas falarám por mim*”, afirmou o *Leão dos Mares* (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 380-381), que também nos legou o célebre trecho, repassado de sapiência e amargor: “*Mal com os homens por amor delRey, e mal com ElRey por amor dos homens, bom he acabar*” (*Albuquerque, tomo II, parte IV, 1973: 229*).

O seu papel nuclear na estruturação do Estado / Império da Índia, concedendo-lhe o desenho com que se manteria, sem grandes mudanças, por um apreciável período de tempo, revelou, sem dúvida, um homem firme, destemido, por vezes mesmo marcado por alguns excessos, mas que acreditava profundamente no valor das suas ações, desenvolvidas ao longo de um recinto que ostentava dimensões gigantescas. Sem dúvida, poucos são os construtores de impérios que agiram numa escala semelhante.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Afonso de Albuquerque: o César do Oriente. Textos Seleccionados de Afonso de Albuquerque e do seu Filho (2006), prefácio, introdução e notas de T. F. Earle & John Villiers, Porto: Fronteira do Caos Editores.

Albuquerque, Brás de (1973), *Comentários de Afonso d Albuquerque*, 5.ª edição conforme a 2.ª edição, de 1576, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, 2 tomos, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas (1892), Lisboa: Imprensa Nacional.

Aubin, Jean (1996), *Le Latin et l’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son Expansion en Asie et les Relations Internationales*, I, Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises.

Barros, João de (1988), *Ásia. Primeira Década*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bouchon, Geneviève (2000), *Afonso de Albuquerque, o Leão dos Mares da Ásia*, Lisboa: Quetzal Editores.

Brochado, Costa (1945), “A Espiritualidade dos Descobrimentos e Conquistas dos Portugueses”, in *Brotéria*, vol. XL, Lisboa: 25-42.

Camões, Luís de (d.l. 1988), *Os Lusíadas*, edição patrocinada pelo Instituto Português do Livro e da Leitura, s.l.: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses.

Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam (1884-1935), direção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato e de Henrique Lopes de Mendonça, 7 vols., Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Cipolla, Carlo M. (1989), *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*, Lisboa: Gradiva.

Guerreiro, Inácio e Rodrigues, Vítor Luís Gaspar (1992), “O ‘Grupo de Cochim’ e a Oposição a Afonso de Albuquerque”, in *Studia*, n.º 51, Lisboa: 119-144.

Junqueiro, Clara (1989), “As Cartas de Afonso de Albuquerque: alguns aspetos relevantes”, in *Studia*, n.º 48, Lisboa: 263-306.

Loureiro, Rui Manuel (d.l. 1992), “A Língua Portuguesa no Oriente (Séculos XVI-XVII)”, in António Luís Ferronha (coord.), *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 105-118.

Luís, Alexandre António da Costa (2008), *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, Coimbra: Tese de Doutoramento em História, especialidade de História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor João Marinho dos Santos.

Oliveira, Julieta Teixeira Marques de (2000), *Veneza e Portugal no Século XVI: Subsídios para a sua História*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Júlio II dita por Diogo Pacheco em 1505 (1988), edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa: Edições Inapa.

Pedrosa, Fernando Gomes (1998), *Afonso de Albuquerque e a Arte da Guerra*, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Pinto, João Rocha (1992), *O Dispositivo Militar Naval no Estado da Índia no Primeiro Quartel do Século XVI: de 1498 a 1525*, Lisboa: Academia de Marinha.

Pinto, João Rocha (1988), “O Vento, o Ferro e a Muralha. A Construção do Império Asiático no Século XVI”, in *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa: Sá da Costa Editora, 163-175.

Pires, Tomé (1978), *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra: Universidade de Coimbra.

Rodrigues, Vítor Luís Gaspar (2002), “O Reforço do Poder Naval Português no Oriente com Afonso de Albuquerque (1510-1515): suas Implicações”, in *Anais de História de Além-Mar*, n.º 3, Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 155-163.

Santos, Catarina Madeira (1999), “Goa é a chave de toda a Índia”. *Perfil Político da Capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Santos, João Marinho dos (2010), *Estudos sobre os Descobrimientos e a Expansão Portuguesa*, vol. II, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura e Palimage.

Santos, João Marinho dos (1998), *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (Séculos XV e XVI)*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Santos, João Marinho dos (1996), *Os Portugueses em Viagem pelo Mundo. Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Silva, Joaquim Candeias (1996), *O Fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida 1457(?) - 1510*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Subrahmanyam, Sanjay (d.l. 1995), *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Linda-a-Velha: Difel.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (1994), *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha: Difel.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (1990), “L’Idée Impériale Manuéline”, in *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, publiés sous la direction de Jean Aubin, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 35-103.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (1998), *A Questão da Pimenta em Meados do Século XVI. Um Debate Político do Governo de D. João de Castro*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Witte, Charles-Martial de (1961), “Un Projet Portugais de Reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507)”, in *Congresso Internacional de História dos Descobrimientos. Atas*, vol. V, I parte, Lisboa: 419-449.

2. ALMIRANTE ANTÓNIO CARLOS REBELO DUARTE



ANTÓNIO CARLOS REBELO DUARTE, Vice-almirante REF.

**TEMA 2.1 “A CPLP, UMA COMUNIDADE À PROCURA DE UM CAMINHO”, ANTÓNIO C. REBELO DUARTE, V /
ALM. REF António C. Rebelo Duarte (ID.JC), Instituto Dom João de Castro, Restelo, Lisboa**

1. INTRODUÇÃO

É verdade que Portugal integra hoje o espaço europeu, mas geográfica, histórica e culturalmente, o país não se esgota na Europa, virado que está para o Atlântico e com os pés no Mediterrâneo, também merecedor de inclusão histórica na nossa identidade estratégica.

Nessa medida, fará sentido a congeminação de um futuro que passe pela consolidação do poder funcional que lhe advém da condição de plataforma oceânica.

A Lusofonia encontra aí a raiz estratégica fundamental, justificando-se, pois, que seja tida em boa lucidez e relevância, num futuro português cujo horizonte e à semelhança do passado, é o MAR, enquanto espaço estratégico de interesse nacional permanente.

De facto, a manifestação mais expressiva de uma renovada estratégia nacional pode situar-se nesse duplo contexto – MAR e CPLP –, as tais duas janelas de liberdade e oportunidade, de que fala o nosso Prof. Adriano Moreira², a recomendar uma avaliação mais atualizada sobre as articulações e coerência da relação triangular Portugal–Angola–Brasil, que se pretende privilegiada e inclusiva dos demais membros da Comunidade.

2. UMA IDEIA E UMA AMBIÇÃO

As relações entre os países lusófonos, historicamente foram o que foram. Portugal era o centro, o Brasil o primeiro a dizer adeus e as ex-colónias de África e Timor, independentes muito mais tarde e bastante diferenciadas entre si, vão fazendo o seu caminho, sem que hajam virado costas, e não era necessário, a Portugal.

Como diz o Prof. Adriano Moreira³, “... todos os países membros da CPLP são países marítimos, um facto de união que se agrega aos factos estruturantes que são a língua, a história comum não recebida a benefício de inventário, isto é, sem omitir erros ou desatinos, mas suficientemente rica de emergências que têm a primeira expressão na independência, e o traço inapagável, que soma às especificidades culturais próprias, que é a maneira portuguesa de estar no mundo.”

² “Memórias Do Outono Ocidental: Um Século Sem Bússola”, Ed. Almedina, NOV2013 (pp..151-153);

³ Conferência “O Interesse Português Na Bacia Do Atlântico”, No Instituto De Estudos Superiores Militares (IESM), Em 21FEV2013;

Mas também é verdade que o mundo evoluiu. Brasil e Angola serão os casos mais paradigmáticos. Os seus interesses económicos e políticos junto dos países parceiros lusófonos são evidentes, mas, cada vez mais, extravasam essa primeira geometria geopolítica.

Esta nova circunstância não apaga a ideia de uma CPLP como a mais importante herança, que chegou até hoje, do reluzente período da nossa história, semeando 244 milhões de falantes (só o Brasil tem 190 milhões) e 8 países dotados do português como idioma oficial, a língua que Pessoa identificou como a nossa pátria, espalhada, hoje, por 4 continentes.

Como é conhecido, a CPLP foi constituída em 1996, com 7 membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), a que se juntaria Timor-Leste, em 2002, e a Guiné Equatorial, precisamente na cimeira de Dili, em 2014.

Aparecido de Oliveira, o grande impulsionador e obreiro oficial da constituição da CPLP, se foi o seu pai, diz-se, com alguma graça, que o nosso Agostinho da Silva, muitos anos radicado em Brasília e responsável pelo desenvolvimento da sua universidade e respetiva biblioteca, bem pode ser lembrado como o avô do projeto.

Recorda-se que o primeiro passo para a criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em NOV1989, durante o primeiro encontro de chefes de Estado e de Governo de países de língua portuguesa, daí resultando a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), destinado à maior difusão desse idioma comum pelo mundo. A partir dessa primeira iniciativa, intensificaram-se os contactos entre os dirigentes, dando origem, sete anos depois, à atual comunidade, que tem, como dirigente, um Secretário-Geral, desde a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada a 20JUL2012, em Maputo, Murade Murargy⁴,

Não é demais sublinhar que nos bastidores da criação da CPLP esteve a vontade portuguesa de se reencontrar com os povos das antigas colónias, segundo um reinventado modelo de cooperação, plasmado num projeto consagrado no Centro Cultural de Belém pelos 7 fundadores.

Na sua agenda incluíram-se, desde logo, os temas da língua, da cultura, da cooperação técnico-científica, da formação, da segurança no âmbito vasto da Agenda para a Paz de Boutros Boutros-Ghali, sobretudo no setor do *peace-building*.

Portugal assumiu e partiu para esse projeto com esperança e entusiasmo, alimentados pelo facto de nos ligarem aos PALOP e Brasil um legado histórico, cultural, de afinidade e até de sangue, acreditando que estes países sentissem o recíproco sentimento de fraternidade, que a guerra colonial não havia destruído, oferecendo-lhes em troca uma vontade genuína de os entender e apoiar, por via de uma cooperação mutuamente vantajosa, potenciada pelo instrumento poderoso da língua comum, como "*fuel*" para a projeção de poder e influência do conjunto no Sistema Internacional (SI) e em espaços de renovado interesse geoestratégico para todos.

No entanto, cedo se sentiu que a vontade só por si e mesmo que apreciada do outro lado, não seria suficiente para mover moinhos. Era indispensável reunir capacidades e meios de financiamento, estes quase sempre insuficientes em relação aos níveis necessários para as ambições de desenvolvimento, nomeadamente no capítulo da defesa e difusão da língua, o principal ativo e esteio da organização multilateral, que não é só nosso, mas de todos.

⁴ Nascido a 10 de maio de 1946, é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em Portugal. Atual Embaixador de carreira diplomática da República de Moçambique;

Apesar dessas vicissitudes, a CPLP foi atraindo novos candidatos. Na Cimeira de Bissau em 2006, aceitou os seus 2 primeiros aderentes com o estatuto de associado⁵: Guiné Equatorial⁶ e Ilhas Maurícias⁷. Na Cimeira de Lisboa, em 2008, foi a vez de o Senegal ver formalizada idêntica adesão.

Na Cimeira de Dili, em 2014, aconteceu a entrada plena, como membro efetivo, da Guiné Equatorial, com toda a conhecida controvérsia e interrogação sobre o futuro da organização que essa elevação estatutária representou. Não será surpresa se se tiver de acrescentar novos lugares à mesa, já que no continente sul-americano, a CPLP é atraente aos olhos de todos os países que fazem fronteira com o Brasil⁸. Ucrânia e Roménia são dois outros candidatos, interessados pelos laços que estreitaram com Portugal através dos fluxos migratórios. Menos óbvio é, por ora, o interesse croata.

Os países fundadores da CPLP partilham “três plataformas estratégicas”: a referida língua portuguesa, os aspetos culturais dominantes (resultado da longa história comum) e o contacto com o mar (o Atlântico, na maioria dos casos). Esta foi, em linhas muito genéricas, a mola impulsora do projeto comumente partilhado, especialmente sentido nos primeiros anos da sua existência.

Isso não obsta a que se reconheça a CPLP como uma instituição ainda longe da consolidação. Fartar-lhe-á um projeto que subordine, de alguma forma, os interesses particulares dos Estados a uma estratégia que os supere, obviamente não alheada de um inevitável realismo geopolítico. Sem objetivos e estratégia política claros, nos quais estejam igualmente comprometidos os parceiros, todas as iniciativas se diluirão na retórica, subsumida naquilo que Alfredo Margarido⁹ designou de novos mitos portugueses.

De qualquer modo, dois fatores continuarão centrais nas justificações da CPLP: a Língua e a História, assim como uma questão fulcral, ou seja, em que medida a iniciativa da CPLP corresponde, no plano intracomunitário, aos interesses dos seus membros? Quem ganha o quê e como? Nestas questões é preferível afastar a conceção romântica de uma “desinteressada” e singular “irmandade”, confinada a um espaço histórico e linguístico *sui generis*. Enquanto instrumento concetual tal pretensão é uma falácia e, como meio de ação, pouco mais do que uma inutilidade.

A dificuldade será encontrar a interface entre interesses nacionais e comunitários, tanto mais que os da CPLP não poderão sobrepor-se aos interesses permanentes dos parceiros e, em muitos casos, aos que derivam da União Europeia - Países ACP, do Mercosul, da *Commonwealth* ou da própria UE. Aliás, o caso europeu é bem ilustrativo das dificuldades de convergência num acervo de interesses comuns que permita desbravar o processo de aprofundamento e integração.

Quanto às vantagens da existência da CPLP, cremos que elas decorrem menos do económico do que do conjunto, aliás impreciso, dos fatores socioculturais e linguísticos na medida em que estes facilitam diálogos cruzados com incidências em vários planos, incluindo o da economia. Só a economia não lhe proporcionará o oxigénio da continuidade, sendo imperioso um *projeto político* que lhe reforce a consistência, salvaguardando, ao mesmo tempo, uma multipolaridade de poderes e influências tendentes a rejeitar qualquer hegemonia ou pulsões identitárias, já que o surgimento de conflitos ideológicos está por ora afastado.

3. UMA CONSTRUÇÃO NA DIVERSIDADE DE VISÕES E INTERESSES

⁵ Além dos membros plenos e efetivos, há seis observadores associados: Geórgia, Japão, I. Maurícias, Namíbia, Senegal e Turquia (3 localizados no continente africano, 2 no asiático e 1 transcontinental entre os continentes asiático e europeu). Existem ainda “observadores consultivos” (ex: Academia Brasileira de Letras, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Agostinho Neto, etc.);

⁶ Antiga colónia de Portugal, objeto, no século XVII, de um negócio com Espanha, tendo em troca Portugal recebido da Coroa espanhola um território na América do Sul que foi integrado no Brasil;

⁷ Habitado por 2 comunidades – indiana e africana, originária de Moçambique – daí o interesse em participar na CPLP;

⁸ Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Suriname, Peru, Uruguai e Venezuela, onde existe uma forte comunidade portuguesa;

⁹ Na sua obra “*A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*”, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000;

Antes propriamente desse balanço desapaixonado das atividades e realizações que se podem inventariar ao longo do caminho percorrido, poderá ter interesse pôr em evidência aquilo que designaria como um certo “desfasamento”, entre o discurso oficial e a opinião informada.

No primeiro caso, socorro-me das palavras de Domingos Simões Pereira¹⁰, então Secretário Executivo da organização, pouco depois da sua posse:

“... A CPLP é um pacto de amizade e solidariedade entre iguais. A sua atuação está a ganhar crescente visibilidade internacional e o seu reconhecimento tem-se verificado nas atividades desenvolvidas em inúmeras áreas setoriais. As demonstrações de interesse de alguns países e instituições em integrarem a CPLP comprovam a vitalidade de uma organização que comemorou 15 anos de existência no passado 17JUL2011 ... “.

Depois de ler esta passagem, poucos seriam aqueles que colocariam reservas a um trajeto da CPLP bem-sucedido e de promissor futuro, em processo incontornável de afirmação, visibilidade e desenvolvimento. Mas será isso que verdadeiramente se descortina numa isenta leitura da realidade? Gostaria de avaliar a coincidência das duas visões, mas temo que a segunda seja menos entusiástica do que a da narrativa oficial, como procurarei ilustrar. Partilho, como muitos, a ideia de que a CPLP tem tido um desenvolvimento periclitante, em parte pelo curto empenhamento português, desinteresse brasileiro e, mais recentemente, angolano, bem como pelas fragilidades de toda a ordem, de que sofrem os antigos territórios portugueses, vítimas de vicissitudes várias do pós-descolonização.

A alegada “descompensação” tem-se manifestado de diversas formas e protagonismos.

Ainda no tempo do presidente Lula, o Brasil procurou relacionar-se, de maneira prática e eficaz, com o continente africano. Um influente jornal do país¹¹ radicava essa política no que chamou “a dívida africana que Lula começou a pagar”. Cremos que esta parangona se inspirou, muito mais na crítica implícita do colonialismo português, do que na responsabilidade brasileira, que não detinha, pela importação de mão-de-obra escrava africana durante mais de 3 séculos.

O mesmo Brasil que se antecipou no apoio à internacionalização do português pela CPLP, em JUL2008, ao anunciar um plano para a criação de uma universidade da comunidade dos países de língua portuguesa, prometido pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante uma visita à Guiné-Bissau.

Também num seminário do IDN, realizado em NOV2010, o ministro da Defesa do brasileiro, Nelson Jobim, contestou a vantagem do estabelecimento de uma zona de paz e segurança para o Atlântico Sul, em articulação com o Norte e a NATO, como advogavam muitas das entidades presentes, nomeadamente o seu homólogo português, no sentido de dever constituir o esteio político / doutrinário da CPLP – onde o Brasil não se quer empenhar, vide um recente acordo que fez com a CEDEAO¹². Fazer depender a importância da CPLP, no século XXI, e o ganho para Portugal que adviria, da consideração do Atlântico Sul como um “lago lusófono a partir do triângulo Brasil, Luanda, Lisboa”, como o comprovam as duas anteriores referências, é mais um episódio de uma tradicional utopia que amiúde confunde o desejo com a realidade.

Ainda o mesmo Brasil que contou com a sua presidente Dilma numa visita a Lisboa, julgo que em 2013, ficando instalada no Hotel Ritz, sem sequer se dignar a uma deslocação protocolar de cumprimentos aos mais altos representantes do Estado português, no mesmo mandato em que ordenou a exclusão das universidades portuguesas no destino dos bolsiros brasileiros na sua formação pós-graduada.

¹⁰ Publicadas em “Revista Pontos de Vista”, de 13AGO11;

¹¹ Jornal “Globo”, de 22AGO2008;

¹² Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental;

Invoco também o caso, ainda no campo protocolar, dos responsáveis timorenses, na qualidade de anfitriões da Cimeira da CPLP, de 2014, em Dili, colocando os representantes nacionais, PR e Chefe do Governo, perante o facto consumado da entrada da Guiné Equatorial na organização, para já não falar do mal esclarecido caso de expulsão dos magistrados portugueses em funções no território, nesse mesmo ano, tudo isto por parte de um país que viu em Portugal e justamente, o grande defensor da sua independência nos *fora* internacionais. Faço notar, nessa cimeira, as ausências dos presidentes angolano e brasileiro, ambos, embora mais aquele do que este, adeptos daquela nova admissão.

Também destaco o caso da tripulação de um avião da companhia aérea portuguesa, a TAP, que se viu violentada no aeroporto de Bissau, num incidente que levou à suspensão dos nossos voos para aquele território, durante meses e só há pouco reatados.

Da parte de Angola, a declaração presidencial de suspensão, em 2013, da parceria estratégica com Portugal, tendo até o seu Ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, afirmado¹³, que a cooperação com Portugal deixara de ser prioritária, em favor de países como a África do Sul, a China e o Brasil. Lembra-se também que foram as autoridades angolanas, as que criam mais restrições e dificuldades na passagem de vistos aos portugueses que têm vindo a procurar entrada e trabalho no jovem país.

Neste quadro, Cabo Verde merece uma referência pela positiva. É a ex-colónia com a relação mais próxima com Lisboa e a Europa. Um país que, talvez por menos marcas traumáticas no processo descolonizador, conseguiu compatibilizar a raiz africana da sua cultura e geopolítica, com uma vertente portuguesa e europeia da sua política externa, a que não será estranha a circunstância de ser esse o destino da maioria da sua numerosa comunidade de emigrantes.

Finalmente um reparo sobre o tão falado e criticado novo “Acordo Ortográfico” (AO). Temos a plena consciência de que a língua não é um património que nos pertença por inteiro e em exclusividade. Mas ela também é nossa e o processo que está na génese daquela iniciativa ortográfica tem sido contestado por pouca clareza e transparência nos seus objetivos e alcance. Uma coisa essa diligência representou, uma exceção ao caminho percorrido pela língua comum de outras comunidades, como o francês e o anglo-saxónico, que nunca precisaram, nem sequer colocaram em equação, alterações da sua forma habitual de escrita, para servirem as respetivas comunidades.

Não é nosso intuito reabrir, aqui e agora, esse contencioso e, a prová-lo, mencionamos outras visões e pontos de vista que advogam, como Eduardo Lourenço, a ideia de que “*Uma língua não tem outro sujeito senão aqueles que a falam (...). Ninguém é seu proprietário*”¹⁴, corroborada pelo meu Mestre e amigo, Prof. Adriano Moreira, acrescentando que, apesar do valor da língua no PIB e como elemento de união entre os membros da CPLP, é importante que “*cada Estado entenda que a língua não é sua, que apenas também é sua...*”¹⁵.

Mas o sim ou o não ao novo AO, não esgota os problemas e desafios da língua. Preocupante é a dificuldade que o seu ensino e difusão enfrentam por todo o lado, agravada pela gravíssima situação económica da maioria dos tais milhões de falantes do português, dos seus altíssimos índices de iliteracia, do diminuto peso que a CPLP tem no plano internacional ou da sua escassa presença no universo da *Internet*.

Estas e outras preocupações, que desafiam o tal futuro da CPLP, constituem o principal objeto do próximo item.

4. UM FUTURO COM INTERROGAÇÕES

¹³ Em entrevista à Televisão Pública de Angola (TPA), em 23OUT2013;

¹⁴ Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 124;

¹⁵ Moreira, Adriano, “*Uma Bandeira Marítima para a CPLP*”, Conferência de Encerramento do ciclo “A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa”, Academia de Marinha, Lisboa, 27SET2011;

A ideia de Lusofonia continuará, salvo melhor opinião, a pecar pela falta de visão e pensamento comungados pelos membros, causando até algum incómodo àqueles que não se conseguem desprender da imagem que o termo contém em si de uma génese portuguesa de centralidade e origem lusa.

A confirmar este sentimento atente-se a clareza das palavras de Eduardo Lourenço: “*Não sejamos hipócritas, nem sobretudo voluntariamente cegos: o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza (...) um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude lusíada*”¹⁶. E esta particularidade constituirá, talvez, a maior debilidade do seu elã constitutivo.

A Lusofonia terá de ser olhada com uma nova lente, que nos habilite a captar um espetro mais amplo da realidade, alargando o conceito de uma mera comunidade linguística, a um reino que se vai formando por espaços e povos, cuja importância estratégica resulta, mais do que da perspetiva de passado e, da realidade presente e futura, assente na criação de uma matriz lingüístico-cultural de dimensão plural e uma base comum que cimente, no espaço e na cultura, um potencial de cooperação multiplicador do campo de ação de cada membro, sem condicionar ou subordinar cada um deles.

Concordamos com Eduardo Lourenço, quando refere que “*o passado também tem futuro*” e, nesta linha, a “Lusofonia” deverá ser vista como um projeto que se estende no eixo do tempo, com uma concretização no passado, realidade no presente e potencialidade para o futuro, não devendo, nem podendo continuar amarrados ao tempo nostálgico do “*mundo português*”, a chamar-nos à razão de que o imaginário lusófono virou, definitivamente, o da pluralidade e diferença.

Só assumindo essa diversidade, bem como as dissemelhanças culturais, históricas e simbólicas, poderemos continuar a dar algum sentido à existência e construção de uma verdadeira comunidade da Lusofonia¹⁷, como um reino imaginário de partilha, fraternidade e desenvolvimento, constituído por diversos países e comunidades de falantes do português. Só nesse espaço cultural, não apenas empírico, mas intrinsecamente plural definidos pelos novos imaginários, é que um qualquer sonho de comunidade e proximidade estará destinado a cumprir-se ou não.

Só com linhas de ação muito concretas, se conseguirá dar resposta aos múltiplos desafios que a Lusofonia apresenta no tempo corrente, nomeadamente no plano da concretização de iniciativas com valor económico e empresarial e da promoção da cooperação em diversos domínios, incluindo a ciência e investigação, as tecnologias, o ensino, a saúde e a segurança, a par da obtenção de um estatuto internacional de produtor de paz e estabilidade, reconhecido pela ONU e outras organizações internacionais de âmbito regional. Para este móbil político há que convocar a contribuição da “*sociedade civil*”, das comunidades académicas e dos cidadãos em geral, sob pena de poder degenerar num conceito vazio de sentido para a maioria das populações dos Estados membros.

Há também que reconhecer que a pertença à CPLP não garante, só por si, que exista unanimidade acerca do seu principal papel e uma conjugação completa de interesses e de políticas externas destes países. A Comunidade Lusófona tem que vencer dificuldades, incluindo as de cariz estrutural, resultantes, em larga medida, da pertença dos Estados-membros a outros espaços regionais com estratégias e interesses próprios e diferenciados. Explicitando: o Brasil não pode descartar o Mercosul, Moçambique não pode desvincular da “*Commonwealth*”, a Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e até Cabo Verde, não se alheiam da atração do espaço da “*Francofonia*”, atrações que Portugal também não pode ficar imune, como no caso da UE e da NATO.

Os tempos de hoje são outros. A globalização desgastou a imagem atrativa de Portugal, a Europa está em crise e afirmaram-se novas dinâmicas regionais. A trajetória dos países da CPLP é disso prova cabal. Procuram o seu lugar em novos equilíbrios regionais. Os interesses em jogo, muito guiados pela perspetiva económica, ultrapassam já a realidade de 1996 e introduzem uma dimensão económica nunca sonhada aquando da constituição da CPLP, pautada, então, pela sedutora linha de cooperação tradicional baseada no conhecimento mútuo forjado por laços históricos.

¹⁶ Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, pp. 162/163;

¹⁷ Em 2005, numa reunião em Luanda, a CPLP decidiu o 05MAI para comemoração do Dia da Cultura Lusófona pelo mundo;

Mau grado esta prevalência do mundo económico a determinar o trajeto futuro, a CPLP não deverá deixar de se assumir como uma organização global, multissetorial, pluridisciplinar e global. E, ao fazer esta referência, lembramo-nos de outro elemento que nos liga: o Mar, um domínio no qual a CPLP poderia partilhar uma visão comum para o desenvolvimento sustentável das atividades marítimas, com impacto ambiental, social e económico.

Teremos de ser discernidos na valoração e avaliação que cada país dá à sua participação na Comunidade, devendo estimular-se a cooperação económica, social e técnico-científica, de modo a favorecer um melhor ambiente e receptividade para fomentar as convergências políticas. Razões haverá para subscrever a preocupação expressa pelo Prof. Adriano Moreira, ao declarar: “... *E por tudo isto justificadamente inquietos com a deriva em curso da CPLP. ...*”¹⁸.

5. CONCLUSÕES

Passados 40 anos das independências das ex-colónias portuguesas em África, as realidades mudaram em todos os sentidos. Obviamente políticas, em crescente grau económicas e significativamente em termos de comportamentos, atitudes e valores, menos a ideia de que Portugal parece ser atualmente o membro da Comunidade, que mais importância dá à mesma, associando-lhe parte da sua identidade e estratégias particulares.

Para nós, é de interesse estratégico, económico e político, manter boas relações com as ex-colónias portuguesas? Claramente, sim. Ambos os lados podem ganhar? Podem. Mas há que definitivamente olhar para a África lusófona como uma componente do continente africano. Mais, ter a noção de que a África lusófona é heterogénea, no sentido em que são África(s), antes de mais, e lusófona(s) apenas depois, cada uma à sua maneira, uma faceta pouco lembrada porque mal esquecida.

Apesar dos seus exíguos recursos materiais e financeiros, Portugal tem todo o interesse em apoiar a cooperação política, económica, cultural e até de defesa, com os países lusófonos, assumindo assim uma posição de charneira e de destaque no relacionamento com a CPLP, bem como com os países africanos “não lusófonos” e ainda com as suas organizações regionais.

No momento do seu lançamento, imaginou-se que os motores da organização seriam o Brasil e Portugal. Hoje, a situação alterou-se, com as debilidades portuguesas a serem substituídas por uma Angola e, mesmo Moçambique, em crescente esforço de afirmação e conseqüente defesa dos seus interesses mais diretos. Até por isso, é tão importante a recuperação económica e a reposição da relevância política do nosso país, para que o Sul não chame a si o exclusivo das virtualidades que a CPLP ainda vai conservando.

6. NOTAS FINAIS

A CPLP, para vingar no mundo globalizado, tem de ser uma organização comprometida com objetivos comumente aceites.

A CPLP só vingar-se conseguirá uma estratégia com visão política global, dotada de instrumentos institucionais inovadores e meios orçamentais à altura, tudo o que lhe tem faltado até agora. Só assim conseguirá dar resposta aos múltiplos desafios que hoje a confrontam, nomeadamente o reforço da língua e a dinamização de parcerias e projetos a todos os níveis do ensino, investigação e cultura, pois só esta assegura a eternidade que o económico não garante.

Trabalhar para a promoção do desenvolvimento de cada um dos parceiros, admitindo e respeitando igualmente as opções de alianças e de estratégias de cada um dos membros, é o que se pode desejar e esperar da

¹⁸ “A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA E O CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL”, CONFERÊNCIA PROFERIDA NA SESSÃO DE ASSINALAMENTO DOS 140 ANOS DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, EM 28JAN2015;

CPLP ...na simples e modesta opinião do autor e cidadão comum, que conheceu todos os países fundadores, por via da prestação de serviço militar ou em visita oficial.

7. BIBLIOGRAFIA

- Lourenço Eduardo (1999), *“A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia”*, Lisboa, Gradiva;
Margarido, Alfredo (2000), *“A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses”*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas;
Moreira, Adriano (2013), *“Memórias do outono Ocidental: um século sem bússola”*, Editora Almedina, NOV2013;
Moura, José Barata (2010), *“Portugal e a CPLP. (In)suficiência estratégica da língua”*, texto da conferência proferida no ID.JC, em OUT2010, publicado no seu Boletim “Roteiros”, Nova Série, 2010, N.º 4;

3. ANA RITA CARRILHO, DIRETORA DO CURSO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA - DEPARTAMENTO DE LETRAS, UBI,



ANA RITA CARRILHO

Tema 2.5. O ensino da língua portuguesa na Europa: Portugal e Polónia.”

RESUMO [trabalho final não entregue dentro do prazo]

No contexto de ensino de língua com centragem no aprendente, voltado para as necessidades deste último, a presente comunicação pretende contribuir para um melhor entendimento sobre o processo de aprendizagem estratégica da língua portuguesa em dois contextos distintos: como língua estrangeira (LE) e como língua segunda (L2).

Parte-se do constructo de *estratégia de aprendizagem* e reflete-se sobre o seu ensino explícito, visando otimizar a aprendizagem da língua na expectativa de contribuir para que os aprendentes se tornem mais autónomos, responsáveis e bem-sucedidos. Propõe-se que estratégias de ensino e de aprendizagem sejam conjugadas no espaço da sala de aula, proporcionando condições para que os aprendentes desenvolvam, por si próprios, um comportamento estratégico e que reconheçam nelas o seu poder enquanto mecanismos de autorregulação, capazes de facilitar a compreensão, o armazenamento e a recuperação de toda a informação alvo de aprendizagem.

Na presente comunicação traz-se à colação um estudo realizado nos contextos de aprendizagem de Português Língua Estrangeira (LE) e Língua Segunda (L2), ambos ao nível de iniciação, no qual se pretendia verificar se o ensino explícito de estratégias era bem recebido pelos aprendentes e em que medida esta ação contribuiu para o desenvolvimento de uma aprendizagem estratégica da língua.

4. ANTIA CORTIÇAS LEIRA, ESCOLA DE IDIOMAS DE FERROL (EOI_FERROL) GALIZA



ANTIA CORTIÇAS LEIRA

TEMA 2.1 CONTRIBUTOS PARA O ENSINO, APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DO PORTUGUÊS NA GALIZA, DPG – Associação de Docentes de Português na Galiza, Antia Cortiças Leira - EOI – Escola Oficial de Idiomas de Ferrol, Galiza e Xurxo Fernández Carvalhido - Centro de Línguas Modernas Universidade de Santiago de Compostela, Galiza.

0. RESUMO

O ensino do português na Galiza está cheio de idiossincrasias, vantagens e, sobretudo, inúmeros desafios. Veremos um pouco pelo miúdo estas questões através dos olhos da experiência poderá abrir-nos novas portas para novas formulações, debates e resoluções.

Uma das primeiras questões a colocar seria a de qual a etiqueta e, conseqüentemente, qual a focagem e metodologia que devemos dar a esse ensino na Galiza: língua materna, língua estrangeira, língua segunda, língua de herança, língua?

Por conseguinte, qual deveria ser a melhor focagem didático-metodológica a darmos às nossas aulas?

Num plano mais concreto poderemos exemplificar brevemente isto com elementos tirados da experiência; colocando quais as principais facilidades e dificuldades com que nos deparamos no nosso dia a dia docente. E, ainda, estimar quais os conteúdos mais relevantes na hora de obtermos uma aprendizagem significativa? Quais os empecilhos e os elementos favoráveis na hora de avaliar?

PALAVRAS-CHAVE: Ensino do Português, destrezas, critérios de avaliação, Galiza, didática.

1. INTRODUÇÃO

Esta pequena reflexão e comunicação, sem maior ânimo que levantar algumas questões e convidar para a reflexão, veio um pouco à tona de um recente acontecimento político e social da Galiza como foi a aprovação da LEI 1 / 2014, do 24 de marzo, *para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos coa lusofonia*; publicada no DOG de terça-feira 8 de abril de 2014 e posteriormente no BOE de 26 de maio do passado ano 2014: Ley 1 / 2014, de 24 de marzo, *para el aprovechamiento de la lengua portuguesa y vínculos con la lusofonia*. Como docentes de português, como indivíduos galegofalantes numa sociedade com um grave problema de diglossia e de retrocesso no uso habitual e maioritário da sua suposta língua natural (galego) e como membros ativos da DPG quase desde o seu nascimento consideramos que seria de um grande interesse apresentarmos aqui algumas reflexões que a partir deste facto histórico se nos podem colocar. Além de mais quando a lei provém da sociedade, surge de uma ILP - Iniciativa Legislativa Popular avalada por mais de 17.000 assinaturas de pessoas galegas que decidiram dar o seu apoio à solicitude que finalmente foi aprovada por unanimidade pelos grupos parlamentares.

Uma nova porta poderia vir a ser aberta a partir desse momento, sobretudo no que aqui nos ocupa e diz mais respeito, no ensino do português na Galiza. Até ao momento, o ensino do português na Galiza tinha indo aumentando ligeira e lentamente na Galiza, mas sem ter tido muita promoção nem atenção por parte das administrações, dos agentes políticos e estruturais, assim como das diferentes instituições do ensino. O que se nos coloca como uma das grandes falhas e contradições porquanto constituirmos, a Galiza e o norte de Portugal, uma Eurorregião desde 2008¹⁹, sendo esta habitualmente considerada como uma das mais ativas, coesas e com fortes relações de entre as ligações transfronteiriças e inter-regionais que tem vindo a estabelecer e constituir a UE como elementos de organização supraestatais e como uma das suas políticas regionais fundamentais.

Parece então que talvez com esta nova situação se poderá vir a resolver um dos furos mais graves existentes nessa suposta maquinaria da integração e da cooperação regional promovida pela UE, nomeadamente ao que a relações e conhecimento mútuo se refere, o que nos parece, por outro lado, um dos elementos basilares para as restantes inter-relações preteridas e tão duramente perseguidas (económicas, de desenvolvimento e organização estrutural, etc.).

2. A ETIQUETA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

Na atualidade o ensino de português como língua estrangeira tem vindo a se desenvolver e consolidar muito assim como tem sido objeto de análises e definições constantes. Neste sentido queremos colocar aqui uma reflexão sobre como se poderia considerar exatamente o ensino do português na Galiza de entre as muitas etiquetas existentes. Para isso começemos por saber em que terreno nos estamos a mexer:

«Parte I, Disposições Gerais, Artigo 1.º – Definições²⁰:

a) A expressão “línguas regionais ou minoritárias” designa as línguas que são:

i) utilizadas tradicionalmente no território de um Estado pelos cidadãos desse Estado que constituem um grupo numericamente inferior ao resto da população do Estado; e

ii) diferente(s) da(s) língua(s) oficiais desse Estado; (...)

c) A expressão “línguas desprovidas de território” designa as línguas utilizadas pelos cidadãos do Estado que são diferente(s) da(s) língua(s) utilizadas pelo resto da população do Estado, mas, ainda que tradicionalmente utilizadas no território do Estado, não podem ser identificadas com uma área específica deste. (...)

Parte I, Disposições Gerais, Artigo 2.º – Compromissos

1. *Cada Parte compromete-se a aplicar as disposições da Parte II a todas as línguas regionais ou minoritárias faladas no seu território, que correspondem às definições do artigo 1.º.*» (Conselho de Europa, 1992:3)

Com estas afirmações, a consideração científica que os principais linguistas lhe têm dado à faixa galego-portuguesa do oeste peninsular²¹, ou a própria perceção dos utentes da língua que segundo Juncal Sampedro (2012:109):

19 Para uma ideia de como foi o processo da criação da Eurorregião pode ser consultado Juncal Sampedro, Lois Manoel (2012): para compreender a Eurorregião Galiza – Norte de Portugal - Volume I, Trabalho de projeto de investigação no âmbito do Mestrado em Economia Local da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Orientador: Professor Doutor Fernando Alberto Baetas Oliveira Ruivo, Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21426/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Lois%20Juncal%20Sampedro%20Para%20compreende%20a%20Euroregi.pdf> em março 2015.

20 Conselho Europeu (1992) Carta Europeia das línguas regionais ou minoritárias, Estrasburgo: Conselho da Europa. Disponível em http://www.coe.int/t/dg4/education/minlang/textcharter/Charter/Charter_pt.pdf

21 Veja-se Lindley Cintra, Luís (1971) "Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses" em Boletim de Filologia, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 22, 1971, pp. 81-116. Também disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/novaproposta.pdf> em março 2015.

«É curioso verificar que, sendo historicamente regiões pertencentes a dois Estados diferentes, muitas vezes rivais, a população de ambas as regiões considera em larga escala que a língua, a cultura e a história são fatores de união. Embora a um nível inferior, as infraestruturas de transporte são também vistas como fatores de união. O fator “política” é o menos visto como fator de união, sendo mesmo percecionado pelos galegos de forma mais vincada como barreira do que elemento de união.»

E ainda, com as definições que se recolhem na *Carta Europeia das línguas regionais ou minorizadas*, apresenta-se-nos um problema (por não entrarmos já nos velhos discursos dos chamados de “conflito ortográfico” ou “guerra de grafias”, que se saldaram com a publicação da Lei da Normalización Linguística (1983)²² pelo recém-criado, na altura, Parlamento Autonómico Galego). Já que, na teoria, o *galego*²³ se nos apresenta como uma 'língua minorizada'; por outro lado estamos inseridos num contínuo linguístico-cultural sobejamente reconhecido a nível de consideração cultural e organização político-administrativa europeia, e, até há bem pouco (1990), os estudos universitários que conduziam a obter o grau para lecionar galego eram denominados de “filologia galego-portuguesa”. Contudo, hoje em dia a língua portuguesa tem apenas a consideração “oficial” de 'língua ambiental' na Galiza (o que permite tirar um C1 em 4 anos de estudos oficiais e regradados fronte a outras línguas que precisam de 7).

Manifestamente poderíamos escolher qualquer uma delas, a língua portuguesa na Galiza poderia ter muitos 'nomes' ou 'etiquetas', sobretudo agora que as políticas, consideração e desenvolvimento de políticas de ensino-aprendizagem de PLE – Português Língua Estrangeira, e não só, têm avançado tanto.

Entre outras, as eventuais classificações que poderiam surgir como mais comuns no ensino do português são as seguintes:

- *Língua materna: aquela que aprendemos de uma maneira mais natural e espontânea; a língua de uma pessoa ou povo de per se.*
- *Língua estrangeira: desde que demos atenção para a atual delimitação geográfica e de estabelecimento de fronteiras, a língua portuguesa pode também ser considerada uma língua estrangeira próxima, mas como outra qualquer, como o francês.*
- *2.ª Língua estrangeira: A mesma ideia, mas no atual panorama de riqueza linguística exigida poderia ser a segunda língua atrás de uma outra preferente como o inglês por exemplo.*
- *Língua de herança: aqui estaríamos a falar de uma língua que de alguma maneira nos diz respeito, atualmente é a etiqueta usada para aquelas comunidades portuguesas na emigração e já de segundas ou terceiras gerações que não vivem em território de desenvolvimento natural da língua portuguesa.*
- *Língua de comunicação internacional: simplesmente isso, colocar-se no panorama mundial como uma língua de comunicação à semelhança do inglês.*
- *Língua portuguesa num ensino bilingue e / ou plurilingue: neste caso entramos em novos paradigmas de ensino de línguas que têm vindo a proliferar nos últimos anos de uma maneira mais sistemática do que antes apenas era uma opção e educação muito restrita a uma classe social alta. O inglês tem ocupado fundamentalmente esta tipologia de ensino, mas desde há uns anos para aqui novas alternativas se apresentam como opções válidas, e uma delas seria a língua portuguesa usada como língua de ensino de todo o tipo de matérias.*
- *Língua portuguesa como língua ambiental, de contacto ou em espaços de fronteira: aqui também encaixaria a possível etiqueta a darmos ao ensino de português no nosso território, de facto nas zonas mais fronteiriças já assim se tem tratado e colocado e, como dissemos anteriormente, também é este o tratamento que recebe na atualidade a língua portuguesa nas Escolas Oficiais de Idiomas (principais estabelecimentos de ensino do português na atualidade); onde uma pessoa poderá alcançar um nível*

²² Lei 3/1983, do 15 de xuño de Normalización Lingüística, publicada no DOG n.º 84, de 14 de xullo de 1983.

²³ Entenda-se e considere-se que por galego referir-nos-emos sempre neste texto à variedade da língua desenvolvida e representada com a norma ortográfica oficial ILG-RAG pertencente na atualidade à Comunidade Autónoma da Galiza, na Espanha; por português ou língua portuguesa referimo-nos à ortografia estabelecida pelo AO de 1990 vigente e oficial em Portugal e nos países de fala portuguesa que assim o ratificaram e assumiram.

B2 do QECR em apenas 4 anos face aos 6 anos normativos e regulares da maior parte das línguas consideradas estrangeiras (alemão, inglês, francês e até italiano).

- Uma nova etiqueta para a língua? aqui é aonde queremos chegar, pois como estamos a ver a língua portuguesa na Galiza pode ser uma coisa, duas ou todas à vez segundo a perspetiva com a qual olhemos, nos coloquemos ou segundo o elemento ou vertente que tenhamos como prioritário. Desde a DPG temo-nos defrontado nos últimos anos (materializando-se nos nossos Encontros Internacionais de Didática do Português, que já lá vão na sua VI edição) sobre questões didáticas e de qual a melhor pedagogia a usarmos numas aulas abordadas desde a atual metodologia comunicativa que prescreve o QECR para o ensino de línguas²⁴.

Na Galiza, que é o que nos ocupa, temos que a língua portuguesa se estuda hoje maioritariamente como uma 'língua estrangeira' maioritariamente nas Escolas de Línguas, embora com a particularidade de ser considerada também 'língua ambiental'. Também aparece de maneira irregular e descontínua, sem uma legislação que a regule²⁵, até ao momento, como 'segunda língua estrangeira' a nível optativo nalguns estabelecimentos de ensino secundário. E, como 'língua de transmissão num ensino bilingue e / ou plurilingue' avalados, na teoria, pela *Orde do 12 de maio de 2011 pola que se regulan as seccións bilingües en centros sostidos con fondos públicos de ensino non universitario*, e pelo *Decreto 79 / 2010, do 20 de maio, para o plurilingüismo no ensino non universitario de Galicia* (neste caso encontram-se alguns, um par, centros de formação profissional basicamente). Junto a isto também surge, num número muito limitado de estabelecimentos, como 'língua de fronteira ou ambiental', implementado nalguns estabelecimentos de ensino básico localizados próximos da fronteira galego-portuguesa e, neste caso, dependentes do Camões – Instituto da Língua e da Cooperação de Portugal (e mais concretamente da sua coordenação em Madrid: EPE – Espanha / Andorra: Coordenação do ensino do português Espanha e Andorra²⁶). Portanto como podemos comprovar o ensino da língua portuguesa é de *per se* uma questão complexa e não-consensual nem uniformizada na Galiza.

O panorama abre-se agora para a possibilidade de estabelecermos legislação que realmente regularize, diversifique e dê a atenção merecida a esta questão esquecida de longa data no nosso território.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DIDÁTICO METODOLÓGICAS PARA UM MAIOR SUCESSO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS NA GALIZA

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

O cerne desta nossa intervenção é aqui que começa, nos elementos mais estritamente didático pedagógicos que se nos apresentam quando estamos na realidade extralinguística a pôr em prática e a avaliar o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa na Galiza. Por isso queremos aqui apontar para algumas questões que poderão vir a ser consideradas para obterem, eventualmente, um maior sucesso.

Antes de nos debruçarmos pelas questões mais concretas a considerar neste âmbito, queremos ainda alertar para a evidente questão de que neste processo de ensino-aprendizagem de uma língua entram em confluência inúmeros fatores, que, por sua vez, poderão condicionar, e condicionam, e implicar diferentes métodos e focagens, assim como objetivos e resultados a alcançarmos.

Num primeiro nível mais abstrato consideramos que podemos articular estes elementos que poderão condicionar e influir o processo de ensino-aprendizagem nas 3 seguintes áreas iniciais (que poderão depois

24 Para uma aprofundação desta questão ver o texto para este mesmo congresso apresentado pelo colega Xurxo Fernández Carballido (2015) *Presente e futuro do ensino do português na Galiza*.

25 Desde a Comissão Promotora da ILP Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz Andrade para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a lusofonia (2013) foi elaborado um documento que coloca uma proposta de desenvolvimento da lei finalmente aprovada 'LEI 1/2014, do 24 de março, para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos coa lusofonia', desenvolvido em 2013: 'PARECER sobre o desenvolvimento da Lei Paz-Andrade', que pode ser consultado aqui: http://portugaliza.net/tvsptnagaliza/docs/291013_parecer_ilp.pdf em março 2015.

26 Mais informação sobre esta coordenação em <http://epeespanha.blogspot.com.es/> em março 2015.

conter ou subdividir-se em outros âmbitos mais concretos), e estabelecidas por uma certa ordem de prioridade segundo o nosso critério:

Objetivo a alcançar ou principal razão pela qual se quer obter um conhecimento mais apurado e profundo da língua alvo de estudo, neste caso a língua portuguesa.

Contexto sociolinguístico e territorial particular em que se dá esse particular processo de ensino-aprendizagem.

Metodologia e didáticas privilegiadas e que se apresentam como mais úteis e mais usadas na posta em prática diária nas aulas desse processo de ensino-aprendizagem.

Dentro de cada um desses campos a considerar para poder analisar, avaliar e melhor estabelecer o mais efetivo processo de ensino-aprendizagem de uma língua podemos destacar, para o caso concreto que nos ocupa de ensino da língua portuguesa na Galiza, alguns elementos e fatores como os seguintes (alguns comuns a qualquer outro ensino-aprendizagem e, mais particularmente, a qualquer outro ensino-aprendizagem de línguas, e outros mais específicos da nossa própria realidade):

Conhecimentos prévios e capacidade comunicativa real (e por destrezas) por parte dos discentes, tanto da sua própria língua (neste caso na teoria do galego e do castelhano) como de outras línguas que possa conhecer ou ter estudado.

Capacidade do próprio discente para a aprendizagem de línguas em todos as suas vertentes (de estrutura linguística propriamente, de capacidade discursiva, de capacidade criativa, de uso de recursos e de inovação, da capacidade de expressão de ritmos e tonicidades, etc.).

Exposição dos discentes à língua alvo de estudo na sua variedade mais padronizada e possibilidade de existência e usufruto de contextos de imersão linguística.

Conhecimentos e desenvolvimento da competência sociocultural da(s) diferente(s) realidade(s) onde eventualmente é língua natural a língua alvo de estudo-aprendizagem.

Capacidade de desenvolver a capacidade de imitação, reformulação, teatralização e / ou dramatização assim como de improvisação e inovação (no sentido de fazer uso da própria criatividade a diferentes níveis), dado que um ato natural de fala costuma ser na maior parte dos casos improvisado.

Presença e desenvolvimento de certa consciência linguística, entendida esta como o respeito e valor à diversidade das diferentes línguas e as suas culturas e 'maneiras de ver a vida' que estas depreendem.

Aprendizagem como processo, ser cientes da característica inerente de uma língua de se colocar numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

Focagem orientada para a ação, aprender uma língua não faria muito sentido se ficarmos só pelo conhecimento passivo da mesma pois é o uso da mesma a que faz com que viva como língua natural e de comunicação.

3.2. PRINCIPAIS DESAFIOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA:

No exercício real do processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa na Galiza colocam-se-nos certas questões, por todas as pessoas mais ou menos conhecidas e intuídas, que já vimos deixando entrever ao longo do presente texto e que têm a ver, entre outros, com:

Qual o objetivo principal que queremos alcançar? Máxima proficiência comunicativa, máximo conhecimento linguístico, máxima correção e pureza linguística, etc.?

Qual o nível de exigência que deverá ser aplicado segundo a consideração (etiqueta) que estabelecamos para esse ensino da língua portuguesa na Galiza?

Quais devem ser os 'mínimos' a considerarmos no processo de avaliação para um discente ser considerado proficiente e / ou apto?

Qual deverá ser o modelo oral de língua mostrado como modelos e exigido aos discentes para a sua realização?

4. A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

4.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Nos diferentes sistemas educativos a avaliação representa o núcleo do processo de ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira. Mesmo quando o ensino não seja formal ou regrado a avaliação é consubstancial ao processo de aprendizagem. Aprendemos um conceito, uma regra, um som que alguém nos ensinou e avaliamos, ou alguém avalia, se tivemos sucesso na aprendizagem e qual é o nível do êxito.

Perante esta visão natural da avaliação existe o pânico, especialmente entre os formandos, mas também entre os docentes, às classificações, às frequências, aos testes, aos exames, especialmente aos nervos incontornáveis das provas orais, mesmo em pessoas com alta formação e ampla experiência vital.

Por outro lado, a relação do processo de ensino / aprendizagem e a avaliação tem evoluído nos últimos tempos, a avaliação reduzida a uma classificação não deveria ser um objetivo *per se*, embora resista a sua filosofia de maneira muito mais forte do que muitos docentes desejaríamos. Nos últimos tempos o conceito de avaliação contínua, de disponibilizar vários repertórios para a consolidação de uma avaliação complementar e não apenas numérica tem vingado no âmbito educativo.

«Cuando pensamos en la evaluación escolar, es decir, en la evaluación del aprendizaje, el interés estriba en medir, de alguna forma, si se poseen los conocimientos esperados según los objetivos propuestos por el profesor, por la institución, por el curso o por el nivel a que se refiera. Los propósitos últimos pueden ser diversificados: aprobar o suspender el estudiante, obtener información sobre los progresos alcanzados, recoger información sobre la adecuación o no de los métodos de enseñanza y aprendizaje adoptados, entre otros.» (Eres Fernández & Rádis Baptista, 2010: 7)

No entanto, com a introdução de novos tipos de aprendizagem, especialmente à distância via internet, a acreditação de conhecimentos linguísticos mediante a realização de exames internacionais – no caso da língua portuguesa, CAPLE e CELPE-BRAS, principalmente –, a avaliação tornou-se um elemento central, quando não único, para estabelecer a aptidão e a proficiência desses formandos. E no caso da Galiza também, onde ao colocar-se a língua portuguesa principalmente como uma 'língua estrangeira' está a ser avaliada mais com provas unificadas seguindo os níveis do QECR do que como 'língua própria'. Isto provoca a existência de um desajuste entre a prática diária docente (onde muitas coisas são ensinadas e vistas como se fossem aulas de galego e / ou castelhano, por ser uma 'língua ambiental') frente à avaliação que é realizada seguindo parâmetros de qualquer uma outra 'língua estrangeira'. Isto provoca certa frustração e desconforto entre discentes e também entre docentes, assim como dificulta o processo de ensino-aprendizagem por não termos bem delimitado o campo de atuação em relação ao método e didática de ensino e os níveis de exigência posteriores.

Também, no Estado espanhol existe o conceito dos “alunos livres”, um tipo de estudante adulto, a partir dos dezasseis anos, que se candidatam aos exames oficiais das Escolas Oficiais de Idiomas (EOI) para tirar os certificados de línguas, com a mesma validade que os alunos que frequentam os cursos presenciais da instituição. Neste tipo de avaliação, ao docente não ter critérios avaliativos típicos de uma avaliação contínua, reduz toda a valorização de todas as competências ao processo dos diferentes testes e a uma prova oral.

Um fenómeno semelhante é a Prova de Competência Linguística (PCL), estabelecida, por exemplo, pela Universidade de Santiago de Compostela, ao abrigo do Processo de Bolonha, pelo qual todos os universitários compostelanos devem acreditar para se licenciarem o nível B1 numa língua estrangeira, uma exigência que se vai alargar a todo o sistema universitário galego e espanhol.

Esta obrigação académica faz com que o interesse pela língua portuguesa tenha aumentado nos últimos tempos, porque à tradicional problemática da aprendizagem do inglês, os estudantes encontram uma

alternativa na facilidade²⁷ que para os galegófonos e, em muita menor medida, para hispanófonos representa a língua portuguesa.

Fazer prova do nível B1 em língua portuguesa, ou qualquer outra língua, com uma prova escrita, uma audição e uma prova oral resulta muito interessante quando comparado com o curso presencial ao longo de muitos meses. É por isso mesmo que a avaliação passa a ter uma importância fulcral nestas novas tendências académicas.

4.2. DISFUNÇÕES NA AVALIAÇÃO COMUNICATIVA NO CASO DA GALIZA

Atualmente a avaliação em línguas estrangeiras é orientada pelo *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECR) e pelos descritores de avaliação, segundo a competência e o nível. Com o QECR, avaliadores e docentes temos uma responsabilidade muito elevada ao se estabelecerem validações entre níveis de diferentes provas, que demonstrem homogeneidade e harmonia entre diferentes línguas, níveis e países.

E, também, entre certificados e avaliações do mesmo nível de língua a falantes de realidades sociolinguísticas diferentes. Por isso, o mesmo sistema de avaliação, com provas idênticas a aprendentes diferentes pode resultar perturbador e disfarçar dificuldades específicas de cada um dos falantes.

Perante esta realidade, apresentamos como matéria para o debate a ideia de se os critérios de avaliação e a forma de avaliar deve ser a mesma, para um galego, castelhano, francês ou norueguês, por exemplo, embora os objetivos da avaliação do nível sejam os mesmos. Pois pode ocorrer que algum dos formandos possa ser penalizado por considerações interpretativas do que cada uma dessas pessoas avaliadas deveria conhecer e relativizá-las segundo o esforço feito para alcançar esse nível.

Por outro lado, na questão que aqui centra o artigo, a avaliação da expressão oral, sempre vai haver alguma margem para o docente, embora seja mínima, sobretudo diferenciando alunos que frequentaram os cursos e os denominados “alunos livres”, porque o docente pode ter em consideração muitos mais critérios para além de uma prova de 20 minutos, onde podem entrar fatores, como os nervos, um mau dia, um tema de que não se goste, etc., que provoquem uma distorção na avaliação do formando.

Revisitando o conceito coseriano do falante como linguista, também o formando tem os seus próprios critérios de avaliação, especialmente quando é adulto e, sobretudo, quando as línguas são muito próximas, porque ninguém que estude chinês tem uma ideia formada sobre o que é falar chinês, mas sim existe essa ideia quando um galego, espanhol, catalão, italiano, etc. fala português.

As línguas, como fenómeno social, também são avaliadas segundo critérios socioculturais. A língua portuguesa, por ser tão próxima linguística, social e geograficamente é assinalada como uma língua fácil, que ninguém deveria ter problemas para comunicar e, assim, ninguém deveria reprovar. Esta análise social sobre a utilidade e validade das línguas faz com que algumas vezes se possa chegar à situação de argumentar que o estudo do português não é preciso no contexto ibérico porque não é necessário. A falaz, mas persistente ideia, de que não faz falta estudar português, porque conseguimos comunicar. Mas neste artigo não podemos calcorrear os caminhos enlameados do conceito de comunicação interlinguística²⁸.

27 Existe um forte e interessante debate sobre a (falsa) facilidade na aprendizagem do português de formandos que falam ou dominam espanhol e as implicações que isto tem no processo no ensino e aprendizagem. A este respeito ver alguma bibliografia de referência: ALMEIDA FILHO (1995), ALONSO REY (2005), FERREIRA (1995), (1997), GAVILANES (1996). Porém, acho que ainda está por analisar de maneira rigorosa quais são as implicações que no sistema, nos critérios e nos modelos de avaliação tem a questão da facilidade em sistemas linguísticos tão próximos.

28 Sobre o debate da utilidade ou inutilidade de estudar português para galegos leia-se (FERNÁNDEZ CARBALLIDO: 2011)

Assim, os critérios avaliativos do docente, do aluno e culturais da expressão oral em língua portuguesa provocam que existam numerosos choques nas classificações, sobretudo quando o formando é reprovado, porque individualmente é estabelecida uma relação direta entre comunicar e capacidade linguística, e porque socialmente a língua portuguesa não é considerada uma língua que possa apresentar problemas de maior para um galegófono ou hispanófono.

É evidente que todas estas situações não se apresentam a preto e branco, mas num amplo leque de situações. Ora bem, é um facto visível e contável através de queixas, comentários ou sensações sobre as provas avaliativas da expressão oral em língua portuguesa. Situações diferentes às vividas noutras línguas, mesmo estudando mais anos como o inglês ou com maior distância linguística como, por exemplo, alemão.

Em qualquer dos casos, deve-se dar alguma naturalidade a esta realidade. Quanta maior proximidade linguística, o aluno vai ter mais ferramentas interpretativas do seu trabalho, embora possam estar muito aquém das exigências e dos critérios do docente.

Por outro lado, segundo o QECR (2001, 241), a avaliação baseia-se na validade, na fiabilidade e na exequibilidade, por isso é preciso sistematizar os descritores da expressão oral e, no caso das línguas próximas, ligá-los a questões como a pronúncia, para além da capacidade comunicativa.

Neste artigo defende-se a ideia de que o grande desfasamento avaliativo na expressão oral vem determinado pela própria capacidade comunicativa do formando, que é capaz de exprimir qualquer ideia de uma maneira naturalizada, mesmo perdendo a noção de que está a tentar aprender uma outra língua.

Ou seja, perante uma situação comunicativa X, o falante galegófono ou hispanófono não vai ter problemas de transmissão e com quase absoluta probabilidade vai ter sucesso nos objetivos comunicativos. Isto não acontece em línguas de maior distância, onde a simples comunicação vai estar sobre qualquer outra característica.

É habitual ouvir formandos comentar, sobretudo quando a classificação na produção oral fica aquém do aguardado, sentenças do tipo: “Eu nunca tive problemas de comunicação em Portugal”; “Estive a fazer um estágio no Porto”; “Minha mãe é brasileira”; “Oriente projetos e teses na Universidade do Minho”; “Trabalhei num hospital em Lisboa”; “O meu namorado é português”; “Estive de férias na Madeira e disseram-me que falava muito bem português”, etc.

É improvável que um galego a estudar inglês, alemão ou sueco desse os mesmos argumentos perante um reprovado na competência oral. Por outro lado, em conversas informais com colegas de italiano – italiano *facile e divertente*, no imaginário popular – ou catalão – qualquer um pode falar catalão na intimidade –, fazem reflexões similares, pelo que a chave está na sensação que o utente tem de comunicar com facilidade.

Ora bem, também podemos correr o risco do efeito pêndulo e que se passe a reparar mais nas diferenças do que nas afinidades, o que pode levar à paralisia, à insegurança e à falta de interesse por avançar no conhecimento e na apropriação da língua, que é um dos objetivos do professor de línguas, de qualquer língua.

Repare-se que todas estas circunstâncias podem colocar o docente em situações muito embaraçosas, pois são argumentos onde se prima a comunicação sobre outros aspetos linguísticos, e a comunicação é o objetivo principal, afortunadamente, nas novas orientações pedagógicas e didáticas das línguas estrangeiras.

«O exame está fundamentado nos seguintes pressupostos:

A competência do candidato é verificada por meio da realização, em português, de tarefas relacionadas à comunicação no dia-a-dia. Por exemplo, uma resposta a uma carta, o preenchimento de um formulário, a compreensão de um artigo de jornal ou de um programa de televisão;

Não se busca aferir conhecimentos sobre a língua, como é o caso de exames tradicionais que formulam questões sobre morfologia e sintaxe, porém, sim, a capacidade de uso dessa língua, já que a competência linguística é um dos componentes da comunicativa.

Assim, o exame está centrado no desenvolvimento de uma competência de uso que requer muito mais do que a manipulação de formas e regras linguísticas, exigindo também o conhecimento de regras de comunicação e de formas que sejam não apenas gramaticalmente corretas, mas socialmente adequadas.» (Scaramucci: 2003, 155).

É por isso que se deve insistir em que a competência oral é uma capacidade geral, onde entram outros elementos para além da capacidade comunicativa, como são a pronúncia, o sotaque, a pragmática, etc. Assim, a face e a coroa do ensino, aprendizagem e avaliação da competência oral em línguas próximas pode resultar contraditória, pois deve haver uma consciencialização da importância da expressão oral e, ao mesmo tempo, dar maior importância à forma do que ao conteúdo, pois o formando já vai usufruir de várias ferramentas comunicativas, devido à proximidade linguística.

5. CRITÉRIOS SISTÉMICOS DE AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA ORAL

Como já foi referido, o ensino de línguas estrangeiras está a ficar diretamente ligado a um certificado de aptidão ou de nível, quer através do QECR, quer através de certificados oficiais como os dos centros de línguas das universidades, as escolas oficiais de idiomas – no caso do Estado espanhol –, quer através de certificados estatais como o CELPE-BRAS e o CAPLE no caso da língua portuguesa.

Esta questão dos certificados deve ligar-se com as motivações para estudar uma língua, pois muitas pessoas frequentam aulas ou candidatam-se aos exames com o principal objetivo, quando não único, de consegui-lo. Da mesma forma as pessoas que estudam uma língua por outras motivações, – culturais, por prazer, interesse, pessoais ou profissionais – agradecem que esse esforço seja reconhecido com documentos oficiais de proficiência.

Por isso, o docente deve estabelecer e o formando deve reconhecer, o que aqui é denominado como critérios sistemáticos de avaliação. Estes critérios são, regra geral, dificuldades específicas de cada grupo linguístico que se apresentam de maneira reiterada, independentemente do nível de proficiência, até porque costumam ser fossilizadas e que, ao mesmo tempo, fazem parte do sotaque específico desses falantes.

E eis que este é um debate central, onde estabelecer o limite entre as características próprias de um falante a falar uma outra língua e a avaliação linguística reduzida ao erro.

O escritor norte-americano Richard Zimler, a jornalista espanhola Virginia López ou o ciclista galego David Blanco podem falar muito bem português, mas irão ter sempre o seu próprio sotaque. Isto não pode invalidar a proficiência, pois entra no âmbito do lógico, do natural. Sobre esta matéria da produção e do reconhecimento social há muitas mais questões que deveriam ser tratadas por extenso em outros trabalhos, sobretudo em contextos linguisticamente próximos.

A seguir vão ser referenciadas de maneira sintética as principais dificuldades na produção oral dos falantes galegos, galegófonos ou hispanófonos, pois este tipo de análises não se pode fazer de maneira extensiva a hispanófonos, por exemplo, pois estaríamos a confundir o ideal de padrão geral com a diversidade das variedades linguísticas da própria língua²⁹.

29 Para uma visão mais pormenorizada da situação do ensino da língua portuguesa na Galiza leia-se (FERNÁNDEZ CARBALLIDO, 2012) <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24032> em março 2015.

Por outro lado, é importante especificar que aqui são apresentadas as dificuldades sistémicas na produção oral dos formandos adultos galegos, ou seja, aqueles que, com independência do nível do formando, apresentam maior risco de fossilização e de naturalização. E este é uma outra questão para o debate, qual é a fronteira entre a naturalidade de um sotaque particular, por exemplo, um japonês a falar português, e uma pronúncia fossilizada que o docente e o formando devem melhorar, e o avaliador penalizar.

6. NÍVEL FONÉTICO. RECONHECIMENTO E PRONÚNCIA NO SISTEMA VOCÁLICO:

- Nasalização. É uma das principais características da língua portuguesa e que os alunos demoram em reconhecer como um traço distintivo, pois em amplas zonas da Galiza as mesmas formas são pronunciadas sem nasalar: *irmão, mão, verão*, etc. Mas o docente deve consciencializar o aluno sobre a necessidade da realização certa, sobretudo quando comparado com pares que podem ajudar no esclarecimento da necessidade: *pão / pau; mães / mais*, etc. Uma dificuldade à parte é a da realização dos ditongos nasais das formas verbais e de outras palavras, por exemplo, *sejam, cantassem, com, sim*, etc. para evitar que os formandos pronunciem [m] ou [ɲ].
- A existência da vogal [e] é de uma dificuldade extrema para os galegos, pela falta de perceptibilidade sonora. Isto faz com que a naturalização destas formas pronunciadas com a pronúncia galega seja geral: *Ana, banco, câmara*, etc. Seria uma dessas fossilizações naturalizadas?
- Monotongação do ditongo [ow] em [o]: *couto, sou*. Aqui a realidade linguística portuguesa contrasta com a homogeneidade dos modelos fonéticos apresentados nos manuais de referência de PLE, pois na Galiza e em amplas zonas de Portugal, e mesmo em padrões cultos do Brasil, o ditongo < ou > é pronunciado como [ow].
- Variação do ditongo < ou > [o] / < oi > [oj]. Para os falantes galegos apresenta alguma dificuldade a variação intrassistémica na realização destes ditongos, pois é uma dessas áreas da língua onde as falas apresentam zonas flutuantes. Temos alguns ditongos consolidados em < oi > ao contrário do que se passa nos falares galegos: *coisa, dois*. Outros que variam dentro do próprio português segundo a distribuição geográfica ou social: *loiça, oiço, oiro, toiro*, etc. A dificuldade do galego é saber quando essas formas são aceites e quando não se devem regularizar: *oitono.
- Realização do ditongo [ej] como [ej]. Em palavras como *feira, leite, peito*, etc. Uma peculiaridade dialetal generalizada através do padrão linguístico exprimido em manuais, dicionários e outros materiais para o ensino da língua portuguesa como PLE da variante europeia.

Repare-se que todos os aspetos aqui assinalados podem ser facilmente fossilizados pelos aprendentes, ao serem traços distintivos da língua portuguesa, mas não gerais a todos os falares e, sobretudo, que o grau de peculiaridade não está encontrado com a proficiência do falante. Ou seja, uma pessoa com alta proficiência pode não identificar essas características ou identificá-las, mas continuar a ter sucesso nos processos comunicativos sem realizá-las.

7. NÍVEL FONÉTICO. RECONHECIMENTO E PRONÚNCIA NO SISTEMA CONSONÂNTICO:

- [z] pronunciado como [θ] ou [s]: *Galiza, mesa, portuguesas*. Pode ser referido que na Galiza há dialetalmente zonas de seseio onde o [z] é pronunciado como [s].
- [ʒ] pronunciado como [ʃ], [x] ou [j]: *girafa, jeito, José*. No galego neutralizou-se a diferença entre surda e sonora nos sons fricativos, pelo que os galegos pronunciam [ʃ]: *xirafa, xeito, Xosé*.
- Pronúncia do -m final das palavras como [m]: *cem, homem, nuvem*.

- Realização do som [tʃ]: *chamar, chegar, chove*. Alterar e aporuguesar este som é de grande dificuldade para os formandos galegos, pois é alterar o som às mesmas palavras³⁰.
- Distinção fonológica entre [s]-[z]: *pressa / presa*. Em galego e em espanhol, a distinção entre [s]-[z] não é pertinente, ficando neutralizados os traços distintivos em [s]. Isto faz com que os formandos não assimilem a necessidade de diferenciar foneticamente estes dois fonemas, porque não o fazem na sua variante de língua materna. Também não se sentem especialmente preocupados pelas possíveis situações embaraçosas ao confundir a rapidez com a condição de ficar sem liberdade, porque em galego não fazem essa diferença fonética e os problemas não existem.
- Distinção fonológica entre [j]-[ʒ]: *queixo / queijo*. Em relação com o anterior também os galegos sentem especial dificuldade em assumir a necessidade de diferenciar as realizações surdas e sonoras pois não existe em galego e, porém, nenhum dos formandos nunca comeu um *queixo* em vez de um *queijo*³¹.
- Distinção fonológica entre [r]-[R]: *rosa / crise / dormir / perro*. O erre e as diferentes realizações fonológicas e fonéticas são uma das questões que os formandos identificam como de maior dificuldade na expressão oral do português, sobretudo pela grande variação geográfica, social, cultural e etária que apresenta. Que deve fazer o docente e o avaliador? Identificar, ensinar e promover as realizações velar ou uvular dos espaços urbanos, mais jovens, de estrato social mais elevado e de formação cultural superior, promovidos pelos materiais de PLE? Ou relativizar esta realidade sociolinguística dando validade às realizações apicais ou alveolares mais próprias das áreas geográficas menos centrais, dos estratos sociais menos formados, dos utilizadores menos letrados e das camadas mais idosas? Repare-se que a decisão não é simples, pois nesse processo de mudança linguística muitos falantes de português língua materna já não identificam como portuguesa a realização do < r > como apical. Ou seja, deixa de ser um modelo válido para os aprendentes de PLE.
- Distinção fonológica entre [v]-[b]: *vaca / boi*. Muito relacionado com o anterior, a não distinção entre [v]-[b] é uma característica muito localizada no sistema linguístico português, mas é a realidade linguística que mais contacto vai ter com os formandos galegos, pela proximidade geográfica. Assim, qual deve ser o critério de avaliação do docente, do avaliador e do formando: ter em consideração a distinção, ignorar a não realização ou penalizar a ausência da distinção?

8. NÍVEL MORFOSSINTÁTICO:

- Conjugação incorreta dos tempos verbais regulares ou irregulares.
- Má formação dos plurais, nomeadamente os terminados em *-ão*.
- Interferências na formação do feminino ou troca do género.
- Interferência dos complexos sistemas e intrassistemas dos pronomes, das crases e das colocações: português, brasileiro, galego, espanhol, culto, popular, histórico, contemporâneo, etc.
- Interferência na construção *gostar de* por **gostar-me*. Mesmo em formandos com alto nível de proficiência e com experiências e estadias em situação de imersão linguística é frequente esta fossilização.
- Uso da posição *a* com CD: *um homem mordeu *a um cão*.

30 Seria fácil para um castelhano pronunciar à argentina as palavras *caballo* ou *yo*? Um lisboeta poderia ser sistemático na pronúncia maioritária no Brasil em palavras como *cidade* ou *sete*? A mesma sensação é a que sente o galego ao pronunciar muitas palavras em português, pelo que o esforço, às vezes, é contra as próprias lógicas do seu sistema linguístico.

31 Com este tipo de irreverências brincalhonas, tento demonstrar algum exagero que às vezes cometemos os docentes na hora de alertar os alunos sobre possíveis consequências “dramáticas” que podem ter equívocos linguísticos ou os denominados falsos amigos, que nas situações comunicativas reais sempre são muito mais irrelevantes.

- Confusões e fossilizações nos sistemas verbais: indicativo / conjuntivo; composto / simples; condicional / imperfeito; futuro simples / presente, etc. Nesta questão é também importante referir a combinação de verbos e pronomes e pô-lo em relação com as frequências de uso na própria língua portuguesa, quer da variante europeia, quer da variante brasileira, por exemplo no caso dos mesoclíticos: *comê-lo-ia* / *comê-lo-ei*.
- Uso de *vós* por *vocês* ou *os senhores* / *as senhoras*. Embora a forma *vós* seja ainda utilizada em algumas zonas do espaço linguístico português, é identificado pelos próprios falantes de português como a forma arcaica, ou restrita a usos religiosos, pelo que é melhor que os galegos se adaptem à forma geral no português moderno porque, se não, os aprendentes galegos apenas utilizam a forma comum com os falares galegos, *vós*, e nunca utilizariam, logicamente, as outras.

9. NÍVEL LÉXICO E PRAGMÁTICO:

- Interferências de galeguismos / castelhanismos: *pero*, *mui*, *alunado*, *atopar*, *cara a*, etc. Nesta questão é muito importante consciencializar os formandos da importância de se adaptarem às formas gerais do português atual, assim, embora haja formas idênticas, parecidas ou sinónimas às variantes faladas pelos alunos, é importante que se escolham as mais prestigiadas no padrão português. Por exemplo: *grão de bico* / *garavanzo*; *ervilha* / *chícharo*; *abóbora* / *cabaça*, etc.
- Combinatórias lexicais erradas. Como refere Iriarte Sanromán (2010) “uma língua não se faz só traduzindo palavras”, pois as combinatórias lexicais são muito importantes na autonomia e na autenticidade de línguas tão próximas. Assim, o formando deve conhecer a palavra e o género de *leite*, de *gordo* e de *inteiro*, mas deve saber que a combinação em português é *leite gordo*. O mesmo se passa em muitas outras combinatórias, por exemplo: *tirar fotocópias* ou *ir de bicicleta*.
- Confusão entre *mais* e *mas*. Uma confusão que os galegos partilham com os brasileiros.
- Utilização de elementos de coesão errados: *ademais*, *nembargantes*, *anque*, *todavia*, etc.
- Utilização de expressões incorretas e decalques: **ao melhor* por *se calhar*; **cumpreanos* por *aniversário*; *folga geral* por *greve geral*, etc.
- Falsos amigos que podem provocar ruído na comunicação: *bico* / beijo; *soto* / sótão; *ligar* / engatar; *almoçar* / jantar, etc.
- Uso de bordões não portugueses: **bueno*, **vale*, **tío*, **mira*, etc.
- Confusão nas formas de tratamento: *tu* / *você* / *senhora* / *senhora doutora*, etc.
- Uso de palavrões: *caralho*, **de puta madre*, *foder*, **hóstia*, etc.

10. ALGUMAS ATITUDES QUE DEVEM SER VALORIZADAS:

- Cuidado na aplicação dos conteúdos gerais segundo o nível de proficiência: fonéticos, gramaticais, lexicais, culturais, etc.
- Compreensão ótima. Como já foi assinalado, é a base de uma boa expressão oral, pois não se pode realizar o que não foi previamente compreendido.
- Expressão apropriada ao contexto comunicativo. Sobretudo pela maior formalidade, geral, na língua portuguesa.
- Autocorreção.
- Capacidade de recurso à paráfrase.
- Uso adequado de bordões linguísticos: *pronto*, *pois*, *bom*, *percebes?*, etc.
- Uso adequado de elementos de coesão: *e*, *embora*, *quer*, *no entanto*, *todavia*, *já agora*, etc.

- Compreensão e uso de expressões idiomáticas e enfáticas que deem maior autenticidade à produção oral: *é que, ena!, nuestros hermanos, sei lá!, vamos lá!*, etc.

11. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, foram expostas algumas das questões mais importantes que envolvem a avaliação da competência oral em falantes galegos, galegófonos ou hispanófonos. Em qualquer dos casos, é necessário lembrar que o objetivo do falante não nativo não é ser um falante nativo. A dificuldade está em estabelecer que características vão ser naturalizadas pelos aprendentes e quais devem ser melhoradas no processo avaliativo.

Todas as competências linguísticas estão interconetadas, pelo que é importante relacionar a competência oral com a compreensão auditiva e a compreensão escrita. Sobretudo para que os formandos de línguas próximas se apercebam da importância de uma boa produção oral, para além da capacidade comunicativa. Para isso, é preciso que passem a reconhecer as diferenças e os matizes existentes em cada uma das línguas.

Aprender a reconhecer e a pronunciar formas divergentes como *polícia, tranquilo, pastelaria, depois, fobia, copio, canguru, safari, nível*, etc. é um exercício de autonomia linguística e que pode servir para que o falante repare na forma, para além da comunicação e da compreensão, capacidades que já possui pela sua(s) própria(s) língua(s). Ou seja, lutar contra a tendência, lógica, dos estudantes com capacidade comunicativa para dar mais importância ao conteúdo e não à forma.

Com esse objetivo parece certo que trabalhar oralmente todas as competências linguísticas é uma das bases, assim como insistir na importância da competência cultural, para alargar conhecimentos gerais e aumentar a competência oral em questões que possam ser de interesse para os formandos, para além dos raciocínios gramaticais, morfológicos, sintáticos ou fonéticos.

Evidentemente, este artigo é uma reflexão geral desde a perspectiva de um docente, um profissional que se confronta com estas dificuldades e realidades na sala de aula e nas avaliações. Todavia, é preciso estabelecer um diálogo e confronto de opiniões e estudos que sirvam para analisar pontos tão importantes como os da autenticidade e a variedade linguística que deve ser trabalhada nas aulas, assim como as possíveis compreensões com os erros próprios e intrínsecos a cada grupo linguístico, para que se possam ver as potencialidades e adaptar a competência oral aos conhecimentos e necessidades gerais do formando, sem ficarmos na constante caça aos erros.

Neste sentido, é lançada a questão sobre a naturalização de algumas fossilizações e quais são os traços característicos dos aprendentes de português segundo os grupos linguísticos, sem que isto os penalize, a partir das crenças dos próprios formandos e avaliadores.

É difícil, é realmente complexo, avaliar a produção oral em formandos de PLE no contexto de línguas próximas: a perceção social das línguas, as considerações e crenças dos utentes, os objetivos do docente e os critérios do avaliador fazem deste trabalho um desafio constante, e assim, parece-me, deve ser confrontado. Em qualquer dos casos, é muito importante aprofundar nas análises e debates dos diferentes protagonistas para que, cada vez mais, o nosso trabalho seja mais objetivo e profissionalizado.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO (1995), J. C. de P: “Uma metodologia específica para o ensino de línguas próximas?”, em Almeida filho (Org.). *Português para estrangeiros interface com o espanhol*, Campinas, Pontes, 13-21.

ALONSO REY, (2005), Rocío: “El mito de la facilidad en el estudio del proceso de enseñanza aprendizaje de PLE-HE”, *Estudios Portugueses*, 4, 11-38.

CONSELHO DA EUROPA (1992) *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias*, Estrasburgo: Conselho Europeu.

CONSELHO DA EUROPA (2001) *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação*, Porto, Edições Asa.

CORTIÇAS LEIRA, Antia & GHANIME, JOSEPH (2014) “O ensino de português na Galiza: língua própria ou estrangeira?”, em II Conferência Internacional da Língua Portuguesa, Lisboa, <http://usc.es/academia.edu/AntiaCL/Talks> e áudio http://www.ivoox.com/para-o-aproveitamento-da-lingua-portuguesa-na-galiza-audios-mp3_rf_2646177_1.html.

ERES FERNÁNDEZ, I. Gretel M. & RÁDIS BAPTISTA (2010), Livia Márcia Tiba: *La enseñanza de lenguas extranjeras y la evaluación*, Madrid, Arco Libros.

FERNÁNDEZ CARBALLIDO (2011), Xurxo: “Ensinar português na Galiza e na Estremadura. Algumas vantagens, diferenças e desafios”, em *Atas del I Congreso de la Sociedad Extremeña de Estudios Portugueses y de la Lusofonía*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 134-142.

FERNÁNDEZ CARBALLIDO (2012), Xurxo: *Dissertação de mestrado: O ensino da língua portuguesa na Galiza*, Braga, Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24032> [17 / 06 / 2013].

FERREIRA (1995), Itaciara A.: “A Interlíngua do falante de espanhol e o papel do professor: Aceitação tácita ou ajuda para superá-la?”, em Almeida Filho, José Carlos Paes (Org.). *Português para Estrangeiros. Interface com o espanhol*, Campinas, Pontes, 39-48.

FERREIRA (1997), Itaciara A.: “Interface português / espanhol”, em Almeida Filho, José Carlos Paes (Org.), *Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira*, Campinas, Pontes, 141-151.

GAVILANES LASO (1996), J. L.: “Algunas consideraciones sobre la inteligibilidad mutua hispano-portuguesa”, em *Atas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 175-187.

IRIARTE SANROMÁN, Álvaro (2010): “Uma língua não se faz só substituindo palavras”, conferência apresentada nas “III Jornadas de Língua”, 4 de fevereiro de 2010, Universidade de Vigo – Campus de Ourense; Ourense <http://tv.uvigo.es/video/23573> [17 / 06 / 2013].

JUNCAL SAMPEDRO, Lois Manoel (2012): Para compreender a Euroregião Galiza–Norte de Portugal - Volume I, Trabalho de projeto de investigação no âmbito do Mestrado em Economia Local da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Orientador: Professor Doutor Fernando Alberto Baetas Oliveira Ruivo, Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21426/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Lois%20Juncal%20Sampedro%20Para%20compreender%20a%20Euroregi.pdf> em março 2015.

LINDLEY CINTRA, LUÍS (1971) “Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses” em Boletim de Filologia, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 22, 1971, pp. 81-116. Também disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/novaproposta.pdf> em março 2015.

PALACIOS MARTÍNEZ (2009), Ignacio M. (dir): *Diccionario de ensino e aprendizaxe de linguas*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

SCARAMUCCI (2003), M. V. R. [et al.]: “A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o exame CELPE-Bras”, *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, v.3, n. 1, 153-184.

5. CARLA SOFIA GOMES XAVIER LUÍS – UBI / AICL



GALIZA 2012



SEIA 2013

CARLA SOFIA GOMES XAVIER LUÍS

TEMA 2.1 2.1. A ESCRITA DE JOSÉ LEÓN MACHADO: O CASO DAS OBRAS MEMÓRIA DAS ESTRELAS SEM BRILHO E A VENDEDORA DE CUPIDOS. cxavier@ubi.pt Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Universidade da Beira Interior e LabCom.IFP da UBI

TRABALHO FINAL NÃO ENVIADO DENTRO DOS PRAZOS

1. Resumo

José Leon Machado nasceu a 25 de novembro de 1965 em Braga. Cedo se interessou pela leitura, que nem sempre era de fácil acesso, acontecendo entre um livro emprestado, outro requisitado na biblioteca, outro ainda comprado às escondidas com o dinheiro destinado às viagens de autocarro. Ao tornar-se frequentador assíduo da biblioteca da escola, no 9.º ano, ia alimentando o seu gosto pela leitura, especialmente pelos autores clássicos portugueses.

Estreou-se nas lides da escrita ainda de tenra idade, algures entre os poemas de amor dedicados a algumas paixonetas da adolescência e a redação, a pedido do professor de português de então, do seu primeiro diário, que debuxou, com entusiasmo, num caderno de capa vermelha. E não mais parou de escrever.

De construtor de “casinhas de pedra e caco”, na sua infância, a construtor de obras literárias de apreciável mérito foi um passo, não isento, porém, de muita dedicação, de apurado labor, de cuidada investigação e também de alguma dose de inspiração, que busca constantemente nas vivências do dia a dia, nas inúmeras viagens que vai realizando, enfim, no mundo circundante. Desde a publicação do seu primeiro livro em 1995, *A Sombra Sorridente*, até ao seu mais recente romance que deu à estampa em 2014, *A Porca*, tem vindo a construir uma vasta e premiada obra, digna de estudo, que vai desde o romance, ao conto, à novela, ao teatro, à poesia, à literatura infantil, à crónica e à autobiografia.

Com efeito, além de alguns trabalhos académicos produzidos em torno da sua obra, é ainda de salientar a tradução para a língua inglesa do romance *Memória das Estrelas sem Brilho*, *Darkening Stars - A novel of the Great War*, por Milton Azevedo e Karen Sherwood Sotelino. Apresentados, em traços gerais, alguns aspetos atinentes à vida e labor ficcional do escritor em análise, com o presente trabalho procuramos perceber as principais características da escrita de José Leon Machado, com especial enfoque nas singularidades linguísticas mais evidentes, e respetivas consequências, tendo predominantemente por base os romances *Memória das Estrelas sem Brilho* e *A Vendedora de Cupidos*, duas obras de uma trilogia que se completará com a publicação de *Os Heróis do Capim* que aguardamos com elevada expectativa.

2. INTRODUÇÃO

Tendo em mente as sábias palavras quer de Jacinto do Prado Coelho, que entende que “não teremos da obra literária uma visão total se a não virmos na sua historicidade, em equação com o artista (vida e cultura)” (Coelho, 1961: 23), quer de Mário Cláudio³², que é da opinião de que “o estilo de um autor [...] não é uma questão de opção, mas sim de natureza” (Cláudio in Neto, 2008), de “caráter” (Cláudio in Rita, Luís e Real, 2015:), posto que, como diz, “escrevemos o que somos” (Cláudio in Neto, 2008), mas igualmente por razões metodológicas, importa, antes de mais, delinear alguns “contextos” (cf. Luís, 2011: 53-66) que acabam inevitavelmente por influenciar as preferências estilísticas e temáticas de José Leon Machado, o premiado ficcionista contemporâneo, cuja escrita estará em análise ao longo deste artigo. Corroboramos ainda a opinião de Maria Eduarda Vassalo Pereira que, acerca do conceito de “estilo”, refere o seguinte:

“Todo o estilo é um facto de linguagem. Não há, porém, facto algum dessa natureza que possa ser desligado de uma conceção do mundo; que, fora do entendimento dela, possa ser inteiramente compreendido. Com maior razão o dizemos da arte da expressão de um autor literário – do estilo: este prende-se com um passado do escritor inscrito no presente da sua arte e, através dela, com a atitude do homem perante o seu mundo, o seu tempo, e perante a tradição e a língua literária que herdou” (Pereira, 1988: 389).

Seguindo um pouco esta linha de pensamento, é de olhos postos no texto, mas sem olvidarmos os contextos, que procuramos desvendar algumas das principais características da escrita de José Leon Machado, dedicando particular atenção a certas especificidades linguísticas mais salientes, e respetivas consequências, isto tendo predominantemente por base os romances *Memória das Estrelas sem Brilho* e *A Vendedora de Cupidos*, duas obras de uma trilogia que se completará com a publicação de *Os Heróis do Capim* (Machado, 2014: 81), que aguardamos com elevada expectativa.

E damos início aos desideratos atrás enunciados, apresentando alguns aspetos atinentes à vida e obra do escritor em apreço que nos parecem de extrema relevância para a compreensão das ditas opções estilísticas e temáticas. José Leon Machado nasceu a 25 de novembro de 1965, em Braga. Cedo se interessou pela leitura, que nem sempre era de fácil acesso, acontecendo entre um livro emprestado, outro requisitado na biblioteca, outro ainda comprado às escondidas com o dinheiro destinado às viagens de autocarro (cf. Machado, 2014: 26). Ao tornar-se frequentador assíduo da biblioteca da escola, no 9.º ano, ia alimentando o seu gosto pela leitura, especialmente pelos autores clássicos portugueses de onde se destacam António Nobre (*Só*), José Régio (*Os Poemas de Deus e do Diabo*), Júlio Dinis (*Os Fidalgos da Casa Mourisca*) (cf. Machado, 2014: 127). Gil Vicente, Luís Vaz de Camões, Eça de Queirós (cf. Machado, 2014: 127), Padre António Vieira, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco (Machado in Gonçalves, 2010: 2) são igualmente referências que o acompanharam desde cedo.

Como o próprio refere, “aos 15 anos lia mais do que qualquer outro adolescente da escola. Mais até do que a maioria dos professores” (Machado, 2014: 128). Mas esta admiração pelos clássicos, que lhe valeu inclusive entre os colegas de escola (que o ouviam debitar as primeiras instâncias decoradas de *Os Lusíadas*) a alcunha de “O Poeta” (Machado, 2014: 127) teve continuidade, posto que, também durante a sua passagem de cinco anos pelo seminário, a leitura de Garrett, Herculano, Camilo, Júlio Dinis e Eça de Queirós foi uma constante. É o próprio escritor quem afirma ter aprendido muito durante esse período através de uma “leitura intensa e multifacetada e do estudo da literatura portuguesa” (Machado, 2014: 128).

Ao longo do seu curso de licenciatura em Humanidades, que realizou na Faculdade de Filosofia de Braga, foi dilatando o gosto pelos clássicos, neste caso concreto, pelos “greco-latinos”, sendo ainda, e inevitavelmente, “por

³² Curiosamente, Mário Cláudio, escritor contemporâneo que influenciou Machado, em particular no dealbar do seu percurso ficcional, continua a surgir na sua vida, demonstrando-se atento e interessado na sua obra. Não deixa de ser curiosa a referência que Machado faz a um encontro fortuito com Mário Cláudio, curiosamente em Guimarães, “o berço da Portugalidade”, mais concretamente “junto à capela do castelo”, que apelida de “agradável coincidência”, posto que havia estado a falar sobre este último com os escritores moçambicanos, Suleiman Cassamo e Ungulani Ba Ka Khosa, com quem fazia este passeio (Machado, 2014: 63), quiçá acerca do gosto que ambos nutrem por temáticas relacionadas com o modo de *ser*, de *estar* e de *pensar* do povo português.

eles influenciado” (*Machado in Gonçalves, 2010: 2*). A título exemplificativo, e como o próprio escritor em foco refere, o seu “romance *O Guerreiro Decapitado*, cuja ação se passa no século I da nossa era, deve muito a Tito Lívio, Cícero, Apiano, Estrabão, entre muitos outros” (*Machado in Gonçalves, 2010: 2*). Se pensarmos, por exemplo, na obra *Memória das Estrelas sem Brilho*, detetamos, em diversas ocasiões, essa herança clássica, seja expressa no rol de livros que Luís Vasques leva na sua mala de viagem, de onde destacamos *Os Lusíadas* e *Só*, seja, por exemplo, visível no diálogo com a *Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queirós. É interessante constatar que Luís Vasques, no dia do seu casamento, descobre que tinha um ascendente de seu nome Gonçalo, que buscava há já algum tempo: “Na minha juventude, andei à procura desse antepassado e, à maneira do herói da *Ilustre Casa de Ramires*, tentei a redação de um relato histórico. Deve andar por aí algures num caderno escolar do tempo do liceu” (*Machado: 2012: 354*).

E eis que com o apetite voraz da leitura vem o passo seguinte: a escrita. Nas lides da escrita estreou-se também de tenra idade, algures entre os poemas de amor dedicados a algumas paixonetas da adolescência (*cf. Machado, 2014: 126*) e a redação, a pedido do professor de português de então, do seu primeiro diário, que debuxou, com entusiasmo, num caderno de capa vermelha: “foi no momento em que eu peguei num caderno de capa vermelha e escrevi a primeira entrada que me tornei escritor” (*Machado, 2014: 119*). E não mais parou de escrever. Enfim, de empreiteiro de “casinhas de pedra e caco” (*Machado, 2014: 112*) na sua infância, faceta, de resto, refletida no romance *O Construtor de Cidades* (*cf. Machado, 2014: 112*), a edificador de obras literárias de apreciável mérito foi um passo, não isento, porém, de muita dedicação, de apurado labor, de cuidada investigação e também de alguma dose de inspiração, que busca constantemente nas vivências do dia a dia, nas inúmeras viagens que vai realizando, enfim, no mundo circundante.

Desde que o seu primeiro livro, *A Sombra Sorridente*, deu à estampa em 1995 até ao seu mais recente romance, *A Porca*, que viu a luz do dia em 2014, portanto em 19 anos de trabalho literário, José Leon Machado tem vindo a construir uma vasta e premiada obra, digna de estudo, que vai desde o romance, ao conto, à novela, ao teatro, à poesia, à literatura infantil, à crónica e à autobiografia. Com efeito, além de alguns trabalhos académicos produzidos em torno da sua obra, é ainda de salientar a tradução para a língua inglesa do romance *Memória das Estrelas sem Brilho*, *Darkening Stars - A novel of the Great War*, por Milton Azevedo e Karen Sherwood Sotelino.

A sua experiência jornalística, como já era de esperar, também se iniciou bem cedo, concretamente durante a sua estada no seminário, sendo que, incentivado por um professor, desta feita, de *Introdução ao Jornalismo*, publicava com regularidade poemas no *Diário do Minho* (*cf. Machado, 2014: 132-133*), jornal onde vem, mais tarde, a coordenar o suplemento literário *Presença*. Além disso, colaborou ainda em outros jornais de expressão regional como o *Semanário Transmontano* e *O Correio do Minho*, onde lançou inclusivamente o suplemento *Anti-literatura*.

Do ponto de vista do seu trajeto profissional, importa mencionar que é Professor Universitário na UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), especialista em Linguística Histórica, com uma relevante obra publicada nesta área, de onde se destaca, por exemplo, *Tratado de Confissom – Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Informático Linguístico* (2003), *Introdução à História da Língua e Cultura Portuguesas* (2009) e *Estudos de Língua Portuguesa* (2012).

Mas, além de dotado escritor, de acutilante crítico literário e de eloquente professor, há ainda a reportar o seu talento natural para o manuseamento de programas informáticos, uma vez que, entre outros, como é o caso do *Lexicon*, suporte informático de tratamento de texto, é o mentor do afamado *Projeto Vercial*, que consiste na “maior base de dados de literatura portuguesa” (*Machado in Araújo e Chaves: 1*). Acessível no endereço eletrónico [www.ipn.pt / literatura](http://www.ipn.pt/literatura), este portal reúne “notas biográficas de quase todos os autores portugueses falecidos” (*Machado in Araújo e Chaves: 1*) que vão sendo acrescentadas “conforme os vivos ou as suas editoras o solicitam” (*Machado in Araújo e Chaves: 1*). Além de constituir uma “das páginas de âmbito cultural mais acedidas em Portugal” (*Machado in Araújo e Chaves: 1*), é igualmente bastante consultada no Brasil, nos Estados Unidos, em França, etc. Machado explica ainda que “os autores estão organizados por épocas e, de alguns, a página disponibiliza extratos da obra. Disponíveis também, mas em CD-ROM e por encomenda, estão as obras completas de vários autores” (*Machado in Araújo e Chaves: 1*).

Conhecidos alguns pormenores do trajeto pessoal e profissional do escritor em apreço, e mergulhando doravante no texto propriamente dito, traçamos, em seguida, o perfil do corpus principal selecionado para este estudo, iniciando já o contacto com as estruturas linguísticas que sustentam as ideias. Na realidade, estamos perante duas obras de uma trilogia dedicada às três grandes guerras em que Portugal esteve, direta ou indiretamente, envolvido: a Primeira Guerra Mundial, em *Memória das Estrelas sem Brilho* (Machado, 2012 [2008]), a Segunda Guerra Mundial, em *A Vendedora de Cupidos* (Machado, 2013 [2010]), e as Guerras Coloniais (com especial enfoque em Moçambique), em *Heróis do Capim* (Machado, 2014: 81). Enfim, à continuidade temática, por assim dizer, e às tradicionais aventuras e desventuras de natureza ficcional, temos forçosamente de aditar a busca de rigor histórico, bem como a acutilante análise social que as duas narrativas já publicadas apresentam como pano de fundo. Como o próprio escritor nos explica:

“O meu interesse não passa propriamente pelo tema da guerra, mas pela História do século em que nasci. Não vivi na época dos dois primeiros romances da trilogia, e era muito novo quando se deu a Guerra Colonial, mas cresci a ouvir falar das guerras, desde a experiência do meu bisavô na I Guerra Mundial à fome e miséria que havia em Portugal durante a II. Mais tarde, o meu pai foi recrutado para combater em Moçambique. No fundo, interesse-me pela História para conhecer as minhas origens e as da sociedade em que me insiro” (Machado, in Freitas, 2010).

No que diz respeito a *Memória das Estrelas sem Brilho* (acerca desta obra, cf. Pinto, 2014: 1-66), e segundo Milton Azevedo, “we are thus left with a very articulate, often witty narrative that offers an insightful perspective on social and historical aspects of Portuguese life” (Azevedo, 2011: 402), do início do século XX, que vão desde a religião, a moralidade ou falsa moralidade, ao sexo, à estratificação social e a casamentos (in) convenientes, à sociedade preconceituosa e mentalmente atrasada, ao analfabetismo e ignorância, etc.

Pautando-se por uma estrutura cronológica muito fidedigna, pois repleta da “tal informação histórica precisa, que passa na narrativa, lentamente, suavemente, facilmente absorvida” (Gomes, 2009), e que corresponde à realidade de um passado coletivo / nacional, este romance histórico, composto por 34 capítulos que medeiam entre o antes e o depois da guerra, um epílogo e uma nota do autor, é “de considerável valor para o património e cultura portuguesas e um complemento importante para o conhecimento das nossas raízes” (Pereira, 2010, janeiro).

Narrando em primeira pessoa as intransponíveis³³ memórias de guerra, Luís Vasques assume-se como uma espécie de porta-voz das tais “estrelas sem brilho”, dos tais “pobres diabos ignorantes roubados às serras, aos lameiros e às campinas” (Machado, 2012: 54), enfim, dos inúmeros militares que, apesar de não terem vez nem voz na História, permanecendo anónimos, sem o devido reconhecimento, viram-se obrigados a adiar as suas vidas, os seus sonhos e a enfrentar os horrores da guerra em nome da defesa de ideais que, muitas vezes, nem sequer compreendiam bem, senão vejamos estes contextos que explicam na perfeição o que acabámos de referir:

“Como podíamos nós ir defender a nossa terra na terra dos outros [...] os camaradas mais novos queriam saber por que razão tinham de ir para França lutar na terra dos outros. Que lhe perguntavam e que ele não sabia o que lhes havia de dizer. [...] Eles não entendem por que têm de deixar a terra, a família, os campos, o emprego, para irem defender o que não é deles” (Machado, 2012: 43); *“Na Flandres, quando elas começaram a doer, quem realmente deu provas de coragem, de renúncia e de altruísmo foram os pobres diabos ignorantes roubados às serras, aos lameiros e às campinas deste país. Quem fugiu, quem arranjou uma unha encravada ou um padrinho para ser destacado para a retaguarda, foram aqueles que deveriam ter dado o exemplo”* (Machado, 2012: 53-54).

De resto, a semântica do cirúrgico título desta obra deixa, desde logo, adivinhar a sua natureza comprometida, materializando-se no próprio exemplo do citado “herói” que interrompeu o curso de direito, que frequentava na

³³ Note-se que, não raramente, a guerra deixa a sua marca para todo o sempre cravada na memória de quem a viveu por dentro: “Faz hoje vinte anos que terminou a guerra. Para mim não terminou. De facto, há vinte anos que continuo, na minha cabeça, a arrastar-me pela lama da trincheira, a abrigar-me das balas e dos estilhaços, a ouvir o ribombar dos canhões e o matraquear das metralhadoras. Acordo por vezes a transpirar agarrado à Aninhas” (Machado, 2012: 11: 22).

Universidade de Coimbra, para comandar um grupo de expedicionários (*Corpo Expedicionário Português, CEP*) que, em 1917, o governo português enviou para as trincheiras da Flandres, de resto, indevidamente preparados a todos os níveis, militar, psicológico, climático, material:

“[...] tentei transformar a amálgama de camponeses em soldados que, à voz de comando ou ao toque do clarim, obedecessem como se apenas de um único corpo se tratasse. Aprenderam a marchar, a fazer a continência, a manterem-se em sentido, a apresentar arma, a reconhecer os postos dos graduados, a fardarem-se convenientemente, de acordo com a atividade a executar, a receber ordens pessoais, a responder em sentido e a gritar [...].

A instrução com o armamento foi o mais problemático. O quartel dispunha de espingardas do século passado, enormes e pesadas, muitas delas de carregar pela boca e quase nenhuma a funcionar. Se funcionassem, não haveria munições para o tiro ao alvo. Por isso, andávamos com eles a correr na mata de Montélios a apontar ao inimigo e a simular o tiro com a boca: Pum, pum. O sargento, que tinha passado uma temporada em Moçambique e assistiu a fogo real, explicava indignado: - É prás, prás, e não pum, pum, seus nabos (Machado, 2012: 37); “A grande maioria dos homens não tinha nem farda, nem o equipamento completos” (Machado, 2012: 56).

Enfim, o balanço final desta guerra é francamente desfavorável: “Às vezes, ponho-me a pensar que o nosso esforço na guerra foi em vão. Que os milhões de mortos de um lado e do outro entre 1914 e 1918 não poderão nunca ser justificados; que a perda da inocência e da energia da juventude dos que voltaram não passou de um absoluto desperdício. O mundo, de facto, não ficou melhor” (Machado, 2012: 26-27).

Mas importa ainda referir que a personagem de Luís Vasques, o tal alferes fabricado à pressão, não pode surgir desgarrado do seu fiel companheiro, Rato, formando com ele uma dupla inseparável, dois compinchas que metonimicamente representam os dois lados, as duas faces, da sociedade portuguesa de então, como explica Milton Azevedo:

“it soon becomes clear that Vasques, for all his education and refinement, is lacking in wordly savvy, while Rato possesses a natural survivor’s smarts. Like a dyad in the manner of Don Quixote and Sancho Panza, they can be seen as a metaphorically standing for two faces of Portuguese society: a cultivated upperclass man clinging to his social status while timidly questioning the political regime, and an uneducated peasant struggling to get ahead by its wits in an environment he cannot afford to change directly” (Azevedo, 2011: 399).

Por outras palavras, e ainda segundo o mencionado especialista, a visão ingénuo, circunscrita à perspetiva de Luís Vasques, embora vinda de dentro, é bem informada e inteligente, sendo ainda completada pelas observações indiretas deste seu fiel amigo. Assim, “Rato, que é um verdadeiro coprotagonista (e não apenas um sidekick) – um pouco, *mutatis mutandis*, como Sancho Pança, sem o qual o Quixote ficaria impensável” (Azevedo, 2009, janeiro).

Feita esta introdução ao estudo da obra, traremos, de seguida, à colação algumas passagens ilustrativas das características do povo lusitano e da sociedade de então inscritas no trabalho em apreço, que foram catalogadas, pelo seu teor semântico, em 16 grupos, de 1a a 1p, e elencadas por ordem alfabética. Diga-se em abono da verdade que os trechos em questão apresentam um estilo que oscila entre o mais elevado e o mais humilde, por assim dizer, dependendo da personagem que os pronunciou, mas que, em qualquer dos casos, é sempre objetivo, clarividente. Eis as ditas características / tendências:

a) **A alcunha:** “Um dia perguntei-lhe de onde vinha a alcunha. Disse-me que lhe vinha da infância. Os outros rapazes, porque ele era de compleição miúda e muito eficaz no assalto à fruta, não havendo muro, rede, arame farpado ou silvedo que o impedisse de entrar, botaram-lhe Rato (Machado, 2012: 45); “O Rato, depois da guerra e a meu pedido, acabou por me dizer qual era a minha: o Infeliz. [...] Não era má de todo, se a compararmos com a do sargento-ajudante da companhia, conhecido por o Caga-Baixo, ou pela do capitão, o Mija-Forte” (Machado, 2012: 45).

b) **O analfabetismo:** “sou de poucas letras” (Machado, 2012: 16); “o analfabetismo, a má educação e a selvajaria dos nossos soldados impressionavam-me” (Machado, 2012: 42); “o analfabetismo no nosso batalhão, e estou convencido de que nos outros a situação não era diferente, ultrapassava os oitenta por cento” (Machado, 2012: 119).

c) **O atraso de Portugal:** “os autocarros ainda não estavam vulgarizados” (Machado, 2012: 42); “Portugal, em 1917, vivia tecnologicamente no século passado e mentalmente no século dezassete, ou até mais para trás” (Machado, 2012: 42-43).

d) **As convenções sociais / aparência / falsos moralismos:** “não quero aqui poucas vergonhas em minha casa, ouviste? O respeitinho é muito bonito. Por isso, logo que ela aceite o namoro, vais falar com o padre e casas-te com ela” (Machado, 2012: 16); Esta é a voz do mesmo Luís Vasques que se deita com Guiomar todas as noites, acabando mesmo por se envolver sexualmente com ela, sem sentimento de culpa, refira-se, mas, preocupando-se com o futuro desta jovem, num caricato rasgo de cupido casamenteiro, tenta arranjar o casamento com Delmiro, um dos seus jornaleiros (cf. Machado, 2012: 15); “À infidelidade matrimonial, certamente condenável pela moralidade vigente, não lhe dei mais importância do que daria a uma traquinice de garoto” (Machado, 2012: 21); “ela aproximou-se e abraçou-me, dizendo que me amava e que não suportaria a minha ausência [...] – Uma menina de princípios não se comporta dessa maneira!” (Machado, 2012: 48); “Quebrei as convenções, ou fui permissivo a que elas se quebrassem e isso, na sociedade portuguesa, católica, moralista e hipócrita da época, era imperdoável” (Machado, 2012: 49).

e) **A coscuvilhice / boatos:** “corre até o boato de que o Afonso Costa recebe uma libra dos ingleses por cada soldado que enviar para a França. Será verdade, meu alferes?” (Machado, 2012: 44).

f) **A cunha:** “O nosso povo tem o vício ancestral da cunha. Imaginando de antemão que não poderá, pelas vias legais, alcançar o que pretende, serve-se da cunha. E para tudo a utiliza, mesmo quando desnecessário. Simplesmente porque não acredita na justiça, nas leis e nos regulamentos. Isso, pensa o povo, é para os ricos, os poderosos. O pobre só sobrevive com a cunha. Alguém escreveu que a cunha em Portugal é uma instituição pública” (Machado, 2012: 44); Salazar surge na história como Professor de Luís Vasques de quem os estudantes se queixam porque “parece que disse uma vez na aula que deviam estar na guerra, em vez de andarem por Coimbra a calacear e a gastar o dinheiro dos pais [...] – Os alunos não gostaram e houve quem fizesse queixa ao reitor. Mas o reitor parece que é amigo do professor e não fez nada” (Machado, 2012: 97).

g) **A crítica à classe política, direta ou indireta:** “Eu queria deitar as culpas à República e aos seus mentores. Mas não eram apenas eles os culpados. Eram culpados por terem gorado os próprios ideais e não terem feito nada para livrar o povo da ignorância e da miséria, instalando-se no poder para proveito próprio e mantendo o país no marasmo e no atavismo seculares” (Machado, 2012: 86); “Os cagões são os políticos e a guerra é a merda que eles cagam” (Machado, 2012: 215).

h) **O desenrascanço:** “Os poucos soldados que sabiam ler e escrever, os cabos e os sargentos, eram solicitados para esse serviço, pago ao preço de dois maços de tabaco *Abdulha*” (Machado, 2012: 119).

i) **A estratificação social:** “um alferes não se sujeitaria a trabalhar nos campos como um assalariado qualquer” (Machado, 2012: 55); “A pequena Isabel, vítima dos preconceitos de casta” (Machado, 2012: 436).

j) **A honra, o empenho e o exemplo:** “Apesar deste pequeno incidente, a nossa companhia deu exemplo de honra e de empenho, independentemente da opinião que a maior parte dos que a constituíam tivesse acerca da participação de Portugal naquela guerra” (Machado, 2012: 55); “Mas como era oficial, tinha de dar o exemplo. O que me impediu de desertar foi o facto de saber que não haveria nenhum buraco onde me esconder” (Machado, 2012: 55).

k) **Juras e crendices:** “seja eu ceguinho. E beijou o dedo polegar da mão direita em sinal de promessa” (Machado, 2012: 17).

l) **A pobreza:** “Despoletou ao mesmo tempo uma epidemia de gripe espanhola, matando milhares de pessoas [...]. A matança, porém, foi mais violenta entre a gente pobre, devido à má nutrição e às péssimas condições de higiene” (Machado, 2012: 417).

m) **A relevância das posses:** “– Não há muitas disponíveis, sr. doutor. E as que há querem homens com bom emprego ou com alguma coisinha de seu. E eu, bem sabe vossemecê, não tenho nem uma coisa, nem outra” (Machado, 2012: 15); “Para ajudar no início da nova vida de casado e para ter com que sustentar a mulher e os filhos que viessem, prometi dar-lhe à exploração uma das minhas herdades, a

melhor delas. Ele ficou contentíssimo com a notícia e afiançou-me que, no Natal, ganharia coragem para ir falar no assunto à Guiomar (Machado, 2012: 16-17); “Ao saírem da igreja já com as bênçãos apostólicas, desejei-lhes muitas felicidades e que fosse próspero em fazenda e descendência” (Machado, 2012: 396).

n) **O sexo antes do casamento:** Apesar de moralmente reprovável, era uma constante. A descrição deste encontro amoroso de Luís Vasques e Aninhas é velada, tal como o ato em si: “Os clientes andavam a festejar o São João. Pedi a chave ao rececionista e guiei a Aninhas até ao quarto. Diante da cama de ferro, eu disse: - Aqui estamos, magicamente em sossego [...]. Abraçou-me e beijámo-nos de pé, sobre o tapete de serapilheira com uma das pontas a desfazer-se. Casámos em finais de julho na igreja da Lapa” (Machado, 2012: 401-402); por oposição, o envolvimento de Guiomar, a criada, com Luís Vasques, o patrão, é descrito com todos os pormenores. Apesar de Guiomar querer preservar a sua inocência, “é que ainda nenhum homem me tocou e conto ir virgem para o altar” (Machado, 2012: 12), acaba mesmo por ceder: “ela sentou-se sobre mim, soltou o cabelo e, apesar do frio do quarto, tirou a camisa de noite. Beije-lhe o peito avantajado, demorei-me nos mamilos, enquanto lhe acariciava as costas, os ombros e o pescoço. Enquanto isso, ela esfregava o sexo nas minhas virilhas com alguma violência, como possuía de algum demónio matreiro [...]” (Machado, 2012: 19).

o) **A tradição:** A ida à adega: “À saída da adega, desejámos boa Páscoa um ao outro” (Machado, 2012: 436).

p) **O vício:** “Descobri com alguma repulsa que a vida militar acorda o que há de pior no ser humano. Vi aqueles recrutas simples e ingénuos a tornarem-se rufias, alcoólicos, pederastas ou viciados em prostitutas” (Machado, 2012: 38); “Sem o cigarrinho não consigo fazer nada. Apanhei o vício na Flandres. Toda a gente fumava. (Machado, 2012: 70).

No âmbito de *A Vendedora de Cupidos*, também estão presentes os três ingredientes atrás enunciados: ficção, História (que medeia entre 1943 e 1945) e análise social. Naturalmente, não podemos deixar de, logo à partida, tecer alguns comentários em torno do título desta obra que, de resto, está intimamente ligado à imagem reproduzida na capa, sendo que esta última, por sua vez, reflete a ação de cupido exemplarmente desempenhada por Dona Glorinha, a brasileira (carioca), que vem dar um novo élan à vida amorosa da Gralheira, pacata aldeia minhota, “vivendo amores, incentivando-os e protegendo-os” (Machado, 2013: contracapa). De facto, como o próprio escritor revela no capítulo XVII, fazendo um pouco troça da ignorância do regedor, que não é capaz de perceber (Machado, 2012: 205) o significado da cena do quadro exposto na casa da Dona Glorinha, tal imagem consiste na “reprodução em tamanho natural de *La Marchande d’Amours* de Joseph-Marie Vien. Nele se representava uma cena de inspiração greco-latina: Uma matrona, sentada com uma criada de pé atrás de si, recebia de uma vendedora, ajoelhada à sua frente com um cesto na mão direita, um cupido alado” (Machado, 2012: 200). Enfim, Glorinha é uma personagem fulcral neste romance, não só porque, “filha e neta de mestiços, onde se cruzam índios, africanos e europeus” (Machado, 2013: 366), casa com um português, “- Eu casei contigo, Glorinha, porque quis trazer para Portugal um pedacinho do Brasil” (Machado, 2013: 170), fazendo um pouco jus às teorias lusotropicalistas Gilbertianas, mas também assinala a questão da forte emigração de portugueses para o Brasil. Ademais, vem irreversivelmente trazer uma nova vida à Gralheira, posto que, como já se disse, além de adúltera, é também casamenteira, preocupando-se, em jeito de cupido, com a situação amorosa das pessoas com quem se vai relacionando. É durante o diálogo entabulado com o regedor, onde procura explicar a iconografia do mencionado quadro, que, em jeito de “espelho meu”, se fica a conhecer a forma como atua: “Como não tinham asas, pensei...”, diz o regedor “- A rapariga está vendendo um cupido, ou seja, o amor, à senhora sentada. Tem mais dois no cesto, um certamente para ela e o outro, quem sabe, para a moça que está de pé” (Machado, 2012: 210). Na prática, eis alguns breves exemplos das múltiplas intervenções deste cupido humano:

“Ainda teremos pedido de namoro – aventou a Dona Glorinha, meio a sério, meio a brincar, acrescentando, depois de um momento de pausa embaraçoso: – Se isso vier a acontecer, qual será a sua reação” (Machado, 2012: 368); “- E como vão os amores Fatinha – perguntou a Dona Glorinha?” (Machado, 2012: 370); “Talvez com a intervenção da brasileira os pais acabassem por aceitar o namoro” (Machado, 2012: 386).

Em geral, trata-se efetivamente de uma história “complexa, repleta de caracteres vivos e autênticos (todos uns individualistas bem acabados, cada qual procurando fazer pela vidinha), muito bem contextualizados

historicamente na Gralheira, fictícia aldeia do Minho, durante a Segunda Guerra Mundial” (Almeida, 2011). Parece-nos ainda muito interessante a efabulação criada em torno da relevância do volfrâmio que, a par de outras matérias-primas, como resina, peles, conservas, provenientes das antigas colónias, e da nossa posição estratégica (cf. *Rotas do volfrâmio na Europa, memória dos homens e património industrial*), permitiu-nos manter a neutralidade durante a referida Guerra. Este dado Histórico que serve de pano de fundo à história ficcional constitui uma boa aposta, uma vez que reaviva uma memória um pouco apagada, senão mesmo inexistente em muitos casos, revelando-se um bom mote para a criação de um romance que, uma vez mais, retrata a sociedade do período em causa, mas, desta feita, com esta pitada de policial / mistério a fazer lembrar, logo no *incipit*, a dupla incontornável Sherlock Holmes e Dr. John H. Watson, mais atabalhoada, é certo, pois, neste caso, vertida nas pitorescas figuras de Pedro Fontes, o regedor e Delfim, o cabo:

“Ora, o meio da noite não é meia-noite, como é uso dizer-se, mas às três da manhã. O padre morreu antes de verter as águas, ou seja, antes das três” (Machado, 2013: 14); “– Bocados de quartzo – constatou. – E com umas pitadas de volfrâmio. O padre Desidério tem andado a visitar a mina, pelos vistos” (Machado, 2013: 15); “Tinha alguma lama seca nas pontas e, num dos bolsos, encontrou um molho de chaves e no outro um bilhete dobrado me quatro que dizia: «Me espera amanhã às dez na capela de São Brás. M. C»” (Machado, 2013: 15).

Como havíamos mencionado, também no âmbito desta obra podemos inferir de algumas passagens certas características do povo e da sociedade lusíada de então, aventadas pelo escritor em apreço sempre com a mesma escrita clarividente que, como refere Onésimo Teotónio Almeida, “é leve, mas não *light*” (2011). Ora, anotemos então tais trechos que foram catalogados em 23 áreas temáticas relevantes à discussão em causa, de 2a a 2w, e elencadas novamente por ordem alfabética:

- a) **O acerto de contas:** “A sova que lhe deram não tinha apenas a ver com questões de honra. Esse era o pretexto para desafrontar antigos ressentimentos” (Machado, 2013: 378).
- b) **Os agentes da autoridade:** “Ele conhecia bem os tipos da G.N.R... Além de serem brutos e ignorantes, eram teimosamente inamovíveis nos seus propósitos. Nunca admitiriam um erro” (Machado, 2013: 311); “são muito casmurros” (Machado, 2013: 345).
- c) **O atraso do país:** “o telefone público da Gralheira encontrava-se na venda do Forrete, um quilómetro e meio abaixo da residência paroquial (Machado, 2013: 16-17); “O processo na justiça seguia o seu curso normal, lento e preguiçoso como tudo num país adormecido e atrasado, prevendo-se uma audiência com o juiz para finais de novembro, se, entretanto, não sofresse um adiamento por falta de algum papel ou simplesmente por indisposição gástrica do magistrado” (Machado, 2013: 379).
- d) **A corrupção, criminalidade:** “Não mais pensou na morte do padre, no contrabando de volfrâmio, nas maquinações do presidente da Junta, no roubo de galinhas, nas luzes na Quinta dos Barbadinhos” (Machado, 2013: 379).
- e) **A coscuvilhice:** “Além do mais, não deve haver ninguém na Gralheira que não saiba que o padre tinha um caso com a mulher do Júlio Torrão” (Machado, 2013: 206); “amante de mexericos” (Machado, 2013: 346).
- f) **As crendices:** “A minha sogra até diz que a mina está a meio caminho do inferno” (Machado, 2013: 15).
- g) **Os divertimentos daquele tempo: o cinema,** “- Vamos ao cinema. [...] – Que filme? *Bola de Fogo* com Gary Cooper e a Barbara Stanwyck” (Machado, 2013: 384), e **o baile,** “Na Gralheira, era tradição fazer-se um baile de Carnaval (Machado, 2013: 341).
- h) **A falta de cultura:** “o regedor, [...] sem deitar grande atenção ao que ouvia, foi apreciando o quadro que enfeitava a parede à sua frente. [...] por falta de conhecimentos da cultura clássica, não compreendia a cena. Para que estaria uma rapariga com aspeto rústico a oferecer anjinhos a uma senhora como se fossem maçãs?” (Machado, 2013: 200); “[...] mas o que são cupidos?” (Machado, 2013: 209).
- i) **As Guerras:** “O fim do ano de 1943 não era para grandes comemorações. A ameaça da guerra pairava no horizonte dos portugueses. [...] Qualquer um dos lados, por interesses estratégicos, poderia violar a neutralidade portuguesa e invadir o país” (Machado, 2013: 246); surge uma alusão à

primeira guerra mundial - “nas trincheiras, quando alguém se feria, dava-se-lhe um trago de aguardente. Servia de anestésico – explicou o Tibães” (Machado, 2013: 363).

j) **A igreja:** “ – Foi um enterro bonito – comentou a Dona Graça, que apreciava a solenidade e a pompa das cerimónias religiosas com muitos padres a debitar longas cantorias em latim, pois davam não só dignidade, mas também e principalmente colorido que enchia o olho e os ouvidos a ponto de fazer também o céu” (Machado, 2013: 58); “enquanto os padres diziam o responso num cantochão triste e monótono” (Machado, 2013: 56); “Nada como começar o ano a louvar ao Senhor” (Machado, 2013: 248); “– Não digas isso rapariga, que Deus até te pode castigar!” (Machado, 2013: 248); “os fiéis gostavam dos gestos histriónicos e a retórica da pacotilha a puxar à lágrima fácil que o clérigo convidado usualmente utilizava para incutir o medo do inferno, saindo rejuvenescidos de modo a enfrentar com paciência as misérias do dia a dia” (Machado, 2013: 341).

k) **A infidelidade:** “Pensava nisto e a imagem que lhe vinha à mente não era a do marido, mas a do padre Desidério” (Machado, 2013: 120); “A última vez que se viram foi depois da missa na capela da quinta. Oferecera-lhe o pequeno-almoço” (Machado, 2013: 121); “Ela estivera tentada a convidá-lo para o quarto. Não o fez por receio das criadas. Mas acompanhou-o depois à porta e apertou-o contra si, sentindo o tecido negro e áspero da sotaina nas coxas, e encheu-o de beijos a que ele correspondeu sem pejo e sem medo” (Machado, 2013: 121); “o marido demorava. Onde se terá metido? [...] Enquanto a Glorinha tomava o seu segundo chá, saía Júlio Torrão de uma casa da Rua da Boavista, pondo o chapéu na cabeça e calçando as luvas. [...] A menina Belita era um primor nos serviços a cavalheiros distintos” (Machado, 2013: 121); “- Mas o pior [...] é vossemecê ir contra o nono mandamento: Não cobiçarás a mulher do teu próximo” (Machado, 2013: 424).

l) **A ingratidão:** “Quase toda a freguesia, envenenada pelas calúnias do presidente da Junta, perdera a estima naquele que durante mais de dez anos resolvera de forma satisfatória os mais variados problemas e conflitos. A ingratidão, pensava Pedro Fontes, era uma coisa cruel” (Machado, 2013: 350).

m) **A inveja:** “Aquela lambisgoia estrangeira, mal chegou, já está enlaçada num dos nossos – comentou a Ermelinda” (Machado, 2013: 347); “Os outros rapazes, invejosos do seu porte, chamavam-lhe o fininho” (Machado, 2013: 348); “sinto os olhos dela sobre mim como se fossem canos de pistola” (Machado, 2013: 349).

n) **A justiça:** “O advogado opinava que o processo, por falta de provas cabais, iria dar em nada. No entanto, se por acaso, e na justiça era comum acontecer, uma vez que o juiz poderia estar maldisposto, ele fosse considerado culpado, arriscava-se a apanhar três anos de cadeia e ser obrigado a devolver as joias” (Machado, 2013: 379); “O processo na justiça seguia o seu curso normal, lento e preguiçoso [...]” (Machado, 2013: 379).

o) **A mentalidade mais avançada no estrangeiro (Brasil, Alemanha):** “No Brasil, ninguém liga. Há muitos sacerdotes que saem, se casam, arranjam outro emprego. O povo brasileiro é muito liberal” (Machado, 2013: 207); “Que reservava o futuro a uma rapariga em Portugal? Casar-se, ter filhos e viver para eles? Quando a guerra terminasse, poderia arranjar um emprego em Berlim, talvez numa escola ou numa universidade, e dedicaria a sua vida ao ensino e à investigação. Queria viajar, conhecer a Itália, a Grécia, o Egito, Londres, Moscovo, Nova Iorque” (Machado, 2013: 385).

p) **A mentira:** “Tive um acidente – mentiu o engenheiro” (Machado, 2013: 363), para não contar que fora espancado por ser mulhengo, por questões de honra: “É para aprenderes a respeitar as moças honestas” (Machado, 2013: 362).

q) **A moralidade:** “Nas bordas do largo, os mais velhos iam deitando o olho enquanto conversavam sobre a carestia de vida” (Machado, 2013: 345); “– A zelar pela moralidade do baile? – perguntou Dona Glorinha” (Machado, 2013: 349); “[...] viu-os juntos em certos preparos e foi contar ao pai” (Machado, 2013: 378); “Que haveria o sr. arcebispo de pensar se chegasse a saber, se é que já não sabe, que o padre da Gralheira anda a comprar e a vender minério da candonga?” (Machado, 2013: 424).

r) **Os políticos:** “Desde o início que houve uma indisfarçada antipatia do cronista por esta personagem, antipatia extensiva a todo e qualquer indivíduo, ficcional ou não, que exerça um cargo político. Altino Pinheiro era um déspota e um corrupto, como soem ser os políticos que lograram e logram vingar neste retângulo enviesado com janela para o mar” (Machado, 2013: 377-378); “Os erros

dos incompetentes e dos oportunistas da política pagam-se sempre muito caros” (Machado, 2013: 369).

s) **O povo:** “Nós não somos um povo de heróis. Somos um povo de ladrões e de oportunistas” (Machado, 2013: 169); “os portugueses preferem amar na ausência. A isso se chama amor idealizado” (Machado, 2013: 170); “O povo é dado a tomar partidos por isto e por aquilo e tem a memória curta. Daqui a uns meses, o assunto estará enterrado” (Machado, 2013: 313); “Depois que largara da mina, fora a casa despir o fato-macaco, tomar um banho de alguidar e vestir o melhor fato que tinha” (Machado, 2013: 348).

t) **O preconceito:** “As senhoras distintas eram demasiado austeras e não a tinham [Dona Glorinha, a carioca] em muito boa conta. Nunca a aceitaram como igual, apesar de ser a mulher de um dos homens mais ricos de Braga” (Machado, 2013: 23, *acrescento nosso*); “A Dona Glorinha, filha e neta de mestiços, onde se cruzavam índios, africanos e europeus, não tinha a pureza que lhe permitia ser beijada por uma ariana do Terceiro Reich” (Machado, 2013: 366).

u) **A questão racial:** tão em voga, designadamente por força das teorias darwinistas da evolução das espécies – “não me permitem que nos juntemos com pessoas de outras raças” (Machado, 2013: 369); “- Então os portugueses não são europeus como quaisquer outros. – Mas não são arianos. Ou pelo menos não são arianos puros como nós” (Machado, 2013: 369).

v) **O racionamento dos produtos:** “Preocupava-o, como a toda a gente, o racionamento e as requisições dos produtos agrícolas pelo Grémio e as consequências da guerra na economia. Previa que, tal como as coisas iam, viessem a surgir dentro de alguns meses graves problemas de abastecimento. Podia chegar-se ao cúmulo de haver dinheiro, mas não haver o que comprar” (Machado, 2013: 379).

w) **As tradições / hábitos:** “foi tocar a finados” (Machado, 2013: 12); “depois da ceia de batatas, couves e bacalhau, sentou-se à lareira” (Machado, 2013: 247); “Na Gralheira, era tradição fazer-se um baile de Carnaval (Machado, 2013: 341); “Na Gralheira, zangavam-se os pais, zangavam-se os filhos num instinto tribal milenar” (Machado, 2013: 350); “Havia um grande ajuntamento de povo que bailava, conversava, bebia e pagava promessas à santa” (Machado, 2013: 406); “andor enfeitado com flores e notas de vinte e de cinquenta” (Machado, 2013: 350).

Feita esta apresentação que nos coloca quer perante o espírito da época, isto à luz do escritor em apreço, quer diante do estilo de Leon Machado, não podemos deixar de reiterar a riqueza e acutilância semântica dos títulos com que batiza as suas obras que são, invariavelmente, deveras sugestivos. Além dos dois já explorados, trazemos ainda à colação um outro, desta feita *Diário Escasso* (2014), obra que nos foi bastante útil, posto que se trata de uma espécie de chave, de introdução ao espírito, à alma do autor em estudo.

De facto, o lexema “escasso”, que caracteriza o tipo de diário em apreço, dá-nos, desde logo, a perceção de descontinuidade, neste caso, cronológica e temática. Trata-se efetivamente de um registo de apontamentos soltos, feitos no calor do momento, por conseguinte, riquíssimos a todos os níveis, pois genuínos e espontâneos. Enfim, as temáticas de eleição que de seguida anunciamos são, sem surpresa, marcadas pelo seu trajeto, pela sua enciclopédia cultural e humana:

“povos pré-românicos; romanização; Descobrimientos portugueses; a Primeira República (1910-1926); a participação dos Portugueses na Primeira Grande Guerra; Ditadura do Estado Novo; exploração do volfrâmio; guerra colonial; provincianismo e aldeanismo; Minho e Trás-os-Montes, tradições e folclore; religião e clericalismo; ensino e educação; vida académica; amor; sexualidade e adultério; Biologia e Astronomia; outros mundos; universo” (Machado, in GAELT, 2013).

Dito isto, e no âmbito da empreitada linguístico-literária que nos propomos levar a cabo, há que relembrar as próprias palavras do escritor em destaque que, acerca do seu próprio estilo, revela: “é objetivo, sintético e de pendor clássico” (Machado, in Pinto, 2014: 62). Tais epítetos não podem, como já o afirmamos, ser desgarrados do seu próprio eu. Amante da Língua (recordamos que é Professor Universitário e investigador na área da Linguística), da História e da Literatura portuguesa e forânea, é ainda antigo militar, antigo seminarista, nascido e criado no Minho. Buscando inspiração nos clássicos, Leon Machado situa-se algures entre a escrita de “pendor clássico” e o “mar que

é o pós-modernismo” (*Machado in Pinto, 2014: 64*), leitura que, de resto, encaixa na perfeição na segunda tensão estética, “classicismo versus contemporaneidade”, de três (*Real, 2012: 59-68*), proposta por Miguel Real para catalogar, digamos assim, o romance português contemporâneo (*Real, 2012: 63-66*). Efetivamente, o seu *alter ego*, desta feita de escritor, materializa os seus pensamentos por via de uma linguagem direta, clara, concisa, sem rodeios, na sua ótica, desnecessários, bem-humorada, irónica, por vezes, sarcástica. Ressaltamos a figura de estilo **ironia** que debruça as suas obras, auxiliando a tal boa disposição, mesmo, por vezes, perante assuntos mais sérios. Além de alguns trechos já destacados a propósito de outros assuntos, atentemos ainda nestes três contextos:

“Talvez o menino Jesus não se importe que se dance no dia do seu aniversário” (Machado, 2013: 169); “O padre Desidério era pobre, quando muito, de espírito” (Machado, 2013: 203); “Por detrás da igreja, resguardados pela escuridão, o engenheiro Brito e a Diliã beijavam-se sofregamente, ele com uma mão enterrada nas suas coxas e ela com os dedos a remexer-lhe a braguiha. Era dia de Carnaval e nenhum deles levava a mal (Machado, 2013: 352).

Naturalmente, todos estes aspetos terão consequências do ponto de vista linguístico. Abordamos, em seguida, algumas dessas materializações linguísticas decorrentes das suas opções e volições, que organizamos nestes nove pontos, que, não fora as tradicionais restrições de extensão que um texto desta natureza requer, abordá-riamos com maior pormenor:

- 1- O uso de adjetivos e de advérbios resume-se ao estritamente necessário e sobretudo quando Leon Machado leva a cabo a descrição de algo ou de alguém, senão vejamos: “Olhei-me ao espelho, o bivaque na cabeça, a farda naquele tecido **grosseiro** entre o cinza e o azul, as botas **pretas reluzentes engraxadas** pelo Rato, as polainas, o cinturão de couro onde se prendia o coldre com a pistola que eu não levava, por ser proibido sair de licença com ela” (*Machado, 2012: 46, negrito nosso*). Fazemos notar a substantivação dos adjetivos de cor ou cromáticos “cinza” e “azul”, mais uma das consequências linguísticas do estilo que se quer direto e isento de rodeios, prática que, de resto, não é apenas recorrente com esta tipologia de adjetivos.
- 2- Relacionado com o ponto anterior, e como reflexo da objetividade estilística reportada, podemos afirmar que a classe gramatical por excelência de Barbosa Machado é, sem surpresa, o substantivo.
- 3- O escritor procura verter também no vocabulário selecionado o contexto, a força das circunstâncias. Ou seja, as variedades situacionais, mas também as sociais (*cf. Santiago e Dias, 2011: 6-7*) são visíveis, além de sintática e semanticamente, nas unidades lexicais selecionadas a preceito, com o intuito de intensificarem certos contrastes. Assim, rastreamos uma maior competência comunicativa, um nível vocabular mais erudito, quando o narrador toma as rédeas do discurso e menor eficácia comunicativa, um nível mais simples (passando por aquilo que antigamente designávamos como gíria e chegando mesmo, por vezes, ao calão, como está expresso no último exemplo de 1g) (*acerca da linguagem popular, cf. Pinto, 2014:51*), quando certas personagens mais pitorescas erguem a sua voz. Mas, em nossa opinião, além do diálogo entre o padre Desidério e Ester que consta no *Epílogo de A Vendedora de Cupidos (2013: 424-429)*, o caso mais emblemático dessa polaridade de vozes é protagonizado por Guiomar, a criada, e Luís Vasques, o advogado de *Memória das Estrelas sem Brilho*. A título de exemplo, trazemos à colação trechos de dois divertidos diálogos entabulados entre estas duas personagens, logo no início da obra:

“Diz que está escrito nos livros. – No Direito Canónico, queres tu dizer. Sim, nisso. A igreja proíbe o casamento porque diz que é no cesto. – Talvez queiras dizer incesto. – Incesto, ou no cesto, é tudo a mesma coisa. [...] O sr. doutor, que estudou leis, saberá mais do que eu, que sou de poucas letras” (Machado, 2012: 15-16). “Quanto ao nosso trato, Guiomar, confidencialidade. – Confi quê, sr. doutor? – segredo, rapariga (Machado, 2012: 17-18).

Mas este esforço para destrinçar a voz do narrador da de determinadas personagens não é inédito, trata-se, aliás, de “uma preocupação recorrente da ficção literária” esta “busca de maneiras convincentes de representar a fala” (*Azevedo, 2003: 25*). Enfim, a representação da fala não-padrão como forma de utensílio estilístico foi

trabalhada e muito bem caracterizada pelo norte-americano Sumner Ives como sendo “um dialeto literário formado por um conjunto de traços não normativos, sejam regionais, sociais ou individuais” (Ives in Azevedo, 2003: 61-62). Ainda no âmbito deste assunto, Milton Azevedo ensina-nos:

“Ao ser impossível a reprodução exata da fala, o escritor opta por criar uma versão estilizada, às vezes estereotipada, de certa variedade linguística, elaborando assim um mimetismo de oralidade (Traugott & Pratt 1980: 338 ss.) em que predomina algum sotaque ou outros traços sugestivos da fala em questão. Bem manipulado, trata-se de um poderoso recurso para realçar as vozes de alguns personagens, contrastando-as com as de outros, ou com a voz narradora, que, usualmente, se expressa em linguagem normativa” (Azevedo, 2003: 62).

E excluindo a voz do narrador, que apresenta uma competência comunicativa acima do padrão, é exatamente isto que acontece com várias personagens das duas obras em estudo, de onde salientamos a figura de Eline e a de Dona Glorinha, posto que representam na perfeição essa busca de verosimilhança expressa também a nível linguístico. Pensemos, desde logo, no bilhete encontrado no bolso do casaco do defunto, padre Desidério, que gerou alguma perplexidade, posto que estava escrito em português, variedade brasileira: “*Fez-lhe alguma confusão aquele me antes do verbo, mas atribui-o às poucas letras da autora*” (Machado, 2013: 15). E encontramos muitos outros casos desta natureza como, por exemplo, “*me sirva o pequeno-almoço*” (Machado, 2013: 22, **negrito nosso**). O uso do gerúndio em vez do infinitivo no contexto “*meu marido está dormindo*” (Machado, 2013: 22, **negrito nosso**), bem como a utilização de “*você*” em vez de “*tu / te*” quando há muita proximidade entre os interlocutores, “**Que deu em você**” (Machado, 2013: 168, **negrito nosso**) em vez do *O que te deu?*, constituem mais duas marcas da referida variedade brasileira. E há muitos outros detalhes a reportar onde é inclusive visível o uso de brasileirismos como “*suco*”, “*moleques*”, “*amole*”, “*besteira*”:

“Bebemos um suco” (Machado, 2013: 27, negrito nosso); “dois moleques” (Machado, 2013: 166, negrito nosso); “não me amole” (Machado, 2013: 307, negrito nosso); “Você fez muita besteira” (Machado, 2013: 168, negrito nosso).

Um outro caso emblemático é o de Eline, a alemã, que comunica em francês e num português muito incipiente que, de resto, vai tentar corrigir, recebendo aulas de Fatinha (Machado, 2013: 365). Vejamos, então, alguns exemplos:

“Ça va?” (Machado, 2013: 343, negrito nosso); “Oui, merci. Et vous?” (Machado, 2013: 343, negrito nosso); “Voulez-vous danser?” (Machado, 2013: 345, negrito nosso); “– Je danse très mal” (Machado, 2013: 346, negrito nosso); “– Moi? Eline. Et vous?” (Machado, 2013: 352, negrito nosso); “– Eu gostar muito de ti Rui. Tu ser ótimo rapaz. Mas eu ser má para ti” (Machado, 2013: 381, negrito nosso); “Eu não ser boa para ti” (Machado, 2013: 384, negrito nosso); “– Tu ir ao cinema também. Eu não me importar” (Machado, 2013: 384, negrito nosso).

Note-se que é o próprio narrador que, informado pelo nosso linguista, explica o motivo de tais atropelos à língua portuguesa, cometidos “sobretudo por causa da articulação de certos fonemas e da conjugação dos verbos” (Machado, 2013: 381). No entanto, ressalva que esta “consequia manter já uma conversa na língua de Camões” (Machado, 2013: 381). Mas diga-se em abono da verdade que quer o uso do Português, variedade brasileira, quer do Francês, por razões óbvias, que passam pela similitude e pela forte herança cultural, não põe em risco a compreensão da mensagem. Isto é, segundo Milton Azevedo, “um fator importante na utilização de outro idioma como traço definatório de um personagem é o grau de inteligibilidade que se pode esperar do leitor” (Azevedo, 2003: 84).

4- Por outro lado, há igualmente que referir as marcas de antiguidade expressas em certos vocábulos usados. Alguns deles, como “*guisa*”, “*vossemecê*”, “*soem*” ou a expressão “*por mor*”, são mesmo arcaísmos consagrados; outros são usados regionalmente e em contextos específicos, como o lexema “*cibo*” que, por exemplo, em Trás-os-Montes, significa *pedaço, bocado*. Além destes últimos, que apresentamos devidamente contextualizados, encontramos ainda outros vocábulos que sabem a antigo:

“A maior parte das vezes que vem aqui é **por mor** do roubo de galinhas (Machado, 2013: 9); “sonhos **ruins**” (Machado, 2012: 14, **negrito nosso**); “**vossemecê**” (Machado, 2012: 15, **negrito nosso**); “**cangalheiro**” (Machado, 2013: 16, **negrito nosso**); “**guisa**” (Machado, 2012: 17, **negrito nosso**); “**bragal de casamento**” (Machado, 2012: 18, **negrito nosso**); “**botaram-lhe**” (Machado, 2012: 45, **negrito nosso**) “para se sentar um **cibo**” (Machado, 2012: 50, **negrito nosso**); “**carestia**” (Machado, 2013, 345, **negrito nosso**); “abriu a **cartilha** à frente da sua nova aluna” (Machado, 2013: 365, **negrito nosso**); “como **soem** ser os políticos” (Machado, 2013: 377, **negrito nosso**); “**Prantou-se** daqui para a França” (Machado, 2012: 397, **negrito nosso**).

5- As abreviaturas “ti”, como “Ti Clarindo” (Machado, 2013: 9), e “sô”, como “Sô Mário” (Machado, 2013: 166), são também dignas de destaque, pois contribuem para a tal criação de um ambiente pitoresco. Cristina Pinto, em relação a *Memória das Estrelas sem Brilho*, refere inclusivamente que o uso frequente da linguagem e de vários provérbios populares ajuda o leitor a imiscuir-se “na rusticidade” (Pinto, 2014: 51). Aqui ficam alguns exemplos das múltiplas expressões populares existentes:

“o fogo ao pé da palha...” (Machado, 2012: 11); “olho da rua” (Machado, 2012: 11); “não me fio” (Machado, 2012: 11); “pelas cinco chagas” (Machado, 2012: 11); “– Cruzes, sr. doutor!” (Machado, 2012: 11); “olho da rua” (Machado, 2012: 11); “são promessas e toda a gente sabe que as leva o vento” (Machado, 2012: 12); “seja eu ceguinho” (Machado, 2012: 17); “[...] atirar o barro à parede [...]” (Machado, 2012: 15); “apalpar primeiro o terreno” (Machado, 2012: 17); “como quem não quer nada” (Machado, 2012: 17); “– Crisântemos, sr. doutor?” (Machado, 2012: 17); “mete-lhe nu cu tudo o que ganha” (Machado, 2012: 397).

6- Traremos, entretanto à colação alguns vocábulos que, de uma forma ou de outra, nos chamaram à atenção pelo seu preciosismo, pela sua acutilância, pela sua peculiaridade nos contextos em que foram usados. Neste sentido, começamos por sublinhar a riqueza simbólica da palavra que nomeia a aldeia minhota fictícia, “Gralheira”, posto que, pela proximidade semântica com o vocábulo “gralha”, que, como é sobejamente conhecido, em sentido figurado, significa *pessoa faladora*, nos coloca imediatamente no espírito do cenário, do espaço, em causa. Eis as mencionadas unidades lexicais:

“**soslaio**” (Machado, 2012: 12); “fez um breve **esgar** de estranhamento” (Machado, 2012: 15); “**afiançou-me**” (Machado, 2012: 16); “**bragal de casamento**” (Machado, 2012: 18); “**trautear das armas**” (Machado, 2012: 22); “**as admoestações** da mãe por ter chegado tarde” (Machado, 2013: 29); “**toque do clarim**” (Machado, 2012: 37); “**pederastas**” (Machado, 2012: 38); “**charrete**” (Machado, 2012: 45); “**comprovar a asserção**” (Machado, 2012: 46); “**Desafortunadamente**” (Machado, 2012: 48); “**aguardente babujada**” (Machado, 2012: 51); “**messe do quartel**” (Machado, 2012: 53); *os batatais estavam viçosos e as latadas*” (Machado, 2012: 53); “**cantochão**” (Machado, 2013: 56); “**fomos ovacionados** pelos populares” (Machado, 2012: 57); “**sotaina**” (Machado, 2013: 121); “**a primeira refrega**” (Machado, 2012: 255); “**alfaias agrícolas**” (Machado, 2012: 396); “**fazenda e descendência**” (Machado, 2012: 396); “**mero aboletado**” (Machado, 2012: 437); **sorumbático** (Machado, 2013: 249); **desentorpeceu** as pernas (Machado, 2013: 249); ficou **abespinhada** (Machado, 2013: 343); **tratante** (Machado, 2013: 345); “**os ajuntamentos** eram ótimos” (Machado, 2013: 345); “**aparelhar os passos**” (Machado, 2013: 347); **aperaltado** (Machado, 2013: 348); **imbróglío** (Machado, 2013: 350); “**sofregamente**” (Machado, 2013: 352); “**acanhamento**” (Machado, 2013: 356); “**Matutava**” (Machado, 2013: 361); “**pedras de macadame**” (Machado, 2013: 361); “**cartilha**” (Machado, 2013: 365); **solícitos** (Machado, 2013: 368); “**fonemas**” (Machado, 2013: 381); “**Cicerone**” (Machado, 2012: 381, **negrito nosso em todos os casos**); “**emborcava**” (Machado, 2013: 424); “**chá de agripalma**” (Machado, 2013: 426); “**macumba**” (Machado, 2013: 426); “**começou a rezar as completas**” (Machado, 2013: 426); “**aroma a nardo**” (Machado, 2013: 426); “**cilício**” (Machado, 2013: 428); “**esposa oficiosa**” (Machado, 2013: 426).

7- A sintaxe é simples, as frases são geralmente curtas, despidas de artifícios estilísticos muito rebuscados. Aqui ficam alguns exemplos:

“É dia de Páscoa. Acordámos todos muito cedo e fomos à missa que começou às sete. O Afonso conduziu o velho *Minerva* e levou com ele o Pedro. Eu segui no *Ford* com a Aninhas, a Inês e a minha mãe” (Machado, 2012: 424); “Mas chegou de manhã à cidade, dirigiu-se à Câmara Municipal e apresentou a demissão por escrito na secção F.” (Machado, 2013: 310-311).

8- A pontuação, também em prol da simplicidade estrutural, é, como já se disse, canónica. Vejamos apenas alguns casos:

- a) *Coloca vírgula quando o modificador do grupo verbal (cf. Santiago e Dias, 2011: 17), antigo complemento circunstancial, vem anteposto ao sujeito, em início de frase: “Em casa, encontrei os meus pais preocupados” (Machado, 2012: 38, negrito nosso); “daí a uma hora, entrou a Guiomar [...]” (Machado, 2012: 13, negrito nosso); b) Coloca vírgula para isolar informação extra: “O casamento da nossa criada Guiomar com o Delmiro, filho mais velho do Rato, foi ontem” (Machado, 2012: 396, negrito nosso); c) Coloca a vírgula para separar a oração subordinada (neste caso condicional) da oração subordinante: “Se funcionassem, não haveria munições para o tiro ao alvo” (Machado, 2012: 37, negrito nosso); d) Coloca a vírgula para separar o vocativo: “Desculpe a pergunta, sr. doutor, mas hoje também...” (Machado, 2012: 18, negrito nosso); e) Coloca a vírgula a seguir à locução adverbial conetiva (cf. Santiago e Dias, 2011: 14), antiga locução conjuncional coordenativa adversativa, em início de frase: “No entanto, só ficaria satisfeito quando viesse Pedro Fontes a ser condenado” (Machado, 2013: 378, negrito nosso); f) Coloca vírgula depois do advérbio, neste caso de modo, em início de frase: “Desafortunadamente, foi a Vila Verde negociar umas pipas de vinho” (Machado, 2012: 48, negrito nosso); g) Coloca a vírgula para separar orações: “A mãe ergueu-se, deixou cair o bordado e pôs-se aos gritos” (Machado, 2012: 48, negrito nosso); h) Coloca a vírgula a separar o vocativo (“Libaninha”) da oração subordinada temporal (introduzida pela conjunção subordinada temporal “quando”), seguida de informação extra devidamente virgulada (“e terminará um dia”) e da oração principal (“ter-me-ás aqui”), que antecede uma oração subordinada condicional (“se ainda me quiseres”). Eis o exemplo em causa: “– Libaninha, quando tudo isto terminar, e terminará um dia, ter-me-ás aqui, se ainda me quiseres para teu marido” (Machado, 2012: 40, negrito nosso).*

b)

9- Escreve com o **novo acordo ortográfico**. Basta olharmos para a ausência do hífen entre a “forma monossilábica do presente do indicativo do verbo **haver**” e a preposição *de* (Casteleiro e Correia, 2007: 19); a “supressão de acentos gráficos em palavras graves com ditongo *oi* (Casteleiro e Correia, 2007: 18) e o uso de minúscula nos meses do ano (Casteleiro e Correia, 2007: 11). Eis os exemplos reportados:

“**hás de**” (Machado, 2012: 12); “**jóias**” (Machado, 2013: 350); “**maio** de 1944” (Machado, 2013: 380); “No final de **abril**, o Rui [...]” (Machado, 2013: 381).

Enfim, terminada esta pequena viagem em torno de algumas marcas linguísticas bastante evidentes no estilo de Leon Machado, e parafraseando o grande mestre Ernesto Guerra da Cal, sabemos que:

“[...] a pesquisa dos seus processos linguísticos, dos símbolos verbais que seleciona entre aqueles que se oferecem a uma opção possível, embora não nos revele o segredo mágico da sua personalidade e da sua obra, permitir-nos-á pelo menos um conhecimento parcial mais aproximado do seu feito espiritual, e um mergulho relativamente mais fundo no fenómeno do seu processo criador. [...] sabemos de antemão que não conseguiremos encontrar a rosa, de que falava Gourmont, na sua fragrância; mas se conseguirmos rodeá-la, examinar algumas pétalas e aproximarmo-nos do ‘sanctum’ inacessível e inexpugnável do seu segredo vivo, consideremos isso mais que suficiente, e ficaremos satisfeitos” (Cal, 1981: 54-55).

Cientes de que este artigo constitui apenas um modesto contributo ao vastíssimo universo de leituras possíveis em torno da auspiciosa obra de José Leon Machado, damos por bem empregue o labor empreendido em torno de um escritor que merece ser estudado, posto que, por via de um estilo “leve, mas não light”, como já se

disse, e divertido, com uma certa pitada de “ridendo castigat mores”³⁴, tão a preceito no tempo do teatro vicentino, e também nos dias atuais, aborda assuntos muito sérios, diríamos mesmo intemporais, e de sumo interesse para a memória coletiva de um povo plurissecular dotado de uma complexa identidade pessoal e cultural que urge acarinhá-lo.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Onésimo Teotónio (2011, 01 de janeiro), “Recensões Críticas e Opiniões sobre a Obra” in *PNET Literatura*. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/leon/vendedora.htm>.
- Araújo, Rui Ângelo e Chaves, Carlos (s.d.), “José Leon Machado. Projeto Vercial”, *Reportagem*, edição n.º 19. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://www.trasosmontes.com/eitofora/numero19/reportagem.html>.
- Azevedo, Milton M. (2011), “The Great War and Remembrance in José Leon Machado’s *Memória das Estrelas sem Brilho*”, *Hispania* 94.3, AATSP copyright, 396-405.
- Azevedo, Milton M. (2009, janeiro), “Recensões Críticas e Opiniões sobre a Obra”. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/leon/memoria.htm>.
- Azevedo, Milton M. (2003), *Vozes em Branco e Preto: a Representação Literária da Fala Não-Padrão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Cal, Ernesto Guerra da (1981), *Língua e Estilo de Eça de Queirós*, 4.ª ed. Coimbra: Livraria Almedina.
- Casteleiro, João Malaca; Correia, Pedro Dinis (2007), *O Novo Acordo Ortográfico. O que vai mudar na grafia do português*. Lisboa: Texto Editores.
- Cláudio, Mário in Anastácio Neto (2008), “Mário Cláudio: a Função do Escritor Não é Ser Legível, mas Autêntico”. Consultado a 21 de novembro de 2008, <http://oviciodaarte.blogspot.com/2004/11/mario-claudio-fundo-do-escritor-no-ser.html>.
- Coelho, Jacinto do Prado (1961), *Problemática da História Literária*. Lisboa: Ática.
- Freitas, Carolina (2010, 14 de novembro), “Recriar a História” in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Entrevista a José Leon Machado. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://visao.sapo.pt/recriar-a-historia=f578204>.
- Gomes, Florbela L. S. (2009, outubro), “Recensões Críticas e Opiniões sobre a Obra”. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/leon/memoria.htm>.
- Gonçalves, Mário (2010), “[José Leon Machado: Universidades Portuguesas Estão Cheias De Maus Alunos](#)”, Entrevistas – Escritores, 07 Fevereiro. Consultado A 21 De Janeiro De 2015, http://www.livroseleituras.com/web/index.php?option=com_content&view=article&id=484:jose-leon-machado-universidades-portuguesas-estao-cheias-de-maus-alunos&catid=64:escritores&Itemid=175.
- Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2011), *Língua E Estilo: Um Estudo Da Obra Narrativa De Mário Cláudio*. Vila Real: Centro De Estudos Em Letras E Universidade De Trás Os Montes E Alto Douro (Com O Apoio Da Fct).
- Machado, José Leon (2013), “Conferência: «O presente e o futuro do livro como objeto cultural»”, 27 de novembro, Grupo de Análise e Estudo da Literatura e de Tradutologia (GAELT). Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://gaelt-uvigo.blogspot.pt/2013/11/conferencia-o-presente-e-o-futuro-do.html>.
- Machado, José Leon (2012), *Darkening Stars - A Novel of the Great War*. Tradução de Milton M. Azevedo e Karen C. Sherwood Sotelino. Ed. Vercial: Braga.
- Machado, José Leon (2014), *Diário Escasso (2006-2012). Seguido de uma Autobiografia e de umas Memórias Literárias*. Braga: Edições Vercial.
- Machado, José Leon (2012), *Memória das Estrelas Sem Brilho*, 2.ª ed. revista. Braga: Edições Vercial [2008].
- Machado, José Leon (2013), *A Vendedora de Cupidos*, 2.ª ed. revista. Braga: Edições Vercial [2010].
- Pereira, Maria Eduarda Vassalo (1988), “Estilo”, in A. Campos Matos (org. e coord. de), *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2.ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 389-403.
- Pereira, Susana (2010, janeiro), “Recensões Críticas e Opiniões sobre a Obra”. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/leon/memoria.htm>.
- Pinto, Cristina Teixeira (2014), *Memória das Estrelas sem Brilho – História e Identidade na Estética Literária de José Leon Machado*. Braga: Edições Vercial.

³⁴ Expressão latina erradamente atribuída a Gil Vicente, o pai do teatro português. Foi efetivamente popularizada, no século XV, na medida em que reproduzia a intenção e o estilo de Gil Vicente, mas, como refere Carlos Rocha, “segundo o *Dicionário de Português Michaelis*, a frase significa “corrige os costumes sorrindo” e corresponde ao «[p]rincípio em que se fundamenta a comédia, criado por Jean de Santeuil» (1630-1697), poeta francês que escreveu em latim” (Rocha, 2010, novembro).

Real, Miguel (2012), *O Romance Português Contemporâneo (1950-2010)*. Alfragide: Editorial Caminho.
Rita, Annabela, Luís, Carla Sofia Gomes Xavier & Real, Miguel, “Entrevista a Mário Cláudio”, *Revista Letras com Vida*. Lisboa: CLEPUL (entregue para publicação) e reposta na íntegra no livro *Mário Cláudio e a Portugalidade* in Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Alexandre António da Costa Luís e Miguel Real (coordenadores). Setúbal: Edições Fénix (no prelo).

Rocha, Carlos (2010, novembro), “A expressão latina «*ridendo castigat mores*» = «corrige os costumes sorrindo»” (22-11-201), in *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Consultado a 01 de março de 2015, <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=29048>.

Rotas do volfrâmio na Europa, memória dos homens e património industrial. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://routesofwolfram.eu/pt/memoria-dos-homens/contexto-historico/portugal.html>.

Santiago, Ana e Dias, Ana Paula (2011), *O Que Muda na Gramática? Conheça a Nova Terminologia*. Alfragide: Texto Editores.

Terminologia Linguística: revisão e consulta pública. Consultado a 21 de janeiro de 2015, in <http://dgide.min-edu.pt>.

6. CHRYS CHRYSTELLO, AICL / AGLP – AÇORES / AUSTRÁLIA



CHRYS CHRYSTELLO



RIO 2010



BRAGANÇA 2008



GALIZA 2012



MACAU 2011



MACAU 2011 GRUTA DE CAMÕES

MACAU 2011

TEMA 2.4 (APRESENTAÇÃO NA UBI) - O historial da AICL

1. RESUMO

Uma curta resenha dos sonhos, ambições e concretizações dos últimos 22 colóquios para uma audiência na UBI que nunca ouviu falar deles nem deles participou

Esta apresentação é meramente informativa sobre o percurso da AICL.

Os Colóquios da Lusofonia criados em 2001, passaram a associação cultural e científica sem fins lucrativos em 2010. Cremos que podemos fazer a diferença, congregados em torno de uma ideia abstrata e utópica, a união pela mesma Língua, um projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais, para esta mesa e audiência sem conhecimento de tal percurso. Partindo dela criamos pontes independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência.

A nossa versão é das mais abrangentes e visa incluir todos numa Lusofonia que não seja Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que por vezes parece emanar da CPLP e outras entidades.

Desconheço quando, como ou porquê se usou inicialmente o termo lusofonia, mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, e nosso primeiro patrono, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes no Mundo e dele nasceram os Colóquios da Lusofonia. Logo no primeiro abolimos o sistema português que distingue as pessoas pelos axiónimos (títulos apenas aos nomes).

Hoje, os nossos patronos são Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia. Os nossos oradores não buscam mais uma Conferência para o currículo, antes partilham ideias, projetos, criam sinergias, irmanados do ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, para – juntos – atingirem o que as burocracias e hierarquias não podem ou não querem. Os nossos colóquios juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, passeios e, no último dia despedem-se como se de amigos / as de longa data se tratasse. A informalidade e o contagioso espírito de grupo que nos irmana permitiram avançar com ambiciosos projetos. Somos um vírus altamente contagioso fora do alcance das farmacêuticas.

Os Colóquios da Lusofonia são uma área privilegiada de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha. É esta a Lusofonia que defendemos para que a Língua Portuguesa sobreviva sem se fragmentar em pequenos idiomas e variantes que, isoladamente pouco ou nenhum relevo terão. Se aceitarmos essas variantes sem as discriminarmos ou menosprezarmos, o Português poderá ser como o Inglês uma língua universal colorida por milhentos matizes dos Açores às Bermudas, Índia, Timor, da Austrália aos Estados Unidos. O Inglês para ser língua universal continuou unido com todas as suas variantes.

No 1º Colóquio 2002 pretendeu-se repensar a Lusofonia, como instrumento de aproximação de povos e culturas. O Porto foi a cidade escolhida, perdida que foi a oportunidade, como Capital Europeia da Cultura, de fazer ouvir a sua voz em prol da língua de todos nós, da Galiza a Cabinda e Timor, países de expressão portuguesa e pelos outros onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes.

No 2º Colóquio [2003] disse-se que só através de uma política efetiva de língua se poderá defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da língua portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por falar e escrever bem. Além dos tratos de polé que a língua sofre nos meios de comunicação social, novas tecnologias no ciberespaço e novas redes de comunicação em tempo real criam novos desafios.

Urge apoiar a formação linguística dos meios de comunicação social, promover uma verdadeira formação dos professores da área, dignificar a língua portuguesa nos organismos internacionais com um corpo de tradutores e intérpretes profissionais. Muitos cursos superiores continuam desajustados do mercado de trabalho, as empresas vivem alheadas das instituições académicas. Portugal não tem excesso de licenciados, mas falta de empregos. Será que falam português?

No 3º Colóquio [2004], o tema era a Língua Mirandesa, dizia-se Este colóquio como pedrada no charco que pretendia ser, visava alertar-nos para a existência duma segunda língua nacional que mal sabemos que existe e cujo progresso é já bem visível em menos duma década de esforço abnegado e voluntarioso duma mão cheia de pessoas que acreditaram.

Em 2004, lançamos a campanha que salvou da extinção o importante portal Ciberdúvidas.

No 4º Colóquio [em 2005] sobre a Língua Portuguesa em Timor-Leste, escrevia-se *“O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade”*, como defende o linguista australiano Geoffrey Hull no livro Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional.

A língua portuguesa *“tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas e é tanto mais plausível porque o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense”*. Quando Timor-Leste emergiu da fase colonial *“não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico”*. *“O português não é demasiado difícil para os timorenses pois já possuem um relativo conhecimento passivo, devido a já falarem o Tétum-Díli”*, afirma Hull. *“A juventude deve fazer um esforço coletivo para aprender ou reaprender” a língua portuguesa*. Partimos destas premissas para o 4º Colóquio antes de sabermos que teríamos a presença do Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo, e uma exposição de fotografia do Presidente Xanana Gusmão (Rostos da Lusofonia).

Em 2006, no 6º Colóquio no V Colóquio debateram-se os modelos de normalização linguística na Galiza e a situação atual onde o genocídio linguístico atingiu o subtil estágio da promoção do castrapo, a língua castelhanizada com uma política ativa de exclusão dos dissidentes lusófonos (os denominados reintegracionistas e lusistas). Debateu-se a sobrevivência linguística da Galiza numa altura em que a UNESCO advertiu do risco de castelhanização total. Anunciou-se a criação da AGLP, a nova academia galega da língua portuguesa e falou-se dos avanços e recuos, apontaram-se soluções, exigindo a reintrodução do Português na Galiza através de várias formas e meios como viria a ser conseguido pela AGLP em 2013 na Iniciativa Paz Andrade.

Em 2007, no 8º colóquio buscou-se um tema ainda mais polémico e a necessitar de debate: *“O Português no século XXI, a variante brasileira rumo ao futuro. O risco real da separação ou não. Unificação ou diversificação: a agenda para as próximas décadas.”* Assim, a verificar-se (e pode ser uma questão de tempo) a emancipação da variante brasileira, a europeia está condenada à morte lenta. O Português, ao contrário do que muitos pensam, não tem pernas para andar sozinho com a sua reduzida e envelhecida população. Tem de contar com o Brasil, Galiza, Angola, Moçambique, Timor, Cabo Verde, S. Tomé, Guiné-

Bissau e onde se fale português, mesmo nas comunidades esquecidas de Goa a Malaca. São lusofalantes os que têm o Português como língua-mãe, de trabalho ou de estudo, da Galiza a Macau, Havai ou outros países.

Em 2006, iniciamos um segundo colóquio anual nos Açores. Ali congregando académicos, estudiosos e escritores em torno da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições. Pretendemos divulgar a *identidade açoriana* não só nas comunidades lusofalantes, mas em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França, e onde fizemos traduções de obras e excertos de autores açorianos. *Tornaram-se uma enorme tertúlia reforçando a açorianidade e vincando bem a insularidade.*

Relembremos, por fim, algumas das nossas conquistas não enunciadas antes:

Em 2007 no 8º colóquio atribui-se o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateu-se, pela primeira vez em Portugal, o Acordo Ortográfico 1990.

Em 2008 no 10º colóquio o Professor Adriano Moreira deslocou-se propositadamente a Bragança para dar “*o apoio inequívoco da Academia de Ciências*”. Na sequência desta vinda, doaria o seu espólio a Bragança onde se encontra na Biblioteca Municipal com o seu nome. Inauguramos a Academia Galega da Língua Portuguesa e prosseguimos a campanha pelo Acordo Ortográfico 1990, com o apoio de Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara na luta pela Língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

Em 2009 nos 11º e 12º colóquios, definimos os projetos do Museu da Lusofonia e da Açorianidade que infelizmente não tiveram cabimento financeiro. Nesse ano assinamos um protocolo com a Universidade do Minho para ministrar um Curso de Açorianidades e Insularidades.

Em janeiro de 2010 lançámos os Cadernos de Estudos Açorianos que trimestralmente publicámos em pdf no nosso portal³⁵ havendo já 26 cadernos, vários suplementos e vídeo-homenagens a autores açorianos e pretendemos levar o curso de Açorianidades e Insularidades online para todo o mundo.

Também em 2010, no 13º colóquio no Brasil, participamos na conferência da CPLP em Brasília, visitamos o Museu da Língua em S. Paulo e no Rio fomos recebidos na Academia Brasileira de Letras, onde palestraram Malaca Casteleiro, Concha Rousia e Chrys Chrystello, antes de rumarmos ao 13º colóquio nessa 10ª ilha açoriana que é Santa Catarina.

Em 2010, Bragança, no 14º colóquio, tivemos poemas de Vasco Pereira da Costa, uma vídeo homenagem ao autor e a declamação ao vivo do poema “Ode ao Boeing 747” em 11 das 14 línguas para que o traduzimos (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhana, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo). Por sugestão de Malaca Casteleiro criamos um ANUÁRIO de comunicações não editadas em papel do 1º ao 13º colóquios, já no nosso portal.

Em 2011, no 15º colóquio, uma numerosa comitiva deslocou-se a Macau com o generoso apoio do Instituto Politécnico local e lá se firmaram novos protocolos embora ainda não tenham trazido resultados práticos.

Em 2011, no 16º colóquio, fomos pela primeira vez a Santa Maria, Ilha-Mãe. Ali se apresentou a antologia bilingue de autores açorianos, e aprovou-se uma DECLARAÇÃO DE REPÚDIO pela atitude de Portugal que *olvidando séculos de história comum da língua, excluiu a Galiza - representada pela AGLP - do seio das comunidades lusófonas. A Galiza esteve sempre representada desde 1986 em todas as reuniões relativas ao novo acordo ortográfico e o seu léxico foi integrado em vários dicionários e corretores ortográficos. A sua exclusão a posteriori do seio da CPLP representa um grave erro histórico, político e linguístico que urge corrigir urgentemente.*

³⁵ www.lusofonias.net

Em 2012 no 17º colóquio na Lagoa, reunimos na *HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO*: 9 autores: Eduardo Bettencourt Pinto (Canadá), Valadão Serpa (Flores / EUA); Eduíno de Jesus, Fernando Aires (representado pela viúva Idalinda Ruivo e filha Maria João) e Daniel de Sá, (S. Miguel); Vasco Pereira da Costa e Emanuel Félix representado pela filha e poeta Joana Félix (ilha Terceira); Urbano Bettencourt (Pico), e do Brasil, Isaac Nicolau Salum (descendente de açorianos) com a presença da filha Maria Josefina.

Em outubro 2012, no 18º colóquio, fomos a Ourense na Galiza, parcela esquecida da Lusofonia e berço da língua de todos nós. Houve uma cerimónia especial da Academia Galega onde se empossaram 8 novos Académicos Correspondentes, num evento rico em trabalhos científicos e apresentações

Na Lagoa e na Galiza (2012) difundimos o *MANIFESTO AICL 2012, a língua como motor económico*³⁶, como contributo para uma futura política da língua. Vivemos uma encruzilhada semelhante à da Geração de 1870 e das Conferências do Casino. Embora maioritariamente preocupados com aspetos mais vastos da linguística, literatura, e história, sem esquecer que Wittgenstein disse que o limite da nacionalidade é o limite do alcance linguístico somos um grupo heterogéneo unido pela Língua comum. Em 2012 surgiram importantes projetos: a Antologia Bilingue de (15) Autores Açorianos Contemporâneos, a Antologia de (17) Autores Açorianos Contemporâneos (em 2 volumes), de Helena Chrystello e Rosário Girão, lançadas em Portugal, Açores, Galiza e Toronto e editadas - como todas as nossas obras - pela Calendário de Letras

Na Maia (2013) no 19º colóquio, novos projetos, a antologia no feminino (9 ilhas 9 escritoras), um cancionero, o projeto de musicar poemas, e o novo Prémio Literário AICL Açorianidade.

Em Seia (2013) no 20º colóquio, criou-se um projeto de levantamento do Corpus da Lusofonia pelo Grupo Interdisciplinar, de Pesquisas em Linguística Informática da Univ de São Paulo, sob a coordenação da Professora Doutora Zilda Zapparoli. Iremos continuar a musicar poemas de autores açorianos e dos colóquios, como a Ana Paula Andrade demonstrou no 19º e 20º colóquios e musicaremos autores em versão *pop*, pelos professores da Escola da Maia em S. Miguel, com vista ao lançamento de um CD. À medida das disponibilidades dos nossos tradutores, traduziremos excertos de autores açorianos. Tentaremos dar vida ao Centro de Estudos Virgilianos com apoio do IPG, UBI, estando o Professor Malaca Casteleiro a providenciar para conseguir este desiderato.

2014, o 21º colóquio inovou pelo idílico local onde se realizou – a Praia dos Moinhos, Porto Formoso. Ali se lançou o 2º Prémio Açorianidade, 2014 – Poesia em honra de Brites Araújo e se apresentaram os livros *Coletânea de Textos Dramáticos de autores açorianos*, de Helena Chrystello e Lucília Roxo (incluem Álamo Oliveira, Martins Garcia, Norberto Ávila, Daniel de Sá, e Onésimo Teotónio de Almeida) e a *antologia no feminino “9 ilhas, 9 escritoras”* incluindo Brites Araújo, Joana Félix, Judite Jorge, Luísa Ribeiro, Luísa Soares, Madalena Férin, Madalena San-Bento, Natália Correia, Renata Correia Botelho, com a presença de grande parte das antologias

Em 2014, no 22º colóquio em Seia, tivemos dois grandes vultos da ciência desconhecidos para a maioria da população – os professores Carlos Teixeira do Canadá, especialista em Geografia Humana e o professor José António Salcedo, especialista mundial em ótica e laser. Trouxemos de Timor Leste um grupo de dançarinos / as que ao longo de três sessões nos encantaram, na aproximação entre culturas lusófonas distantes. Celebramos protocolos com a Câmara de Seia e a Quinta de Crestelo que ficam como sede continental dos colóquios. Igualmente se assinou idêntico protocolo com a Câmara de Montalegre.

O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros. A R. P. da China prepara em Macau os seus quadros para dominarem a língua portuguesa e conquistarem os mercados lusófonos. Os avanços da Lusofonia irão depender sobretudo da liderança brasileira, levando a reboque os países africanos cheios de complexos do seu velho e impotente colonizador Portugal. A língua portuguesa é

³⁶ Leia o MANIFESTO (2012) CONTRA A CRISE: A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO, <http://www.lusofonias.net/propostas-aicl/manifesto-aicl-2012.html>

alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais dos países onde está instituída e os quais estão geograficamente distantes uns dos outros, mas pode ser o veículo de aproximação entre esses países e as comunidades lusofalantes.

Os meus compatriotas aborígenes australianos preservaram a sua cultura ao longo de sessenta mil anos, sem escrita própria, mas a sua cultura foi mantida até aos dias de hoje pela transmissão via oral de lendas e tradições. Este é um dos exemplos mais notáveis de propagação das características culturais de um povo que nunca foi nação. Uma das coisas mais importantes que a Austrália me ensinou foi a tolerância pelas diferenças étnicas e culturais, e ter aprendido a conviver e a viver com a diferença. Sem aceitarmos as diferenças jamais poderemos progredir, pois que só da sã convivência com outras etnias e culturas poderemos manter viva a nossa. Devemos aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais que com a nossa podem coabitar.

Resumidamente, foi isto que fizemos, congregando vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos. Esperemos que mais se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia - para fazermos chegar o nosso MANIFESTO a toda a gente. Ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

APRESENTAÇÃO NO FUNDÃO:

TEMA 3.1 - AÇORIANIDADES - EU CANTO DOS AÇORES OS POEMAS. CHRYS CHRYSTELLO –

Sabemos dos Açores ser um arquipélago no meio do oceano Atlântico, com nove belas ilhas e alguns ilhéus onde nasceram grandes vultos da cultura portuguesa. A música tradicional açoriana tem a sua génese nos primeiros povoadores, na sua maioria portugueses, que trouxeram consigo seus costumes e suas trovas. A poesia açoriana é, desde esse início, muito mais marcada pela natureza, ou seja, tem ligação ao meio ambiente. Eduardo Lourenço³⁷, defende que *“a identidade só se define na relação com o outro (...) e só o que subsiste através da sucessão dos tempos confere sentido ao conceito de Identidade”*. Esse sentido, esses agentes diferenciais inseridos na Poesia Açoriana revelam a verdadeira face do ilhéu, tão singular em cada uma das nove ilhas.

Alguns dos mais representativos poetas açorianos fazem parte do acervo cultural da Língua e Literaturas lusófonas. A Poesia Açoriana contemporânea, além das características que lhe conferem o estatuto de “poesia insular”, é um labirinto. É quase impossível entender uma obra como a de Roberto Mesquita ou Pedro da Silveira sem conhecer, ao menos de vista, o meio físico natural (a paisagem, desde logo) onde essas obras foram pensadas e escritas. Os vulcões e terremotos vividos e às vezes vencidos, a emigração do seu povo, a solidão atlântica de cada ilha, a frequência com que esses sentimentos de insularidade, de separação e partida, se manifestam, modelam a açórica idiosincrasia.

De Antero a Nemésio e aos mais contemporâneos, há um itinerário a explorar poeticamente daquilo que se produziu nos mares açorianos. A poesia mantém, de uma forma geral, a sua forte ligação arquipelágica, mas em muitos casos só se transcende quando dialoga culturalmente com todas as ilhas do mundo. Há sempre uma vivência açoriana imbuída da busca pela saudade, pela memória, pela reconstrução, com mais ou menos angústia, queixumes, lirismo. Em muitos poemas notam-se marcas da emigração, da insularidade e rumores da açorianidade que é a alma do ser açoriano, que emerge na sua obra artística e se revela no seu ser. Exprime a génese da alma de um ser-se açoriano que, sujeito a condicionantes de ordem geográfica, ao vulcanismo e aos terremotos das ilhas, e à “insularidade”, criou respostas às suas ambições e combateu as adversidades que lhe foram sendo criadas.

³⁷ em Portugal como Destino,

Espelha também as suas manifestações culturais e religiosas populares, a sua idiossincrasia, e os falares tão distintos de ilha para ilha, tudo isso conferindo-lhe uma verdadeira identidade açoriana. A mesma que foi transportada por mar para os quatro cantos do mundo, mas sobretudo para EUA, Canadá e Brasil. O que não se pode negar é a “açorianidade” que subjaz em toda a produção artística, principalmente na literária e poética, condição por si só que se torna elemento essencial de todo o estudo estético dessa produção.

São fatores a considerar as linhas orientadoras da visão de mundo, noções e conceitos que forjaram alguns aspetos predominantes e caracterizadamente temáticos: o mar, a prevalência animista que informa e enforma a visão do mundo – a do ilhéu é distinta do continental -, as imagens emergentes dos espaços, a solidão a vencer, a insularidade. Não se é ilhéu impunemente. Como Nemésio escreveu, [...] *a geografia, para nós [ilhéus], vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias, temos dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos olhos mergulham no mar.*

"Mas o que é isso de poesia açoriana?" Que atributos são esses que definem um poeta açoriano? Que predicados, que qualidades, que condão definem os poetas açorianos? Será questão de geografia, de biografia, uma linhagem genealógica ou uma mera questão de latitude e longitude? Muitos opinam que a poesia, toda a poesia, como toda a literatura, deve apenas ser julgada pelo seu valor simbólico e estético, e nunca, mas nunca, por qualquer pormenor geoestratégico que aparentemente lhe retira a universalidade e a transcendentalidade.

Evoquemos as já distantes, mas ainda acutilantes palavras de Onésimo Teotónio de Almeida na sua obra A QUESTÃO DA LITERATURA AÇORIANA.

Embora haja quem suponha estéril o debate sobre a existência ou não de uma literatura açoriana, pessoalmente vejo nele uma riquíssima mina de elementos que refletem mundividências, posições teóricas sobre estética, pontos de vista sobre uma realidade humana num espaço geográfico específico de muitos dos melhores nomes das letras dos Açores. Seria injustificável ignorar-se simplesmente a recorrência dessa questão sem se ver nela algo mais profundo do que um mero debate semântico.

Ainda que se queira negar-lhe a importância das consequências, há causas e motivos para o seu aparecimento e ressurgimento cíclico que nenhum observador atento ou estudioso, minimamente interessado, poderá desdenhar. [...] ...

No contexto nacional, esse grupo de obras persistente e insistente (não há fumo sem fogo) acaba por constituir um caso especial no conjunto da literatura portuguesa. E não deveria causar engulho a espíritos democráticos o usar-se a expressão [literatura açoriana], nem o prosseguir-se a exploração literária desse mundo que ela cobre.

Quem lucrará com isso será a literatura portuguesa. Ficará menos monocórdica. E monótona."

Partilho de uma ideia paralela pois acolho como premissa o conceito de açorianidade formulado por José Martins Garcia que, «por envolver domínios muito mais vastos», admite a existência de uma literatura açoriana «enquanto superestrutura emanada dum habitat, dum vivência e dum mundividência».

E termino, evocando Octávio Paz acerca da leitura de poemas: “O poema é uma obra sempre inacabada, sempre disposta a ser completada e vivida por um novo leitor” (PAZ, 1982, p. 234) ou então o que escreveu Eduardo Bettencourt Pinto no posfácio de Nove rumores do mar: “Constitui uma chamada de atenção para as coisas do espírito, uma pausa nos desertos quotidianos, o olhar que repara e vê o Outro e nele o espelho de si mesmo. Porque a poesia apela ao esforço comum num círculo de mãos dadas, enredando a ilha que cada um é testemunha, instante a instante, em todos os recantos do mundo. Porque só através da Arte a voz do Ser não cessa, se torna em húmus e deserto noturno (PINTO, 2000, p. 162).

A apresentação que se segue percorre excertos aleatórios de uma seleção de poetas que os colóquios da lusofonia têm vindo a privilegiar nos seus convites e nas antologias que já publicaram. É na voz destes 27 autores e autoras que vos lego esta minha interpretação da sua açorianidade.

ANTERO DE QUINTAL - O PALÁCIO DA VENTURA - LUCIANO

Sonho que sou um cavaleiro andante,
Por desertos, por sóis, por noite escura,
Paladino do amor, busco anelante
O palácio encantado da Ventura!

Mas já desmaio, exausto e vacilante
Quebrada a espada já, rota a armadura...
E eis que súbito o avisto, fulgurante
Na sua pompa e aérea formosura!

Com grandes golpes bato à porta e brado:
Eu sou o Vagabundo, o Deserdado...
Abri-vos, portas d'ouro, ante meus ais!

Abrem-se as portas d'ouro com fragor...
Mas dentro encontro só, cheio de dor,
Silêncio e escuridão - e nada mais!

Antero de Quintal (1842-1891). Sonetos

ARMANDO CÔRTEZ RODRIGUES – RETRATO - CONCHA

Meu corpo é água,
Onda que vai e vem,
Abraça, foge, não para...
No fundo, mágoa.
Meus olhos, água.
Fundura do mar salgado,
Quem sabe onde tem seu fim?
No fundo, mágoa.
Minh'alma é água,
Que canta, que chora e fala:
Doce cantiga das fontes,
Brando choro das ribeiras,
Marulho eterno das vagas...
No fundo, mágoa.

Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971), Horto Fechado In: Antologia de Poesia Açoriana

ÁLAMO OLIVEIRA - EU FUI AO PICO PIQUEI-ME. - CHRYS

Eu fui ao pico piquei-me.
Que aqui, em cada ano,
Semos sempre menos gente.
- Que terra é esta, mano,

Que nada dá de repente!
(Tantas vezes já picado
Fui na alma e no corpo,
Que se me dano danado,
Cairei, por terra, morto).

EU FUI AO PICO PIQUEI-ME, ED AUTOR 1980, PP. 24-26

JOANA FÉLIX - POEMA ALEGRE - LUCIANO

Quero um poema
alegre que traga
silêncio.
Quero um silêncio
Alegre que traga
Poesia.
Mas quero sobretudo
A alegria da poesia
no silêncio.

IN cadernos de estudos açorianos CADERNO # 20 - edição junho 2013

PEDRO DA SILVEIRA – ILHA - CONCHA

Só isto:
O céu fechado, uma ganhoa
pairando. Mar. E um barco na distância:
olhos de fome a adivinhar-lhe à proa
Califórnia perdidas de abundância.

Pedro da Silveira, A Ilha e o mundo (1952) in fui ao mar buscar laranjas - Livro 1

JUDITE JORGE - CHRYS

As palavras
são de brincar
são de rir
e de chorar
As palavras
são de tocar
são de comer
e de cantar
As palavras
são de querer
ou afagar
ou ofender
As palavras
coisa fatal
ou para bem
ou para mal
As palavras

Afetos de Alma. Romance (2001). Lisboa, Publicações Dom Quixote, Lda.

EDUÍNO DE JESUS - A ESTRADA - LUCIANO

Dizem os velhos que esta estrada,
seja curta ou comprida,
que só se chega ao outro lado
gastando a vida
e que depois do outro lado não há mais nada
Todavia, os jovens lá vão, em festa,
de braço dado
e aos beijos pelas sombras, às risadas,
pensando que, depois desta,
ainda há outras estradas.

in Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, 128 (1952).

MARIA LUÍSA RIBEIRO - OUTROS SONS SOBRE A NOITE - CONCHA

Primeiro
Som

Um murmúrio
um adjetivo
um lento escorrer do nome
na noite

encontramo-nos à saída
de nós
e a festa corre-nos
nos olhos

in http://penclube.no.sapo.pt/pen_portugues/socios/luisa_ribeiro.htm

NATÁLIA CORREIA - CHRYS

Para Lisboa me trouxeram
não de uma vez e embarcada:
minha longa matéria foi
pouco a pouco transportada.
Recém-vinda de ficada
em morosa maravilha,
sempre a chegar a Lisboa
e sempre a ficar na ilha...

Aquela Ilha esquecida
Que eu habito adormecida
Que, à noite, eu vou habitar;
Aquela Ilha encantada
Que não se encontra de dia,
Pois fica na madrugada;
A Ilha não descoberta,
Onde a criptoméria aberta
Espalha em volta o luar;

A Ilha desconhecida
Que pelos caminhos do sonho
Se mostra a quem a buscar.
Àquela Ilha distante
Não há ninguém que se afoite...
Aquela Ilha esquecida
Que só tem um habitante:
Eu que lá vivo de noite...

Rio de Nuvens, 1947 (2007: 50).“.IN A Senhora da Rosa - Biografia de Natália Correia, Lisboa, Parceria
A. M. Pereira, 2006

CRISTÓVÃO DE AGUIAR – RESOLUÇÃO - LUCIANO

Não...
Não é solução ficarmos
De braços caídos
Olhando o vago
Inertes como túmulos!

É preciso que cada homem
Cave um poema
No chão fecundo,
Abandonado,
Da sua própria leira...

Um poema que grite,
Que cante melodias diferentes
Em sábados cheios de ternura...

Não é solução ficarmos
De braços caídos
Estendendo os desejos
Nos terraços do poente...

É preciso
Uma revolução de palavras
E de sentir...

Poemas novos, punhaladas de estrelas
Na terra fecunda de Portugal!

Cristóvão de Aguiar, Mãos vazias, Coimbra, Ed. autor, 1965

EDUARDO BETTENCOURT PINTO - CASI CIELO - CONCHA

Bebo o último sol da tua boca.
As cadeiras estão vazias.
Oíço um murmúrio de guitarra enquanto um bravo cavalo de água
galopa sobre o mar.
Os teus ombros ardiam, lembro-me, o vento.
O vestido era branco, as sandálias duas sombras de palmeira.
Não tinhas um nome para recolher os meus rios,

e a nostalgia olhava-me como um cão.
Um dia todos nós partimos.
Mas eu regresso sempre a este cais,
palavra a palavra,
buscando-te.

IN Cadernos de Estudos Açorianos, Caderno nº 10 março 2011, pp. 16

MADALENA FÉRIN – PRELÚDIO PARA O DIA PERFEITO CHRYS

talvez um dia encontre
essa sonata
feita de mar de lenda
e de ilha ao longe
talvez me restitua a que ficou
no cais
nessa manhã de muito vento
talvez um dia encontre
essa sonata
talvez ela revele onde una existo
inteira antes de vir ou de ficar
intacta
apenas eu
não em fragmentos

IN ANTOLOGIA 9 ILHAS 9 ESCRITORAS, PP 89

DANIEL DE SÁ - AS ROSAS DE GRANADA - LUCIANO

Eu choro as rosas de Granada.
O seu perfume fluía pelas congostas,
Subia até às neves de Yabal Sulayr,
E só se detinha no jardim da minha amada.
Perto dela nenhuma flor abria,
Porque ela era pétala e perfume,
Vida, ar e luz.
Quantas vezes hei de chorar-te, Granada?
Diz-me quantas,
E eu saberei quantas noites viverei ainda.

In As rosas de Granada de Ahmed Bem Kassim 2013

BRITES ARAÚJO – XVIII - CONCHA

Se me amanheço manhã,
Ou queria dizer sol, seara, sorriso,
Logo me contenho
Ou então me contradigo,
Que há um rumor de choro
Nas palavras com que digo.
Se me ergo em beirais,
Ou queria dizer vida, vento, voo,
Logo me recolho

Ou então me penalizo,
Que há um pudor de luto
Nas palavras com que digo.
Se me alcanço em futuro,
Ou queria dizer peito, pátria, povo,
Logo me estremeço
Ou então me silencio,
Que há um ronco de breu
Nas palavras com que digo.

IN ANTOLOGIA 9 ILHAS 9 ESCRITORAS, AICL / calendário de letras 2014

VASCO PEREIRA DA COSTA. "ROSE ERA O NOME DE ROSA" - CHRYS

A mãe disse não mais
não mais eu não mais tu filha
não mais nomes na pedra do cais
não mais o cortinado da ilha
Não mais Rosa seja Rose agora
não mais névoas roxos ais
não mais a sorte caipora
não mais a ilha não mais
Porém Rose o não mais não quis
e quis ver a ilha do não mais
o cortinado roxo infeliz
os nomes na pedra dos cais
Pegou em si e foi-se embora.
Não mais Rose. Rosa outra vez agora.

My Californian Friends. Gávea Brown, Palimage

MÁRIO MACHADO FRAIÃO - LUA DE VERÃO - LUCIANO

O barco
fez aquela viagem tão mansa
por uma noite
onde a lua cheia nos abençoava
Ao atravessarmos a praia
houve um grande silêncio na linha de rebentação
a lua ganhou uma cor dourada
regrediu até quarto minguante
e magnífica
mais parecia uma talhada de melão
no centro do firmamento
Pêssegos ameixas e água fresca
trazem o potente cheiro destes dias
sabem a ostras
ou algas ou cabelos de mulher durante o verão.

(IN "SOL XXI – REVISTA LITERÁRIA", N.º 12, março 1995

EMANUEL FÉLIX – MELIBEIA - CONCHA

Melibeia é a primavera
dos homens sem infância
Melibeia é um sorriso
gesto de esperança
entre o mar
e os montes verdes
Melibeia – mil silêncios
sem longe
nem saudade
sem ausência
nem regresso
(ah
a liberdade é uma ironia
como o sol de ninguém
mesma lua de todas as noites
fruto proibido
e seu preço)
onde os pássaros dormem cobertos de silêncio
na primeira árvore da estrada”

POEMAS DE MELIBEIA (1965) IN 121 POEMAS ESCOLHIDOS, P. 52

RENATA CORREIA BOTELHO – CHRYS

nas vozes é assim:
só a última palavra
cabe no beijo;
o lábio segue-a e
poisa, húmido,
na sílaba tónica.

vem, meu amor, traz contigo os lilases.
segue as pistas que te deixei
entre as pedras da memória.
vem guardar-nos do inverno.

Um circo no nevoeiro - 2009:

JOSÉ MARTINS GARCIA - LUCIANO

Na ilha do regresso os rostos são
Espaços onde cresce o incenso e a faia;
Ali foi a latada, ali o balcão,
Ali foi o regresso. A cor desmaia.
Na ilha do regresso os dias são
Serapilheiras gastas; e os daninhos
Arbustos crescem no que foi portão
E abraçaram as portas dos vizinhos.
Na ilha do regresso ninguém mora,
Nem há quem habilmente a reconheça.
Cercadura de névoa a rememora,
Névoa dia após dia mais espessa.

GARCIA, José Martins, No Crescer dos Dias. Lisboa, Edições Salamandra, col. "Garajau", 1996, p. 19).

MARIA DAS DORES BEIRÃO CANTO DA DÉCIMA ILHA CONCHA

Sou desta Ilha, soma de tantas;
Pedra, vulcão de saudade.
Ilha de lava a queimar de amor,
Corpo de gente, (rubro de) liberdade.

Sou desta Ilha, que é arco-íris
Rasgando o céu da águia escura,
Que é cor de tantas e me faz feliz.
E imagina o mar em névoas de lonjura.
Sou desta Ilha, feita de mil vozes,
Toadas de calor, Sol de Lá sem Dó,
No Sol Maior da sua ternura,
Gritando silêncios numa voz só.
Sou desta Ilha, Décima de rimas,
De poetas loucos, língua inventada.
Navega serena em marés de espuma.
Minha ilha mátria reencontrada

In beijo de abelha 2004

MARIA LUÍSA SOARES - INDIZÍVEL - LUCIANO

Indizível
Este espanto
Que me veste
De tamanho
Não tem nome
É jorro de fonte em caudal
Delírio de tempestade
Estilhaço raio
A atingir-me
Eco de mim
de eu querer
É nunca mais no futuro
Único agora de mim

in Ribeira submersa 1991

MARCOLINO CANDEIAS. "CREPÚSCULO NA ILHA" - CONCHA

I
O dia morre como se adormecessem vozes
nas bocas dos animais
tecidas
num esvoaçar de sons
II
O lavrador vestido de suor
planta no bater da estaca
o gesto último
de quem prende à terra toda a sua vida

III
No cheiro a erva
um sonoro subtil soar de silêncio
brota um crepúsculo de flores esmagadas
IV
No ar
paira um odor calado a maresia

“ILHA DE EMOÇÃO”, NA DISTÂNCIA DESTE TEMPO. LISBOA, ED SALAMANDRA, COLEÇÃO “GARAJAU”,
SÉRIE ESPECIAL, 2ª ED REVISTA, 2002, P. 33.

SUSANA TELES MARGARIDO SOMENTE PARA TI CHRYS

Somente para ti
Criança desesperada
Em que o sorriso
É pouco mais que o nada
Que andas descalça no inverno
E tens os olhos naufragados fiz este poema
Não é pão nem agasalho
Não é sorriso forçado
Nem esperança p’ro futuro
É um símbolo de amizade
Uma mensagem de amor
Talvez não o compreendas
Pouco importa se assim for
Mas quero que um dia saibas
Que nesta noite gelada eu senti a tua dor

Susana Teles Margarido, 1979

URBANO BETTENCOURT - POEMA POR RECEITA - LUCIANO

A economia do lirismo
(diferente dos lirismos
da economia)
dirá dos materiais
e do seu uso a justa medida,
as proporções da mistura,
o tempo de confeção
(nove anos, dizia Horácio
muito antes ainda
do fast food e do take away).
A *patella*, por exemplo,
trazida por Lineu ao cardápio
do poema, rimaria bem com aguarela
(fosse eu o Cesário!)
ou com a panela em que a mão experiente
do escrevente
lhe juntasse o sal, a salsa, o alho
a cebola e a pimenta
para um vulgar poema de lapas com molho Afonso.
Da cozedura em lume brando nada se dirá,

porquanto em brando lume se consome quem estas palavras
escreve tão longe das coisas e dos seus cheiros
e a quem sobra apenas o ofício de poeta receituário
e os despojos de um poema laparoso.

(Porto, agosto de 2011)

DIAS DE MELO - "POR TERRAS DOS AÇORES" – CONCHA

...

Venho de longe... de longe...
Andei, de alma embevecida,
na minha Ilha morena,
no azul do Mar perdida.
Vi a gente que trabalha,
com alegre devoção,
e vi a Terra a florir
em poemas de Amor e Pão.
Ajoelhei, ante a Paisagem,
no alto dos altos montes...
E na penumbra dos vales
bebi da água das fontes.
Nas vindimas, nas adegas,
dormi na rama do pinho,
embalado pelas ondas
e o pinga-pinga do vinho.

...

Andei, no alto do Mar,
nos botes dos Baleeiros
e andei nos Barcos do Pico
com meus irmãos Marinheiros.
E vim, nos Barcos do Pico,
Até aqui, de ilha em ilha
--e em cada uma encontrei
recantos de maravilha!
Trago na boca ressaibos
da espuma do Oceano
--nos olhos, os horizontes
deste Mundo Açoriano!
E mais trago, na minha Alma,
a Alma de toda a gente
que nestas Ilhas nasceu
e vive e trabalha e sente!
quero gravar-vos na alma.
entre os mais altos amores,
O Amor da Gente e das Coisas
destas ilhas dos Açores!
Açores! – uma só Terra
em nove ilhas repartida!
- Uma só Alma a sonhar
na bruma azul recolhida!"

Toadas do Mar e da Terra. Poemas. (1ª edição: do autor, Ponta Delgada, 1954), pp. 93-94 e 95.

hoje
decididamente
vou escrever um poema
dedicado aos feriados
que nos roubaram
decreto
que todos os dias
feriados sejam abolidos
os dias da semana
também
e para não esquecermos
tais dias e feriados
se comemorem todas as datas
ao domingo
e seja domingo todos os dias

(e se nos convertermos ao catolicismo
não poderemos trabalhar ao domingo)

CRÓNICA DO QUOTIDIANO INÚTIL 2012, PP. 221

PARA A SESSÃO DE POESIA DE AUTOR FORAM ESCOLHIDOS OS SEGUINTES POEMAS:

545. SAL 1³⁸ LUCIANO

sempre que vou ao mar
na boca fica-me um travo a sal
sempre que vou à galiza
os lábios falam-me de portugal
e em goa, timor ou macau
no brasil ou cochinchina
nunca me sinto mal

sândalo, cravinho e canela
arroz-doce, bebinca, balachão
a língua que nos une tem sal
nela me deito e me deixo vogar

nesse oceano da lusofonia
sem ventos nem adamastores
navegam todas as naus
todos irmãos num só mar
bandeiras do mundo sem passaporte

esta a nossa cantiga de embalar

³⁸ Junho 2012

sonhos, utopias por provar.

559. ALABOTE 2, (Ao Vasco P Da Costa E Eduardo B. Pinto) ³⁹ CONCHA

o mar de novo
e sempre
as ondas e a espuma
sem sabor a maresia
esperma salgado do atlântico

não se vive sem mar
numa ilha

590. A ALMA DOS POETAS, ⁴⁰ CHRYS

não sei da alma dos poetas
nem mesmo da do ramos rosa
não conheço o cheiro da poesia
nem mesmo do nuno júdice
nem sei a cor de qualquer verso
nem mesmo do alexandre o'neill
perco-me em mayakovsly
visito o uivo de allen ginsberg
por entre as denúncias de daniel filipe
e os alertas de lawrence ferlinghetti

não sei da alma dos poetas
não sei nem dos poetas
emigraram todos desgostosos
fugiram envergonhados
desta escravidão que nos impõem
destas grilhetas invisíveis
meros robôs em mundos alternativos
comandados à distância
dentro de um jogo de computador
a que insistimos em chamar vida
e alguém joga com ela
sem o sabermos

não sei da alma dos poetas
não sei dos poetas
não sei da vida

568. SEM PERFUME DE CAJU, AO URBANO BETTENCOURT, ⁴¹ LUCIANO

na humidade da savana

³⁹ 16 agosto 2012

⁴⁰ 3 JUNHO 2013

⁴¹ 18 janeiro 2013

no calor da tabanca
tange urbano a sua harpa
palavras aceradas como o vento suão
batuque abafado na bolanha
longe do país de bufos e beatas⁴²
traduzes as sílabas de morte e vida
rumores desse cheiro de África
colado na pele que esfregas
com napalm e metralha
que nunca conseguiste lavar
nem com as chuvas da monção

615. MAIS BRUMAS ⁴³ CONCHA

eram de espuma
as palavras
eram de sal
as ondas
eram de gaze
as nuvens
eram de orvalho
as lágrimas
eram de névoa
os montes
o verde surreal
as lagoas
eram de medos
os vulcões
e procissões
eram de espuma
as ilhas dos açores

617. GEOMETRIAS, ⁴⁴ CHRYS

a elipse veio à janela
mordaz sorriu com malícia
lenta, descreveu um círculo
com um dichote brejeiro
triangulou um piscar de olho
e numa hipérbole sensual
com uma risada estrídula
sentou-se quadrada no meu colo

574. SOLETRAS AUTONOMIA, ⁴⁵ LUCIANO

⁴² In urbano África frente e verso p. 62

⁴³ 02 ago 2013

⁴⁴ 02 Ago 2013

⁴⁵ 14 ABR 2013

ilhas de névoas e gaze
de novelões e conteiras
do verde e do azul
ó gente de basalto
quem canta a tua gesta?

terras de maroiços
cais de rola-pipas
mar imenso abraçado
lacerado por vulcões

ilhas de bardos e músicos
republicanos presidentes
poetas, pintores e artistas
anteros, nemésios e natálias

quem te liberta das grilhetas
do passado feudal
da escravatura da fé
do atavismo ancestral?

soletras autonomia
gaguejas liberdade
titubeias emancipação
com laivos de insubmissão
como a irmã galiza
cicias um 25 de abril
que tarda em chegar

649. A CRUZ DA DEMOCRACIA, ⁴⁶ CONCHA

*primeiro puseram a cruz nas janelas
depois colaram cruces nas vestimentas
por fim, gravaram a cruz nas fronteiras*

*fechou portas e janelas
desligou as luzes a tv
esperou que se esquecessem dele*

*quando vieram não deu luta
nunca votava e nada sabia
dano colateral da democracia*

576. ONDE OS AÇORES NÃO VOAM, ⁴⁷ CHRYS

tu que nasceste açoriano
nem vais acreditar

⁴⁶ 30 maio 2014

⁴⁷ 16 ABR 2013

onde os açores não voam

não bebi café em ouarzazate
não fui aos 2 mil anos de persépolis
não cacei leões na gorongosa
não comi chicharrinhos em rabo de peixe
não vi petra nem os budas de bamiyan
nem vi índios de roraima
não fumei ganza nas praias de goa
nem fui em adoração a katmandu
nunca cheguei a machu picchu
nem a hotel de gelo nórdico
nadei na areia branca em dili
em cheoc van em coloane
em bondi de sydney
em kuta beach de bali
em pattaya tailandesa
no bidé das marquesas de s. martinho do porto
na praia azul de espinho
nas águas límpidas de daydream island
nas areias de byron bay
banhei as mãos em tijuca
as cataratas do niágara molharam-me
vi o sol a pôr-se na lapónia
e a nascer em bobonaro
vi sóis, luas, mares e céus
no faial, pico e flores
e nas 3 ilhas santas dos açores
nadei em rotnest island
comi em fremantle
dormi em towal creek comara
vivi em prahran e falls creek
waverley, centennial park
maroubra, coogee e randwick
cottesloe e claremont
lecidere em dili
leiria, tomar e mafra
campo lindo, maria pia e amial
sou de bragança sem lá ser parido
sou australiano sem lá ter nascido
carrego frações da galiza e do brasil
de cristãos novos e alemães
minhotos e marranos
das cruzadas até áfrica
onde nunca estive

e de todos esses locais
que terás de buscar num mapa
encontrei as tuas ilhas

nelas serei açoriano até morrer.

596. DA MINHA JANELA, ⁴⁸ LUCIANO

*O mar é deus
As ondas a sua palavra
Os romeiros alimentam-se dela
(poema tuaregue adaptado aos açores)*

disse o poeta a seu tempo
da minha janela vejo o mar
o meu quintal é enorme
abarca a linha do horizonte
a minha janela é enorme
abre-se ao círculo dos céus
o meu oceano é enorme
chega às ruínas dos atlantes
só a minha escrita é pequena
nas grades desta prisão

631. ILHAS, ⁴⁹ CONCHA

estar numa ilha
é como viver num cais
à espera do barco que nunca chega

viver numa ilha
é sonhar
construir a jangada
desfraldar velas

estar numa ilha
é ir para o campo
plano e raso
à espera que construam
o aeroporto

a única forma
para viver numa ilha
é imaginá-la à saramago
como um continente à deriva

estar na ilha
é imaginar a fuga
sonhar com a saída
levá-la a reboque dos sonhos
embarcar nas nuvens
vogar na maré baixa
planar nas asas dos milhafres
e voltar sempre
ao ponto de partida

⁴⁸ 7 junho 2013

⁴⁹ Moinhos, 20/8/2013

583. DIA DA MÃE #2, À NINI,⁵⁰ CHRYS

*Maria nini de todos mãe
Hoje é o teu dia*

*De filhos e filhas
Do marido também
Que não te sabia
Mãe destas ilhas
Que te querem bem*

*Mãe rima não tem
Pois mãe rima bem
Quando rima com mãe
Mãe é tão sublime
Que rima apenas com mãe*

*Maria nini de todos mãe
Disse um poeta
mãe não tem rima
É claro que rima tem
Com carinho e amor
Com este poema também
Com sofrimento e dor
Com beijos e lágrimas
Emoção, alegrias, cor
Mãe de rimas é cheia
Mulher das minhas folias
Até à última ceia*

*Maria nini de todos mãe
Cheiras a coco
Sabes a morangos
Nascida em lisboa
Casada em sydney
Trabalhas açorianidades
Neste mundo oco
Cheio de Djangos
Maria nini de todos mãe
Distribuis felicidades
Enquanto canto teu nome
Até ficar rouco*

*Maria nini de todos mãe
Hoje é o teu dia*

560. demo-cracia,⁵¹ LUCIANO

⁵⁰ 5 maio 2013

⁵¹ Moinhos 29/8/2014

tanto mar, tanto sal
tanta dor em portugal

primeiro foi-se o império
depois finou-se a ditadura
hoje agoniza a democracia
sujeita à banca e à usura

e neste recanto da ilha do arcanjo
sonha-se poesia e utopia
como se ainda houvesse esperança
ou o político se vestisse de anjo
por entre crimes e desgovernação

tanto mar, tanto sal
tanta dor em Portugal

602. REMINISCÊNCIAS, MOINHOS ⁵² CONCHA

quero regredir à infância
até aos anos da inocência
sonhos ingénuos e aspirações
tudo era bem mais simples e banal

sabíamos de onde vínhamos
repetíamos ciclos de antanho
havia quatro estações
tudo era bem mais simples e banal

estradas lentas com destinos certos
paragens em todos os apeadeiros
plantar uma árvore
escrever um livro
conceber um filho
tudo era bem mais simples e banal

sobreviver à guerra colonial
arranjar emprego
subir na vida a pulso
criar família e viver sacrifícios
e valia sempre a pena
tudo era bem mais simples e banal

643. DELICODOCE, ⁵³ CHRYS

diz a minha mãe
e eu creio nela

⁵² 22/06/2013

⁵³ 2 outº 2013

que duas tias
quando nasci
me deram muita
água açucarada
mesmo muitas
muitas vezes

está explicado o porquê
de eu ser uma criatura doce

594. AUTONOMIAS NOMINAIS - FLA⁵⁴, LUCIANO

"para saberes quem te governa descobre quem não podes criticar"
Voltaire

hoje acordei sem voz
sem mãos,
sem pés
sem coração.

habito nove ilhas de mil cores
arquipélago de mil autores
num fiasco de autonomia
pobreza sem alegria

na independência poucos confiam
em busca de subvenções porfiam
melhor é ficar mudo e quedo
viver dos subsídios esmoleres
submissos e acomodados
pobres despreocupados
servos enfeudados
ingénuos explorados
na eterna espera de Godot
de um Mandela que não nasceu

assim se explicam os açores
ilhas de mil e uma dores

667. ARCO-ÍRIS, ⁵⁵ CONCHA

arco-do-céu
arco-da-chuva
arco-do-tempo
arco-da-água
arco-da-velha
arco-do-abraço
arco-de-deus
arco-celeste

⁵⁴ 6 junho 2013

⁵⁵ Seia 29 set. 2014

arco-da-aliança
arco-da-virgem
arco-íris

na mitologia dos colóquios
há antropomorfismos
de íris a vénus

jovem e nascitura
metamorfose do arco-da-velha
somos a voz das lusofonias
da galiza a timor
do brasil aos açores
guia-nos mestre bechara
mestre malaca é timoneiro
todos divisamos futuro
no mastro do caráculo

668 OUTRO CÉU,⁵⁶

CHRYS

rafid caminha seguro
sob o seu fez ou taburch
sem tremores nem medos
entra calmamente onde o mandaram
abre a túnica e todos veem
o cinto de explosivos
sobre o cirwal (ceroulas)
e com este gesto
partiu
em busca de 72 barbies no céu

527. Leonor sem verdura nem frescura 16.11.2011 CHRYS E LUCIANO

Chrys Vale Tostões

Descalça vai para a farra

Leonor pela noitinha

Vai trémula pela cocaína

Leva preservativo na calcinha

Pílula do dia seguinte na bolsinha

Tanga de fina seda encarnada

Minissaia de cabedal rascote

Não usa sutiã no decote

A pele branca que nem neve pura

Vai trémula pela cocaína

Cantarola já rouca a garganta

Luís Vaz de Camões

Descalça vai para a fonte

Leonor pela verdura;

Vai fermosa, e não segura.

Leva na cabeça o pote,

O testo nas mãos de prata,

Cinta de fina escarlata,

Sainho de chamelote;

Traz a vasquinha de cote,

Mais branca que a neve pura.

Vai fermosa e não segura.

Descobre a touca a garganta,

⁵⁶ Lomba da maia 23 janeiro 2015

Cabelo desgrenhado

Bandolete china de plástico usado

Tão pedrada que a todos espanta

Engole o ecstasy de graça tanta

Que dá graça à pouca gordura

Vai trémula pela cocaína

Cabelos de ouro entrançado

Fita de cor de encarnado,

Tão linda que o mundo espanta.

Chove nela graça tanta,

Que dá graça à fermosura.

Vai fermosa e não segura.

7. CONCHA ROUSIA, AGLP / AICL, GALIZA



LAGOA 2009



GRUTA DE CAMÕES MACAU 2011



LAGOA 2012

CONCHA ROUSIA (CONCHA Rodríguez PÉREZ),

Nascida no sul da Galiza (Os Brancos, Galiza)

Psicoterapeuta e escritora.

Vice-secretária da Academia Galega da Língua Portuguesa e cofundadora da mesma em 2008.

Membro fundador da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

Membro da Associação Galega da Língua desde 2004.

Presidente pela parte galega do Instituto Cultural Brasil-Galiza

Membro da Junta Diretiva da Ordem dos Psicólogos da Galiza, e Coordenadora da Comissão Cultural, desde onde, entre outras atividades criou o Prémio Literário 'Rosa de Cem folhas' que vai pela sua quarta edição.



PUBLICAÇÕES:

Nântia e a Cabrita d'Ouro, Romance publicado em 2012, Através editora, Santiago de Compostela, Galiza.

As Sete Fontes, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa ArcosOnline (www.arcosonline.com), Arcos de Valdevez, Portugal.

"Dez x Dez" 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).

"Cem Vaga-lumes" Obra composta por 16 haikus premiados e publicados pelo Concelho de Ames, ano 2006.

Herança, conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.

Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.

Nas Águas do Verso. Antologia. 2008, Porto, Portugal.

Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado. 2008, Gráficas Juvia.

Poeta, Mostra a tua Cara. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil.

Mulheres. Antologia poética. 2011, Mulheres Feministas do Condado, Galiza.

IV Antologia de poesia lusófona. 2012. Folheto, Leiria, Portugal.

Volume 7 da Coleção "Poesia do Brasil", correspondente ao XV Congresso Brasileiro de Poesia, que se celebra em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.

Escrever nas Margens. Antologia poética. 2014, 28 Festival da Poesia do Condado. SCD Condado, Galiza.

150 poemas para Rosalia. Antologia poética. 2015, Galiza.

Tem publicado poemas, contos, crónicas, e outros textos em diversas revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural, e na Revista portuguesa InComunidade.

Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.

Um dia, publicado em A Nossa Terra; 2006. Uma análise da violência de género.

Mudança de Narrativa Linguística, Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa 2008.

Mudança de Narrativa Linguística I: análise de discursos, Coloquios da Lusofonia, 2010

Prémios

- Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, 2004, Galiza.

- Prémio de poesia do Concelho Ames, 2005, Galiza.

- Ganhadora do Certame Literário Feminista do Condado, 2006, Galiza. Com o romance "A Língua de Joana C"

Administradora do blogue 'República da Rousia': republicadarousia.blogspot.com

Em março de 2010 fez parte da Comitativa Oficial do 13º colóquio da lusofonia, à Academia Brasileira de Letras, onde proferiu uma palestra sobre a participação da Galiza nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa. Em 2011 fez parte da Comitativa Oficial do 15º Colóquio a Macau.

Foi nomeada Patrona da AICL no 16º Colóquio, Out.º 2011.



TEMA 2.7. LÍNGUA MATERNA E PSICOTERAPIA, CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua é um recurso de comunicação e não só com um grande poder nos processos de tratamento psicológico. A psicoterapia é com grande diferença mais efetiva, até duas vezes mais segundo a maioria dos estudos realizados sobre o tema, quando esta é levada a cabo usando a língua materna da pessoa em tratamento psicológico.

Por tanto a língua na que se realizam os tratamentos psicoterapêuticos é uma variável essencial do tratamento; e mais ainda no mundo atual tendente a famílias multilingues.

O bilinguismo, tanto de indivíduos quanto de famílias é uma realidade a cada vez mais comum e mais estendida, e é, portanto, uma realidade que o profissional da psicoterapia não pode ignorar. Porém este fato não tem aumentado muito o interesse nem a atenção dos profissionais da psicoterapia. Mas sendo conscientes da importância da aquisição da linguagem para o desenvolvimento da identidade das pessoas, o psicoterapeuta deveria entender os diferentes tipos de bilinguismo e como estes podem afetar ao processo terapêutico.

Devemos tomar em grande consideração a carga emocional associada com o uso da língua materna e com o uso das línguas adquiridas com posterioridade. É importante considerar a mudança de língua no curso do tratamento como uma ferramenta terapêutica.

TEMA 2.7. LÍNGUA MATERNA E PSICOTERAPIA: USANDO MAIS DE UMA LÍNGUA EM PSICOTERAPIA COM FAMÍLIAS BILINGUES, CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

1. INTRODUÇÃO

Uma das características mais distintivas dos seres humanos é a transmissão de cultura de uma geração para outra. Central neste processo é a língua. A língua, porém, não é uma simples ferramenta para a aquisição e transmissão de cultura; até certo ponto, língua é cultura. A língua pode ser considerada como ‘a coisa’ da humanidade. Alguns teóricos têm argumentado que, de fato, a língua é o maior contributo na formação da identidade. Por exemplo G. H. Mead (1934) propôs que o *self* surge à medida que o indivíduo internaliza as atitudes do grupo ao que pertence. Contudo, esse processo de internalização é alcançado unicamente através da partilha de significado, o que só é possível com o compartilhamento de um sistema de símbolos comum –uma língua. A hipótese de Sapir e Whorf, desde uma perspectiva diferente, propõe que a língua não é um sistema de comunicação, senão que é uma forma de ver o Universo (Whorf, 1936).

Vygotsky na sua pesquisa para explorar “os aspetos internos da linguagem” chega a afirmar que “pensamento e linguagem resultam ser a chave para a natureza da consciência” (1936: 256); o que significa que a língua não é menos importante do que o pensamento para criar a consciência. Chomsky (1972) ainda vai mais longe quando propõe que a linguística não é senão uma parte da psicologia. El acredita que os princípios da organização da linguagem são reflexos universais das propriedades da mente. Sem entrarmos na discussão das ideias de Chomsky, fica claro que a sua teoria coloca a língua no centro da mente humana.

Parece que qualquer interação humana que é baseada no uso da linguagem deve tocar aspetos de identidade. Pela mesma razão, se queremos entrar a considerar em profundidade a experiência humana, devemos dar grande atenção à linguagem.

2. BILINGUISMO

Contrariamente ao que acreditam a maioria das pessoas, a maior parte dos seres humanos fala mais de uma língua. A maior parte dos habitantes da Europa, do Oriente Meio, África, e America Latina são bilingues (Marcos & Urcuyo, 1979) O bilinguismo está presente em quase que todos os países, em todas as classes

sociais e grupo de idade; de fato, tem sido estimado que metade da população do mundo é bilingue (Grosjean, 1982). Muitos países, como os Estados Unidos de America, países de imigrantes, tem uma porção grande da população que tem o inglês como segunda língua (Dicker, 1996).

Uma definição simples de bilinguismo é oferecida por de Zuleta (1990): *Bilinguismo é a prática de usar alternativamente duas ou mais línguas* (1990: 256). O bilinguismo pode ser classificado seguindo certas dimensões. Primeiro, bilingues subordinados, quando a sua competência linguística é diferente para as duas línguas. Bilingues proficientes, quando falam as duas línguas como a mesma competência de línguas nativas. Noutra denominação, bilingues podem ser classificados como compostos ou coordenados, dependendo do contexto no que as línguas foram adquiridas. Bilingues coordenados são aqueles que adquirem cada uma das línguas num contexto diferente, quanto que bilingues compostos aprendem as diferentes línguas no mesmo contexto. Bilingues coordenados caracterizam-se por ter independência linguística: a capacidade de manter e operar com dois sistemas linguísticos independentes. Este tipo de bilingues não tem simplesmente uma dupla de palavras para referirem-se a objetos ou experiências, eles têm uma experiência alternativa, e nem sempre congruente, do mundo interior (Marcos, 1976).

Bilingues podem também ser classificados em especializados e não especializados; segundo usem ou não uma língua exclusivamente num domínio particular; por exemplo, no lugar de trabalho, ou em casa, ou em certos contextos intelectuais. Aqueles que usam as suas línguas indistintamente, são não especializados (Marcos, 1976)

Definir o que constitui uma língua é em si mesmo complicado; Grosjean (1992) inclui falantes de diferentes dialetos na mesma definição de pessoa bilingue; os dialetos são muitas vezes vistos negativamente pelos falantes da versão “oficial” de uma língua particular. Este é por exemplo o caso do *Black English*; para muitos, esta variedade de inglês falado em comunidades Negras é simplesmente incorreta, inglês de baixo status (Roy, 1987), quando de fato é um veículo linguístico com gramática e fonética que é diferentes do inglês standard e segue seu próprio padrão. Sem dúvida, há alguns séculos o francês foi considerado como uma forma incorreta de latim. E caberia aqui perguntar-se sobre o que pensam muitas pessoas sobre a variante de português falada no Brasil, e noutros lugares da Lusofonia. As línguas são dinâmicas, não são entidades estáticas, e evoluem da mesma forma que as comunidades de falantes evoluem culturalmente.

Outra variante fascinante de bilinguismo é a que se dá no caso das pessoas com deficit de audição que usam a linguagem de signos paralelamente com a língua da comunidade ouvinte na que vivem (quer na sua forma escrita quer lendo os lábios). O facto de que a maioria dos deficientes auditivos é bilingue (Grosjean, 1992), a qual é hoje universalmente aceite, não foi sempre reconhecido no passado. Esta falta de reconhecimento da situação particular das pessoas surdas tem contribuído enormemente a incrementar os seus sentimentos de inadequação.

2.1. BILINGUISMO E OS SEUS CONFLITOS

A discussão anterior leva a considerarmos o tema de se o bilinguismo tem um impacto positivo, negativo, ou neutro no desenvolvimento cognitivo. Os primeiros teóricos tinham a tendência a acreditar que o bilinguismo tinha um impacto negativo na aprendizagem e na cognição. Era assumido que uma pessoa só podia ser completamente desenvolvida em associação com uma única língua. E se postulava que um estado de confusão e interferência entre as diferentes línguas na pessoa bilingue, era inevitável (Titone, 1983).

Como quer que fosse, estas primeiras suposições são agora vistas como fundamentalmente enviesadas –o resultado de um pensamento etnocêntrico e colonialista, característico de tempos passados. A supressão ativa das línguas das minorias, normalmente com fins políticos, era vendida como uma vantagem para melhorar a educação. Como exemplo extremo mencionarei o “*Welsh stick*”, que era uma pesada peça de madeira pendurada de uma corda no pescoço de qualquer criança que fosse apanhada falando em galês na escola de Gales a princípios do século XX. Para maior e mais subtil crueldade, a forma de se librar do “*stick*” era passar-lho a um companheiro “delinquente” (Khleif, 1979).

Em contraste, contemporâneos e rigorosos estudos falharam consistentemente na hora de revelar qualquer efeito negativo do bilinguismo *per se*, no desenvolvimento cognitivo. Antes ao contrário, há evidências que sugerem que o bilinguismo pode ser uma força positiva para a aprendizagem. Titone (1983) estudou um grupo de crianças, algumas delas bilíngues e outras monolíngues, usou o teste de Compreensão de Frases de Fraser e um teste sociométrico para medir o efeito do bilinguismo em socialização na infância. O estudo mostrou que não havia diferenças significativas entre os grupos. Apenas havia diferenças em os bilíngues serem mais escolhidos pelos seus companheiros como líderes de jogo. Outro estudo levado a cabo por Peal & Lambert em 1962 parece confirmar os efeitos positivos do bilinguismo. Os autores estudaram crianças de dois anos de idade escolarizadas nas escolas de Montreal, comparavam os alunos bilíngues francês-inglês, com os monolíngues falantes de Francês usando vários testes. Os seus resultados mostraram que os bilíngues obtinham melhores pontuações nos testes de competências tanto verbais quanto não-verbais. Os autores concluíram que não se pode saber o que veio primeiro, se era que as crianças mais brilhantes se tornaram bilíngues, ou se o fato de serem bilíngues favorecera o seu desenvolvimento intelectual. Em qualquer caso não havia dúvida da superioridade intelectual do grupo dos bilíngues.

Portanto, em geral, podemos dizer que há concordância entre os pesquisadores sobre o valor intrínseco do bilinguismo. Porém isto não significa que não exista conflito nenhum associado com o bilinguismo. O bilinguismo é com frequência acompanhado por fatores socioeconômicos e culturais que podem produzir conflitos. O típico exemplo é a situação dos imigrantes que chegam a um novo país e ocupam postos de trabalho mal remunerados. Estas pessoas são com frequência vistas pelos nativos monolíngues como os únicos exemplos de pessoas bilíngues; o que pode ajudar a identificar falsamente bilinguismo com classe social baixa (Grosjean, 1996).

2.2. ACULTURAÇÃO E A FAMÍLIA BILÍNGUE

Aculturação pode ser definida como o processo de acomodação pelo que um indivíduo, membro de uma comunidade de imigrantes, se adapta à cultura de acolhida. Este processo inclui modificação dos hábitos, costumes, usos linguísticos, estilo de vida, e valores pelos que se orienta (Szapcznik, J., Scopetta, M.A., Kurtines, & Aranalde, M.A., 1978). Estes autores sugerem que a aculturação do indivíduo é um processo que varia em função da exposição à cultura de acolhimento. Este processo tem diferentes velocidades dependendo da idade e o sexo; sendo mais rápido nos mais jovens, e também nos de sexo masculino. Quando a cultura de acolhida fala uma língua diferente da pessoa o processo de aculturação leva implícito o bilinguismo. Este fato tem implicações para a intervenção terapêutica com famílias, como mais adiante se tratará. Adiantando já que o psicoterapeuta habitualmente se encontrará com “famílias bilíngues” nas quais os membros exibirão diferentes graus de aculturação e com grandes diferenças na manifestação do bilinguismo. Por exemplo, os filhos e filhas podem ser proficientes bilíngues, quanto que os seus pais podem ser bilíngues subordinados, com uma menor competência na segunda língua. Por outro lado, os pais provavelmente façam um uso mais especializado das suas duas línguas do que os seus filhos.

A modo de exemplo, a típica família de imigrantes nos Estados Unidos pode incluir adultos que sempre falam espanhol ou vietnamita, etc., em casa, e falam um inglês limitado no trabalho. Esta mesma família é provável que tenha filhos que usam perfeito inglês fora de casa e usam ambos, inglês e a língua materna dos seus pais quando estão em casa. Uma boa ilustração disto é crianças quem falam chinês com seus pais, mas usa o inglês para se comunicarem entre irmãos ou quando estão vendo televisão. Na mesma família pode haver inclusive algum membro que inclusive seja absolutamente monolíngue, por exemplo um avô.

O grau diferente de aculturação é uma fonte importante de conflitos. Pode levar a disrupção familiar, e de fato alguns autores veem isso como a maior fonte de estresse nas famílias imigrantes (Szapocnik et al., 1978).

O status socioeconômico pode também estar relacionado no processo de aculturação. Um estudo australiano com estudantes de Liceu (Brochner, 1996) concluiu que o bilinguismo tinha um efeito positivo nos

estudantes que funcionavam num ambiente intelectualmente estimulante, tanto em casa quanto na escola; o que se associava com uma classe socioeconómica entre média e alta. Por outro lado, tinha efeitos negativos nos estudantes com menos estimulação intelectual, o que se correspondia tipicamente com famílias de baixo status socioeconómico. Por exemplo a típica família de imigrantes chegada de um país pobre a uma sociedade afluyente como mão de obra não especializada.

Resumindo, o bilinguismo é muito mais comum do que habitualmente se reconhece. E mesmo não sendo conflituoso, frequentemente vai associado com outros fatores como imigração, aculturação, etc. que podem levar algum conflito associado. Algo a ter em conta na hora de trabalhar em psicoterapia com estas famílias bilingues.

3.1. Implicações do Bilinguismo para a PSICOTERAPIA

Dada a importância da língua na experiência humana, e o aumento do número de bilingues no mundo, a terapia familiar não pode continuar ignorando o bilinguismo. A terapia familiar tem-se caracterizado em tempos recentes por um aumento na conscientização face a temas como o género, grupo étnico, classe social, etc. (Walters, Carter, Papp, & Silverstein, 1988). Neste sentido, a existência de famílias bilingues, e como oferecer serviços para as suas necessidades tem que ser considerado.

3.2. COMUNICAÇÃO: TROCA DE CONTEÚDOS

O primeiro que preocupa o terapeuta que se enfrente a trabalhar com a pessoa ou a família bilingues é a qualidade da comunicação dos conteúdos a serem transmitidos. Em situações extremas nas que o cliente é altamente subordinado respeito da língua que comparte com o terapeuta, a comunicação pode ser materialmente impossível. Ora bem, a maior parte dos clientes bilingues são capazes de se comunicar na língua compartida com o terapeuta. Alguns autores sugerem que talvez seria uma boa prática derivar o cliente e a sua família a um terapeuta da sua mesma cultura ou usar um tradutor (de Zulueta, 1990). Usar um tradutor pode parecer estranho e a maioria dos terapeutas rejeitariam isso, que com certeza interferiria no processo de criação da aliança terapêutica. Porém existem experiências clínicas que mostram que de fato, o uso de tradutor não só funciona senão que nalguns casos é uma alternativa melhor do que usar a língua secundária do cliente.

Um estudo com norte-americanos de origem mexicana, bilingues, mas com o espanhol como língua principal, assistentes a terapia numa particular clínica em Los Angeles pode ser muito ilustrativo (Kline, F., Acosta, F.X., Austin, W., & Johnson, R. G., 1980). Para a primeira sessão, foi-lhes ofertado o uso de um tradutor, alguns aceitaram. Depois das sessões, os terapeutas, todos falantes de inglês, e os clientes preencheram um questionário indicando o seu grau de satisfação com respeito da sessão. Em contraste com o ponto de vista dos terapeutas que consideravam que as sessões com tradutor tinham sido pouco úteis, o 76 % dos clientes que usaram tradutor expressaram sentimentos muito positivos e manifestaram a sua intenção de utilizar tradutor nas seguintes sessões. Por outro lado, os que não usaram tradutor manifestaram apenas satisfação num 40%.

A conclusão parece óbvia, se alguns clientes preferem tal aparentemente pouco natural situação terapêutica é porque há alguma coisa extremamente importante e poderosa no uso da língua materna, talvez alguma coisa que pertença ao campo das emoções transcendendo a experiência intelectual.

Que falar línguas diferentes implica experiências emocionais muito diferentes é fácil de perceber dum jeito intuitivo. Mas num contexto terapêutico o poder da língua primária amplifica-se como consequência da particular qualidade da comunicação envolvida. As emoções exprimidas podem ser, e amiúde são, mais importantes do que o significado verbal transmitido. No extremo, um poderia dizer que no estudo de Kline et al (1988) citado anteriormente, o tradutor estava a atuar como um autêntico coterapeuta, ou, pelo menos, como um importante facilitador do processo terapêutico.

Mas a utilização de tradutores comporta muitos conflitos e já foi criticada por muitos autores. Em primeiro lugar, é universalmente sabido que a tradução não pode transmitir toda a rica rede de significados da mensagem verbal. A tradução é sempre uma aproximação do depoimento original, na que muitos matizes se perdem (Oquendo, 1996). Além disso, a tradução amiúde inclui uma interpretação e distorção subtil da mensagem que pode fazer que o terapeuta se engane.

O seguinte é um exemplo ilustrativo:

Terapeuta a um paciente falante de espanhol: “Sentes-te triste ou saudosos, sentes que a vida não tem valor algumas vezes?”

Intérprete ao paciente: “O doutor quer saber se te sentes triste e se gostas da tua vida”

Resposta do paciente: “Não, sim, sinto que os meus filhos precisam de mim, não posso render-me, prefiro não pensar nisso.”

Intérprete ao terapeuta: “Ela diz que não, ela diz que ama seus filhos e que eles precisam dela” (Marcos, 1979, p. 173).

Se a tradução é já mesmo difícil, quando trata dos assuntos melindrosos do âmbito da terapia, pode enfrentar-se a reptos mesmo mais difíceis. No caso extremo de indivíduos que padecem de pensamento desorganizado, a tradução pode virar totalmente confusa (Marcos, 1979). Poder-se-ia argumentar que um corpo de tradutores bem treinados, com uma certa sofisticação psicológica, poderia ser uma boa solução, mas evidentemente tais profissionais são muito escassos nos âmbitos da saúde mental (Bradford & Muñoz, 1993).

Outra possível solução é a utilização como tradutores de parentes ou amigos do cliente. Mas tais indivíduos são poucas vezes objetivos e podem tentar maximizar ou minimizar os problemas que se apresentam (Marcos 1979).

3.3. COMUNICAÇÃO: MUDANÇA EXPERIENCIAL:

Criou-se a expressão “desligamento emocional” para descrever a perda de emoção associada ao uso duma segunda língua, uma língua na que não se viveu uma experiência concreta. Uma coisa é adquirir uma língua materna, envolvida em todos os passos do desenvolvimento emocional, particularmente através da infância e a adolescência, e uma outra muito diferente adquirir, mediante um processo racional, a gramática e o vocabulário de uma língua “estrangeira”. Uma segunda língua amiúde permanece intelectualizada e mesmo distante dos sentimentos (Rozensky & Gomez, 1983).

Por vezes, associam-se valores muito diferentes a cada uma das línguas. De Zulueta (1990) descreve um caso, uma família bilingue colombiana que atendeu em Londres. “O marido se apresentou em inglês como um homem corrente, descontraído, que parecia muito tolerante e amável com a sua mulher. Em espanhol, virou uma personagem de estilo “macho” sul-americano, muito poderosa, que se relacionava com a sua esposa dum jeito agressivo” (p. 261).

O cliente mesmo procura por vezes um desligamento emocional dum jeito ativo, com o intuito de lidar com experiências emocionalmente carregadas que poderiam atingir uma intensidade ameaçadora, esmagadora, até. O cliente poderá então utilizar o salto de língua para regular a intensidade. Paradoxalmente, o terapeuta bilingue pode também utilizar o salto de língua como uma potente ferramenta terapêutica.

O seguinte trecho, tomado dum caso descrito na literatura, refere-se a um cliente com uma intensa ansiedade a respeito duma operação cirúrgica necessária à que não se queria submeter (Rozensky & Gomez, 1983):

P: Não quero fazê-lo, não quero ir ao hospital. Já estive no hospital muitas vezes para as análises e todo o demais.

T: Mas parece que o seu médico acha que é importante.
P: Sei-o, acho que deveria fazê-lo duma vez, mas não sei...
T: Faz ideia de por que lhe custa tanto?
P: (Silêncio). Não estou certo. Não sei como descrevê-lo.
T: Pode tentar?
P: É difícil, é tão difícil.
T: Pode tentar em espanhol?
P: (As lágrimas começam a cair) No quiero. Tengo miedo (silencio).
T: Miedo de que?
P: (Chorando intensamente) Que no voy a salir (p. 156)

Muitas situações terapêuticas incluem lembranças das que um só se pode aproximar na língua original na que aconteceram. Isto foi descrito como que algumas áreas da experiência pessoal do cliente são “específicas duma língua”.

As lembranças geralmente pertencem a este âmbito (Sciarra & Ponterrotto, 1991).

De Zulueta (1995) descreve alguns casos chamativos nos que a carga emocional associada às distintas línguas utilizadas por um cliente bilingue atingiram extremos dramáticos. Um caso refere-se a um inglês de 19 anos diagnosticado como hipomaniaco, no pavilhão fechado de um hospital psiquiátrico inglês. Sabendo que a sua terapeuta era bilingue em inglês e espanhol, um dia começou a falar com ela em espanhol, uma língua que o paciente estudara. Falando nesta língua, ele aparecia coerente, sem qualquer evidência de pensamento desorganizado. A autora afirma que não havia qualquer rasto da confusão que já observara quando o paciente falava em inglês.

Seay Clauss (1998) descreve outro interessante caso que se refere a um jovem norte-americano original de Porto Rico. Quando trabalhava com o cliente na sua segunda língua (inglês), ele referia-se a eventos traumáticos dum jeito desapaixonado. Quando utiliza a sua língua materna (espanhol), ele é capaz de aceder aos afetos associados a ditos eventos traumáticos.

Alguns autores já sugeriram que os indivíduos bilingues, quando utilizam alternativamente as suas duas línguas, ficam perto de manifestar duas personalidades ou identidades diferentes (Greenson, 1950; Ervin, 1964; Marcos et al., 1977). Esta fascinante ideia mereceria uma discussão mais extensa, mas as suas implicações ficam além dos objetivos deste trabalho.

3.4. UMA PROPOSTA

Por cima de todos os elementos mencionados, que operam sobre cada membro da família, impõe-se o facto do bilinguismo e a aculturação atingirem diferentes níveis nos diferentes membros. Isto dá lugar a uma situação muito complexa que, como já se disse, pode ser descrita com o termo família bilingue. O tratamento duma família bilingue pode-se considerar adequadamente aplicando duas ideias: A primeira, o / a terapeuta tem que ser bilingue, e a segunda, tem que utilizar ambas línguas simultaneamente durante as sessões, dependendo das circunstâncias concretas.

3.5. TRATANDO A FAMÍLIA BILINGUE

Estas duas afirmações excluem claramente a ideia de simplesmente referir a família bilingue a um / a terapeuta que fale a língua principal da família e faça terapia nessa língua. De facto, a ideia duma língua principal da família deve ser descartada, até. A atitude muito comum de priorizar a língua materna dos pais, assumindo que os filhos vão mesmo seguir a pauta sem qualquer problema está essencialmente errada. Esta atitude nega aos filhos a possibilidade de se exprimirem na língua da sua preferência e na que eles comunicam emoções muito importantes. Além disso, a experiência desta autora é que amiúde os filhos têm serias dificuldades para se exprimirem na língua materna dos seus pais. Por vezes têm um léxico muito pobre e pode

ser mesmo impossível para eles exprimir ideais e emoções complexas nessa língua. O exemplo a seguir é da experiência clínica da autora; os nomes foram mudados.

Uma família de El Salvador acudiu a terapia para tratar de problemas de disciplina com o filho mais velho, Roberto, um rapaz de 15 anos. O seu irmão, Daniel, de 11, e a sua irmã, Ana, de 8, também participaram nas sessões. Todos os miúdos nasceram nos Estados Unidos. As sessões foram inicialmente em espanhol, dado que os pais tinham um domínio muito limitado do inglês, uma língua que eles nunca utilizavam para se comunicarem com os seus filhos. Nos filhos o inglês era a língua dominante; o seu espanhol era da qualidade de falantes nativos, embora com recursos expressivos e lexicais muito pobres. Os miúdos participaram pouco. Quando a terapeuta começou a utilizar o inglês com eles, viraram algo mais participativos. Finalmente, começaram a lhe falar á terapeuta apenas em inglês, e então a sua participação aumentou, particularmente no caso de Roberto. Ele resumiu os seus sentimentos sobre a situação com a frase: *“I just want to be left alone...”* (“Só quero que me deixem em paz...”). Esta expressão, carregada de matizes emocionais, não tem uma equivalência exata em espanhol. Além disso, o limitado espanhol de Roberto não lhe permite achar uma tradução exata. De facto, no percurso das sessões os pais exprimiram a sua preocupação pela falta de amor e orgulho dos seus filhos pela sua cultura e origem salvadorenhas. A afirmação destas preocupações dirigiu a discussão a falar dos assuntos relacionados com o biculturalismo e como era isto para os distintos membros da família. Roberto via-se a ele próprio como um americano chamado “Robert”. Daniel era mais bicultural, e os pais viam-se como exclusivamente salvadorenhas que moravam nos Estados Unidos. A filha mais nova ainda não tinha um conceito claro da sua identidade cultural.

Este exemplo ilustra o trauma associado ao inevitável processo de aculturação, que deixa os pais sem uma geração à que transmitirem a sua cultura. Também é um exemplo de “salto de língua” pelo / a terapeuta. A utilização de terapia bilingue é o jeito ideal de atingir todos os membros duma família bilingue. Com terapia bilingue, o terapeuta pode mesmo atuar como uma ponte entre pais e filhos. De facto, ele / ela pode converter-se num modelo de bilinguismo e biculturalismo, até.

3.6. TERAPIA BILINGUE E NEUTRALIDADE

A terapia bilingue é o único jeito de manter a neutralidade durante a terapia com famílias bilingues, não parecendo que se toma partido por alguns membros da família sobre outros. No caso descrito, não havia qualquer hipótese de que Robert / Roberto se sentisse á vontade se a terapeuta utilizasse apenas o espanhol.

Também é necessário perceber que a língua é utilizada por vezes por alguns membros da família como um mecanismo de controlo. O seguinte exemplo ilustra este ponto: Um casal estava a ser atendido por esta autora para tratar de problemas de comunicação marital. O homem, que chamaremos Alfredo, era um estudante de 27 anos do Uruguai casado com uma mulher norte-americana de 25 anos, Jennifer, também estudante. Eles conheceram-se no Uruguai, onde ela participava num programa de intercâmbio académico. O espanhol de Jennifer era praticamente da qualidade duma falante nativa. Aliás, o inglês de Alfredo não era suficientemente bom para atingir o nível de comunicação necessário. Por conseguinte, as sessões de terapia tinham lugar em espanhol durante os primeiros encontros. Todavia, a terapeuta logo percebeu que Alfredo parecia estar muito mais emocionalmente envolvido no processo que a sua mulher. Em certa altura, a terapeuta dirigiu-se a Jennifer em inglês: *“Perhaps it is not fair to ask you to speak in Spanish about these personal issues.”* (“Se calhar não é justo pedir-te para falar em espanhol sobre estes assuntos tão pessoais”). E ela respondeu, *“Yes, perhaps it is not fair”,* (“Sim, se calhar não é”) enquanto as lágrimas vieram aos seus olhos. *“How was it for you all this time having to use only Spanish in the session?”* (“Como foi para ti todo este tempo ter que usar apenas o espanhol na sessão?”). *“It was strange, it is like not being me, do not get me wrong, it is not like I am trying to be different or something, but somehow it seems like...unreal”* (Foi estranho, é como não ser eu, não me interpretes mal, não é que eu trate de ser diferente ou algo assim, mas dalgum jeito parece como...irreal”). O seu marido apressou-se a dizer, em espanhol, que eles sempre falaram em espanhol quando moravam em Uruguai, e que daquela tudo parecia bem. Nessa altura Jennifer disse-lhe em inglês, como se sentira ela realmente quando moravam com os pais dele; até esse momento ela fora

incapaz de exprimi-lo. O inglês abriu-lhe a porta a emoções e sentimentos profundos. O inglês compartilhado fez-se um vínculo entre a terapeuta e Jennifer, a terapia continuou em ambas línguas.

4. LANGUAGE SWITCHING

O indivíduo bilingue, por vezes, salta do uso de uma língua ao da outra, um ato ao que já nos referimos como “alternância de línguas”. Este comportamento tem implicações muito mais profundas do que poderia parecer. Na tradição psicanalítica, o salto de língua tem sido interpretado como um jeito de manifestar resistência (Oquendo, 1996). Geralmente, a literatura psicanalítica considera o salto de língua do cliente como algo que não deveria ser encorajado, porque lhe dá ao cliente um autocontrolo do nível de ansiedade, permitindo-lhe escapar do trabalho da terapia (Buxbaum, 1949; Marcos & Urcuyo, 1979).

Sem criticar essas ideias, é preciso sublinhar que a terapia familiar representa um âmbito terapêutico claramente diferente ao que essas conclusões não podem ser diretamente extrapoladas. Primeiramente, no percurso desta discussão enfatizou-se o conceito de família bilingue, e, por conseguinte, o salto de língua tem um valor e significado totalmente diferentes. A alternância de línguas é um padrão de comportamento natural numa família bilingue, acontece na vida diária da família, e consoantemente, é natural que aconteça durante a terapia.

Mas existe uma outra dimensão da alternância de línguas que afeta o terapeuta e que já foi apresentada. A alternância de línguas pode constituir uma formidável ferramenta terapêutica nas mãos do terapeuta. A alternância de línguas é uma ferramenta básica para a terapeuta que quer conetar com todos os membros da família. Esta prática permite usar em cada caso a língua que está conetada com os sentimentos e emoções mais profundos. Nas secções precedentes, apresentaram-se vários exemplos nos que o terapeuta iniciou trocas de língua.

Em cada caso, o seu uso teve potentes efeitos terapêuticos, por vezes rompendo uma situação de bloqueio ou facilitando o acesso a áreas emocionais conflituosas.

O uso do terapeuta da troca de língua pode também oferecer um modelo de bilinguismo. Enquanto o terapeuta troca o espanhol pelo inglês, por exemplo, para dirigir-se a um filho adolescente, ele ou ela se calhar serão percebidos por todos os membros da família como um exemplo de uso bem-sucedido, equilibrado das duas línguas.

5. O terapeuta bilingue como um modelo de role de biculturalismo

Estendendo a ideia anterior, o terapeuta bilingue pode, de facto, ser um modelo de biculturalismo equilibrado para a família bilingue. O biculturalismo nem sempre inclui bilinguismo, mas a afirmação inversa não é certa. Até certo ponto, na maioria dos casos o bilinguismo está necessariamente associado ao biculturalismo. No caso duma família bilingue isto é sempre assim. O terapeuta bilingue não precisa ser bicultural na mesma medida que a família que está a tratar. Em muitos casos o bilinguismo do / a terapeuta pode ser o resultado do estudo e aprendizagem duma segunda língua. Mas a sua capacidade de interagir fácil e eficazmente com os mundos associados às duas línguas que estão a ser utilizadas constitui uma potente afirmação. Dana (1996) afirma que o biculturalismo sugere familiaridade com ambas culturas e a capacidade de funcionar aceitavelmente nos dous ambientes. Os diferentes membros da família, particularmente os filhos, devem decidir qual identidade cultural abraçar: bicultural ou uma correspondente a cada uma das línguas familiares. Com certeza, o intuito do terapeuta não deverá ser influir na decisão, mas é importante amolecer o conflito associado a este processo. Como já se afirmou, a identidade cultural e as questões relacionadas com a aculturação são uma importante fonte de conflito nas famílias bilingues. Agindo como um modelo de respeito pelas duas culturas e de capacidade de funcionar em ambas, o terapeuta provavelmente terá mais possibilidades de ter uma maior influência na família.

6. CONCLUSÕES

O bilinguismo é uma realidade muito frequente. No mínimo, há no mundo tantas pessoas bilingues quantas monolíngues. Devido a que a língua é um importante componente do desenvolvimento da identidade, os terapeutas deveriam por muita mais atenção à condição linguística dos seus clientes. O limitado da literatura sobre indivíduos bilingues é enganadora, pois fomenta a ideia de que o monolíngüismo e os aspetos psicológicos associados a ele são a norma (de Zulueta, 1984). Embora o bilinguismo não seja estressante *per se*, amiúde associa-se a aculturação, a emigração e a outras realidades socioeconómicas que podem estar acompanhadas de estresse e conflito. O termo “família bilingue” refere-se a famílias nas que o bilinguismo acontece, e transmite a riqueza e complexidade da sua realidade linguística. Tais famílias são particularmente propensas às tensões e conflitos mencionados. Idealmente, os terapeutas familiares que trabalham com famílias bilingues deveriam ser bilingues. Mas isto não é suficiente: os terapeutas familiares deveriam empregar as duas línguas, segundo for necessário, para atingir a conexão e neutralidade necessárias, e serem capazes de evitar o possível desligamento emocional dos clientes. A prática da troca de língua, se aplicada adequadamente, pode ser particularmente potente no processo da terapia familiar.

7. REFERÊNCIAS

- Bochner, S. (1996). The learning strategies of bilingual versus monolingual studies. *British Journal of Educational Psychology*, 66: 83-93.
- Bradford, D. T. and Muñoz, A. (1993). Translation in bilingual psychotherapy. *Professional Psychology: Research and Practice*, 24 (1): 52-61.
- Buxbaum, E. (1949). The role of a second language in the formation of ego and superego. *Psychoanalytic Quarterly*, 18:279-289.
- Chomsky, N. (1972). *Language and Mind*. N. Iorque: Harcourt Brace Jovanovich Inc.
- Dana, R. H. (1996). Culturally competent assessment practice in the United States. *Journal of Personality*, 66 (3): 472-487.
- Dicker, S.J. (1996). Language in America: A pluralistic view. Colin Baker and Nancy Hornbergues Eds. Clevedon, UK: Multilingual Matters Ltd.
- Ervin, S. (1964) Language and TAT content in bilinguals. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 68 (5): 500-507.
- Greenson, R. R. (1950). The mother and the mother tongue. *International Journal of Psychoanalysis*, 31: 18-23.
- Grosjean, F. (1982) Life with two languages: *An introduction to bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press.
- Grosjean, F. (1992). The bilingual and the bicultural person in the hearing and in the deaf word. *Sign Language Studies*, 77: 307-320.
- Grosjean, F. (1996) Living with two languages and two cultures. Inc: I. Parasnian (ed) *Cultural and language diversity and the deaf experience*: Cambridge University Press.
- Khleif, B. B. (1979). Language as an ethnic boundary in Welsh-English relations. *International Journal of the Sociology and languages*, 20: 59-74.
- Kline, F. Acosta, F.X., Austin, W., and Johnson, R. G. (1980). The misunderstood Spanish-speaking patient. *American Journal of Psychiatry*, 137 (12): 1530-1533.
- Marcos, L. R. (1976) Linguistic dimensions of the bilingual patient. *The American Journal of Psychoanalysis*, 36: 347-354.
- Marcos, L. R. (1979) Effects of interpreters on the evaluation of psychopathology in non-English-speaking patients. *American Journal of Psychiatry*, 136 (2):71-174.
- Marcos, L. R., Eisma, J. E. and Guimon, J. (1977) Bilingualism and sense of self. *The American Journal of Psychoanalysis*, 37: 285-290.
- Marcos, L. R. and Urcuyo, L. (1979) Dynamic psychotherapy with the bilingual patient. *American Journal of Psychotherapy*, 33 (3): 331-338.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, Self, and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Oquendo, M.A. (1996) Psychiatric evaluation and psychotherapy in the patient's second language. *Psychiatric Service*, 47 (6): 614-618.
- Peal, E., and Lambert, W. (1962) The relation of bilingualism to intelligence. *Psychological Monographs*, 76: Whole number 546.

Roy, J. D. (1987). The linguistic and sociolinguistic position of Black English and the issue of bidialectalism: *Aspects of linguistic, cognitive, and social development*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Rozensky, R. H. and Gomez, M. Y. (1983). Language switching in psychotherapy with bilinguals: Two problems, two models, and case examples. *Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 20: 152-160.

Seay Claus, C. (1998). Language: the unspoken variable in psychotherapy practice. *Psychotherapy*, 35 (2): 188-196.

Sciarra, D. T., and Ponterrotto, J. G. (1991) Counseling the Hispanic bilingual family: Challenges to the therapeutic process. *Psychotherapy*, 28 (3), 473-479.

Zapocznik, J., Scopetta, M.A., Kurtines, & Aranalde, M.A. (1978). Theory and measurement of acculturation. *Interamerican Journal of Psychology*. 12: 113-130.

Titone, R. (1983), Psycholinguistic variables of child bilingualism: Cognition and personality development. *Canadian Modern Language Review*, 39: 171-181.

Vygotsky, L. (1986). *Thought and Language*. Cambridge: The MIT Press.

Whorf, B. L. (1936) The punctual and segmentative aspects of verbs in Hopi, *Language*, 12: 127-131.

Zulueta, F. De (1984). The implications of bilinguism in the study and treatment of psychiatric disorders: a review. *Psychological Medicine*, 14: 541-557.

Zulueta, F. De (1990). Bilingualism and family therapy. *Journal of Family Therapy*, 12: 255-265.

Zulueta, F. De (1995). Bilingualism, culture and identity. *Group Analysis*, 28: 179-190.

8. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL) / AICL, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007 -



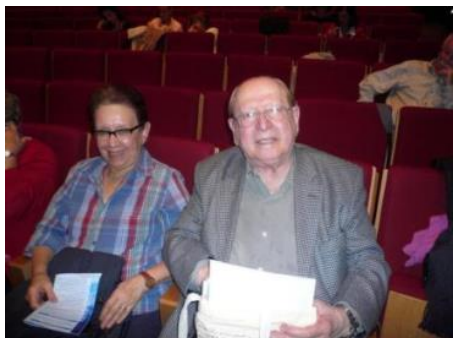
EVANILDO CAVALCANTE BECHARA nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa. Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928.

Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô.

Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e licenciado em 1949.

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos.

Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo Lindolfo Gomes.



LAGOA 2012



SEIA 2014

Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas. Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados. Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961-62, com bolsa do Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964. Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).



MAIA 2013



OURENSE 2012

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa. É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia

Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005). Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições.

Diretor da revista Littera (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista Confluência (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de livre Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974-80 e de 84-88;

Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro 1965-75;

Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984; Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Societé de Linguistique Romane (de que foi membro do Comité Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil. Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.



BRAGANÇA 2007



SEIA 2013



LAGOA 2009



MACAU 2011

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário Caldas Aulete. Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),

O Futuro em Românico (1962),

A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),

A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),

Os Estudos sobre Os Lusíadas de José M^ª Rodrigues (1980),

As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a Moderna Gramática Portuguesa, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a direção geral de Antônio Houaiss. *É professor da UERJ e da UFF, membro da ABL*

Foi nomeado ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA em outubro 2012.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL, patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007.

TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS DE BRAGANÇA 2007, 2008, 2009 LAGOA 2008, 2009, BRASIL E BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012, MAIA E SEIA 2013, MOINHOS E SEIA 2014



BRAGANÇA 2007



HONG KONG 2011

9. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL) / AICL, PATRONO DESDE 2007



MACAU 2011

JOÃO MALACA CASTELEIRO licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado. Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987. Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros. É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras. É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia. Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.



MAIA 2013

LAGOA 2012

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia. Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea e o responsável pela versão portuguesa do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Assumiu funções institucionais:

Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.

Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como Português Fundamental, Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo, o Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo ou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998.

A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.



MOINHOS 2014



SEIA 2013

É patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007 e um convicto defensor do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.

Foi nomeado ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA em outubro 2012.

INTERVÉM NA SESSÃO DAS ACADEMIAS

10. JOÃO MARINHO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA



JOÃO MARINHO DOS SANTOS

TEMA 2 - 2.9. CRISES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NA ÉPOCA MODERNA, JOÃO MARINHO DOS SANTOS, PROFESSOR CATEDRÁTICO JUBILADO DA FACULDADE DE LETRAS DA Universidade. DE COIMBRA E INVESTIGADOR DO CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA. uc3928@fl.uc.pt

Considerando as diversas potencialidades e a enorme riqueza posta efetivamente à disposição dos portugueses ao longo da sua história (mesmo a mais recente) e considerando os resultados obtidos em termos de crescimento económico e desenvolvimento sociocultural, quase apetece afirmar que Portugal viveu sempre em crise. Claro está que esta apreciação, estrutural e de longuíssima duração (iremos circunscrevê-la, porém, à época moderna), é generalista e pode resvalar para a caricaturização, mas tal é admissível e compreensível se quisermos representar a realidade a traços grossos. Ela própria, a apreciação, se contradiz, porque Portugal tem conseguido, pelo menos, sobreviver.

Ressalta, ainda, desta rememoração e reconstituição do passado que muitos dos nossos problemas coletivos têm sido ancestrais e pouco mutáveis. Não faltaram, porém, alvitres ou sugestões de influentes e notáveis (alguns deles vendo Portugal do exterior) para os procurar resolver de modo a debelar crises, algumas delas de caráter duradouro e profundo.

Principiemos por documentar o desequilíbrio ou o défice das rendas públicas e privadas suscitado pelos gastos excessivos. Uma lei de D. Sebastião, de 28 de abril de 1570, haverá de determinar: *“Primeiramente ordeno e mando que pessoa alguma de meus Reinos e Senhorios, de qualquer estado e qualidade que seja, nam gaste, nem despenda mais que aquilo que tiver de renda. Antes encomendo a todos que trabalhem muito*

*para gastarem menos do que assim tiverem de renda, e que o que lhes sobejar além do que gastarem, empreguem em bens de raiz, ou em prata chã, e nam em outras cousas escusadas e desnecessárias”.*⁵⁷

Repare-se que são aconselhados, como formas de fixação da riqueza, a aquisição de terra e o entesouramento à base da prata, podendo-se perguntar se a propriedade agrícola era para a gerir diretamente ou para a arrendar, e se a prata era para a investir, designadamente, no comércio Oriental. É que o que predominava, então, era o arrendamento por períodos curtos, sem preocupação com as benfeitorias, enquanto o comércio à distância era pouco apreciado, devido aos crescentes riscos em naufrágios e ao curso (inglês e holands). Enfim, o que a citada lei parece sugerir é a manutenção de práticas económicas tradicionais, alheias, portanto ao mercantilismo já então preconizado como prática e doutrina, o qual exigia capitais e crédito (com base na prata), empresas sob a forma de companhias e bancos, equipamentos modernos (particularmente navios ligeiros para fazer o comércio e a guerra), mercadores ricos e úteis às nações. Mas, também recomendava a poupança, evitando-se os gastos inúteis e desnecessários.

A propósito, procuremos esclarecer a propalada questão de ter faltado em Portugal uma burguesia numerosa e empreendedora, constituindo tal insuficiência mais um bloqueio à promoção do crescimento e do desenvolvimento. Em meu entender, o bloqueio residiu principalmente, desde o início da expansão ultramarina, em termos centrado, em excesso, a nossa economia nas rendas provenientes do exterior e descuidado as potencialidades reinóis, pelo que se formou o mito de que o nosso território era pequeno e pobre. Repare-se que não estou a excluir a possibilidade e até a vantagem de parte da renda nacional ser colonial; ela constituiu-se foi na *parte do leão* e não houve clareza, nem esforço, para contrariar tal tendência. Di-lo-á, por exemplo, o esclarecido diplomata D. Luís da Cunha (1662-1749): *“As conquistas [as colónias] que suppus ser o acessório [sublinhe-se] de Portugal, eu as tenho pelo seu principal, e ainda garantes da sua conservação...”*.⁵⁸ Sujeitava-se à tendência, mas retenha-se que discordara dela. Continuemos.

Se optámos (apertados, é verdade, pela pressão político-militar de Castela) por formar e manter um Império ultramarino, com fundos demográficos por regra baixíssimos, o que exigia a compensação psicológica através de uma ideologia cruzadística e miraculista (a cargo, particularmente, do clero) e a participação permanente de uma elite guerreira, como esperar que se pudesse afirmar a burguesia mercantil? Em sua substituição, pelo menos no que concerne aos capitais e ao investimento nas frotas e armadas, teve que se afirmar a Coroa / Estado, já que o clero e a nobreza, pelos respetivos estatutos sociais, tendiam a consumir, ou seja, a não poupar e investir, justificando assim a citada lei de D. Sebastião. Explicitemos um pouco mais.

Economicamente, para satisfazer esta imbricada, mas indispensável (sublinhe-se), rede de quadros guerreiros e eclesiásticos, às rotas dos víveres importados (porque escassamente produzidos no Reino) vieram colar-se as rotas dos bens de luxo, como a dos panos finos da Flandres e de Londres ou a dos brocados e das sedas Orientais. Exigiam-nas (insistimos), mas justificavam-nas pouco os muito nobres inativos e clérigos em excesso. O já citado D. Luís da Cunha verberará que *“Se o excesso de Frades e Freiras he tão nocivo ao Reino, como fica dito, ainda he mais pernicioso nas suas conquistas [colónias], onde se necessita de gente que trabalhe nas suas plantações e nas suas minas para se augmentar o seu comércio”*.⁵⁹ Já sensivelmente um século antes, o chantre de Évora, Manuel Severim de Faria, num discurso sobre a demografia do Reino, observara: *“Com tudo de prezente experimentamos neste Reyno falta de gente, assim para a milícia [guerra], como para a navegação, e muito mais para a cultura da terra; pois por falta da gente Portuguesa se servem os mais dos lavradores dos escravos de Guiné, e mulatos.”*⁶⁰ Saíam os naturais ao cheiro da canela e entravam os alógenos para suportar, minimamente, a lavoura e as artes mecânicas.

⁵⁷ Leys e provisões que el-Rey Dom Sebastião fez, 1570, apud Vitorino Magalhães Godinho, Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 240.

⁵⁸ *Instrução política para Marco António de Azevedo Coutinho*. Policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Sala Gama Barros.

⁵⁹ *Ibidem*

⁶⁰ “Discurso I Dos meyo, com que Portugal pode crescer em grande número de gente”, in *Notícias de Portugal*, Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, [1740], p. 7.

Produzia pouco o Reino e os seus habitantes, apesar de poderem ter acesso a enormes riquezas ultramarinas, muito por inépcia não logravam converter os potenciais rendimentos em investimentos produtivos. Assim, bem poderia proclamar Afonso de Albuquerque, em carta para Duarte Galvão, que “grande lago de mercadorias he a Índia”, para logo lastimar, a par da falta de dinheiro e de bens de troca para investir nesse lago, que o rei de Portugal só tivesse lá “*feitores, escrivães de feitoria, homens que nam sabem contar dez reaes, nem sabem que cousa sam tratos, nem sabem endereçar as mercadorias onde façam fruto, nem ho mamaram no leite, nem nunca ho aprenderam, e assi está tudo como em mato matinho*”.⁶¹ Era a proclamação que, por deficiência administrativa, a Coroa / Estado não sabia tirar suficiente partido de um vasto e rico Império, que os guerreiros e os missionários (a quem pagava, ainda que a destempo) lhe ofereciam.

Contudo, a riqueza do Ultramar lá ia chegando a Lisboa, apesar de o cristão-novo Duarte Gomes Solis (em começos do século XVII) ter apurado que, entre 1590 e 1592, de 22 embarcações que partiram da Índia só chegaram duas e, entre 1606 e 1608, de 33 só se salvaram três.⁶² Por causa de fatores naturais desfavoráveis, mas também por incúria nos aprestos náuticos. E, no entanto, o crescimento e o desenvolvimento de Portugal continuavam a assentar na apropriação (frustrada, em grande parte) da riqueza no exterior do Reino, pelo que o capitão-mor das armadas do Oriente e governador de Angola (1617-1621), Luís Mendes de Vasconcelos, alertava: “*E não pode uma cidade [como Lisboa] e Republica ser grande e próspera, senão quando for abundante em si mesma de todas as cousas necessárias*”. Necessária não era, por certo, em sua opinião, “*A aquisição de diamantes e pedras preciosas [que] faz nos muito dano, porque nestas cousas se emprega muito dinheiro que nos podia servir em muitas de grande utilidade, e os diamantes não cultivam os campos, não sustentam as cidades nem as defendem dos inimigos*”.⁶³ Eis, uma vez mais, a referência ao luxo e à ostentação dos representantes do clero e da nobreza, que a conservação do Império, no entanto, exigia em número e desempenho de funções.

Fácil é concluir que a falta de dinheiro se tornou crónica e, contudo, fiel ao princípio mercantilista da exigência da boa moeda, é justo que se diga que tempos houve em que Portugal praticou uma acertada política monetarista. Valorizando a prata mais do que a Espanha, dos Açores, por contrabando e por simulação do afundamento de embarcações provenientes das Américas Espanholas, o ouro e a prata eram desviados para a Casa da Moeda em Lisboa. O mesmo sucedia a partir de Sevilha e de Medina del Campo em relação às “*piastras*” (reales de a ocho) e às “*patacas*” (reales de a quatro). Quando as naus portuguesas estavam prestes a desgarrar para a Índia, os metais preciosos ainda mais se valorizavam, porque, juntamente com outras mercadorias que serviam de para-moedas, eram eles que viabilizavam os comércios Orientais, particularmente em certas zonas da Índia e na China.

Procuramos testemunhos? Vejamos. Nos anos, económica e financeiramente difíceis, de 50 e 60 da era de Quinhentos, os conselheiros de Estado continuavam a recomendar que aos governadores e vice-reis da Índia, para o comércio da pimenta “*[...] se lhes mande ouro e prata fina como se pede pelos que nisso entendem, porque esta he cauza por que se vende antes aos Turcos que a nós, e assim se mande todo o cobre que se pede...*”⁶⁴. Nos anos 70, D. Sebastião terá na devida conta esta necessidade da prata e do ouro para fazer o comércio Oriental, podendo-se dar como exemplos de medidas que adotou: a das utópicas minas de prata em Cambambe e Massangano (com o projeto da conquista de Angola por Paulo Dias Novais), a interiorização da influência portuguesa no Monomotapa (com a expedição de Francisco Barreto, entre 1569 e 1573) e o reforço da presença portuguesa no norte de África (comprometido com a batalha de Alcácer Quibir).

⁶¹ In *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentas que as elucidam*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, [1884], pp. 402-405.

⁶² *Discursos sobre los comercios de las dos Indias*. 1622, Lisboa, edição de Moses Bensabat Amzalak, 1943, p. 137.

⁶³ *Diálogos do Sítio de Lisboa*, 1608, in *Antologia dos Economistas Portugueses*, por António Sérgio, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, pp. 81 e 63, respetivamente.

⁶⁴ *Apontamentos, que os Prellados deste Reino fizerão [...]*, nas cortes de Lisboa em Dezembro de 1562 (Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 8/02 – R.4524).

Não era, obviamente, só o comércio com o Oriente que concorria para “a falta grande que ha de dinheiro, que se leva fora do Reino”⁶⁵. Levavam-no, já então e cada vez mais, a necessidade de organizarmos armadas defensivas, sobretudo contra piratas e corsários do noroeste Europeu.

Avancemos no tempo e, quanto à insuficiência crónica do dinheiro da Fazenda Pública, usemos a informação mordaz do Pe. António Vieira, registada em carta de 21 de novembro de 1671. Perguntava ele, ao destinatário, D. Rodrigo de Menezes: “*Não é vergonha que se diga pelo mundo todo que, para El-rey de Portugal pagar um correio, é necessário que se vá pedir emprestado à Rua Nova?*”⁶⁶. E dava um exemplo bem pessoal: a Fazenda Real devia à família dele, Vieira, havia mais de cinco anos, 20 mil cruzados para o apresto das naus da Índia. Com frequência, dívidas e vencimentos eram pagos com a atribuição de cargos públicos, mas que, como dirá também Vieira, em relação às candidaturas para Governador do Brasil após a morte de Afonso Furtado de Mendonça, em 1676: “*Há mais de 15 pretendores ao pôsto, e entenda-se que o levará quem menos é para êle*”⁶⁷. É tempo, porém, de focarmos, reconstituindo, uma ou mais conjunturas de acentuada crise. Seja o caso da conjuntura político-militar dos anos 30-40 do século XVI, que redundará em mudanças estruturais no Império Português. Eis alguns acontecimentos-indicadores.

A 8 de maio de 1538, os reis de Portugal e de Fez, por meio dos seus procuradores, celebrarão, em Arzila, um tratado de paz válido por onze anos. Ao aperto político-militar de D. João III (como iremos explicitar) associava-se idêntica situação da parte do monarca de Fez, já que os designados xerifes do Suz (região rica do sul de Marrocos, onde principiara um movimento proselitista muçulmano, fundamentalista e xenófobo) pretendiam unificar, na pessoa de um deles, os reinos e senhorios marroquinos. Compreendia-se, portanto, a necessidade do rei de Fez, opositor dos xerifes, assinar as referidas tréguas. Mas, do lado português a pressão não era menor. É que, nesse mesmo ano de 1538, os turcos-otomanos haviam desencadeado feroz ataque à fortaleza portuguesa de Diu, postada à entrada do Golfo de Cambaia (verdadeiro coração das economias do Índico). Ainda em 1538, os otomanos controlarão Adén, a porteira cidade do Mar Vermelho, fundamental para as ligações com o Mediterrâneo. Já antes, em 1534, caíra também Bagdade, pondo em risco, desta vez, o acesso pelo Golfo Pérsico ao Mar Interior. Em 1546, o apertadíssimo assédio a Diu repetir-se-á. Até quando poderiam resistir os bastiões portugueses no Índico, principalmente Diu e Ormuz?

Perante este quadro desfavorável, D. João III, nos anos 30, já decidira abandonar as fortalezas secundárias que mantinha em Marrocos, para conferir importância ao Oriente. Só que, como se acaba de explicitar, também esta opção política ficava seriamente ameaçada. Qual a alternativa? Lembrando-se, por certo, do património valioso que a carta de Pero Vaz de Caminha destacara em 1500, mas que pouco estava a ser valorizado por iniciativa régia (que não pela iniciativa privada), D. João III decidiu-se a recorrer mais ao Brasil. Assim, em novembro de 1540, dará instruções ao seu novo embaixador em França que divulgasse, oficialmente, que “[...] *não se traga nem hum pao [brasil] sem a minha licença de que me pagam direitos aquelles a que a dou para o trazerem, e, se isto não fora elle não valeria nada em França nem em Portugal...*”⁶⁸. Pretendia, enfim, o estanque régio do tintureiro pau-brasil, rédito que será defendido por Portugal, apesar da concorrência, até ao século XIX.

O Brasil, porém, já começava a oferecer, nos anos 40 do século XVI, outras riquezas tanto ou mais valiosas, como o açúcar, o tabaco e o algodão. Era fundamental, pois, que esta parcela do Império Luso se convertesse em verdadeira colónia, ou seja, obtivesse maior coesão étnica e cultural e experimentasse a governação geral, em vez das parcelares capitánias. Assim, já depois de Francisco Xavier com mais três jesuítas terem embarcado na frota em que ia por Governador da Índia Martim Afonso de Sousa (chegarão em 1542 para reforçar o aflito “Estado da Índia”, lembremos), será a vez de, em 1549, desembarcarem no Brasil o Pe. Manuel da Nóbrega e mais cinco membros da Companhia de Jesus, com o primeiro Governador-geral, Tomé

⁶⁵ Ibidem

⁶⁶ In *Cartas do Pe. António Vieira*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 389.

⁶⁷ Carta para Duarte Ribeiro de Macedo, de 1 de junho de 1676, in *Cartas*. vol. III, 1928, p. 221.

⁶⁸ Instruções para D. Francisco de Noronha (B.N.L., cód. 886).

de Sousa. *Grosso modo*, de 1550 a 1650, o açúcar brasileiro e o tabaco assegurarão ao Brasil um século de prosperidade. Quando, em 1624, os holandeses invadirem a Baía, os cerca de 300 engenhos brasileiros estarão a produzir perto de um milhão de arrobas de açúcar. Nem tudo, porém, corria de feição: calcula-se que, entre 1623 e 1638, os holandeses tenham apresado mais de quinhentos navios carregados de açúcar. Entretanto, em Angola, cada vez se tornava mais difícil angariar a necessária escravaria, o que concorria para a queda dos lucros dos engenhos brasileiros. Em 1654, após a expulsão dos holandeses, ainda se estimava que a produção açucareira rondasse um milhão e duzentas mil arrobas anuais. Contudo, por volta de 1670, começará um período crítico para a lavoura brasileira, em coincidência com nova crise da prata.⁶⁹

A união política das duas Coroas Peninsulares, entre 1580 e 1640, ao contrário do que se esperava, não favoreceu Portugal e, às dificuldades no eixo económico Angola-Brasil, a via dos escravos negros, fundamental para a produção da sacarina, vieram juntar-se outras. Vitorino Magalhães Godinho avaliou que as naus portuguesas, a partir de 1590, só desembarcavam, em Lisboa, até 10 000 quintais de pimenta, em vez dos 40 000 que tinham chegado a trazer.⁷⁰ A este decréscimo não foi, por certo, alheia, além do mais, a exigência do comércio Oriental se fazer, cada vez mais, à base de moeda e metal amoeável. À consequente subida dos preços no Oriente, que obrigou os portugueses a procurarem outros negócios, juntou-se a concorrência europeia através dos holandeses e ingleses. Em 1630, por exemplo, o Japão da prata fina expulsará os portugueses, ficando os portos nipónicos abertos só aos holandeses. Entretanto, também a prata das Américas decrescia.

Captemos reflexos desta prolongada crise na capital do Reino, além do mais privada da sua corte, não sendo suficiente, ao invés do que parece sugerir Francisco Rodrigues Lobo, o funcionamento das “cortes nas aldeias”, para que a civilidade se difundisse. Duarte Gomes Solis, em começos do século XVII, representará a Filipe III de Portugal um quadro particularmente negativo de Lisboa, considerando haver nela “*la mayor pobreza, que se puede tanto llorar como considerar*”⁷¹. É que a vida era bastante cara, faltava a muita gente até um pedaço de pão e uma sardinha, o número de mulheres (muitas viúvas, devido aos males “sociais” do Império) superava excessivamente o dos homens, e a maior parte delas trabalhava dia e noite para sobreviver com um salário de miséria, além de vagabundear muitas pelas ruas (prostituindo-se)... Enfim, a capital do Império era uma cidade pobre em tudo, inclusive em “*pertrechos convenientes para armar naves e armadas convenientes para as suas conquistas [colónias]*”⁷². Que fazer?

Apesar de ter à sua disposição, sobretudo as Índias Orientais das especiarias, economicamente superiores às Ocidentais dos metais preciosos, porque “*los frutos de las Occidentales son finitos, y los de las Orientales infinitos*”, Portugal não lograva fazer satisfatoriamente o grande comércio, segundo Solis⁷³. Porquê? Principalmente, porque não dispunha, tal como a Espanha, nem de dinheiro bastante, nem de crédito financeiro. Soluções, entre outras: valorizar o preço da prata nas Américas; fabricar naves mais pequenas e mais rápidas para encurtar o tempo das viagens pela Rota do Cabo e deste modo debelar, até, os ataques de piratas e corsários; enobrecer o ofício e o estatuto social dos mercadores (não perseguindo, nomeadamente, os judeus e cristãos-novos); produzir no Reino matérias-primas que alimentassem algumas indústrias; importar só o estritamente necessário...⁷⁴ Enfim, não era contrário ao aumento do consumo, desde que apoiado na produção nacional, e defendia a participação no grande comércio, mas com recursos financeiros suficientes, navios e agentes preparados. Adiante-se, já, que este programa político-económico e social será adotado, quase por inteiro, pelo diplomata Padre António Vieira, como passaremos a documentar.

Em 1634, Portugal conseguiu comprar à Holanda sete navios devidamente apetrechados. Era o reconhecimento da nossa decadência na construção naval e até na arte náutica. Insuficiente esta encomenda,

⁶⁹ Cf., por ex., Vera Lúcia Amaral Felini, *Os Negócios do Açúcar: rotas, mercados e mercadores (Bahia, século XVII)*, in *História do Açúcar – rotas e mercados*, Região Autónoma da Madeira – Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002, pp. 295 – 317.

⁷⁰ Cf., caps. sobre As Especiarias, in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 1º e 2º vols., Lisboa, Editora Arcádia, 1963 e 1965.

⁷¹ Discursos sobre los comercios de las dos Indias, pp. 118-120.

⁷² *Ibidem*, p. 118.

⁷³ *Ibidem*, p. 76.

⁷⁴ *Ibidem*, pp. 142 e segs.

uma vez que a Espanha continuava a exigir que “a Armada de Portugal”, integrada na “Armada del mar Oceano” (cujo papel principal era a defesa do Atlântico), fosse reforçada com mais naves e potencial humano, perante as crescentes investidas dos holandeses e ingleses. Enfim, Portugal estava, também ele, cada vez mais mergulhado numa “economia de guerra”, pelo que se multiplicavam os motins, os levantamentos populares e até as revoltas, com expressão maior no período de 1629 a 1638. E, assim, 1640 era inevitável.

Com a “Restauração” não estancou a crise, antes recrudescceu. De Paris, a 4 de fevereiro de 1672, Duarte Ribeiro de Macedo, em carta para o Padre António Vieira, avaliará e vaticinará assim a situação interna de Portugal: “*O Reyno ficou exausto de cabedais do tempo passado, o corpo daquela monarchia perdeo tanto sangue com a doença de 28 anos que lhe são necessários 20 para convallescer*”⁷⁵. Vieira, seu confidente e colega na diplomacia, acompanhou e participou na realidade desses 28 anos, estando, portanto, de acordo com o diagnóstico. Mais: havia sugerido medidas para o contrariar. Concretamente, em finais de 1647, mercantilista convicto, já tomava como modelo a Holanda e, fiel ao pensamento de Solís, preconizava a compra de muitos navios e ligeiros⁷⁶. Em 1648, defenderá que se fizesse guerra económica à Holanda, propondo, para isso, a criação em Lisboa de uma ou mais companhias mercantis concorrentes⁷⁷. Em 1669, ufanar-se-á de ter criado a Companhia do Comércio do Brasil, “*que restaurou Pernambuco e Angola e deu cabedais ao Reyno para se defender*”⁷⁸. Em 1671, em carta de 24 de outubro para D. Rodrigo de Menezes, questionará se se queria “judeus que enriqueçam Itália, França, Inglaterra e Holanda ou judeus que enriqueçam Portugal”⁷⁹. Depois, em 1674, ao ter conhecimento de amostras de ouro, prata e esmeraldas enviadas do Brasil, Vieira, à semelhança de Duarte Gomes Solís e Ribeiro de Macedo, mostrará preferência pelas Índias das especiarias. Neste sentido, em começos do ano seguinte, perante a continuada dificuldade de restaurarmos o comércio das especiarias orientais, defenderá a introdução de algumas dessas plantas (como a pimenta e a canela) no Brasil, para, deste modo, podermos derrotar economicamente os holandeses.⁸⁰

Duarte Ribeiro de Macedo também estará particularmente de acordo com esta última sugestão de Vieira, como este aplaudirá, em 1675, o alvitre de Macedo para incrementar a produção manufatureira no Reino, lembrando: “*Em França há perto de trinta anos aprendi como tinha começado a enriquecer a indústria do Cardeal Richelieu, e não deixei de decorar a El-rey [D. João IV] esta minha lição*”⁸¹.

O conteúdo do *Discurso sobre a Introdução das Artes* no Reino, de Duarte Ribeiro de Macedo, é conhecido, mas convirá ter presente que a proposta procurava: conciliar e equilibrar a industrialização com a comercialização das drogas e especiarias; estimular a produção interna da agricultura e da pecuária; controlar o luxo e a obtenção mirífica dos metais preciosos; combater a ociosidade no Reino e torná-lo mais populoso; diminuir o défice público. Enfim, Macedo era defensor da manutenção do Império, mas desde que fosse rentável e concorresse para o crescimento e desenvolvimento do Reino. Citemo-lo, a propósito: “[...] a sua conservação [das colónias] é dependente do valor dos frutos que nelas se cultivão...”⁸². E, ao manter-se a concorrência estrangeira no açúcar e no tabaco, opinava ser melhor consumirmos menos para importarmos também menos.

Contudo, em 1690, a crise comercial estará em vias de se extinguir, com o açúcar e o tabaco do Brasil a recuperarem e as mercadorias do Oriente a chegarem abundantemente. Mais: apoiando-nos diretamente em Vitorino Magalhães Godinho, recordemos que “*As chegadas a Lisboa do ouro proveniente do Brasil principiaram cerca de 1695, adquirindo um movimento muito rápido durante os dois últimos anos do século e*

⁷⁵ Apud Ana Maria Homem de Leal Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno (1618-1680)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2005.

⁷⁶ Cf., por ex., *Carta para o Marquês de Nisa*, de 12 de janeiro de 1648, in *Cartas*, vol. I, 1925, pp. 120-129.

⁷⁷ Cf., por ex., *Carta para o Marquês de Nisa*, de 20 de janeiro de 1648, *ibidem*, pp. 129-140.

⁷⁸ Carta para a Rainha D.^a Catarina de Inglaterra, de 21 de dezembro de 1669, in *Cartas*, vol. II, p. 289.

⁷⁹ *Ibidem*, vol. II, p. 375.

⁸⁰ *Carta para Duarte Ribeiro de Macedo*, de 28 de Janeiro de 1675, in *Cartas*, vol. III, pp. 147-150.

⁸¹ *Carta para Duarte Ribeiro de Macedo*, de 19 de Março de 1675, *ibidem*, pp. 162-164.

⁸² In *Antologia dos Economistas Portugueses*, Por António Sérgio, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, p. 243.

a primeira década do seguinte”⁸³. Como era enganadora esta recuperação! À semelhança de Duarte Gomes Solis e de Luís Mendes de Vasconcelos, mais recentemente António Vieira e Duarte Ribeiro de Macedo também não se mostravam muito entusiasmados com a exploração do ouro e dos diamantes, sugerindo que a população imigrante no Brasil se dedicasse, antes, à produção do açúcar e do tabaco, e preconizando, ainda, a pesca intensa no mar de Mazagão (Norte de África). Igualmente, Ribeiro Sanches, contemporâneo de Pombal, defenderá que os colonos brasileiros se deveriam dedicar à agricultura, à pesca e a algumas indústrias transformadoras, deixando para a Coroa / Estado o monopólio do ouro e dos diamantes.⁸⁴ Não foram ouvidos.

Cerca de 1760, começará a evidenciar-se, mais claramente, a crise do ouro e dos diamantes, agravando-se também o comércio do açúcar. A baixa nas produções brasileiras, a refletir-se nos lucros das grandes companhias comerciais e agrícolas, ferirá, uma vez mais, o sistema mercantilista, lançando o Estado para nova crise financeira e o País para um grande descontentamento social. Naturalmente, continuava a faltar a almofada interna da produção industrial e agrícola, suscetível de alimentar as exportações e compensar as importações necessárias. E, uma vez mais, ficava demonstrado que o Ultramar não bastava.

SUMA DA MINHA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA E ATÉ DA MINHA OPINIÃO:

Por opções e decisões político-ideológicas, constantes e pouco atreitas à mudança (até porque esta incomoda), a partir de 1415 e até 1974 insistimos em manter e em viver excessivamente (sublinho excessivamente) do nosso Império ultramarino. Esquecemo-nos de utilizar suficiente e devidamente os recursos reinóis, reativando as componentes da produção e da produtividade, de modo a suportar a maior parte do consumo interno. Escudámo-nos, por certo, no mito de que Portugal era um País pequeno e pobre, não tendo em conta que já o Infante D. Pedro, um dos promotores da nossa expansão ultramarina, chamara a atenção para, acima de tudo, se investir e modernizar o Reino. Ele tinha viajado e tivera a oportunidade de cotejar a situação de algumas nações estrangeiras com a nossa. Assim, a sua famosa “Carta de Bruges”, de finais de 1425 ou princípios do ano seguinte, dirigida ao Infante D. Duarte, já regista, para emenda, muitos dos males crónicos do País e da sua governação⁸⁵.

Concretamente, discordava de que o valor da honra ofuscasse tanto o valor do proveito, porque “[...] *os homens que sesudos são e usão de razão [...] não trabalham de boamente sem esperança de ganho e proveyto*”. Condenava a gente comum por desprezar a aprendizagem de um ofício e preferir integrar a criadagem de El-rei, dos príncipes e de outros senhores. Verificava que a população reinol pouco crescia devido às saídas e que estava geograficamente mal distribuída. Reprovava a justiça por ser lenta em relação ao número de oficiais: “[...] *e eu vejo, em vosa corte, muytos officiaes de justiça e de todos eles sayr poucos desembargos*” ... Consequências? Escasso crescimento económico e insuficiente desenvolvimento, persistindo a necessidade de se lançarem cada vez mais impostos para suportar despesas tantas delas inúteis: “*O senhor rey [D. João I] e vos [D. Duarte] e nosoutros todos, sobreditos, fazem tam grandes despesas, que a terra o nom pode suportar; e por ysto, se lanção peytas e outras imposições, per [pelo] que ela [a nação] he muyto gastada [desgastada]*”. E ainda mal se havia entrado na fase da construção do Império, já Ceuta se afirmava, por ser também malgovernada como “*muy bom sumydoiro de gente de vossa terra e d’armas e de dinheiro*”.

Portugal um país territorialmente pequeno? Lembremos que é o 13º maior em área, entre os 28 da União Europeia. Pobre em recursos naturais? Talvez. Mas, nas cortes de Lisboa, de 1562, já os prelados do Reino sugeriam: “*pela falta grande que há de dinheiro, que se leva fora do Reino, se mande entender em se aproveitarem as terras como melhor deva ser [...]; e se aproveitem as mattas do Reino [...]; que os Capitaens, Pilotos, Mestres, Marinheiros, e homens do mar sejião eleitos com muito exame, e sejião muito favorecidos, porque vão faltando...*”⁸⁶

⁸³ Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII – XVIII, Lisboa, Difel, 1990, p. 491.

⁸⁴ Dificuldades que tem hum Reyno Velho para emmendarse, 1777, in Obras de Victor de Sá, Ribeiro Sanches. Livros Horizonte, 1980, pp. 52-54.

⁸⁵ In Monumenta Henricina, vol. III, Coimbra, 1961, pp. 140-149.

⁸⁶ B.N.L., cód. 8/02 – R.4524

Como é difícil emendar este “velho” e querido Portugal.

11. JOSÉ BARBOSA MACHADO, UTAD, VILA REAL



JOSÉ BARBOSA MACHADO

TEMA 2.2 DICIONÁRIO DOS PRIMEIROS LIVROS IMPRESSOS EM LÍNGUA PORTUGUESA (1488-1499), JOSÉ BARBOSA MACHADO, UNIVERSIDADE DA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, DLAC, JLEON@UTAD.PT

RESUMO [TRABALHO FINAL NÃO ENTREGUE DENTRO DO PRAZO]

A imprensa, que entrou em Portugal no reinado de D. João II, teve um papel fundamental na divulgação de textos e no desenvolvimento e maturidade da Língua Portuguesa escrita.

A Língua Portuguesa deste período apresenta alguma estabilidade linguística, sobretudo no âmbito morfológico e sintático, face à instabilidade dos séculos anteriores. A instabilidade gráfica mantém-se, como facilmente se depreende pela profusão de formas de uma mesma palavra em obras da época. A estabilidade morfológica e sintática permitirá que no século seguinte sejam redigidas obras como *Os Lusíadas* de Camões, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Góis e *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

O *Dicionário dos Primeiros Livros Impressos em Língua Portuguesa* é um projeto em elaboração e tem como *corpus* as seguintes obras impressas entre 1488 e 1499 em língua portuguesa: *Sumário das Graças* (1488); *Sacramental* (1488); *Tratado de Confissom* (1489); *Vita Christi* (1495); *História do Mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* (1496); *Constituições de D. Diogo de Sousa* (1497); *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em Romance* (1497); *Regimento Proveitoso Contra a Pestenença* (c. 1495-1499).

12. JOSÉ MANUEL BARBOSA ALVARES, AGAL / AGLP, GALIZA



JOSÉ MANUEL BARBOSA ÁLVARES



TEMA 2.1. ALGUMAS NOTAS SOBRE A ETIMOLOGIA DE OURENSE, J. M. BARBOSA, AGAL / AGLP

1. RESUMO:

O presente trabalho tenta demonstrar a origem etimológica do nome da cidade de Ourense tendo em conta elementos epigráficos de época romana assim como textos escritos de autores clássicos. O estudo perscruta em épocas anteriores às reconhecidas pela historiografia oficial, pois penetra nas fontes romanas dos primeiros séculos da nossa era onde se diz que não existem referências escritas sobre a cidade das Burgas. Também se faz estudo de alguns autores de época germânica localizando o nome da cidade em alguns textos não considerados nem identificados como referidos à velha Auria.

Ourense é a terceira cidade da CAG (Comunidade Autónoma Galega) e novena da velha Gallaecia, nome do qual deriva o atual “Galiza”. Temos memória da existência da cidade desde épocas romanas quando se nos diz que surgiu próxima ao rio Minho. Muitos foram os autores que estudaram o seu passado, quando os estudos historiográficos e arqueológicos nos desvendaram uma suposta origem a partir das Burgas.

Neste estudo vamos falar da possível origem do topónimo que a identifica, mas antes veremos as diferentes propostas de alguns dos estudiosos que fizeram as suas achegas teóricas.

2. Diferentes propostas etimológicas a respeito de “Ourense”.

• Áurea / Áuria.

Alguns autores botam mão da mais comum das etimologias relacionadas com a presença do mineral de ouro no Sil e no Minho em épocas romanas. Ouro em latim é “Aurum” e se a cidade é a cidade do ouro, esta aceitaria o nome de Áurea e daí Áuria. Do nosso ponto de vista as explorações de Ouro da cidade em época romana não parecem ser especialmente salientáveis comparadas com a de outras regiões.

Por outra parte, no Parochiale Suevum, apresenta-se-nos a divisão do Gallaeciense Regnum em dioceses e paróquias onde dependente da “ad sedem Auriensis” aparece-nos ao igual do que a forma “Auriensis”, também o topónimo denominado de “Palla Aurea” que Rodríguez Colmenero identifica com o primitivo Ourense e que ele traduz como “Pepita de Ouro” (Rodríguez Colmenero: 1977).

• Warmsee ou Warm See

Esta etimologia foi proposta pelo médico flamengo de ascendência lusófona, Luís Nunes⁸⁷ no seu livro “*Hispania sive populorum, urbium, insularum, ac fluminum in ea accuratior descriptio*”. “Orense” significaria “Lago quente”.

*“(…) Gallaecia Suevis in fortem et sedem obtigit, et patrio idiomate urbem hanc **Warm See**, quod Lacum Calidum denotat, appellarunt: postmodum vero Orense (quase warmsee) corrupte nimis dictum est. (Nonnius Ludovici: 1607)*

⁸⁷ Luís Nunes ou Ludovicus Nonnius foi um médico nascido em Antuérpia, Flandres (1553-1645) de origem judeu e evidentemente de fala portuguesa. Como sabemos que os judeus portugueses foram expulsos do Reino de Portugal em 1495, três anos depois de tê-lo feito a Coroa de Castela onde a Galiza estava politicamente inserida, faz-nos pensar que poderia ser tanto galego como português, já que a maior parte dos judeus provenientes da Galiza fugiram em 1492 para o Reino de Portugal emigrando em 1495 para os Países Baixos ao lado dos seus irmãos portugueses

Lembremos que na língua neerlandesa muito conhecida por ele por ser esta a língua do país onde morou, a construção “Warm Zee” significa “mar quente”.

- Or Ens

Esta etimologia é defendida por Jean Baptiste Bullet onde manifesta o seguinte:

C'est à cause de ces sources que les Romains l'appelaient “Aqua Calida” (eaux chaudes). Hors la porte de la Ville, on voit un pont merveilleux d'une seule arche, si haute qu'un vaisseau peut commodément passer dessous. Tous les environs d'Orense sont très-agréables et très-fertiles; il y croit d'excellent vin, et on y recueille en abondance divers fruits délicieux. Or, eau. Ennes, par cause Enns, chaude. (Bullet, M:1768)

Não conhecemos texto latino ou inscrição romana que confirme o que nos diz este intelectual francês do século XVIII como também não nos parece acreditável essa etimologia que faz derivar para o castelhano: OR ENNS>Orens>Orense

- Aquae Urentes

Pudemos achá-lo no “Diccionario Geográfico Universal” procurando a palavra “Orense”. O verbete diz assim: “Orense, Auria Calaicorum, **Aquae Urentes**, C.R. De Esp., capital de la provincia, obispado y jurisdicción de su nombre (...).

“Urentes” é o Participio de Presente ativo do verbo latino Uro, Ussi, Ustum que significa “arder”. Águas ardentes, significa, mas também não temos referências deste topónimo em épocas romanas.

- Aransio

O escritor ourensano em castelhano José Ángel Valente diz-nos no seu “Diccionario Anónimo” o seguinte:

“Nace, nació, había o hubiera nacido en los términos del Gallaeciae Regnum, en un lugar que acaso cabría llamar Aguas Calientes o Augasquentes y suele llamarse Orense. ¿Deriva el nombre de un gótico warmsee? ¿Tal vez de Aransio, divinidad romana de las fuentes, con lo que Orense y Orange serían lo mismo? Nada en el nombre ni en el lugar remite con fundamento a ninguna raíz áurea sinó a una raíz áurea” (Valente, J.A: 2011)

Podemos supor errada a conjetura do poeta ourensano por várias vias já que o deus citado não é romano, mas celta nem poderia facilmente derivar em “Ourense” e menos em “Orense” como ele diz.

- Ória

Para o nosso amigo e companheiro académico o Professor Higinio Martins Estêvez é o topónimo “ORIA” a origem de “Áuria”. Diz-nos ele:

*“O significado é “a da fronteira” (*OROS), que não é outro que o nome céltico da vila. *ORIA (A longo; asterisco não pela palavra, mas pela aplicação a este lugar) caiu numa paretimologia ou etimologia popular pelos achados áureos do Minho, que era fronteira tribal. Daí o *Áurea latino que também não está documentado, se não é erro. O que aparece documentado é Áuria, cuja subtil refração deu pista. A evolução não concluiu. De Áuria formou-se o adjetivo latino auriensis, donde Ourense.*

- Auregensium Loca ou Aregenses Montes

Finalmente atenderemos com especial atenção a uma etimologia na que alguns autores galeguistas tinham reparado mas nunca nela aprofundado. É a forma que nos comenta Casimiro Torres no seu “Galicia Sueva” (Torres, C: 1977). Diz:

*“Aspidio debió dominar la zona montañosa que Leovigildo tenía que cruzar para entrar en Galicia, a la cual el Biclarense llama **Auregenses Montes**, los cuales han sido identificados por muchos historiadores como **Montes Orensanos**. (...) Desde luego de Auregense, puede provenir Orense; pérdida de la sonora “G”, entre vocales, que daría Aureense, reducción de las dos “E” a una; evolución del diptongo AU>O, como AURUM>ORO y TAURUM>TORO, etc. Por consiguiente de Auregense pudiera provenir el nombre actual de Orense”.*

Casimiro Torres faz-nos referência dos autores que para ele relacionavam os Auregenses com Ourense, todos eles tomando referência dos autores clássicos acima mencionados: Hydácio e João de Biclara.

Hydácio diz-nos:

*“Pars Gothici exercitus a Sunierico et Nepotiano comitibus ad Gallaeciam directa, Suevos apud Lucum depraedantur: quae Dictinio [Ms. Suevos apud Lucum depraedatur habitantes, quae Dictinio], Spinione et Ascanio delatoribus, spargentibusque ad terrorem propriae venena perfidiae, indicata recurrit ad suos: ac mox iisdem delatoribus quibus supra, Frumarius cum manu Suevorum quam habebat impulsus, capto Idatio episcopo septimo kalend. Augusti in Aquaeflaviensi ecclesia, **eumdem conventum** grandi evertit excidio. Rechimundus **vicina sibi pariter Auregensium loca**, et Lucensis conventus maritima populatur. Inter Frumarium et Rechimundum oritur de regni potestate dissensio”* (Olymp. CCCX. IV)

e Iohannes Biclarenensis ou João de Biclara no seu “Chronicon” diz-nos o seguinte:

*Praedam vero de manubiis Romanorum Persarum multitudo ob nimiam vilitatem nummo publico venundata sunt. Leovigildus rex **Aregenses montibus** ingreditur. Aspidium loci seniore cum uxore et filiis captivos ducit, opesque ejus ac loca in suam redigit potestatem* (2.8,1-2)

Ambos nos falam dum lugar que Hydácio identifica como a região dos Auregenses e o Biclarense com uns montes Aregenses. Ficamos com que a ação é no **mesmo Convento** no que estava o lugar onde foi capturado Hydácio e posteriormente diz-nos que Rechimundo devasta os **lugares vizinhos Auregenses**. Vizinhos de Chaves. Portanto os lugares vizinhos fazem parte do Conventus Bracarense e próximos de Chaves / Aquaeflaviae.

A primeira referência clara e evidente que temos da cidade de Ourense está no “Parochiale Suevum” ou “Divisio Theodomiri” que acostumamos datar a meados do século VI. Nele reparte-se o País em 13 dioceses e 143 paróquias uma das quais era a da cidade de Ourense “Ad **Auriensem** Sedem”, e uma das paróquias, é a chamada “**Palla Aurea**” identificada por alguns como a Límia mas por outros como Ourense.

Nós acreditamos em que não pode ser a Límia. A razão fundamental é a divisão das Sés galaicas no século VI nas que a Sé bracarense ocupa a paróquia dos Aequaesii. Estes parecem estar localizados na região da Equesia, topónimo este que gera Queija donde provém Chandreja de Queija, Serra de Queija, etc....⁸⁸ pelo Vale de Laça e o Alto Tâmega. Esta comarca está situada na parte centro-norte da atual província de Ourense. Se isto pertencia à Sé bracarense deduzimos facilmente que a Límia, mais ao Sul ficaria vinculada ao bispado de Braga e não ao de Ourense⁸⁹.

Do nosso ponto de vista e seguindo a André Pena (Pena Graña, A: 1999), o nome de Palla extraído de inscrições galaico-lusitanas significaria “pedra com uma oquedade” que num contexto sacrificial da inscrição significaria, “defesa”, “proteção”, “guardião”, portanto, “Pedra protetora”, “pedra sacrificial”.

3. Do Parochiale Suevum em adiante

É a partir do “Parochiale Suevum” onde a identificação das diferentes formas de denominar a cidade de Ourense pode ser bem identificada: Auriense (Concilio de Lugo 569), Auriensem (Parochiale Suevum 569), Auriensis (578), etc., todas elas relacionadas com os diferentes Concílios de Braga ou de Toledo aonde acudiam os seus bispos.

Posteriormente há outra referência que nem sempre foi considerada como referência clara à cidade. É no livro de Isidoro de Sevilha ou Isidorus Hispalensis datado no primeiro terço do século VII, denominado “*Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*” de 624 e, portanto, posterior a Hydacio e ao Biclarense. É “**Aregia**”

⁸⁸ A evolução da palavra com que denominaríamos a região onde estariam os Aequesii dar-nos-ia o seguinte: AEQUAESIA>EQUESIA>QUEISIA>QUEISA>Queija (Rodriguez Colmenero: 1972)

⁸⁹ Se fazemos caso ao São Gregório de Tours no seu “De Miraculis Sancti Martini Episcopi” a Sé Auriense foi criada na segunda conversão ao catolicismo por parte da Monarquia Sueva. Carriarico foi quem levou a cabo a nova conversão e quem fez de Ourense Sé episcopal com territórios dependentes da Arquidiocese Braga

do qual podemos inferir um gentílico "Aregienses".

O texto está no parágrafo 49 do livro citado e diz o seguinte:

*"Aera DCVI, ann. III imper. Justini Minoris, Leovigildus adeptus Hispaniae et Galliae principatum, ampliare regnum bello et augere opes statuit. Studio quippe ejus exercitus, concordante favore, victoriarum, multa praeclare sortitus est. Cantabros namque iste obtinuit, **Aregiam** iste cepit, Sabaria ab eo omnis devicta est, cesserunt etiam armis illius plurimae rebelles Hispaniae urbes."*

Do nosso ponto de vista a Aregia estaria ao ocidente da Sabaria e poderia corresponder-se com o território dos Aregenses ou Auregenses próximos a Chaves, já no Reino de Galiza. Aregia parece ter pouca similitude com a "Auria" que procuramos, mas sim o gentílico derivado, "Aregienses" teria a ver com o Aregenses ou o Auregensium do Biclarense e de Hydacio. Para Curchin, Aregia poderia ser Auregia (Curchin, Leonard A: 2008) o qual ajudaria mais na identificação.⁹⁰

Hydacio incluía um U no gentílico. Não reconhecia o gentílico como Aregienses ou Aregenses mas Auregensium com U. Lembremos que em vida de Isidoro de Sevilha os reis visigodos criaram uma ceca onde se cunharam moedas durante muito tempo, entre 612 e 653 aproximadamente, com o nome de **Ceca Aureense**, com U mas já sem G "Aure(g)ense", que reconhecemos, sem dúvida como a cidade de Ourense.

Posteriormente temos referências várias referidas a Ourense. Assim temos: Didacus Oriensis episcopus (950), Portum Ourens ou Portum Aurens (1159), Porto Auriense (1164), Ourensse (1215), Juyzes d'Ourense (1253), Bom vinho d'Ourens (1259) numa cantiga de Afonso o Sábio (Rivas Quintas: 2012) mas como nos comenta Ferro Couselo (Ferro Couselo: 1996) a forma "Auriense" é um adjetivo ao qual lhe corresponderia um substantivo que ele calcula que seria "Auria".

Esta palavra também a achamos nos documentos em diferentes formas:

Auria (589 Primeiro Concílio de Toledo), Auria (746 Yusuf el-Ferhi), Uriya (Al-Baqri no século XI) (Carbaleira Debasa: 2007), São Martinho de Aureis (1150), Auria (1175), Aurie (1175), Auriam (1200), Auria (1219, 1229, 1232...).

O que sim parece é que há consenso entre todos os estudiosos em afirmar que Ourense provém de "Auriense" e este adjetivo à sua vez provém de "Auria".

4. Do "Parochiale Suevum" para atrás.

Do texto da Divisio Theodomiri para adiante parece claro. Tentaremos agora ir por textos anteriores a este introduzindo-nos em época imperial romana. Vejamos agora as inscrições da Ponte de Chaves:

A Ponte de Chaves ou Ponte de Trajano é uma ponte construída entre os séculos I e II. Na construção fizeram-se dous epígrafes comemorativos na honra de Vespasiano e Tito para além de outras autoridades provinciais e a Legio VII Gemina, incluindo-se os dez povos galaicos bracarenenses, todos próximos a Aquae Flaviae, que participaram na obra.

As epígrafes comemorativas são réplicas dos originais. A primeira, perdida a original, e denominada "Padrão de Trajano" (CIL II 2478) está datada por volta de 104 d.C. e nele indica quem suportou a construção da ponte, mas a segunda, réplica da achada em 1980 durante a dragagem do rio, leva o nome de "Padrão dos Povos" (CIL II 2477) guarda-se no Museu da Região Flaviense.

⁹⁰ Entre os clássicos é comum a diversidade nos nomes duma localidade, lugar ou povo. Exemplos há muitos, mas há casos especiais, como o nome dum povo aquitano da atual província basco-francesa de Zuberoa, denominada segundo o autor de Suburates, Siburates ou Sibulates por Júlio César, mas Sybillates por Plínio o velho. A capital dos Aquitanos, hoje Dax, era conhecida como Aqua Tarbellicae, Aquae Augusta (Ptolomeu), Urbs Aquensis, Aquis, Villa Aquae, Acs, Ac, Aqs, Civitas Aquensium, e em basco-aquitânico Akize. A cidade de Auch recebe os nomes de Eliumberrum (Mella), Eliberres (Tabula Peutinger), Climberrum (Itinerario Antonino) (Iglesias, H: 2011).

A primeira diz:

Imp(eratore) caes(are) Nerva / Traiano avg(usto) ger(manico) / dacico pont(ifice) Max(imo) / trib(unicia) pot(estate) co(n)s(ule) V p(atre) p(atriciae) / Aqviflavienses pontem lapidevm / de svo f(aciendum) c(uraverunt).

A segunda:

*Imp(eratori) Caes(ari) Ve[sp(asiano) Avg(vsto) Pont(ifici)] / max(imo) trib(unicia) pot(estate) [XX p(atri) p(atriciae) co(n)s(uli) IX] / imp(eratori) Vesp(asiano) caes(aris) av[g(usti) f(ilio) pont(ifici) trib(unicia) pot(estate)] / VIII imp(eratori) XIII co[(n)s(uli) VI] / (damnatio memoriae) / C(aio) Calpetano Ra[ntio Qvirinali] / Val(erio) Festo leg(ato) a[v(usti) pr(o) pr(aetori)] / D(ecio) Cornelio M[eciano leg(ato) avg(usti)] / L(ucio) Arruntio Max[imo proc(uratori) avg(usti)] / leg(ioni) VII gem(inae) / civitates [X] / Aqviflavienses [**Aobrigens(es)**] Bibali Coel[erni Eqvaesi] / Interamic[i Limici Aebisoc(i)] / Qvarqverni Ta[magani].*

Posteriormente em 1980 foi achada no leito do rio uma terceira coluna que é a original denominada de “Padrão dos povos” e que exalta os dez povos bracarenses:

IMP CAES VE (...) / MAX TRIB POT IMP VESP CAES AV(...) / VIII IMP XIII / CO(...) / G(...) / CALPETANO RA ...) / VALFESTO LEG A (...) / D CORNELIO MA(...) / LARRVNTIO MAX(...) / LEG 9 VII GEM(...) / CIVITATES / AQVIFLAVIENS(...) / BIBALI COEL(...) / INTERAMIC (...) / QVARQVE(...) NI TA(...)

*Imp(eratori) Caes(ari) Ve[sp(asiano) Aug(usto) Pont(ifici)] Max(imo) Trib(unicia) Pot(estate) [X Imp(eratori) XX P(atri) P(atriciae) Co(n)s(uli) IX] Imp(eratori) Vesp(asiano) Caes(ari) Au[g(usti) F(ilio) Pont(ifici) Trib(unicia) Pot(estate)] VIII Imp(eratori) XIII Co(n)s[s(uli) VII G(aio) Calpetano Ra[ntio Quirinali] Val(erio) Festo Leg(ato) A[ug(usti) Pr(o) Pr(aetore)] D(ecimo) Cornelio Ma[eciano Leg(ato) Aug(usti)] L(ucio) Arruntio Max[imo Proc(uratori) Aug(usti)] Leg(ioni) 9 VII Gem(inae) [Fel(ici)] Civitates [X] Aquiflavien[ses **Aobrigenses**] Bibali Coel[erni Equaes] Interamic[i Limici Aebisoc] Quarque[r]ni Ta[magani]*

Um dos dez povos é o dos **Aobrigenses** de entre o conjunto de povos que colaboraram na edificação da Ponte de Trajano. Esses dez povos são os que ficam na região da qual a cidade de Aquae Flaviae parece a mais importante do oriente do Convento Jurídico Bracarense.

O **Aobrigenses** que aparece nas colunas pode facilmente corresponder-se no século I ou II com os Aregenses ou Aurigenses de época final do Império e de época germânica. Esse U de “Auregenses” poderia ser o “O” de “Aobrigenses” relacionada com a Avóbriga de Tranoy (Tranoy: 1981). Cuevillas relaciona esta cidade com Oimbra no qual fez com que muitos estudiosos posteriores tendessem a fazer a mesma identificação (Cuevillas: 1988). Tranoy contrariamente identifica a cidade com a Abóbrica de Plínio (Plínio. IV. 112)

*a Cilenis conventus Bracarum Helleni, Grovi, castellum Tyde, Graecorum subolis omnia. iae Siccae, oppidum **Abobrica**. Minius amnis, IIII ore spatiosus, Leuni, Surbi, Bracarum oppidum Augusta, quos super Gallaeis flumen Limia, Durius amnis e maximis Hispaniae, ortus in Pelendonibus et iuxta Numantiam lapsus, dein per Arevacos Vaccaeosque, disternatis ab Asturia Vettonibus, a Lusitania Gallaeis, ibi quoque Turdulosa Bracaris arcens. omnis, quae dicta regio a Pyrenaeo, metallis referta auri, argenti, ferri, plumbi nigri albique.*

e ainda com a Adrobrica de Pompónio Mella (Mella III. 8-9)

*[9] In ea primum Artabri sunt etiamnum Celticae gentis, deinde Astyres. In Artabris sinus ore angusto admissum mare non angusto ambitu excipiens **Adrobricam** urbem et quattuor amnium ostia incingit:*

Tranoy não identifica Abóbrica com a nossa Avóbriga / Aóbriga / A(u)regia e ainda diz que se esta ficar perto da foz do Minho não pode ser a A(v)óbriga da Coluna de Chaves porque está muito longe. Do nosso ponto de vista a Abóbrica de Plínio sim poderia ter a ver com a nossa A(v)óbriga mas o que para nós não teria nada a ver com a nossa cidade é a Adróbrica de Mella.

Consideraremos outras referências a Avóbriga. É o caso de dous textos epigráficos: um presente em

Tarragona (Catalunha) e outro em Fervedo, Concelho de Arouca (Distrito de Aveiro). A informação útil é a presença da forma plena do topónimo “Avóbriga”. A epígrafe de Tarragona (CIL II 4247) diz:

L(ucio) Sulpicio Q(uinti) f(ilio) Gal(eria) / Nigro Gibbiano / Avobrigensi / omnibus in re p(ublica) sua / honorib(us) functo / flam(ini) Romae divor(um) / et Aug(ustorum) p(rovinciae) H(ispaniae) c(terioris) / p(rovincia) H(ispania) c(terior)

O texto de Fervedo (HAE 1918)⁹¹ é uma lápide sepulcral de Laetus Caturonis localizado na igreja matriz do lugar. Diz o seguinte:

Laetus Caturonis f(ilius) / Aviobrigensis h(ic) s(itus) e(st) / an(norum) XXIX Niger / frater ex testamento / faciendum curavi[t] / arbitrato Q(uinti) Laberi(i) Exorati / Olisipone(n)sis

As palavras em questão são “Avobrigensi” ou “Aviobrigensis” que derivam dum “Avóbriga”. No caso de ser a mesma Avóbriga a do Padrão dos Povos, a do Flâmine e a do Laetus Caturonis teríamos que localizá-la seguindo uns critérios que damos a continuação:

5. Localização de Avóbriga

- A primeira informação que tiramos é a que nos dá Hydácio quando nos diz que os “Auregensium Loca” são “vicina sibi pariter” da “Aquaeflaviense ecclesia”, pois pertence ao “eundem conventum”. Localizamo-la, portanto, no Convento Bracarense e perto de Chaves.
- O Biclarense diz-nos que os “Aregenses montibus” foram conquistados por Leovigildo no oriente do Reino da Galiza. Esse “Aregenses” é-nos um gentílico que nos viria dum nome se não igual, sim próximo da Aregia do Isidoro de Sevilha. Aregia que poderia ser o lugar de origem dos “Aregenses” ou “Aregienses”. Como acabamos de ver é convento bracarense e aliás da bracarense oriental.
- As colunas de Chaves falam-nos igualmente duns Aobrigenses localizados dentro do âmbito jurisdicional e próximo a Aquae Flaviae por serem um dos dez povos que colaboraram na construção da Ponte de Trajano. Os Aobrigenses estão entre os povos que tinham Aquae Flaviae como centro político, económico e talvez administrativo de importância por ser esta a cidade que chefia nesta altura a região bracarense oriental.
- Os Aobrigenses do Padrão dos povos teriam uma Aóbriga como suposta cidade de origem. Tranoy conta-nos que a sua interpretação poderia ser melhor Avobrigenses com V o que a liga com uma Avóbriga e esta com a Abóbriga de Plínio. Esta interpretação com V reafirma-se pelo facto de ser essa a leitura tradicional que se faz do povo inscrito no Padrão até o S. XVI (Rodríguez Colmenero: 1990). A dia de hoje o texto onde se poderia ler “Aobrigenses” ou “Avobrigenses” está apagado e não se lê com nitidez.
- A Abóbriga de Plínio fica situada nas beiras do rio Minho. Lembremos que Contador de Argote (Contador de Argote: 1738) comentou que esta cidade poderia ser a atual Riba d’Ávia, mas se esta fosse não estaria incluída dentro do âmbito de Aquae Flaviae, pois Riva d’Ávia pertenceu ao Bispado de Tui, portanto à bracarense ocidental, até meados do século XX.
- Nos textos epigráficos de Tarraco e Fervedo apresentam-nos duas referências à Av(i)obriga, identificada como uma cidade provavelmente galaica e romanizada. A presença dum flâmine da Hispânia Citerior não se daria em caso de ser uma localidade menor, não romanizada ou lusitana. No segundo, o gentílico diz-nos a origem do Laetus Caturonis, nome galaico-lusitano, mas descartada origem lusitana de Av(i)obriga se é a mesma cidade do flâmine.

Por tudo isto acreditamos que os Aobriguenses, Aurigenses e Aregenses são nomes referidos aos habitantes do que se deveu chamar Avóbriga, Abóbriga ou Aregia. Isto é o que posteriormente foi Ourense ou Ária.

Alguns autores, nomeadamente Cuevillas e Rodríguez Colmenero relacionavam Aobrigenses com Oimbra mas existe um documento do século XII-XIII que relaciona Oimbra com um Olimbriga ou Aolimbriga (Rodríguez Colmenero: 1972) e não com um Avóbriga.

⁹¹ (HAE 1918) Hispania Antiqua Epigraphica:

http://eda-bea.es/pub/record_card_2.php?refpage=%2Fpub2Fsearch_select.php&quicksearch=Fervedo&rec=20063

A deriva desde Aolimbriga ou Olimbriga para Oimbra é fácil de explicar: (AOLIMBRIGA>Olimbriga>Oimbriga>Oimbra). Para nós do AVOBRIGA ao ÁURIA viria duma evolução parecida ao VALOBRIGA cântaro. Este topónimo reconhecido como a atual Valória, no Concelho de Udias daria o atual nome por meio dum processo de lenição: VALOBRIGA>VALO(B)RI(G)A>Valória (González Vásquez, A e Hierro Garate, J.A: 2000). Outros como González Rodríguez propõem um Vale Oria (González Rodríguez: 1999) mas do nosso ponto de vista poderia ser um Valle Aobrica, Valle Aobriga ou Valle Avóbriga.

O AVOBRIGA, também por um processo lenitivo múltiplo derivaria assim do nosso humilde ponto de vista: AVÓBRIGA>AWÓBRIGA>AŴBRIGA>ÁŴRIGA>ÁURIGA>Áuria. Esta forma “Áuria” conserva-se atualmente no bairro de Oira situado em Ourense à direita do Minho.

Por outra parte, a forma AVOBRIGA estaria formada por duas partículas: Um AVO - que parece vincular-se com a palavra céltica dos atuais gaélicos “abhainn” ou “abhuin” (rio) do qual há restos toponímicos na Gallaecia história (Rio Ave, Riba d'Ávia, Avião, Abuim / Aboim...), como também na Bretanha (Aven, Aon, Aff.) na França (Avon, Avon-la-Pèze, Avon-les-Roches.), Suíça (Aven...) ou nas Ilhas Britânicas (Stratford upon Avon, Avonmouth, Avonmore, Strathaven, Craigavon, Blaenafon, Cwmafon).

A segunda partícula é -briga, palavra céltica deriva da indoeuropeia *bheregh: “alto”, “elevado”, como no germânico “berg” (montanha) e “burg” (fortaleza, cidade). A “fortaleza elevada” ou “assentamento fortificado nó alto” (Diez: 1994) é ó significado de -briga cuja definição responderia aos nossos castros sem qualquer dúvida.

Concluindo: AVOBRIGA viria a significar, o “Castro do Rio”. Não há melhor denominação para Ourense cujo lugar é ao lado dum dos rios mais importantes do País: o Rio Minho.

6.

5

. Bibliografia e linkografia

- Alarcão, Jorge de. Organização Social dos povos do noroeste e norte da Península Ibérica nas Épocas Pré-romanas e Romana. Revista de Arqueologia “Conímbriga”. Nº XLII. 2003. pp.: 5-15
- Bráulio de Saragoça: Vita Sancti Aemiliani XXVI
- Brito, Bernardo de: Monarchia Lusytana. Tomo II. Lisboa. 1609. lib. VI, 194v-196 [edição fac-similada com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves (2004): Monarquia lusitana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa].
- Bullet, M: Memoires sur la langue celtique. Tome 1er. Chez Vª Requilliat, Librairie Place Lonis-le-Grand. A Lyon. 1768. pp.: 415
- Carballeira Debasa, Ana Maria. Galicia y los gallegos en las fuentes árabes medievales. Ed. CSIC, Xunta de Galicia, Instituto de estudios gallegos Padre Sarmiento. 2007. pp.: 67
- CIL (Corpus Inscriptionum Latinarum) http://cil.bbaw.de/cil_en/index_en.html
- I Concilio de Braga 561 http://www.benedictus.mgh.de/quellen/chga/chga_057t.htm
- Concilio de Lugo 569 http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d6/LOAISA_%281593%29_-_Concilium_apud_Lucum.jpg
- Contador de Argote, Jeronymo: De antiquitatibus conventus Bracaraugustani. Ulyssipone Occidentali. Typis Sylvianis. Regalis Academiae. Livro II. Capítulo VIII. 1738. pp.: 152
- Contador de Argote, Jeronymo: Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas. Tomo II, Lisboa. 1734. pp.: 849-852
- Corpus christianorum: “Parochiale sueuum (seu Diuisio Theodemiri seu Concilium Lucense a. 569)”, Series Latina, CLXXV: Itineraria et alia geographica, Brepols, 1965. Turnhout, 411-420.
- Cortes y Lopez, Miguel; Diccionario Geográfico-Histórico de la España Antigua; Tomo III; Imprenta Real; 1836; Madrid (España) "
- Curchin, Leonard A: Los topónimos de la Galicia romana: Nuevo Estudio. The Toponyms of the roman Galicia: New Study. Cuaderno de Estudios Gallegos, LV. Nº 121. Enero-Diciembre (2008). pp.: 109-136

- Diccionario Geográfico Universal. Tomo nº VI. Editado por una sociedad de literatos SOMFCED. Barcelona. Imprenta de José Torner. 1832
- Díez, J.: “Nueva interpretación de algunos topónimos indoeuropeos peninsulares”, en VV.AA. Homenaje al Profesor Presedo, 1994. Sevilla. pp.: 229
- Fernandez Guerra, Aureliano; de Hinojosa, Eduardo: *Historia de España desde la invasión de los pueblos germánicos hasta la ruina de la monarquía visigoda*. El Progreso Editorial. Tomo I. Madrid. 1890. pp.: 326
- Ferro Coucelo, Xesus: Orixe e formación da cidade de Ourense. Jornal La Región. 17-5-1996. Texto transcrito da conferência inaugural da Agrupación Cultural Auriense organizada pelo Colégio de Médicos de Ourense em 6-3-1968 http://www.ivoox.com/orixe-e-formacion-da-cidade-ourense-audios-mp3_rf_1649272_1.html
- Gonzalez Rodriguez, A: Diccionario etimológico de la toponimia mayor de Cantabria, Ed. Estvdio, 1999. Santander. pp. 21, 39, 280.
- Gonzalez Vazquez, A e Hierro Gárate, J.A: Contribución al estudio de la toponimia antigua de Cantábría: Valobriga-Valoria (Udias). Revista de Arqueologia “Nivel Cero”. Ed. Universidad de Cantábría. Nº 8. Santander. 2000. pp.: 59-69
- Green, Miranda: Dictionary of Celtic Myth and Legend. Thames and Hudson. Nova Iorque. 1992
- Gregório de Tours: De Miraculis Sancti Martini Episcopi. Libri quatuor. In *Historia Francorum*. 572
- Hübner, Emil: CIL (Corpus Inscriptionum Latinarum). II e Supplementum. Berlin 1869 e 1892
- Hydatius: Chronicon. (*Olymp. CCCX.IV*) <http://www.thelatinlibrary.com/hydatius.html>
<http://www.thelatinlibrary.com/hydatiuschronicon.html>
- Iglesias, Hector: Sur l'origine présumée du fractionnement dialectal de la langue basque. Revista Arse nº 45. 2011. pp.: 65-95
- Iohannes Biclarensis: Chronicon: 2.8,1-2 <http://remacle.org/bloodwolf/iberiques/biclar/chronique.htm> http://la.wikisource.org/wiki/Chronicon_%28Iohannes_Biclarensis%29
- Isidorus Hispalensis. “Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum”. Incipit Historia paragrafo 49
http://la.wikisource.org/wiki/Historia_de_regibus_Gothorum_Vandalorum_et_Suevorum
- Lopez Cuevillas, Florentino: La Civilización Céltica en Galicia. Colegio Universitario. Ediciones Istmo. Madrid. 1988. pp.. 66
- Macias y Garcia, Marcelo: Aportaciones a la Historia de Galicia. Ed. Ibero-americana de publicaciones. S.A. Bibliotecas de Estudios gallegos. Dirigida por Alvaro de las Casas. Madrid. 1929? pp.: 147
- Martinez Murguía, Manuel: Historia de Galicia. Tomo III. Ed. Soto Freire. Lugo. 1865. pp.: 111
- Martins Estêvez, H: As tribos Calaicas. Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos. Edições da Galiza. 2008. pp.: 236-237
- Nunes, Luís / Ludovici Nonii Medici: Hispania sive popularum, urbium, insularum, ac fluminum in ea accuratior descriptio. Antuerpiae ex officina Hieronymi Verdufsl. 1607. pp.: 166. (Texto em Shott Hispania Illustrata IIII): https://play.google.com/books/reader?id=6sMWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_PT&pg=GBS.PA166
- Otero Pedrayo, Ramón: Guia de Galicia. Ed. Galaxia. Cuarta edición de 1965. Vigo. pp.: 347
- Pena Graña, A: Nota sobre la organización institucional celta en los territorios políticos autónomos (Treas) de la antigua Gallaecia. In Os Celtas da Europa Atlântica. Atas do Iº Congreso galego sobre a Cultura Celta celebrado em Ferro em 1997. Edita: Concello de Ferrol. Ferrol. 1999. pp.: 114-115 e 142-144.
- Plinio: Historia Naturalis. Liber IV. 112 http://la.wikisource.org/wiki/Naturalis_Historia/Liber_IV
- Pomponio Mela: De Chorografia. Liber Tertius 9 <http://www.thelatinlibrary.com/pomponius3.html>
- Prada Llorente, Esther Isabel: Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales, XXXVII nº 144. 2005.
- Quiroga L. Jorge e R. Lovelle, Mónica: El problema del “Limes” de época visigoda en Galicia: nuevas consideraciones a partir de una relectura de las fuentes escritas y arqueológicas. Revista

- Guimarães. Guimarães. Órgão da Sociedade Martins Sarmiento. Nº 104. 1994, pp. 83-107.
- Reboreda Morillo, Susana: História de Ourense. Historia Antiga. In VV AA. História de Ourense. Ed. Via Láctea. 1996. pp.. 113
 - Rivas Quintas, Elixio: A orixe de Ourense nunha escritura de Celanova. Revista Porta da Aira: Revista de Historia del arte ourensano. Nº 12. Ourense. 2008.
 - Rivas Quintas, Eligio: Diocese de Ourense. Revista Diversarum Rerum. Revista de los archivos catedralicios diocesanos de Ourense. Nº 7. 2012
 - Rodríguez Colmenero, A; Galicia meridional romana. Universidad de Deusto. 1977. Bilbao. pp.: 103-104.
 - Rodríguez Colmenero, A: Sobre los pueblos prerromanos del sur de Galicia. Boletim Auriense. Tomo 2. Ourense. 1972. pp.: 193-240
 - Rodríguez Colmenero, A : Nota encol da Avóbriga dos Gróvios (Plin., IV, 112). Revista Gallaecia. 1990. nº 12. pp.: 365-367
 - Somoza Medina, Xosé: Historia de Ourense. Ed. Duen de Bux. Ourense. 2010. pp.: 30 e 31
 - Torres, Casimiro: Galicia Sueva. Fundación “Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa”. Galicia Histórica. Preparada por el Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos. 1977. La Coruña. pp.: 247-248
 - Torres Lopez, Manuel: Las invasiones y Reinos Germánicos en España (años 409-711). In “Historia de España” dirigida por Menéndez Pidal. Tomo III. Ed. Espasa Calpe. Madrid. 1962. pp.: 101
 - Tranoy, A. La Galice Romaine. Recherches sur le nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité. Publications du Centre Pierre Paris. Diffusion De Boccard. Paris. 1981. pp. 63
 - Valente, José Ángel: Diário Anónimo (1959-2000). Galaxia Gutenberg. Círculo de Lectores. Ediciones de Andrés Sanchez Robayna. Barcelona. 2011. pp.: 188
 - Vita Sancti Aemiliani, XXVI. São Bráulio de Saragoça
 - VV.AA (Direção: Balil Illana, A; Pereira Menaut, G.; Sanchez-Palencia Ramos, F-Javier): Tabula Imperii Romani. Unión Académica Internacional. CSIC, Ministerio de Cultura, Instituto Geográfico Nacional. Hoja K-29: Porto. Madrid. 1991. pp.: 30

13. JOSÉ ROSA, UBI



JOSÉ MARIA SILVA ROSA:

TEMA 2.4. «'Estar em Diáspora': um modo de ser português. José Maria Silva Rosa, Universidade da Beira Interior

Interior

RESUMO

Afirma o Pe. António Vieira, nos *Escritos sobre os Judeus* (cf. Yosef Ayim Yerushalmi, «*Les dernières Marranes: le temps, la peur, la mémoire*», in *Marranes*, Paris, Éditions de la Différence, 1992, pp. 17-44, um dos maiores conhecedores do marranismo peninsular e da ‘dispersão’ judaica) que, mercê da Diáspora dos judeus e das Descobertas, intimamente ligadas, a língua portuguesa se tornara, no séc. XVII, a «língua franca» dos negócios em todas as praças do mundo. E conclui: «*os portugueses e os judeus já são sinónimos*». Para os defensores coevos ‘*del sangre limpio*’ esta constatação era intolerável, recrudescendo a perseguição também contra o diaspórico Jesuíta. Mas Vieira sabia, de um saber de experiência feito, aquilo de que falava.

É com toda a razão que Pessoa o exalta como «Imperador da Língua Portuguesa». Na senda de outros «crisóstomos», v. g., Santo Agostinho, o Pe. António Vieira dedicou toda a sua vida à palavra dita e escrita. Nele, a língua portuguesa é como uma seara acariciada pelo vento. Vieira sabia muito bem, e nós hoje por outras razões também o sabemos, que um Império é uma Língua. E sem a «*língua geral*» de 1757 é certo que o «Brasil» nunca teria existido.

Defendemos, pois, que tanto na cartografia como na língua, ‘ser’ português é ‘estar’ em Diáspora. Em grego, «*diáspora*» significa «dispersão», também no sentido da prodigalidade do semeador que lança sementes à terra e ao vento para colher com abundância («speirô», «diaspeirô», «spôros», semear, disseminar, campo semeado), como aqueloutro judeu dissera: «se o grão de trigo não morrer não poderá dar fruto». Sejam, pois, também os nossos *logoi spermatikoi* sementes nómadas que germinarão a seu tempo, já que de pasto em pasto vamos todos a caminho de uma terra que nunca vimos.

A língua de um povo é o reservatório mais fundo e confiável das suas experiências e da sua fisionomia espiritual. Nela tudo fica depositado. Glórias e escórias, vitórias e derrotas, *gesta* e cicatrizes, virtudes e vícios, defeitos e feitios, humor e preconceitos, sonhos e traumas... tudo lá está inscrito! Mas não é só o *espaço da experiência* passada que nela se abriga e fica sedimentada, às vezes de modo quase intraduzível, mas também aí se projetam o *horizonte de expectativas* dos mundos que a habitam; nela se desvelam despontam sentidos possíveis para o porvir. A palavra, oral ou escrita, mas também os seus interstícios, silêncios e espaços em branco, é quiasma onde se enlaçam as modulações mais íntimas da alma de um povo: o interior e o exterior, as entranhas e a pele, alma e corpo, *sêma* e *sôma*. Assim, volve-se ela menos o veículo de comunicação de conteúdos ou transmissão de informações, que espaço de revelação e de criação, a «casa do ser» que mantém o mundo aberto, *in statu nascendi*. Não fora assim, e o peso do passado esmagar-nos-ia, calar-nos-ia instantaneamente. Bruce Chatwin, numa obra a vários títulos notável, *O Canto Nómada*, sobre os trilhos e a música dos aborígenes australianos que, cantando, geraram uma geografia sagrada por todo o Continente, nota que para continuar a existir no presente e no futuro o mundo dos aborígenes tem de continuar a ser cantado. Mas quem ainda o poderá cantar?

Mais antiga que cada um de nós, a língua é por isso também sempre mais jovem e mais inteligente que nós, gosta de dizer P. Ricoeur. E no mesmo sentido escreve E. Lourenço: «Não pode dizer-se de língua alguma que ela é uma invenção do povo que a fala. O contrário seria mais exato. É ela que o inventa. A língua portuguesa é menos a língua que os Portugueses falam do que a voz que fala os Portugueses.» E não são poucos os que, juntamente com o autor de *Imagem e Miragem da Lusofonia*, perfilham tal *ontologia criativa* da língua portuguesa⁹².

Há alguns meses, no dia 25 de setembro de 2014, no Anfiteatro das Sessões Solenes da Universidade da Beira Interior, participámos ativamente num acontecimento ímpar e transcendente da Cultura Portuguesa contemporânea: o lançamento os últimos 3 volumes das *Obras Completas do imperador da língua portuguesa*, o Pe. António Vieira (de um total de 30 volumes). Há trezentos anos que este momento era desejado e aguardado. O jesuíta de setecentos que, por entre sermões, visões, profecias, histórias do futuro, exegese bíblica mais ou menos ortodoxa, apologias da liberdade para judeus, negros e índios e perseguições da Inquisição, cruzou o Oceano Atlântico sete vezes, pode ser para nós hoje, na crítica circunstância da nova emigração, o paradoxal símbolo de um Portugal teimosamente viável a partir do horizonte mais improvável: a diáspora, a dispersão e a itinerância. *Pelo sonho é que vamos* poetava Sebastião da Gama. E António Gedeão não dizia coisa diferente no *Poema do Homem Nascido*. Perdido o Império, reduzidos finalmente ao nosso quadradinho natal à beira-mar plantado, voltamos a sonhar grandezas em torno da uma Lusofonia unificadora, *topos* onde ainda temos de inscrever, talvez, a iniciativa de um acordo ortográfico. Se as línguas são seres vivos que naturalmente se diferenciam, concretizam e universalizam no uso que delas fazem os seus falantes, não persistirá ainda nesta teimosia, mais portuguesa que lusófona, algo dos velhos mitos imperiais do Atlântico Sul, qual tentativa de voltar a rescrever ou «rever os mares?»⁹³

⁹² V.g., Teixeira de Pascoaes, *A Arte de Ser Português*; António Quadros, *O Espírito da Cultura Portuguesa*; intraduzibilidade...

⁹³ Não afirmava Vergílio que «da minha língua vê-se o mar?»

Afirma Eduardo Lourenço, a outro propósito, que se um dos nossos traços culturais mais marcantes, o *irrealismo*, amiúde nos faz esquecer o presente, já o *idealismo* teve sempre o condão de nos dar esperança e de nos agigantar para além do que temos e somos, num benéfico *efeito de Pigmaleão* cujas expetativas, se temos fé (mesmo sem Império), tendem a cumprir-se, como na *Mensagem* de F. Pessoa: «*Aqui ao leme sou mais do que eu: / Sou um Povo que quer o mar que é teu.*»⁹⁴

É certo que existem outros traços negativos neste quixotismo mareante — *mais parecer que ser*; a ostentação dos mármoreos importados de Itália; a bazófia lusitana, etc. —, mas queremos sublinhar aqui sobretudo o lado positivo. Voltemos, pois, ao nosso Vieira *redivivus* e ao sonhado *império da língua portuguesa*. Acompanhámos e acarinhámos de perto o Projeto Vieira, durante alguns anos, os seus momentos altos e menos altos, na Universidade Católica Portuguesa, na sequência do Congresso Internacional que celebrou os 300 anos da sua morte, em 1997. Daí surgiu o impulso tanto para a edição crítica dos *Sermões* como para a edição das obras completas. O Professor Manuel Barbosa da Costa Freitas, OFM, de grata memória, a isso dedicou alguns dos seus melhores esforços. E houve então sementeiras fecundas, com o Professor Aníbal Pinto de Castro, *alma mater* do projeto, que viria a falecer em 2010. Trazemos o exemplo à memória porque, para nós, ele ilustra uma empresa também feitas de diáspora, sublimações e desânimos. Finalmente, após complexa *translatio studiorum*, mercê do denodo de alguns e do trabalho de muitos, cumpriu-se o sonho de trezentos anos. Começámos assim a virar mais uma página deste Portugal - livro que Eça de Queirós chamava *enigma ativo*, Fernando Pessoa *enigma objetivo*, e Francisco Cunha Leão simplesmente *o enigma português*.

* * *

Esta nótula introdutória sobre a tradução e edição do *opus* do Pe. António Vieira tem do condão de nos colocar de imediato no coração do nosso tema: *Língua Portuguesa, Lusofonia e Diásporas*. Há uma passagem nos seus escritos sobre os judeus — *apud* um dos maiores estudiosos e conhecedores do marranismo peninsular e da diáspora judaica em Portugal, Yosef Ayim Yerushalmi⁹⁵ — na qual o Pe. António Vieira afirma que, mercê da sobreposição entre a diáspora dos judeus e as descobertas lusitanas, a língua portuguesa se tornara, no séc. XVII, a língua franca dos negócios em todas as praças do mundo. E conclui, afirmando: «*os portugueses e os judeus já são sinónimos*».

Para os defensores coevos da teoria *del sangre limpio* esta constatação era intolerável; fazia-os a ranger os dentes e recrudescer as perseguições também contra o desassombrado jesuíta. Com efeito, para o Pe. António Vieira, esta fusão de destinos por via da mestiçagem linguística levava-o a questionar a presença em Portugal, não da nação mosaica, mas antes da mesma Inquisição e do Tribunal do Santo Ofício, pleiteando pela integração dos judeus no reino como cidadãos de pleno direito e pela abolição da ominosa distinção cristãos-velhos e cristãos-novos. O povo eleito e o este novo povo eleito, seu herdeiro, tinham-se unido historicamente em uma gesta *langagièr* maior que eles: uma *ontologia da linguagem* associada ao lídimo esperanto, o português — qual hebraico dos judeus que já não sabem hebraico, exceto rezar a *Adonai* —, e os três, afinal, providencialmente ligados, no visionarismo de Vieira, à construção do Quinto Império e à consumação do Reino de Deus sobre a Terra.

Se tal efusão mística da língua pode parecer hoje excessiva, vejam-se os já referidos entusiasmos em torno da Lusofonia e da LusoSofia. Para Vieira, porém, tal era uma evidência: a alma do Império era a língua portuguesa na sua diáspora, cuja mística união com a fé, Camões repartira pelo mundo⁹⁶. E a existência de um país de sonho chamado Brasil — cuja razão maior decorreria da existência de uma língua comum — continua aí a demonstrar que o sonho Vieira, ainda que traído, não deixava de ter alguma razão, mesmo sem Quinto Império e sem Espírito Santo. Com efeito, sem a *língua geral* de 1757, que rapidamente se tornaria no «português sem gravata» (de Vinicius de Moraes), o Brasil não teria simplesmente subsistido. E a *diáspora* do português continuou além-mar, pelas sete partidas do mundo, no ladino, no crioulo, no indo-português, no malaio, etc., pelas costas de África e do Oriente. E continua hoje indomável, transgressora, declinando-se em mil matizes feitos de sons e sabores (v.g., em

⁹⁴ F. Pessoa, *Mensagem*, IIª Parte, V, *Mar Português*, “Mostrengo”; (cf. *Lusíadas*, Canto V, estrofes 37-60).

⁹⁵ Yosef Ayim Yerushalmi, “Les dernières Marranes : le temps, la peur, la mémoire”, in *Marranes*, Paris, Éditions de la Différence, 1992, pp.17-44; Josef Hayim Yerushalmi, *From Spanish Court to Italian Ghetto. Isaac Cardoso: A Study in Seventeenth-Century Marranism and Jewish Apologetics*, New York/London, Columbia University Press, 1971.

⁹⁶ Aníbal Pinto de Castro, *Camões, poeta pelo mundo em pedaços repartido*, Lisboa, Instituto Camões, 2003.

Mia Couto), porque uma língua é um ser vivo que respira, vive e sobrevive no seu uso, sempre em processo de diferenciação e de mestiçagem, hoje acelerada pela Net, apesar de todos os acordos ortográficos.

Mas para que Vieira não fique só neste enaltecimento da língua portuguesa em processo de tradução, recordo também um judeu exilado filho das Beiras, Fernando / Isaac Cardoso⁹⁷, nascido em Celorico ou em Trancoso, em 1603, o qual, na sua obra magna, editada em Veneza, em 1683, a propósito do chá de *erva mimosa* que os Portugueses trouxeram do Oriente, afirma: «...*apud Lusitanos, quod nomen illa linguae tantum proprium mollem & delicatam sonat.*» Isto é, «[chama-se *erva mimosa*] entre os lusitanos, cujo nome naquela língua soa de forma tão doce e tão delicada.»⁹⁸ Tal passagem tocou-me profundamente quando a li pela primeira vez: eis um ancião judeu de quase 80 anos, nosso conterrâneo, que, criança ainda, com 3 ou 4 anos, teve de fugir com a família para Espanha (Medina del Rio Seco), tendo depois estudado Medicina em Salamanca. Tendo-se tornado num médico famoso, chega a *Physico-mor* do Rei Filipe IV, em 1640. Oito anos depois, em 1648, após os tristemente célebres episódios de *La Calle de las infantas*, soube que teria de fugir de novo, agora da corte espanhola e de uma Península cada vez mais iluminada de fogueiras e autos-da-fé, e vai para o *gueto* judaico de Veneza e, mais tarde, para Verona. Conseguiu levar consigo a sua biblioteca pessoal. E ei-lo finalmente, octogenário em Verona, revisitando os sabores e odores dessa mátria madrastra, Portugal, e os lugares linguísticos da sua infância, encontrando aí, no mais fundo da memória, um «português doce e afável», o nome encantador da *erva mimosa*.

* * *

Há um livro no nosso panorama literário contemporâneo que deveria ser leitura obrigatória para todos os nossos alunos do ensino secundário. Refiro-me a *O Labirinto da Saudade* de Eduardo Lourenço (1978). É também com ela⁹⁹ que vou revisitar esta ideia geral que propus de «*Estar* em Diáspora, um modo de *ser* português». Procuro nesta diferença entre ‘*ser*’ e ‘*estar*’, captar o eco pessoano do *drama em gente* — que é também um *drama ingente* ou não fosse F. Pessoa, afinal, muitas *personae*-máscaras —, heteronímia cujo fundo gnóstico e cabalístico nos diz que, para sermos, temos de nos semear, dispersar e experienciar de todas as maneiras, incorporar novos sotaques, novas semânticas e até sintaxes porque a experiência *langagière* é incoercível. Assim, viso também colher a diferença entre *ser* e *estar* na língua portuguesa como horizonte de desejável pluralização e não de conformação a regras. «Obedeça à gramática quem não sabe pensar», desafia-nos o *Livro do Desassossego*. Os Poemas de Álvaro de Campos e de Ricardo Reis a este propósito são também conhecidos. Recordo-os ainda assim. «*Há entre quem sou e estou / Uma diferença de verbo / Que corresponde à realidade.*» (Álvaro de Campos, “*Não: devagar*”); «*Vivem em nós inúmeros (...)* / *Tenho mais almas que uma / Há mais eus que eu mesmo.*» (Ricardo Reis) «*O que é preciso é cada um multiplicar-se pr’a si próprio.*» (F. Pessoa)¹⁰⁰

Tem havido muitas e fecundas interpretações desta distância entre os verbos ‘*ser*’ e ‘*estar*’¹⁰¹. A distinção como tal já existe em latim — *esse* e *stare*: *sto, stas, stare, steti, statum* — para diferenciar o *ser* / *esse* como forma essencial ou disposição permanente, do *estar* / *stare* como um modo pontual e diferenciador de algo aparecer e se mostrar (*se levantar*): *estar de pé, ereto, firme*, etc. Este esquema da relação entre um princípio permanente e um princípio de atualização temporal daquele encontra eco profundo na História da Filosofia. Vejo nele o modo como a nossa língua acolhe o problema filosófico por excelência: do Uno (*ser*) e do Múltiplo (*estar*) tal como o pensamento pré-socrático o pensou, de modo especial Parménides de Élia, na diferença ontológica fundamental entre a unidade do *Ser* e a pluralidade dos entes. Outrossim, pode ser lido mediante a teoria platónica que relaciona *Ideia* e *coisas* / *cópias*, ou até, embora com paradoxos, pelas noções de aristotélicas de *potência* (*ser*) e *ato* (*estar*). A diferença, acolhida depois pelos Padres da Igreja, foi exemplarmente aplicada, por Santo Agostinho, à distinção

⁹⁷ Mas podemos multiplicar as referências: Gomes Lisboa, Leão Hebreu, Abraão Cardoso, Amato Lusitano, Elias e Filipe Montalto, Rodrigo e Gabriel da Fonseca, Uriel da Costa, Estêvão Rodrigues de Castro, Ezequiel de Castro, Oróbio de Castro, Manoel Gomes, Rodrigues Mendes da Silva, Tomás Pinedo, Miguel da Silveira, António Ribeiro Sanches...

⁹⁸ *Philosophia Libera V*, q.7, “De Mirabilibus Plantarum”, p. 279.

⁹⁹ Mas importa dizer que tal leitura foi informada, matizada e contrapontuada com a leitura de outro texto, muito sugestivo, de Onésimo Teotónio de Almeida, «A propósito de lusofonia (à falta de outro termo): o que a língua não é», artigo publicado no dia 07-05-2008, no Blogue «Saber Tropical», do IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical (cons. 3 de Março de 2015).

¹⁰⁰ Richard Zenith (ed. lit.), «Aforismos e afins» de Fernando Pessoa. Lisboa, Assírio e Alvim, 2003, p. 15 (p. 21r, no caderno manuscrito).

¹⁰¹ Maria Irene Ramalho de Sousa Santos, António. Sousa Ribeiro, (Orgs. Lit.). Entre *ser* e *estar*. *Raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.

entre a *criação do homem à imagem (ad imaginem: ser, essência permanente)* e a *criação à semelhança (ad similitudinem: atualização, diferenciação, variação no tempo)*. Todas estas leituras poéticas, filosóficas e teológicas são ricas e cremos que pertinentes. Mas para o nosso propósito aqui é a noção de «diáspora» que deve servir de operador de relação entre 'ser' e 'estar'. Aliás, acabou de vir a lume uma obra, editada pela Universidade de Aveiro e pela Biblioteca Pública Municipal do Porto, cujo título é oportuno e significativo: *Humanismo, Diáspora e Ciência, séculos XVI e XVII*¹⁰².

O que significa, pois, «diáspora»? O sentido mais comum, normalmente negativo, muitas vezes aplicado à história do povo judeu, é o de *dispersão de Israel entre as nações*, a começar pelo Exílio para a Babilónia (em 597 a.C.), condição de *judeu errante* nunca mais abandonada, especialmente desde que os romanos destruíram o Templo (70 d.C., Tito) e interditarão Jerusalém aos judeus, em 135 (sob Adriano, que a rebatiza a Cidade Santa de Aélia Capitolina). De certo modo, porém, à luz vetero-testamentária poderíamos regredir ao próprio chamamento de Abraão, nos confins da Caldeia, para deixar a sua terra e ir para uma outra, desconhecida — embora aí o contexto seja pastoril e não agrícola.

Seja como for, após o Exílio, obrigados a fugir, dispersos e *semeados* por toda a bacia mediterrânica, os judeus começaram a interrogar-se sobre a sua condição desgarrada e o seu destino. Se a *haggadah* bíblica e talmúdica era consolo para muitos, já algumas das suas correntes esotéricas e gnósticas começaram a defender a ideia de que, em razão da Aliança do povo com Yahweh, Israel repetia à sua escala, na história e no tempo, o mesmo drama da eterna cisão no seio do próprio Deus (entre ser e Deus). Neste sentido, *diaspórica* era em primeiro lugar a própria condição divina, um Deus que tem de sair de si, para se conhecer, tem de criar, já que até aí era ignorante de si e do seu ser. Tal ideia aparecerá em inúmeros sistemas gnósticos e filosóficos antigos e modernos (idealismo alemão), alguns ainda bem presentes na critpognose que percorre subterraneamente o pensamento português (v.g., em *A Ideia de Deus*, de Sampaio Bruno; ou no *Regresso ao Paraíso*, de Teixeira de Pascoaes, etc.).

É aquela conceção que se encontra no Zohar, *O Livro do Esplendor*, escrito na Península Ibérica, no séc. XII, pela pena do cabalista judeu Moisés de Léon (Moshes ben Shem-Tov), visionando no seio do Absoluto um princípio de exílio e processão. Traduzindo essa condição desgarrada e sem poiso, mas agora em relação a Israel, já dois séculos antes Yehudah Halevi de Navarra (1075 - m. 1141) se interrogava, perplexo: «*No Oriente ou no Ocidente, onde teremos nós uma terra de esperança onde estar em segurança?*». A esta perplexidade e desgarramento exterior e interior tentaram responder Moisés Maimónides, no *Guia dos Perplexos*, em 1191, mais tarde Isaac Abravanel, n' *A Torre da Salvação* (tríptico: *As Fontes da Salvação*, 1496; *A Salvação do seu Ungido*, 1497; *Anunciador da Salvação*, 1498), Samuel Usque, na *Consolação às Tribos de Israel*, em 1553 (Ferrara, Itália) e, de algum modo, todo o pensamento judaico moderno procurou orientar-se na Dispersão, a começar pelo filho de portugueses, Baruch Espinosa e a sua doutrina de «*Deus sive natura sive substantia*» (*Ethica*, I, xi).

Num sentido mais amplo, porém, e sem referência exclusiva à condição judaica, *diáspora* traduz também a consciência, bem presente no pensamento contemporâneo, de errância, itinerância ou trauma da existência humana, sempre insegura do que adquiriu, consciente da sua situação radicalmente histórica e efémera. Desapareceu o reino da substância e só existem processos, miscigenação, mestiçagem... O ser humano é visto assim como *homo viator*, nómada em transumância cultural e espiritual, a caminho de uma terra que nunca viu nem sabe se existe, pelo que não pode chamar 'seu' a nenhum solo que pisa.

E é precisamente aqui, declinando positivamente um certo sentido de diáspora, que queremos fazer uma inflexão com intenção de a aplicar ao modo de *estar* português. Se auscultarmos o grego¹⁰³, *diasporá* significa de facto *dispersão*, mas também no sentido de alguém que *semeia, dissemina* ou *espalha (diaspeirô)* com a prodigalidade de um semeador mãos-largas. Este verbo, *speirô*, significa literalmente *semear, lançar* à terra o grão de trigo, o qual, disse outro judeu, «*se não morrer não poderá dar fruto*» (Jo 12, 24). Em sentido figurado, *speirô* indica todo o ato de difundir, espalhar, falar, lançar as novas ao vento; *spóros* significa pois *sementeira, semeadura*,

¹⁰² *Humanismo, Diáspora e Ciência, séculos XVI e XVII. Estudos, Catálogo, Exposição*, Universidade de Aveiro, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 2013.

¹⁰³ A. Bailly, L. Séchan et P. Chantraine, *Dictionnaire grec-français*, Hachette, Paris, 1993, p. 208.

campo semeado; e de *speirô* decorrem igualmente, através de diversas composições, as noções de *semente*, *esperma*, *gravidez* (*spermatizomai*: *transportar sementes*, *ficar grávida*, *estar de esperanças...*), *geração*, *origem*, *raça*, *descendência*, ..., ideias que encontramos no relato da promessa feita a Abraão e na esperança de uma descendência tão numerosa como as estrelas do céu e as areias das praias do mar (*Gn 12*).

Nesse sentido profundo, *estar em diáspora* diz também o lugar da esperança, aquelas orientações matriciais de uma forma de *estar* sempre dúplice e inquieta no seu pequeno torrão natal, que o português herdaria assim do seu lado judeu — ou talvez melhor: naquilo em que o judeu, convertido e batizado em pé, em 1497, teve de se tornar à força. Assim o judeu-português, qual Abraão pessoano *multiplicado* por mil, olha as areias das suas praias, contempla as estrelas do seu céu, e espera, e sonha com um futuro a construir, com um *Jardim de delícias*, algures no outro lado do mundo, onde ainda nunca pôs os pés, e que, paradoxalmente, os antigos diziam estar precisamente aqui, no *Jardim das Hespérides* à beira-mar plantado, nesta faixa atlântica que, não sem razão, ele não é capaz de reconhecer como tal.

«*Estar em diáspora como o modo de ser português*» significa, pois, que nunca podemos estar onde estamos: já virados em memória, lá para o princípio, para os primórdios, como um Camões esfaimado a cantar coisas belas e heroicas de um Oriente em que nunca verdadeiramente habitámos, e no qual nunca passámos de *porteiros*; já todos voltados para um futuro brumoso ou radioso, para um Império que um dia haveremos de construir algures. Mas sempre ausentes de si próprios *hic et nunc*, descentrados do presente e os momentos fundamentais em que seria preciso construir a História¹⁰⁴.

Eduardo Lourenço reconhece um dos fulcros deste movimento pendular, irrealista e sonhador, precisamente na obra do Pe. António Vieira, mediante a conceção Providencial de História, como se este novo povo eleito também tivesse vindo a ser conduzido desde o princípio pela *mão de Deus*. Com efeito, na génese da nossa nacionalidade parece ter estado o impossível e o incrível. Em esforço e em luta com a frente moura e com as costas castelhanas, foi pela guerra sancionada por Deus que se foi dilatando e crescendo o *pequeno corpo* da nação. D. Afonso Henriques sabia bem que era preciso dar corpo à mão que lutava. O Portugal quinhentista e seiscentista, perplexo com o mar, olha para trás, para terra, e só vê maravilhoso: vê-se como que nascido de um prodígio providencial. Mas é certo e sabido que o Milagre de Ourique fora forjado pelos monges de Alcobaça¹⁰⁵, precisamente num momento de crise de identidade, quando essa memória das origens precisava de maior brilho e reconhecimento face ao que se adivinhava pela frente.

Apesar de Terra de Santa Maria, e de Nossa Senhora ser um dos *topoi* mais persistentes da espiritualidade portuguesa¹⁰⁶, os nossos sonhos de grandeza nunca se conformaram nem conformam com a pobreza e a pequenez de um qualquer mariológico *resto de Israel (anawim)*. Portugal é um caso típico do que C. Castoriadis chamaria «ascensão da insignificância». Por isso galgámos Gibraltar e continuámos a lutar e a conquistar. Provámos o sabor seco da areia, o pó do deserto e infletimos para o mar. Era tempo levantar ferro e mudar de rumo: *outrámo-nos* então pelo Atlântico a baixo. Depois veio o Índico, Malaca, o Japão, o Pacífico... viajar, «*multiplicar-se para ser si próprio*» ou «*ser tudo de todas as maneiras*» era uma tentativa e um quase-destino: «*Aqui ao leme sou mais do que eu*», grita Gama ao Mostrengo.

E nesse cume de glória em que sulcávamos as vagas e *semeávamos* os mares de caravelas e de naus, em que nos dispersávamos em especiarias, madeiras e pedras preciosas que apenas transportávamos do Oriente e do Brasil para a Europa, quase esquecemos paradoxalmente a nossa consciência de *estar em diáspora*, tão naturalmente a alteração e a alteridade são conaturais à nossa identidade. Por isso as saídas e os retornos, as viagens da *Epopéia Trágico-Marítima* e os vinhos de torna-viagem são como que as figuras por excelência da nossa própria consciência coletiva. E «mesmo na hora solar da nossa afirmação histórica [as Descobertas], essa grandeza era, concretamente, uma *ficção*. Nós éramos grandes, dessa grandeza que os outros percebem de fora e por isso integra ou representa a mais vasta consciência da aventura humana, mas éramos grandes de *longe*, fora de nós, no Oriente de sonho ou

¹⁰⁴ Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p. 47.69.

¹⁰⁵ Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p.25.

¹⁰⁶ Cf. Manuel Clemente, *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008, pp. 35 e ss.

num Ocidente impensado ainda. (...) à hora exata da nossa glória excessiva, o espanhol, enfim unido [em 1580], começava a levantar a sua sombra...»¹⁰⁷ E assim, dois séculos volvidos, a ampulheta dos areais de Alcácer-Quibir vira-se de novo contra nós.

Tínhamos, claro, a glória de *Os Lusíadas* ali à mão, mas como uma espécie de canto de cisne, «*lençol para os nossos heróis [deuses] mortos*», antes da noite do muito consentido e até desejado jugo espanhol. Este cingel mostra-nos outra vez a nossa *diáspora na diáspora*: um povo aparentemente inviável, destinado à subalternidade, à *kenôsis*... É contra este *trauma* do presente seiscentista e setecentista que se levanta a voz sebastianista desde as altas serranias beirãs: tal “ciclo de sebastianismo ativo (...) representou ao mesmo tempo, o *máximo de existência irrealista* que nos foi dado viver, e o *máximo de coincidência com o nosso ser profundo*, pois esse sebastianismo representa a consciência delirada de uma fraqueza nacional, de uma carência, e *essa carência é real*.»¹⁰⁸ Eis aí mesmo, na cruz desse presente, um Vieira virulento, que irrompe inconformado, já exaltando a memória de «*termos sido*» já visionando obcecado um futuro utópico a construir e no qual também o Brasil teria papel determinante. De um modo ou de outro, já no passado já no futuro, no Oriente, em África ou no Brasil, eis-nos sempre fora de nós, em *diáspora na diáspora*, cindidos, despedaçados no mais íntimo do nosso ser, tentando exorcizar e espantar a íntima sensação de aflição e de fragilidade que nos assola.

Reitera ainda E. Lourenço: «*Descontente com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começámos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado. (...) É difícil conceber que a confusão entre o real e o sonho possa ir mais longe do que o foi na cabeça do António Vieira das alegações diante do Santo Ofício, mistura única de lucidez delirante e delírio divino.*»¹⁰⁹ Também L. Coimbra num magnífico ensaio *Sobre a Saudade* — e porque o *Saudosismo* de T. Pascoaes foi, sem dúvida, num séc. XIX fascinado pela Europa do 202 *des Champs-Elysées* e humilhado pelo *Ultimato* inglês, em 1891, um outro movimento de diáspora para uma *Pátria metafísica* arrancada da *Noite antiquíssima* e das entranhas do Marão¹¹⁰ — notava que esse sentimento bífido da alma lusa nos levava sempre para «*as velas das nossas naus, para a Índia ao longe; [mas mal] as tormentas vencidas e [logo] a nostalgia de Portugal ensombrando as paisagens da Índia conquistada: movimento pendular de coração lusíada entre a Pátria e todas aquelas Índias que se atingem e aquela Índia de miragem, que não é nenhuma destas e sempre se procura e deseja quando estas se nos deparam, incessante movimento do coração do homem, entre as terras e os céus visíveis e um céu e uma terra que apenas se pressentem no mistério polarizado de toda a nossa alma.*»¹¹¹

Sempre em diáspora, *ignaros e decadentes* (como denuncia Antero e toda a Geração de 70), já sem o ouro do Brasil, incrédulos e traumatizados pela traição do nosso mais antigo aliado, livrámo-nos de uma Monarquia que se envergonhava da sua grei, do povo («*essa piolheira!*» de D. Carlos, embora não se saiba ao certo se alguma vez ele fez seu um epíteto que já vinha de trás), e tentámos uma República *Pátria*. Mas não nos sentimos bem em casa: virámos logo de novo para África, imperialistas sem jeito, *orgulhosamente sós*, nacionalistas mais ou menos despeitados, de costas para a Europa, mão dada com um providencial Anjo de Portugal que não protegeu as comunidades judaicas da perseguição de Salazar, em 1937 (Artur Carlos de Barros Basto que o diga). O séc. XX, de facto, dobra-nos as voltas: esfomeados cá dentro, entre urzes, giestas e torgas ou entre a ruralidade grotesca dos três P's de José Cardoso Pires (alfacinha de adoção, incapaz de compreender e perdoar a sua terra natal), cada vez menos colonizadores e cada vez mais emigrantes, partimos *a vapor, a salto* ou com uma *mala de cartão* para as Europas, de novo para os Brasis, as Argentinas, as Áfricas. Destas haveríamos de retornar de novo, em 75, já sem império, sonâmbulos, traumatizados (como n'Os *Cus de Judas* de A. Lobo Antunes), ausentes de nós mesmos, incapazes de compreender o que acontecera aos cinco séculos do «*ilustre peito lusitano*». Como uma divindade gnóstica, despedaçámos os nossos corpos numa luta estranha, esgotámo-nos, deixámos por lá muitos dos nossos mortos sem sepultura, e derramámos a nossa matéria miscigenada em todas as raças do mundo. Exultámos com as flores nos canos das espingardas e o advento da democracia, em 74, mas não fizemos a revolução das mentalidades:

¹⁰⁷ Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p. 22.

¹⁰⁸ Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p. 24.

¹⁰⁹ Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p. 25.

¹¹⁰ Cf. Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p.28.

¹¹¹ Leonardo Coimbra, «*Sobre a Saudade*», In: Afonso Botelho, António Braz Teixeira (sel. e orgs.), *Filosofia da Saudade*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1986, p. 176

na primeira oportunidade, voltámo-nos *pedintes* para os subsídios a Europa, os *jipes* e os euros que agora nos cobram com língua de palmo. *Continuámos como provincianos deslumbrados, pobres com uma mentalidade de ricos; e o que era a melhor promessa da «revolução dos cravos, degradou-se em banquetes dos “cravas”»*¹¹².

A Diáspora continua hoje, aqui e agora: tanto por fora, no nosso corpo físico — o desemprego, a emigração e a litoralização crescem — como sobretudo dentro de nós, nesta *incerteza* e *inquietação* camonianas pungentemente atualizadas por António Variações em *Estou além* (1982): «*Esta insatisfação / Não consigo compreender / Sempre esta sensação / Que estou a perder / Tenho pressa de sair / Quero sentir ao chegar / Vontade de partir / P’ra outro lugar.*» Timidamente, as nossas TVs começam a revisitar os traumas da nossa memória mais recente. A par disso, mostra também algum sucesso-*yuppie* de *Portugueses pelo mundo*, do Dubai ao México, de Moscovo a Nova Iorque.

Como se tivéssemos perdido algures o nosso ser e a nossa identidade, e uma deusa amiga, qual Ísis fadista, andasse à pelo mundo procura dos fragmentos deste *Osiris* despedaçado, continuamos a baloiçar entre a resignação quase-borgiana do Romeiro do *Frei Luiz de Sousa*: «*Quem és tu? — Ninguém!*», e a apóstrofe pessoana: «*Ó Portugal, hoje és nevoeiro... É a Hora!*»¹¹³ Mas é a *Hora* de quê? Demasiado tarde para a Fé e o Império, e demasiado cedo para a *lucidez do pensamento* e a *verdade da nossa existência em diáspora*, as questões «*Quem somos? Quem queremos ser?*» retornam mais prementes que nunca, neste momento em que muitos bárbaros do sul e do norte estão outra vez à nossa porta. «*Chegou o tempo de existirmos e de nos vermos tais como somos*», como apostrofa E. Lourenço? Ou será que, definitivamente «*incuráveis, paradoxais geradores ou cogeradores de povos, [demos novos mundos ao mundo], mas [somos hoje] incapazes de construir um telhado duradouro para a nossa própria casa?*»¹¹⁴

* * *

Havia um brilho novo nos olhos de todas as pessoas. Gente forte, gente sadia, gente beirã das lides da casa, do campo e da criação. Concluía-se naquele dia (7 de agosto de 1999), naquela aldeola perdida nos verdes pinheirais da Beira Baixa, o primeiro curso de alfabetização de adultos que, durante dois anos a fio, fielmente, levava à Escola que nunca haviam frequentado quando eram pequenos, e que entretanto encerrara por falta de «canalha», um grupo de pessoas cuja idade da mais nova era 79 anos: puros diamantes brutos, lapidados apenas por mil sóis de quotidiano mourejar e que ali, naquele pequeno vale (Vale das Casas), tinham voltado como que a ser crianças.

Mesmo que nem todos os que frequentaram o curso tenham conseguido realizar o sonho inicial — ler, escrever e contar —, nenhum deles desistiu no percurso. A fidelidade e a persistência que puseram no empenho surpreenderam todos os organizadores. É que ali a promessa, a palavra dada era ainda moeda de troca não desvalorizada. E agora tinha começado a ser também palavra escrita. A Dra. Rosinda, a professora e a alma deste projeto de alfabetização, tinha a voz embargada pela emoção. Não sabia bem, não podia saber nem dizer quem dera mais; quem dera o quê e a quem. Se fora ela, juntamente com outros colaboradores, que semeara caracteres, números, acentos, sinais de pontuação, sinais de somar, de multiplicar, de dividir (“estas têm porras, ó Sr. Zé”), naquelas almas virgens; se fora ela que lhes dera a chave para tornar em som soletrado, articulado, com sentido esses misteriosos carreiros ou regos de letras pretas que se sucediam uns aos outros na terra-papel — ou se tinham sido elas e eles a dar sentido vivo, encarnado ao difícil ofício de professores de adultos. A lição a tirar só podia ser relacional: todos deram e todos receberam. E todos estavam aqui hoje, orgulhosos, com a inteligência em festa, para receberem os merecidos diplomas de alfabetização.

Não vamos entrar em questões de Teologia Sacramental. Mas para mim, que participava na cerimónia como convidado da Tia Maria dos Anjos, parecia-me que a Dra. Rosinda, neste trabalho de lhes ensinar as letras, os números, de lhes pegar na mão calejadas de muitas “diásporas” (enxadas, enxadões, aguadouros, etc.), para ajeitar

¹¹² Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p.148.

¹¹³ Fernando Pessoa, *Mensagem*, Terceira Parte: *O Encoberto*; III. — “Os tempos”; Quinto: *Nevoeiro*.

¹¹⁴ Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, pp. 66.126.

os dedos à caneta; de as ajudar lentamente a juntar as letras, a soletrar, a contar, estava verdadeiramente a prolongar o mistério da Encarnação. Diz o evangelho de João (1, 14) que o «Verbo se fez carne e habitou entre nós.» E que o Verbo que era o Princípio veio aos seus para que eles o recebessem. Há também uma diáspora no íntimo de Deus. Acrescentou mais tarde Ireneu de Lião que «a glória de Deus é que o homem viva» (*Gloria Dei, homo vivens*). É para que o homem tenha vida e vida em abundância que o Espírito sopra onde quer. Como soprava macio e acariciante nas carumas dos pinheiros que nos cercavam na tarde tranquila. E toda a Vida passava por ali, Vida inteira naquele momento (*kairós*); passava por um curso de alfabetização que, na tarde da vida daqueles homens e mulheres tornados crianças, lhes devolvia o que a outros nunca tinha dado, e que a todos tinha roubado: a privacidade nos namoros, na vida familiar (era sempre preciso alguém para ler as cartas e os aerogramas), a possibilidade de contactar com o marido, os filhos, os netos, ausentes desde longos anos, em Lisboa, na estiva, no Ultramar, na guerra, etc.. A subjetividade viva da Humanidade que lhes fora roubado na meninice estava agora a ser-lhes tardiamente devolvida, aos sorvos. Nem todas as diásporas acontecem lá por fora, na estranja. Eis uma diáspora no interior do interior.

Confessava e lamentava a Tia Maria do Anjos, mulher rija de todas as lides e que podia ser duas vezes minha avó: «É tão bom saber ler e escrever! Porque é que só aprendemos tão tarde?» E nem o «mais vale tarde que nunca, Ti Maria dos Anjos!» com a animei, me calou interiormente a revolta surda e inútil, por há ainda tão pouco tempo ser normal e até prescrito que «as raparigas não precisam de ir à Escola»; mas também por ver hoje tantos adolescentes e jovens (e até docentes!) perdulários, sem vontade, displicentes, enfatiados só de ver uma página escrita. «*“Terra branca, semente preta; cinco bois a puxar uma carreta.” O que é? Ora adivinhe lá esta!*» desafiava outra anciã.

Arrepiei-me literalmente de ver aquela gente simples, sã, humilde, direta, rabiscar umas palavras nos seus cadernos e, depois, sentir nelas o divino gozo de as lerem em voz alta, diante de todos: dos professores, dos filhos, dos netos, dos vizinhos, dos amigos. Nos rabiscos simples, naqueles balbucios de letras soletradas por entre uma lágrima que teimava em soltar-se, era toda a vida que vinha à mistura: milho semeado, regado, colhido; batatas, cabras e ovelhas; águas de verão, Pai-Nossos, Ave-Marias, pedras, padres, pinheiros... Enfim, a Vida real no seu todo. Senti que, de algum modo, ali estava Deus, quer o soubéssemos ou não. Sim, ali não podia deixar de estar o Verbo Encarnado, consubstanciado e sacramentado, real como na realíssima fração do pão: «*Verbum caro factum est et habitavit in nobis.*» Esta é celebração (*mysterium*) maior que quase sempre traímos com as nossas vistas curtas e vidas oclusas.

Quase me senti indigno de ter acabado de escrever um livro e alguns artigos, de ter malbaratado tantas palavras em hermenêuticas complexas, quando naqueles arabescos quase ilegíveis para outrem repousava, como que em palhinhas deitado, o Sentido; um sentido que já não esvoaçava apenas em imaginação e sonho, e sons estranhos, mas antes colhido, enlaçado, encarnado nas suas vidas. Um precioso sentido tardio para muitas destas mulheres e homens (eram muito mais aquelas que estes), corria no vale naquela tarde de verão, ritual a que teimo em chamar «Eucaristia» (i.e., «Obrigado!»). Esta celebração fazia-me lembrar, por alguma razão, os silêncios impostos durante anos a T. de Chardin e a sua *Messe sur le Monde*, celebrada sem pão e sem vinho no planalto desértico da Mongólia. Também estas mulheres e homens haviam sido condenados a um silêncio talvez mais opressivo. Mas agora voltavam a ser crianças: «*se não vos tornados como crianças...*»

Nenhuma das polidas palavras de circunstância — exceto as lágrimas da Dra. Rosinda e a leitura hesitante, mas orgulhosa da Tia Maria dos Anjos — estiveram à altura existencial do que ali se passou. Ficaram todas pelo exterior, pelo politicamente correto, louros de alguém que colhe onde não semeou. E o essencial só visível aos olhos do coração, estava também ali, diante de todos, à espera de ser também dito, em conjunto, em unísono com aquelas rugas e sulcos renovados, com aqueles olhos cansados e marejados de novo brilho. Por momentos senti que não iria conseguir conter a voz... Mas logrei calar as palavras que me inundavam a alma. Porque o Espírito também sopra em silêncio, na brisa e no som do vento nos pinhais.

14. LUCIANO JOSÉ BAPTISTA DOS SANTOS PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL / AICL



BRAGANÇA 2010



MOINHOS 2014



MAIA 2013



FLORIPA 2010



MAIA 2013

TEMA 3.1.1. A BÉLGICA NA POESIA DE VITORINO NEMÉSIO, Luciano Pereira Professor Coordenador, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal

1. SINOPSE

Em 1934, após ter frequentado a Universidade de Coimbra e ter concluído a sua licenciatura na Universidade de Letras de Lisboa, onde iniciou a sua carreira académica na faculdade de Letras de Lisboa, enquanto docente de Literatura Italiana e, mais tarde, de ter acumulado com o ensino da Literatura Espanhola; Nemésio parte para a Universidade de Montpellier, onde permanecerá dois anos como responsável pelo curso de Língua e Literatura Portuguesa.

A sua identificação com a língua e a cultura francesa foi tão profunda que, em 1935, publica *La Voyelle Promise*, conjunto de 32 poemas em que, inesperadamente, afirma uma poesia profundamente dolorosa, espontânea e brutal.

Em 1936, concorre a Professor Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa, com um trabalho sobre as relações Francesas do Romantismo Português. Publica uma biografia da Rainha Santa, Isabel de Aragão, e deslocar-se-á para Bruxelas, onde lecionará, na Université Libre, enquanto “professor agrée”, durante dois anos. Em 1952, realiza a sua primeira viagem ao Brasil, que se tornará um destino habitual, realizando o seu antigo sonho de se dedicar, exclusivamente, enquanto romanista, aos estudos brasileiros e onde virá a lecionar em várias Universidades de variadíssimos Estados.

Vitorino Nemésio pauta toda a sua produção literária pela atração pelo magnetismo da ilha, pela valorização e pela voz do imaginário popular e pela sedução da distância. O apelo do longínquo, que se torna próximo, ao ponto de fazer parte da sua própria identidade. As línguas e as culturas conquistadas permitem-

lhe desdobrar-se e tornar-se vários. Percorre espaços como viaja no tempo, torna-se trovador numa vaga memória galega e provençal, celebra a alegria e o salero espanhol, resgata raízes flamengas entranhadas nos ossos, a Holanda relembra-lhe promessas de futuro em épocas de perseguição e de outras vidas, o Brasil permite-lhe recria-se fundindo origens e esperanças, identidades e alteridades, numa luminosidade sempre alegre e festiva.

Com a exceção de um poema outonal que representa o *Square Marie-Luise*, os outros três poemas que representam a Bélgica estão integrados na obra intitulada *Expresso Bruges-Coimbra: Noturno aos canais de Bruges, Ronda de Bruxelas e Genoveva de Brabante*.

A viagem continua com poemas de ecos trovadorescos: um dedicado a Paris, uma bailai no “céu de Espanha”, uma cantiga de amigo que exalta os encantos e a nobreza da Guarda, a *Chegada* anunciada no balbuciar de TôTô Mené, convidando-o a confrontar-se com o seu destino e o *Destino* propriamente dito que o coloca mortos e vivos, frente a frente.

Tal como o afirmou, as viagens despertaram-lhe o «vírus da escrita».

À semelhança da França provençal, a Bélgica, e mais tarde a Holanda lhe desvendaram o mundo, onde o ilhéu das «ilhas flamengas» foi reconquistando a sua memória coletiva e as suas raízes profundas.

As raízes açorianas não se confundem apenas com o sopro do Espírito Santo, o calor da terra, do basalto, e da lava, mas também com os mistérios e os caprichos do mar, com a distância e com as vozes de outros povos, com as suas crenças e as suas lendas... Tudo isto faz parte do ser açoriano: “Na obra de Nemésio, como num búzio, ouvimos a açorianidade.” (Carlos César)

2. PARTIR E REGRESSAR

Nemésio, tal como Mesquita, denunciou os dois movimentos, aparentemente contraditórios, que melhor caracterizam a psicologia mais profunda da insularidade, movimentos que evocam o rolar das ondas e os ritmos das marés, movimentos de sístole e de diástole, que correspondem ao seu poder de atração e de repulsão: “O mar, a distância, a neblina aproximam-nos. Num (Mesquita), o constante desejo de partir, que se contrapõe, no outro, à ânsia eterna de retorno, que se transporta do mundo da realidade contingente para a esfera do onírico.” (Pavão, 1988, 41).

A “demanda” da intimidade e o apelo da exterioridade atingem um tal ponto, na alma açoriana, que toda a sua produção literária a representa, por vezes, de forma dramática, por vezes, com o mais puro lirismo. Na obra de Nemésio, tal como na obra de Mesquita, encontramos os primeiros rasgos da sua universalidade, a expressão de algo de essencial da condição humana e da sua especificidade Açoriana.

Vitorino Nemésio ansiava pelas viagens, ser ilhéu é sonhar com o horizonte, novas vidas, novos povos. Como *barco em terra não faz viagem*, e o ilhéu é sempre um pouco um marinheiro, a terra aprisiona-o e o desejo de se libertar é maior. O ilhéu, tal como o marinheiro e as aves migradoras, realiza-se no voo, na viagem, na distância, na fuga ao real monótono e deprimente e na procura desenfreada dos limites e do transcendente.

Em 1935, ocupou, durante dois anos, o lugar de leitor de Português na Universidade de Montpellier em França. Logo no primeiro ano, escreveu *La Voyelle Promise*. Trinta e dois poemas todos em francês, obra marcante por romper esteticamente com a sua obra anterior. Vários são os críticos que a consideram a sua primeira obra poeticamente válida. Trata-se de um conjunto heterogéneo, embora aponte já para um dos fios condutores mais relevantes das suas criações futuras: as suas recordações da infância. A reflexão sobre a criação poética, a recuperação de formas e imaginários tradicionais, assim como um acentuado gosto pela linguagem simbólica são outras das suas características mais marcantes:

“Ao nível de cada poema descobre-se uma simbologia múltipla, representativa de diferentes aspetos das preocupações do poeta, aspetos que então forjaram o seu destino: logo no primeiro poema, por exemplo, deparamos com uma série de correspondência verticais, difíceis de decifrar, relacionadas com conceitos e sentimentos; e paralelamente, desenvolve-se um processo de transferências sinestésicas, em que o perfume do tomilho aponta ao poeta os campos meridionais da França, meta geográfica a alcançar nesse momento.”

Vilhena, M. C., 1986, pp. 570-571.

E assim, na sua poesia, *«se fundem ou coabitam veios tradicionais e uma apurada cultura modernística de raiz francesa, tradicionalmente retórica, e a florando, sem comprometimentos, o fantasismo dos poetas que precederam o surrealismo»*, como escreveu Jorge de Sena.” Vilhena, M. C., 1986, p. 579.

3. OUTONO: SQUARE MARIE LUISE

*“Cargas de Outono, folhas podres, saudades,
O lago onde lavei o exílio, o lodo doce
E os rijos passos da menina que não há de
Ser minha (a loira, a madurinha) – e antes que fosse!*

*A dourada expressão de tudo, a cinza de tudo,
E ainda o que nem ouro nem fogo resolvem:
Como certa mulher toda embainhada em veludo
(Espada de honra), e as tardes, as ilhas que não vovem...*

*Terei lepra comigo, usagre, sarna,
Para que se não cole à minha vida uma folha?
Ou será o meu osso, que lentamente se descarna,
Único ramo de Outono para que ninguém olha?*

Vão, no lago do exílio, aqueles patos grasnando,

*Os patos que nenhuma filha de rei guardou:
Pelo contrário – eles é que estão guardando
A minha cara, que em seu lago se espelhou.*

*Eh, patos! Ah, folhas podres, cheiro a húmus,
Desejo vivo, recalçado em literatura,
E os erros, as pistas, os rumos
Perdidos! Terra estrangeira dura!*

[...]

*Que entretanto este exílio, o lago onde apodreço
Como uma bengala que se não pôde tirar,
Me encha de tempo, me dê preço
E paciência, para acabar.
[...]” Nemésio, 2006, pp. 262,263.*

Se Nemésio expressa insistentemente uma vontade de retorno, de regresso temporal e espacial, aos lugares míticos da sua infância e do imaginário popular, não é menos verdade que continua a cultivar, tal como Mesquita o fez em “Almas Cativas”, uma saudosa tristeza, uma espécie de spleen, que lhe corrói os ossos e lhe entorpece a alma. A ânsia, a angústia, a solidão e a saudade espelham-se nas águas lodosas dos

lagos e dos canais que deixaram de correr para o mar. O exílio dói-lhe, entristece-o, adoce-o, envelhece-o, descarna-o e redu-lo à condição vegetal de folha morta, húmus exalando a morte e a putrefação.

O seu poema *Square Marie Luise*, publicado em *O Bicho Harmonioso*, em 1938, é a materialização dessa profunda saudade que fere e mata, com uma intensidade romântica, uma sensibilidade parnasiana e uma estética de tipo simbólico. Como ignorar os versos saturnianos de Verlaine e, em particular, a sua “Chanson d’ Automne (1977, 66)”:

*«Les sanglots longs
Des violons
De l’automne
Blessent mon cœur
D’une langueur
Monotone*

*Tout suffocant
Et blême, quand
Sonne l’heure,
Je me souviens
Des jours anciens
Et je pleure ;*

*Et je m’en vais
Au vent mauvais*

*Qui m’emporte
Deçà, delà,
Pareil à la
Feuille morte. »*

O poema gira em torno de um lago e das suas águas nunca nomeadas, mas apenas sugeridas, trata-se de facto de uma água arquetipal, uma água especial, pesada, adormecida, estagnada, podre, quase morta, substância viscosa, superlativa: *«une sorte de substance de substance, une substance mère»* tal como a caracterizou Bachelard, G. (1983, 64), referindo-se ao imaginário aquático expresso na obra de Edgar Allan Poe.

O ser exilado, vive em constante sofrimento, morre em cada instante, devorado pela saudade, sente-se atraído pela corrente da água, obcecado pelo fluir do tempo, ouvindo, no seu murmúrio, o lamento de Heraclito “Tudo passa, nada permanece”. Mas existem águas mais profundas e, mais dramáticas, que levam o ser a querer se confundir com a terra o húmus e a cinza primordial:

«L’ être voué à l’ eau est un être en vertige. Il meurt à chaque minute, sans cesse quelque chose de sa substance s’écroule. La mort quotidienne n’est pas la mort exubérante du feu qui perce le ciel de ses flèches ; la mort quotidienne est la mort de l’eau.» (Bachelard, G. 1983, 9).

O poema insere-se num conjunto de poemas mais vasto que expressa a obsessão do poeta pela tematização do tempo, com as suas várias configurações e níveis de significação:

“Basta recordar, como síntese, aquele que o autor considerou o poema central da sua obra poética, *«O canário de ouro»*, que desenvolve em toda a parte final, até anaforicamente, o verso: *“O tempo gasta a minha voz como se fosse o seu pão”*. É ele, o tempo, *«o que tem tudo escondido»*, o *«molde de todos os lugares»*. E quando Nemésio enumera, ele próprio, os «tópicos» que eleger como fundamentais, já que partilham o *«campo comum de temas da metafísica e da poesia»*, lá estão *«o Ser, o Nada, o Tempo, a Morte»* prontos a

diluir-se num só, «o Tempo, que assim promete invadir e consubstanciar todo o relevo do campo espiritual.»”
Morna, F. F., 1993, p. 21.

A menina, “loira e madurinha”, que não mais é que uma das encarnações da mulher, senhora do lago, das ilhas e dos patos “toda embainhada em veludo” é uma das expressões da senhora do tempo, uma das mais doces expressões da mãe e da grande mãe, que é a vida e a morte. O lago afunda-se numa profundidade incomensurável:

«[...] pour ensevelir le malheur humain tout entier, pour devenir la patrie de la mort humaine. [...] contempler l’eau, c’est s’écouler, c’est se dissoudre, c’est mourir. [...] La rêverie près de l’eau, en retrouvant ses morts, meurt, elle aussi, comme un univers submergé.” (Bachelard, G. 1983, 65-66).

Se iniciámos esta reflexão recorrendo à poesia de Verlaine, terminemos agora esta reflexão lembrando estes singelos versos que Poe murmurou para a eternidade:

“Away, then, my dearest
Oh! hie thee away.

.....
To lone lake that smiles
In its dream of deep rest,
At the many star-isles
That enjewel its breast.”

Poe, Edgar Alan in Bachelard, G. 1983, 67.

4. NOTURNO AOS CANAIS DE BRUGES

“I
Entrei a Flandres no Outono
Tardava a guerra em meu rosto:
A vida preza o soldado
E quis-lhe dar este gosto.
Embarco. A donzela de óculos
Perfuma os canais de Bruges
Com o sangue milenário
Que lhe rosa a pele de pêssego.
Corre sossegado nas águas,
A pedra é renda encardida,
As árvores veem-se ao espelho
E despedem-se da vida.
Postiço cartaz biblíngue
Vai, nos dentes de Caronte,
Mostrando as margens de Bruges
Aos que embarcam no cais raso
– Tiens! Un ami, par ici,
Com pedra de armas ! Que acaso ! –
Soam carrilhões de vidro
No lodo das águas mortas;
Rendeiras do Béguinage
Petrificaram-se às portas.
Ó torre de Notre Dame,
Que és a agulha mais aguda
Do Báltico ao Mar do Norte,

*Bordaste as estrelas frias
Que fazem a Flandres forte.
Lépido, vogo no Zwin
Como um madeiro à deriva:
De águas verdes teço mágoas,
De ramos dourados sonhos,
Da noite inventei o dia:
Tão malferido nos ossos
Cuida o valete de espadas*

*Que Bruges o curaria.
Oh, milagre de Isabel,
Para quem crê em duquesa!
Van Eyck lhe pede a mão,
O Temerário as entranhas,
Eu, saudades portuguesas.
Pensando bem nesta noite
Mais flamenga do que um queijo,
Sonhando virgens de Memling
O temerário me vejo.
E rodo nos canis verdes,
Assomo em mim à tristeza:
Mais um hotel nos meus sonhos...
Outra gare sem parança...
Aquele cisne serei eu
Que canta a última esperança?
De onde conheço estas caras
Com palha de trigo ao vento
Entre azul de quando em quando?
Eu sou das Ilhas Flamengas:
Fugi, mas vou-me lembrando.
Agora, gordo de limos,
Vagueio em ruas honestas
Entre virgens de bicycle
E mostruários de estanho.
Transformo a pena do cisne
No estofo do sobretudo;
Cocheiros azuis de Breughel
Batem Rodenbach a estalo:
Bruges coroou-se de sombras,
Borgonha vem ao que digo;
Quanto ao que sinto nos ossos,
Em Bruges, é cá comigo.”
Nemésio, 2007, pp. 289-291.*

*“II
Bruges a morta! E esta vida
De carne e pedra, não conta?
Sombra de árvores me embuça;
O clape-clape das águas
Sobre os canais me amedronta.
Um fino frio de fusos
Faz renda nas cabeleiras*

*Dos chorões e das donzelas:
À luz destes céus sem peso
Os mosquitos são estrelas,
As santas vêm às janelas.
Mas eu não quero saudade
Nem motivos nem pintura
Entre coruchéus sem fim:
Quero um minuto de nada:
Bruges foi tudo nos outros
E agora altera-me a mim!*

*O carnicheiro da guilda
Tem quatro netas princesas
Que Van Oost não pintou:
No me gusta ver la sangre!
Duque de Alba, há quanto tempo
O teu cavalo cá entrou?
Nem os segredos da morte
São coisas que gente veja:
O corcel do Duque de Alba
É o percheron da cerveja!
[...]*

*Bruges, como poderei
Agora passar sem ti,
Se parou o trem de Ostende
Que de ti me trouxe morto
E leio: UITGANG-SORTIE?"*

Nemésio, 2007, pp. 292-294.

O presente poema, tal como os seguintes, faz parte de uma pequena coletânea de oito poemas organizada nos anos 50 e intitulada *Expresso Bruges-Coimbra*. Assistimos a uma viagem no tempo e no espaço. O poeta, na sua ânsia de se fundir com o espaço visitado, não resiste a exibir a sua erudição, com a sua sensibilidade peculiar, sensibilidade que lhe permite invocar personagens históricas e lendárias e evocar acontecimentos passados como se os tivesse vivido, e guardado numa espécie de memória coletiva e profundamente genética: “*Quanto ao que sinto nos ossos, / Em Bruges, é cá comigo.*”

O poema inicia-se com uma referência à Flandres e ao outono, preparando o leitor para um novo encontro melancólico com o sofrimento e a dor que deixam marcas na terra, nos corpos e nos rostos, onde “a guerra se atarda”. Os traumas dos desastres e das guerras são uma constante nas memórias de Flandres, e por simpatia, do poeta “das ilhas flamengas”, enquanto elemento de um povo que desbravou terras e mares para fugir às doenças, às guerras e às misérias. No início do poema sentimos o bater das asas vermelhas da guerra. Os primeiros versos da obre de Émile Verhaeren entram poema a dentro:

*“Le Monde s’arme
Disséminant la guerre
Par régiments entiers à travers monts e terres,
Au long du sombre Oder e de l’Elbe et du Rhin,
Claquent
Partout des plaques
Des ponts d’airain
Au passage volant et trépidant des trains.”*

A vida preza o soldado, embarcar é a única forma de a honrar. “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Mas os canais de Bruges estão mortos, tal como toda a cidade morreu. Bruges-a-morta, não é apenas o título de uma obra literária. Rodenbach nela perdeu o seu amor e, tal como Orfeu, em vão, tentou libertá-la, dramaticamente, da morte. Ela aí está, a Mulher, milenar, sensual, pele cor de pêssego, “donzela de óculos escuros”, escuros como a escuridão do “lodo das águas mortas”, das águas paradas, que impregna do seu “perfumo” inconfundível e indelével. As árvores miram-se ao espelho e despedem-se definitivamente da vida. Que desolação. O tempo parou, adormeceu, sossegou para sempre.

Impossível não se lembrar dos primeiros versos de Rimbaud em *Le dormeur du val*. Também ele escreveu poemas inspirados nas paisagens belgas (*Bruxelles*), também ele, sofreu do “mal de vivre”:

*“C’est un trou de verdure où chante une rivière,
Accrochant follement aux herbes des haillons
D’argent ; où le soleil de la montagne fière,
Luit : c’est un petit val qui mousse de rayons.*

*Un soldat jeune, bouche ouverte, tête nue,
Et la nuque baignant dans le frais cresson bleu,
Dort ; il est étendu dans l’herbe, sous la nue,
Pâle dans son lit vert où la lumière pleut.*

[...]

*Les parfums ne font pas frissonner sa narine
Il dort dans le soleil, la main sur sa poitrine,
Tranquille. Il a deux trous rouges au côté droit.”*
Rimbaud, 1979, 53

Caronte, bilingue, leva, gentilmente, os turistas para os infernos, alegra-se com os soldados e desliza pelas águas do tempo, lembrando momentos de fausto, saudando as “beguines” (freiras) rendeiras, moiras ou feiticeiras, fiando e desfiando as linhas da vida. O Zwin que no século XV comunicava com o mar, transformou-se num imenso lago verde. Madeiros podres flutuam como corpos à deriva. Van Eyck, Memling, Breughel, Van Oost voltam a pegar no pincel. A nossa Dona Isabel a sofrer com as traições conjugais e, com a máxima lealdade, a exigir ao filho que se sacrifique pelo pai. O poeta revive a história, decline-a, canta-a, alonga-se no seu cantar e, tal como o cisne, entrega-se, imola-se, gentilmente, suavemente, no conforto do seu sobretudo, que mais não é do que uma segunda pele, a promessa de uma segunda vida, rodeada de mil virgens, talvez até à eternidade.

Este gosto pelos espaços melancólicos, esta obsessão pelo tempo e pela morte afirmam, em termos estéticos, um pronunciado gosto por outras formas de existência. Estamos perante uma radical forma de estar e de ser à qual o Ocidente chamou Romantismo:

“Nemésio afirma que «*Tudo quanto somos e estamos para ser, teve uma condição formidável, que se impõe do alto do seu perfil de causa relevante com uma evidência que frustramos. Essa condição foi o Romantismo.*» [...]”

Passado, presente e futuro tornam-se insignificantes enquanto essências que a existência desmente, fazendo-as instantâneas à consciência que as percebe. As posições estéticas serão, assim, forçosamente sempre outras, para manterem uma efetiva representatividade humana, que é afinal o signo distintivo da obra de arte.

Românticos somos todos, na medida em que a nossa é ainda essa «cultura de formas de existência», eminentemente fluida e relativa, como expressão do tempo que é. A poesia de Nemésio tem a suprema vantagem de não ignorar este facto, e de ter por esta via construído a sua própria tradição. Tradição relativa, sempre precária e a refazer-se, que encontra a sua força na aparente fraqueza de não ter certezas nem absolutos estéticos, de se fazer corajosamente de muitas maneiras, plurais e heterogéneas. O seu autor não precisou de inventar outros: ele sabe que ninguém é, na verdade, *um*. Apenas momentos que se sobrepõem e se acumulam.” Morna, F. F., 1993, p. 23.

5. RONDA DE BRUXELAS

*“Lá vai Bruxelas rendeira,
Redonda de véus de névoa,
Toda maciça de seios
E olhos do céu copiados;
Dinant vestiu-se de cobre,
Bruges de sonhos gorados,
Palmas de bronze celebram
Cinco mil heróis varados.
Um palor de vastos vidros
Prepara a noite de dia
Em cifras de typewriter;
Charleroi finge as estrelas
No coque das manhãs frias;
Um melro de square converte
As ervas em melodias.
Bruxelas de Santa Gúdula,
Com tetos de dominó,
Dás flores à língua das vacas,*

*Só a mim me deixas só.
A rumorosa menina
Em cabelo de cerveja,
Pedalando, pedalando
Enquanto verde se veja...
Pesada de seio e sonho,
Tão ágil na vida breve
Das relvas amaciadas
Pelos coscorões da neve!
Cheia de penas de cisnes
E bafos de poldros, – pasmos
Em vergonhas de Verlaine,
Entre postilhões de Erasmo.
Rosa-dos-ventos do Norte,
Bruxelas, vai desfolhada
Em saudade de alguns anos
Da minha vida passada.”*

Nemésio, 2007, pp. 295-296.

Em Nemésio, Bruxelas toma vibrações tipicamente portuguesas. Nemésio apodera-se do espaço e da sua cultura como quem possui amorosamente o ser amado e loucamente desejado. O primeiro verso é suficientemente eloquente. Estamos perante as primeiras palavras de uma canção popular sobejamente conhecida: “Lá vai Lisboa...”

O poema afirma uma presença subjetiva, lírica, assim como uma rigorosa objetividade, alcançando desta forma uma estética e a expressão de um imaginário muito particular:

“Como diz Fernando Guimarães, «as imagens graças às quais são descritos os objetos – em vez de recuarem ou se perderem num certo fundo emocional (...) – vêm apenas aproveitar esse núcleo ou centro de comunicação afetiva para atingir o conhecimento de uma realidade que se caracteriza objetivamente através dessas imagens.» Ora, é precisamente essa objetividade que, por paradoxal que pareça, constrói a densidade do sujeito poético nemesiano, que por ela se torna sede, não de sentimentos, mas de conhecimento. Por outro lado, é ainda essa característica que permite à sua poesia fugir de condicionamentos epocais e transitar sempre para outros – que, não sendo menos epocais, surgirão, no entanto, como necessários à expressão de uma realidade mutável.” Morna, F. F., 1993, p. 16.

O ritmo e os temas afetivos parecem saídos do nosso cancionário popular, todavia as alusões culturais exibem uma profunda erudição. Estamos como perante dois textos de registo muito diferente. O primeiro é um documento de erudição e conhecimento histórico, geográfico, económico, etnográfico, em suma, profundamente cultural. O segundo mergulha no mais íntimo das emoções. É a paixão que se expressa, uma paixão sensual que provém de um desejo desmedido de ser amado e amar, de ser conquistado e conquistar:

“Assim sendo, convirá ter em conta aquilo que na poesia nemesiana manifesta além do monumento estético que sem dúvida é, o documento estético que também não deixa de ser, uma vez que nenhuma obra poética se estende cabalmente, a meu ver, fora de uma relação em que ela se torna documento de um processo estético em devir, inserindo-se no ciclo global da expressão do mundo que a arte cumpre.” Morna, F. F., 1993, p. 17.

6. GENOVEVA DE BRABANTE

Genoveva de Brabante é uma personagem de uma lenda medieval europeia. Santa Genoveva é sim, por sua vez, uma verdadeira personagem histórica, que viveu no século V e ousou enfrentar as hordas de Atila. Pela sua coragem e espírito de sacrifício tornou-se a protetora de Paris. Genoveva foi enterrada numa colina onde, hoje, se situa o famoso “*quartier latin*”. Ai existiu uma capela construída em sua memória que, após a sua canonização, foi transformada em Igreja. No século XVIII, o rei Luís XV substituiu-a por uma imponente Basílica. Durante a revolução francesa, os jacobinos liberais transformaram-na no Panteão de Paris. Aí jazem Voltaire, Victor Hugo, Émile Zola, Pierre e Marie Curie e outras pessoas ilustres, tais como Napoleão Bonaparte.

Segundo a lenda medieval, Genoveva era a filha do duque de Brabante, território situado hoje na Bélgica, junto à fronteira holandesa. Casou-se com Sigfredo, conde de Tréveris, hoje, Trier, situada em território alemão. O esposo foi obrigado a ausentar-se para lutar contra os infiéis que estavam a ameaçar a cristandade e os seus territórios.

Sigfredo entregou a sua jovem esposa aos cuidados de Golo, seu mordomo, que considerava honesto e de extrema lealdade. Todavia Golo apaixonou-se pela condessa e assediou-a indecorosamente, ameaçando-a com a própria vida, assim como a do seu filho recém-nascido. Aflita, Genoveva decide escrever uma carta ao seu marido e confiá-la a Draco, seu cozinheiro, todavia Golo interceta a carta e assassina impiedosamente o seu portador.

Golo decide enviar então uma carta a Sigfredo, informando-o que a sua esposa estava grávida de uma relação adúltera com o cozinheiro. Louco de raiva, Sigfredo mandou executá-la, assim como o fruto do seu pecado. Golo manda-a executá-los nas profundezas da floresta. Todavia os carrascos não tiveram coragem para cometer tão hediondo crime e abandonam-nos, obrigando Genoveva a prometer que nunca mais sairia

daquele sítio ermo e desolado, onde só as feras sobreviviam. Refugiados numa caverna, sobrevivem com o auxílio de uma cervas maravilhosa que os alimenta com o seu próprio leite.

Quando Sigfredo regressou da guerra, a filha de Draco contou-lhe a verdade e deu-lhe uma carta que Genoveva lhe havia confiado. Sigfredo, compreendendo que havia sido traído por golo, manda-o esquartejar, amarrado a quatro cavalos, mas a vingança não lhe acalma a tristeza nem a desmedida saudade.

Numa tarde, estando Sigfredo à caça de veados, embrenhado na floresta, deparou-se acidentalmente com a caverna, onde se encontrava Genoveva com seu filhinho. Após lhe ter implorado o perdão e lhe ter reiterado o seu amor, Sigfredo levou-os para o Castelo, embora com a vida arruinada, Genoveva, doente, não resistiu muito mais tempo. Sigfredo enterrou-a na caverna onde a tinha encontrado. Conta-se que a cervas era vista diariamente, descansando junto ao seu túmulo, até que, por sua vez, aí se despediu da vida.

“Genoveva de Brabante

*Tem uma corça de cinza
Com tetas de bilros breves.
Um marido sanguinário
Fê-la gazela dos bosques
Pouco depois de parida:
Ela faz renda de leite
Para um menino que tem:
Come agriões, bebe orvalho,
Na corça sente-se mãe.
Genoveva de Brabante,
Condessa, não foi comborça
Mas perdeu dedais e amigos,
Só lhe resta aquela corça.*

*Umbigo do seu menino
Comeu-lhe a flor de donzela;
Cortou-lhe o cordão a Lua*

*Como a chama de uma vela.
[...]
Já correm fontes de prata
Das pernas da bicha quente:
A boca do condezinho
Toda sorri de contente
Genoveva de Brabante,
Esposa de Sigfredo
O que o fez repudiar-te
Não foi ciúme, foi medo!*

[...]” Nemésio, 2007, pp. 297-298.

Este poema ilustra magnificamente uma das características mais típicas da obra nemesiana: o «efeito de voz» que os seus poemas produzem das mais variadas maneiras. Por vezes é uma questão de ritmo, ora dilatando tanto os seus versos que só parecem terminar quando o fôlego se esgota, ora reduzindo-os de tal forma que parecem sincopados, como se estivesse em busca das palavras, na espontaneidade do seu pensamento. Por vezes, o canto é, de facto, referenciado, contando pequeníssimas histórias:

“– e cantar contando é, sem dúvida, um dos seus estratagemas – os seus versos acabam por conseguir contar sobretudo a história daquele que vê, observa ou recorda, criando assim um fortíssimo sujeito poético, se bem que discreto a nível textual.

Trata-se de instalar na palavra uma voz duplamente concreta, na sua materialidade linguística e ao mesmo tempo humana, capaz de transformar a notação discursiva da subjetividade numa presença expressiva notável – a voz de um homem num mundo que diz:

*«Eu me construo e ergo, peça a peça,
De saudade, vagar e reflexão.»* Morna, Fátima F., 1993, p. 14.

A produção literária de Nemésio está sempre relacionada com as vivências da sua infância na ilha Terceira que o viu nascer:

“Desse tempo idílico, recorda a sua ligação à terra e às gentes ilhoas. Assim, marcado por condicionalismos geográficos e circundado por uma cultura própria do ser ilhéu, Nemésio mostrou-se, desde cedo, atraído pelo povo e por tudo aquilo que a ele diz respeito, cingindo-se nos primeiros escritos ao Povo da Praia da Vitória, sua terra natal, mas alargando o seu interesse e investigação a tradição e costumes de toda a região e, mais tarde, ao popular do Portugal continental e ao popular brasileiro.” Matos, P. J. A., 2011, p. 19.

Para Nemésio, a tradição popular articula-se intimamente com a erudição. Uma nação só evolui se aprender com o com o seu folclore, usos e costumes:

“Este conhecimento profundo do autor sobre a Poesia Popular está também expresso no capítulo “O Cancioneiro Popular” de Conhecimento de Poesia, obra de 1958, em que já revela uma maior maturidade de escrita e onde, decerto, os conceitos teorizados se encontram mais solidificados. Nesse artigo, traça as características formais das cantigas populares, referindo-se à quadra, ao romance, ao Machete... Mais uma vez, salienta as cantigas como expressão popular por excelência: “Canta-se na terra e no mar, em casa e na igreja, na festa e no trabalho.”, “(...) quem é povo canta, até na guerra e talvez às portas da morte.” Matos, P. J. A., 2011, p. 27.

A literatura popular reflete a universalidade da existência humana. Ao aproveitá-la, sobretudo na sua poesia, Nemésio afirma o princípio romântico sua naturalidade, da sua autenticidade, da sua pureza, em suma da sua primordialidade. Neste romance poético, o poeta recupera a voz dos cantadores da sua ilha e afirma mais uma vez a universalidade do seu imaginário e das suas criações literária. O carácter arcaizante da sua produção é uma tremenda afirmação da sua modernidade:

“Apoiando-nos um pouco na teoria rousseauiana, encontramos um Nemésio que considera que o Homem se afasta cada vez mais do seu estado natural, preferindo a razão ao sentimento e à imaginação, sujeitando a espontaneidade e a simplicidade ao artifício. Como os românticos, Nemésio encara a literatura popular como um dos meios para voltar a esse estado primordial, onde os vícios e a ausência de virtude não existem.” Matos, P. J. A., 2011, p. 35.

Com o afastamento da sua ilha, Nemésio assume, na plenitude, o seu fado ilhéu: fuge da ilha enquanto espaço claustrofóbico, prisão de sonhos, ideais e realizações eternamente adiadas, mas sofre, até ao osso, como se tivesse sido expulso de si próprio, banido dos seus e abandonado de Deus:

“As raízes da existência são, pois, para Nemésio, o ponto fulcral da sua obra. Ao partir da ilha, permaneceram-lhe no espírito o seu mar, a sua terra de lavas formada, as gentes que lhe completaram a alma e lhe formaram o modo de ser.” Matos, P. J. A., 2011, p. 169.

Oiçamos as palavras que o poeta, em criança, ouviu e continua a ouvir, pela vida fora, ele que também guarda nas entranhas as suas flamengas memórias:

“Golo:

*Quer que eu tome outro pensar
Não sou digno nem capaz
Desse seu amor gozar
Pois tenho que me vingar
Da desfeita que me faz*

*Ainda me chama atrevido
Só por declarar
Meu amor e o meu sentido
E já mais ser repetido
Com certeza há-se pagar” VV, 2006, p. 41.*

“Genoveva:

*Antes eu quero ver a morte
Neste cárcere tenebroso
Com rigoridade forte
Do que passar pela sorte
De um crime vergonhoso*

Golo:

*Já vês não posso poupar
Ao conde vou escrever
Cousa que o faça irritar
Ele vos mandará matar
E teu filho também há de morrer”
VV, 2006, p. 49.*

“O conde recebendo a carta:

*Nem a carta posso ler
Que paixão que mágoa aflita
Que estou eu aqui a ver
Degolada há de morrer
Mulher infame maldita” VV, 2006, p. 51.*

“Genoveva despertando no deserto:

*Meu Deus que noite escura
O gelo aqui está forte
Que pena horrorosa e dura
Aqui só se futura
As garras da feia morte*

*Deve ser este o lugar
Aonde perderei o tino*

*Sinto feras a uivar
Que me hão de tragar
E ao meu querido menino*

*Oh! Deus que no céu estais
Por serdes pai dos inocentes
Até hoje nos livrais
Prometi que os animais
Não nos vejam nos seus dentes*

*Fazei com que amanheça
E mandai o sol divino
Para que ele nos aqueça
Senhor não porque eu mereça
Mas olhai este menino*

*Ai! Filho estais a tremer
Deus há de obrar o mistério
De depressa amanhecer
E a tua mãe há de ir ver
Se acha outro refrigério*

*Que tristeza é esta minha
Já estais a querer chorar
Dais sinais que tendes fominha
E tua mãe coitadinha
Sem ter nada que te dar”*

VV, 2006, pp. 62, 63.

7. A REPRESENTAÇÃO DA BÉLGICA ENQUANTO MOMENTO DE UMA ESTÉTICA EM CONSTRUÇÃO

O presente estudo não pretende, de nenhum modo, reduzir um poeta irredutível a qualquer estética, a qualquer estrutura do imaginário, nem a qualquer explicação “psicologizante”. Nemésio está em constante construção, em constante busca. Na década de 10, a sua paixão por guerra Junqueiro, imprime-lhe características tardo-românticas, misturadas com o simbolismo de caráter ilhéu, na linha de um Roberto de Mesquita.

Na década de 20, aproxima-se da poesia saudosista. Na década de 30 assimila novos ingredientes surrealistas. Na década de 40, impõe-se uma certa austeridade na expressão verbal. Seguir-se-ão tendências fortemente filosóficas e nos anos sessenta deparamo-nos com a Poesia experimental, antes de, nos anos setenta, acabar por cultivar uma forte densidade imagética e uma grande liberdade linguística.

Distingue-se pelo seu talento invulgar de ser vários, sendo apenas o mesmo. Irreverente perante submissões a normas e géneros, mobiliza tanto as ciências humanas como as ciências exatas. Nos poemas visitados chega a ser estonteante a facilidade com que se desloca da história para a etnografia, da antropologia para a sociologia, e da linguística para a epistemologia: “[...] como tão justamente escreveu David Mourão-Ferreira - «um talento multiforme que daria, à vontade, para mais dez autores»: isto é, filósofo da cultura, biógrafo, historiador, cronista, vários poetas e ficcionistas e alguns críticos.” (Gouveia, M. M., 1986, p. 17.)

O poeta, ele próprio, nunca perdeu a consciência da sua duplicidade de crítico e criador, de erudito e de poeta. Para ele, todo o crítico deve enriquecer as suas leituras com a sua própria experiência. Trata-se de

uma visão profundamente humanista da crítica literária que permitiu ao autor destas singelas linhas usar e abusar da sua própria experiência e sensibilidade. Para além da diversidade e da multiplicidade, das variações linguísticas e temáticas, sublinhámos, na obra de Nemésio, uma espécie de fio condutor: o arquetípico mundo insular, que com ele viaja e através do qual ele explora os limites de si próprio e dos outros:

“«*Um homem que transporta uma ilha*», como disse Ortega y Gasset; mas que também se serve dessa ilha como pretexto para viagens meramente verbais. «*Sou ilhéu e, portanto, embarcação*», escreve o Nemésio autor de crónicas no Corsário; mas esse destino, que arrastará até aos últimos poemas, torna-se, porém, «*uma desgraça de sinónimos de marear*» («*Poemas ilhéus II*»), uma espécie de fecho de ciclo existencial, no termo de repetidas viagens reais que fez no fim da vida aos Açores.

Agora os habituais elementos insulares tornam-se, paradoxalmente, incómodo peso de *fatum* ilhéu: *bolor, musgo, calhau-rolado, sonolência*. Então, numa espécie de revolta («*Farto de ser ilhéu*»), tudo lhe cheira a mofo nas lojas e, nesses versos finais, datados de novembro de 1977, surge com uma espécie de confissão lapidar, em que o seu *ser-se* ilhéu é a condição da sua própria Dor:

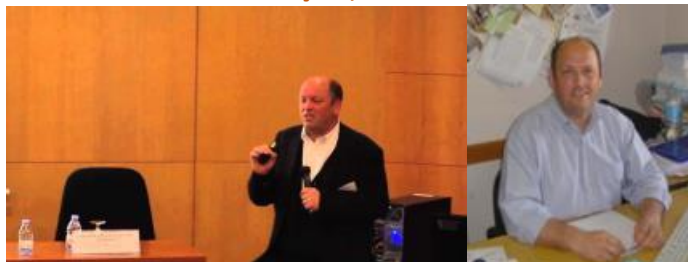
«*” Ilhéu: Troca-se por papua ou índio dos Andes”.*
“Perdeu-se uma bezerra-lavrada num baldio.”
Estou farto de ser pretexto humano destas coisas
E quem ouve os sinos no nevoeiro e o boi berrar
Dorido de me terem feito nascer numa pedra,
Peço licença, a quem tenha pena de mim, para chorar.»”
Gouveia, M. M., 1986, p. 26.

8. BIBLIOGRAFIA

- Bachelard, Gaston. - *L'eau et les Rêves. Essai sur l'imagination de la matière*. Paris, Librairie José Corti, 1983.
- Bachelard, Gaston. - *La poétique de l'espace*. Presses Universitaires de France, 1957.
- Bachelard, Gaston. - *La Terre et les Rêveries de la volonté*. Presses Universitaires de France, 1984.
- Baudelaire. - *Oeuvres complètes*. L'Intégrale, 1968.
- Carvalho, Ruy Galvão de. - *Antologia Poética dos Açores*. Vol. II. Angra do Heroísmo. Secretariado Regional da Educação e Cultura, 1979.
- Centeno, Yvette e Freitas, de Lima (Coordenação). - *Espaço – Cidades, Ilhas, Jardins*. Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- Chevalier Jean, Gheerbrant, Alain. - *Dicionário dos Símbolos*. Editorial Teorema, 1982.
- Dumont Georges-Henri. - *Belgique et Luxembourg*. Bruxelles, Editions Artis-Historia, 1980.
- Freitas, Vamberto. - *O Imaginário dos Escritores Açorianos*. Edições Salamandra.
- Goemaere Pierre. - *Si le monde avait été plus grand...* Bruxelles, Editions Labor, 1974.
- Gouveia, M. M. Maia (org.) - *Vitorino Nemésio - Estudo e Antologia*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- Jung, Carl G. - *O Homem e seus Símbolos*. Editora Nova Fronteira, 1964.
- *La Lusophonie voies / voix Océaniques*. Colloque International de Littérature Université Libre de Bruxelles, Lidel, 1998.
- Luytens, Daniel-Charles. - *Contes et légendes du Vieux Bruxelles*. Noir Dessin Production, 2002.
- Matos, Paulo Jorge Augusto. - *O Povo no Imaginário Nemesiano*. Lisboa, Edições Colibri, 2011.
- Nemésio, Vitorino. - *Estudo e Antologia*. Porto, 1986.
- Nemésio, Vitorino. - *Obras Completas Vol. I – Poesia 1916-1940*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- Nemésio, Vitorino. - *Obras Completas Vol. II – Poesia 1950-1959*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

- Pavão, J. Almeida. - *Constantes de Insularidade numa definição de Literatura Açoriana* in: *Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.*
- Pimentel, Fernando Vieira. - *“A ilha e o Mundo” de Pedro da Silveira: Vontade e destino* in: *Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.*
- Rimbaud, Artur. – *Oeuvres poétiques. Paris, Garnier-Flammarion, 1964.*
- Rodenbach, Georges. *Bruges-a-morta. Romance. Lisboa, Sistema Solar, 2013.*
- Silveira, Pedro da. - *Antologia de Poesia Açoriana – do século XVIII a 1975. Lisboa, Sá da Costa, 1977.*
- VV. - *A memória é uma pedra que arde por dentro. Recolha de Património Literário Ilha de Santa Maria Açores. Costumes e tradições, Labirinto, 2006.*
- Verhaeren Emile. - *Les Ailes rouges de la Guerre. Poèmes. Paris, 1920.*
- Verlaine Paul. - *Poèmes Saturniens Confessions. Paris, Garnier-Flammarion, 1977.*
- VV. - *Belgian Art in Exile. Ligue des artistes belges, 1916.*

15. MANUEL CÉLIO DA CONCEIÇÃO, UNIVERSIDADE DO ALGARVE



MANUEL CÉLIO CONCEIÇÃO,

, TEMA 2.2. - LÍNGUA PORTUGUESA E CIÊNCIA: QUE COMPROMISSOS? MANUEL CÉLIO CONCEIÇÃO - FCHS – UNIVERSIDADE DO ALGARVE E CLUNL – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

RESUMO [trabalho final não entregue dentro do prazo]

No atual contexto da economia linguística, circula o pressuposto erróneo, e as respetivas práticas consequentes, de que as línguas têm estatutos diferenciados em função, entre outros, da sua presença na sociedade e, em particular, da relação com a ciência. Refutamos esta diferenciação, criadora de hierarquias discricionárias que alimentam jogos de poder com implicação nas relações socioculturais e políticas entre as comunidades e entre os falantes.

Salientada a quebra do princípio da territorialidade da língua portuguesa em favor da virtualização dos seus usos e dadas as concepções atuais de língua e as suas relações com a ciência, no sentido etimológico, abordamos o imperioso compromisso entre a instrumentalização do português e a necessária capitalização dos saberes que veicula. A comunicação proposta, numa ótica inspirada das teorias da complexidade, pretende contribuir para afirmar a “viragem linguística” do trabalho, do saber e das comunidades. Enfatiza, por isso, o valor da língua portuguesa não só na internacionalização e na ciência, mas também no desenvolvimento social e cultural de grande parte dos que a falam e para os quais é um traço identitário inequívoco.

16. MARIA SEOANE DOVIGO, ACADÉMICA DA AGLP / AICL, GALIZA



M^ª SEOANE DOVIGO



TEMA, 2.1. O PERFUME DA FLOR SILVESTRE: USO DE NOMES DE LUGAR EM POETAS GALEGOS, IRLANDESES E AFRICANOS”, M^ª DOVIGO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA (Maria Dovigo, AGLP)

RESUMO [trabalho final não entregue dentro do prazo]

Pretendemos fazer uma panorâmica descritiva sobre a presença de nomes de lugar em poetas galegos, irlandeses e africanos de países de língua oficial portuguesa.

São todos autores que escrevem desde as margens de grandes sistemas linguísticos e literários, que dão testemunhos de vivências linguísticas não monolíngues e que, em grande medida procuram através do uso dos nomes de lugar da sua geografia original ligações sonoras e não concetuais com memórias perdidas da coletividade, as identidades que se foram sacrificando para a construção da sua realidade histórica subalterna como povos colonizados.

17. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES / ISCTE-IUL, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM / AICL, PORTUGAL



BRAGANÇA 2009

MACAU 2011



SEIA 2014 MOINHOS DE PORTO FORMOSO AÇORES 2014

PERPÉTUA SANTOS SILVA

**TEMA 2.1. ESTUDANTES DE PORTUGUÊS EM MACAU E PRÁTICAS CULTURAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA,
Perpétua Santos Silva, Investigadora do CIES-IUL, Docente na Escola Superior da Educação de Santarém**

RESUMO:

Em investigação sociológica conduzida em Macau, procurámos perceber junto de um número alargado de estudantes de língua portuguesa (na sua esmagadora maioria, estudantes chineses) se estes desenvolviam procuras complementares de componentes culturais, em português, ou se, pelo contrário, se percecionavam procuras divergentes entre língua e cultura. Seguindo uma metodologia quantitativa, a informação foi recolhida através da aplicação de um inquérito por questionário.

Iremos apresentar os resultados obtidos em relação a um conjunto de indicadores que representam conteúdos acessíveis a todos os estudantes de um modo regular, fazendo o seu cruzamento com as áreas de formação que os estudantes frequentavam.

0. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Começamos por salientar que falar sobre práticas culturais em língua portuguesa levar-nos-ia a debater, pelo menos, três questões centrais: a primeira coloca-se desde logo quanto à relação entre língua e cultura, uma vez que o entendimento de uma não exclui, evidentemente, a outra; a segunda, levaria a equacionar a relação entre a oferta e a procura ou, dito de outro modo, entre produção e receção ou consumo; a terceira, inevitavelmente, obrigaria a colocar o problema numa perspetiva comparativa, equacionando hábitos, práticas culturais e estilos de vida, uma vez que nos parece francamente insuficiente circunscrever a abordagem às manifestações culturais em língua portuguesa. Isto é, se um indivíduo não é *público* ou *consumidor* de determinado produto cultural poderemos esperar que o seja em língua portuguesa? Claro que nada nos garante, à partida, que tal não se possa verificar, embora se afigure como situação menos esperada.

Na nossa opinião, o interesse da discussão não é tanto o de *quantificar públicos* (ou assistências) mas em perceber os seus posicionamentos e diferentes modos de relação com a cultura portuguesa no estrangeiro, embora começar por uma quantificação e identificação segundo algumas variáveis clássicas de caracterização fosse já um avanço significativo no seu conhecimento.

Estes são, de facto, debates que não têm sido feitos e que se nos afiguram de grande relevância, mas, compreender-se-á, correspondem não a uma, mas a várias problemáticas muito mais vastas e que não podemos discutir numa apresentação desta natureza.

Levantar, aqui, algumas pistas sobre o assunto corresponde, apenas, a uma tentativa de perceber, muito genericamente, se existem, entre os nossos inquiridos estudantes de português ou em língua portuguesa, *procuras complementares* de componentes culturais ou se, pelo contrário, os resultados permitem percecionar *procuras divergentes*.

Vamos usar apenas alguns indicadores que representam conteúdos acessíveis a todos e de uma forma regular, deixando para outra altura as questões que obrigam a um cruzamento com informação relativa ao eixo da oferta e sem a qual a análise dos resultados não fornecerá grande elucidação sobre a realidade.

Ainda que nada obste a que, em relação a determinado tipo de produtos, a procura ou a exposição a certos conteúdos não possa existir sem o domínio da língua vamos considerar apenas o conjunto de inquiridos que foram identificados com um nível de conhecimento na língua que faça prever a capacidade de fruição cultural em todos os aspetos que vamos considerar¹¹⁵.

Para além de se considerar a área de formação em que os inquiridos se enquadram, os resultados apurados serão apresentados em função da *origem* dos inquiridos equacionada por referência ao *grau de familiaridade* com a língua portuguesa – categorização que foi construída em função de um conjunto alargado de variáveis – e que procura dar conta da situação de partida dos alunos: posição de proximidade ou distanciamento em relação ao português (língua e cultura).

1. BREVES NOTAS SOBRE A CATEGORIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS EM GRUPOS DE ORIGEM

Procurando encontrar um filtro com utilidade operatória, agregaram-se os inquiridos em categorias considerando um conjunto diversificado de indicadores e que passamos a apresentar de seguida.

Começámos por agrupar numa só categoria todos os indivíduos que têm o português como língua materna, independentemente da sua proveniência geográfica, bem como aqueles que a adotaram e, ainda, os que pertencendo a famílias de origens múltiplas têm esta língua como materna para pelo menos um dos seus ascendentes, ainda que alguns dos inquiridos tenham perdido a língua portuguesa como língua materna. Consideramos que, do ponto de vista do *grau de familiaridade* com a língua estarão aqui incluídos os falantes de Português Língua Materna (PLM) e de Português Língua Segunda (PL2), eventualmente mais *próximos da língua portuguesa*, e que designaremos de forma genérica por *lusófonos*.

Uma outra categoria, incluirá aqueles que, teoricamente, estarão mais *afastados da língua portuguesa*, e que na sua maioria corresponderão aos casos dos estudantes de Português Língua Estrangeira (PLE). Uma vez que estamos aqui a falar de situações de *proximidade* e *afastamento* em relação à língua portuguesa, poderemos ainda considerar questões que se prendem com tempos de permanência no território tomando como hipótese que aqueles que se encontram sujeitos ao ambiente da língua, os chineses de Macau ou *chineses-macaenses*, poderão ser mais recetivos ou permeáveis às questões portuguesas. Equacionamos, portanto, a possibilidade de existir uma relação entre permanências mais prolongadas no território e atitudes, representações e expectativas mais favoráveis em relação às componentes língua e / ou cultura portuguesas.

Trabalhando os indicadores de local e tempo de residência, no conjunto dos indivíduos previamente classificados na categoria mais ampla, percebemos que esta se pode dividir em quatro subcategorias: *chineses de Macau*, *chineses em Macau*, *chineses da China Continental* e *outros*.

Em termos globais, no primeiro grupo todos os estudantes são naturais de Macau assim como os respetivos pais e, em grande parte dos casos, também os avós; predomina o cantonês como língua materna e Macau como local de residência para a esmagadora maioria dos elementos da rede familiar. Os segundo e terceiro grupos, poderiam facilmente confundir-se um com o outro, pois na verdade ambos serão de origem chinesa encontrando-se em Macau. Existem, no entanto, algumas diferenças: no que respeita à língua materna no grupo aqui designado por *chineses da China Continental*, destacam-se o Mandarim e outros diletos chineses, nenhum elemento da rede familiar apresenta Macau como local de nascimento, residindo uma parte dos inquiridos na China Continental e situando-se o tempo de residência dos que declararam residir em Macau num intervalo de duração que vai de 1 semana a 5 anos, sendo o local de residência referido para pais e avós outro que não Macau – na quase totalidade China Continental.

¹¹⁵ Estamos a falar de um total de 915 indivíduos.

Quanto aos inquiridos que foram incluídos na categoria *chineses em Macau*, prevalece o cantonês como língua materna embora se verifique, no caso dos avós, que outros dialetos chineses têm já alguma expressão; um número significativo de inquiridos já nasceu em Macau¹¹⁶ sendo a China Continental a apresentar-se como o local de nascimento francamente mais referido no conjunto dos ascendentes. Todos os inquiridos aqui classificados residem em Macau bem como a larga maioria dos pais, situando-se, para a maior parte destes, o tempo de permanência entre há 20 e 29 anos, enquanto os avós, maioritariamente, se encontram a residir na China.

Na categoria *outros* foram incluídos todos os restantes casos e, na sua maioria, correspondem a indivíduos oriundos de outros países asiáticos.

Tabela 1 – Categorias por características comuns segundo as origens

Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
238	14.5	418	25.5	683	41.7	266	16.2	34	2.1

Fonte: IQ estudantes de português na RAEM

Em termos de proporção no conjunto da população inquirida, os *lusófonos* correspondem a 14.5%, os *chineses de Macau (CDM)* a 25.5%, os *chineses em Macau (CEM)* a 41.7%, os *chineses da China Continental (CHC)* a 16.2%, englobando os restantes 2.1% o conjunto de indivíduos aqui classificados em *outros*.

2. EXPOSIÇÃO A CONTEÚDOS E PRÁTICAS CULTURAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Em termos globais [Tabela 2], verifica-se, para todos os indicadores, que mais de 60% dos inquiridos raramente ou nunca se expõe a conteúdos culturais em língua portuguesa. Os valores mais elevados encontrados referem-se a visionamento de filmes, ouvir música gravada e ler revistas, aspetos relativamente aos quais 80% e mais dos inquiridos declararam que raramente ou nunca o faziam.

Os valores mais baixos de *não práticas* referem-se a ver televisão (64.7%) e a ler livros – de estudo 65.5% e sem ser de estudo 66.5%.

Tabela 2 – Indicadores de práticas culturais em língua portuguesa

Conteúdo	Diariamente		1 vez por semana		1 vez por mês		Raramente		Nunca		R+N
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	%
Ver televisão	181	20.0	105	11.6	34	3.7	300	33.1	287	31.6	64.7
Ler livros (s / ser de estudo)	114	12.6	134	14.8	55	6.1	311	34.3	293	32.3	66.5
Ler revistas	51	5.7	82	9.1	53	5.9	287	31.8	429	47.6	79.4
Ler jornais	79	8.7	93	10.3	41	4.5	261	28.8	431	47.6	76.3
Ver filmes (vídeo, em casa)	33	3.7	49	5.4	36	4.0	306	33.9	479	53.0	89.9
Ouvir rádio	86	9.6	52	5.8	25	2.8	272	30.2	465	51.7	81.9
Ouvir música gravada	85	9.5	56	6.2	34	3.8	266	29.7	456	50.8	80.5
Consultar Internet	133	14.8	84	9.3	35	3.9	221	24.6	427	47.4	72.0

¹¹⁶ Por tal não se verificar em relação ao pai e à mãe não foram classificados em *chineses de Macau*, uma vez que nessa categoria foram incluídos, pelo menos, os inquiridos que corresponderão à segunda geração em Macau.

Anuário 2015 -24º Colóquio da lusofonia Fundação e 25º Santa Cruz da Graciosa, Açores

Consultar livros de estudo	142	15.7	106	11.7	67	7.4	262	29.0	327	36.2	65.2
----------------------------	-----	------	-----	------	----	-----	-----	------	-----	------	------

Fonte: IQ estudantes de português na RAEM

Cruzando a informação declarada quanto à frequência com que desenvolvem cada uma das atividades propostas (dicotomizada em “alguma” e “pouca ou nenhuma”) e as categorias em que os inquiridos foram agrupados, podemos constatar que é na categoria *lusófonos* que se concentra a maior parte dos que indicaram desenvolver algumas atividades em língua portuguesa [Tabela 3].

Assume maior expressão a receção televisiva (73.4%), as consultas na Internet (66.2%) e de livros de estudo (64.6%). Quando comparados estes resultados com a regularidade com que declararam desenvolver as mesmas práticas sem ser por referência à língua portuguesa, verifica-se que é neste grupo que o afastamento é menor, o que não constitui surpresa pelas características do grupo.

Talvez não seja demais recordar que, na sua maioria, estes alunos frequentam o ensino secundário em língua veicular portuguesa e que, embora um número significativo domine o cantonês falado, não se pode esperar que tenham um domínio escrito da língua chinesa. É claro que quando consideramos práticas, numa perspetiva geral, temos de tomar em linha de conta o peso de outras línguas, nomeadamente a inglesa, e para tal apontam os resultados apurados no que respeita ao visionamento de filmes e à audição de música gravada, aspetos que, em termos gerais, são referidos, respetivamente, por 70.4% e 91.4% dos inquiridos classificados neste grupo.

Tabela 3 – Indicadores de práticas culturais por grupo

Conteúdo		Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
		PT	Geral	PT	Geral	PT	Geral	PT	Geral	PT	Geral
Ver televisão	AF	73.4	87.9	19.9	92.2	17.6	89.1	35.3	77.1	52.4	95.2
	R+N	26.6	12.1	80.1	7.8	82.4	10.9	64.7	22.9	47.6	4.8
Ler livros (sem ser de estudo)	AF	53.4	53.6	23.9	72.5	22.0	75.4	40.7	88.5	38.1	61.9
	R+N	46.6	46.4	76.1	27.5	78.0	24.6	59.3	11.5	61.9	38.1
Ler revistas	AF	47.7	68.0	9.2	69.0	7.0	60.1	23.7	77.7	30.0	70.0
	R+N	52.3	32.0	90.8	97.0	93.0	39.9	76.3	22.3	70.0	30.0
Ler jornais	AF	50.8	52.7	11.2	82.4	11.0	82.4	25.9	70.3	33.3	90.5
	R+N	49.2	47.3	88.8	17.6	89.0	17.6	74.1	29.7	66.7	9.5
Ver filmes (vídeo, em casa)	AF	30.6	70.4	6.8	40.7	3.8	30.4	14.5	41.3	20.0	47.4
	R+N	69.4	29.6	93.2	59.3	96.2	69.6	85.5	58.7	80.0	52.6
Ouvir rádio	AF	37.7	48.4	6.9	51.5	8.3	45.0	24.6	63.0	25.0	50.0
	R+N	62.3	51.6	93.1	48.5	91.7	55.0	75.4	37.0	75.0	50.0
Ouvir música gravada	AF	42.7	91.4	8.9	85.9	7.6	75.4	22.3	90.0	40.0	90.0
	R+N	57.3	8.6	91.1	14.1	92.4	24.6	77.7	10.0	60.0	10.0
Consultar Internet	AF	66.2	89.6	15.0	86.4	8.8	83.5	30.1	95.7	26.3	90.0
	R+N	33.8	10.4	85.0	13.6	91.2	16.5	69.9	4.3	73.7	10.0
Consultar livros de estudo	AF	64.6	66.4	23.9	55.2	15.9	48.1	46.4	82.7	33.3	60.0
	R+N	35.4	33.6	76.1	44.8	84.1	51.9	53.6	17.3	66.7	40.0
Ir a bibliotecas	AF	24.0	26.6	12.6	54.4	11.0	63.3	31.7	91.4	15.0	45.0
	R+N	76.0	73.4	87.4	45.6	89.0	36.7	68.3	8.6	85.0	55.0

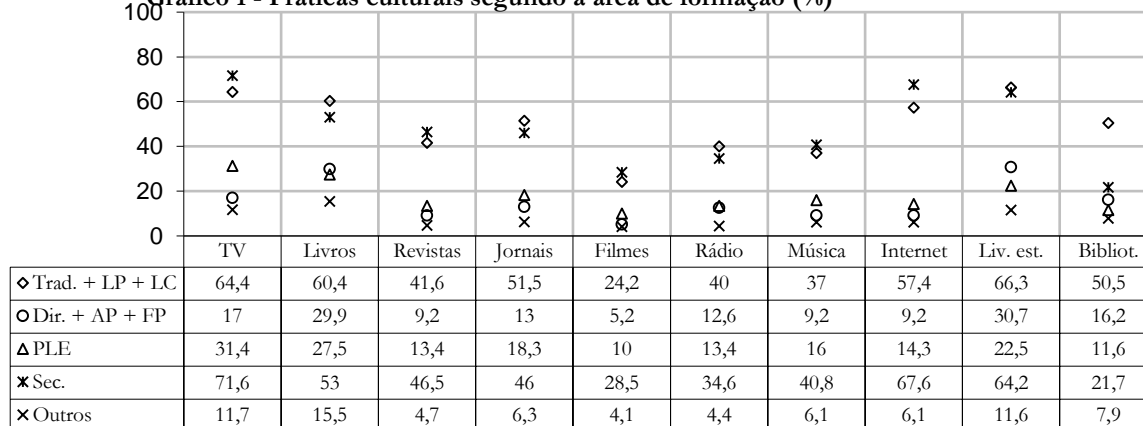
Fonte: IQ estudantes de português na RAEM

A seguir aos *lusófonos*, no que respeita a práticas culturais, é no grupo *outros* e *CHC* que podemos encontrar maiores índices de frequência.

No primeiro grupo, surgem mais referidas a receção televisiva (52.4%), a audição de música gravada (40.0%), a leitura de livros (sem ser de estudo 38.1%; de estudo 33.3%) e de jornais (33.3%). Na categoria *CHC*, apresentando todas as atividades valores superiores em relação às que apresentam as categorias *CDM* e *CEM*, destacam-se a consulta de livros de estudo (46.4%) e a leitura de outros livros (40.7%), a que se segue ver televisão (40.7%) e ir a bibliotecas (31.7%). Mas não é só no que respeita à língua portuguesa que este conjunto de indivíduos se destaca. À exceção de ver televisão (grupo onde este indicador apresenta o valor mais baixo) e ler jornais (ainda assim francamente mais elevado do que os valores apurados para a categoria *lusófonos*) os índices de frequência são mais elevados para todos os outros indicadores, em comparação com os grupos *CDM* e *CEM*. Em termos gerais, são ultrapassados apenas nas frequências apresentadas pelo grupo *lusófonos* no que respeita a audição de música gravada e pelo grupo *outros* no visionamento de filmes. Vale a pena salientar que, considerando a consulta de livros de estudo e a frequência de bibliotecas, os resultados parecem indicar que a categoria *CHC* tem hábitos de estudo mais evidentes.

Há que referir que no que respeita aos *lusófonos* esta é a categoria onde a média de idades é mais baixa, sendo os inquiridos estudantes do ensino secundário, enquanto os restantes grupos são compostos por estudantes universitários e, também, onde se encontra a esmagadora maioria dos que já desenvolvem uma atividade profissional. Estes serão, sem dúvida, aspetos relacionados com estilos de vida que interferem no tipo e na frequência com que desenvolvem outro tipo de práticas. A acrescentar, ainda, que na categoria *CHC* temos um conjunto de indivíduos que não só revelam alguns indícios de serem provenientes de meios socioculturais mais favorecidos (em relação à maioria nas categorias *CDM* e *CEM*) como também, no que respeita à língua e à cultura portuguesas, frequentam cursos específicos em português, de nível superior, o que contribuirá para uma maior propensão a desenvolver procuras complementares nesta língua. Relacionando os indicadores que temos vindo a tratar com as áreas de formação¹¹⁷, conclui-se que existe uma associação¹¹⁸ entre o tipo de ensino que frequentam e o desenvolvimento de atividades de índole cultural, como se ilustra no gráfico 1.

Gráfico 1 - Práticas culturais segundo a área de formação (%)



◊ Trad. + LP + LC ○ Dir. + AP + FP △ PLE ✕ Sec. ✕ Outros

Fonte: IQ estudantes de português na RAEM

A tendência para associar índices mais elevados de frequência das atividades propostas e os dois grupos anteriormente identificados (*lusófonos* e *CHC*) parecem, assim, ficar confirmadas através de uma leitura

¹¹⁷ Os cursos que os inquiridos frequentam foram agregados em cinco categorias: a primeira agrupa os cursos de Tradução/Interpretação e os cursos de Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa; a segunda agrupa os cursos de Direito, Administração Pública e Específicos para a Função Pública; a terceira corresponde aos cursos de PLE do IPOR; a quarta ao ensino secundário e a quinta agrupa todos os restantes cursos superiores e o pré-universitário. Os resultados do cruzamento entre a variável “cursos agregados” e as variáveis “componentes culturais” dicotomizadas deram origem ao gráfico 8.1 tendo sido tomada a opção de apresentar apenas os valores correspondentes a “alguma frequência”.

¹¹⁸ Qui-quadrado significativo para todos os cruzamentos ($p \leq 0.01$).

segundo os cursos ou tipos de formação em que os inquiridos se encontram, pois sabemos que o primeiro grupo frequenta o ensino secundário e o segundo, maioritariamente, encontra-se em cursos específicos de língua portuguesa, seja nos cursos de tradução e interpretação chinês / português seja na licenciatura de Estudos Portugueses.

3. BREVES NOTAS FINAIS

Salientamos que estamos a falar de uma população de aprendentes da língua portuguesa que se encontra em diferentes níveis e situações de aprendizagem sendo, esta língua, uma língua estrangeira para a maioria dos inquiridos e se, alguns destes, frequentam cursos de licenciatura específicos em língua portuguesa outros, e não poucos, encontram-se em cursos de português língua estrangeira, a frequentar os níveis iniciais ou têm pela primeira vez o português como disciplina opcional no curso que frequentam.

Equacionado o domínio da língua, através da autoavaliação feita pelos próprios alunos em cruzamento com o nível de ensino que frequentam e com a indicação dada sobre há quanto tempo estudam português, verificou-se, no entanto, que mais de metade dos inquiridos (55.8%) forneceu informação que permite considerar que lhes será possível utilizar a língua portuguesa, ainda que com níveis de proficiência variados.

Embora tenha sido possível perceber que a língua portuguesa é, sobretudo, uma língua do espaço de aprendizagem e que, fora deste círculo, a sua utilização parece bastante reduzida, mais de metade dos nossos inquiridos estão em condições, pelo domínio que já têm do português, de aceder a outros conteúdos nesta língua – tendo sido sobre este segmento que se apresentaram aqui alguns dados sobre o desenvolvimento de práticas culturais complementares.

Na nossa posição de partida, à data da realização da investigação a partir da qual se compilaram os dados que deram origem a esta comunicação, equacionávamos a possibilidade de a permanências mais prolongadas em Macau e, por aí, maiores e melhores possibilidades de *contágio* pelo ambiente da língua corresponderem comportamentos linguísticos mais próximos da língua portuguesa, bem como procuras complementares de componentes culturais. Nada mais errado. Não foi isso que se verificou.

Considerando alguns indicadores, não tratados aqui, relativos às razões dadas para aprender português, às representações relativas à língua, em conjunto com o desenvolvimento de estratégias de procura complementares de componentes culturais, de que estivemos a falar, verifica-se que são precisamente os teoricamente *mais afastados* entre os *afastados* que evidenciam maior apetência para a língua e cultura portuguesas. Os dados apontam para o facto de que será entre os que vêm da China Continental mais recentemente que conhecer a cultura portuguesa desperta maior interesse

No entanto, há que ter algum cuidado com estas generalizações. Vimos, também, que esta situação se relaciona mais com as áreas de formação que frequentam do que com situações de *contágio cultural*. Em todos os casos a relação com a língua é acima de tudo uma relação do tipo instrumental e, esta, não é independente das circunstâncias particulares de Macau e das trajetórias de vida dos sujeitos envolvidos - também foi possível encontrar algumas clivagens que indiciam situações socioculturais mais favorecidas para aqueles que vêm de fora do território especificamente para estudar.

Não podemos, assim, considerar que não existem procuras complementares de conteúdos culturais por parte dos estudantes de português, mas sim que essas procuras se localizam, muito compreensivelmente, em segmentos específicos dessa população estudantil.

4. BIBLIOGRAFIA

Silva, Perpétua (2004), *Estudantes de Português na RAEM no início do Século XXI*, Tese de Mestrado em Sociologia, departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.

18. RAUL LEAL GAIÃO, INVESTIGADOR – AICL



SEIA 2014



LALEM, MAIA 2013

MACAU 2011

3.3. AÇORIANOS EM MACAU – AÇORIANOS EM MACAU – D. JOSÉ DA COSTA NUNES: CEM ANOS DA REVISTA “ORIENTE”, RAUL LEAL GAIÃO

1. SINOPSE

A revista “Oriente”, revista mensal criada e dirigida pelo P. José da Costa Nunes, sob o pseudónimo de Mário para a sua escrita na revista, teve uma existência curta, iniciando-se a sua publicação em janeiro de 1915 e findando em dezembro do mesmo ano. “[...] desisti à vista da indiferença com que a maior parte dos macaenses residentes fora desta colónia recebia a revista”, segundo as palavras do seu diretor. Estava direcionada fundamentalmente para as questões culturais do Oriente. “A Pintura Chinesa”, “Curiosidades Orientais”, “Hábitos culturais Chineses”, “Contos Chineses”, “O Dialeto de Macau”, “Apontamentos sobre Timor”, ... foram alguns dos temas abordados.

Neste texto, pretendemos lançar um olhar retrospectivo do percurso da revista, marcante no contexto cultural de Macau.

“A felicidade é como o eco; responde-nos, mas não vem.” (Oriente, 1915: 57)

2. PUBLICAÇÃO DA ORIENTE

A publicação da revista *Oriente* tem início em janeiro de 1915, sob a direção do P. José da Costa Nunes, quando a Primeira Grande Guerra já alastra pela Europa, e de que nos dá conta no primeiro número o diretor (sob o pseudónimo de Mário): “*Ensopado em sangue, lá se sumiu na voragem do tempo o 1914. Foi um ano mau. Talvez*

o pior de toda a história da humanidade. O mundo ainda não presenciou tam horrível conflagração, como essa que irrompeu na velha europa, numa insaciabilidade de sangue, num entrecocar de ódios, de maldições, de desesperos” (Oriente, 1915: 4). A revista destinava-se fundamentalmente aos portugueses, aos filhos da terra (macaenses) na diáspora, disseminados por partes diversas do Extremo-Oriente, nomeadamente em Hong Kong e Xangai, para onde se dirigiu grande parte da comunidade macaense. A existência da revista é breve, pois a sua publicação termina no fim de 1915, por questões financeiras e pela “indiferença com que a maior parte dos macaenses residentes fora desta colónia recebia a revista” (Cardoso, 1999: 56), macaenses destinatários principais da publicação.

O seu diretor lamenta que seja interrompida a grande ação patriótica levada a cabo nas páginas da revista “porque um dos fins da Oriente era fazer ressurgir do passado tantas coisas belas que nos estão para aí a falar da Pátria, tantas recordações portuguesas que se vam obliterando gradualmente, graças à ação do tempo que nada respeita na sua marcha destruidora.” (Oriente, 1915: 250)

3. O ORIENTE AO DESFOLHAR DA REVISTA

Para o P. José da Costa Nunes o Oriente é, em primeiro lugar, a evocação do passado. A palavra Oriente é carregada de sentido para os portugueses e para os católicos, pois nela estão escritas “as mais belas páginas” da ação dos portugueses, sendo “os primeiros pioneiros da civilização cristã nestas remotas paragens”; aqui se fez também a construção da história de Portugal, “feita de heroísmos e crenças, de fé e bravura” (Oriente, 1915: 1). As memórias desse passado continuam presentes na “língua, na religião, nas tradições, nas velhas igrejas, nas fortalezas desmanteladas, nos edifícios carcomidos do tempo, nos monumentos que as idades têm respeitado” (Oriente, 1915: 2), desde Ormuz a Malaca, de Malaca ao Japão.

O Oriente é o presente dos povos asiáticos e das suas ricas culturas, desde o folclore oriental às religiões, dos costumes às tradições, lendas e narrativas (Oriente, 1915: 3), particularmente da grande civilização chinesa (um mistério ainda para muitos), do Japão, Timor e sobretudo Macau, lugar privilegiado para uma visão do Oriente, como plataforma secular, no Extremo-Oriente, para o comércio e para evangelização e espaço de cruzamento de culturas, ensaiando e criando um modo de vida próprio neste pequeno território.

O Oriente é ainda um ponto longínquo para um olhar distanciado de Portugal. Visto do Oriente, as suas glórias e as suas desditas ganham uma diferente perspetiva.

Embora escrita a partir de Macau, a revista integrou algumas colaborações a partir de Portugal, particularmente de açorianos que viviam fora de Macau. Seleccionamos alguns dos temas, fazendo a sua abordagem, para ilustrar o amplo campo de ideias desenvolvido nos diversos números da revista.

4. PLANO DA ORIENTE / CONTEÚDOS

O plano da revista compunha-se de múltiplas secções, algumas das quais se mantiveram ao longo dos doze números, que apresentamos, embora não na totalidade:

Editorial (Mário): As Colónias macaenses, n.º 3, p. 89-90; Um Jubileu no Japão, n.º 4, p. 137-141; n.º 5, p. 193-198; A Ilha misteriosa (Japão), n.º 6, p. 250-254; A Estela de Si-Ngan-Fu, n.º 7, 301-304; n.º 8, p. 349-352; D. Bosco, n.º 9, p. 397-400; O Padroado Português e a Diocese de Macau, n.º 10, 445-449; n.º 11, p. 493-498; O Natal, n.º 12, p. 541-544.

A Pintura Chinesa (Silva Mendes): n.º 2, p. 45-50; n.º 3, p. 93-99; n.º 4, p. 141-145; n.º 5, p. 199-205; n.º 6, p. 254-259; n.º 7, 305-311; n.º 9, p. 401-405.

Apontamentos sobre Timor (Um missionário): n.º 1, p. 11-14; n.º 2, p. 52-57; n.º 3, p. 101-106; n.º 4, p. 146-150; n.º 5, p. 205-210; n.º 6, p. 262-265; n.º 7, p. 311-315; n.º 8, p. 358-362; n.º 9, p. 405-409; n.º 10, 453-457; n.º 11, p. 501-504; n.º 12, 547-550.

Narrativas: Contos chineses (Um Deus Complacente, n.º 1, p. 16-19; A Chuva, n.º 3, p. 108-110; A Metempsicose); Contos portugueses (A Linda Enxotadeira de P. Nunes da Rosa, n.º 2, p. 59-62; “A Alforreca” de Wenceslau de Moraes, baseada numa lenda japonesa 64-66); (...)

Romance (René Gaell, As Joias da Princesa)

Sciencias (P. J. C. R.): Telegrafia sem fios, n.º 1, p. 25-27; n.º 2, p. 67-70; Tremores de Terra, n.º 3, p. 116-118; n.º 4, 172-175; A Navegação Aérea, n.º 5, p. 233-235; n.º 6, p. 283-286; n.º 8, p. 380-383; n.º 9, p. 428-430; Máquinas volantes, n.º 10, p. 472-476; n.º 11, p. 527-529; As radiações ultra-violetes, n.º 12, p. 571-574. Tuberculose em Macau (Moraes Palha), n.º 7, p. 328-334;

Crónicas (Mário): Macau, n.º 1, p. 32-34; n.º 2, p. 75-78; n.º 3, p. 121-124; n.º 4, p. 176-179; n.º 5, p. 236-239; n.º 6, p. 287-290; n.º 7, p. 335-338; n.º 9, p. 431-434; n.º 10, p. 476-479; n.º 11, p. 530-533; n.º 12, p. 575-578.

Mala da Europa (Sílvio): n.º 1, p. 35-38; n.º 2, p. 79-82; n.º 3, p. 125-128; n.º 4, p. 180-184; n.º 5, p. 240-245; n.º 6, p. 291-295; n.º 7, p. 338-343; n.º 8, p. 387-390; n.º 9, p. 434-437; n.º 10, p. 480-483; n.º 11, p. 533-537 (Sílvio); n.º 12, p. 578-582 (Sílvio)

Poesia: "Às Mães", de Guilherme Braga, n.º 1, p. 15; "Alguém" de Gonçalves Crespo, n.º 2, p. 58; "A Vitoria Colona", de João de Deus, n.º 3, p.107; "Stabat Mater", A. J. G., n.º 4, p. 151; (ilegível), de A. Nobre, p. 214; "La Couronne Efeuillée" de Desbordes Valmore (em francês); "The Seven Ages of Man", Shakespeare; António Nobre; "Mater Dolorosa", Gonçalves Crespo; "Botão de rosa", Maria Christina d'Arriaga; "Deus", Alexandre Herculano). (...)

Curiosidades: A Clepsidra ou relógio de água em Cantão (n.º 1, p. 39); O Templo dos 500 Génios (n.º 1, p. 39); A grande Muralha da China (n.º 2, p. 83); Cascata gelada no Tibete (n.º 2, 83-84); Estátua de Marco Polo em Cantão (n.º 2, 84-85); O grande sino de Pekin (n.º 3, p. 129-130); Minas aéreas (n.º 3, p. 130-131); A Torre inclinada de Sou-Chou ou o seu Fong-Sui (...)

Os Novos: D. Nuno Álvares Pereira, n.º 2, p. 28-29; a Xenofobia chinesa, n.º 3, p. 119-120; (...)

Cousas do Oriente: O dialeto de Macau (António Silva), n.º 4, p. 161-166; Impressões do Oriente (Icobo), n.º 5, p. 224-228; Feitoria portuguesa de Bangkok (Carlos de Melo), n.º 6, p. 276-278; Dialeto Português de Malaca – texto (Serani), n.º 7, p. 324-325; Impressões de Timor (Icobo), n.º 8, p. 372-377; Influência Portuguesa em Siam (Carlos de Melo), n.º 9, p. 421-424; Ajuste de casamento de Nhi Pancha – Dialeto de Macau, n.º 10, p. 463-466; O Panteão Chinês (P. J. L.), n.º 11, p. 516-520; 23 de dezembro – versos macaístas, n.º 12, p. 563-565.

Outros: O Casamento Chinês, n.º 5, p. 228-234; n.º 6, p. 279-280; n.º 7, p. 325-327; n.º 9, p. 425-427; n.º 10, p. 467-469; A Jovem China, n.º 5, p. 230-232; n.º 6, p. 279-280; Cartas do Ocidente, n.º 6, p. 259-261. (...)

5. OS MACAENSES / A LÍNGUA E A CULTURA PORTUGUESA

A emigração da comunidade macaense na segunda metade do século XIX, contribui para a formação de numerosas e importantes colónias por todo o Extremo Oriente. Em quase todas as cidades abertas ao comércio se encontra um filho da terra, lutando e trabalhando pela vida num esforço incessante e contínuo. (Oriente, 1915) O macaense é dotado, na perspetiva do P. José da Costa Nunes (Mário), de grandes aptidões e de qualidades de trabalho, com facilidade de adaptação e com um conhecimento do meio oriental que poderia ser um elemento de valor no progresso de Macau (Oriente, 1915: 89).

Pelo afastamento da sua terra, e pela ausência da língua e cultura portuguesa corre o risco de desnacionalização. *"Hoje o macaense sai para não voltar. Lá fora constitui família. Para junto de si vai chamando os seus e desta sorte se vão afrouxando os elos que o prendiam a Macau e à Pátria portuguesa"*. (Oriente, 1915: 89)

Os filhos, educa-os à inglesa, os costumes são ingleses, só se fala inglês. Para manter a ligação destes emigrantes a Macau e à cultura portuguesa é urgente (na opinião do P. José da C. Nunes) dar atenção à educação da juventude, sendo essencial o ensino da língua e a criação de escolas portuguesas nos pontos onde existem núcleos macaenses, *"porque a língua sempre foi o laço mais forte para manter vivo o espírito de nacionalidade"* (Oriente, 1915: 92).

O estudo da língua portuguesa não deve limitar-se ao campo exclusivamente linguístico, deve ser acompanhado *"do conhecimento da nossa historia e do estudo da vida portuguesa, nas suas diversas modalidades*

sociais. É necessário fazê-lo, a fim de que o espírito juvenil se interesse por tudo que nos diz respeito e se identifique com a alma portuguesa.” (Oriente, 1915: 92)

Depois de completada a educação base, quando o jovem entra na vida ativa e inicia a sua atividade laboral, era necessário que o jovem encontrasse, no meio social em que se insere, novos estímulos para robustecer a sua fé patriótica e propostas que vão além das metodologias da época para manter o domínio da língua portuguesa e o contacto com a cultura: ler jornais e livros portugueses, ouvir conferências sobre assuntos nacionais, acompanhar a vida do país com interesse, relacionando-se mais de perto com Macau e a mãe-pátria, alimentando o espírito de solidariedade entre as várias colónias portuguesas da China e do Japão, e tendo os seus clubes, as suas bibliotecas, as suas associações, os seus grémios, com um cunho acentuadamente nacional, onde se possa respirar uma atmosfera portuguesa, donde resultasse bem nítida a nota patriótica. (Oriente, 1915: 92)

6. O DIALETO DE MACAU

Nos finais do século XIX, no último quartel, verifica-se o processo de descrioulização do patuá, por força da presença da língua portuguesa, conjugada com uma instrução mais alargada; a 30 de junho de 1893, foi aprovado pelo Governo da metrópole o projeto regulando a instrução em Macau, cujos art.º 3 e 4 ordenavam:

“Art. 3 – A instrução secundária será ministrada no Liceu Nacional de Macau, creado por esta lei.

Art. 4 – O Liceu de Macau é equiparado, para todos os efeitos, em categoria aos liceus nacionais do reino”. (Teixeira, 1986: 13)

De igual modo, procura-se implantar e promover o ensino da língua portuguesa, sendo obrigatório em todas as escolas primárias da província, oficiais, municipais, missionárias ou de quaisquer instituições subvencionadas pelo governo o ensino da língua portuguesa.

O crioulo começa a limitar-se a grupos sociais mais restritos, isolados e desfavorecidos, recolhendo-se lentamente ao espaço familiar e ao convívio feminino entre as senhoras macaenses e as suas crioulas (de fraca instrução), sendo visto, correntemente, como uma corruptela da língua portuguesa pelo contacto com a língua chinesa. Subsistirá nas comunidades macaenses emigradas, nomeadamente em Hong-Kong e Xangai, até meados do século XX. (Gaião, 2009) Mesmo os falantes do crioulo começam a sentir, nesta altura, a necessidade de tentar melhorar o uso da língua portuguesa bem como efetuar a sua aprendizagem, preocupação que se reflete numa carta escrita em crioulo (Carta de Siára Pancha a Nhim Miquéla), numa forma linguística que evidencia já a marcante aproximação ao português: *“Vós logo senti diferença na minha modo di escrevê. Eu já aperfeçoá bastante neste um pôco tempo. Tudu este escola novo de machu e femia, e aquelle gazeta Ta-ssi-yang-kuo já fazê indretá bastante nosso lingu”* (Pereira, 1995: 324).

Os estudos sobre os crioulos na época são ainda bastante escassos: Marques Pereira em *Ta-ssi-yang-kuo* sobre o crioulo de Macau, para além de textos, desenvolve um glossário de termos; artigos escritos por Adolfo Coelho no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1880; a memória sobre o dialeto de Macau para o Congresso Orientalista (que não se realizaria) de Leite de Vasconcelos, publicada no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Neste contexto, ganha relevo o artigo de António Silva sobre o *Dialeto De Macau* na revista *Oriente*,¹¹⁹ merecendo, por isso, neste texto um forte destaque. António da Silva, em 1915, explica a modificação do português e a criação do crioulo ou Língua de Macau, como ele o designa, por força de um conjunto de circunstâncias sociais e históricas:

- “As raras e difíceis comunicações com a mãe pátria”;
- “Contactos com outros elementos linguísticos”, preponderantemente “o contacto com as línguas orientais chinesa, malaia e japónica, em rasão das frequentes relações comerciais”;

¹¹⁹ A revista *Oriente* dedica várias páginas aos crioulos, o que na época é quase inédito.

- “A falta de escritores locais que pudessem manter na sua pureza, as formas literárias consagradas pelos eruditos”;
- “A deficiência de cultura geral”. (Silva, 1915: 161)

António Silva na análise que faz ao crioulo de Macau, salienta a invariabilidade das palavras. “Todas as palavras são invariáveis, com exceção dos pronomes que variam só no número” (Silva, 1915: 163), acentuando a forma da marcação do número: “*Forma-se o plural dos substantivos da mesma maneira que na língua chinesa, repetindo-se a palavra, ou acrescentando-se os advérbios muito / tanto*”.

Silva compara a língua chinesa com o crioulo, fazendo um paralelismo entre as duas línguas, embora, da nossa parte, pensemos que não haverá uma influência direta, uma vez que no geral os crioulos de várias culturas apresentam uma estrutura semelhante. Silva acentua a invariabilidade das palavras, a formação do plural dos substantivos, através da reduplicação (homens – *homi homi*; *yen yen*), a indicação do possessivo (*lou sa livro / Ngo ke su*); a invariabilidade dos adjetivos; do mesmo modo os verbos são invariáveis nos modos, tempos, número e pessoa. Tanto numa língua (crioulo) como na outra (chinesa) o modo indicativo progressivo forma-se antepondo (no crioulo) ou pospondo (no chinês) ao infinitivo *ta / kan* (*lou fazêl / ngo chu kan*); o pretérito faz-se acompanhar da partícula *já / lo* (*lou já fazêl / Ngo chu lo*); ao futuro *logo / chao* (*lou logo fazêl / Ngo chao chu*). (Oriente, 163-164). Ao contrário do que Silva afirma, ao dizer que não há nele uma única palavra derivada da língua sínica, encontram-se no crioulo de Macau termos de origem chinesa, como o provam os termos que se encontram no glossário de Adé: *abolô, ach’á, culau, faichi, fo-chai ...* (Ferreira, 1996). Por outro lado, nota que na diáspora, nas comunidades portuguesas do Extremo Oriente se verifica a introdução e a contaminação da terminologia inglesa, devido à influência desta língua falada nas diversas partes do Oriente: *dangeroso* (perigoso) e *introduzir* por apresentar, por exemplo. (Oriente, 1915: 162)

O mesmo autor acentua a especificidade do léxico macaense, a capacidade de codificar distinções semânticas, ao mostrar que em português não existem termos que tenham uma correspondência semântica exata a alguns termos do macaense, salientando os cambiantes semânticos próprios do crioulo: “*Existem algumas palavras no dialeto de Macau, cuja correspondente não se encontra em português. Ex: Cachi – morder, mas não um morder que dói, morder ao de leve, Cachi é uma carícia. Titi – maguar-se muito pouco. Chipi – tirar qualquer coisa, servindo-se de colher ou de outro utensílio de forma semelhante etc.*”. (Silva, 1915: 162)

Ainda o mesmo autor pretende que coexistam e sejam faladas no mesmo espaço o português e o crioulo, advogando assim uma situação de bilinguismo e que provavelmente contribuiria para que o crioulo não desaparecesse tão cedo: “*Queria que todos os portugueses, aqui nascidos, falassem o português genuíno, mas também desejava que todos falassem o dialeto local, pois que ele é muito melodioso e seu vocabulário bastante completo.*” (Silva, 1915: 162)

No fim do artigo apresenta uma narrativa em crioulo, por ele elaborada: “uma velha sem educação nem instrução contando a uma visita que recebeu, o facto de uma sua parente se utilizar todos os dias da sua casa”, narrativa escrita numa forma crioula próxima da língua portuguesa. (Oriente, 164-166)

7. A CHINA

A visão da China, na revista *Oriente*, é apresentada num olhar aparentemente contraditório. É ainda vista como um mistério, de difícil compreensão: “é um mistério mais impenetrável que o dogma da Trindade! (...) A China é um absurdo mais absurdo que aquela estranha teoria de Le Bom que pretendeu provar que a menor distancia, entre dois pontos é uma linha curva” (Oriente, 1915: 185). Por outro lado, é acentuado nalgumas páginas da revista o imobilismo da civilização e da cultura chinesa: “*Cantão aparece-nos hoje quase no mesmo estado em que devia estar há mais de seiscentos anos quando Marco Polo a visitou*” (Oriente, 1915: 39) O mesmo se nota no campo dos costumes: “*na China, o casamento, longe de ser ajustado pelos próprios nubentes, é contratado pelos pais*”. (Oriente, 1915: 166). *Os filhos e particularmente as filhas desconhecem se estão comprometidos para casar.* (Oriente, 1915: 166-169)

Porém, na revista *Oriente* há quem defenda que é necessária uma outra forma de ver a China. A cultura chinesa precisa de ser vista numa perspetiva chinesa e não europeia, como propõe Silva Mendes nas páginas sobre a pintura chinesa. Um estrangeiro, europeu por exemplo, não versado em assuntos de arte e não se tenha dedicado a estudos sinológicos, passa por uma obra-prima de pintura chinesa sem que ela lhe prenda a atenção, apenas repousará os olhos com agrado, não sentindo nela uma elevada conceção artística. (Oriente, 1915) *“Em rigor, para apreciar a pintura chinesa, é preciso ser chinês. A arte é a manifestação sintética dos maíus altos sentimentos estéticos de um povo ou de uma raça: donde a resultante lógica de que somente os indivíduos desse povo ou dessa raça nos quais esses sentimentos possam vibrar, são aptos para os realizar, para os sentir. Nada, porém, é de absoluto; e esse exclusivismo abre-se àqueles que, sendo estranhos à raça, a estudam e pelo estudo a penetram na sua intimidade sentimental. [...] Primeiro que tudo, para se poder apreciar e admirar uma pintura chinesa, é preciso fazermo-nos chineses.* (Oriente, 1915: 7)

Neste sentido, Silva Mendes propõe que se penetre na alma chinesa, nos sentimentos estéticos, que se conheça a história e a cultura deste povo, os seus costumes, a sua psicologia, a sua literatura, a sua poesia, o seu folclore, a sua mitologia, as suas superstições, as suas lendas, a sua visão do mundo. Só depois disto, se pode *“entrar no templo da Arte e contemplar plácida e conscienciosamente as suas maravilhas, apreciá-las, criticá-las, embeber-se nelas.”* (Oriente, 1915: 7)

Ao longo da revista começa a assinalar-se uma nova China, salientando por um lado a necessidade das mudanças e a verificação de que nos costumes algo está a mudar. A China não pode conservar-se envolta nas velhas roupagens e nos modelos de uma época que passou, pois, o contacto com outras culturas e civilizações acarreta a evolução necessária das sociedades: *“Posta em contacto com a civilização ocidental, indiscutivelmente mais forte e mais progressiva, deixar-se-á absorver pelas ideias europeias, vendo-se na necessidade de renunciar ao seu passado para entrar abertamente no caminho das reformas, sob pena de ficar aniquilada. Nem mesmo a civilização e o progresso modernos podem consentir que a China continue por mais tempo, e que as tornam insustentáveis, quando tocadas, ainda que levemente, das ideias que predominam nas sociedades cultas.”* (Oriente, 1915: 170)

Uma das mais antigas civilizações não pode continuar *“mumificada nas suas formas arcaicas”,* repudiando *“tudo o que permita modificar-lhe as instituições domésticas e sociais.”* (Oriente, 1915: 171) Neste sentido, é saudada a implantação da República (1912), sendo sinal da germinação de novas ideias e de uma nova mentalidade, constituindo um passo fundamental para as reformas da China *“transformando-a numa nação moderna, forte, vigorosa, cónscia dos seus destinos e apta para cumprir no Extremo-Oriente uma grande missão civilizadora”.* (Oriente, 1915: 171). Contudo, não deixam de ser assinaladas as limitações destas reformas, pois *“a China não estava preparada para um regímen democrático, e que este não tem dado os resultados que se esperavam, devido a essa falta de preparação, deve reconhecer-se, porém, que o novo regímen representa um esforço enorme do reformismo chinês, no sentido de desligar a nação das peias seculares, que emperravam todo e qualquer movimento progressivo.”* (Oriente, 171)

É no campo dos costumes que parecem surgir as alterações mais visíveis pela europeização dos chineses (embora nos pareça que seja mais referente à comunidade chinesa de Macau e não propriamente à China Continental): *“o chinês substituiu a cabaia por uma fatiota ocidental, o leque por uma bengala, os sapatos de seda por umas botas de chagrín, e o rabicho elegante, lindo, setinoso... por uma marrafa, luzidia do cosmético”* (Oriente, 1915: 75) e com algum humor aponta que o chinês até botou óculos, mesmo com falta de nariz, acabando por não ser nem chinês, nem europeu.

8. 7.A MODERNIDADE

O mundo ocidental está desde os fins do século XIX num grande progresso científico e imbuído do modernismo cultural, cantando no *Futurismo* a velocidade, a máquina, que perspetivam um futuro dinâmico. A revista *Oriente* partilha este espírito e por isso na secção *Sciencias* dá nota dos últimos progressos científicos.

A revista consagra algumas páginas à Telegrafia sem fios e como Marconi (12 / 12 / 1901) a descobriu: Na Terra Nova *“ouveu por meio de um papagaio do ar, um arame muito comprido, um tubo delicado cheio de pequenas*

partículas de metal e um auscultador telefónico, sinais transmitidos desde os confins de Cornualhes pelos seus colegas". (Oriente, 1915: 25)

É vincada a aplicação das ondas hertzianas e as consequências na comunicação, sugerindo novas aplicações como "a transmissão de desenhos e fotografias por meio da telegrafia sem fios" (Oriente, 1915: 26) e futuriza que por meio de ondas radiotelegráficas, "o funcionamento de diversas máquinas sem que o operador esteja em comunicação com elas por género algum de contacto material" (Oriente, 1915: 67) e "conseguir dirigir um corpo moveção, a distância, pelo som da voz". (Oriente, 1915: 68) A mesma exploração é feita no domínio da aeronáutica.

9. 8. BIBLIOGRAFIA

- Cardoso, Tomás Bettencourt (org.) (1999). *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. X, Macau: Fundação Macau.
- Ferreira, José dos Santos (1996). *Papiaçam di Macau*, vol II. Macau: Fundação Macau.
- Gaião, Raul Leal (2009). "Representações do Crioulo Macaense". In II SIMELP, *II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, Universidade de Évora, 2009. ISBN: 978-972-99292-4-3.
- Gaião, Raul Leal (2011). "Adé: Representações de Dóci Papiaçam di Macau". In *Macau: quatro séculos de Lusofonia: Passado, Presente e Futuro*. XV Colóquio da Lusofonia, Macau, 11-15 de abril de 2011. CD-ROM ISBN: 978-989-95891-7-9.
- Nunes, P. José da Costa (dir.) (1915). *Oriente*, Revista mensal, Macau.
- Pereira, J. F. Marques, (1995). *TA –SSI-YANG-KUO, Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Português, Série I – vol. I-II* (1 ed. 1984), Macau.
- Silva, António (1915). "O Dialeto de Macau". In *Oriente*, abril de 1915, nº. 4, Macau.
- Teixeira, Monsenhor Manuel (1986). *Liceu de Macau*, 3ª ed., Macau: Direção dos Serviços de Educação.

20.10 ANEXO

Botão de rosa
Ó lindo botão de rosa
Que estás à brisa a sorrir,
És tão fresco, és tão formoso
Mal comesas a entreabrir.

No teu cálix esse orvalho
Muito puro a tremular,
Parece pérolas finas
Que te estão a matizar.

Amanhã já não terás
Essa formosura, ó flor:
Acabando a juventude
Tudo perde a sua cor.

Talvez que fora melhor
Te arrebatasse o Tufão,
Serias tu mais ditosa
Que esperar a podridão...

Assim formosa morrias
Sem saber o que é a dor
Que traz a longa existência
Num constante dissabor...

A mocidade é tão bela
Em tudo o que sente e vive;

Depois vem os desenganos,
Só a mágoa sobrevive...

(Açores – Maria Christina d’Arriaga, do livro “Flores d’Alma”)

19. ROLF KEMMLER, UTAD (VILA REAL) – ALEMANHA / AICL



SEIA 2014

ROLF KEMMLER



MACAU 2011



BRAGANÇA 2010



MOINHOS 2014

TEMA 3.3. A população de São Miguel em A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas (1841) Rolf Kemmler (Vila Real) *

No ano de 1841, publicou-se em Londres uma obra bastante volumosa em dois volumes, intitulada *A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas*. Resulta a obra dos diários do médico inglês Joseph Bullar que passou o inverno 1838 / 1839 na ilha de São Miguel em companhia com o seu irmão, o advogado Henry Bullar, passando o verão seguinte nas Furnas e nalgumas das ilhas do arquipélago.

Também neste conjunto de livros, que é uma das mais conhecidas obras que pertencem à literatura anglófona de viagens dedicada aos Açores, os autores oferecem um manancial de observações e comentários sobre o arquipélago que se devem a observações e juízos pessoais do autor.

Em continuação de estudos já realizados sobre obras anteriores, pretendemos apresentar como as terras e gentes dos Açores, especialmente na Ilha de São Miguel, foram retratadas pelos irmãos Bullar em 1841.

*Investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

1. INTRODUÇÃO

Em 2014, publicámos um artigo que visava a apresentação e a contextualização da obra *A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas*, publicada em Londres em 1841 pelo médico inglês Joseph Bullar, em coautoria com seu irmão, o advogado Henry Bullar (Kemmler 2014).

Neste conjunto de dois volumes de XIV, 374 e x, 390, [I] páginas, que juntos constituem uma das mais conhecidas obras que pertencem à literatura anglófona de viagens dedicada aos Açores, os autores oferecem um manancial de observações e comentários sobre o arquipélago que se devem a observações e juízos pessoais do autor que convém apresentar e discutir.

2 A POPULAÇÃO MICAELENSE SEGUNDO OS IRMÃOS BULLAR

A seguir, pretendemos apresentar uma seleção de trechos representativos de como os irmãos Bullar retrataram as terras e gentes da Ilha de São Miguel em 1841.

2.1 ASPETOS DA CARATERIZAÇÃO DOS MICAELENSES E DA SUA VIDA

Com o seguinte extrato, temos uma breve caracterização do aspeto físico do povo açoriano, tal como os autores os viram:

The islanders call themselves Portuguese, and talk the language of Portugal; but the Spanish having had at one time possession of the islands, the breed has been crossed, and the mixture of Moorish blood has improved it. They are handsomer and more graceful than the Portuguese. But although the island is small, and the peasants have a general cast of features which characterizes them, the difference of physiognomy in different parts of the island is so great, that a special character of face may be said to belong to almost every town. Some of the finest and most strikingly marked faces I have seen were from the neighbouring town of Allagoa; but the men look like banditti, and are said to be turbulent, passionate, and revengeful. The women, in common with the men, have large mouths; and they widen them still more, and deform their lower lips, by the constant use of their "spinning jennies". Sitting or standing at their cottage doors, or walking in the sun, the women and girls may always be seen in the active use of distaff and spindle; – twisting and wetting the silky flax with the same rapidity and ease as the Italian peasants. The flax is continually between their lips and teeth; and the consequence is, that their lower lips are in many instances turned downwards until they grow blubber or wry. In more senses than one they may be said to live "from hand to mouth" (Bullar / Bullar 1841, I: 208-210).

Com efeito, verifica-se ao longo da sua obra (isto é, cinco vezes no segundo volume; duas vezes no primeiro volume), que os irmãos Bullar fazem várias referências à 'natureza mourisca' dos açorianos. Neste âmbito, referem-se frequentemente ao domínio espanhol que, segundo a interpretação dos autores, terá exercido uma forte influência sobre o património genético açoriano. Como se sabe, o período filipino do rou de 1580 até 1640, sendo os Açores integrados no reino espanhol depois da derrota de D. António em 1583.

As observações antropológicas sobre o aspeto visual dos micaelenses não nos merecem muita confiança científica. No entanto, não deixa de ser interessante a observação sobre os lábios grossos e deformados das mulheres. Afinal, segundo a observação do médico, esta deformação tem a ver com o uso habitual da boca para humedecer o linho quando as mulheres estão a torcer o linho para fiar.¹²⁰

De maneira semelhante como os autores anteriores, também os irmãos Bullar falam da convivência entre os animais e os seres humanos:

¹²⁰ No seu artigo sobre a produção do linho por uma agricultora em Moinhos, Porto Moniz (Madeira), Rodrigues (1992: 24) menciona o mesmo hábito que pelos vistos faz parte de uma tradição plurissecular de fiar o linho.

Pigs and donkeys there were in abundance; the swine unusually large and fat, and the donkeys varying from those wizened and wasted forms that ruddle-men, small green-grocers, and "weary" itinerant knife-grinders, belabour and overload in England, to sleek and spirited animals of a size and strength they never attain in our colder climate (Bullar / Bullar 1841, I: 34).

Os porcos continuam a dominar a imagem do espaço público em Ponta Delgada. São apresentados na companhia dos burros, que continuam a exercer o papel de besta de carga por excelência para as mais variadas tarefas comerciais. Pouco depois, os irmãos Bullar fazem questão de referir a importância já formulada duas décadas antes por John White Webster (1821: 42-43)¹²¹ que os burros de São Miguel tinham na época:

The ass is the beast of burden of the island, and there are said to be as many as eight thousand of them in St. Michael's alone. A trifling tax to the government is paid for each. They are not used for draught, but the load is piled on their backs, which are protected by a thick pack-saddle or pannel made of straw, and covered with coarse canvass; and when, as is occasionally the case, a burden is found that one cannot master, four are used. Thus a heavy puncheon is taken from the quay to a store in this fashion. Four jacks are first of all persuaded to stand at equal distances round the pipe of wine. Planks are then brought, to be arranged on the backs of the four in the form of an inverted ☐. One plank is laid on the pannels of the two foremost beasts, another on the pannels of the two behind, and the third plank, having been lashed to the puncheon, is raised together with its weight so as to rest in the middle of the other two, and form the cross of the ☐. The four ends of the letter are then goaded into motion, and away they slowly walk in excellent time to the noisy music of their driver (Bullar / Bullar 1841, I: 43-44).

No tempo anteriormente ao transporte motorizado, os autores enfatizam a importância fulcral dos burros para a ilha de São Miguel na centúria de oitocentos.¹²² Eram utilizados sobretudo como bestas de carga, mas também como animais de transporte pessoal. Neste sentido, a estimativa de oito mil animais para a ilha de São Miguel parece-nos notável. Também é de interesse a descrição da construção utilizada para grandes cargas, para as quais são utilizados quatro animais, em cujas costas se fixam umas tábuas na forma de um ☐.

Para se abastecerem de água, os autores fazem questão de referir que os burros se servem das fontes públicas:

There are fountains in the streets, with tanks by their sides, where asses stop to drink; and these, like marketplaces, are spots where foreigners generally find amusement. The water is carried in barrels, and in pitchers of red pottery; the barrels, which are long and narrow, are frequently slung in pairs over the back of an ass; and the pitchers, which are made in the island, and, being porous, like the Indian gurglets, act in summer-time as water-coolers, possess as much beauty of form as some of those in the British Museum from the ruins of Herculaneum (Bullar / Bullar 1841, I: 34).

¹²¹ Cf. Webster (1821: 42-43): «Almost every family in St. Michael has one or more asses, which are the principal beasts of burden in common use. They are not less adapted to the state of the country, than to the poverty of the inhabitants. All the service, which in other Countries is performed by horses, is here done by asses. They are rarely known to stumble, even upon the most rough and dangerous paths; and, though sluggish in their movements, perform long journies, and carry very heavy loads with little apparent fatigue, subsisting at the same time on the coarsest food. In addition to this, the female affords considerable milk, which is sold to sick persons at a high price», bem como a nota de rodapé correspondente que informa sobre o número de animais que teria havido duas décadas antes: «According to an official return made a few years since, the whole number of asses on the island was somewhat more than seven thousand». Com efeito, devido a duas estatísticas de 1873 e 1900, João (1991: 66) refere entre 7170 e 8899 burros em São Miguel.

¹²²Cf. a nota de rodapé em Webster (1821: 43): que informa sobre o número de animais que teria havido duas décadas antes: «According to an official return made a few years since, the whole number of asses on the island was somewhat more than seven thousand». Com efeito, graças a duas estatísticas de 1873 e 1900, João (1991: 66) refere entre 7170 e 8899 burros em São Miguel.

Parece evidente que não somente devem ter sido os burros quem parava nas fontes, uma vez que previamente ao estabelecimento do sistema público de abastecimento de água as fontes eram de grande importância pela população humana em geral. Daí também se explica a afluência de pessoas que terá contribuído para a promessa de entretenimento que os autores fizeram aos leitores da sua obra.

Julgamos interessante o seguinte testemunho dos irmãos Bullar que permite ver que já na quarta década do século XIX o uso de tabaco terá sido bastante divulgado entre os vários níveis da sociedade micaelense, quer em forma de cigarros, quer em forma de rapé:

Our ass drivers smoked paper cigars, and even a lad of twelve had one in his mouth; but the habit of smoking is not very prevalent among the poor, possibly from their not possessing the means of indulging it. The sale of tobacco is a government monopoly, farmed out to certain licensed dealers, who alone are allowed to sell it. The tobacco is not good. Snuff is taken very generally by all classes of people; whether from the little horn pill-box of the sailor and his wife, or the chased gold and silver one of the squire and baron (Bullar / Bullar 1841, I: 47).

Ao longo dos dois volumes, os autores dedicam várias observações à cortesia e à civilidade do povo açoriano que puderam observar durante a sua presença no arquipélago. Como se vê a seguir, os Bullar ficaram bastante impressionados:

The politeness of the people here is very striking to an Englishman. A countryman will hardly ever pass you without taking off his hat, even when his load may make it a real inconvenience to him; and as there is a serious composure about their courtesy, and an apparent absence of servility, these recognitions seem like tokens of sincere good-will. I do not know that there is more downright civility of purpose about them than there is in John Bull, – very possibly there may be much less. There is certainly more varnish; and a good watch looks better in a gold case though it may go as well in one of Britannia metal (Bullar / Bullar 1841, I: 51).

A cortesia açoriana é caracterizada como extraordinária ('striking'), já que não se limita a pessoas da alta sociedade, mas também se observa em elementos populares, a quem os autores atestam sincera benevolência ('good-will') – um comportamento, aliás, que ainda hoje se encontra com alguma frequência em espaços rurais insulares e continentais. No que respeita à civilidade, questionam se os açorianos realmente chegam a ter a mesma do que John Bull, ou seja, a personagem que personifica a Inglaterra (à semelhança de Zé Povinho em Portugal).¹²³ Se bem que esta avaliação da civilidade micaelense não seja marcadamente positiva, parece-nos evidente que estas palavras devem ser encaradas como um reflexo das normas de civilidade britânicas bastante rigorosas que, afinal, eram mais correntes para os irmãos Bullar do que seriam para a população açoriana.

No segundo volume, os autores retomam o tópico e louvam a cortesia açoriana:

The manners of the highest and of the lowest classes are equally good; easy self-possession is as common to the poorest as to the best born; owing no doubt to their having lived for so many ages under a strict aristocracy of birth where the position of all is defined by such impassable boundaries, that there is neither on the one side the endeavour to rise, nor on the other the determination to prevent it. The women are treated with a deference and courtesy paid to their sex, all consideration of rank out of the question. Thus the best part of every church is allotted to them, and no man takes his place until all the women (even the poorest) are accommodated. They certainly have, in manner at

¹²³ Consta que a figura John Bull foi criada pelo médico escocês John Arbuthnot (1667-1735), autor de várias obras satíricas entre as quais é de destacar *Law is a Bottomless Pit* (1712) que foi o primeiro de quatro opúsculos que introduziram a figura simbólica do advogado britânico John Bull (cf. *Britannica* 2006: 96). A comparação entre as duas figuras alegóricas serviu para várias obras de investigação, sendo uma das recentes de Freeland (1996) que sobretudo se serve da comparação para fins de contraste.

least, none of that want of self-esteem, as the phrenologists have it, which is one of the characteristics and one of the charms of Englishwomen (Bullar / Bullar 1841, II: 216).

Os autores atribuem o bom comportamento das pessoas de qualquer nível da sociedade à influência da aristocracia, dentro da qual a posição de cada elemento seria tão definido como inalterável. Não pretendemos ter conhecimentos de sociologia (ou mesmo de sociologia histórica), mas parece-nos que a explicação do comportamento social micaelense deverá ser algo mais multifacetada.

Em continuação da caracterização da sociedade popular micaelense, Joseph Bullar constata que são um povo mais alegre do que risonho 'as a gay than as a cheerful people':

In judging of them by their amusements, I apprehend they should be described rather as a gay than as a cheerful people. The dances and the crowded balls which are constantly recurring; the religious processions in the streets, and the exciting church services which the policy of the Church of Rome has accommodated to their tastes, indicate a necessity for stimulus which a cheerful people seldom need; but which is necessary to produce gaiety. They have the reputation also of being extremely fond of music; and the number of young men who sing and tinkle guitars is very considerable. It has been asserted that a great fondness for music is a mark of weakness, as well as of great vacuity of mind; not of vice or of downright folly, perhaps, but of a want of capacity or inclination for sober thought; – a preference of sound to sense; and although this may not be true of those who cultivate the art as an occasional amusement, the general aspect of professed musicians, and of persons called "musical men", would seem to support the assertion. The common people here, with much cleverness, have many of these marks; which, although consistent with gaiety, are not consistent with steady cheerfulness of character (Bullar / Bullar 1841, II: 215-216).

Os micaelenses são descritos como um povo que aprecia eventos festivos como bailaricos e bailes, procissões religiosas e missas. O que merece um destaque especial é a vocação especial dos micaelenses para a música. Mas esta merece uma discussão pelos nossos autores, que referem existir-se uma apreciação negativa da vocação musical em geral.¹²⁴ A 'vacuidade mental' alegada por Cobbett leva os irmãos Bullar a constatar que a preferência que os músicos dão ao som, em detrimento da razão, poderia levar a acreditar na veracidade desta afirmação. Considerando-se, assim, que a música não serve para outra coisa do que a diversão, a resultante caracterização negativa dos praticantes da arte musical parece-nos questionável, uma vez, enfim, que se trata menos de um reflexo da observação das realidades açorianas do que a repetição de leituras feitas em obras contemporâneas.

Aquando da sua estadia em Vila Franca em 8 de fevereiro de 1839, os irmãos Bullar pronunciam-se sobre a embriaguez e o vinho em São Miguel:

Drunkenness is very rare amongst the people of this town. I have not seen more than one person intoxicated; and as a man may easily get drunk for something less than a shilling, this is saying a good deal for the temperate habits of the people. The common wine of the country is a sour, heartless potation, with neither body nor soul in it. But although thin in the mouth and watery, it will be found to flush the face if drunk in any quantity; and when new, as it generally is when consumed, is intoxicating (Bullar / Bullar 1841, I: 166).

A ausência de formas visíveis de alcoolismo na cidade leva-os a constatar que os micaelenses raramente estariam alcoolizados. Isto apesar de, como afirmam, o vinho ter um preço bastante económico. Parece-nos, no entanto que esta observação deve ser encarada como demasiadamente generalizadora como a seguinte:

¹²⁴ Foi, com efeito, o polemicista e gramático inglês William Cobbett (1763-1835) quem estabeleceu esta caracterização que foi quase literalmente aproveitada pelos irmãos Bullar: «O no! the heart of man is not to be known by this test: a great fondness for music is a mark of great weakness, great vacuity of mind: not of hardness of heart; not of vice; not of downright folly; but of a want of capacity, or inclination, for sober thought» (Cobbett 1829: Letter V: § 245).

July 5. – To-day, for the first time since I have been in these islands, I have seen two boys fighting; that is, pushing, scratching, and pulling hair. They had no notion of the use of the fist. The men generally war with a woman's weapon, – the tongue, observing so much politeness, even at the climax of their rage, as to call each other "senhor"; but, in many cases, where two Englishmen would strip to fight, the Azoreans would use the knife. They occasionally fight with sticks, or rather long poles, requiring much dexterity in the management. When used in sport, the rencontre is much more graceful than our game of single-stick (Bullar / Bullar 1841, II: 207-208).

Neste trecho que se refere a um acontecimento em Povoação em 5 de julho de 1839, os autores afirmam que durante mais de meio ano no arquipélago (recorde-se que desembarcaram em Ponta Delgada em 6 de dezembro de 1838) não tinham visto rapazes a lutar – uma coisa tão insólita que eles até não sabiam como usar os punhos! Neste mesmo âmbito, debruçam-se sobre as formas de luta entre os homens açorianos (nas raras situações em que tal é necessário, claro), merecendo-lhe destaque especial o que julgamos ser o jogo do pau (que, aliás, é uma forma tradicional de combate não só açoriana, mas também portuguesa e galega – como ainda se encontra praticado noutros países).

Neste mesmo âmbito é de interesse o que os autores observaram sobre os jogos infantis e de adultos que então se praticavam em São Miguel:

The games of the Azoreans are not numerous. Children play at peg-tops, and men at cards; but the favourite game in the open air is that of ring ball, which I have understood is still in vogue in some parts of the north of England. It is very accurately described by Strutt in his book on "British Sports and Pastimes"; and precisely resembles the game played universally through these islands, except that there is no iron arch in addition to the ring, and the handle of the mallet is shorter.

"The game is played", says Strutt, "in a ground or alley appropriated to the purpose, and a ball is to be driven from one end of it to another with a mallet, the handle of which is about three feet three or four inches in length; and so far it resembles pall-mall; but there is the addition of a ring which is not mentioned by Cotgrave; I have, however, been told that it was sometimes used in the game of mall. This ring is placed at an equal distance from the sides of the alley, but much nearer to the bottom than the top of the ground, and through this ring it is necessary for the ball to be passed in its progress. The ring is made to turn with great facility upon a swivel, and the two flat sides are distinguished from each other: if the ball passes through the one it is said to be lawful, and the player goes on; but if through the other it is declared to be unlawful, and he is obliged to beat the ball back, and drive it through again, until such time as he causes it to pass on the lawful side: this done, he proceeds to the bottom of the ground, where there is an arch of iron, through which it is necessary for the ball to be passed, and then the game is completed. The contest is decided by the blows given to the ball in the performance, and he who executes his task with the smallest number is the victor". I cannot say whether the rules here mentioned are the same as those of the game in vogue at St. Michael's, but the description is singularly accurate. It is played both by men and boys.

The other game common here is played in an alley like the last; two pins, or logs of wood, or pieces of stone, being set on end, about twelve paces asunder. The object of the players is to knock these down, and each pitches a stone at the pin, and changes from one end of the alley to the other, after each pitch, in the same way as in the game of quoits (Bullar / Bullar 1841, II: 157-159).

Segundo os autores, somente se observam poucos divertimentos lúdicos. Assim, somente mencionam para as crianças o jogo ao pião e para os homens sobretudo os jogos de cartas. Para além disso, os irmãos referem dois jogos que podem ser identificados como o jogo da emboca (cf. Fonseca 2005 e Marin / Ribas 2013)¹²⁵ e o jogo da malha.

¹²⁵ A fonte referida pelos autores é a obra *Glig Gamena Angel Deod: The Sports and Pastimes of the People of England* do gravador e historiador inglês Joseph Strutt (1749-1802). Na sua obra, Strutt (1810: 96) menciona o jogo da emboca como um jogo ainda praticado no norte da Inglaterra, isto apesar de já ter sido referido no *Orbis sensualium pictus* (1658) do pedagogo checo Jan Amos Komenský (1592-1670).

2.2 OBSERVAÇÕES SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

No que diz respeito à língua portuguesa e áreas afins, são poucas as observações dos nossos autores. A primeira tem a ver com o substantivo português 'saudade':

There is a word in Portuguese, (for which, I believe, there is no English synonyme, signifying that yearning love for absent friends, which we feel when they are far away from us; and there is also a flower which lovers and friends give to one another at parting, called by the same name (Bullar / Bullar 1841, I: 55).

Para além deste texto que nos informa sobre o substantivo sem efetivamente identificá-lo, este vem acompanhado por uma nota de rodapé no fim da mesma página.

The word is pronounced "souadade"; but as it is not in Vieyra's Portuguese dictionary, I cannot vouch for the spelling.

É evidente que um substantivo 'souadade' não pode ser encontrado no referido dicionário *A Dictionary of the Portuguese and English Languages, in two parts: Portuguese and English, and English and Portuguese* do gramático e lexicógrafo luso-inglês António Vieira Transtagano (1712-1797).

Uma consulta, porém, da entrada 'Saudáde' em Vieira (1827, I: SAT-SAU-SAV) permite-nos ver que o termo de facto é mencionado no referido dicionário – e verificámos que desde a primeira edição de 1773 sempre a tem havido, embora numa extensão menor:

Saudáde, s. f. properly is that longing, craving or great desire one has to see a person he doats upon. (Lat. desiderium) See Saudar. Dr. Swift calls it desiderium. – Tenho muytas saudades delle, I long mightily to see him. Morro com saudades de o ver, I die with impatience to see him. Matar ou desafogar saudades, see Desafogar saudades. A todos deixou saudades de si, he was missed by every body. Dai-lhe muytas saudade [sic!] da minha parte, remember me to him. Saudade, cravingness, an earnest or eager desire after a thing. Saudade, a flower called columbine.

Outro aspeto linguístico interessante são as observações que os autores fazem sobre a antroponímia oitocentista. Longe de ser um fenómeno meramente micaelense ou açoriano, vemos testemunhada aqui o primeiro passo de uma evolução de alcunhas a apelidos estáveis que servem para famílias inteiras:

April 7, Sunday. – Our neighbour Francisca, who suffers much and long from a bad husband, has apparently been undergoing her usual Sunday morning torments, – her husband being at home for the day. From his irregular Satanic temper he is not inappropriately called by the townspeople Francisco do Diabo. This habit of nicknaming is very common among all ranks of people in these islands; and thus the poor, who generally have no surname, not unfrequently acquire some fitting nickname, which, if once appropriate, sticks to them and their heirs for ever, with the same tenacity that Sheepshanks, Ramsbottom, or Hog, has stuck to the well-made and temperate heirs of crooked or greedy Englishmen. Thus it has been with Antonio Bicho. Bicho, in Portuguese, signifies a worm, and more generally all kinds of small vermin: this was applied to Antonio's father, either on account of his complexion, a reddish brown like an earthworm, or from his having been a mauvais sujet, the Portuguese synonyme of which is "worm". On this point, however, the native genealogists are doubtful; but be this as it may, it is now applicable to the complexion only of the present possessor, who is a worthy upright fellow enough. Our thin, wiry, elastic ass-driver "Spider", – Aranha – was so called from his spider-like look, and the name has stuck to him and to his children. The amiable, tranquil old man at the Furnas, being, like Sancho, "a peaceable tame quiet man", was called "John Quiet" by his master, and he and his children and grandchildren are known by no other name.

Two Christian names are not uncommon among the women, and the addition of Jesus or the name of a saint is generally made, as Thomazia de Jesus. The wealthy, however, add name to name, until at length when you approach the throne and a royal infant is to be baptized, it takes the breathless priest (say the newspapers) a tedious half hour to stammer through his foolish list of "Christian" names (Bullar / Bullar 1841, I: 255-256).

No segundo parágrafo do trecho, os autores criticam a composição dos nomes próprios que (tal como o permite a lei onomástica moderna) se compõe de até dois elementos onomásticos. Mas os autores não têm qualquer compreensão pela tendência da nobreza da atribuição de grande número de nomes próprios no ato do batismo.

2.3 COSTUMES FUNERÁRIOS

Tal como os autores anteriores (e como já vimos em Kemmler 2014), também os irmãos Bullar não deixaram de observar e comentar as cerimónias religiosas de que foram testemunhas. Como já vimos, um dos aspetos que desde sempre despertou mais interesse da parte dos viajantes que passaram pelo arquipélago foi a cerimónia funerária e os atos relacionados com as respetivas tradições locais.

It is the law of the land, that no corpse shall remain above ground more than twenty-four hours; and it is frequently the custom to carry the body to the church some time previously to burial, where it is laid on tressels in an open bier, and prayers are chanted over it.

The corpse of a child, the son of the military governor of the island, was borne to the church at night not long ago; and having been duly laid on the tressels, covered with the pall, and surrounded by priests and tall tapers, they began their nasal chant over his body. In one of the pauses the pall was observed to move, and presently afterwards the dead arose, rubbed his eyes, and called for his mamma. The poor boy had slept twelve hours in his bier; had he continued sleeping through the priests' chant, (which any one who has once heard them sing must believe to be impossible), he would in all probability have been buried alive (Bullar / Bullar 1841, I: 53).

Neste primeiro trecho, os autores observam criticamente a exigência legal (e higiénica, claro) de um enterro no dia seguinte ao do óbito. No caso relatado, o filho do governador militar de São Miguel terá sido transportado à igreja como morto, tendo acordado depois de sete horas de velório dentro da igreja. A conclusão é óbvia: se tivesse continuado a dormir, teria sido enterrado vivo.

No segundo trecho, os irmãos Bullar relatam a procissão funerária, a cerimónia e o enterro do vizinho que terá falecido em Vila Franca no dia 27 de janeiro de 1839:

January 28. – Our opposite neighbour, an old man who died in the previous night, was buried yesterday morning. The priests chanted a part of the funeral service in his bed-room, which was lighted up with many candles; after which, and preparatory to burial, the body was borne to the church in an open bier. This is the custom with the poor of these islands, who are never buried in coffins. The body was dressed in a suit of black, a black silk handkerchief was tied over the face; and the hands, which were the only visible part of the corpse, were clasped upon his breast: they were white and withered, and looked very dead. The bier was an oblong wooden cradle, with bars at the sides, having a solid bottom, and a small shelf furnished with a round hole, in which the head rested. This was borne on the shoulders of four men, who wore over their every-day blue jackets, loose garments like tarnished flannel-night-gowns. The funeral procession was headed by a man wearing a similar gown, who carried on a tall pole a dingy yellow banner; he was followed by a servitor in a black gown and white muslin cape, who held before him a large wooden crucifix, and walked backwards or forwards as occasion seemed to require. Four priests, with tufted cylindrical caps of black silk, in addition to a dress like the servitors 1, marched in file on each side of the street, chanting in hoarse tones the service for the dead, and behind them, in the centre of the road, the bearers swayed from side to side under the weight of the corpse. The priests chatted, took snuff, and blew their noses, with the natural unconcern of

undertakers; the bearers talked loudly and asthmatically to one another, under the pressure of the heavy bier; children ran among the priests and bearers blowing reed pipes and screaming, and a laden ass trotted through the procession without hindrance or observation. There were no mourners: neither was there composure, nor quiet, nor the hush of decency, nor even the outward show of grief; no single object, in fact, but the white hands of the corpse, to remind you of the dead. The only solemn figure in the procession was a whiteheaded and bare-footed old man, much bent with years, who followed close behind the corpse, carrying his well-worn crucifix and beads, and who seemed as if he might have attended there rather to mourn his own near approach to the grave than the death of another man.

The procession having reached the church, the bier was placed in the centre aisle; the attendants busied themselves in placing several clumsy wooden candlesticks around it and lighting the long tapers, while the portly priests opened their red-lettered mass-books, talked unconcernedly, and took more snuff. The silent old man knelt at a distance on the pavement, muttered his prayers, and looked sad. At noon the bier was removed to the burying ground in the outskirts of the town; a service was chanted in a small chapel, the body was dropped into a shallow grave with a dull bump, and the earth was thrown in upon it, and trampled down (Bullar / Bullar 1841, I: 150-153).

Em comparação com relatos anteriores observa-se que o enterro já não se realizava dentro da própria igreja, mas sim dentro do cemitério que se encontrava a alguma distância da cidade.

3 CONCLUSÕES

Sem dúvida, a obra publicada pelo médico Joseph Bullar (1808-1869) e o seu irmão, o advogado Henry Bullar, é uma das obras mais importantes de todas as que pertencem ao género da literatura de viagens e que se debruçaram sobre o arquipélago açoriano ao longo do século XIX.

Se bem que a obra não seja completamente isenta de preconceitos e de opiniões que se devem à origem e à formação dos dois autores, deparamos em larga medida com a honesta intensão de retratar as coisas vistas e de narrar os eventos testemunhados. As avaliações feitas nem sempre são positivas e há certas classes, tais como os padres e outros agentes da igreja, que frequentemente (ou até quase sempre) são objeto de crítica da parte dos autores.

No entanto, parece-nos lícito concluir que a população micalense parece descrita de forma bastante mais objetiva e muito menos com base em preconceitos do que vimos nas obras anteriores de Thomas Ashe e Mark Twain em 1813 e 1869, respetivamente (Kemmler 2012), de John White Webster em 1821 (Kemmler 2013a) e de Edward Boid em 1834 (Kemmler 2013a).

Com os trechos selecionados pretendemos, enfim, chamar a atenção para o facto de os dois volumes dos irmãos Bullar ainda nos oferecerem um manancial de informações sobre os Açores em finais dos anos 1830 que merece, que deve ser estudado – e de preferência com base no texto original inglês porque, afinal, qualquer tradução não pode ser outra coisa senão uma mera aproximação que, apesar de meritória, dificilmente pode prometer resultados fidedignos num trabalho com pretensões científicas.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- *Britannica* (2006) = *Britannica Concise Encyclopedia*, Chicago; London; New Delhi; Paris; Seul; Sydney; Taipé; Tóquio: Encyclopædia Britannica, Inc.
- Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841): *A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas*, vol. I, Londres: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].
- Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1949): *Um inverno nos Açores e um verão no vale das Furnas*, tradução do inglês por João Hickling Anglin, com um prólogo de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Cobbett, William (1829): *Advice to Young Men, and (Incidentally) to Young Women, in the Middle and Higher Ranks of Life: in a series of letters addressed to a youth, a bachelor, a lover, a*

husband, a father, a citizen, or a subject, Andover; London: Printed by B. Bensley; Published by the Author.

- Fonseca, Júlio da (2005): «Estudo Etnográfico e etnológico do Jogo da Emboca na Freguesia de Santa Bárbara na Ilha Terceira / Açores», dissertação de licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física, Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física Estudos Sócio-Antropológicos do Jogo e do Desporto, em: <http://hdl.handle.net/10316/16435> (última consulta:).
- Freeland, Alan (1996): «Zé Povinho and John Bull: Portuguese Perceptions of Britain, 1870-90», em: *Portuguese Studies* 12, págs. 78-88.
- João, Maria Isabel (1991): Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas, Lisboa: Edições Cosmos.
- Kemmler, Rolf (2012): «Notas sobre a percepção dos Açores no mundo anglofono novecentista I: Os habitantes dos Açores segundo Thomas Ashe (1813) e Mark Twain (1869)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2012): *Atas / Anais do XVII Colóquio da Lusofonia (Lagoa, São Miguel, Açores): 30 de março a 3 de abril de 2012*, CD-ROM (ISBN 978-989-95891-9-3), ficheiro CD atas Lagoa 2012 / atasXVIIlagoa2012.pdf, págs. 175-190.
- Kemmler, Rolf (2013a): «Notas sobre a percepção dos Açores no mundo anglofono novecentista II: John White Webster e *A description of the Island of St. Michael* (1821)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2013a): *Atas / Anais do XIX Colóquio da Lusofonia (Maia, São Miguel, Açores): 14 -17 de março de 2013*, CD-ROM (ISBN 978-9898607-01-0), ficheiro atas-anais 2013maia.pdf , págs. 169-185.
- Kemmler, Rolf (2013b): «Notas sobre a percepção dos Açores no mundo anglofono novecentista III: Edward Boid e *A Description of the Azores or Western Islands* (1834)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2013b): *Atas / Anais do XX Colóquio da Lusofonia (Seia): 15 -18 de outubro de 2013*, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-02-7), ficheiro Atas Anais Seia 2013, págs. 232-244, versão atualizada em http://www.lusofonias.net/doc_download/1709-atas-seia-2013-20o-coloquio.html, págs. 244-256.
- Kemmler, Rolf (2014): «A receção de *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas* (1841) na imprensa contemporânea», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2014): *Atas / Anais 2014 XXI Colóquio da Lusofonia, Terrace Café O Moinho, Porto Formoso, S. Miguel, Açores, 24-27 abril de 2014*, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-03-4), pasta CD Atas2014Moinhos, ficheiro ATAS2014MOINHOS.pdf, págs. 299-309.
- Marin, Elizara Carolina / Ribas, João Francisco Magno (orgs.) (2013): *Jogo Tradicional e Cultura*, Santa Maria: editoraufsm, em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/127865> (última consulta).
- Report (1834) = Report from His Majesty's Commissioners for Inquiring into the Administration and Practical Operation of the Poor Laws: Appendix (F), Foreign Communications, London: Ordered by the House of Commons.
- Rodrigues, Fátima (1992): «Linho a urdir e linho a tapar», em: *Xarabanda Revista* 2, págs. 20-27.
- Strutt, Joseph (²1810): *Glig-Gamena Angel-Deod, or the Sports and Pastimes of the People of England: including the rural and domestic recreations, May games, mummeries, pageants, processions and pompous spectacles, From the earliest Period to the present Time, illustrated by Engravings selected from Ancient Paintings, in which are represented most of the popular diversions*, Second edition, London: Printed by T. Bensley; for White and Co.; Longman, Hurst, Rees and Orme; Lackington, Allen, and Co.; John and Arthur Arch; John Murray; John Harding; Crosby and co.; and Charles and Robert Baldwin.
- Vieira, António (1827, I): *A Dictionary of the Portuguese and English Languages, in two parts: Portuguese and English, and English and Portuguese: A new edition, carefully corrected, and very considerably improved, By J. Dias do Canto, With the Portuguese Words properly accented to facilitate the Pronunciation to learners, Part I, Portuguese and English*, London, Printed for J. Collingwood; Longman, Rees, Orme, Brown and Green; J. Cuthell; T. Cadell; G. G. Whittaker; J. Booker; T. Boosey

and sons; Dulau and Co.; J. Richardson; J. M. Richardson; Simpkin and Marshall; J. Nunn; Harding and Co.; Parbury, Allen, and Co.; Hamilton, Adams, and Co.; W. Mason, and Treuttell and Co. [Part II com as mesmas referências]

- Webster, John White (1821): A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or Western Islands: originally communicated to the Linnean Society of New-England, Boston: Published by R. P. & C. Williams.

20. SUSANA MARIA DE ARRUDA TELES MARGARIDO, ESCRITORA AÇORIANA CONVIDADA, S. MIGUEL AÇORES,



AUTORA INFANTOJUVENIL HOMENAGEADA NO 3º PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE



SEIA 2014. SESSÃO DA UNIV AÇORES PARA OS PROFESSORES DE PORTUGUÊS NA AMÉRICA



MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014



SEIA 2014



MOINHOS 2014

SUSANA MARIA DE ARRUDA TELES MARGARIDO apresenta dois trabalhos

3.1.2. A LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO

3.1.2. ALGUNS CONTOS DE SOPHIA

TEMA 3.1.2 A LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO, Susana Teles Margarido

Não parece existirem dúvidas quanto às potencialidades da literatura infantil. Verifica-se que ela se revela condicionadora do sucesso quer escolar quer social do indivíduo, enquanto parte integrante de uma sociedade em permanente desenvolvimento e, por conseguinte, cada vez mais competitiva. É essa a opinião expressa por Fernando Azevedo em «Literatura Infantil. Receção leitora e competência literária»:

A interação precoce com textos literários de qualidade é estrategicamente reconhecida como profícua para o sujeito. De facto, por meio dela, a criança tem a possibilidade de aceder a um conhecimento singular do mundo, expandindo os seus horizontes numa pluralidade de perspetivas (cognitiva, linguística e cultural), encontrando raízes para uma adesão frutificante e efetiva à leitura (AZEVEDO, 2006: 11).

A principal e fundamental finalidade da literatura infantil é a de desenvolver, na criança, o gosto pela leitura, o prazer perante a criação de universos de ficção. Tem também a tarefa de introduzir as palavras no mundo mágico da criança, possibilitando-lhe não só percebê-las e usá-las, como também usufruir delas no contexto da imaginação.

A literatura infantil procura exprimir aspetos da realidade através de um sistema de representações, quase sempre com apelo à fantasia.

A psicologia infantil tem demonstrado que a literatura para os mais pequenos exerce uma influência indispensável para o desenvolvimento saudável das crianças porque, como afirma Fernando Azevedo

[...] a infância e os primeiros anos de vida da criança [...] constituem momentos fulcrais na aquisição de conhecimentos estruturantes, condicionadores, em larga medida, das suas aprendizagens futuras¹²⁶.

Utilizando uma linguagem sintética e emotiva, cujos recursos são essencialmente lúdico-simbólicos, a literatura infantil concede aos seus leitores a possibilidade de se apropriarem da língua; assim se proporciona à criança, desde cedo, a oportunidade de chegar à palavra pelo prazer, condição essencial para que esse acesso e aprendizagem possam ser reais e proveitosos. Os textos para a infância oferecem ainda estratégias para que as crianças, em circunstâncias subsequentes, se tornem aptas para conviverem com utilizações da linguagem pouco frequentes, que, mais tarde, se tornam comuns e indispensáveis. Para além disto, a literatura infantil possibilita que, sem ser obrigada ou ser constrangida, a criança tenha acesso à língua, não como objeto de estudo, mas sobretudo como atividade dinâmica, suscetível de ser manipulada nas suas diferentes funcionalidades.

Os textos literários propiciam aos seus destinatários uma aprendizagem sobre os próprios textos e o sistema de comunicação em que eles acontecem. Ao lerem e interagirem com as obras literárias, os leitores aprendem a conhecer e a dominar os códigos literários. Vários autores designaram esta capacidade de *competência literária*.

É essa competência literária, na opinião de Fernando Azevedo, que permite, por exemplo, que o leitor perceba que os factos expostos no texto não mantêm obrigatoriamente uma relação de exatidão com o

¹²⁶ AZEVEDO, 2007: [s/p].

mundo experiencial em que se situam os recetores e que aquilo que aí é exposto nunca deverá ser lido a partir de princípios inflexíveis¹²⁷.

Sendo a criança um leitor em formação, a literatura para a infância pode, desde cedo, melhorar e ampliar o seu universo de referência, quer através do alargamento do seu vocabulário quer através do enriquecimento das estruturas gramaticais que consolidam a sua utilização da língua. Para Fernando Azevedo, tudo isto explica a variedade de procedimentos dos leitores frente a um mesmo texto: *se uns estão habilitados para identificarem a transgressão das regras e / ou para anteverem o desfecho da história, outros, visto que não possuem um conhecimento razoavelmente adequado, estão mais expostos a situação de comprovada inaptidão*¹²⁸.

Por outro lado, a literatura infantil pode, a um nível precoce, contribuir, de forma categórica, para o aumento do sucesso escolar e, através deste, do sucesso social da pessoa. Pela literatura, a criança tem a possibilidade de, antes do início da escolarização, utilizar a língua, identificando, embora de uma maneira ainda não muito ponderada, as suas muitas funcionalidades, atitude que, ao longo da sua progressão no ensino, irá aprofundando e melhorando

Além disso, a literatura infantil faculta à criança uma ampliação das suas perspetivas e a possibilidade de crescimento e de alargamento da sua capacidade de diálogo com outras culturas e com valores alternativos aos seus; através dela, a criança é preparada para aceitar as diferenças, percebendo que o mundo pode ser descortinado de múltiplas formas, formas essas que são também válidas e necessárias para a existência do indivíduo e para a sua relação com os outros.

Segundo Sánchez Corral, é a literatura que permitirá ao leitor ainda pouco experiente formar e ampliar o seu *horizonte de expectativas*, obtendo os instrumentos conceituais que lhe permitirão relacionar-se com os mais variados produtos da cultura¹²⁹. Um dos papéis da literatura infantil e juvenil é, no entender de Teresa Colomer Martínez, o de dar à criança o acesso ao imaginário humano representado pela literatura, mas também o de lhe possibilitar conhecer os modelos narrativos e poéticos próprios da literatura da sua cultura¹³⁰. A este propósito, Fernando Azevedo enumera posições de diversos autores:

[...] Glenna Davis Sloan (1991) enfatiza a importância de um contacto ativo da criança com textos literários: permitindo familiarizá-la com ferramentas comunicativas produzidas para dar sentido à experiência pessoal e coletiva e para explorar os limites e / ou as possibilidades expressivas da linguagem, o sujeito adquire não só o sentido de pertença a uma comunidade de leitores (Cairney e Langbien, 1989), compartilhando textos e interpretações (Bloom & Egan-Robertson, 1993), como, igualmente, passa a dispor de um saber que lhe permite, de modo consciente, decidir se quer exercer ou não o seu direito à aventura individual sobre a linguagem (AZEVEDO, 2006 a: 44).

Regina Zilberman refere uma função da literatura infantil que a torna imprescindível e que determinou o seu aparecimento: é a missão formadora. *Por um lado, incute valores sociais e / ou éticos, independentemente de serem ou não úteis à sociedade ou ao desenvolvimento intelectual do leitor; por outro, propicia hábitos que poderão ser de consumo e de comportamento socialmente correto*¹³¹.

O discurso literário infantil apresenta-se numa linguagem carregada de ideologia. A literatura cria mecanismos que preparam a criança para refletir sobre os valores da sociedade. A literatura não imita o real, transfigura-o de forma crítica e emocionada, recria a realidade através de um elo que permite identificar uma determinada vivência: «*Nada que se escreve é gratuito ou ingénuo, porque pressupõe um sentido e uma*

¹²⁷ AZEVEDO, 2006 a: 39-40.

¹²⁸ Cf. AZEVEDO, 2006 a: 35 e ss.

¹²⁹ Cf. SÁNCHEZ CORRAL, 2001: 76-83.

¹³⁰ COLOMER MARTÍNEZ, Teresa, 2005: 204-206.

¹³¹ Cf. ZILBERMAN, 1987:36.

posição diante da vida, pois, sem isso, o texto se torna amorfo e de inútil identificação» (Yunes e Pondé, 1988: 40).

Se a escrita se configura como um meio transmissor de informação, a leitura apresenta-se como uma forma de aquisição de conhecimentos: «*instrumento para a sensibilização da consciência, para a expansão da capacidade e interesse de analisar o mundo*» (YUNES e PONDÉ, 1988: 10).

A convivência com textos literários permite àqueles que com eles interagem ter acesso ao saber e à posse da cultura, compreendida quer numa ótica de bens simbólicos, quer numa ótica de instrumentos de conhecimento e de ação:

A Literatura Infantil, enriquecendo a imaginação da criança, vai oferecer-lhe condições de libertação sadia, ensinando-lhe a libertar-se pelo espírito: levando-a a usar o raciocínio e a cultivar a liberdade (CARVALHO, 1989: 21).

Luís Sánchez Corral, citando Lotman, refere que a literatura infantil é como toda a arte: uma outra forma de pensar, um outro sistema de modelação do mundo; a criação de outro mundo paralelo¹³². Aqui reside a experiência estética, em particular a infantil; o poder simbólico e o poder mágico de construir universos constitui uma exigência necessária ao desenvolvimento da personalidade durante a infância: «*el niño necesita que se le ofrezcan situaciones comunicativas propicias para construir “mundos posibles”*» (SÁNCHEZ CORRAL, 1999: 90).

A literatura infantil como arte que é propicia uma fuga às restrições da comunicação pragmática do discurso não estético (moralizante, pedagógico, informativo). Para Sánchez Corral, é no espaço de alternativas, de confronto entre a *realidade empírica* do discurso pragmático e a *ficção autorreferencial* do discurso estético onde se cria o prazer dos textos literários infantis¹³³.

Sendo arte, a literatura infantil implica ações de construção, expressão e conhecimento. Configura-se, segundo os teóricos, no motivo principal da interação da criança com o universo, com o outro e consigo mesma. A literatura infantil é a mais importante atividade lúdica na vida das crianças; exercita a linguagem verbal e escrita, fortalece o crescimento psicológico e intelectual, sugere recursos infinitos que permitem um enriquecimento do conhecimento e da imaginação.

A arte é cada vez mais uma necessidade, pois o homem contemporâneo anseia superar o quotidiano, absorver o mundo e controlar a realidade. Toda a arte cumpre uma prática ética e social. Traduz, por isso, sempre uma ideologia, podendo ou não se comprometer, em grau diferenciado, com o mundo referencial. Podemos, então, dizer que a arte é social porque sofre a ação do meio e exerce influência sobre ele. É, assim, social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra e produz sobre os indivíduos efeitos que modificam a sua conduta e conceção do mundo, ou reforça neles a consciência dos valores sociais.

Yunes e Pondé referem a este respeito que «um dos papéis da arte na vida social, hoje é (...) a formação de um novo homem, uma nova sociedade, uma nova realidade histórica, uma nova visão de mundo» (YUNES e PONDÉ, 1988: 10). A obra literária é, então, «*um objeto social; para que exista é preciso que alguém escreva e um outro a leia*» (YUNES e PONDÉ, 1988: 38).

É sobretudo através da reflexão crítica proporcionada pela leitura que a literatura exerce a sua função social. A leitura é, portanto, um ato social. A criança, ao realizar a leitura de textos literários, procura um sentido nas palavras; aventura-se na descoberta do enigma do código escrito.

¹³² Cf. SÁNCHEZ CORRAL, 1999: 90.

¹³³ Cf. SÁNCHEZ CORRAL, 1999: 90.

É incontestável que a leitura constitui uma das conquistas da humanidade. Pela leitura, o ser humano não só absorve o conhecimento, como pode transformá-lo num processo de aperfeiçoamento contínuo. A leitura possibilita a emancipação da criança e a assimilação ou questionamento dos valores da sociedade. É uma atividade de questionamento, consciencialização e libertação.

Neste processo, há que ter sempre em conta a qualidade da obra¹³⁴ pois, estando a criança em formação, este é um aspeto que não pode ser descurado.

Sobre esta questão, Bárbara Vasconcelos de Carvalho afirma que não há temas bons ou maus. É a totalidade da obra que terá de ser avaliada. Uma obra que seja verdadeiramente uma expressão de arte, onde tudo se harmoniza, é uma boa obra; assim «*o poético, que caracteriza a obra de arte, realiza a sua plenitude*» (CARVALHO, 1989:19). Os critérios utilizados na escolha de uma obra infantil deverão ser os mesmos que distinguem a qualidade de outra qualquer modalidade literária.

A literatura infantil, porque é arte pode, e deve ter uma função formadora, mas essa função formadora, que não se pode confundir com uma imposição pedagógica, é uma missão para a qual está dirigida toda a cultura: a do “conhecimento do mundo”. Ou seja, a literatura infantil deverá dar a conhecer o mundo através da criatividade e da fantasia do escritor, propiciando a *emancipação do saber*, que Hans Robert Jauss refere na sua obra¹³⁵.

Por tudo isto, os educadores têm de fazer opções para que as crianças e jovens sintam vontade de ler, retirando por isso prazer do que leem. Essas opções deverão ser demarcadas, por um lado, pela escolha do texto e, por outro, pela adequação deste ao leitor. Por sua vez, o prazer extraído do texto não significa, como refere Ana Maria Machado, citada por Fernando Azevedo,

[...] solamente encontrar divertida una historia o seguir las peripecias de una trama atractiva y fácil; además de los placeres sensoriales que compartimos con otras especies, existe un placer puramente humano: el de pensar, descifrar, argumentar, razonar, cuestionar, en fin, unir y confrontar ideas diversas. Y la literatura es una de las mejores maneras de encaminarnos hacia ese territorio de refinados placeres (AZEVEDO: 2006 a: 13).

É fundamental que o valor que orienta a seleção se relacione com a qualidade estética da obra, pois a literatura infantil só atinge o estatuto de arte e se afasta da sua origem comprometida com a pedagogia, quando oferece textos de valor artístico aos pequenos leitores.

A relação entre o leitor e a obra implica uma coincidência mínima entre o mundo apresentado no texto e o contexto no qual participa o recetor. Quanto mais este procura um conhecimento do real e um posicionamento perante o mesmo, tanto maior é o auxílio que a obra de ficção tem a dar, em consequência das suas capacidades sintetizadoras do todo social.

Tendo isto em consideração, a maior necessidade da criança é o conhecimento de si própria e do ambiente no qual está inserida, que é, primordialmente, o da família e o da sociedade. A ficção indica-lhe uma visão do mundo que preenche as lacunas resultantes da sua reduzida experiência existencial, através da linguagem simbólica. Assim, o leitor identifica o contorno dentro do qual está inserido e com o qual partilha êxitos e contrariedades.

É a convivência com o texto que permite ao leitor a ampliação de horizontes, se a obra preencher as condições concernentes à qualidade literária. É no suposto intercâmbio cognitivo entre o texto e o leitor que

¹³⁴ «[...] o texto literário de qualidade é aquele que, graças a uma organização complexa e intensa da linguagem, mantém incessantes potencialidades subversivas face aos códigos, assegurando aos seus recetores a possibilidade de aí encontrarem, a cada nova leitura, novos espaços para a aventura hermenêutica» (AZEVEDO, 2006 a: 36).

¹³⁵ Cf. JAUSS, Hans Robert, 1993.

está implícito o prodígio da leitura. A leitura não representa apenas a assimilação de uma certa mensagem, mas antes uma convivência particular com o mundo criado através do imaginário. O texto literário não se circunscreve a um determinado conteúdo reificado, mas depende da apropriação individual da realidade que recria. Se uma leitura não for compreendida, na sua totalidade, converte-se numa leitura não autêntica.

Toda a arte, e também a literatura infantil, impõe um exercício de hermenêutica, pois é crucial dar relevância ao processo de compreensão. É esta compreensão que complementa a receção, no sentido em que não evidencia apenas a captação de um sentido, mas as relações que existem entre a interpretação e o nível intelectual do leitor. É por isso imprescindível que a criança compreenda o texto, devendo ser estimulada a verbalizar a leitura e auxiliada na percepção dos temas. Só a partir desta etapa é que se pode falar em *competência literária* e em leitor crítico.

A criança nasce ávida de descobertas e assimila tudo o que possa estimular a sua criatividade. Compete aos adultos oferecerem-lhe recursos para que essas necessidades possam ser satisfeitas, de uma forma semelhante aos alimentos que as tornarão fortes e saudáveis. Esses recursos deverão ser, sobretudo, os livros, os bons livros. A leitura é uma “necessidade básica” do “sistema intelectual”; deve, por isso, ser estimulada para que esse “sistema” não atrofie originando indivíduos portadores de “paralisia intelectual crónica”.

Note-se, no entanto, e segundo a opinião de Bárbara Vasconcelos de Carvalho, que estimular o gosto pela leitura não poderá confinar-se a constituir um acervo arbitrário, mas deve incluir uma reflexão crítica sobre esse mesmo acervo, na sua essência e nos seus *valores constantes e variáveis*¹³⁶.

Está comprovado que a literatura infantil desempenha um papel decisivo e fundamental na formação da personalidade das crianças; é, por isso, cada vez mais necessário dar-lhe a nossa atenção e valorizá-la.

A escolha de uma obra destinada a crianças terá de ser baseada na sensibilidade, no bom senso e sobretudo no conhecimento; da literatura e da criança, com as suas necessidades específicas e gostos, de forma a despertar a sua curiosidade estética. As necessidades são, muitas vezes, criadas por nós; há que desenvolver na criança essa necessidade: a paixão pela leitura. Esta é, sem dúvida, uma tarefa difícil, porventura impossível, até, mas a persistência associada a uma boa escolha poderá conduzir a resultados muito positivos.

Um aspeto de grande importância, que não queremos deixar de realçar, quando se fala de literatura infantil, é a linguagem. A linguagem literária, pela sua natureza instigante, leva o leitor a meditar sobre uma série de questões. No entanto, dada a complexidade do discurso literário, em termos de compreensão do texto, um dos principais instrumentos para a iniciação à leitura deverá ser a literatura infantil; isto porque se, por um lado, ela não está desvinculada da literatura geral, por outro, a linguagem é menos complexa o que propicia um maior estímulo à criação de hábitos de leitura. O texto literário veicula uma linguagem distinta da linguagem comum o que faz com que a literatura assuma um papel ainda mais amplo, pois deixa de ser sinónimo de erudição e transforma-se num instrumento de reflexão e interpretação do pensamento alheio.

A condição básica para qualquer manifestação do pensamento é o domínio da língua. A criança muito pequena não analisa; a mensagem dos contos chega até ela através do contador da história que deverá saber transmiti-la através de dois recursos essenciais: a adequação à idade e a linguagem.

A linguagem, por tudo isto, deve ser simples, mas há, no entanto, que ter o cuidado de não a deixar cair no facilitismo. Note-se que não existe uma linguagem para adultos e outra para crianças; não existe um vocabulário infantil. Escrever para a infância, implica escrever com espontaneidade e versatilidade, a fim de aumentar o repertório linguístico da criança e prepará-la para compreender o jogo de linguagem característico da literatura, como afirma Barbara Vasconcelos de Carvalho: «*A linguagem deve ser natural obedecendo à*

¹³⁶ Cf. CARVALHO, 1989: 176.

necessidade e conveniência da expressão» (CARVALHO, 1989: 210). Se a criança desconhecer uma palavra e estiver motivada, procurará conhecê-la, enriquecendo o seu vocabulário.

Para Juan Cervera toda a linguagem que seja arte tem uma função a cumprir: ser um sistema de comunicação que não limite a expressão e favoreça a criação¹³⁷. A linguagem dos contos requer, sem dúvida, tudo isto. As maiores dificuldades põem-se a quem tem de utilizá-la; isto porque o discurso do adulto se distingue do que é usado pela criança por possuir um maior encadeamento lógico. O autor deverá selecionar recursos que, sem empobrecer o seu discurso, comuniquem e deem à sua linguagem dinamismo e vivacidade capazes de cativar a criança:

En la literatura infantil el lenguaje artístico adquiere importancia singular, ya que hay que relacionarlo constantemente con los niveles de lenguaje en que se mueve el niño, es decir con los diferentes grados que están a su alcance en cada caso.

Si no se tienen en cuenta estos niveles, las dificultades de captación por parte del receptor pueden impedir la comunicación (CERVERA, 1992: 46).

Ter presente a linguagem da criança não significa imitá-la. A imitação não passaria de um mau remédio que conduziria ao empobrecimento da criança leitora ou ouvinte.

É necessário, portanto, adotar formas enriquecedoras e estimulantes que, logicamente, passam pela criatividade:

«Despertar la sensibilidad por el lenguaje es un deber tanto del cuento oral como del conto escrito» (CERVERA, 1992:117).

1. O leitor no centro da obra literária

A conhecida frase de Umberto Eco «*um texto é um mecanismo preguiçoso (ou económico) que vive da mais-valia de sentido que o destinatário lhe introduz*» (ECO, 1993: 55) traduz a ideia de que o leitor reflexivo possui uma cota parte da responsabilidade do sentido que está inerente ao texto. Sem que haja cooperação ativa, os poderosos mecanismos que compõem o texto não poderão funcionar, ficando incompleta «*a necessária produção estética da fruição*» (SILVA, 2006: 13).

O desenvolvimento harmonioso de todos os aspetos da personalidade infantil impõe, desde muito cedo, a criação de uma correspondência direta entre a teoria e a prática, entre o universo estético e o universo real. É através do livro, sobretudo do livro infantil, que poderemos estimular a vida afetiva e estética da criança, pois ele desempenha um papel privilegiado no encontro entre o que é lido e o que é sentido e permite expressar ideias e emoções através da arte da palavra.

No que respeita à *recepção*, é quase unânime a posição de vários teóricos que defendem ser indispensável o interesse da criança pelo livro, para que se possa despertar a sua atenção. Este interesse depende da maturidade e da competência cognitiva da criança. Essencial, nas questões da *recepção*, é a competência linguística do leitor, como condição prévia para o entendimento e para o progresso subsequente.

A estética da *recepção*, que teve como ponto de partida a *Hermenêutica Filosófica* formulada por Gadamer, declara que a relação entre texto e leitor obedece à lógica da pergunta e da resposta. O texto é, assim, a resposta a uma pergunta e formula também questões às quais o leitor terá que dar respostas. A esta sucessão de perguntas e respostas entre texto e leitor chamou Gadamer *horizonte de perguntas*¹³⁸.

¹³⁷ Cf. CERVERA, 1992: 39-54.

¹³⁸ ROTHE, 1987: 16-17.

Os princípios desenvolvidos por Gadamer foram mais tarde adaptados à crítica literária por vários dos seus discípulos, nomeadamente por Hans Robert Jauss. Jauss chamou ao *horizonte de perguntas* de Gadamer *horizonte de expectativas*.¹³⁹

A estética da receção adota como objeto de investigação o recetor, o que exige a formulação de um novo conceito de leitor que se fundamenta na recusa da perspetiva marxista e formalista:

Os dois métodos definem o facto literário no círculo fechado de uma estética da produção e da representação. Retiram assim à literatura uma dimensão que faz necessariamente parte, tanto do seu carácter estético como da sua função social: a dimensão da sua receção e do seu efeito. [...] ambos os métodos falham a compreensão do leitor e do seu papel genuíno, compreensão imprescindível tanto para o conhecimento estético como histórico: a do leitor como aquele a quem primeiro é dirigida a obra literária (Jauss, 1993: 55-56).

Com a mudança do foco de investigação para a receção, o facto literário passa a ser descrito a partir do resultado das sucessivas leituras por que passam as obras, as quais se efetuam de modo distinto através dos tempos, porque a obra literária não é um objeto que exista por si só, apresentando a cada leitor, em cada época, um mesmo ângulo. Não é um facto atemporal. É, sobretudo, um fenómeno sempre renovado que liberta o texto, conferindo-lhe existência real e eternamente presente. A *receção*, nesta ótica, é entendida como pertencente à estrutura da obra, tanto no momento da sua produção como no da leitura, encarando o leitor como uma parte importante na obra literária.

Para Jauss, privilegiar a receção representa conceber o texto literário como um facto que não se limita à dimensão estética, pois também considera a dimensão social. Consequentemente, transporta-se a conceção de literatura de um sistema fechado e definitivo para um sistema que se constrói pela produção, receção e comunicação, isto é, por um relacionamento dinâmico entre autor, obra e leitor.

A obra literária é, assim, regulada pela relação entre texto e leitor, o que conduz, necessariamente, a um processo de interação entre ambos, cujo grau de continuidade depende das referências estéticas e ideológicas que os caracterizam, isto é, em face da natureza dessa relação, a obra literária só continua em evidência enquanto puder interagir com o destinatário¹⁴⁰, sendo o parâmetro de aceitação constituído pelas suas expectativas resultantes do conhecimento prévio que possui do género, da forma e da temática da obra. As expectativas resultantes não se restringem apenas aos aspetos estéticos da obra; no ato da leitura entra também em conta a experiência de vida do leitor, porque entre a descodificação de uma obra e a eficaz receção do texto surge o processo de compreensão, exigindo do utilizador não só conhecimento linguístico, mas todo um saber de vida alcançado: segundo Eco, «*O intérprete parte de uma pré-compreensão, ligada à estrutura da existência, ao modo do seu estar no mundo*» (ECO, 1989: 366).

Umberto Eco, em *Leitura do Texto Literário* sugere diversas estratégias para que se perceba qual é, ou qual deveria ser, a participação ativa do leitor nos textos literários.

No decurso da leitura, as expectativas do leitor podem ser satisfeitas ou desiludidas por uma determinada obra. Do *horizonte de expectativas* do público depende a receção de um texto, podendo aquela

¹³⁹ «La distinción de horizonte de expectativas intraliterario y extraliterario reduce la desbordante tipología de funciones del lector (lector ideal, normal, ficticio, real, implícito, supersector, etc.) a la relación de lector *implícito* frente a (...) *explícito*» (JAUSS, 1987: 78). Para Jauss, o *horizonte de expectativas* é a soma de comportamentos, conhecimentos e ideias preconcebidas sobre uma obra no momento do seu surgimento, pela qual ela é valorizada (Jauss, 1993: 109).

¹⁴⁰ «El destinatario ha de ser considerado en esta función como elemento aún preliterario, que sólo se convierte en fuerza productiva literaria cuando la intención manifestada en la elección de destinatario se transforma en elementos estructurales estéticos» (ZIMMERMANN, 1987: 48). Warneken, citado por Zimmermann, adotou a designação de *destinatário* em oposição à de *leitor implícito* desenvolvida por Iser, que deverá significar «el carácter de ato de lectura prescrito en el texto y no una tipología de posibles lectores» (ZIMMERMANN, 1987: 48).

confirmar essas expectativas ou defraudá-las. A distância entre as expectativas e a recepção foi designada por Jauss como *distância estética*¹⁴¹.

A reconstrução dos *horizontes de expectativas* de uma obra literária em relação ao processo de produção / recepção implica descobrir as perguntas para as quais o texto estabelece uma ou mais respostas. *A lógica da pergunta e da resposta* é o mecanismo que possibilita identificar o *horizonte de expectativas* do leitor e as novas questões que o texto exhibe, como também demonstrar que a compreensão da leitura varia no tempo. Assim, o sentido de um texto é construído historicamente, rejeitando-se a ideia da sua atemporalidade.

A consequência libertadora despoletada pela literatura é resultado do seu caráter social, pois, para Jauss, a interação do indivíduo com a obra faz com que o sujeito se identifique com o outro, ultrapassando, assim, o seu individualismo e, conseqüentemente, impulsionando a ampliação do horizonte do leitor:

A experiência da leitura pode libertá-lo de exigências de adaptação, preconceitos e constrangimentos da sua práxis de vida, conduzindo-o a renovar a sua percepção das coisas (Jauss, 1993: 108-109).

O *horizonte de expectativas* da literatura evidencia-se pelo facto de antecipar possibilidades, ampliar o espaço circunscrito do comportamento social em direção a novos desejos, exigências e propósitos, descobrindo, assim, diferentes trilhos para experiências futuras (Jauss, 1993:109).

Segundo Wolfgang Iser, a obra é mais do que o texto, pois o texto só toma vida quando é atualizado e não é de modo nenhum independente da disposição individual do leitor, se bem que esta, por sua vez, seja orientada pelos distintos esquemas do texto. A convergência entre texto e leitor dota a obra literária de existência, e esta convergência nunca pode ser demarcada com precisão, deve sim permanecer virtual, não tem que identificar-se com a realidade do texto nem com a disposição individual do leitor. É a virtualidade da obra que dá origem à sua natureza dinâmica, e esta é a condição prévia para os efeitos que a obra origina.

Laurence Stern, citado por Iser, compara o texto literário a um terreno no qual o autor e o leitor participam num jogo de imaginação. *Um texto literário deve, portanto, conceber-se de tal modo que cativa a imaginação do leitor, pois a leitura só se converte num prazer quando é ativa e criativa* (ISER, [s / d]: 215-216).

Para Iser, todo o “acontecimento vivo” deve, em maior ou menor medida, permanecer aberto. *Na leitura, isto obriga o leitor a procurar continuamente coerência, porque só então pode estabelecer uma relação mais estreita entre as situações e compreender o desconhecido* (ISER, [s / d]: 238). A leitura reflete a estrutura da experiência até ao ponto de ter que pôr em suspenso as ideias e atitudes que formam a nossa própria personalidade antes de podermos experimentar o mundo desconhecido do texto literário.

A *identificação*, que para Iser se refere ao estabelecimento de afinidades entre o leitor e alguém exterior a ele, não é um fim em si mesmo. Segundo este teórico, é uma forma de estimular determinadas atitudes no leitor, nomeadamente a aceitação da obra.

Surge, assim, uma forma de participação: à medida que o leitor vai entrando em contacto com a obra, vê-se de tal forma envolvido no texto que fica com a sensação de que não há distância entre ele e os acontecimentos narrados.

George Poulet, citado por Iser, corrobora a ideia de que os livros só adquirem plena existência através do leitor; embora sejam compostos por ideias de outra pessoa (do autor). Através da leitura, o leitor converte-se no sujeito que realiza a ação. Desaparece assim a divisão sujeito / objeto que, em outros casos, é condição

¹⁴¹ Cf. Jauss, 1993: 71.

prévia de todo o conhecimento e de toda a observação; a supressão desta divisão coloca a leitura numa posição aparentemente única no que respeita à possibilidade de novas experiências.

A partir da ideia de que na leitura nos envolvemos nos pensamentos de outra pessoa, Poulet retira a seguinte conclusão:

Todo lo que pienso es parte de mi mundo mental. Y sin embargo aquí me encuentro teniendo un pensamiento que pertenece manifiestamente a otro mundo mental (ISER, [s / d]: 239-240).

Para este teórico, o “misterioso” sujeito que pensa dentro do leitor indica a presença potencial do autor cujas ideias podem ser interiorizadas por ele.

Este processo dá origem a uma forma de comunicação que, segundo Poulet, depende de duas circunstâncias: a história pessoal do autor que deve ficar afastada da obra e a disposição individual do leitor que deverá estar ausente no ato de leitura. Só assim as ideias do autor podem influenciar as do leitor. Ao ter as ideias ou pensamentos de outro, a individualidade do leitor fica distanciada temporariamente. À medida que lemos, gera-se uma fragmentação da nossa personalidade, pois tomamos como nosso algo que não nos pertence ou não somos. Cada texto que lemos marca uma fronteira distinta dentro de nós, de forma que essa transformação virtual adota formas diversas de acordo com aquilo que se lê e com os níveis culturais a que pertencemos (ISER, [s / d]: 240-242).

2. A CRIANÇA E O DIÁLOGO COM O TEXTO

Sendo a literatura para a infância um género particular de comunicação com condições pragmáticas bem delineadas, a linguagem da literatura infantil solicita a participação do pequeno leitor. Convém, por isso, ter em consideração, como critério fundamental, o lugar que ocupa o recetor infantil para que se possa conhecer as carências e as categorias recetivas da criança.

Juan Cervera define a escrita literária destinada às crianças como:

[...] un acto de comunicación, de carácter estético, entre un receptor niño y un emisor adulto, que tiene como objetivo la sensibilización del primero y como medio la capacidad creadora y lúdica del lenguaje, y debe responder a las exigencias y necesidades de los lectores (CERVERA, 1992:13).

Esta significação do texto literário infantil pressupõe entender a leitura como uma viagem que o leitor efetuará através do livro, procurando sempre contínuos acertos através da imaginação. Estamos, assim, perante factos que se anunciam sob a aparência de ficção estética e que, por isso, tornam possível que a criatividade do recetor configure representações imaginárias que recriem a realidade.

A ação produtiva do leitor consiste em preencher os espaços vazios criados para que possa perceber a pluralidade de sentidos do texto. O texto literário comporta sempre uma parte “não escrita”, ou seja, campos por descobrir que estimulam a ação do leitor. O texto pode, assim, exercer uma influência considerável na imaginação do leitor.

Para Umberto Eco, um texto está repleto de “espaços em branco” para deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, ainda que habitualmente deva ser interpretado com uma margem suficiente de univocidade: «um texto quer que alguém o ajude a funcionar» (ECO, 1993: 55); e acrescenta «um texto é emitido para que alguém o atualize – mesmo quando não se espera (ou não se deseja) que esse alguém exista concreta e empiricamente» (ECO, 1993: 56).

Sendo a leitura a consequência de uma interação entre a obra e o leitor e o resultado de um diálogo entre o sentido do texto e o que o leitor lhe confere, o leitor adapta a informação recebida pelo texto,

estabelecendo conexões entre o que o texto explicita, o que insinua e os seus saberes anteriores relativos ao tema e à índole do texto com que interage.

Segundo Armindo Mesquita, «a teoria da receção manifestou a importância do leitor na coprodução do significado do texto e destacou a ativa implicação do indivíduo recetor na atribuição de significados durante o ato de leitura. Esta orientação serviu para precisar que ler não é só descodificar os signos do sistema da língua, como também construir significados»¹⁴². É nesta construção que o leitor adquire maturidade literária e exercita a sua capacidade criativa, assumindo o seu papel de cooperante no sentido da obra, logo na sua existência.

Umberto Eco considera que existem duas formas de percorrer um texto narrativo. O texto dirige-se, sobretudo, a um *leitor modelo*¹⁴³ do primeiro nível que quer saber como termina a história e dirige-se, também, a um leitor modelo do segundo nível que se interroga sobre que espécie de leitor a história gostaria que ele fosse ou se tornasse. Este último deseja saber como procede o *autor modelo* que o conduz. Eco refere que para se saber como acaba uma história basta lê-la uma vez, mas para se identificar o *autor modelo* é preciso ler o texto muitas vezes e, nalguns casos, vezes sem fim. Só quando os leitores descobrirem o *autor modelo* e perceberem o que ele queria deles é que se tornarão *leitores modelo* de pleno direito (ECO, 1995: 33).

Se há algumas dezenas de anos a preocupação dos estudos literários era sobretudo com o texto, ficando o leitor relegado para segundo plano, atualmente essa situação é inaceitável: «O desafio do momento se manifesta na criação de textos que possam “dialogar” com o leitor comum» (YUNES e PONDÉ, 1988: 28). É, sem dúvida, necessário criar textos de que o leitor comum se sinta próximo e com os quais ele se consiga identificar.

A obra literária tem de proporcionar diálogo com o leitor, não poderá ser uma «arte fechada» e acessível apenas a algumas pessoas; deverá suscitar o diálogo com o leitor, estimulando a sua participação. Deve estabelecer uma relação de “sedução”, leitor e autor deverão sentir *prazer*, tal como Roland Barthes preconizou na sua obra *O Prazer do Texto*.

Reconhecemos que o autor não pode, no entanto, limitar-se a procurar o diálogo com o leitor. Esta poderá ser uma das suas motivações, mas não será, com certeza, a única. Entre o autor e o leitor existe ainda um abismo e Yunes e Pondé questionam: «Serão os autores os que não falam a seu público potencial ou, antes, será este um público que não se habituou ao diálogo com a arte?». Roland Barthes provavelmente responde a esta questão:

*O escrever no prazer garantir-me-á – a mim escritor – o prazer do meu leitor? De modo nenhum. Esse leitor, é necessário que eu o procure (que eu o “engate”), sem saber onde ele está*¹⁴⁴[sic] (BARTHES, 1988:37).

Por maior que seja a criatividade do autor e independentemente do espaço e do tempo em que foi criada, a sobrevivência de uma obra depende da sua capacidade de comunicação com o leitor atual, por (ainda) falar do seu mundo, dos seus problemas e possíveis resoluções, ajudando-o a conhecer melhor esse mundo.

«É desta coincidência entre o mundo representado no texto e o contexto do qual participa seu destinatário que emerge a relação entre a obra e o leitor» (ZILBERMAN: 1987: 22).

¹⁴² MESQUITA, 1999: [s/p].

¹⁴³ A propósito de Leitor Modelo, Umberto Eco diz o seguinte: «prever o Leitor-Modelo não significa apenas “esperar” que exista, significa também conduzir o texto de forma a construí-lo» (ECO, 1993: 59).

¹⁴⁴ A negrito no original.

Ao aproximar a obra literária do pequeno leitor, possibilita-se o diálogo entre os dois e, conseqüentemente, proporciona-se a oportunidade de ele perceber melhor o mundo real, através do alargamento das suas experiências vivenciais e da sua fluência linguística.

A literatura para a infância pode e deve abordar os mais variados assuntos, tendo sempre em consideração a capacidade de compreensão do seu destinatário, em virtude de o mesmo se encontrar num percurso de amadurecimento, o que significa ter respeito pelo ritmo da criança, dando-lhe, assim, a possibilidade de dialogar com os referentes do texto.

Algumas narrativas têm abordado temas como o amor (em *Cinderela*, em *Rapunzel* e n' *A Sereiazinha*), o conhecimento e a fusão entre fantasia e realidade, em *Alice no País das Maravilhas*, a luta pela eterna infância em *Peter Pan*. Na literatura infantil portuguesa atual, as dúvidas existenciais e emoções contraditórias de uma criança em busca do reconhecimento são debatidas n' *Os Olhos de Ana Marta* e o desejo de liberdade n' *A Menina do Mar*, por exemplo.

Os conteúdos abordados poderão ser de natureza variada, centrados em questões objetivas ou subjetivas, mas tratando a realidade humana como um todo. Desta forma, a possibilidade de a criança dialogar com as personagens do texto torna-se viável, pois de uma forma ou de outra ela acabará por encontrar uma situação que lhe é familiar.

Muitas crianças, provavelmente muitas mais do que seria desejável, terão dificuldade em dialogar com o texto, em compreender as personagens, as situações ou os ambientes. É necessário ensiná-las a sentir prazer com a leitura de modo a se envolverem no texto. Ampliar o gosto pela leitura é um processo que exige reformulações de base a vários níveis, nomeadamente políticos e culturais. Para que haja diálogo (entre o texto e o leitor) é necessário que o pequeno leitor conheça os "caminhos" da interpretação e para que isto aconteça é necessário que seja ensinado; que haja investimento familiar (quando possível) e sobretudo por parte das instâncias oficiais na promoção da leitura.

3. CARATERÍSTICAS DA NARRATIVA PARA CRIANÇAS

A criança recria a realidade e reorganiza o seu mundo quando ouve ou lê uma narrativa. Amplia o seu universo dando-lhe novas dimensões. É isto que a literatura infantil em geral e o conto em particular lhe proporcionam: condições para criar mecanismos de defesa de forma a enfrentar e superar os problemas que lhe surgem e condições para desenvolver as suas capacidades.

O conto tradicional, que começa com *Era uma vez* e termina com *e foram felizes para sempre*, transmite à criança confiança e esperança. São palavras mágicas que a ajudam a encarar a vida e as adversidades que lhe estão inerentes.

Os contos infantis retratam vivências ou qualidades humanas mesmo quando pertencem ao domínio do fantástico ou do maravilhoso. As fadas e as bruxas são uma fantasia, mas representam valores que fazem parte da realidade: o bem e o mal. Os animais metamorfoseiam-se, assumindo características humanas e oferecendo referências sociais, corretas ou não, através das quais muitas das atitudes ou comportamentos das pessoas estão simbolizados.

O inexplicável, o sobrenatural, a magia e o mistério são componentes imprescindíveis nos contos maravilhosos. No mundo do maravilhoso, todos os seres podem ter vida e movimentarem-se por leis de encantamento e de magia:

Muitos seres e elementos mágicos, simbólicos, alegóricos, transitam nos contos infantis, carregados de significados, porque nada é gratuito em Literatura (CARVALHO, 1989:64).

O movimento da literatura infantil, em particular a contemporânea, ao oferecer uma nova conceção de texto escrito aberto a múltiplas leituras, transforma a literatura para crianças num suporte para experimentação do mundo. Deste modo, os contos modernos, ao levantarem dúvidas na criança em relação ao mundo em que vive, abrem espaços para o questionamento e para a reflexão imprescindíveis à formação de uma personalidade saudável.

Os contos clássicos, por sua vez, não impedem o raciocínio lógico, porque não enfraquecem a inteligência da criança. Originam, sim, o aumento da sua sensibilidade artística e o equilíbrio entre o sonho e o real.

A leitura de um conto é um jogo em que a criança sabe que o que está a ler não é verdade, mas finge acreditar; ele é uma chave mágica que abre as portas do imaginário, tão necessário ao desenvolvimento infantil.

Com efeito, podemos dizer que quer a leitura do conto maravilhoso quer a do conto realista cumprem o papel de enriquecer a infância, na medida em que fazem a criança pensar criticamente.

4. BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de (1974). A Estrutura do Romance, Coimbra, Livraria Almedina.
- ____ (1981). «Nótula sobre o conceito de Literatura Infantil», in A Literatura Infantil em Portugal: achegas para a sua história, Domingos Guimarães de Sá, Braga, Editorial Franciscana.
- ____ (1984). Teoria da Literatura, 6.ª ed., Lisboa, Livraria Almedina.
- ____ (1990). Teoria e Metodologia Literárias, Lisboa, Universidade Aberta.
- ALBUQUERQUE, Fátima (2006). «Contos de Encontro – (Re)leituras infantis de contos de fadas nos dias de hoje», in Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.
- AZEVEDO, Fernando (2002). «A maior Flor do Mundo, de José Saramago. Reflexão metatextual acerca do texto literário para a infância.», in Atas do 4.º Encontro (2.º Internacional) de Investigadores em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração, Braga, Instituto de Estudos da Crianças – Universidade do Minho, [s / p].
- ____ (2002 a). «O Texto Literário para a Infância em Manuais Escolares do 1.º ciclo. Da dificuldade de formação de um leitor competente e crítico», in Atas do Congresso Internacional de La Sociedad Española de Didáctica, Santiago de Compostela, novembro de 2002, texto policopiado [s / p].
- ____ (coord.), (2006). «Literatura Infantil. Receção leitora e competência literária», in Língua materna e Literatura Infantil. Elementos nucleares, Lisboa, Lidel, pp. 11-17.
- ____ (2006 a). Literatura Infantil e Leitores. Da Teoria às Práticas, Braga, Instituto de Estudos da Criança - Universidade do Minho.
- ____ (2006 b). «Literatura em Crescimento. O lugar problemático da literatura juvenil no sistema literário», in Centro e Margens na Literatura para Crianças e Jovens. Atas do II Congresso Internacional, Braga: Instituto de Estudos da Criança - Universidade do Minho, [s / p], (texto policopiado).
- ____, (2007) Literatura Infantil y éxito social del niño¿qué relaciones?, disponível em [http: / / www.waece.org / biblioteca / pdfs / d048.pdf](http://www.waece.org/biblioteca/pdfs/d048.pdf), em abril de 2007.
- ____, (2007 a). A literatura infantil e o problema da sua legitimação, disponível em [https: / / repositorio.sdum.uminho.pt / bitstream / 1822 / 2854 / 1 / Literatura%20Infantil.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2854/1/Literatura%20Infantil.pdf), em outubro de 2007.
- ____, (2007 b). LIMA, Rita e SIMÕES, Rita. Bruxas e Princesas na Literatura Infantil Contemporânea em Portugal. Desconstrução paródica e competência literária, em outubro de 2007 disponível em [https: / / repositorio.sdum.uminho.pt / bitstream / 1822 / 3390 / 1 / texto-Cadiz\(2\).pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3390/1/texto-Cadiz(2).pdf) .
- BARRETO, Garcia (1998). Literatura para Crianças e Jovens em Portugal, Lisboa, Campo das Letras.
- ____ (2002). Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa, Porto, Campo das Letras.
- BARTHES, Roland et ali (1971). «Introdução à Análise Estrutural da Narrativa» in Análise Estrutural da Narrativa, trad. de Maria Zélia Barbosa Pinto, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Editora Vozes Lda., pp. 19-60.
- ____ (1988). O Prazer do Texto, trad. de Maria Margarida Barahona, 2.ª ed., Lisboa, Edições 70.

- BASTOS, Glória (1994). «Fantasia e Realidade na Literatura para Crianças», Discursos, N.º 8, Coimbra, Universidade Aberta, outubro, pp. 113-126.
- _____ (1997). A Escrita para Crianças em Portugal no Século XIX. Lisboa, Caminho.
- _____ (1999). Literatura Infantil e Juvenil, Lisboa Universidade Aberta.
- BETTHELHEIM, Bruno (1998). Psicanálise dos Contos de Fadas, trad. de Carlos Humberto da Silva, 6.ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora.
- BLOCKEEL, Francesca (2001). Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: Identidade e Alteridade, Lisboa, Caminho.
- BRAVO-VILLASANTE, Carmen (1977). História da Literatura Infantil Universal, trad. de Manuel Campos e Alexandra de Freitas, Lisboa.
- BUESCU, Helena Carvalho, DUARTE, João Ferreira (Org.), (2001). Narrativas da Modernidade: a construção do outro, Lisboa, Edições Colibri.
- CALDIN, Clarice Forkamp (2002), «A Leitura como Função Pedagógica: o literário na escola», Revista ACB, Santa Catarina, n.º 7, pp. 20-33.
- _____, (2007). «A Função Social da Literatura Infantil», in Encontros Bibli, Santa Catarina, n.º 15, disponível em <http://redalyc.uaemex.mx>, em outubro de 2007.
- CÂNDIDO, ANTÔNIO et al (1981). A Personagem de Ficção, São Paulo, Editora Perspectiva S. A.
- CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de (1989). A Literatura Infantil. Visão Histórica e Crítica, 3.ª ed., São Paulo, Global.
- CERRILLO, Pedro C. (1999). Literatura Infantil y su Didáctica, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- _____ (2001). «Lo Literario y lo Infantil: concepto y caracterización de la literatura infantil», in La Literatura Infantil en el Ciglo XXI, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- CERVERA, Juan (1992). Teoría de la Literatura Infantil, 2.ª ed., Bilbao, Ediciones Mensajero.
- CHARTIER, Roger (2001). Práticas da Leitura, trad. de Cristiane Nascimento, São Paulo, Estação Liberdade.
- CHEVALIER Jean e CHERBRANT Alain (1994). Dicionário de Símbolos, Lisboa, Teorema.
- COELHO, Nelly Novais (1982). A Literatura Infantil. História – Teoria – Análise (das origens orientais ao Brasil de hoje), 2.ª ed., São Paulo, Edições Quíron Lda.
- _____ (2000). Literatura Infantil. Teoria – Análise – Didáctica. 6.ª ed. São Paulo, Ática.
- _____ (1991). Panorama Histórico da Literatura Infantil e Juvenil, 4.ª ed. São Paulo, Ática.
- _____ (1991). O Conto de Fadas, 2.ª ed. S. Paulo, Ática.
- COLOMER MARTÍNEZ, Teresa, (2005). «El desenlace de los cuentos como ejemplo de las funciones de la literatura infantil y juvenil», Revista de Educación, n.º extraordinario 2005, pp. 203-216.
- CORREIA, João David Pinto (1973). A Literatura Juvenil em Portugal: subsídios para o estudo da sua história e de alguns dos seus problemas, Lisboa, Edição da Direção Geral da Educação Permanente.
- _____ (1978). Literatura Juvenil / Paraliteratura, Lisboa, Editor Livraria Novidades Pedagógicas.
- CORTEZ-MESQUITA, Maria Teresa (2001). Os Contos de Grimm em Portugal, Coimbra, Minerva.
- COSTA, Maria da Conceição (1997). No Reino das Fadas, Lisboa, Fim de Século.
- DIOGO, Américo António Lindeza (1994). Literatura Infantil, História, Teoria, Interpretações, Porto, Porto Editora.
- DURAND, Gilbert (1993). A imaginação Simbólica, Lisboa, Edições 70.
- ECO, Umberto (1984). Conceito de Texto, trad. de Carla Queiroz, São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, Lda.
- _____ (1989). Sobre os Espelhos e Outros Ensaio, trad. de Helena Domingos e João Furtado, Lisboa, Difel, [1.ª ed., 1985].
- _____ (1990). O Signo, trad. de Maria de Fátima Marinho, 4.ª ed., Lisboa, Presença, [1.ª ed., 1973].
- _____ (1986). Obra Aberta, trad. de Giovanni Cutolo, 4.ª ed., São Paulo, Edições Perspectiva.
- _____ (1993). Leitura do Texto Literário. Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos literários, 2.ª ed., Lisboa, Presença.
- _____ (1995). Seis Passeios nos Bosques da Ficção, trad. de Wanda Ramos, Lisboa, Difel, [1.ª ed., 1994].
- _____ (2004). Os Limites da Interpretação, trad. de José Colaço Barreiros, 2.ª ed., Algés, Difel.
- ELIADE, Mircea (1989). Aspectos do Mito, Lisboa, Edições 70.

EPIN, Bernard (1978). «A Literatura para a Infância e para a Juventude, essa Desconhecida», in *O Poder de Ler*, Porto, Porto Editora, pp. 106-114.

FORSTER, E. M. (1968). *Aspects of the novel, Middlesex-England*, Pelican Books [Edward Arnold, First published, 1927].

FURTADO, Filipe (1980). *A Construção do Fantástico na Narrativa*, Lisboa, Livros Horizonte.

GARCÍA PADRINO, Jaime (1992). «Literatura Infantil y Educación», in *Literatura Infantil y Enseñanza de la Literatura*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

GARRIDO DOMÍNGUEZ, Antonio (1996). *El Texto Narrativo*, Madrid, Editorial Síntesis S. A.

GENETTE, Gerard (1995). *Discurso da narrativa*, 3.ª ed., Lisboa: Vega.

_____ (1971). «Fronteiras da Narrativa» in *Análise Estrutural da Narrativa*, trad. de Maria Zélia Barbosa Pinto, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Editora Vozes Lda., pp. 255-274.

GOES, Lúcia Pimentel (1984). *Introdução à literatura infantil e juvenil*, São Paulo, Pioneira.

_____ (1990). *A Aventura da Literatura para Crianças. Formas de avaliação da literatura infantil e juvenil através da obra de Francisco Martins*, S. Paulo, Melhoramentos.

GOMES, Alice (1972). *O Autor e a Comunicação no Livro Infantil*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional.

_____ (1992). *A Literatura para a Infância*, Lisboa, Torres e Abreu Editora.

GOMES, José António (2002). *Espelhos e Sombras: representações do eu em Luísa Dacosta*, Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

_____ (1993). *A Poesia na Literatura para a Infância*, Rio Tinto, Edições Asa.

_____ (1991). *Literatura para Crianças e Jovens – alguns percursos*, Lisboa, Caminho.

_____ (1996). *Da Nascente à Voz – contributos para uma pedagogia da leitura*, Lisboa, Caminho.

_____ (coord.), (1999). *Do Dragão ao Pai Natal. Olhares sobre a Literatura para a Infância*. Porto, Campo das Letras.

GOMEZ DEL MANZANO, Mercedes (1982). *El Protagonista-niño en la Literatura Infantil del Siglo XX: Incidencias en el desarrollo de la personalidad del niño lector*, Madrid, Nancea S. A. de Ediciones.

GRATIOT – ALPHANDERY, Hélène (1978). «O papel da leitura na formação da criança e do adolescente», in *O Poder de Ler*, Porto, Livraria Civilização, pp. 33-37.

HAMON, Philippe (1983). *Le Personnel du Roman. Le système des personnages dans le Rougon-Macquart d'Emile Zola*, Genève, Librairie Droz.

HELD, Jacqueline (1978). «Como nasce um livro para os jovens», in *O Poder de Ler*, Porto, Livraria Civilização, pp. 134-144.

_____ (1987). *Los niños y la literatura fantástica (Función y poder de lo imaginario)*, 3.ª ed., trad. para o espanhol de María Teresa Brutocao e Nicolás Fabián, Barcelona, Paidós Educador.

HELD, Jacqueline e HELD, Claude (1976). «Para um Fantástico Moderno», in *O Poder de Ler*, Porto, Livraria Civilização, pp. 115-125.

ISER, Wolfgang [s / d]. «El Proceso de Lectura: Enfoque Fenomenológico», in *Estética de la Recepción*, org., José Antonio Mayoral, Madrid, Arco / Libros, [s / d].

JACINTO, Sónia e CEIA, Carlos, (2007). *Conto de fadas*, disponível em http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/C/conto_fadas.htm, em abril de 2007.

JAUSS, Hans Robert (1978). *Pour une esthétique de la réception*, trad. de Claud Maillard, Paris, Gallimard.

_____ (1993). *A literatura como provocação: história da literatura como provocação literária*, trad. de Teresa Cruz, Lisboa, Vega.

JESUALDO (1993), *A Literatura Infantil*, trad. de James Amado, S. Paulo, Editora Cultrix.

KHÉDE, Sónia Salomão (1990). *Personagens da Literatura Infantojuvenil*, S. Paulo, Brasiliense.

LANDA, José Ángel Garcia (1989). *Los conceptos Básicos de la Narratología*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza.

LEMOS, Ester de (1972). *A Literatura Infantil em Portugal*, Lisboa, M.E.N., D.G.E.P.

LETRIA, José Jorge (1994). *Do Sentimento Mágico da Vida: reflexões sobre a literatura para crianças e jovens*, Lisboa, Escritor.

LUCAS, Fábio (1985). «Ideologia e literatura infantil», *Colóquio-Letras*, n.º 84, pp. 20-27.

- MARKIEWICZ, Henryk (1984). «La recepción y el receptor en las investigaciones literarias. Perspectivas y dificultades», trad. do polaco por D. N., Criterios, nº 5-12, enero-diciembre, pp. 3-19.
- MEDINA PADILLA, Arturo (1983). El Difícil Camino de La Literatura Infantil. Madrid, Escola Universitária de Formacion del Profesorado de E.G.B. «Santa Maria».
- MERLO, Juan Carlos (1980). La Literatura Infantil y su Problematica, Buenos Aires, Editorial el Ateneo.
- MESQUITA, Armindo (coord.), (2002). Pedagogias de Imaginário, Olhares sobre a Literatura Infantil, 1.ª ed., Porto, Asa.
- _____ (coord.), (2006). «A Sabedoria dos Contos de Fadas», in Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil, Vila Nova de Gaia, Gailivro.
- _____ (1999). A Estética da Receção na Literatura Infantil, Série Ensaio, Vila Real: UTAD, disponível em [alfarrabio.di.uminho.pt / vercial / infantil / armindo1.rtf](http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/infantil/armindo1.rtf). em abril de 2007.
- MIMOSO, Anabela (2006). «Em busca de um sentido para a Morte», in Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.
- MONTOYA, Víctor (2003). Literatura Infantil: lenguaje y fantasía, Santa Cruz - Bolivia, Ed. La Hoguera.
- PALO, Maria José e OLIVEIRA, Maria Rosa D. (1992). Literatura Infantil. Voz de Criança, 2.ª ed., S. Paulo, Editora Ática.
- PEINADO, Miguel A. Garcia (1998). Hacia una Teoría General de la Novela, Madrid, Arco / Libros, S.L.
- PENNAC, Daniel (2002). Como um Romance, trad. de Francisco Paiva Boléo, 14.ª ed., Porto, Asa.
- PIRES, Maria da Natividade Carvalho (2005). Pontes e Fronteiras: da literatura tradicional à literatura contemporânea, Lisboa, Caminho.
- PROPP, Vladimir (2000). Morfologia do Conto, trad. de Jaime Ferreira e Vítor Oliveira, 4.ª ed., Lisboa, Vega Editora.
- PROUST, Marcel (1997). O Prazer da Leitura, trad. de Magda Bigotte de Figueiredo, Lisboa, Teorema.
- _____ (1998). Sobre a Leitura, trad. de José Augusto Mourão, 2.ª ed., Lisboa, Vega.
- QUADROS, António (1973). A Aventura e o Mundo Juvenil e os seus Aspetos Educativos, Lisboa, M.E.N. - D.G.E.P., 1973.
- RAMOS, Ana Margarida (2005). «Infância e Literatura: contributos para uma leitura da narrativa infantil contemporânea», in Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. 5. Investigação e prática docente, Coimbra, Almedina.
- REIS, Carlos, (1981). Técnicas de Análise Textual, 3.ª ed., Coimbra, Almedina.
- _____ (2001). O Conhecimento da Literatura, Coimbra, Almedina.
- _____ (2002). Dicionário de Narratologia, 7.ª ed., Coimbra, Almedina.
- _____, (coord), (2006). «Narratologia(s) e Teoria da Personagem» in Figuras da Ficção, Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa – Faculdade de Letras, pp. 9-23.
- RICOEUR, P. (1994). Tempo e Narrativa, trad. de Constança M. César, São Paulo, Papirus, Tomo I.
- _____ (1995). Tempo e narrativa, trad. de Marina Appenzeller, São Paulo, Papirus, Tomo II.
- ROCHA, Natércia (2001). Breve História da Literatura para Crianças em Portugal. Lisboa, Caminho, 2.ª ed. (1.ª ed. 1984, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa).
- RODARI, Gianni (1982). Gramática da Fantasia, São Paulo, Summus, 1982.
- ROSEMBERG, Fúlvia (1984). Literatura Infantil e Ideologia, São Paulo, Global.
- ROTHER, Arnold (1987). «El papel del lector en la crítica alemana contemporánea», in Estética de la Recepción, Madrid, Arco / Libros, pp.16-17.
- SÁNCHEZ CORRAL, Luis (1999). «Discurso Literario y Comunicación Infantil» in Literatura Infantil y su Didáctica, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- _____ (2001). Literatura Infantil y Lenguaje Literario, Barcelona, Piados.
- SHAVIT, Zohar (2003). Poética da Literatura para Crianças, Lisboa, Caminho.
- _____ (1991). «La noción de niñez y los textos para niños», Criterios, La Habana, n.º 29, enero-junio, pp. 134-161.
- SILVA, Gisela Cristina Ribeiro (2006). Iniciação e Demanda – Um Estudo Mitocrítico no Domínio da Literatura Infantojuvenil: Harry Potter e a Pedra Filosofal e A Ilha do Chifre de Ouro no Contributo de uma Literacia do Imaginário, Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – Especialidade de Análise Textual e Literatura Infantil, Braga, Universidade do Minho.

SILVA, Maria Madalena Marcos Carlos Teixeira da (2004). O Novo Rosto do Paraíso: diálogos com a infância, Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Doutor em Literatura Portuguesa Contemporânea, Ponta Delgada.

_____ (2006). «Porque renascem as bruxas?», in Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

_____ (2007). «Literatura em Crescimento. O lugar problemático da literatura juvenil no sistema literário», in A Criança e o Texto Literário – Atas do II Congresso Internacional, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança (s / p), texto policopiado.

SORIANO, Marc (1977). Les Contes de Perrault: culture savant e traditions populaires, Paris, Gallimardi.

SOTOMAYOR SÁEZ, M^a Victoria (2000). «Lenguaje Literario, Géneros y Literatura Infantil» in Presente y Futuro da la literatura Infantil, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de (2000). Teoria Breve da Literatura Infantil, [s / l], Edição do Autor.

SULLÁ, Enric (coord.), (1996). Teoría de la Novela. Antología de textos del siglo XX, Barcelona, Crítica.

TODOROV, Tzvetan (1970). As Estruturas Narrativas, trad. de Leyla Perrone-Moisés, 2.^a ed., S. Paulo, Editora Perspectiva.

_____ (1976). Introdução á Literatura Fantástica, Paris, Seuil.

_____ (1971). «As Categorias da Narrativa Literárias» in Análise Estrutural da Narrativa, trad. de Maria Zélia Barbosa Pinto, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Editora Vozes Lda., pp. 209-254.

_____ (1980). Simbolismo e Interpretação, trad. de Maria de Santa Cruz, Lisboa, Edições 70.

_____ (1981). Os Géneros do Discurso, trad. de Ana Mafalda Leite, Lisboa, Edições 70.

TRAÇA, Maria Emília (1992). O Fio da Memória, do Conto Popular ao Conto para Crianças, Porto, Porto Editora.

VIANA, Fernanda Leopoldina P. (2001). Melhor falar para Melhor Ler – um programa de desenvolvimento de competências linguísticas (4-6 anos), Braga, Coleção Infans, Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

VOLOBUEF, Karin (1993). «Um estudo do conto de fadas», Revista de Letras, S. Paulo, UNESP.

WELLEK, René e WARREN, Austin (1962). Teoria da literatura, trad. de José Palla e Carmo, Lisboa, Publicações Europa-América.

YUNES, Eliana e PONDÉ, M. da Glória (1988). Leitura e Leituras da Literatura Infantil, São Paulo, FTD.

ZILBERMAN, Regina (1987). A Literatura Infantil na Escola, 7.^a ed. S. Paulo, Global Editora.

ZIMMERMANN, Bernhard (1987). «El lector como productor», in Estética de la Recepción, Madrid, Arco / Libros, p. 48.



MOINHOS 2014

21. SUSANA MARIA DE ARRUDA TELES MARGARIDO, ESCRITORA AÇORIANA CONVIDADA, S. MIGUEL AÇORES, AUTORA INFANTOJUVENIL HOMENAGEADA NO 3º PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE

3.1.2.2. MUNDOS MARAVILHOSOS - ALGUNS CONTOS DE SOPHIA - Susana Teles Margarido

Escolhi, para esta intervenção, Sophia de Mello Breyner Andresen, por ser a escritora que sempre me fez transportar para mundos maravilhosos, onde a imaginação não tem limites, as personagens são puras e as mensagens são intemporais.

Analisarei as personagens principais dos contos *A Menina do Mar*, *A Fada Oriana*, *A Floresta* e *A Noite de Natal*, sob o ponto de vista da solidão em que vivem.

Nestas narrativas, a vida, a morte, a solidão, a amizade, a rejeição, o ciúme e a procura de respostas para as adversidades da vida são os grandes problemas com que as personagens se debatem.

Embora os contos de Sophia se aproximem das narrativas clássicas, não deixam, porém, de revelar uma preocupação com as problemáticas associadas às sociedades modernas, em particular, a solidão.

A solidão destes contos, e sobre a qual incidirei, não se reveste necessariamente de aspetos negativos, ou drásticos. Ela pode e deve, também, ser encarada como uma característica inerente a todos os seres humanos, que poderá contribuir para um amadurecimento eventualmente precoce e para um despertar da criatividade, muitas vezes adormecida, que existe em cada pessoa.

Fazer a análise de uma obra, independentemente do seu autor, nunca é tarefa fácil, as obras de Sophia de Mello Breyner, sejam em prosa ou em poesia, revestem-se de uma dificuldade acrescida:

Porque a limpidez desta linguagem dificilmente autoriza a sua duplicação sob a forma de comentário. Porque a relação imediata com o essencial que nesta poesia se produz não se compadece com as laboriosas máquinas analíticas da crítica contemporânea (COELHO, 1980: 20).

A própria Autora, citada por António Cunha, afirmou que «*Falar de um poeta é como querer apanhar água com as mãos. Prendemos só as nossas próprias palavras, enquanto o poeta nos foge*»¹⁴⁵.

A obra de Sophia de Mello Breyner Andresen possui um cunho muito pessoal referenciado pela comunhão com a Natureza em particular, pelo mar, praias e florestas. É, aliás, o mar e a praia que estão em evidência no conto *A Menina do Mar*, em que toda a história decorre num cenário maravilhoso, povoado por espécies fantásticas que compõem uma fauna imaginária de uma criatividade singular. A floresta, outro espaço privilegiado, é cenário d'*A Fada Oriana* e d'*A Floresta*, onde, também, fadas, anões e situações de uma inigualável magia preenchem páginas que se tornaram inesquecíveis. De certa forma, também *A Noite de Natal* se concretiza num espaço florestal, pois a ação reparte-se entre o enorme jardim e o pinhal que o rodeia.

A escrita literária de Sophia não só denuncia a paixão pelo mar, pela terra e pela casa onde passou a infância, mas também pelas problemáticas sociais, em particular as do tempo em que viveu. Sophia nasceu em 1919 e grande parte da sua vida foi vivida durante o regime do Estado Novo. A sua constante atenção aos problemas da humanidade fê-la incluir na sua obra conteúdos sociais e éticos, criando uma literatura caracterizada pela preocupação social e política, pelo compromisso com o seu tempo e pela denúncia da injustiça e da opressão.

Nos *Contos Exemplares*, Sophia utiliza a ironia como forma de crítica, nomeadamente em «O Jantar do Bispo» e «O Retrato de Mónica», contos em que retrata a injustiça e a desigualdade social, preocupações estas que estarão também relacionadas com a sua formação religiosa.

Nos contos infantis criou personagens que simbolizam o cinismo e o oportunismo (o presidente da Academia de Ciências, o reitor da Universidade, o presidente da Câmara e o Dr. Sabido n'*A Floresta*), a avareza e a cobardia (o Homem Muito Rico e o peixe n'*A Fada Oriana*) e o autoritarismo e o servilismo (a Grande Raia, os polvos e os búzios n'*A Menina do Mar*) como forma de mostrar aos mais novos a podridão, a mesquinhez e o despotismo da sociedade, em particular das classes dominantes.

¹⁴⁵ CF. CUNHA, 2004: 7.

O sentimento de justiça, que é bem visível em toda a obra, nomeadamente nos contos infantis, não está apenas ligado a questões políticas; constitui uma forma de nortear o pensamento, através de valores cristãos e humanitários.

Vários poemas denunciam uma construção e um sentimento muito pessoais, fruto da vivência de problemáticas sociais extremamente consciencializadas. Apela a valores que poderão levar à mudança, apela à coragem e à denúncia, num país onde só é possível sobreviver se existir um fio de esperança. Disto é exemplo aquele que considero um dos mais belos poemas de Sophia, «Porque», do livro *Mar Novo*:

*Porque os outros se mascaram, mas tu não
Porque os outros usam a virtude
Para comprar o que não tem perdão.
Porque os outros têm medo, mas tu não.*

*Porque os outros são túmulos caiados
Onde germina calada a podridão.
Porque os outros se calam, mas tu não.
(ANDRESEN, 2003:43).*

1. ESPAÇOS DE SOLIDÃO

Nas narrativas de Sophia é dada grande importância à descrição de determinados espaços que se tornam comuns não só nos textos narrativos, mas também na sua poesia.

Para as personagens principais d'*A Menina do Mar*, d'*A Fada Oriana*, d'*A Floresta* e d'*A Noite de Natal* foram criados espaços que permitem a comunhão com a natureza, o encontro com a solidão e o isolamento em relação aos adultos comuns.

No conto *A Menina do Mar*, o rapazinho brinca sozinho e sua solidão vê-se na descrição da casa e do espaço circundante, lugares caracterizados como “maravilhosamente” solitários: «*Era uma vez uma casa branca nas dunas, voltada para o mar*», de frente para um universo aberto, pleno de liberdade, de costas para os outros. «*Era uma praia muito grande e quase deserta*», onde a única presença era a do rapazinho e dos seres marinhos que mais tarde aparecem e permitem o desenrolar da história.

A natureza marítima parece ser a que exerce maior influência em Sophia. O mar azul, o mar profundo, a vastidão do mar, o barulho do mar, o “mar sonoro, mar sem fundo, mar sem fim”, encontra-se na poesia e, de um modo geral, em toda a obra desta Autora.

*Casa branca em frente ao mar enorme,
Com o teu jardim de areia e flores marinhas
E o teu silêncio intacto em que dorme
O milagre das coisas que eram minhas.
(ANDRESEN, 2005: 26).*

Para além do mar, há a praia, a casa branca, os jardins, as florestas, o silêncio e a solidão que sustentam e compõem a especificidade da escrita de Sophia. No que respeita à literatura para a infância, crescem ainda cenários e personagens fruto de uma imaginação sem limites.

Nestes espaços maravilhosos onde é possível sonhar e concretizar esses sonhos, a família e os adultos perdem importância; o que é, de facto, importante é o estar só e o ser feliz em liberdade.

Os espaços são um convite ao isolamento, pois são demasiado harmoniosos para serem partilhados. A sua beleza intocada, quase primordial, não permite invasões; só alguns seres solitários poderão apreciar os seus encantos.

A importância que a Autora dá à descrição dos espaços sobrepõe-se ao destaque dado às personagens e à ação; no entanto, é no espaço que as personagens são integradas e é em função dele que são caracterizadas.

Os lugares dos contos de Sophia reaparecem em cada conto. São lugares associados à sua infância em que quer a casa branca nas dunas quer o imenso jardim são palco de diferentes aventuras com diferentes personagens solitárias. A própria Autora, numa das muitas entrevistas que deu, referiu:

Gosto de começar os livros para crianças todos da mesma maneira: Era uma vez... e de regressar a um certo número de marcos, de sítios. [...] eu sou muito repetitiva por natureza¹⁴⁶.

Destas últimas palavras são exemplo os espaços que encontramos na poesia, nos contos para crianças e nos contos para adultos.

As casas, em particular as d'A *Fada Oriana*, em contraste com a alegria e a pureza da floresta, são espaços tristes, pobres e sujos, onde há ausência de quase tudo:

Era uma velha muito velha que vivia numa casa velhíssima. E dentro da casa só havia trapos, móveis partidos e loiça rachada (FO, p. 8).

O lenhador era muito pobre. Na sua casa só havia uma cama, uma lareira, uma mesa e três bancos (FO, p. 14).

Em oposição às casas dos pobres, a casa do Homem Muito Rico é descrita pelo excesso de tudo, o que não a faz melhor do que as outras, pois é um sítio onde «*reinava uma atmosfera de grande má disposição*».

A casa do Poeta é um espaço diferente: uma torre, como se de um castelo se tratasse, coberta de verduras e de flores. É um lugar misterioso e “mágico”, ideal para a criação da poesia, criação esta que Oriana facilita porque encanta a noite e conta «*histórias maravilhosas dos cavalos do vento, da caverna dos dragões e dos anéis de Saturno*» (FO, p. 31).

A harmonia e a frescura do campo contrastam com a cidade que «*De dia e vista de perto [...] era escura, feia e triste*» (FO, p. 7). É por isso que os seres puros como o poeta a velha e as restantes personagens pobres vivem em comunhão com a natureza e não no ambiente impuro da cidade. No entanto, com a “magia” da noite a cidade escura, feia e triste enche-se de luz e de beleza.

O silêncio da floresta é, mais uma vez, sinónimo de paz, de alegria e de poesia: «*À roda da floresta havia campos e montanhas adormecidos e cheios de silêncio*» (FO, p. 7).

No conto *A Floresta*, a casa de Isabel «era enorme» e a sala «tão grande que nunca ninguém lá ia». Esta casa é propícia a mistérios e a sonhos: «Mas a sala mais misteriosa era a sala de baile», um espaço que lhe permitia sonhar, onde reinava «*um pesado silêncio como se fosse ali o palácio da Princesa Adormecida*». Isabel sonhava, então, que um dia um cavaleiro “desencantaria” todos aqueles objetos e eles ganhariam luz e vida. Em oposição, do outro lado da casa, havia sempre muita agitação; as criadas trabalhavam e conversavam, não permitindo que o “sonho” tivesse lugar.

¹⁴⁶ Sophia de Mello Breyner Andresen em entrevista concedida a Eduardo Prado Coelho, para a Revista nº 6 do ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), 1986.

Embora Isabel seja uma menina da burguesia, é num espaço pequeno, num recanto do bosque, «*um lugar muito solitário onde nunca passava ninguém*», que, deitada num tapete de musgo, olhando para o tronco «*escuro, enorme e rugoso*» de um carvalho, sonha acordada, convoca o maravilhoso: «*- Um sítio bom para morarem anões*» (p. 12).

Cria-se um ciclo infinito de invenção: o espaço da árvore transfigura-se num espaço maravilhoso, originando o aparecimento de um ser irreal que se converte em real: «*Parecia-lhe que viver entre anões devia ser uma coisa maravilhosa. Imaginava as casas dos anões, os seus palácios enterrados na terra*» (p. 13).

Lugar isolado por excelência, a floresta expõe quem a invade a todos os perigos, a todas as aventuras. Transforma-se, assim, num espaço privilegiado da narrativa, pois nela é-se submetido a verdadeiras provas de coragem, uma vez que se está só e entregue a si mesmo. A floresta é um local de recolhimento e de encontro solitário e silencioso com forças e seres naturais e sobrenaturais. Isabel aprende nela a enfrentar a incerteza e o mistério.

No conto A Noite de Natal, nos dois espaços dicotómicos, exterior / interior, encontramos uma beleza singular: «*No jardim havia lílias, bétulas, um cedro muito antigo, uma cerejeira e dois plátanos*», [...] «*Esse armário tinha duas portas que nunca se abriam completamente e uma grande chave. Lá dentro havia sombras e brilhos. Era como o interior de uma caverna cheia de maravilhas e segredos*» (NN, p. 12).

A dicotomia céu / terra não implica um contraste belo / feio ou bom / mau; apenas escuro / claro, com o fascínio inerente a qualquer um desses espaços.

Os espaços criados por Sophia são espaços solitários, ideais para se viver uma solidão harmoniosa como se de um mundo perfeito se tratasse.

2. PERSONAGENS SOLITÁRIAS

As personagens dos contos infantis de Sophia que selecionei para esta apresentação são, como já referi, personagens solitárias. Os espaços em que vivem foram meticulosamente criados para que essa solidão seja vivida com alegria e liberdade: liberdade pela ausência de controlo (o rapaz d'A *Menina do Mar* e Oriana d'A *Fada Oriana*) e liberdade de sonhar com mundos maravilhosos, criá-los e viver neles (Isabel d'A *Floresta* e Joana d'A *Noite de Natal*).

A liberdade que o mar transmite, associada à pureza, é para Sophia uma condição para se ser feliz; no poema «Liberdade», do livro *Mar Novo*, é possível sentirmos isso:

*Aqui nesta praia onde
Não há nenhum vestígio de impureza,
Aqui onde há somente
Ondas tombando ininterruptamente,
Puro espaço e lúcida unidade,
Aqui o tempo apaixonadamente
Encontra a própria liberdade.*
(ANDRESEN, 2003: 26).

As personagens infantis dos contos gozam desse privilégio, de liberdade. Por outro lado, a felicidade suprema implica que a liberdade seja vivida no isolamento, pois só ele permite sonhar.

Embora Joana tivesse «*muita pena de não saber brincar com os outros meninos*», nada indica que fosse infeliz por isso. Esta criança desenvolveu estratégias para lidar com a solidão sem sofrimento, empoleirava-se no muro do jardim e “procurava” nos transeuntes um amigo; até que um dia o encontrou. Na verdade, ela passa a ser mais feliz quando encontra um “verdadeiro” amigo. Aqui, o que está em causa é o tipo de pessoas

(especiais) que podem conviver harmoniosamente com as personagens (também especiais) criadas por Sophia. Estas crianças¹⁴⁷ solitárias vivem em harmonia com a natureza. A solidão não é aqui descrita como algo negativo, mas como uma condição aceitável com a qual as personagens lidam de forma favorável.

Os adultos são praticamente banidos dos quatro contos selecionados. Só é “permitida” a presença de adultos que, pelas suas características, sejam “almas puras”: os velhos¹⁴⁸, os poetas, o cientista sonhador; esses, sim, podem “entrar” na vida das crianças solitárias porque a sua presença não macula a inocência:

Porque a única pessoa crescida a quem Oriana podia aparecer era ao Poeta. Porque ele era diferente das outras pessoas crescidas (FO, p. 30).

– *Dá o tesoiro ao meu professor de música. É um homem extraordinário [...]. É um poeta.*

– *Parece-me bem – disse o anão. – Sempre gostei de poetas* (F, p. 44).

A família, composta por adultos, também está ausente nestes contos. Relativamente ao rapazinho (MM) e a Oriana não é feita referência à família. No que respeita a Joana, embora ela tenha pais, eles são mencionados de uma forma pontual, sem que sejam feitas alusões às suas características e à relação com a filha. Também em relação a Isabel não são feitas referências à família; sabe-se que ela vive na casa dos pais e nada mais é dito a este respeito.

No conto *A Menina do Mar*, o rapazinho, tal como acontece em todos os contos de Sophia, é apresentado por um narrador heterodiegético e onisciente que o relaciona com a descrição pormenorizada da “casa branca nas dunas, voltada para o mar”: «*Nessa casa morava um rapazito que passava os dias a brincar na praia*» (MM, p. 5). Esse rapazito não tem nome, não tem idade e, como já se referiu, nada se sabe sobre a sua família.

O importante na descrição do rapazito não são as características físicas, familiares ou sociais, são as emoções, os desejos.

O rapazito, solitário, não é medroso; perante uma grande tempestade imaginou «uma imensa batalha em que o mar, o céu e o vento se combatiam» (MM, p. 8). Quando acordou, estava uma linda manhã e ele foi, livre e sozinho, brincar para as rochas. Sentia-se muito feliz e num dado momento pensou «*Tenho de ir para casa*». Este suposto dever ou compromisso (“tenho”) não é explicado, até porque ele não vai para casa naquela ocasião, mas faz prever a existência de regras importantes, sobretudo, para os adultos.

A entrada do rapazinho no universo marítimo, a realização do sonho, corresponde ao alcance da liberdade plena e da suprema felicidade; é a passagem do universo real para o universo irreal através do caminho da imaginação, da magia. É isso que permite a união entre as duas personagens e a opção pelo mar como espaço ideal do encontro entre os dois.

N’A Fada Oriana, a protagonista é uma fada-menina que «*Vivia livre, alegre e feliz dançando nos campos, nos montes e nos bosques, nos jardins e nas praias*» (FO, p. 6); é segundo Marta Martins «*uma figura solitária que apenas interage com aqueles que necessitam da sua ajuda*» (MARTINS, 1995: 38).

A esta criança é dada, logo no início do conto, uma grande responsabilidade pela Rainha das Fadas: «*entrego-te esta floresta. Todos os homens, animais e plantas que aqui vivem, de hoje em diante, ficam á tua guarda*» (FO, p. 6). Tal como as meninas dos meios socialmente mais desfavorecidos que cedo abandonam as brincadeiras e a escola para tomarem conta dos irmãos e da casa, esta fada-menina aceita um compromisso («– Prometo.») que a levará a encontrar a maturidade. Oriana assume, convicta, a sua missão e mesmo sendo

¹⁴⁷ Apesar de Oriana ser uma fada, pelos seus comportamentos e atitudes, percebe-se que será uma fada-menina. O Poeta refere isto mesmo: «– No mundo há muitas meninas bonitas. Mas só tu é que podes encantar a noite porque és uma fada» (MM, p. 31).

¹⁴⁸ «Os velhos porque, próximos do final do Tempo, criaram uma intemporalidade que os aproxima das origens. Eles, tal como as crianças, são intuitivos e estão próximos da verdade» (MARTINS, 1995: 26).

desafiada pelas andorinhas para ir conhecer o «outro lado do Mundo» resiste, pois, os homens, os animais e as plantas da floresta precisam dela: «*Eu prometi tomar conta da floresta [...] Eu fiz uma promessa*» (FO, p. 12).

Este compromisso inquebrável faz da fada um ser perfeito: ela existe para fazer bem aos outros e é feliz assim. Pela poeticidade e pela beleza na descrição do espaço, como é habitual em Sophia, apercebemo-nos que à obrigatoriedade imposta não é atribuído, por parte de Oriana, um carácter de sacrifício. Oriana percorre um caminho de procura e de encontro consigo própria e com o *outro*, que reflete o humanismo que emerge de todas as obras de Sophia.

Oriana, como fada que é, terá de assumir as responsabilidades para que foi destinada: guardar a floresta as pessoas, os animais e as plantas. E é sozinha e feliz que assume o seu fado. Exerce, então, a sua proteção sobre uma variedade de seres humanos, conquistando, pela sua bondade e dedicação ao *outro*, a amizade de todos estes e de todos os habitantes da floresta. Oriana é descrita pelo narrador como símbolo de beleza, de liberdade e de altruísmo, de perfeição, e colocada num universo natural, habitado por criaturas que careciam da sua ajuda.

A velha, uma das muitas personagens secundárias deste conto, é também uma personagem solitária que, embora não sendo feliz, é ajudada por Oriana a viver a solidão de forma menos penosa. Apesar de a velha não poder ver Oriana, porque «*As fadas só se mostram às crianças, aos animais e às flores*» (FO, p. 9), sabia que as fadas existiam e que havia sempre uma disposta a ajudá-la e a protegê-la. Embora solitária, a velha não está sozinha e sabe disso.

Oriana não contacta com pessoas (à exceção do poeta), isto é, as pessoas não a veem nem lhe podem falar, embora saibam que ela existe e é a responsável pelo que de bom lhes acontece. Quando acaba de auxiliar a velha, vai ajudar o lenhador e a família, depois o moleiro e ainda, de uma forma diferente, o Homem Muito Rico. Em simultâneo, cuida dos animais e das flores; é responsável por todos os seres vivos que vivem na floresta.

Ao ajudar mais um ser, o peixe, Oriana vê a sua imagem refletida na água do rio e constata que é lindíssima, ficando «maravilhada com a sua descoberta». Inesperadamente, afasta-se da sua promessa, da sua natureza e da incumbência para a qual tinha sido eleita e, pela interferência malévola do peixe, entra num processo de alheamento em face dos que precisam dela. Deixando de olhar “para fora”, passa a ter como única preocupação a sua imagem. É a partir deste momento e do castigo subsequente que a fada-menina inicia uma vivência em solidão amargurada.

Neste conto, podemos assinalar duas formas distintas de solidão que Oriana vivencia: a solidão inicial, equilibrada e alegre, e a solidão dolorosa, espinhosa, cruel, à qual é subjugada por não ter cumprido a sua missão e, assim, ter perdido a sua identidade. Oriana deixa de ser uma fada feliz, na sua caminhada solitária pela floresta, e transforma-se numa menina infeliz, sem poderes, indefesa e repudiada por aqueles que já não pode ajudar e que já não a reconhecem, porque não tem asas nem varinha de condão. Perdida a sua identidade mágica, Oriana é obrigada a enfrentar o mundo com as limitações dos humanos, vencer obstáculos, provar o seu valor, o seu total altruísmo para reconquistar a sua condição inicial.

A fada-menina quando, através do castigo, fica sem poderes, inicia um percurso de sofrimento físico e moral que a leva ao arrependimento e posteriormente à reconquista da sua condição de fada.

Embora lhe tenha sido dada a oportunidade de recuperar os seus poderes de fada, através do mal, Oriana recusa essa possibilidade e, pela percepção da dor que causou, debate-se numa tentativa de remediar o mal provocado, através do bem, condição que só é alcançada após demonstrar que se esqueceu de si e colocou o *outro* em primeiro lugar. Quando isso acontece tudo volta a ser com antes; a harmonia regressa à floresta e com ela os seus habitantes: «*E Oriana levantou a sua varinha de condão e tudo ficou encantado*» (FO, p. 82).

A vida de Oriana, em solidão, é uma vida feliz. A infelicidade só se instala quando a fada conhece a vaidade e se humaniza. No desfecho deste conto (em que tudo volta a ficar como antes), a fada-menina voltará, também, a ficar solitária, a guardar a floresta e os seus seres vivos e a gozar os privilégios de morar num espaço perfeito que ela própria encanta.

N' *A Floresta*, Isabel, uma menina de onze anos, brinca sozinha e feliz tendo por isso o privilégio de conseguir «*conversar com as árvores, com as pedras e com as flores*».

A criada Mariana não acredita que os anões existam e consegue que, mais tarde, depois de muito esforço para os encontrar, Isabel comece a convencer-se de que os anões são apenas imaginários. Mesmo assim, a menina sonhadora edifica uma minúscula e acolhedora casa para anões, e deseja ser um: «*Isabel desejou ter meio palmo de altura para caber lá dentro*» (F, p. 14). A criada, como a cozinheira são adultos que simbolizam o pragmatismo, o ceticismo e a voz do senso comum, ilustrando a razão pela qual os adultos não se integram neste universo de infância e poesia.

É, então, criado um momento de *suspense* que, sem dúvida, entusiasma os pequenos leitores: «*Aquilo que viu deixou-a imóvel, muda, com a boca aberta, com os olhos esbugalhados*» (F, p. 16). O sonho torna-se numa fantástica realidade: «*– Estou a sonhar! Pois dentro da casa tinha acontecido uma coisa extraordinária e incrível: em cima da cama estava deitado um verdadeiro anão*» (F, p.16).

Isabel “entra”, então, num conto de fadas como aqueles que costumava ler: «*Aos sete anos, logo que tinha aprendido a ler, Isabel tinha lido a história d’A Branca de Neve e dos Sete Anões. Pensava muitas vezes nessa história*» (F, pp. 12-13).

Embora com algumas dificuldades, porque na vida real elas existem, Isabel consegue, ao longo da narrativa, confiar e provar que ela própria é digna de confiança. Aprende a esperar, a ouvir, a fazer amigos e, sobretudo, a valorizar a sabedoria dos mais velhos.

O anão era também um ser solitário que desejava ir para junto da sua família, uma personagem (solitária) infeliz com essa condição¹⁴⁹. Trata-se, todavia, de uma solidão temporária (apesar de durar dois séculos) que depende de um problema, à volta do qual o conto gira, e que Isabel ajudará a resolver.

As personagens reais e adultas, supostamente solitárias, que interagem com Isabel, são pessoas que pertencem a um mundo que as faz diferentes das outras: o mundo da música e da poesia e o mundo da ciência.

O professor de música é um artista, um poeta. O anão, que é «muito desconfiado» e não fala com ninguém (para além de Isabel), sabe que um poeta é “diferente”, é digno de confiança: «*– Sempre gostei de poetas*». Então, Cláudio passa a fazer parte do grupo de amigos de Isabel (e do anão); é-lhe permitida a entrada num mundo maravilhoso.

O Doutor Máximo é um sábio, um cientista, tido como louco na cidade onde todos troçam dele; É uma “alma pura”.

Também o velho jardineiro, Tomé, se relaciona com a pequena Isabel, mas esta personagem é «*– o mediador entre Isabel e o mundo vegetal – que lhe revela os segredos da natureza*» (MATOS, 1993: 70). São, sem dúvida, personagens com atributos muito particulares: possuem bondade, são puras e sabem sonhar e / ou estão estreitamente ligadas à natureza.

¹⁴⁹ Há mais de dois séculos fora incumbido de ficar na floresta a guardar um tesoiro e só o poderia dar a uma pessoa boa que o gastasse a praticar o bem. Nessa altura seria possível, então, libertar-se.

Isabel é uma personagem com capacidade de ação. Revelando um grande interesse pela experiência do *outro*, esta menina demonstra as virtudes do herói iniciado que quer aprender a viver, contemplando o mundo. Ao abrir-se a seres extraordinários que vivem na Natureza, transforma o seu sonho, a sua experiência individual, numa esperança (de concretização de sonhos) para o pequeno leitor.

Recorde-se que um dos temas prediletos de Sophia é o da justiça, que também é abordado neste conto e que se expressa, sobretudo, no diálogo entre o bandido, que está a morrer, e o frade: «*Frade, transforma em bem o fruto do mal. Faz com esse dinheiro uma obra boa*» (F, p. 39).

Esta narrativa aborda comportamentos e atitudes inter-relacionais, valores de respeito e de confiança, que começam pela palavra («*- Cumpro sempre a minha palavra*») e vão até às ações puras de quem valoriza a amizade e a alegria, que, por sua vez, conduzem a um estado de felicidade: «*- Estou tão feliz, tão feliz, tão feliz!*» (F, p. 24).

Embora desejoso de reencontrar a família, e deixar de viver sozinho, o anão assume a dor da separação, a aceitação da saudade. Isabel, por sua vez, não sabe como consolar-se da partida do amigo, mas recebe um grande conselho: «*escreve esta história. As coisas que passam ficam vivas para sempre numa história escrita*» (F, p. 67), porque é através da palavra escrita que tudo é perpetuado; as palavras faladas poderão ser esquecidas, mas as escritas duram para sempre.

N'A *Noite de Natal*, Joana, assim como Isabel, é também uma personagem solitária.

Tal como a protagonista d'A Floresta, Joana brincava debaixo de uma grande árvore (neste caso, um cedro): «*Com musgo e ervas e paus fazia muitas casas pequenas encostadas ao grande tronco escuro. Depois imaginava os anõezinhos que, se existissem, poderiam morar naquelas casas*» (NN, p. 7). A atração das personagens por espaços maravilhosos e seres fantásticos pertencentes a uma natureza em estado puro é comum nos quatro contos selecionados.

No caso d'A *Noite de Natal*, para além de a Autora escolher, mais uma vez, um espaço privilegiado, a floresta / jardim, por aquilo que de natural e de misterioso encerra, aborda dois temas que lhe são intensamente próximos: a injustiça social e a religião.

Joana procura a verdadeira amizade e, embora seja ainda uma criança, sabe distingui-la.

Entre Joana e Manuel nasce a amizade através da partilha do espaço: «*E foram os dois pelo jardim fora. [...] Joana mostrou-lhe o tanque e os peixes vermelhos. Mostrou-lhe o pomar, as laranjeiras e a horta*»; *ele é o amigo que ela esperava e que lhe passa a fazer companhia: «e começaram os dois a construir a casa do rei dos anões. Brincaram assim durante muito tempo*» (NN, p. 10).

Ainda que o espaço opulento em que Joana vive contraste com a pobreza do lugar em que mora Manuel, a diferença social não é, no entanto, impedimento para que entre as duas crianças nasça uma verdadeira amizade, até porque Manuel «*Era um amigo maravilhoso. As flores voltavam as suas corolas quando ele passava, a luz era mais brilhante em seu redor e os pássaros vinham comer na palma das suas mãos*» (NN, p. 11); estes são indícios do caráter excepcional / sobrenatural da personagem.

Embora na casa de Joana todos vivam aquela noite com conforto e alegria, a criança preocupa-se com o amigo ausente quando descobre que ele não vai ter nem presentes nem um delicioso jantar: «*Os pobres são os pobres. Têm a pobreza*» (p. 21). Mais uma vez a Autora evidencia, através de Joana, tal como havia feito com Isabel, a sua preocupação com a injustiça social; afinal o Natal dos presentes e da consoada não é para todos.

Só, com medo e com frio, Joana, à semelhança da Branca de Neve perdida no bosque, sente-se também perdida. Mas porque o bem é “sempre recompensado”, uma estrela ajuda-a a continuar esse caminho e a

viagem solitária na floresta transforma-se num “milagre”: Joana percebe que Manuel é, afinal, o Menino Jesus.

Os quatro contos escolhidos para esta apresentação têm em comum, como referi no início, personagens solitárias, mas de certa forma felizes, que vivem em total harmonia com a natureza: mar e praia, florestas e jardins. São personagens, crianças e adultos, que exprimem o ser humano ideal: puro, sincero e altruísta, ligado à natureza; e são lugares maravilhosos, símbolos da perfeição, onde todos os Homens deveriam viver. São a crença de que existe algo mais do que aquilo que designamos como “real”; real que é definido e aceite pela generalidade dos adultos que são, por isso, excluídos deste universo.

3. Bibliografia

I. De Sophia de Mello Breyner Andresen

1. Contos infantis

(1994). *O Rapaz de Bronze*, 20.ª ed., Lisboa, Edições Salamandra, [Minotauro, 1.ª ed., 1956].

(2002). *A menina do Mar*, 40.ª ed., Porto, Figueirinhas, [1.ª ed., 1958].

(2003). *A Fada Oriana*, Porto, Figueirinhas, [1.ª ed., 1958].

(2004). *A Floresta*, Porto, Figueirinhas, [1.ª ed., 1968].

(2004). *A Árvore*, Porto, Figueirinhas, [1.ª ed., 1985].

(2004). *A Noite de Natal*, Porto, Figueirinhas, [Ática, 1.ª ed., 1960].

(2004). *O Cavaleiro da Dinamarca*, Porto, Figueirinhas, [1.ª ed., 1964].

2. Contos

(2006). *Histórias da Terra e do Mar*, Porto, Figueirinhas.

(2006). *Contos Exemplares*, 36.ª ed., Porto, Figueirinhas, [1.ª ed., 1962].

3. POESIA

(2003). *Mar Novo*, Lisboa, Caminho, [Guimarães, 1.ª ed., 1958].

(2005). *Poesia*, 5.ª ed., Lisboa, Caminho, [Edição da Autora, 1.ª ed., 1944].

II. Sobre Sophia de Mello Breyner Andresen

CASTELO BRANCO, Maria do Carmo, (2008). *Histórias da Terra e do Mar. Ética e Estética En Sophia de Melo*, disponível em <http://www.iacat.com/Revista/recreate/ecreate04/Seccion3/Hist%C3%B3rias%20da%20Terra%20e%20do%20Mar.pdf> em abril 2008.

COELHO, Eduardo Prado (1980). «Sophia, a lírica e a lógica», *Colóquio-Letras*, Lisboa, Gulbenkian, n.º 54, pp. 20-35.

CUNHA, António Manuel dos Santos (2004). *Sophia de Mello Breyner Andresen: mitos gregos e encontro com o real*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

GOMES, José António (2000). *Sophia, Infância e Apelo do Mar: elementos para uma leitura da obra para crianças e jovens*, Matosinhos, Contemporânea.

____ (2004 / 2005). «Sophia de Mello Breyner Andresen e a Sua Obra Para Crianças e Jovens», *Malasartes*, n.º 14, pp. 3-5.

JÚDICE, Nuno (2005) «Um Canto Entre a Terra e Mar», in *A Viagem das Palavras*, Lisboa, Colibri, pp. 97-101.

MACHADO, Álvaro Manuel (1978). «Sophia de Mello Breyner Andresen – O Nome das Coisas», *Colóquio-Letras*, Lisboa, Gulbenkian, n.º 41, pp. 71-72.

MARTINS, Marta (1995). *Ler Sophia*, Porto, Editora, 1995.

MATOS, Maria Luísa Sarmiento de (1993). *Os Itinerários do Maravilhoso – Uma Leitura dos Contos para Crianças de Sophia de Mello Breyner Andresen*, Porto, Porto Editora.

PEREIRA, Cláudia Sousa (2004 / 2005). «O Mundo Refletido Numa Bola de Natal – Sobre “A Noite de Natal”», *Malasartes*, n.º 14, pp. 9-12.

RAMOS, Ana Margarida (2004 / 2005). «Dos Espaços e da Sua Magia: uma leitura D’A Floresta” de Sophia de Mello Breyner Andresen», *Malasartes*, n.º 14, pp. 15-17.

ROCHA, Clara Crabbé (1980). *Os “Contos Exemplares” de Sophia de Mello Breyner*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.

____ (1994). «Nos 50 Anos de Vida Literária de Sophia. Sophia de Mello Breyner Andresen: poesia e magia», *Colóquio-Letras*, Lisboa, Gulbenkian, Ensaio n.º 132 / 133, pp. 165-182.

SEVERINO, Isa (2006). «A Menina do Mar de Sophia de Mello Breyner: do texto ao palco», in *Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil*, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

SILVA, Maria Madalena Marcos Carlos Teixeira da (1996). *Sophia: O Canto para Todos*, Trabalho de Síntese Apresentado para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

SILVA, Sara Reis (2004 / 2005). «“A Fada Oriana”, de Sophia de Mello Breyner Andresen: da ilusão do olhar ao mais profundo do Ser», *Malasartes*, n.º 14, pp. 6-8.

• **III. TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIAS**

AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de (1974). *A Estrutura do Romance*, Coimbra, Livraria Almedina.

____ (1981). «Nótula sobre o conceito de Literatura Infantil», in *A Literatura Infantil em Portugal: achegas para a sua história*, Domingos Guimarães de Sá, Braga, Editorial Franciscana.

____ (1984). *Teoria da Literatura*, 6.ª ed., Lisboa, Livraria Almedina.

____ (1990). *Teoria e Metodologia Literárias*, Lisboa, Universidade Aberta.

ALBUQUERQUE, Fátima (2006). «Contos de Encontro – (Re)leituras infantis de contos de fadas nos dias de hoje», in *Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil*, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

BETTHELHEIM, Bruno (1998). *Psicanálise dos Contos de Fadas*, trad. de Carlos Humberto da Silva, 6.ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de (1989). *A Literatura Infantil. Visão Histórica e Crítica*, 3.ª ed., São Paulo, Global.

CERRILLO, Pedro C. (1999). *Literatura Infantil y su Didáctica*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

____ (2001). «Lo Literario y lo Infantil: concepto y caracterización de la literatura infantil», in *La Literatura Infantil en el Siglo XXI*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

CORREIA, João David Pinto (1973). *A Literatura Juvenil em Portugal: subsídios para o estudo da sua história e de alguns dos seus problemas*, Lisboa, Edição da Direção Geral da Educação Permanente.

____ (1978). *Literatura Juvenil / Paraliteratura*, Lisboa, Editor Livraria Novidades Pedagógicas.

DIOGO, Américo António Lindeza (1994). *Literatura Infantil, História, Teoria, Interpretações*, Porto, Porto Editora.

ECO, Umberto (1984). *Conceito de Texto*, trad. de Carla Queiroz, São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, Lda.

____ (1993). *Leitura do Texto Literário. Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos literários*, 2.ª ed., Lisboa, Presença.

____ (1995). *Seis Passeios nos Bosques da Ficção*, trad. de Wanda Ramos, Lisboa, Difel, [1.ª ed., 1994].

____ (2004). *Os Limites da Interpretação*, trad. de José Colaço Barreiros, 2.ª ed., Alges, Difel.

EPIN, Bernard (1978). «A Literatura para a Infância e para a Juventude, essa Desconhecida», in *O Poder de Ler*, Porto, Porto Editora, pp. 106-114.

FURTADO, Filipe (1980). *A Construção do Fantástico na Narrativa*, Lisboa, Livros Horizonte.

GARCÍA PADRINO, Jaime (1992). «Literatura Infantil y Educación», in *Literatura Infantil y Enseñanza de la Literatura*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

GARRIDO DOMÍNGUEZ, Antonio (1996). *El Texto Narrativo*, Madrid, Editorial Síntesis S. A.

GOMES, Alice (1972). *O Autor e a Comunicação no Livro Infantil*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional.

____ (1992). *A Literatura para a Infância*, Lisboa, Torres e Abreu Editora.

GOMES, José António (2002). *Espelhos e Sombras: representações do eu em Luísa Dacosta*, Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

____ (1993). *A Poesia na Literatura para a Infância*, Rio Tinto, Edições Asa.

____ (1991). *Literatura para Crianças e Jovens – alguns percursos*, Lisboa, Caminho.

____ (1996). *Da Nascente à Voz – contributos para uma pedagogia da leitura*, Lisboa, Caminho.

____ (coord.), (1999). *Do Dragão ao Pai Natal. Olhares sobre a Literatura para a Infância*. Porto, Campo das Letras.

GRATIOT – ALPHANDERY, Hélène (1978). «O papel da leitura na formação da criança e do adolescente», in *O Poder de Ler*, Porto, Livraria Civilização, pp. 33-37.

ISER, Wolfgang [s / d]. «El Proceso de Lectura: Enfoque Fenomenológico», in *Estética de la Recepción*, org., José Antonio Mayoral, Madrid, Arco / Libros, [s / d].

JESUALDO (1993), *A Literatura Infantil*, trad. de James Amado, S. Paulo, Editora Cultrix.

KHÉDE, Sónia Salomão (1990). *Personagens da Literatura Infantojuvenil*, S. Paulo, Brasiliense.

LEMOS, Ester de (1972). *A Literatura Infantil em Portugal*, Lisboa, M.E.N., D.G.E.P.

MESQUITA, Armindo (coord.), (2002). *Pedagogias de Imaginário, Olhares sobre a Literatura Infantil*, 1.ª ed., Porto, Asa.

____ (coord.), (2006). «A Sabedoria dos Contos de Fadas», in *Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil*, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

____ (1999). *A Estética da Recepção na Literatura Infantil*, Série Ensaio, Vila Real: UTAD, disponível em alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/infantil/armindo1.rtf, em abril de 2007.

PROPP, Vladimir (2000). *Morfologia do Conto*, trad. de Jaime Ferreira e Vítor Oliveira, 4.ª ed., Lisboa, Vega Editora.

PROUST, Marcel (1997). *O Prazer da Leitura*, trad. de Magda Bigotte de Figueiredo, Lisboa, Teorema.

____ (1998). *Sobre a Leitura*, trad. de José Augusto Mourão, 2.ª ed., Lisboa, Vega.

RAMOS, Ana Margarida (2005). «Infância e Literatura: contributos para uma leitura da narrativa infantil contemporânea», in *Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. 5. Investigação e prática docente*, Coimbra, Almedina.

ROCHA, Natércia (2001). *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*. Lisboa, Caminho, 2.ª ed. (1.ª ed. 1984, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa).

ROSEMBERG, Fúlvia (1984). *Literatura Infantil e Ideologia*, São Paulo, Global.

SILVA, Maria Madalena Marcos Carlos Teixeira da (2004). *O Novo Rosto do Paraíso: diálogos com a infância*, Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Doutor em Literatura Portuguesa Contemporânea, Ponta Delgada.

____ (2006). «Porque renascem as bruxas?», in *Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil*, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

____ (2007). «Literatura em Crescimento. O lugar problemático da literatura juvenil no sistema literário», in *A Criança e o Texto Literário – Atas do II Congresso Internacional*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança (s / p), texto policopiado.

SOTOMAYOR SÁEZ, Mª Victoria (2000). «Lenguaje Literario, Géneros y Literatura Infantil» in *Presente y Futuro de la literatura Infantil*, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de (2000). *Teoria Breve da Literatura Infantil*, [s / l], Edição do Autor.

WELLEK, René e WARREN, Austin (1962). *Teoria da literatura*, trad. de José Palla e Carmo, Lisboa, Publicações Europa-América.

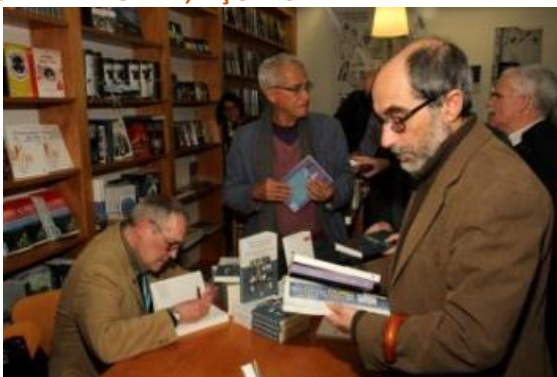
YUNES, Eliana e PONDÉ, M. da Glória (1988). *Leitura e Leituras da Literatura Infantil*, São Paulo, FTD.

ZILBERMAN, Regina (1987). *A Literatura Infantil na Escola*, 7.ª ed. S. Paulo, Global Editora.



MOINHOS 2014

22. URBANO BETTENCOURT, ESCRITOR AÇORIANO CONVIDADO, ESC. SEC. ANTERO DE QUENTAL, PONTA DELGADA, AÇORES



PDL 2013

LAGOA 2012



LAGOA 2012



URBANO MANUEL BETTENCOURT MACHADO, APRESENTA DOIS TRABALHOS:

TEMA 3.1.1. JOSÉ MARTINS GARCIA – A LINGUÍSTICA VAI À GUERRA, URBANO BETTENCOURT. Escola Secundária Antero de Quental (Ponta Delgada)

No interior da narrativa de Martins Garcia, a instituição militar e a guerra em África constituem um domínio temático de relevo e bem identificado, ao lado de outros como o insular açoriano, sobretudo, e o lisboeta. Objeto de tratamentos narrativos diversificados, os dois tópicos coincidem, todavia, naquilo que é uma perspetiva comum de crítica dos mecanismos e procedimentos militares que se traduzem, em última instância, na anulação do homem, no seu rebaixamento a uma condição de pura irracionalidade.

Lugar de Massacre (1975) é, neste aspeto, o romance de uma experiência-limite nos pântanos guineenses, escrito num registo demencial em que o burlesco e o grotesco enquanto estratégias de deformação propiciam a visão de um universo de aviltamento e de exposição da animalidade que subsiste no fundo de cada homem. Experiência tão mais (auto)destrutiva porquanto ela se polariza em Pierre d’Avince, uma personagem cujo ceticismo radical o impede de tomar uma decisão, ainda que uma lucidez extrema lhe permita ver *claramente visto* o desastre coletivo que atinge todos, brancos e negros, civis e militares, milicianos ou de carreira. (a ambiguidade fonética, com a proximidade do onomástico a permitir uma leitura francesa).

Mas a verdade é que o tema atravessa toda a obra de Martins Garcia e surge mesmo já em *Katafaraum é uma nação*, um conjunto de «crónicas» e narrativas publicadas em fevereiro de 1974 e cujo pendore crítico e satírico é dominante, mesmo naqueles casos em que uma «escrita oblíqua» exige um processo de leitura em moldes idênticos.¹⁵⁰ Nesta obra, o último dos três «ciclos» da segunda parte intitula-se «Linguagem» e é composto por duas narrativas: «Competência» e «Performance».

Para quem fez a travessia linguística dos anos setenta e oitenta torna-se fácil identificar a sombra de Chomsky neste jogo de títulos, que recuperam dois conceitos provenientes da gramática generativa: o primeiro respeita ao «saber interiorizado que os falantes de uma língua possuem» e que lhes permite comunicar, realizando, pondo em prática, novos enunciados em novos contextos (ou seja, a *performance*).¹⁵¹

Já na primeira secção da obra uma crónica intitulada «Elogio da Competência» convocava explicitamente Noam Chomsky: «Vinte séculos antes de Chomsky, a elite katafaraónica, em cuja sabedoria se haviam depositado as eternas verdades, já tinha estabelecido uma distinção categórica entre «competência» e «performance» (Garcia, 1974: 75).

A ironia começa com a marcação cronológica «antes de Chomsky», que permite a redução às iniciais a.c., que ambigualmente reenviam também a «antes de cristo», assinalando o estatuto de que o *divino Chomsky* desfrutava por esses tempos. Depois, através de uma série de jogos etimológicos e semânticos (por vezes, de pura tautologia) o autor procede a um exercício de composição crítica sobre os costumes e os modos de vida em *Katafaraum*, os rituais de aprendizagem e a aquisição de competência com vista ao desempenho de uma profissão, com a conseqüente ascensão numa sociedade hierarquizada, do competente-mínimo ao competente-crítico, cujo mérito «era diretamente proporcional ao número de vítimas» (p. 76).

Para lá disso, a investigação etimológica sobre «performance» leva a descobrir na palavra o efeito de uma metátese: a palavra original é «preformance», derivada de

«pre + formar + ânsia; isto é, a ânsia de (se) formar antes, melhor dizendo, a ânsia de nascer formado. Por outro lado, «preformar» mediante queda do p inicial (queda justificada pela evidente imoralidade daquele fonema!) pode muito bem significar «reformatar». E aqui é que bate o ponto: a PREformance é nem mais nem menos do que o estado de quem nasce reformado.» (p. 77)

O desenvolvimento irónico levado a cabo pelo narrador revela-nos que esse privilégio de nascer reformado dependia, do «grupo sanguíneo do katafaraónico», o que é uma forma de denunciar a existência de uma casta familiar no interior da sociedade, pois, conclui, os «preformados-reformados não estavam sujeitos a qualquer prova de competência. Nasciam cultos, eruditos, sábios, indiscutíveis, realizados, reformados, preformados, reformados.» (p. 77)

É diferente o tratamento a que são sujeitos os conceitos «competência e «performance» na última parte de *Katafaraum é uma nação*.

Transcontextualizados ironicamente, eles recobrem duas fases da experiência militar em espaços e tempos diferentes (a da formação e aquisição de competências e a da aplicação prática dos saberes, a da «performance»); essas fases ou momentos articulam-se mediante a personagem Ramalho, que «migra» de uma para a outra, soldado-cadete na primeira situação e já alferes miliciano na segunda.

¹⁵⁰ Na nota que escreveu para a 2.ª edição do seu livro (maio de 1974), José Martins Garcia explicita a criação do termo KATAFARAUM, melhor dizendo, as condições em que o vocábulo se lhe impôs, bem como os respetivos sentidos: desde a ressonância bíblica de Cafarnaum até ao processo linguístico de amálgama de «cada (*kata*, em grego) um fareja um», uma divisa adequada aos tempos do Estado Novo.

¹⁵¹ Lopes, «Competence/Performance», *E-Dicionário de Termos Literários* [online]. Consultado a 14 de fevereiro de 2015.

Embora sem referências explícitas aos lugares da ação, algumas informações indiretas e alusões permitirão identificá-los como Mafra (no tempo da instrução) e, depois, a Guiné (em situação de combate) e essa ocultação será apenas um dos subterfúgios utilizados para não provocar a atenção (e a intervenção) desses leitores vigilantes que eram os censores institucionais. A isso poderá juntar-se igualmente, na primeira narrativa, a existência de personagens com nomes impronunciáveis e estranhos ao corpo e ao sistema da língua portuguesa, como Tww, Gwlyx, Btyx, por exemplo.¹⁵² Mais do que a simples identificação dos lugares, importa, no entanto, ver como em ambos os casos se procede a uma exploração e aprofundamento do incongruente e do absurdo da *lógica* militar, acabando esta por desembocar na anulação do que poderemos considerar a dimensão individual e pessoal das personagens.

Em «Competência», principalmente, é manifesta esta última vertente, com a representação do caráter artificial de toda a instrução prática com vista à aquisição da competência: a sua natureza de *guerra* planificada e submetida a um jogo de ordens e contraordens, um puro simulacro mecanizado¹⁵³ cujo resultado final se traduz no burlesco que o narrador se encarrega de explicitar pontualmente: «*o bravo alferes mandou fazer alto, para improvisar a vitória*» (Garcia, ²1974: 151). Num processo diferente, a descrição pormenorizada amplifica e denuncia esses *jogos de guerra*, perfeitamente previsíveis, aliás, e suscetíveis de serem contornados pelo calculismo e pela astúcia individual:

Circulavam terríveis boatos quanto à ferocidade do inimigo: viria pela calada, iludiria as sentinelas inexperientes, destruiria as barracas, faria prisioneiros e mortos simulados. Diziam os soldados-cadetes melhor informados que, em tais circunstâncias, o melhor era ser-se imediatamente morto. O inimigo deixava os mortos no solo e estes teriam apenas a maçada de reconstruírem as barracas; quanto aos prisioneiros, tinham de acompanhar o inimigo até a um problemático acampamento, às vezes situado a muitos quilómetros de distância. Depois dum dia esgotante, mais valia a morte simulada. (Garcia, ²1974: 157).

A incongruência e a dimensão burlesca da narrativa assentam, implicitamente, na distância que se sabe existir entre uma guerra simulada e uma outra verdadeira, a sério, imprevisível e impossível de conter em absoluto dentro de modelos predefinidos, e sem que se possa estabelecer entre as duas uma relação de implicação e de causalidade no plano da eficácia. A situação inesperada do soldado-cadete Ramalho, «muito embevecido pela beleza do poente» em pleno *campo de batalha*, atesta a pouca consideração que lhe merecem a dor resultante da lesão física e, sobretudo, o desenrolar dos *instrutivos* acontecimentos bélicos.

Mas o burlesco assenta também, a nível explícito, nos jogos efetuados com o lexema «competência», na deriva semântica a que é submetido no fluir da narrativa e nas articulações textuais que vai estabelecendo. É no momento em que se vê «munido da competência advinda das grandes manobras» (Garcia, ²1974: 162) que o soldado-cadete Ramalho se descobre *incompetente* para regressar ao quartel, devido à fratura do pé direito. E é também um jogo com o vocábulo-título que provoca o bloqueamento da ação e a confirmação do absurdo da burocracia militar. Ao dirigir-se ao alferes para solicitar um meio de transporte adequado à sua situação de lesionado, Ramalho recebe como resposta: «*Apresente-se ao nosso capitão e exponha-lhe o caso... Isso está acima da minha competência!*» (Garcia, ²1974: 162); apresentando-se ao capitão, este devolve-o à

¹⁵² Recorde-se que a primeira edição de *Katafaraum é uma nação* teve lugar em fevereiro de 1974. Esses nomes sinalizam a realidade de uma guerra efetiva, mas *não pronunciável*, impedida de ser nomeada fora dos ditames do discurso oficial. Numa entrevista ao jornal *Açores*, o próprio autor deu conta desses subterfúgios textuais em *Lugar de Massacre* (nomes estrangeirados, locais mais ou menos camuflados), por estar convencido de que não conseguiria publicar o livro em Portugal (Garcia, 1993: 9). Em todo o caso, como se vê, esses expedientes dissimulatórios vinham já de *Katafaraum é uma nação*, onde nos deparamos também com exemplos de homonímia estrangeira (Durand, Smith, Ramon) e de topónimos *camuflados*, (Takiá, Takau ou, no limite, um mero X). Na mesma entrevista, Martins Garcia manifesta a sua estranheza quanto ao facto de este livro não ter provocado a interferência da polícia política junto da editora.

¹⁵³ Esta «paródia de guerra», como é designada pelo narrador, consiste num exercício prático com a duração de uma semana e destinado a proporcionar aos instruídos o *contacto com o terreno* e a testar também o nível e a eficácia da aprendizagem. A passagem do tempo é assinalada pela transformação progressiva das personagens e do seu aprumo, observável a partir do ponto de referência do *incipit* narrativo: «Saíram, barbeados, engraxados e seriamente inócuos, para o reino da competência.» (Garcia, ²1974: 145); posteriormente, os soldados-cadetes serão descritos como «ainda barbeados, mas desengraxados e seriamente abatidos» (p. 149), mais tarde, «mal barbeados, completamente desengraxados, seriamente amarfanhados» (p. 150) e, finalmente, «barbudos, emporcalhados e seriamente abatidos» (p. 162). O grau de competência é inversamente proporcional ao grau de degradação pessoal.

procedência com uma resposta de sentido contrário: «*Isso é para ser resolvido pelo seu alferes. Está abaixo da minha competência!*» (Garcia, ²1974: 162). Perdido entre estes jogos de linguagem e as sucessivas manifestações de *não-competência*, empurrado de um para outro agente da hierarquia militar, o soldado-cadete Ramalho é um brinquedo de diferentes poderes, privado de palavra, que só virá a ter quando for promovido a alferes, mas num contexto de guerra efetiva em que a palavra já pouco peso tem no cômputo da vida e da experiência imediata.

Uma parte do sentido geral de «Performance» é função do contraste que permite estabelecer com a narrativa «Competência», numa dicotomia existente já no contexto metalinguístico original e transposta aqui para o domínio da teoria (militar) e da realização prática. A existência de uma mesma personagem, Ramalho, como protagonista de ambas as narrativas permite interpretá-las sequencialmente como uma *história* única em dois tempos e dois espaços, separados por uma elipse que *justifica* esta transposição e a promoção do soldado-cadete a alferes miliciano.

«Performance» abre com a chegada de Ramalho a Takiá, «*mal feito do pifo e muito picado dos mosquitos, com os olhos inchados e os braços quase em carne viva*» (Garcia, ²1974: 165). Apesar da natureza críptica ou *camuflada* do topónimo, alguns elementos avulsos do discurso descritivo ajudam a descodificá-lo como sendo a Guiné-Bissau (na altura, apenas a Guiné portuguesa do discurso oficial): o esplêndido verde, a planura enorme e, sobretudo, a presença do vocábulo «bolanha».¹⁵⁴ Mas esse é apenas o reverso paisagístico do reduzido espaço do quartel e nem sequer totalmente pacífico e tranquilizador, pois nele se escondem perigos vários, o que torna o incapaz de motivar o olhar contemplativo ou, pelo menos, demorado do protagonista: funciona apenas como moldura exterior aos muros do quartel, em cujo interior desfilam, afinal, as personagens e se desenrolam os pequenos episódios de um quotidiano que o alferes milícia no Ramalho vai descobrindo progressivamente, por entre a estranheza e o distanciamento ou sobranceria.

A iniciação do novato alferes no mundo *real* da guerra (isto é, não encenado, não teatralizado) propicia a revelação de um microcosmo em que o rigor e o ritual da disciplina militar alternam com o desmazelo seu contrário. Além disso, as questiúnculas interpessoais, próprias de um espaço claustrofóbico e da situação de desconforto físico e psicológico, contribuem para o mau ambiente humano e fomentam a existência de intrigas, pequenos rancores e invejas. Por vezes, um discurso narrativo despojado e seco acentua o desgarramento e a clausura individual das personagens no decurso de um tempo arrastado, de tédio, em que a ação se reduz a uma acumulação de gestos mecânicos e desarticulados entre si, num fluir monótono e sem sobressalto interior:

O alferes Ramalho meteu-se no seu posto. O major exortou o cozinheiro a pôr mais sal na comida. O comandante foi dormir a sesta entre os seus bidões. O médico bocejou. O capelão agarrou no breviário. A tarde acumulava nuvens. A transpiração progredia. O tornado avizinhava-se. O prisioneiro negro balouçava os pés. (Garcia, ²1974: 182).

Num contexto destes, a figura do alferes Ramalho constitui um elemento dissonante, em virtude do caráter excessivo de dois comportamentos fundamentais: a displicência com que se refere aos assuntos estritamente militares e deles trata e, por outro lado, o consumo de álcool, em sessões regulares, demoradas e excessivas. Se um e outro podem ser considerados como a recusa de acomodação e de conformação com um sistema em que a personagem foi integrada à força e em cujos valores não se revê, o segundo deles não deixa, apesar de tudo, de traduzir ambigualmente um processo de alheamento e de autodestruição, assinalado pelo narrador: «A essa hora [o alferes Ramalho] encontrava-se geralmente bêbado, preso dum embrutecimento pouco visível exteriormente, à força de ser por dentro uma forma de resistir.» (Garcia ²1974: 184). O embrutecimento aqui referido, sem a dimensão avassaladora que atinge em *Lugar de Massacre*, traduz a progressiva degradação da personagem, a sua *desumanização* e a aproximação a um estado de irracionalidade que tem muito a ver com a condição animal. O desfecho de «Performance» ocorre durante

¹⁵⁴ Termo do léxico guineense que designa um vasto terreno pantanoso, geralmente nas margens ou proximidade dos rios, e próprio para semear arroz, embora não necessariamente utilizado para esse fim.

um ataque ao quartel pelas forças inimigas e durante o qual o alferes Trabuco, um veterano calejado pela guerra e pelas armas, se mantém abancado junto ao churrasco e rodeado de cerveja; a figura grotesca que o alferes Ramalho avista, «uns dentes salpicados de bocados de frango» (Garcia ²1974: 187), representa esse embrutecimento da personagem numa situação em que a voracidade se sobrepõe à ameaça da morte e ao instinto de defesa.

No final, Ramalho e Trabuco envolvem-se numa briga despropositada (se a considerarmos fora de um quadro de alcoolismo) que assinala a eficácia devastadora da guerra sobre o homem, anulando-o, reduzindo-o a uma dimensão animal: «*As metralhadoras insistiam na sua interminável competência. Bêbedos, incapazes de se sustarem nas pernas, o veterano e o novato chafurdavam na lama.*» (Garcia ²1974: 188).

A citação irónica do vocábulo «competência», desviado do âmbito humano para o das armas, permite estabelecer um contraste com o carácter grotesco e sórdido da situação em que se encontram os dois militares, atordoados pelo álcool, rebaixados à condição de animais de pocilga. Representando simultaneamente o fim desta narrativa e do ciclo «a Linguagem», o excerto retoma os títulos das duas histórias que integram este último, explicitamente o da primeira e de modo implícito o da segunda, «Performance», mas invertendo-lhes o sentido: num caso, a competência é transferida para o campo das armas (e, entre elas, as do inimigo); no outro, a «performance» está reduzida a uma *não-competência*, a uma luta pessoal degradante, na lama, enquanto a guerra efetiva se desenrola lateralmente, à margem.

A recontextualização irónica do léxico da teoria linguística traduz, em primeiro lugar, uma degradação do «sentido sério», científico, que possui no contexto original, ou seja, a primeira vítima da ironia de Martins Garcia é o próprio discurso metalinguístico (dupla ironia, por vir de um autor que era professor de introdução à linguística). Em segundo lugar, a utilização desse léxico no âmbito discursivo do universo militar põe a descoberto a sua *não-significação*, o seu vazio semântico: a *competência* militar pretensamente adquirida acaba por não se traduzir na *performance* esperada. A narrativa das experiências no pântano guineense atesta isso mesmo e os comportamentos individuais atestam exatamente o oposto dos objetivos inerentes à instrução, a preparação técnica torna-se inoperante quando confrontada com a visão concreta da guerra, do seu absurdo, da sua irracionalidade, da anulação da dignidade humana. Tudo se resume a linguagem oca, o discurso oficial sobre «a pátria» atola-se com ela no lodo guineense.

REFERÊNCIAS

- Garcia, José Martins (²1974) *Katafaraum é uma nação*, Lisboa: Assírio & Alvim
_____ (³1996) *Lugar de Massacre*, Lisboa: Ed. Salamandra [1975].
_____ (1993) «Autonomia da Literatura Açoriana só com a Independência dos Açores», in jornal *Açores*, 23 de setembro, pp. 8-11.

TEMA 3.1. SER ESCRITOR NOS AÇORES, Urbano Bettencourt

O tema e o seu desenvolvimento podiam resumir-se a uma frase: «ser escritor nos Açores é escrever em arquipélago.» Afirmação quase tautológica. E, no entanto, determinismo geográfico à parte, escreve-se (escrevo) nos Açores sob o signo de uma condição atlântica de dispersão e distância (Vitorino Nemésio talvez preferisse dizer de longitude e apartamento): dispersão histórica e social, consciência do limite, experiência de lonjura.

Escreve-se na sequência da leitura? Então, há uma narrativa particular a recuperar, a da descoberta do mundo a partir da palavra impressa. O olhar que vê ilhas de cinza e água é o mesmo que lê os textos que falam do mundo e das suas inúmeras ilhas. Tudo, afinal, se resume a ilhas. *No man is an island*, escreveu John Donne. Mas cada homem pode partir de uma ilha qualquer (física, interior) para inventar a sua experiência e mesmo aquela que outros nunca tiveram.

Nasce-se em setúbal // nasce-se em pequim // eu sou dos açores // (relativamente // naquilo que tenho // de basalto e flores) – assim começa um poema de Natália Correia. Também eu, embora ainda menos relativamente do que a escritora, pois dispenso as flores: fico-me pela pedra, que pode comover-se por dentro, mas não por fora. Apesar da influência americana na vida e no imaginário açorianos, escrevo em português. E, para começar, gostava de ser lido em todas as ilhas dos Açores. Será pedir demasiado?

23. XURXO FERNÁNDEZ CARVALHIDO, ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS, UNIVERSIDADE DE SANTIAGO, GALIZA



XURXO FERNÁNDEZ CARBALLIDO (xurxo.fernandez@usc.es),

TEMA: 2.1. PRESENTE E FUTURO DO ENSINO DO PORTUGUÊS NA GALIZA. Xurxo Fernández Carballido - xurxo.fernandez@usc.es, Centro de Línguas Modernas, Universidade de Santiago de Compostela, (Associação de Docentes de Português na Galiza), E Antia Cortiças Leira, antia.cortizas.leira@gmail.com, Escola Oficial de Idiomas de Ferrol, (Associação de Docentes de Português na Galiza)

1. RESUMO

Neste artigo vai ser realizado um pequeno percurso sobre como até ao momento tem sido focado, tratado e posto em prática o ensino da língua portuguesa na Galiza. Como foi a sua evolução até ao momento atual e qual poderá ser o seu futuro. Apresentar-se-á a tipologia de ensino existente no passado e na atualidade e quais os principais dados de estabelecimentos de ensino em número de discentes e docentes, nomeadamente no ensino público. Assim como quais as possíveis realidades que se colocam para um futuro a curto prazo.

Palavras-chave - Difusão da língua portuguesa na Galiza, Política linguística, língua portuguesa no sistema educativo galego.

2. INTRODUÇÃO

Este artigo é um trabalho colaborativo de dois jovens docentes de língua portuguesa na Galiza, mas com um já longo percurso académico, especialmente no ensino do português na Escola Oficial de Idiomas (EOI) e na Universidade de Santiago de Compostela e noutros estabelecimentos onde já lecionamos, como, por exemplo, na Universidade de Vigo.

Os investigadores que nos debruçamos sobre este tema, quer a partir de um plano teórico, quer a partir das nossas experiências pessoais como docentes, corremos sempre o perigo em Portugal de que os nossos trabalhos sejam muito básicos para os conhecedores da realidade galega ou muito complexos e incompreensíveis para os desconhecedores das diferentes identidades na Galiza.

Por isso, nós vamos fazer um percurso geral pelas características sociológicas, políticas e linguísticas que molduram o quadro onde se desenvolve a presença da língua portuguesa na Galiza, porém, centrar-nos-emos, de facto, no sistema educativo galego, obrigatório e não obrigatório, onde a análise pode ser mais delimitada e menos

livremente interpretativa. Por fim, o artigo termina com uma visão geral do que o futuro imediato pode deparar para a língua portuguesa no sistema educativo galego.

Os fundamentos teóricos do trabalho alargam-se através de diferentes publicações centradas na questão do ensino do português na Galiza, de maneira sintética e muito geral (Fagim Rodrigues e Pichel Campos, 2012; Fernández Carballido, 2012; Palomo Branco, 1995; Pérez Rodríguez, 1997; e Rodríguez, 2000, 2008).

Para além das publicações académicas tradicionais, também recebemos muitos dados e informações através de diferentes pesquisas realizadas ao longo dos anos de vida da Associação de Docentes de Português na Galiza (DPG), associação da qual somos sócios.

Gostávamos de fazer uma referência de especial agradecimento à pesquisa de dois outros sócios da DPG, o professor de português na Escola Oficial de Idiomas de Vigo, Felipe Domínguez Presa, coordenador do primeiro levantamento de dados sistemático sobre o número de estudantes no ensino público galego, e Joseph Ghanime Lopes, professor de português na Escola Oficial de Idiomas de Santiago de Compostela, cujo trabalho de pesquisa e levantamento de dados já foram apresentados na II Conferência Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

3. O ENSINO DO PORTUGUÊS NA GALIZA

A língua portuguesa tem um longo percurso no âmbito dos estudos académicos na Galiza, no entanto, o seu estudo foi geralmente reduzido a uma perspetiva filológica, linguística e literária. Só a partir da década de oitenta do século XX começou a ganhar espaço fora das faculdades de filologia, alargando a sua presença, sobretudo, ao ensino nas escolas oficiais de idiomas.

Esta situação manteve-se inalterada ao longo de muitos anos e só nos inícios do século XXI é possível constatar uma evolução positiva na aprendizagem do português na Galiza. Assim, aumenta a procura da língua portuguesa nas escolas oficiais de idiomas espalhadas ao longo da geografia galega, sobretudo nos estabelecimentos de ensino urbanos e, de maneira muito mais tímida, começa a haver um maior número de estudantes nas escolas básicas e secundárias. Também as universidades começam a disponibilizar a disciplina de língua portuguesa fora das faculdades de filologia, através dos Centros de Línguas Modernas, com uma focagem comunicativa e sem qualquer ligação aos tradicionais estudos linguístico-literários que, como já foi referido, era o espaço onde o português estava recluso no mundo universitário galego.

Na atualidade, no total, estaríamos a falar de, aproximadamente, 2000 estudantes de língua portuguesa na Galiza, um país com 2 700 000 habitantes, nos diversos níveis educativos: básico, secundário, Escola Oficial de Idiomas, Centro de Línguas Modernas das três universidades galegas (Santiago de Compostela, Vigo e Corunha) e ensino não-formal. É um número modesto, mas deve ser considerado um primeiro degrau. Por outro lado, faz falta pontualizar que estes dados são levantados de maneira amadora pelos sócios da DPG, porque a Administração pública educativa não oferece dados globais e sistemáticos.

Para além da simples análise estatística dos dados sobre a presença da língua portuguesa, existe um debate de maior complexidade à volta do português na Galiza pela confluência de várias vivências e visões sobre as identidades linguísticas e sociopolíticas galegas. Eis a razão de que seja tão difícil explicar e compreender a situação do português fora do território galego. Isto é constatável ao analisarmos os diferentes discursos sobre a necessidade ou não necessidade de aprender português e sobre a mesma presença do português no sistema educativo galego, quer no ensino obrigatório, quer na formação superior ou para adultos e âmbitos profissionais.

Normalmente na Galiza os debates à volta da presença da língua portuguesa no sistema educativo galego acabam por ser direcionados para as próprias controversas sobre a realidade linguística, cultural e política da Galiza. Sobre a língua portuguesa como língua própria, estrangeira ou língua segunda vamos tratar com maior pormenor no outro artigo redigido para este colóquio, e que complementa a este, mas é preciso frisar que estas circunstâncias sociológicas devem ser tidas em consideração também sobre o processo de ensino, aprendizagem e avaliação do português na Galiza, pois nestes processos podem ser combinados elementos didáticos de língua

materna, língua segunda e língua estrangeira, como acontece, aliás, para o galego e para o espanhol ensinados na Galiza.

Um outro aspeto importante que deve ser sublinhado é que a presença geral da língua portuguesa no Estado espanhol é muito fraca. O debate sobre a utilidade / inutilidade de aprender português em Espanha é paralelo ou simbiótico do existente na Galiza, embora as suas dimensões sociopolíticas sejam muito diferentes, como é simples ao conferir alguns trabalhos sobre a questão do ensino do português para espanhóis, quer desde um ponto de vista teórico, quer desde os aspetos didáticos (Albarran Carvalho, 2000; Cabral da Sousa, 2003; Capuz Figueiredo, 2012; Feytor Pinto, 1998; Moreira, 2000; ou Vázquez, 2000).

São várias as razões que possam explicar o desequilíbrio entre a presença do espanhol em Portugal e a do português em Espanha, mas podemos adiantar que a existência de fortes políticas linguísticas no Estado espanhol fez com que o português não fosse visto nunca como uma necessidade educativa para o conjunto da sociedade, com exceção da região autónoma da Extremadura.

Por outro lado, e, ao mesmo tempo, em Espanha, mas também na Galiza, o português nunca foi visto nem como uma língua necessária para o âmbito internacional, nem científico ou económico, onde inglês, francês e agora alemão são preferenciais, sem poder deixar de referir que no plano mundial o espanhol, graças ao peso latino-americano, tem um papel de destaque, embora muitas vezes exagerado e sobredimensionado¹⁵⁵. Neste sentido, a língua portuguesa parece carecer dessa dimensão internacional que o espanhol tem, se calhar devido a que o Brasil e Portugal, nas estratégias para a promoção da língua, nem sempre percorrem o mesmo caminho.

Assim, é importante ligar a presença da língua portuguesa em Espanha ao próprio sistema educativo autónomo, só assim podemos enquadrar o fenómeno da forte promoção da língua portuguesa na região autónoma da Extremadura e as tentativas que se têm desenvolvido na Galiza para que a língua portuguesa seja língua habitual nos estabelecimentos de ensino daquele território.

4. O ENQUADRAMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

Podem ser várias e de natureza diversa as dificuldades para a implementação da língua portuguesa na Galiza. Algumas partem das próprias dificuldades identitário-políticas de enquadrar o português na sociedade galega e principalmente em que as autoridades políticas e administrativas se empenhem na difusão e promoção da língua portuguesa, especialmente no mundo educativo, que centra a nossa análise.

A primeira, se calhar, é a existência de uma sensação geral de intercompreensão com os espaços de língua portuguesa que faz com que a aprendizagem do português não tenha sido uma prioridade para os membros da comunidade educativa: administração, docentes, pais, mães e alunos, quando comparado com o domínio de outras línguas, como o inglês, o francês ou alemão. Este facto é constatável no mundo educativo e na sociedade em geral, insistimos, a grandes traços, com independência da língua falada pelos utilizadores, galego ou espanhol, pois a proximidade linguística faz com que a necessidade de conhecer, aprender e aperfeiçoar o português seja tradicionalmente baixa na sociedade galega.

No entanto, isto faz com que o domínio social da língua portuguesa na Galiza seja muito baixo, embora com conhecimentos gerais superiores aos de qualquer outro cidadão espanhol, seja por um conhecimento direto da sociedade, da língua ou do consumo de produtos culturais, de preferência música ou literatura.

Esta sensação de facilitismo e aproximação entre o português e o ensino da língua galega e espanhola no espaço galego faz com que a procura da língua portuguesa na Galiza seja maior entre alunos adultos, sobretudo através das escolas oficiais de idiomas (EOI) e dos centros de línguas modernas (CLM) das universidades do que no período do ensino obrigatório.

¹⁵⁵Moreno Cabrera, Juan Carlos (2014), *Los dominios del español. Guía del imperialismo lingüístico panhispánico*. Madrid: Euphonía Ediciones.

A esta situação contribui que a administração educativa não promove a difusão da língua portuguesa, pelo que a lei da oferta e da procura fica sempre aquém das próprias necessidades, ou seja, não vai ao encontro das pessoas que sim procuram portugueses no sistema educativo galego.

Sobre a fraca presença do português nas escolas públicas galegas no ensino básico e no secundário, também são vários os fatores que o podem explicar e que pela dimensão deste artigo não podem ser tratados de maneira pormenorizada, mas, regra geral, a presença do inglês como primeira língua estrangeira e a presença tradicional do francês como segunda língua estrangeira faz com que a incorporação do português traga alguns conflitos ao nível da própria direção da escola, pelo que a promoção pela própria administração autonómica é fundamental.

Porém, mesmo com a suposta falta de necessidade ou utilidade de os galegos aprenderem português, – ideia força socialmente transmitida através de diversos mecanismos de representações prefixadas e preconceitos – estamos a sentir um maior interesse pela língua portuguesa, em geral, da sociedade galega, sobretudo em pessoas adultas, com formação e à procura de novas oportunidades laborais, económicas, culturais, etc. tirando proveito da proximidade linguística entre galego e português, pelo que maximizar o esforço e tirar rendimento rápido é uma das vantagens dos formandos à hora de escolherem o conhecimento da língua portuguesa para complementarem o seu CV.

Ou seja, o que historicamente foi um entrave para a promoção da língua portuguesa – a proximidade linguística do português – passa a ser agora uma mais-valia. Este aumento na procura, no interesse geral pela Lusofonia como espaço de interesse para os galegos, pode fazer com que haja maior oferta e procura no sistema educativo obrigatório, alicerce para um conhecimento geral da língua portuguesa na Galiza, tudo num contexto de crise e de fortes restrições económicas no âmbito educativo, o que pode ser um desafio e uma oportunidade. Pois a crise está a provocar que a sociedade e a administração procurem novas oportunidades a todos os níveis e através do português podem ser abertas novas portas. Por isso é fundamental o empenhamento total, rápido e efetivo das autoridades educativas do governo galego neste contexto de fortes desafios.

No que respeita à política da língua portuguesa desde Portugal, achamos que os diferentes governos portugueses não conseguiram sensibilizar os governos espanhóis, e especialmente as comunidades autónomas fronteiriças com Portugal, para a necessidade de promover a língua portuguesa nos próprios sistemas educativos, o que pode ser considerado, com exceção da Extremadura, um fracasso das políticas de integração transfronteiriças. Especialmente quando comparado com a presença do espanhol nas escolas básicas e secundárias portuguesas (Consejería de Educación de la Embajada de España en Portugal: 2013). Mesmo que no caso da Galiza pareça que no espaço político e económico exista um desenvolvimento através da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal de grandes sinergias.

Desde Portugal, achamos que nas iniciativas em promover a língua portuguesa no Estado espanhol devem ser tidas em consideração a forte autonomia política, administrativa e também sociológica que caracteriza a sociedade galega e, em geral, a sociedade espanhola, pelo que os diferentes programas têm de ter em foco as realidades e as necessidades concretas de cada espaço político e humano, no nosso caso a Galiza.

Assim, por exemplo, a redução da língua portuguesa como língua para as comunidades portuguesas e de lusodescendentes não vai ao encontro das próprias necessidades sociológicas, nem da sociedade de acolhimento, nem da própria população emigrada. Sejam quais forem as razões, o certo é que a língua portuguesa está a ser procurada principalmente por cidadãos galegos e não pelas comunidades lusófonas presentes na Galiza, pelo que a política linguística promovida desde Portugal deveria ter em consideração esta realidade.

Por outro lado, as complexidades das dinâmicas das relações galego-portuguesas são muito alargadas, pelo que a análise não pode ser tão geral nem tão positivista como noutras situações. Não é o mesmo trabalhar a presença da língua portuguesa na Rússia ou na Argentina, do que na Galiza (Rodríguez, 2008). Nos primeiros exemplos a presença da língua portuguesa vai estar muito ligada ao conhecimento cultural, no caso da Galiza a presença cultural lusófona é muito superior à presença da língua portuguesa como língua de ensino e

aprendizagem, pois o conhecimento e o relacionamento cultural são muito fortes, enquanto a língua portuguesa nas aulas galegas é fraca.

Ou seja, a própria proximidade linguística teve no caso do desenvolvimento da língua portuguesa no sistema educativo galego uma situação contraditória. Por um lado, argumenta-se que as relações luso-galegas são importantes para o desenvolvimento económico da Galiza, e de facto é assim, mas o conhecimento do português não foi potencializado, porque essas relações são realizadas em espanhol, ao funcionar em Portugal o espanhol como língua de intercâmbio na maioria das relações luso-espanholas e porque, no caso específico da Galiza, os galegos podem utilizar o galego para maior intercompreensão.

É por isto que os galegos, em geral, têm a sensação que não é preciso conhecer a língua portuguesa, porque não faz falta, porque com o espanhol, o galego ou uma espécie de portugalegonhol chega, porque nunca tiveram problemas ou porque acham que o rendimento que vão tirar ao esforço de aprendizado é muito menor do que se estudarem outras línguas.

A este respeito, é evidente a facilidade que representa a aprendizagem da língua portuguesa para os galegos, mas é preciso pôr em destaque que o modelo linguístico da língua galega sofreu, sofre e está a sofrer uma grande mudança linguística com notáveis, gerais e sistemáticos processos de interferência linguística a respeito do castelhano. E, ao mesmo tempo, há que sublinhar que o próprio conflito linguístico que, com maior ou menor intensidade, vive a sociedade galega, é trasladado para a aprendizagem da língua portuguesa, porque é uma das referências para um possível modelo linguístico. Quer dizer, as dimensões linguísticas e sociolinguísticas cruzam-se na aprendizagem da língua portuguesa na Galiza.

Por isso, a aprendizagem do português deve ser sistemática e bem estruturada, segundo as necessidades específicas do estudante galego, mesmo que às vezes seja difícil determinar que dificuldades são exclusivas do estudante falante de espanhol (Alonso Rey, 2014), falante de galego ou bilingue. E, embora ainda não exista literatura publicada sobre a questão, isto é muito fácil de determinar pelos docentes quando se debruçam com turmas onde há formandos galegos, madrilenos, mexicanos, chineses, etc. Nestas situações, as dificuldades em harmonizar os níveis e as necessidades específicas são enormes.

5. UM PERÍODO DE MUDANÇA

Apesar de desleixos e negligências, a procura da língua portuguesa na Galiza tem aumentado nos últimos tempos em todos os níveis onde é ofertada.

Vários podem ser os motivos desta viragem: a procura de novas possibilidades profissionais e académicas; o fenómeno do programa Erasmus – embora nos últimos tempos o número de estudantes Erasmus se tenha reduzido pelas dificuldades económicas –; a procura da acreditação linguística a partir da implementação do programa universitário Bolonha e a obrigatoriedade de acreditar o conhecimento B1 de uma língua estrangeira, pelo que, perante a dificuldade de o ultrapassar em inglês ou francês, as duas línguas estrangeiras tradicionalmente ensinadas no sistema educativo galego, são muitos os que escolhem português; a possibilidade de melhorar o galego através do modelo linguístico português, etc.

Desta forma, o ensino e aprendizagem da língua portuguesa ultrapassou na Galiza os restritos e velhos muros da filologia, da gramática histórica e da literatura medieval, para marcar presença noutros espaços mais dinâmicos e de necessidades específicas (Fagim Rodrigues: 2012).

Também se estão a viver tempos de viragem no espaço político e administrativo galego, novos rumos na Galiza à volta da necessidade de potencializar a aprendizagem e o conhecimento da língua portuguesa. A Iniciativa Legislativa Popular (ILP) Valentín Paz Andrade foi um projeto surgido de várias associações que angariaram mais

de 17.000 assinaturas entre a cidadania galega para que fosse debatida no Parlamento galego e aprovada por grupos parlamentares galegos¹⁵⁶.

A partir desse momento foi redigida a *Lei 1 / 2014, de 24 de março, para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a Lusofonia*.

Vamos analisar de maneira breve e geral a Lei¹⁵⁷ que abre novas perspectivas para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa na Galiza. Na análise vai ser mantido o texto legal em galego – na normativa vigente e oficial na atualidade – para evitar qualquer possível interpretação ao traduzi-lo.

A Lei 1 / 2014 começa com uma exposição de motivos onde se faz referência à especial e tradicional relação entre a Galiza e a língua portuguesa.

LEI 1 / 2014, do 24 de marzo, para o aproveitamento da lingua portuguesa e vínculos coa lusofonía.

Exposición de motivos

No actual mundo globalizado, as institucións galegas, comprometidas co aproveitamento das potencialidades de Galicia, deben valorizar o galego como unha lingua con utilidade internacional, algo que indicou no seu debido tempo o autor a quen foi dedicado o Día das Letras de 2012, que chegou a exercer como vicepresidente da Comisión Galega do Acordo Ortográfico da Lingua Portuguesa.

O portugués, nacido na vella Gallaecia, é idioma de traballo de vinte organizacións internacionais, incluída a Unión Europea, así como lingua oficial de nove países e do territorio de Macau, na China. Entre eles figuran potencias económicas como o Brasil e outras economías emerxentes. É a lingua máis falada no conxunto do Hemisferio Sur.

É preciso fomentar o ensino e a aprendizaxe do portugués, co obxectivo, entre outros, de que empresas e institucións aproveiten a nosa vantaxe lingüística, un valor que evidencia a importancia mundial do idioma oficial dun país veciño, tendo en conta tamén o crecente papel de bloques como a Comunidade dos Países de Lingua Portuguesa.

A lingua propia de Galicia, polo feito de ser intercomprensible co portugués, outorga unha valiosa vantaxe competitiva á cidadanía galega en moitas vertentes, nomeadamente na cultural pero tamén na económica. Por isto debemos dotarnos de métodos formativos e comunicativos que nos permitan desenvolvernos con naturalidade nunha lingua que nos é moi próxima e nos concede unha grande proxección internacional.

Polo tanto, para a mellora do desenvolvemento social, económico e cultural galego, as autoridades deben promover todas cantas medidas sexan posibles para mellor valorizar esta vantaxe histórica.

Por todo o exposto, o Parlamento de Galicia aprobou e eu, de conformidade co artigo 13.2 do Estatuto de Autonomía de Galicia e co artigo 24 da Lei 1 / 1983, do 22 de febreiro, reguladora da Xunta e da súa Presidencia, promulgo en nome de El-Rei a Lei para o aproveitamento da lingua portuguesa e vínculos coa lusofonía.

A questão da internacionalidade da língua galega através da presença mundial da língua portuguesa deve ser analisada a partir dos conflitos linguísticos na Galiza, onde muitas vezes o galego é apresentado como uma língua fechada e que apenas serve para usos restritos ao âmbito galego. Segundo essa perspectiva o espanhol seria a língua internacional para os galegos, situação que pode ser alterada ao adquirir o português aquele mesmo status.

Para a compreensão da exposição de motivos da lei, numa ótica galega, está o facto de fazer referência ao autor que levou o nome da ILP, Valentín Paz Andrade¹⁵⁸, galeguista histórico em tempos convulsos.

¹⁵⁶ Para mais informação sobre a ILP Valentín Paz Andrade <http://academiagalega.org/info-atualidade/2014-03-11-18-21-56.html>

¹⁵⁷ A Lei 1/2014 foi publicada no *Diario Oficial de Galicia* no dia 8 de abril de 2014 http://www.parlamentodegalicia.es/sitios/web/BibliotecaLeisdeGalicia/Lei_01_2014.pdf

¹⁵⁸ Para mais informação sobre o autor http://pt.wikipedia.org/wiki/Valent%C3%ADn_Paz-Andrade

No segundo parágrafo é feita uma análise sobre a presença internacional da língua portuguesa, espaços onde o espanhol não é presente, mas aonde o galego pode chegar através do português. Esta perspetiva também é inovadora, pois ultrapassa o discurso da relação direta com Portugal e põe em foco a projeção internacional da língua portuguesa, com especial referência ao Brasil, mas também ao conjunto da Lusofonia.

O terceiro parágrafo põe em destaque a importância e as vantagens económicas da língua portuguesa para a sociedade galega, por isso seria positivo uma proficiência efetiva nos conhecimentos da língua portuguesa. Estas razões para promover o ensino e aprendizagem do português também são inovadoras, pois tradicionalmente os discursos sobre as relações galego-portuguesas sempre chamavam a atenção para o passado – história medieval, lírica galego-portuguesa, etc. – e não no futuro e no aproveitamento económico do conhecimento da língua.

O conceito de língua própria enunciado no quarto parágrafo é típico da linguagem jurídica da comunidade bilingue galega pois, embora existam duas línguas oficiais, galego e espanhol, apenas o galego é assumido como língua própria do território galego, e que, pela sua proximidade e intercompreensão com o português, outorga essa vantagem para a cidadania galega de constituir um espaço de dobradiça entre a Lusofonia e o mundo hispânico.

Já no quinto parágrafo desta exposição de motivos da lei é assinalado que é da responsabilidade das autoridades promover medidas para valorizar e aproveitar essas vantagens enumeradas, que são introduzidas nos cinco artigos da lei.

TÍTULO ÚNICO

Artigo 1

Os poderes públicos galegos promoverán o coñecemento da lingua portuguesa e das culturas lusófonas para afondar nos vencellos históricos que unen Galicia cos países e comunidades de lingua portuguesa e polo carácter estratéxico que para Galicia teñen as relacións económicas e sociais no marco da Eurorexión Galicia-Norte de Portugal.

Este primeiro artigo assenta a responsabilidade da promoção da língua portuguesa nos poderes públicos. O Governo galego e a sua administração devem assumir a responsabilidade de elaborar os planos necessários para que a cidadania galega atinja uns níveis ótimos nos conhecimentos da língua portuguesa, sobretudo, através da presença maciça do português no sistema educativo galego, como se deriva no artigo 2 da lei.

Artigo 2

O Goberno galego incorporará progresivamente a aprendizaxe da lingua portuguesa no ámbito das competencias en linguas estranxeiras nos centros de ensino da Comunidade Autónoma de Galicia.

Esta visão da introdução progressiva da língua portuguesa no sistema educativo é positiva, mas provavelmente tenha de vencer os numerosos entraves que na atualidade existem pela atual situação económica e por algumas reticências sociológicas às quais já se fez referência.

Artigo 3

Deberán ser promovidas, así mesmo, as relacións a todos os niveis cos países de lingua oficial portuguesa, constituíndo este un obxectivo estratéxico do Goberno galego. De maneira especial, fomentárase o coñecemento desta lingua por parte dos empregados públicos, a participación das institucións en foros lusófonos de todo tipo económico, cultural, ambiental, deportivo, etc., así como a organización na Comunidade Autónoma galega de eventos con presenza de entidades e persoas de territorios que teñan o portugués como lingua oficial.

Embora exista uma muito intensa tradição de cooperação e de presença de organizações galegas em foros lusófonos, o certo é que do ponto de vista institucional estas relações sempre podem ser melhoradas. Que a Galiza não seja um Estado constituído não deveria ser empecilho para que marcasse presença nas principais organizações lusófonas, das desportivas ou culturais às políticas e económicas, como é o caso da CPLP.

Artigo 4

1. A Xunta de Galicia promoverá e estimulará ante o Goberno a adopción de cantas medidas positivas resulten necesarias para a aplicación das disposicións da Directiva 2007 / 65 / CE do Parlamento Europeo e do Consello, de servizos de medios audiovisuais sen fronteiras, co fin de favorecer e permitir a reciprocidade das emisións televisivas e radiofónicas entre a Comunidade Autónoma de Galicia e a República de Portugal, coa que comparte patrimonio lingüístico.

2. A Compañía de Radio-Televisión de Galicia promoverá os intercambios de producións audiovisuais e de programas completos ou partes destes nos diversos xéneros televisivos, así como a colaboración en materia de proxectos audiovisuais novos, a cooperación no emprego de medios de produción técnicos e humanos e mais a posta en común de coñecemento aplicado á produción audiovisual ou á xestión empresarial, con televisións de lingua portuguesa, especialmente naqueles eidos susceptibles de acadar as maiores posibilidades de beneficio mutuo e recíproco.

Este artigo 4 reflete uma velha procura de amplos coletivos sociais e culturais galegos que pediam desde há muito tempo a presença das televisões, rádios e outros meios de comunicação social em língua portuguesa na Galiza. Porém, estas propostas fundamentais no processo de integração europeu, para além de possíveis problemas técnicos, há que analisá-los à volta de algumas suscetibilidades e tensões em Espanha pela presença noutras comunidades autónomas de televisões doutras regiões, por exemplo Catalunha-Valência ou País Basco-Navarra, mas que no caso galego simplesmente suporiam uma maior liberdade de escolha à hora de escolher produtos culturais. De facto, neste ano 2015, no dia da passagem de ano a Televisão da Galiza festejou duas vezes o novo ano, uma pela hora galega e outra pela portuguesa.

Artigo 5

O Goberno galego realizará anualmente un informe en relación co cumprimento desta lei, no que se farán constar, de xeito pormenorizado, as accións levadas a cabo, o seu custo e as previsións que efectúa para o exercicio seguinte. O dito informe remitirase ao Parlamento de Galicia.

Este artigo 5 é muito importante e significativo sobre a seriedade com a que foi tratada por parte dos grupos parlamentares galegos, quer a ILP Valentín Paz Andrade, quer a elaboração e aprovação da Lei 1 / 2014. Este artigo 5 é muito ambicioso, pois a tradição de incumprir leis por parte dos diferentes governos é muito forte. O acompanhamento das medidas implementadas e a elaboração dum informe sobre os progressos realizados, com análise por parte do Parlamento da Galiza, pode fazer com que as instituições e as associações empenhadas na promoção da língua portuguesa na Galiza tenham dados concretos e uma visão global da evolução deste projeto tão empolgante.

Disposición derradeira primeira

Autorízase o Consello da Xunta de Galicia para que desenvolva regulamentariamente esta lei.

Disposición derradeira segunda

Esta lei entrará en vigor o día seguinte ao da súa publicación no Diario Oficial de Galicia.

Santiago de Compostela, vinte e catro de marzo de dous mil catorce

Alberto Núñez Feijóo Presidente

6. CONCLUSÃO

Neste trabalho foi realizada uma análise geral sobre o presente e o futuro a curto prazo do ensino do português na Galiza, com especial atenção à presença do português no sistema do ensino obrigatório, básico e secundário, nas escolas oficiais de idiomas (EOI) e nos centros de línguas modernas (CLM) das três universidades galegas.

Com este objetivo teve-se em consideração as conotações e representações que a língua portuguesa tem na própria Galiza – linguísticas, sociolinguísticas e sociológicas –, e que são diferentes de que qualquer outra língua. A

partir deste ponto foram apresentadas algumas das dificuldades e desafios na promoção da língua portuguesa na Galiza.

Por último, foi analisada a *Lei 1 / 2014 para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a Lusofonia*, que é um novo e importante quadro no processo de normalização da presença do português na sociedade galega. Esta lei é ambiciosa e os desafios importantes, mas vai ao encontro de três pontos fundamentais para a promoção da língua portuguesa na Galiza: o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa no ensino básico, secundário e para adultos; o relacionamento institucional e cultural com a Lusofonia; e a receção dos média em língua portuguesa.

A assinatura do Memorando de Entendimento para adoção do português como língua estrangeira opcional na Galiza, feita na presença do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, e do Presidente da Junta da Galiza, Alberto Núñez Feijóo, a 19 de fevereiro de 2015 na Real Academia Galega, na Corunha, pode ser um bom começo se se concretizar em avanços verdadeiros e efetivos.

Como docentes de língua portuguesa e como protagonistas deste processo de conhecimento e aproximação da nossa sociedade à Lusofonia não podemos deixar de ser otimistas, embora sejamos realistas, pelo que continuaremos com a mesma ilusão na difusão do português na Galiza.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albarran Carvalho, Maria José (2000), “Ensino de português na fronteira. Notas Soltas”, *Congreso Internacional de Historia y cultura en la frontera – 1.º Encuentro de Lusitanistas españoles*. Tomo II. Edición de Juan M Carrasco González, M.ª Jesús Fernández García, Maria Luísa Trindade Madeira Leal. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Alonso Rey, Rocío (coord.) (2014), *Português para Hispanohablantes: aspectos teóricos y prácticos*. *Revista de Estudios Portugueses y Brasileños*, 12 (Número monográfico). Salamanca: Luso-Española de Ediciones.
- Cabral da Sousa, Maria (2003), “O português, língua estrangeira, em terras de Espanha”, *Un puente entre dos culturas. Aproximación a la lengua y cultura hispanolusas*. Prado Aragonés, Josefian; Pérez Rodríguez, M.ª Amor; Galoso Camacho, M.ª Victoria (Ed.). Huelva: Universidad de Huelva.
- Capuz Figueiredo, Javier (2012), “La enseñanza no reglada de la lengua portuguesa en Extremadura”. *Tejuelo*, 14, 111-121.
- Consejería de Educación de la Embajada de España en Portugal (2013), *La enseñanza de la lengua española en Portugal. Curso 2012 / 13. Escuelas Públicas de Enseñanza Básica y Enseñanza Secundaria*. Consultado em 28 de fevereiro de 2015, <http://www.mecd.gob.es/portugal/dms/consejerias-exteriores/portugal/publicaciones/informe-el-espaa-ol-en-portugal-2012-2013/informe%20el%20espa%C3%B1ol%20en%20portugal%202012%202013.pdf>
- Fagim Rodrigues, Valentim e Pichel Campos, José Ramom (2012), *O galego é uma oportunidade / El gallego es una oportunidad*. Corunha: Agal.
- Fernández Carballido, Xurxo (2012), *O ensino da língua portuguesa na Galiza*. Braga: Universidade do Minho, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24032>
- Feytor Pinto, Paulo e Júdice, Norimar (1998), *Para acabar de vez com Tordesilhas*. Lisboa: Associação de Professores de Português.
- Jornal das Letras (2005), “Aprender Português em terras de Espanha”. Suplemento do *JL*, 85, 13-26.
- Lei 1 / 2014, do 24 de março, Lei para o aproveitamento da lingua portuguesa e vínculos coa lusofonia. *Diario Oficial de Galicia*, 8 de abril de 2014.
- Moreira, Benjamim (2000), “É possível ensinar Português no estado espanhol? (Para um modelo de ensino)”, *Congreso Internacional de Historia y cultura en la frontera – 1.º Encuentro de Lusitanistas españoles*. Tomo II. Edición de Juan M. Carrasco González, M.ª Jesús Fernández García, Maria Luísa Trindade Madeira Leal. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Palomo Branco, Paulo. (1995), “O ensino do Português Padrão na Galiza numa Situação de Conflito e Substituição”, *Nós. Revista da Lusofonia*. N.º 41-50. *Atas do III Congresso Internacional de Literaturas*

Lusófonas. Pontevedra-Braga: Nós.

Pérez Rodríguez, Henrique (1997), "A língua portuguesa no ensino secundário na Galiza", *Língua, literatura e arte. Aspetos didáticos*. Aurora Marco (Ed.). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Rodríguez, José Luís (2000), "Reflexões sobre o ensino do português para galego-falantes", *Congreso Internacional de Historia y cultura en la frontera – 1.º Encuentro de Lusitanistas españoles*. Tomo II. Edición de Juan M. Carrasco González, M.ª Jesús Fernández García, Maria Luísa Trindade Madeira Leal. Cáceres: Universidad de Extremadura.

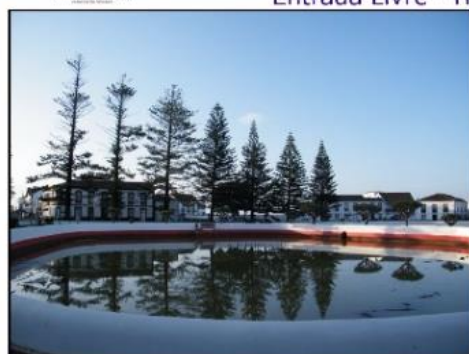
Rodríguez, José Luis (2008), "A Galiza, umha lusofonia de fronteira", *Atas do VIII Congresso Internacional da Associação Internacional de Lusitanistas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Vázquez, Ignacio e Pitta, Paulo (2000), "O ensino da língua e linguística portuguesas a estudantes espanhóis segundo a experiência na Universitat de Barcelona", *Congreso Internacional de Historia y cultura en la frontera – 1.º Encuentro de Lusitanistas españoles*. Tomo II. Edición de Juan M. Carrasco González, M.ª Jesús Fernández García, Maria Luísa Trindade Madeira Leal. Cáceres: Universidad de Extremadura.

ÍNDICE 25º COLÓQUIO 2015 Graciosa 24-27 setembro 2015 ISBN 978- 989-8607-06-5



24º Colóquio da Lusofonia
24-27 setembro 2015
Entrada Livre - Hotel Graciosa Resort



Anuário 2015 -24º Colóquio da lusofonia Fundação e 25º Santa Cruz da Graciosa, Açores

LISTA DE ORADORES GRACIOSA 24-27 setembro 2015

210

NOME	INSTITUIÇÃO	TEMA E TÍTULO
1. AFONSO TEIXEIRA FILHO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BRASIL, AICL	3.1, O ANFITRIÃO, DE NORBERTO ÁVILA
2. ÁLAMO OLIVEIRA	ESCRITOR AÇORIANO, TERCEIRA, AÇORES, AICL	3.1. LEMBRAR MANUEL MACHADO, ESCRITOR AÇORIANO
3. ALEXANDRE BANHOS	FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA, AICL	2.1. A CONSTRUÇÃO DUM MODELO DE LÍNGUA NA GALIZA, NÃO CONFLITUOSO COM CASTELA / ESPANHA; UM SONHO POSSÍVEL OU UM PESADELO?
4. ANABELA SARDO	ESTH / UDI – INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, AICL	3.1. ENTRE A QUIMERA E A REALIDADE: O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES EM MULHER DE PORTO PIM DE ANTÓNIO TABUCCHI
5. BRITES ARAÚJO	CONVIDADA, ESCRITORA, GRACIOSA AÇORES, AICL	3.1. O TRAÇO INSULAR EM CECÍLIA MEIRELES
6. CHRYS CHRYSTELLO	AUSTRÁLIA / AÇORES, AICL AGLP	3.1. POESIA AÇORIANA CONTEMPORÂNEA
7. CONCHA ROUSIA	AGLP, GALIZA, AICL	2.1. SESSÃO DAS ACADEMIAS TEMA 2.7 LÍNGUA MATERNA E PSICOTERAPIA
8. JOÃO MALACA CASTELEIRO	ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL), AICL, AGLP	SESSÃO DAS ACADEMIAS RIQUEZA CULTURAL E SOBRIEDADE ESTILÍSTICA NOS ADÁGIOS POPULARES E NAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS
9. JOSÉ PAZ	AGLP, GALIZA	3.1. CECÍLIA MEIRELES, ADMIRADORA DE ROBINDRONATH TAGORE SESSÃO DA AGLP
10. KATHARINE F BAKER	UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH PENNSILVÂNIA, EUA	4. A GRACIOSA ILHA” (“GRACIOSA, THE GRACIOUS ISLAND”) DE VICTOR RUI DORES
11. LUCIANO PEREIRA	E.S.E.- IP SETÚBAL, AICL	3.1.1. VITORINO NEMÉSIO: POÈME DRAMATIQUE AU SOLDAT PORTUGAIS INCONNU MORT À LA GUERRE. CONTRIBUTOS PARA A SUA TRADUÇÃO
12. LUÍS M. GAIVÃO	UNIVERSIDADE DE COIMBRA, AICL	2.1. O “OUTRO” E A IDENTIDADE ANGOLANA: INCORPORAÇÕES E TRANSCULTURALIDADES NO SUL, SEGUNDO MANUEL RUI
13. Mª DO SOCORRO PESSOA	BRASIL, LEIP – UNIVERSIDADE DE AVEIRO, AICL	2.5. POLÍTICAS DIDÁTICO-LINGUÍSTICAS PARA DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA
14. Mª HELENA ANÇÃ	UNIVERSIDADE DE AVEIRO, AICL	2.5. A DISCIPLINA DE PORTUGUÊS NO ÂMBITO DO NOVO CURRÍCULO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL EM TIMOR-LESTE
15. Mª ZÉLIA BORGES	UNIVERSIDADE MACKENZIE S PAULO, BRASIL, AICL	2.7. INHOTIM – ESPAÇO LUSÓFONO, MAS TAMBÉM BILÍNGUE.
16. MARISA MENDONÇA	DIRETORA EXECUTIVA DO IILP CPLP	ILP: POR UMA VISÃO E GESTÃO PLURICÊNTRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA - SESSÃO DAS ACADEMIAS
17. PERPÉTUA SANTOS SILVA	CIES / ISCTE-IUL, IP SANTARÉM, AICL	2.1. A LÍNGUA PORTUGUESA COMO MARCADOR NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO CONTEXTO MULTICULTURAL DE MACAU
18. ROLF KEMMLER	UTAD VILA REAL, ALEMANHA, AICL	3.3 OS AÇORES VISTOS POR UM AÇORIANO NA DIÁSPORA: A TRIP TO THE AZORES OR WESTERN ISLANDS (1867) DE MANUEL BORGES DE FREITAS HENRIQUES (1827-1873)
19. SUSANA TELES MARGARIDO	ESCRITORA S MIGUEL, AÇORES / AICL	3.1. SAHAR, A RAPARIGA DO VÉU
20. VICTOR RUI DORES	CONVIDADO AICL, ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DE ARRIAGA, HORTA, AÇORES	1.1. DA MINHA GRACIOSENSIDADE
2. D. XIMENES BELO	TIMOR-LESTE, CONVIDADO AICL,	3.2. BISPOS AÇORIANOS NO ORIENTE

1. AFONSO TEIXEIRA FILHO, USP, BRASIL



AFONSO TEIXEIRA FILHO,

TEMA 3.1 O Anfitrião de Norberto Ávila, AFONSO TEIXEIRA FILHO

0. Resumo

Um dos temas mais recorrentes da literatura universal é o *Amphitruo* de Plauto. Ainda que Jean Giraudoux tenha dado à sua versão da comédia plautina o título de *Amphitryon 38*, aludindo ao número de vezes que a comédia fora reescrita, é bem provável que contasse ela com um número maior de versões. As mais conhecidas são as de Camões, Molière e Von Kleist.

Em português temos, além do *Auto dos Enfatriões* de Camões (1587), *Júpiter e Alcmena*, de António José da Silva, o *Judeu* (1736), *Um deus dormiu lá em casa*, do brasileiro Guilherme de Figueiredo (1949) e *Anfitrião outra vez*, de Augusto Abelaira (1980).

Há, contudo, uma versão mais recente, escrita pelo açoriano Norberto Ávila, *Uma nuvem sobre a cama* (1990), atenta mais ao texto de Plauto do que as outras versões em português. Se estas se concentravam mais na comicidade das circunstâncias, a comédia de Ávila envolve-se mais com o cômico das personagens.

Para este XXIV Colóquio da Lusofonia, pretendemos mostrar os aspectos que diferenciam o Anfitrião de Norberto Ávila dos outros Anfitriões e a relevância dessa nova versão para o teatro cômico contemporâneo em língua portuguesa.

1. Introdução

O *Amphitruo* de Plauto é um dos temas mais recorrentes da literatura. Quando Jean Giraudoux¹⁵⁹ escreveu sua versão, denominou-a *Amphitryon 38* (1929), pois acreditava já haver 37 versões do Anfitrião antes da dele.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Jean Giraudoux (1882-1944). Escritor e diplomata francês, autor de romances, novelas, teatro e cinema.

¹⁶⁰ Posteriormente, Giraudoux escreveu uma sequência intitulada *Amphitryon 39*.

É provável que existissem mais. Houve versões do *Amphitruo* na Idade Média (Vital de Blois)¹⁶¹, no Renascimento (Camões, Pérez de Oliva, Villalobos, Timoneda)¹⁶², no Período Augusto da literatura inglesa (Dryden)¹⁶³, no Classicismo Francês (Rotrou, Molière)¹⁶⁴, no pré-romantismo alemão (Von Kleist)¹⁶⁵, etc.

As comédias de Plauto¹⁶⁶ derivam de uma tradição conhecida como Comédia Nova, que contemplam as peças escritas entre 336 e 250 a. C. A Comédia Nova faz parte do período de decadência da civilização grega e teve como representantes Menandro, Dífilo e Filêmon.

A comédia romana, representada, sobretudo, por Plauto e Terêncio imitava a Comédia Nova e adotava temas e personagens gregos.

O *Amphitruo*, de Plauto, é, como todas as outras, uma comédia de tema grego; no entanto, tem uma característica peculiar: é a única a tratar de um tema mitológico.

Nela, Júpiter, o deus supremo, apaixonado por uma mortal, Alcmena, planeja passar uma noite com ela. Para tanto, aproveita-se da ausência de Anfitrião, marido de Alcmena, o qual vai à guerra, levando consigo seu escravo Sósia. Enquanto Anfitrião e Sósia estão fora, Júpiter disfarça-se de Anfitrião e Mercúrio, de Sósia, e dirige-se para a casa de Anfitrião.

Alcmena surpreende-se com a volta repentina do marido, sem perceber tratar-se de Júpiter. Enquanto Júpiter desfruta dos amores de Alcmena, Mercúrio monta guarda. Entretanto, a batalha termina e Anfitrião manda Sósia entregar a Alcmena um dos despojos da batalha.

A peça começa com um diálogo grotesco em que Mercúrio, feito Sósia, impede o próprio Sósia de entrar em casa, provocando neste uma espécie de crise de identidade. Ao retornar ao campo de batalha e narrar o caso para Anfitrião, é dado como louco. Anfitrião, então, volta ao lar e desencadeia uma enorme confusão em todos.

A confusão só será resolvida com a aparição de Júpiter *ex-machina* para explicar o que sucedera e informar que Alcmena dará à luz um filho de Anfitrião e outro de Júpiter. O filho de Júpiter chamar-se-á Hércules e trará muitas glórias à família de Anfitrião. Anfitrião resigna-se aceitando a traição, por ter sido traído não por um homem, mas por um deus.

A versão de Molière contribuiu para que o mito de Anfitrião se tornasse ainda mais conhecido e difundido. As versões escritas depois de Molière serão, em sua maioria, imitações de Molière e não de Plauto, como o foram as de Dryden, António José da Silva e Von Kleist.

1.1. O ANFITRIÃO EM PORTUGAL

O *Amphitryon* de Molière foi representado pela primeira vez no teatro do Palais-Royal a 13 de janeiro de 1668. Foi escrito em versos livres, contendo alguns alexandrinos em certas passagens. A peça logo se tornou conhecida na Europa e passou a ser imitada por vários autores. O grande mérito da versão de Molière foi ter feito de Sósia uma personagem tão importante na peça quanto o próprio Anfitrião. O sucesso da peça foi tão grande que legou a diversas línguas, inclusive o português, duas palavras que viraram substantivos comuns: anfitrião e sósia.

O termo “anfitrião” refere-se àquela pessoa que recebe os convidados; sósia, aquele que parece idêntico a outra pessoa. Eram, simplesmente, nomes dos personagens de Plauto; com Molière, viraram substantivos.

¹⁶¹ Século XII. Escreveu uma imitação do *Amphitruo*, intitulada *Geta*.

¹⁶² Luís de Camões (c. 1524-1580); Fernán Pérez de Oliva (c1494-c1531); Francisco López de Villalobos (c 1474-c 1549) Juan de Timoneda (1490-1583); Francisco López de Villalobos (c 1474-c 1549)

¹⁶³ John Dryden (1631-1700).

¹⁶⁴ Jean Rotrou (1609-1650); Jean Baptiste-Poquelin, dit Molière (1622-1673).

¹⁶⁵ Heinrich von Kleis (1777-1811).

¹⁶⁶ Comediógrafo romano (c 254-c 184 a. C.).

A língua portuguesa conta, hoje, com cinco versões de *Anfitrião*:
Auto dos Enfatriões, de Luís de Camões (1587);
Anfitrião ou Júpiter e Alcmena, de António José da Silva, o Judeu (1736);
Um deus dormiu lá em casa, do brasileiro Guilherme de Figueiredo (1949);
Anfitrião outra vez, de Augusto Abelaira (1980);
Uma nuvem sobre a cama, de Norberto Ávila (1990).

1.2. LUÍS DE CAMÕES

O *Auto dos Enfatriões* é uma das três peças de teatro escritas por Luís de Camões.¹⁶⁷ Foi escrita em versos (redondilhas maiores) seguindo o modelo do teatro vicentino. No entanto, Camões não utiliza a mesma temática utilizada por Gil Vicente, e inspira-se no mito clássico e procura desenvolver uma trama envolta pela dialética do amor.

Mas usa, como Gil Vicente, o bilinguismo como traço de diferenciação social. O homem culto fala português, como a corte. O vulgo fala o castelhano. Sósia, o escravo de Anfitrião, na versão camoniana, usa sempre o castelhano. Na versão de António José da Silva, falará um português conceptista, entremado por um latim macarrônico.

Quanto ao enredo, a versão de Camões segue a de Plauto, modificando as entradas e a importância de algumas personagens, mas mantendo, em essência o roteiro de Plauto. Fica claro, nesse caso, a intenção de Camões. Como poeta renascentista, interessava-lhe o renascimento da literatura greco-romana. Mas, como artista moderno, não lhe bastava uma mera tradução, mas a imitação, que lhe dava liberdade ao verso e à criação.

Camões, como todos os outros imitadores de Plauto – e como o próprio Plauto o fez – introduz elementos anacrônicos. Esses elementos eram facilmente identificados pelos contemporâneos e ressaltavam sempre um aspecto da sociedade a ser ridicularizado pelo autor.

1.3. António José da Silva, o Judeu

As óperas de António José da Silva¹⁶⁸, o Judeu, eram representadas no bairro alto de Lisboa, local de gente pobre. Eram chamadas de óperas devido às partes cantadas. Nelas não havia atores, mas bonecos denominados bonifrates.

O interessante dessas óperas era o uso de linguagem chula e trocadilhos, lembrando, de certa forma, as peças de Shakespeare. O Judeu, como era chamado pelo público, foi um poeta barroco, perseguido pela Santa Inquisição. Devido à sua origem religiosa, esteve sempre envolvido em problemas com a Igreja e terminou por ser queimado vivo em um auto de fé.

O *Anfitrião* do Judeu vem da comédia de Molière, mas isso não é totalmente verdadeiro. Quando o Conde de Ericeira recomendou a António José que imitasse Molière, o judeu respondeu-lhe que “Molière escrevia para franceses e ele não”.¹⁶⁹ A intenção do Judeu era escrever algo para seu público, daí a linguagem, as piadas e um outro motivo, facilmente reconhecíveis pelos espectadores.

Mas António José toma, provavelmente, de Molière a ideia de fazer de Sósia uma personagem de importância tão grande quanto a de Anfitrião. O próprio Molière representava Sósia nas apresentações de suas peças. E, na ópera de António José, seu Sósia – que ali se chama Saramago – tem muito do próprio António José, o

¹⁶⁷ As outras são: *El-Rey Seleuco* (1654); *Filodemo* (1644-45). Ver discussão acerca da datação das peças de Camões em Camões, *Obra completa*, vol. III, pp. vii-xxiv.

¹⁶⁸ António José da Silva Coutinho (1705-1739).

¹⁶⁹ Machado de Assis. “Antônio José e Molière”.

que fica evidente na cena da prisão, em que Saramago reclama da injustiça que lhe fizeram: ouvimos aí reclamos do próprio Judeu sobre os interrogatórios do Santo Ofício.

1.4. *Guilherme Figueiredo*

Apenas em 1949 surgiria um outro *Anfitrião* em português. Guilherme Figueiredo¹⁷⁰ é o único brasileiro a adaptar a peça de Plauto. *Um deus dormiu lá em casa* é uma peça curta, na qual o mistério não existe. Não são Júpiter e Mercúrio a se disfarçarem de Anfitrião e Sósia, mas Anfitrião e Sósia que se disfarçam como deuses para terem a certeza de que suas esposas não os trairiam enquanto eles estivessem na guerra.

Não há deuses na casa, e o motivo do erro, característico de Plauto, fica muito apagado na trama da peça de Figueiredo. Para encenar-se essa peça, é preciso que os atores se empenhem para fazer o público rir, pois o texto quase não tem graça. O momento mais cômico fica bem ao final da peça, mas é mais irônico do que engraçado.

Anfitrião deixa o campo de batalha e volta, oculto à noite, disfarçado de Júpiter, para ver se ela o trairia enquanto ele estivesse fora. A esposa o recebe como Júpiter e eles dormem juntos. No dia seguinte, os vigias avisam ao povo que um homem dormiu na casa de Anfitrião, enquanto Anfitrião se encontrava em batalha. Anfitrião terá, então de admitir uma destas três coisas: que deixou os soldados à própria sorte durante a batalha; aceitar que outro homem esteve em sua casa e, nesse caso, sua esposa, Alcmena, seria apedrejada até a morte devido ao adultério; ou, então terá de revelar ao público que foi um deus quem dormiu em casa. Ao aceitar essa terceira possibilidade, terá a fama de corno, mas não perderá a de herói.

1.5 *Augusto Abelaira*

De todas as versões do *Amphitruo* em português, a de Abelaira, *Anfitrião outra vez – Telecomédia* (1980), talvez seja a mais original. A cena se passa em um futuro próximo ao do ano da publicação, numa sociedade em que o relacionamento humano e as coisas naturais estão sendo abolidas. O autor imaginou um aparelho, a que denominou “dialogador”, como substituto do diálogo direto entre as pessoas. Esse aparelho assemelha-se aos nossos telemóveis e ao serviço de mensagens.

Nessa comédia de Abelaira, Sósia é um empresário, sócio de Mercúrio. Júpiter se faz de Anfitrião, enquanto Juno, esposa de Júpiter, passa-se por Alcmena. Abelaira deve ter tirado de António José da Silva a ideia de introduzir Juno no texto para aumentar a confusão provocada pelos duplos, mas isso deixou o texto tão confuso que o próprio autor se perdeu.

Essa comédia pouco tem de cômica; é, antes de tudo, uma tragédia humana, que transforma os relacionamentos em enganamentos. Em determinado momento, percebemos que temos pela frente um grande tema teatral. No entanto, os temas vão se proliferando de tal forma que, em determinado momento, não sabemos mais que direção tomará o texto. É uma comédia tão confusa para quem a lê ou a ela assiste, como para quem se atreve a encená-la. Diremos que, antes de ser uma comédia de erros, é um erro de comédia. O autor tinha em mente uma grande ideia e dispunha de um grande talento, mas errou no desenvolvimento do mito.

No desfecho, ele próprio reconhece que a peça não faz sentido.

1.6 *Norberto Ávila*

Por fim, chegamos à última versão do *Anfitrião* em língua portuguesa. A peça de Norberto Ávila, *Uma nuvem sobre a cama*, retoma o mito no ponto em que Plauto o deixou. Trataremos dela em seguida.

¹⁷⁰ Guilherme de Oliveira Figueiredo (1915-1997) foi um dramaturgo brasileiro e irmão do último presidente militar do Brasil, João Figueiredo. Guilherme escreveu, ainda *Lady Godíva*, *A Raposa* e as *Uvas* e diversas outras peças.

2. O Anfitrião de Norberto Ávila

Norberto Ávila¹⁷¹ nasceu em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, Açores, Portugal. É autor de 30 peças de teatro, 3 romances, um livro de poesia, um livro de fotografias e texto e diversas traduções e algumas adaptações. Suas peças foram traduzidas para diversas línguas e apresentadas em vários teatros de Portugal e do mundo. Em 2009, a Imprensa Nacional – Casa da Moeda publicou uma coletânea das peças de Ávila, em quatro volumes, contendo 20 obras de teatro.

Norberto Ávila é um dos mais importantes autores do teatro português contemporâneo.

Como em todas as regiões dos Açores, a Ilha Terceira, de onde provém o autor, tem diversos falares. A variante de Angra do Heroísmo, caracterizada, entre outras coisas, pela supressão de vogais, será reproduzida por Norberto Ávila em sua peça *A paixão segundo João Mateus*.

Dessa *Paixão*, nascerá um romance, *A paixão segundo João Mateus (Romance quase de cordel)*, que forma, com a peça, um conjunto metalinguístico.

Da mesma forma que se pode observar essa relação do autor com suas obras, pode-se, também, observar a relação de algumas delas com obras de outros autores, como em: *O marido ausente*, que faz referência à *Odisseia*; *A donzela das cinzas (Cinderela)*; *Arlequim nas ruínas de Lisboa* (Commedia dell'Arte); *O bobo* (adaptação do romance de Alexandre Herculano); *Salomé* (Oscar Wilde?). É também o caso da comédia *Uma nuvem sobre a cama*, uma das cinco versões do *Amphitruo* de Plauto para o português.

Norberto Ávila aproveita todos os motivos da peça de Plauto e acrescenta outros motivos retirados de outras versões, e motivos dele próprio.

A versão de Plauto tem um prólogo, narrado por Mercúrio. Nele, Mercúrio faz uma sinopse do enredo e, logo em seguida, anuncia a presença de Sósia. Esse será o ponto alto da peça, em todas as versões. É nele que Sósia se reconhece na figura de Mercúrio, pois Mercúrio transfigurou-se para parecer-se com Sósia. E Sósia terá, ao fim do diálogo, uma crise de identidade. Mas, em *Uma nuvem sobre a cama*, essa cena ocorrerá quase ao final.

O autor procurou concentrar o início da trama nos aposentos de Anfitrião. Ali, parece que nada vai acontecer. Anfitrião é um sujeito banal, recém-casado e só interessado em deitar-se com a esposa. O interesse do casal é mútuo. Paralelamente, o mesmo acontece com o criado de Anfitrião, Sósia, que em outra coisa não pensa a não ser deitar-se com Calipsandra, sua esposa. Não há guerras nem feitos heroicos, apenas a vida prosaica de dois casais. O sexo, a organização da casa, as oferendas religiosas. Será preciso que os deuses intervenham para que alguma coisa aconteça.

Diferentemente das outras versões do *Anfitrião*, os deuses terão, aqui, nomes gregos e não romanos. Zeus, em vez de Júpiter; Hermes, em vez de Mercúrio.¹⁷²

Então, Zeus (Júpiter) faz com que os irmãos de Alcmena sejam mortos para que Anfitrião arme uma campanha de retaliação contra os assassinos, sicários a mando do rei Pterelas.

¹⁷¹ Norberto Ávila (1936-). Dramaturgo, romancista, poeta e ensaísta português, nascido nos Açores. Teatro: *A descida aos infernos* (1959); *O homem que caminhava sobre as ondas* (1960), *O servidor da humanidade* (1962), *O labirinto* (1962), *A pulga* (1965), *A ilha do rei do sono* (1965), *Magnífico I* (1965), *As histórias de Hakim* (1966), *A paixão segundo João Mateus* (1967 e 1978), *As cadeiras celestes* (1975), *O rosto levantado* (1977 e 78), *O pavilhão dos sonhos* (1979), *Do desencanto à revolta* (1982), *Os deserdados da pátria* (1988), *Florânia ou A perfeita felicidade* (1983), *D. João no Jardim das Delícias* (1985), *Magalona, Princesa de Nápoles* (1986), *O marido ausente* (1988), *As viagens de Henrique Lusitano* (1989), *A donzela das cinzas* (1990), *Uma nuvem sobre a cama* (1990), *Arlequim nas ruínas de Lisboa* (1992), *Os doze mandamentos* (1993), *Fortunato e TV Glória* (1995), *O Café Centauro* (1996), *O bobo* (1997), *Salomé ou A cabeça do profeta* (2000), *Para além do Caso Maddie* (2007), *Memórias de Petrônio Malabar* (2008). Romance: *No mais profundo das águas* (1993 e 94), *Frente à cortina de enganos* (2003 e 2004), *A paixão segundo João Mateus (Romance quase de cordel)* (2004-2006). Poesia: *Percurso de Poeta* (1999). Fotografia e texto: *As Fajãs de São Jorge* (1992).

¹⁷² Não obstante, o autor usará Vênus em vez de Afrodite.

E, enquanto Anfitrião e Sósia estão em batalha, Zeus determina que a Noite alongue seu curso para que ele possa, transfigurado em Anfitrião, desfrutar de uma longa noite de amor com Alcmena. A partir daí tudo ocorre como em Plauto. Hermes (Mercúrio) impede a entrada de Sósia; Sósia retorna ao acampamento e começam a multiplicar-se as cenas de erro provocado pelos duplos.

Afora o enredo, a comédia de Norberto Ávila tem duas características que devem ser levadas em conta, e que fazem dessa comédia uma comédia excepcional. São elas a relação entre o tempo e a palavra e o erotismo da priapeia.

Na peça de Ávila, temos uma Alcmena devota e um Anfitrião blasfemo, como ocorre na versão de Figueiredo. O Anfitrião de Ávila tem um *leitmotiv*: “Pelo pirlau de Zeus!” E esse *leitmotiv* é menos uma ofensa a Zeus do que uma homenagem a outro deus: Priapo.

O fato de existir uma relação fonética entre “pirlau” e “Priapo” é algo que pode ter ocorrido ao autor ou não. Mas se considerarmos que uma das representações de Priapo é o próprio Hércules, que será o fruto das relações proibidas de Alcmena, e considerarmos também que o autor trata a sua peça como uma “comédia erótica”, teremos que considerá-la também como uma priapeia.

A Priapeia é uma coleção de poemas eróticos dedicados ao deus Priapo, um deus fálico que era protetor dos jardins e promotor da fertilidade. Uma imagem do deus, esculpida na madeira, era colocada nos jardins e representava um homem como um pênis enorme. E era no jardim que Alcmena ia colher as ervas aromáticas para os sacrifícios a Zeus.

Diz Anfitrião:

Alcmena saiu também, ao jardim, a colher ervas aromáticas para o sacrifício. Vamos ficar fumadinhos que nem presuntos da Ilíria.

Nessa passagem, podemos perceber que Anfitrião também é objeto dos sacrifícios de Alcmena, pois tem o marido como grande amante.

A comédia de Norberto Ávila parece mais um torneio amoroso entre Zeus e Anfitrião; não tanto uma disputa pelos favores de Alcmena, mas uma disputa entre o deus e o marido para decidirem quem é melhor amante. Se Anfitrião repete sempre “Pelo pirlau de Zeus!”, Zeus reage também com imprecações: “Pela greta de Vênus!” Anfitrião e Zeus são, nessa peça, entidades dionisíacas, amantes vulgares que não se dão bem com os galanteios.

Zeus e Hermes, antes de se metamorfosearem em Anfitrião e Sósia, estudam-lhe o comportamento, as falas, os gestos. Mas não o fazem como atores de teatro, mas como alcoviteiros, mais interessados em zombar dos costumes mortais do que em imitá-los, ainda que se comportem de maneira semelhante. E para lograrem uma noite de amor com as mortais, armam o estratagema de matar os dois irmãos de Alcmena, Troqueu e Espondeu, para que Anfitrião parta em retaliação e deixe a casa livre para o ingresso dos deuses.

Os deuses são obrigados a intervir, pois os casais prezam a paz; os recém-casados querem desfrutar apenas do amor, e a guerra significaria distância do lar. Há, nessa passagem, como em outras, uma referência às comédias de Aristófanes.

Alcmena: Mas escuta, meu bom Anfitrião. É mesmo necessário que sejas tu a vingar a morte de meus irmãos, Espondeu e Troqueu? Não poderias delegar em alguém mais disponível, casado há mais tempo, o desempenho dessa missão?

Troqueu e Espondeu são termos relativos à metrificação poética greco-latina. Troqueu deriva de *trokhaios pous*, que significa “pé ligeiro” (Hermes); Espondeu, por sua vez, vem de *spondé*, “libação”. Ambos os termos estão ligados aos sacrifícios rituais, o que indica que os irmãos de Alcmena fazem parte dos sacrifícios amorosos. E, de fato, o eram. Pois auxiliavam Alcmena nos sacrifícios, indo, em lugar dela, ao jardim, apanhar “mancheias de medronhos, amoras e camarinhas”.

Mas esse acontecimento provoca uma mudança de rumo na comédia. A paz dará lugar à guerra; as confusões passarão a suceder-se e a peça a ficar mais interessante. O prosaísmo dará lugar à epopeia. Eis por que Troqueu e Espondeu são invocados.

Alcmena: (Ai que temos epopeia!)

Alcmena diz isso quando Zeus trata de contar a ela a respeito da vitória sobre o rei Pterelas. Ela, porém, quer que a história seja breve, pois tem pressa de ir para o leito nupcial.

O encontro nupcial de Zeus com Alcmena dar-se-á apenas na segunda parte da peça. E, depois de consumado, ambos, juntos, exclamarão: “Pelo pirlau de Zeus!” Está, dessa forma consumada a homenagem a Priapo.

Quando a peça de Ávila começa a tomar rumo semelhante ao da peça de Plauto, vemos Hermes impedindo a entrada de Sósia. Mas Hermes já surgira antes, para avisar Alcmena de que ela daria à luz um filho divino (Hércules). É o papel do deus: o arauto.

E se Hermes anuncia o que lhe determina o pai, Zeus, é o próprio Zeus quem faz as previsões. E anuncia que o filho divino que Alcmena dará à luz trará glória a Anfitrião.

Anfitrião, por sua vez, dirá que seu nome ficará conhecido como o de alguém que sabe receber os amigos. E Hermes emendará: “Oxalá não fique famoso por outra coisa”.

Se o termo Anfitrião entrou para as línguas como alguém que sabe receber os amigos, o termo tinha, também, na acepção de Plauto, a conotação de “corno”. No entanto, a antropologia nos informa que, em algumas culturas, como, por exemplo, entre os Inuítes, era comum oferecer a esposa aos convidados.

Mas Alcmena apenas finge ser virtuosa, esposa fiel. Em sonhos, sente-se tentada pelo rei Creonte, e cede muito facilmente às investidas de Zeus. E, em determinada parte da peça, irrita-se com as oliveiras que atrapalham o deslocamento dela pelo jardim, e avisa que qualquer dia mandará cortá-las. Nós sabemos, pela literatura clássica, que as oliveiras representam a fidelidade. Ulisses tinha uma cama de oliveira. Metáfora inventada por Homero para representar o amor duradouro.

Ao final do *Amphitruo*, Júpiter aparece para esclarecer o ocorrido e anunciar o nascimento de Hércules. Anfitrião agradece. Mas Camões e António José da Silva ocultam essa fala, indicando que um herói, como Anfitrião, não deveria alegrar-se com o fato. Havia em Plauto uma resignação à vontade dos deuses; e uma insinuação de que Anfitrião era, na verdade, um corno. Assim também ocorre em *Uma nuvem sobre a cama*: Anfitrião e Sósia se mostram conformados e justificam a traição das esposas com a seguinte sentença, cantada em uníssono:

Pensando bem... Apenas uma traição involuntária.

O filho divino que Zeus dá a Anfitrião é Hércules, antes anunciado por Hermes. A palavra de Hermes é a palavra do deus, o *logos*, e se manifestará sempre de duas formas: pela anúncio e pela realização. Sendo os deuses eternos e a palavra uma das formas de manifestação desses deuses, ela é, também, eterna. E para que tenha validade eterna terá de suprimir o tempo.

É o que Zeus faz com a noite, estendendo-a.

Anfitrião: Se eu fosse dado a orações, invocaria a Noite, a deusa dos negros véus, para que se demorasse duas ou três vezes mais sobre esta parte da Terra, em benefício dos mais necessitados.

Zeus: Embora não recorrendo a orações, terás o que desejas. A próxima noite será realmente longa. E eu estarei...

Hermes: ... estaremos...

Zeus: ... por tua vontade expressa, Anfitrião, entre os mais beneficiados.

Outra forma de suprimir o tempo é dada, também, pelas profecias e pelos anacronismos. Anacronismos esses que ocorrem em todas as versões do *Amphitruo*.¹⁷³ No início da segunda parte da peça de Ávila, temos o seguinte diálogo:

Anfitrião: Não desfazendo na gloriosa memória dos celebrados heróis de Ilíadas e Odisseias, ousou afirmar, meu caro Sósia, que minha vitória é sem precedentes.

Sósia: Sem precedentes, dizeis muito bem. Pela própria força das circunstâncias... se pela primeira vez enfrentastes os Teléboas e o seu rei de baralho de cartas.

Anfitrião: Neste tempo ainda não há cartas de jogar.

Sósia: Ai não? E Ilíadas e Odisseias?

As próprias personagens reconhecem o erro de mencionarem coisas que ainda não existiam.¹⁷⁴ Os seres humanos não se dão bem com as coisas do tempo. Apenas os deuses têm domínio sobre elas. Temos aqui um exemplo, retirado de uma das falas de Sósia. Nele, Sósia tem de dar a trágica notícia da morte dos irmãos a Alcmena. Ele não sabe como fazê-lo, e pondera.

Não consegue dominar a palavra nem os tempos verbais:

Sósia: O que tem de ser... tem de ser. Pensando bem as palavras, diz ela [Calipsandra]! Minha Srª. Alcmena. Oiço dizer que “tínheis” dois irmãos. “Tínheis?” Demasiado pesada. — Se “tínheis”... é porque já não “tendes”. — O peso do passado. Fora. Oiço dizer que “tendes” dois irmãos. Isso mesmo: falo-lhe no presente, e já ela fica mais descansada. — E agora, meu Zeus, como é que eu passo do presente para o futuro? Não, que isso tomaria um tom profético, e não me quadra o ofício de pitonisa. — Portanto, retomemos o fio da meada. Oiço dizer, Srª. Alcmena, que “tendes”... Eu disse “tendes”. E repito: “tendes” dois irmãos. (E agora? Agora sigo noutra direção. Sigo na pista dos assassinos. E como isto ganho tempo.) — Sabeis certamente que o rei Pterelas... “tinha”...? Não: “tem”. (Pois claro. Tinha, tem e vai continuar a ter.) O rei Pterelas, esse perverso monarca, “tem” ao seu serviço alguns sicários. Como? Não sabeis o que são sicários? (...) acontece que, não sei quando exatamente - um destes dias -, cavalgavam os ditos sicários no dorso verdejante de uma montanha... as águas cristalinas saltitavam nos ribeiros, gorjeavam e chilreavam os passarinhos nos ciprestes... (Nos ciprestes, não.) Nas oliveiras.

Pois o domínio do tempo é sempre executado pela palavra. É por uma ordem sua que Zeus detém a Noite. E todos os oráculos e profecias provêm das palavras. Para os deuses, palavras são fatos concretos; para os homens, expressões de incertezas. Assim, temos, no diálogo entre Hermes e Sósia, a seguinte passagem, em que Hermes consegue convencer Sósia de que Sósia não é Sósia:

Sósia: Ai, que sinto fugir-me o chão debaixo dos pés.

Hermes: Agarra-te a outros argumentos de maior solidez.

¹⁷³ Plauto fala do barrete do escravo (coisa que não havia na Grécia); Camões menciona Petrarca; António José da Silva, em vez de falar de flechas, fala de balas; Figueiredo mostra uma escrava doméstica que queria ser liberta; e a peça de Abelaira é, toda ela, anacrônica.

¹⁷⁴ A história de Anfitrião seria, cronologicamente, posterior à de Édipo e anterior à guerra de Troia.

E quando Sósia tenta explicar a Anfitrião a confusão de identidade por que passava:

Anfitrião: ... tens a coragem (...) de confessar que estiveste em Tebas (...) e não chegaste a falar com Alcmena? ...

Sósia: Eu bem tento explicar... eu bem tento agarrar-me aos destroços dos meus argumentos...

Há esses jogos verbais no decorrer de toda a peça. Não apenas nessa peça, mas também em Plauto e nas demais versões. O propósito deles é acentuar o engano, a confusão. E bem fez Plauto ao terminar sua comédia com um *deus ex-machina*, pois só os deuses para esclarecer os enganos e colocar as coisas no lugar, pelo uso da palavra.

Todavia, quando os deuses se atrevem a ser humanos, são obrigados a abrir mão de parte de sua divindade e de parte de seu poder. Zeus, depois de entreter-se com Alcmena, confessa:

Zeus: Confesso que esta comovedora manifestação popular me enfraqueceu consideravelmente a potência narrativa.

Fica claro que existe aí um duplo sentido. Zeus referia-se ao clamor popular pela vitória sobre o rei Pterelas e à noite de amor (por isso, usar o termo “potência”).

E Alcmena responderá:

Alcmena: Pelo pirilau de Zeus! É o que me apetece dizer. Amanhã porei freio na língua, que isto não é linguagem própria de mulher virtuosa. Mas hoje estou tão feliz...

Na comédia de Plauto, vemos que a felicidade se realiza, para o homem e para os deuses, na cama. A glória que Anfitrião terá é um filho e Zeus. Ninguém se lembrará da vitória sobre Pterelas, mas todos se lembrarão dos feitos de Hércules.

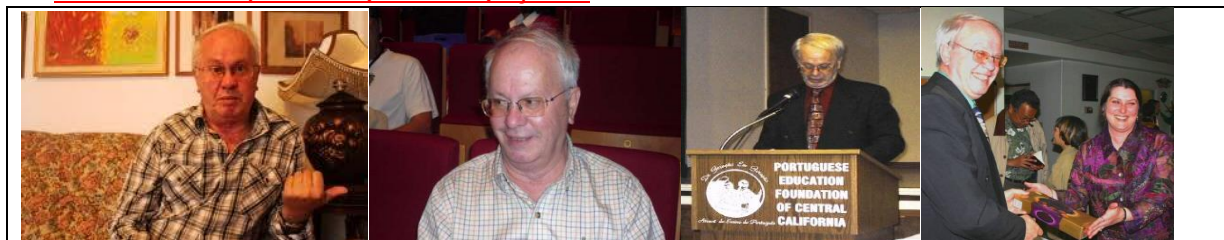
Na versão de Norberto Ávila, tudo é realizado pela palavra. A palavra dos deuses que controla o mundo e o tempo. Mas há um momento em se perde o controle da palavra: é o momento da homenagem ao falo. Amanhã, poremos freio na língua.

3. Bibliografia

- ASSIS, Machado de. “Antônio José e Molière”, in *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, 15.7.1879.
- ABELAIRA, Augusto. *Anfitrião outra vez*. Lisboa: Moraes Editores, 1980.
- CAMÕES, Luís de. “Auto dos Enfatriões” in *Obras completas*, vol. III. Lisboa: Sá da Costa, 1972.
- ÁVILA, Norberto. “Uma nuvem sobre a cama”, in *Algum teatro*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.
- BETTINI, Maurizio. “As reescritas do mito” in Cavallo. G, et all. *O espaço literário na Roma antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.
- BERTINI, Ferruccio. *Sósia e il doppio nel teatro moderno*. Génova: Il Melangolo, 2010.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. “O Anfitrião de Plauto: uma tragicomédia?” In *Itinerários*, nº 26. Araraquara, 2008.
- FERRY, Ariane. *Amphitryon, um mithe théâtral*. Grenoble: ELLUG, 2011.
- FIGUEIREDO, Guilherme. *Um Deus Dormiu lá em Casa; A Raposa e as Uvas; Os Fantasmas; A Muito Curiosa História da Virtuosa Matrona de Éfeso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- LINDBERGER, Örjan. *The Transformations of Amphitryon*. Stockholm: Almqvist & Wiksel, 1956.
- MOLIÈRE. *Oeuvres*. Paris: Firmin Didot Frères et C^{ie}, 1837.
- PLAUTO. *Anfitrião*. Trad. De Carlos Alberto Louro Fonseca. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- SCHLEDER, Lúvia Lindoia Paes Barreto. *O Anfitrião de Vital de Blois: Uma comédia latina no século XII*. Tese de doutoramento. Univ. Federal do Rio de Janeiro, 1989.

SILVA, António José da (o Judeus). "Anfitrião ou Júpiter e Alcmena" in *Obras completas*, vol. II. Lisboa: Sá da Costa, 1958.

2. **ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR, TERCEIRA, AÇORES**



ÁLAMO OLIVEIRA (José Henrique do)

TEMA 3.1. MANUEL MACHADO, ESCRITOR AÇORIANO

«Lembrar Manuel Machado» é a sinopse do breve texto que vai ser apresentado no 24º Colóquio da lusofonia.

i. LEMBRAR MANUEL MACHADO

Escolhi falar de Manuel Machado por vários motivos: foi escritor singular dentro do naipe de escritores açorianos da sua geração; é natural dos Açores; faleceu recentemente e começou já a entrar no limbo do nosso esquecimento. No entanto, foi escritor profissional segundo as leis da Noruega, tendo justificado, junto do Governo norueguês, o dinheiro que lhe pagava e que ele merecia.

Foi nos Açores que Manuel Machado publicou os seus livros escritos em português. A sua estranheza, perante a indiferença da informação sobre o que publicou nos Açores, levou-o ao estado da conformação à medida que foi entendendo que os seus companheiros de escrita residentes tinham o mesmo tratamento. Conformou-se. Mas, de uma vez por todas, escolheu escrever, definitivamente na Noruega.

Manuel Machado foi-me apresentado, por escrito, pelo Poeta Emanuel Félix, apresentação essa que veio acompanhada por um pequeno texto titulado de «O seio ausente». Era o ano de 1976. O Poeta Emanuel Félix apresentou-o assim: «*Nasceu na freguesia das Lajes. É pouco mais velho do que eu. Foi funcionário civil na Base Aérea 4. Deixou a Terceira por volta de 1960, com destino a Lisboa. Aí, pela mão de José Carlos González, que conhecera em Angra, aproximou-se do então chamado grupo dos surrealistas portugueses. Mas os tempos eram difíceis... E preferiu partir para o estrangeiro. Viveu (como lhe possível) em Londres, Paris, Copenhaga. Frequentou a Sorbonne durante três anos. Parou em Oslo, onde vive com a Aud.*»

Apesar da curta apresentação, passei, desde então, a ser amigo e admirador de Manuel Machado. É que havia muitos outros aspetos a admirar neste nosso escritor das Lajes: escrevia bem em francês, em português e norueguês e cito-o: «*em Inglês nunca escrevo, nem uma linha, apesar de ter estado em Inglaterra cerca de três anos. Só o facto de a rainha ganhar um milhão de libras, enquanto eu apenas 8, a lavar pratos, me impediria de aprender a língua convenientemente.*»

Em 1970, uma editora francesa interessou-se pelos seus textos de teatro, mas não se entenderam comercialmente. Dez anos depois, a mesma editora interessou-se pelos seus textos poéticos, mas o acordo falhou mais uma vez.

Numa entrevista ao suplemento literário «Quarto Crescente», do Jornal «A União», em novembro de 1981, Manuel Machado fala do seu primeiro livro escrito em português, com o título *Enquanto os Coveiros Dormem*. Foi inserido na coleção «Gaivota» e constituiu uma lufada de ar fresco no panorama editorial florescente nos Açores. O livro é enformado por pequenas estórias, estruturadas em «nonsense» bem-humorado.

Na referida entrevista, Manuel Machado disse:

«É difícil dizer o que é o meu livro, mas também reconheço que não deve ser fácil para o leitor. Por isso, talvez seja melhor arriscar algumas sugestões: não é um livro surrealista no sentido total, mas muitos dos textos nele incluídos são surrealizantes e alguns mesmo um pouco surrealistas. Há também um pouco de simbolismo aqui e ali, não sei dizer. Uma coisa, porém, é fácil de ver: são textos irrequietos, desiguais, com bastante sonho, muito pontapé vivido e uma certa dose de humor negro para equilibrar o lado ferrugento do sonho.» (Fim de citação).

Enquanto os Coveiros Dormem surpreendeu leitores e até livreiros. O facto de haver um texto introdutório publicado de pernas para o ar não foi fácil de aceitar, mesmo com várias explicações. De qualquer forma, o livro esgotou e, alguns anos mais tarde, a Blu Edições reeditou-o com cuidado aparato gráfico.

O Instituto Açoriano de Cultura publicou um outro livro de contos de Manuel Machado, com o título *Virtudes, Reis, Moscas & outras Hortaliças*. Mais uma vez, voltou a surpreender o leitor com a sua habitual dose de «non-sense», com algum surrealismo à mistura, em contos tão ousados como o «No Reino do Christmas Cake», onde a rainha de Inglaterra é vista a comprar batatas num mercadinho de bairro. Este conto foi escrito muitos anos antes de Sue Townsend publicar o romance *Eu e a rainha*, onde a falência da coroa coloca Sua Majestade a viver num bairro social.

Em 2009, outra vez através do Instituto Açoriano de Cultura, Manuel Machado publica mais um conjunto de contos. Seguiu a mesma linha do livro anterior. Deu-lhe o nome de *Quebra-cabeças e nozes*. Ele quis oferecer a edição, na sua quase totalidade, às escolas da região. Desconheço se essa entrega aconteceu.

Em 2012, através da VerAçor, publicou *Três Olhares*. São três pequenas novelas ou, se se quiser, três contos maiores. Novamente a imaginação de Manuel Machado é explosiva. E volta-se a poder falar da originalidade da sua escrita, refinada e polida por um humor cru e cáustico que capta o ridículo das sociedades de hoje (nomeadamente das que se comportam como se fossem de ontem) e que se alimenta também de um «non-sense» que tem muito a ver com o surrealismo clássico. (Não esquecer que Manuel Machado teve uma preferência muito assumida pelo surrealismo francês).

Neste livro, nada se repete. O poder encantatório da sua escrita é exposto com outro refinamento humorístico, humor que é tratado como um ajuste de contas com falsos comportamentos sociais e a ridicularização das hipocrisias sustentadas com a seriedade leviana dos filhos de pais incógnitos, onde sangue azul aos borbotões, derramado de forma generosa e licenciosa proveniente dos cinco continentes. Nas estórias de Manuel Machado até parece fácil ser filho de algo e ladear figuras tão importantes como os generais da revolução francesa.

Ler Manuel Machado é uma necessidade e é um prazer, até porque é também um reencontro com um escritor que, apesar da sua vagamundagem, teve pelos Açores, nomeadamente pela Terceira, um indelével amor de raiz.

3. ALEXANDRE BANHOS, FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA



Alexandre Banhos Campo

TEMA 2.1. A construção dum modelo social de língua na Galiza, não conflituoso com Castela / Espanha, é um sonho possível ou um pesadelo? Alexandre Banhos da Fundação Meendinho, - SESSÃO DA AGLP

A construção dum modelo de língua na Galiza, não conflituoso com Castela / Espanha; um sonho possível ou um pesadelo? Que é um idioma e que são falas?

As falas e o fraturamento linguístico do espaço. Fazer das falas línguas

Castela / Espanha gosta das falas na construção do seu projeto nacional.

Construir idiomas não conflituosos com o projeto nacional de Castela / Espanha é um beco sem saída

1.1. Que é uma língua, um idioma, e que são falas?

As línguas são sistemas de comunicação complexos, interiorizados por grupos humanos. A língua é o instrumento privilegiado de comunicação entre esse grupo.

A língua é possuída pelo grupo e a vez pode-se dizer que é a língua a que tem a posse do grupo humano, pois condiciona-o, e determina-o frente aos outros. Ela estabelece seu particular jeito de se olharem como coletividade e de olharem o mundo, já que logo as línguas funcionam como verdadeira alma coletiva dos grupos humanos que a possuem (ou que são possuídos).

A língua é o resultado da criação coletiva do grupo humano ao longo do tempo, do jeito como ele vai designando as cousas, e sobre todo fala-nos do espaço de esse grupo, pois na medida em que o grupo interaciona num espaço mais ou menos alargado, determina o alcance espacial da língua, que ao ser língua, supõe rutura com o contínuo linguístico natural das falas; contínuo linguístico que a vez vai marcando o afastamento, entre as falas.

Quanto mais alargado é o espaço da língua, mas esta nos fala da existência de uma comunidade de utentes que interacionam entre si e mais nos fala da existência de padrões linguísticos que são percebidos pelos falantes como modelares, é dizer dignos de imitação, pois eles vão unidos ao sucesso e ao progresso dos indivíduos.

As línguas são criação coletiva dos grupos de pessoas ao longo do tempo, é dizer, do jeito comum, como num determinado espaço, são percebidas as cousas e são coletivamente designadas com estruturas gramaticais em todos interiorizadas.¹⁷⁵

As línguas nascem de falas contínuas no espaço, que geram um padrão de alargada extensão coletiva, e na sua gênese -e nas suas palavras e gramática- rastreiam-se as pegadas históricas dos seres humanos que antes viveram nesse território e todas as influências que receberam, dos que os presentes falantes são herdeiros.

Língua normal ou normalizada é aquela que num espaço determinado é o instrumento privilegiado ou único de comunicação e de reprodução social.

¹⁷⁵ Após a existência das modernas escolas nacionais nos estados, e a sua mídia nacional, são a escola e a mídia o elemento privilegiado de extensão do padrão socialmente aceite da língua.

Idioma, é o nome que recebem as línguas quando elas respondem a um espaço organizado e funcionam como a primeira das condições homogeneizadoras de esse espaço, sendo uma espécie de alma da coletividade de utentes, pois ela, mais que nenhuma outra cousa, é quem os identifica. Os espaços privilegiados dos idiomas, são conhecidos modernamente por estados, entendendo por estados, entidades políticas que estabelecem fronteiras¹⁷⁶.

Um estado vem determinado pelas seguintes características: Território, população e idioma(s), todo isso sob uma estrutura organizativa do coletivo, que é a estrutura política da governança ou do gerimento coletivo.

Fala é a forma local das línguas, são os idioletos locais que existem em toda língua. Também são falas os modos locais de grupos, de profissões, e as gírias.

As falas podem conviver perfeitamente com uma língua bem padronizada, aí é quando se produz a diglossia natural de todos os falantes, que usam um registo da língua ou outro dependendo do contexto ou situação.

As línguas quando não tem o status de idioma, e sobre elas se colocam modelos impostos de idioma, pelo estado que abrange e submete o seu território; com modelos que ocupam um role privilegiado e até exclusivo em muitas das esferas da comunicação, com modelos que a escola interioriza e naturaliza na população, tendem a se converter em falas e a divergir localmente ainda partindo de modelos de língua muito estáveis e extensos espacialmente, pois reduz-se a interação entre os falantes, às suas falas locais e no espaço local.

1.2. Um apontamento breve sobre a origem da língua portuguesa

A língua portuguesa, tem pegadas das falas célticas, que eram as que se falavam em todo o território ibérico da língua há mais de dous mil anos. Sobre elas uma estrutura de poder e dominação, o império romano colocou uma língua muito achegada na sua estrutura e vocabulário às falas célticas, que era o latim. Este Latim “unificado” foi a koiné comunicativa na diversidade de falas existentes previamente, e a proximidade do latim e as línguas célticas é tão grande que há autores que colocam nas famílias linguísticas do indo-europeu, ao latim entre as línguas célticas. Se for considerado o latim, uma família indo-europeia distinta, ele é com muita diferencia a mais próxima às línguas célticas.

De facto a naturalização do latim no espaço de governança romano, foi muito fluente no espaço das línguas célticas, e muito mais fraco fora de esse espaço¹⁷⁷.

Sobre o espaço originário da nossa língua, vieram logo influências germânicas e árabes que deixaram as suas pegadas no vocabulário. Há mais influências, mas estas são as mais visíveis.

O desenvolvimento cultural, científico e técnico levaram a criação de muita terminologia. Hoje a nossa língua sendo a mesma de há oitocentos, pois sem muitas dificuldades textos primigênicos da língua escritos entre os séculos 12 e 15 são facilmente apreensíveis pelos leitores cultos modernos, porém Camões teria muita dificuldade para entender artigos da imprensa atual, inseridos de palavras que correspondem a realidades inexistentes na sua altura.

A língua portuguesa nasceu na Galaecia, na faixa ocidental que vai desde o Rio Eume a Aveiro, com os seus centros difusores e criadores de um modelo, no espaço entre Compostela e Porto.

Quando esta começou a ser escrita substituindo o latim, incluso nos textos acadêmicos e palatinos, estamos ante uma língua assombrosamente bem estruturada, muito unificada, ainda existindo um certo caos ortográfico; e além disso tinha ganho espaços que se alargavam muito além da pequena faixa que foi a sua forja originária.

176 Estão as línguas internacionais que a vez são próprias de muitos estados, o que é um fenómeno muito recente. Que nada tem a ver com idiomas como o latino como língua da ciência, igreja e diplomacia, quando ela já não era mais falado.

177 http://www.continuitas.org/texts/alinei_benozzo_alguns-aspectos.pdf. / http://www.continuitas.org/texts/morais_genetica.pdf

O espaço originário da língua, o da Galiza, era em termos europeus daquela altura, um espaço que não podia ser definido como pequeno.

A fratura do espaço territorial originário da língua deu lugar ao nascimento de um estado que adota o nome de Portugal¹⁷⁸, pois a parte mais pequena da Galiza, a situada ao norte, vai continuar usufruindo o nome. Isso também podia ter sucedido a contrário, é dizer, que fosse o sul o que usufruísse o nome.

O norte acabou perdendo a sua personalidade política independente, ao ser submetido por Castela.

A continuação do galego medieval, é o português atual, e é-o, em muito mais grande medida, que a que se dá entre ele, e as falas chamadas galegas que permaneceram nesse território do norte. Há muita menor continuação entre o galego ao norte e o galego medieval, que entre o galego medieval e o português atual, ao que o facto de ter perdido alguns rasgos regionais minhotos e beirões, não apaga nada essa continuidade.

As palavras têm um grande poder taumatúrgico e fazem magia, e o facto de ter havido um descontinuo no nome, agacha esta realidade a muitos pouco apercebidos, não reparam, ainda que uma linguista como Carolina de Michaélis, criando o termo de galaico-português, viera a deixar clara a continuidade, pois quando Portugal-reino nasceu, o português já existia, pois, o nome não indica nenhuma variação de língua.

1.3. O fraturamento do espaço, ou como português ao norte passa de língua a falas

Não vou comentar aqui o que já foi desenvolvido noutras comunicações minhas, alguma das quais feita nos Colóquios, simplesmente lembrar que a Galiza foi submetida a sangue e fogo. Substituídas as suas elites dominantes por elites estrangeiras castelhanas. Retirada a validade a qualquer documento que não estiver escrito em língua castelhana, língua que passou a ser a de cultura e a do progresso social, e das elites urbanas.

A Galiza tradicional e as suas gentes viveram de costas a isso na medida em que estavam de costas aos que os exploravam, e mantiveram a sua língua bem viva, mas a cada passo que se ia andando ficava um pouco erodida. No século XVIII escrevia Sarmiento: *um falante galego resulta indistinguível de um falante português para os castelhanos*. O outro vulto galego do século XVIII Feijó, afirmava a identidade linguística das falas galegas com o português. Não vai ser até as invasões napoleónicas, que vão aparecer panfletos no que se tenta representar as falas galegas, segundo o modelo castelhano, *-o único que se conhecia, o único que se podia conhecer-*.

A escola nacional castelhano / espanhola, fez muito para naturalizar a sua língua na Galiza, garantindo de forma crescente à medida que se passa o tempo, o perfeito domínio pelos galegos de um castelhano simplex.

A língua do século XIX, está muito marcada localmente, cada texto é da sua zona. A velha língua portuguesa na Galiza deixara de ser língua para passar a ser falas, onde os seus utentes marcam a sua cor local. Foi a emigração maciça de galegos ao norte do Minho para o reino de Portugal, a que ajudou a manter a fluidez comunicativa com esse reino, e não só isso, se não, que como ressaltai na minha comunicação de Bragança (acho que 2005) , integrou nas falas a norte do Minho vocabulário criado pelo gênio da língua portuguesa na sua expansão pelo mundo, mas que era desconhecido a norte do Minho, onde o processo de enculturação castelhana, blocou a atualização e crescimento que é normal nas línguas em todo lugar, pois todo o que chegava de novo, chegava na única denominação que era possível na Galiza, em castelhano.

178 Que é Portugal, o nome da cidade mais galeguíssima da Galiza, o Porto, a velha Portuscale romana, e mais tarde Portucale (Portugale), a que foi reduzido o nome para que pudesse usufruir dele o estado inteiro? E quem eram os calecos, a tribo celta achada por Decimo Junio Bruto morando ali onde o Douro se mistura com o oceano, (em Cale) "em Portugal", esses calecos do Douro deram o nome a todo o noroeste peninsular? Há algo mais português que o ser galego? E galego por antonomásia só o podem ser os habitantes do Porto. Aí estão as raízes. E eles, por serem do Portugal (Porto), são os mais verdadeiros portugueses. <http://portugaliza.net/old/numero0/boletim00nova01.htm>

A mediados do século XIX, começa um movimento que como exprime o professor Fernando Corredoira no seu prefácio a versão do *padronizada* do *Sempre em Galiza*:

“Em meados do século XIX renasce para a literatura uma língua socialmente estigmatizada, funcionalmente minorizada, banida das instituições oficiais e hostilizada pelo Estado. Popular e realmente falada, a língua galega começará a ser posta ao serviço dum movimento cultural e político que irá perfilando uma vocação que (com cautela, porém) poderíamos chamar nacional. Desde inícios do século XX, contra tudo e apesar de tudo, setores da comunidade linguística galega transgredirão normas imemoriais, abrirão brechas em altos muros e sondarão novos caminhos, passando a fazerem servir o galego como instrumento do discurso público e da ação política. Três décadas animosas e febris, férteis, protagonizadas por uma geração, a do nosso Autor, que o levantamento militar de 18 de julho de 1936 e a alongada repressão subsequente deceparam com feroz eficácia.

Como previsível, o recurso ao modelo ortográfico castelhano foi inevitável. O ágrafo galego passou a escrever-se conforme a feição gráfica da língua oficial e única língua verdadeira – tal como ortografada desde finais do século XVIII. Este modelo tinha no mínimo duas vantagens invencíveis: era tecnicamente prestadio e era o único aliás que podia conhecer-se. De maneira que não havia necessidade de irmos procurar alhures o que já acháramos aqui, nem de se inventar o que já estava inventado. Acresça-se, em ordem a perceber as intenções do programa linguístico dos primeiros promotores da língua regional, que, entre estas, de nenhum modo se encontrava a de concorrer com a língua nacional, cuja hegemonia estava fora de causa. Correlato visual da minorização linguística, a ortografia perfilhada servia ainda para ratificar que as notabilidades escreventes do galego eram e queriam ser um subconjunto regional do conjunto espanhol. Houve, sim, e desde cedo, quem propusesse adotar a ortografia portuguesa. A sugestão não prosperou e talvez a frondosa exuberância de letras ociosas que exibía na altura a orthographia lusitana tenha contribuído para tanto. Seja como for, haverá que completar a panorâmica ortográfica, recordando que, em paralelo à medrança da influência social e política do movimento nacional galego, a questão da ortografia tornará a ser objeto de debate nas três primeiras décadas do século passado. Jovens inquietos anunciavam novos rumos, que a desfeita de 36 debelou.”

Quem começava a usar a língua escrita, desconhecia todo da sua história, desconhecia a documentação medieval, desconhecia Portugal e a sua história, e em nenhum caso queriam pôr em questão ou “concorrer” com a língua *nacional* -a de todas as elites.

Cada pessoa que escrevia era um defensor da beleza da sua fala, do seu idioleto local, e não sentiam isso como incompatível com um orgulho e patriotismo da sua pertença a Espanha.

A língua na Galiza era uma diversidade de falas muito próximas e intercompreensíveis, mas com muita variação local, dando-se as maiores diferenças naquelas mais afastadas geograficamente, por exemplos as falas eu-naviegas. A língua como tal, e na definição que eu fazia de língua, deixara de existir. Não só isso, a denominação que era normalmente usada era a do *nosso dialeto*¹⁷⁹, exprimindo com isso o superior patamar em que se achava o castelhano, que em nenhum caso era vontade remover, tão só restaurar a dignidade e o respeito às nossas particularidades tão desprezadas pelos castelhanos.

Na Galiza isso tudo estava começando a se modificar nos anos 30 do século passado, mas Castela / Espanha com a sua tradicional *bonomia* banuiu tudo, com sangue e fogo, as valetas das estradas voltaram a estar semeadas de cadáveres¹⁸⁰, não era a primeira guerra contra a diferença, mas sim a mais brutal¹⁸¹

179 E afirmando sempre os falantes, o de ser o seu dialeto, de muito má qualidade

180 Segundo o relatório do juiz Garzón, que não pode completá-lo, mais de 260.000 pessoas foram executadas pelas forças franquistas, na retaguarda (contraste-se com os mortos nas frentes de batalha que não ultrapassaram os 200.000), sem poupar nenhuma condição. Na parte republicana os assassinados na retaguarda não alcançaram os 60.000, que também não são poucos.

181 Há uma expressão dos franquistas muito esclarecedora “Espanha antes roja que rota”

O Franquismo não perseguiu as línguas, nem os seus falantes eram presos, simplesmente banuiu-as do espaço público, reduziu-as ao espaço privado, apoiou a visão folclorista, apoiando as diferenças bem entendidas, o carinho pelo local, pelas falas locais, a divisão interna das línguas não castelhanas, como contraste frente ao castelhano “uno y universal”

A língua galega na recuperação da democracia pactuada, não chegou nas melhores condições¹⁸². Ao que se somava o acervo histórico de Castela / Espanha, acrescido agora com os ganhos do franquismo. *Isso era intocável e não julgável*. Eis a frase que pode resumir a transição a democracia espanhola, e de aí partem as lamas nas que andamos enlameados

1.4. Que é normalização linguística

A democracia, impulsionada por catalães e bascos, com ecoamento na Galiza, na recuperação da autonomia, abriu processos normalizadores das línguas. Uma língua é normal quando ocupa o espaço social com normalidade, e dão-se nela toda classe de níveis da língua, e não se confunde o nível padronizado culto com a diversidade de falas populares. E todo o mundo pode usar todos os registos com normalidade, incluídas gírias... pois todos em todas as línguas somos diglóticos no sentido Fergusoniano.

A normalização significa a ocupação pela língua minorada de espaços que foram ocupados *manu militare* pela língua imposta. A normalização tem que significar necessariamente a recolocação do castelhano no espaço social, e a criação de um modelo de língua culto e urbano, e que não pode ser outro, que o que tem como espelho, essa mesma língua, num estado bem pertinho e com a nossa língua oficial -Portugal-.

2. Porquê o sucesso da normalização catalã¹⁸³

Todavia que a inserção da coroa de Aragão em Castela é muito distinta do processo vivido na Galiza, o catalão não deixou de retroceder, dialetalizar-se e perder o seu gênio. Estamos no 300º aniversário da perda das liberdades na coroa de Aragão, concretamente Catalunha foi submetida militarmente em 1715. Mas se compararmos o catalão escrito naquela altura, por exemplo o que gastava a *generalitat* da Catalunha, com o catalão atual, o primeiro que chama a repararmos, e a imensidade da penetração castelhana no catalão, a escrita despadronizada e afastada do modelo medieval substitui por uma tendência a usarem o modelo castelhano, um pouco o que apontava Corredoira¹⁸⁴ para a Galiza

(Como previsível, o recurso ao modelo ortográfico castelhano foi inevitável. O ágrafo galego passou a escrever-se conforme a feição gráfica da língua oficial e única língua verdadeira – tal como ortografada desde finais do século XVIII. Este modelo tinha no mínimo duas vantagens invencíveis: era tecnicamente prestadio e era o único conhecido, o único aliás que podia conhecer-se. De maneira que não havia).

Pois bem, esse modelo - o de base ortográfica do castelhano, funcionava também na Catalunha. (Algo que se desconhece na Galiza). E o modelo de língua que se gastava, não questionava o superior patamar no que se achava o castelhano. Que cousa passou que modificou de jeito determinante isso.

Na Catalunha foi a pessoa e o trabalho individual e infatigável de **Pompeu Fabra**.

Pompeu Fabra não era linguista, (era engenheiro). Ele era um apaixonado da sua língua, e o seu trabalho foi

- a) reconstruir a ortografia histórica do catalão.
- b) depurá-lo de castelhanismos.

182 minha comunicação no XVIII Colóquio:

http://www.pglingua.org/opiniom/index.php?option=com_content&view=article&catid=3&id=5288&Itemid=81

183 Por Catalunha entendo todo o espaço da língua catalã tal e como Joan Fuster no livro “*Nossaltres els Valencians*” vai exprimir. O modelo do euscara batua (unificado) da Academia Basca, segue os mesmos princípios,

184 *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano: o galego como exemplo ‘acontrário’*. Santiago de Compostela: Laiovento. (1998)

c) fazer um dicionário que respondesse ao seu modelo de língua concebendo o catalão como uma língua que tem que ser NORMAL e GENUÍNA para ocupar todo o espaço social, que não pode ser reduzida ao subalternizada a nenhuma outra.

O seu sucesso, foi o da boa acolhida que as suas propostas tiveram entre as elites de todos os países catalães. Hoje o modelo do catalão, o modelo da sua normalização seria incompreensível sem Pompeu Fabra.

Não é por acaso que os ataques ao catalão desde Castela / espanha, vão contra o cerne das propostas de Pompeu Fabra, vão por defender a variedade das falas, por criação de modelos de língua ad hoc em cada um dos espaços territoriais da língua e ainda mais se poderem, fraturando internamente esses espaços em diversidade de falas (divide et impera)¹⁸⁵

Na Galiza não tivemos nenhum vulto(s) que tomasse sobre si próprio essa tarefa, nem sequer o saudoso Ricardo Carvalho Calero, quem foi muito mais recente no tempo com os seus trabalhos de criar um modelo de língua, mas ele nunca teve as cousas tão claras como Pompeu Fabra ao longo de toda a sua vida, pois era filho da nossa particular *história clínica*¹⁸⁶ e deu muitas reviravoltas, além de querer ganhar o consenso¹⁸⁷ e somar às vezes lírios e troianos.

No campo lexicográfico na Galiza temos a Isaac Alonso Estraviz e o seu dicionário188, mas como sempre chegamos quase um século tarde demais¹⁸⁹.

3. Fazer das falas línguas

Castela / espanha gosta das falas na construção do seu projeto nacional. Sobre todo quando essas falas, esses *patois*, não põem em questão a superioridade, e o patamar que ocupa a língua castelhana. Não é incompatível amar as falas sem questionar o role do castelhana.

Eu sei que é sincero o amor polo particular de muitos vultos galegos que tem contribuído a expansão e domínio de Castela / espanha. Eu não duvido do amor de Fraga¹⁹⁰ para sua terra, e como ele poderia citar a outros muitos.

A recuperação da nossa língua na Galiza, era fazer um canto a terra, ao pequeno beco onde um nasceu e se amamentou. Isso pouco a pouco foi mudando, mas recuperar a nossa língua com o seu fato histórico, o que senhoreia em Portugal, resultava trabalhoso, pois o estado a única ortografia da que garantia o seu aprendizado era a do castelhana, como diz o professor Corredoira e repito de novo, polo sucinto e preciso que é.

Como previsível, o recurso ao modelo ortográfico castelhana foi inevitável. O ágrafo galego passou a escrever-se conforme a feição gráfica da língua oficial e única língua verdadeira – tal como ortografada desde finais do século XVIII. Este modelo tinha no mínimo duas vantagens invencíveis: era tecnicamente prestadio e era o único conhecido, o único aliás que podia conhecer-se. De maneira que não havia necessidade de irmos procurar alhures o que já acháramos aqui.

Além disso, não estava no programa questionar o patamar ocupado pelo castelhana.

185 Eis o modelo que o PP queria impor nas ilhas Baleares <http://www.sacademi.com/> Ou o modelo anticatalão e dialetal que defende esta Academia gémea estatutariamente e por origem da galega RAG, <http://www.racv.es/>. Os exemplos são inúmeros

186 A expressão *história clínica* nossa, é da autoria de Carvalho Calero

187 O consenso é um vírus inoculado na Galiza, que serve para que o inimigo te tenha paralisado.

188 O dicionário académico e normativo da nossa língua na Galiza, sob a chancela da Academia Galega. (Essa joia da nossa coroa que se forjou nestes Colóquios)

189 <http://www.pglingua.org/opiniom/4999-na-galiza-sempre-se-joga-a-perder>

190 Há na Galiza quem acredita que Fraga elaborou um plano perfeito de extermínio das falas da Galiza com um modelo estupefaciente. Eu acredito que realizou o que ele pensava era o melhor de acordo às suas concepções: Espanha é o importante, o cultivo do regional deve ser limitado e para as cousas "regionais" pois é de doidos competir com a bela e amada língua castelhana. Ele criou o centro Ramón Pinheiro, dando certo no achado.

Isso parecia mudar no primeiro terço do século XX, quando um dos impulsionadores da primeira estrutura política na Galiza, de caráter nacional “as Irmandades da Fala¹⁹¹”, Antão Vilar Ponte, exprimia-o com estas palavras “Quanto mais cuidado e melhor é o galego, mais português ele é”.

Mas a isso sempre se achava resposta por algum, no sentido *de que todos valem para a causa da língua tanto os que tiverem uma visão nacional dela, como os que amem o terrunho local. Temos na nossa prática que abranger a todos sendo o menos conflituos com a língua, sem importar como se usar, tudo vale.*

Resultado o modelo de língua que se projetava era absolutamente dependente do castelhano, era esta última língua o modelo de correção da língua galega¹⁹².

Nos anos 30 o papel e o modelo de língua para a recuperação nacional da Galiza e a normalização da sua língua, estavam no cerne dos debates e por fim podia-se dizer que estes entravam pelo carreiro certo. Mas, e volto a citar Corredoira: “Jovens inquietos anunciavam novos rumos, que a *desfeita* de 36 debelou.”

O Franquismo não perseguiu aos falantes, simplesmente voltou-os ao espaço do local, familiar e folclórico, na grandeza de uma Espanha UNA e diversa.

O nacionalismo existente na clandestinidade, renunciou a manter as estruturas e a construir um futuro para os tempos em que a ditadura havia de finir¹⁹³

Na Galiza triunfa o que se deu em chamar pinheirismo, sendo o ideólogo desta concepção o galeguista Ramom Pinheiro. Em resumo esta concepção concebe a língua da Galiza como uma realidade estritamente limitada a Espanha (estado espanhol), pois é consciente que outra concepção poderia ser causa de sentir-se - como um atentado as essências de castela / espanha -. A intervenção deve se limitar ao âmbito cultural, pois o galeguismo é património de todos independentemente das forças políticas a que pertencerem.

Para eles o importante não era construir uma força que impulsionara isso socialmente, se não o não fazer inimigos e levarmo-nos bem todos, pois isso havia de dar resultados. O pinheirismo marcou todas as forças políticas na Galiza incluídas aquelas marxistas e comunistas nascidas nos anos sessenta, que em nenhum momento se afastaram do cerne destas formulações

4. Construir idiomas não conflituos com o projeto nacional de Castela / espanha é um beco sem saída.

Quando um luta contra algo e tenta afirmar-se, só tem um jeito de avançar, **não há outro**: Dividir ao contrário e compactar os próprios. Repito DIVIDIR AO CONTRÁRIO E COMPACTAR OS PRÓPRIOS. Isto passa na guerra, na política, na normalização linguística, ou no avanço empresarial¹⁹⁴. Normalizar e ganhar espaços para a língua submetida¹⁹⁵ entre os que estão instalados no castelhano. Isso só é possível se no grupo de falantes incidem processos que os dividem, e racham as suas solidariedades de grupo. Para isso é fundamental que o projeto for

191 Das que o próximo ano se celebra o centenário

192 Eis um exemplo meu de há muitos anos. Eu sempre ouvira dos idosos aguentar, mais corrigia, porque se no castelhano e aguantar, deveria ser aguantar

193 Isto é muito contrastivo com o caso catalão e basco. Modernos partidos aparecidos nos anos 60 na Galiza, careciam de formação e base para esses empreendimentos, não tinham os alicerces lá aonde se chegara já na república; sendo mais contra o regime, que a prol de construir o futuro da Galiza e do seu povo.

194 O que nos caracteriza aos seres humanos e marca-nos o como somos, e a nossa capacidade de coacionar. Isso é algo que fazemos sempre até quando somos brandos e amáveis como gatinho recém-nado. Sem a coação não existiriam estruturas políticas, não haveria religiões “universais”, não funcionaria o mundo. Estando Lenine na Suíça teve um debate sobre as suas teorias com Sigmund Freud. Lenine explicava que desaparecida a propriedade nasceria o homem novo e cada um seria o dono do seu futuro e das suas decisões. Freud respondia-lhe, que isso ia contra da real natureza humana, pois o que caracteriza a humanidade é a imensidade das pessoas para quererem obedecer, é são sempre minoria a parte que leva em sim o de ser líder, e além disso o que nos conforma como humanos e o sermos coacionadores sempre... isso do homem novo da sociedade sem classes, dizia o Freud são patranhas que não se correspondem com o que descobre a cada dia a psicologia, ainda que dizia Freud as miragens podem ser muito mobilizadoras, sempre que houver liderança, e um grupo capaz de conduzi-la

195 Como diria Celso Alvarez Cáccamo, criar capital social para a língua.

bem compactado, plural, porém firme, como são os exércitos que tem diversidade de armas e tropas especializadas, mas todas somam a um fim, todas são importantes ao resultado.

Na Galiza o pinheirismo institucionalizou, e bem seguido que é por todo o lado, o modelo de não fazer muito esforço com “os nossos” para levá-los na direção de avançar, mas sobre todo não fazer nada que incomodar ao contrário aos nossos caríssimos castelhanos / espanhóis que nos submetem e exploram¹⁹⁶. O resultado estamos sempre dividindo as nossas próprias forças e compactando as do inimigo.

Em pleno processo de obter uma autonomia outorgada, para a parte da Galiza espanhola que está formando quatro províncias (distritos) do estado, houve um momento que parecia que se podia avançar algo¹⁹⁷, quando as ideias de Carvalho Calero permeabilizaram duras rochas, e a ideia de uma língua de *mínimos* (de reintegração) que iria caminhando para o padrão vigorante em Portugal, podia ser uma realidade.

A reação dos elementos castelhano / espanhóis e seus mídia, foi brutal, e além disso não estavam as forças galeguistas e a prol da língua nacional, compactadas, não só isso, a ideia era fazerem consensos, item mais, - consensualizarem com esses da reação brutal-, o modelo de língua na Galiza.

Em 1982 é conselheiro de cultura e com competências nisso da “normativa” Filgueira Valverde, vai aprovar o Decreto 173 / 82 de normatização do galego. A proposta de modelo de língua era um verdadeiro retrocesso, a respeito do modelo de língua que usava o pessoal “mais atrasado”.

Filgueira Valverde é entrevistado no jornal La Voz de Galicia¹⁹⁸, sendo inquirido sobre as razões para aprovação de esse Decreto e desse modelo de língua, e dum jeito muito breve, resumidamente eis o que ele diz:

a) na escola tem que seguir havendo o castelhano, a língua fundamental do ensino. Não se pode introduzir outra língua com um código distinto, pois isso não faria mais que gerar problemas nos alunos, que teriam que apreender um novo código e isso gera confusão.

b) o modelo de língua parte do modelo falado, partindo do mais extenso possível e que ele seja inteligível para todos, se o é também para os castelhanos, pois melhor, isso que saímos ganhando.

c) penso que a língua da Galiza é bem diferente da portuguesa, nós temos a nossa própria. Eu fui o primeiro catedrático de português na Espanha.¹⁹⁹ Em português diz-se pássaro e nós dizemos páxaro, como se vai escrever de um jeito e falar de outro.

d) os lusistas-reintegracionistas são gente que só querem desfazer o que está feito. Afortunadamente não se lhes vai permitir o seu agir por meios legais.

5. A normalização na Galiza

O processo da normalização da língua na Galiza foi o processo violento e muito coactivo de banir lusistas do ensino, das publicações, dos meios e gerir os dinheiros para compara vontades. E isso sim, sem fazer nada de normalização social, pois a língua passava a ser uma questão ritual por cima de qualquer outra cousa. O modelo de língua²⁰⁰ meteu ao português da Galiza num beco sem saída.

196 <http://blog.lusofonias.net/?p=1155> / <http://www.pglingua.org/opiniom/5054-na-galiza-sempre-nos-dividimos>

197 http://www.pglingua.org/images/stories/pdfs/2009/131209_abanhos.pdf

198 La Voz de Galicia 19 de novembro de 1982

199 Isto fala-nos do valor das intitulações no estado espanhol, onde a existência de diploma não acredita em conhecimento. A Meendinho publicou a correspondência de Santos Júnior com galeguistas, entre eles está Filgueira Valverde, ele sempre usa só o castelhano e assim em toda a correspondência que manteve com vultos portugueses. Em realidade ele não estava capacitado para usá-la -além de ter a intitulação - e usava não o sermos rustico (para ele desprezível) e sim o castelhano.

200 Há linguistas bem formados como o professor Fernando Venâncio, que nos vem a descobrir o Mediterrâneo quando ele diz que a sua língua se escreve também no código instituído na Galiza, daí ele tira um projeto que não é capaz de entender os processos de banimento da língua que se vivem na Galiza. Ele além dos seus artigos é muito ativo nos comentários no PGL.GAL <http://pgl.gal/?s=fernando+venancio>. Como diz o sociolinguista Lluís Aracil sobre o futuro do português na Galiza, numa celebre entrevista no La Voz de Galicia: *O futuro da língua própria e nacional na Galiza é o mesmo que o do analfabetismo, desaparecer, e vocês trabalham todos os dias para que isso venha a ser assim, com tal de que fique o remorso ritual e padre.*

Com grande habilidade, levado ao seu cume sob comando Fraga, as instituições converteram o processo social de *normalização* num processo de controle de desvios da norma e combate ao lusismo.

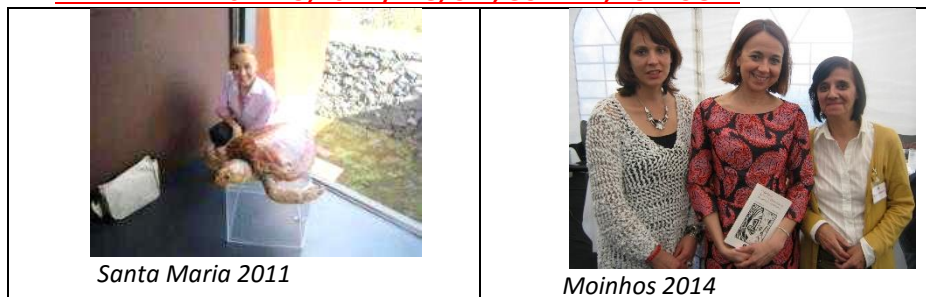
Criaram equipas de normalização e contratados para isso por todo lado, incluído em partidos, sindicatos e instituições pretensamente nacionalistas galegas. Mas não é função nunca de eles o impulsionamento social da língua, só o de regular esta, corrigindo textos, com um modelo dependente do castelhano e garantindo que não se passe pela peneira nenhum reintegrante.

Na Galiza o processo normalizar gerou socialmente e entre todo tipo de camadas sociais uma enorme confusão, da que só sai limpo de pó e palha o castelhano, pois o processo marca de jeito tático que a sua situação, e status do castelhano é intocável e inabalável.

Se na Galiza se criaram equipas de normalizar do castelhano com o mesmo processo de trabalho das que se criam para o português da Galiza, o castelhano já estava retrocedendo em vez de seguir avançando e ganhar cada dia novo espaço socialmente.

Na Galiza a devoção pelo soft, pelo soft linguístico, social e político...o sucesso sempre assegurado

4. ANABELA NAIJA SARDO, ESTH / IPG, UDI, GUARDA, PORTUGAL



ANABELA OLIVEIRA DA NAIJA SARDO

TEMA 3.1 ENTRE A QUIMERA E A REALIDADE: O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES EM MULHER DE PORTO PIM E OUTRAS HISTÓRIAS DE ANTÓNIO TABUCCHI. ANABELA NAIJA SARDO, ESTH, UDI, IPG, GUARDA, PORTUGAL

1. INTRODUÇÃO

No contorno do tema 3. Açorianidades, subtema 3.3. Revisitar a Literatura de Autores Estrangeiros sobre os Açores, trazemos à memória o escritor italiano Antonio Tabucchi cuja vida foi literalmente transformada após o “encontro” com a obra de Fernando Pessoa. Deste facto, nasceu o seu interesse pela cultura e pela literatura portuguesas e uma imensa paixão pelo país no qual passou a viver parte da sua vida. Autor de uma vasta obra, conseguiu evitar a repetição dos motivos e técnicas narrativas, fazendo de cada novo livro um produto diferente, único e memorável.

Iremos centrar a nossa atenção em *Mulher de Porto Pim*, obra publicada em 1983, cujo tema unificador é o Arquipélago dos Açores, Do mesmo modo, as baleias têm neste “livro de fronteira”, como lhe chamou Enrique Vilas-Matas, um lugar fulcral, desvelando-se nos textos a admiração do escritor por estes mamíferos e a ligação e as analogias dos mesmos com os homens.

Ler *Mulher de Porto Pim* é (re)visitar o Arquipélago dos Açores. Na obra, está presente a geomorfologia das ilhas e sente-se o tempo que determina a vida das populações locais. Vislumbram-se as atividades, as festas e as procissões, manifestações religiosas e culturais, visceralmente arreigadas à alma da gente açoriana. De forma intensa, perpassam as limitações da vida nas ilhas, a ligação das populações ao mar e o dominante sentimento de insularidade.

Em cerca de cem páginas, num conjunto de aprazíveis textos fragmentários nos quais a realidade convive com a metáfora, a verdade com a alusão e a imaginação e tudo, por fim, se transforma em ficção pura, Tabucchi conduz-nos, através de escritos em forma de sonhos (ou serão antes sonhos em forma de escritos?), ao “horizonte quimérico”²⁰¹ dos Açores.

2. ANTÓNIO TABUCCHI: O ESCRITOR E A PAIXÃO POR PORTUGAL

“E a partir daquele dia, depois de inteirar-me de que ele se considerava a sombra de Pessoa, decidi converter-me na sombra de Tabucchi e assim ser a sombra da sombra de uma sombra.”

Enrique Vila-Matas, *Los Tabucchi*, 2003.

Sobre a vida de Antonio Tabucchi (Itália, 1943 – Portugal, 2012) não iremos deter-nos longamente uma vez não ser esse o propósito deste breve texto e também porque o próprio autor não gostava que alguém tentasse reconstituir a sua vida, como um dia revelou a Enrique Vilas-Matas e o premiado autor catalão e estudioso da obra tabucchiana registou num interessante texto no qual conta também o momento em que decidiu tornar-se a “sombra” de Tabucchi: *“Y retuve esa idea de Tabucchi de desorientar a quienes quieren reconstruir nuestras vidas. Y a partir de aquel día, tras enterarme de que él se consideraba la sombra de Pessoa, decidí convertirme en la sombra de Tabucchi y así ser la sombra de la sombra de una sombra”* (Vila-Matas, 2003). Este mesmo pensamento aparece logo no prólogo de *Mulher de Porto Pim*, quando Tabucchi escreve *“Devo à sugestão de Octavio Paz de que os poetas não têm biografia, e que a sua obra é a sua biografia (...)”* (2013: 8). Deste modo, traremos ao nosso texto apenas algumas breves pinceladas sobre a biografia e bibliografia de Tabucchi, em particular aspetos que deixam transparecer a sua paixão por Portugal.

Considerado como um dos grandes escritores italianos contemporâneos e um dos nomes marcantes da literatura europeia, autor cujas obras, amplamente traduzidas²⁰², eram aguardadas com expectativa, Tabucchi fez de Portugal uma segunda casa, lugar onde passou a viver parte da sua vida. Nasceu na província de Pisa, cidade onde fez os seus primeiros estudos. Estudou línguas e filosofia, ensinou em diversas universidades europeias (Bolonha, Roma, Génova e Siena) e foi *Visiting Professor* no Bard College de Nova Iorque, na École de Hautes Études de Paris e no Collège de France, empreendendo, igualmente, a aventura de viajar pela Europa.

Em Paris, descobriu, um dia em 1962, traduzida para francês, a obra que viria a marcar a sua existência, uma coletânea de poemas de Fernando Pessoa, que incluía a poesia de Álvaro de Campos “*Tabacaria*”, como se pode ler no artigo *“Antonio Tabucchi, traduttore di Fernando Pessoa è il simbolo della difesa dei diritti civili”*:

Al ritorno da uno di questi viaggi a Parigi, trova su una bancarella nei pressi della Gare de Lyon, firmato con il nome di Alvaro de Campos, uno degli eteronimi del poeta portoghese Fernando Pessoa (1888-1935) il poema Tabacaria, nella traduzione francese di Pierre Hourcade. Dalle pagine di questo libricolo ricava l'intuizione di quello che sarà per più vent'anni l'interesse principale della sua vita. (S.A., 2002)

Apaixonou-se de tal forma pelo que leu que decidiu estudar português para melhor compreender o desassossegado poeta das múltiplas personalidades. Transformou-se, de acordo com as suas próprias palavras, na “sombra de Pessoa” e, segundo Cardoso Pires, no “narrador” (Pires, 1994) do grande poeta sobre quem redigiu diversos ensaios. Com Maria José de Lencastre, a portuguesa com quem casou, traduziu e dirigiu a edição italiana da obra de Fernando Pessoa.

²⁰¹A expressão “horizonte quimérico” foi retirada do comentário de António Mega Ferreira sobre *Mulher de Porto Pim*: “Um notável exercício de devolução da aventura à escrita ficcional, no qual o genial escritor italiano vai ao encontro do ‘horizonte quimérico’ dos Açores”, presente na contracapa da edição que lemos, referenciada na bibliografia final.

²⁰²Os livros de Tabucchi foram traduzidos para mais de quarenta línguas.

Escreveu regularmente para os jornais *Corriere della Sera* e *El País*, tarefa que lhe permitiu, em 2004, ser galardoado com o prémio de jornalismo Francisco Cerecedo, atribuído pela Associação de Jornalistas Europeus em reconhecimento pela excelência do seu trabalho jornalístico e pela defesa aberta e incondicional da liberdade de expressão. Paralelamente à sua atividade de pesquisa e crítica literária, desenvolveu uma marcante obra como ficcionista, de onde se destacam livros como *Donna di Porto Pim* (*A Mulher de Porto Pim*, 1983), *Notturmo Indiano* (*Noturno Indiano*, 1984), *Piccoli Equivoci Senza Importanza* (*Pequenos Equívocos sem Importância*, 1985) e *Sostiene Pereira* (*Afirma Pereira*, 1994), entre outros.

Pela sua obra literária, foi distinguido com diversos prémios, dos quais salientamos:

1. Em 1987, o Prémio Médicis em França, para o melhor romance estrangeiro com o livro *Notturmo indiano*;
2. Em 1989, a Ordem do Infante D. Henrique em Portugal, e a nomeação como Chevalier des Arts et des Lettres pelo Governo francês;
3. Em 1992, o Premio P.E.N. Club italiano com o *Requie: un'Allucinazione*;
4. Em 1996, prémios italianos (Via Reggio e Campiello) e o Prémio Europeu Jean Monnet para a Literatura Estrangeira com *Afirma Pereira*;
5. Em 1998, o prémio Nossak da Academia Leibniz;
6. 2002, o Prémio France Culture, para a literatura estrangeira, com o livro *Si sta facendo sempre più tardi*

Sentindo que a sua pátria era também a língua portuguesa, como se pode ler, por exemplo, no verso da capa de *Mulher de Porto Pim e outras histórias*, escreveu, em 1991, um romance em português intitulado *Requiem*.

A sua obra dramática foi levada a palco por Giorgio Strehler e Didier Bezace, entre outros. As obras *O Fio do Horizonte*, *Noturno Indiano*, *Afirma Pereira* e *Requiem* foram adaptadas ao cinema, respetivamente por Fernando Lopes, Alain Corneau, Roberto Faenza e Alain Tanner. O filme *Afirma Pereira* foi rodado em Portugal.

3. ENTRE A QUIMERA E A REALIDADE: O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES EM MULHER DE PORTO PIM E OUTRAS HISTÓRIAS

“Questo libretto trae origine, oltre che dalla mia disponibilità alla menzogna, da un periodo di tempo passato nelle isole Azzorre. Suoi argomenti sono fundamentalmente le balene, che più che animali sembrerebbero metafore.”

Antonio Tabucchi

“Mulher de Porto Pim, livro de cabeceira e artefacto literário que contemplo como se fosse um Moby Dick em miniatura.”

Enrique Vila-Matas

Para que algo seja considerado *precioso*, deve ser de grande valor como qualquer dicionário poderá confirmar. E essa valia pode advir quer da beleza, quer da raridade daquilo a que nos referimos. Li ou ouvi algures alguém dizer que usava frequentemente o adjetivo em questão para qualificar alguns dos livros “fininhos” que, às vezes, surgiam no seu caminho. Na verdade, determinados livros pequenos, em poucas páginas, apenas erroneamente aparentam fragilidade, pois muitos oferecem ao leitor um mundo para desbravar. Tal acontece com algumas obras de Antonio Tabucchi, nas quais, outra qualidade se revela. São livros que nos convidam à viagem. Entre esses, encontra-se *Mulher de Porto Pim e outras histórias*, um sonho breve em forma de livro “quase de bolso”, como aparece rotulado no próprio texto (Tabucchi, 2013: 7).

Donna di Porto Pim e altre storie foi originalmente escrito em italiano em 1983 e publicado, em Portugal em 1986, muito antes de Antonio Tabucchi ter redigido a obra que lhe trouxe amplo reconhecimento internacional e que inflamou a imprensa italiana, o indiscutível romance político *Afirma Pereira / Sostiene Pereira*, publicado em 1994.

Mulher de Porto Pim e outras histórias é um pequeno, contudo intenso livro, formado por um conjunto de relatos, memórias, “diários de viagens metafísicas”, contos breves, transcrições e outros textos (notas, mapas, legislação, bibliografia), que se transfiguram num “artefacto literário” acerca do Arquipélago dos Açores. A própria estrutura da obra apresenta-se à guisa de uma sequência de fragmentos melancólicos que surgem como pinceladas de um devaneio quimérico: um prólogo e um curto texto com título indiciador, “*Hespérides. Sonho em forma de carta*”; duas partes (I. *Naufrações, destroços, passagens, lonjuras*; II. *De baleias e baleeiros*, na qual se inclui o conto que dá título ao livro); e um Apêndice, subtítulado “*Um mapa, Uma nota, alguns livros*”.

O professor e escritor americano Ethan Rutherford, num breve apontamento sobre esta obra, confessa-se apreciador de livros de viagens e qualifica entusiasticamente o livro de Tabucchi como “*estranho*” e “*maravilhoso*”, “*inclassificável*” e “*inventivo*”, comparando-o aos “*pequenos trabalhos*” (2013: 1) de autores como Michael Ondaatje e Italo Calvino. Nessa reflexão sobre *Mulher de Porto Pim e outras histórias*, Rutherford aponta os aspetos que demarcam decisivamente esta obra: o espaço, as ilhas dos Açores, e as temáticas unificadoras, essencialmente as baleias. Também refere uma qualidade que aí encontra, característica dos livros de viagens, ou seja, o facto dos mesmos nos oferecerem o caminho através do qual só a literatura pode permitir uma “georreferenciação” à vida.

Não é intuito da nossa reflexão discutir se este é ou não um “*livro de viagens*”. Assim, mesmo tendo em conta que a “*literatura de viagens*” é um subgénero literário, uma modalidade interdisciplinar do género narrativo, a qual, de acordo com Fernando Cristóvão, se manifesta “*em textos, de carácter composto, [que] entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra e ar) temas, motivos e formas*” (2002: 35), iremos usar as palavras do escritor e estudioso da obra de Tabucchi, Enrique Vila-Matas, para nos referirmos ao livro em análise. Estamos perante um “*artefacto literário*”, como registámos mais a cima no nosso texto.

Mulher de Porto Pim e outras histórias é muito mais do que um diário de viagens ou uma coleção de narrativas breves, porquanto alguns sentimentos como o deslumbramento, a melancolia e a saudade permeiam cada página, entretecendo-se de diferentes estilos e formando em si uma única viagem, como atesta a própria estrutura e o elucidativo prólogo. As anotações metafísicas, as ficções breves, as recordações reais ou inventadas, a “*biografia*” de Antero de Quental, a cartografia e a bibliografia, as crónicas e as notas arquivadas, na sua aparente simplicidade, uma “*geopoética*” da alma açoriana.

Ainda que o título e o índice possam surpreender o leitor, não precisa o mesmo de avançar muitas páginas para ver esclarecidas algumas das dubiedades que poderiam assaltar o seu espírito, uma vez ter feito Tabucchi questão de, por honestidade e retidão, prefaciar a sua obra com algumas elucidações sobre a estrutura e contextualização literária e geográfica da mesma. Assim, partindo do espaço geográfico real do Arquipélago dos Açores e de uma viagem autêntica, “*Eu pus efetivamente o pé em terra, e este livro teve como origem (...) um período de tempo passado nos Açores*” (2013), como assevera Tabucchi na página 8, o escritor oferece-nos, como o próprio procura revelar, um texto ficcional, cujas temáticas emergem não apenas desse espaço verídico, mas, igualmente, de características pessoais que são intrínsecas ao autor e que o mesmo confessa. São elas a tendência de escrever de acordo com a sua “*índole*” (2013: 7), de apreciar “*cultivar ilusões*” (2013: 7) e de ter “*propensão para a mentira*” (2013: 8). Diz-nos tudo Tabucchi nesta confiança. O seu livro é um ato ficcional, uma criação de carácter artístico, baseada na imaginação, ainda que projetada a partir de dados reais.

À semelhança dos textos de literatura de viagens, como os define por exemplo Fernando Cristóvão, nas páginas de Tabucchi assomam viagens reais, enquanto deslocamentos ou percursos mais ou menos longos, bem como o que, por ocasião das mesmas, pareceu digno de registro: a descrição da terra, da fauna, da flora, de usos, de costumes, de crenças e de povos. Emergem também viagens interiores. Tudo filtrado pelos olhos de um “*italiano (...) sedento de histórias*” (Tabucchi, 2013: 84), que, “*depois de ter velejado durante muitos dias e muitas noites, [compreendeu] que o Ocidente não tem confim, continuando a deslocar-se connosco, e que podemos segui-lo enquanto nos aprouver sem nunca o alcançar*” (Tabucchi, 2013: 11).

No texto preambular, que ocupa três páginas, Tabucchi declara a sua afeição pelos “*honestos livros de viagens*” (2013: 7), *despertada exatamente por essa virtude que os mesmos possuem de “proporcionar um ‘algures’*

teórico e plausível ao nosso ‘onde’ imprescindível e concreto” (2013: 7). Repare-se na possibilidade georreferenciadora da literatura a que alude Rutherford no texto já mencionado. No entanto, adverte Tabucchi, impelido por uma “*elementar lealdade*” (2013: 7), que não deve o leitor esperar encontrar, no seu “*pequeno*” livro, um verdadeiro “*diário de viagens*” (2013: 7) por não considerar possuir o mesmo as qualidades necessárias para assim ser rotulado, ou seja, a indispensável “*tempestividade de escrita ou uma memória imune à imaginação que a memória produz*” (2013: 7). Todavia, também não ambiciona o desafetado escritor considerar este livro como páginas de “*pura ficção*” (2013: 7), demarcando-se de obras literárias como o livro do início do século XX, *Impressions d’Afrique*, de Raymond Roussel, o qual foi capaz de escrever “*sem nunca sair do seu iate*” (2013: 7), ou daquela que marca o imaginário dos leitores, quando falamos em naufrágios e baleias, a célebre obra de Herman Melville, *Moby-Dick* (1851).

Ainda no prólogo, Tabucchi refere os temas do seu livro, apontando, contudo, para a forma como os entende. Escreve então: “*Os temas que aborda são fundamentalmente as baleias, que, mais do que animais, parecem metáforas; e também os naufrágios (...) que parecem igualmente metafóricos*” (2013: 7), dando, dessa forma, pistas ao leitor para a compreensão da sua obra. Como assinala Rutherford no artigo já citado, *Mulher de Porto Pim e outras histórias* pode, em certa medida, ser considerado um livro de viagens, um guia para os Açores. Porém, serão sempre os Açores da memória e imaginação de Tabucchi, aquelas ilhas que são, acima de tudo, um arquipélago vulcânico e isolado que assoma no mar “*(...) qual diminuta espinha dorsal de um colosso desaparecido*” (Tabucchi, 2013: 11). Diz, ainda, Rutherford que as páginas do livro de Tabucchi se assemelham a uma declaração de amor a um lugar vivenciado e recriado: “*a love note to a place, or a eulogy of sorts*” (2013: 1). E acrescenta “*(...) like Tabucchi finding his way back to a place he loved and, in the process, creating it anew.*” (Rutherford, 2013: 1).

Não aparenta ter o texto prologal outro objetivo se não o de explicitar e justificar a obra e a sua estrutura, porquanto continua aclarando as mesmas. Sobre “*a passagem*” (2013: 9) que sucede ao texto inicial, intitulada “*Hespérides, Sonho em forma de carta*”, grafa Tabucchi dever-se a mesma a duas causas que enumera: primeiro, à leitura de Platão e, segundo, a uma viagem concreta entre duas localidades da Ilha do Faial (Horta e Almoxarife) feita numa “*vagarosa carreira*” (2013: 9). De tal forma o narrador viajante se mostra impressionado pelas ilhas açorianas que compara esse território ao mítico jardim das Hespérides, situado no extremo Ocidental do mundo²⁰³. Perturbou-o a paisagem e as condições climáticas, os habitantes e os “*deuses*” das fantásticas ilhas que emergem do “*mar ignoto (...) sem fim e sempre igual*” (Tabucchi, 2013: 11).

Ainda no texto introdutório, Tabucchi enfatiza duas das histórias do livro, as quais, conforme afirma, “*não seria de todo descabido considerar como ficção*” (Tabucchi, 2013: 8). Trata-se dos textos “*Antero de Quental, uma vida*” (pp. 39 a 45) e “*Mulher de Porto Pim, uma história*” (pp. 75 a 84). A primeira, contada “*segundo os cânones do hipotético*” (Tabucchi, 2013: 8), deve-a, conforme afirma, “*à sugestão de Octavio Paz de que os poetas não têm biografia*” (Tabucchi, 2013: 8). Por essa razão, a contou “*como se de uma vida imaginária se tratasse*” (Tabucchi, 2013: 8). A segunda partiu das “*confidências de um homem*” (Tabucchi, 2013: 8) que o escritor supõe ter encontrado “*numa taberna de Porto Pim*” (Tabucchi, 2013: 8). Relembremos que Tabucchi havia afirmado que o tema dos naufrágios, “*na sua aceção de atos gorados e fracassados*”, portanto no sentido metafórico do termo, era também fundamental no livro. E não são estas duas diegeses exemplos de vidas malogradas e frustradas?

Menciona ainda os textos “*Pequenas baleias azuis passeiam nos Açores, Fragmento de uma história*” (pp. 19 a 26), que considera “*como ficção orientada*” (Tabucchi, 2013: 9), e o brevíssimo texto que encerra o livro, antes do inusitado “*Apêndice Final*” (pp.89 a 95), intitulado “*Post Scriptum, uma baleia vê os homens*” (pp. 85-86). Duplamente inspirado, como nota o próprio Tabucchi, este último trecho de prosa poética surge, por um lado, estimulado pelo vício de “*espreitar o outro lado das coisas*” (Tabucchi, 2013: 9); por outro, inspirado pela poesia de Carlos Drummond de Andrade, a quem dedica o texto, poeta com quem aprendeu a “*ver os homens através dos olhos doloridos de um lento animal*” (Tabucchi, 2013: 9).

Temos vindo a dizer que este belo e imperdível livro pode ser lido como uma espécie de “*guia*” para os Açores, pelo menos para ‘*os Açores de Tabucchi*’, e que a obra é sem dúvida uma declaração de amor a um lugar

²⁰³ Camões situou esse mesmo jardim em outras ilhas então portuguesas: Cabo Verde.

que marcou o escritor. Contudo, ressalta também a imagem metafórica das baleias e dos baleeiros, temática que continua a fazer parte do imaginário e da memória coletiva deste arquipélago.

No livro desponta igualmente a elegia de uma atividade em extinção, assomando a baleia como arquétipo e premonição do fim dos baleeiros, como atesta o final do episódio *“Uma caçada”* (pp. 68 – 74). O *“mestre baleeiro”* (Tabucchi, 2013: 69), o senhor Carlos Eugénio, questiona o visitante sobre as razões que o levaram a participar naquela *“jornada”* (Tabucchi, 2013: 74). E o visitante, indeciso, responde: *“Talvez por estarem ambos em extinção (...) vocês e as baleias, julgo que foi por isso”* (Tabucchi, 2013: 74). Sente-se percorrer os textos uma profunda e taciturna compreensão face à atividade baleeira, brotando das descrições detalhadas do esforço e valentia dos homens numa faina que o escritor quis ver de perto para melhor compreender. Ao mesmo tempo, atinge o leitor a crueldade e frieza da matança, ponto de vista que nos é oferecido tanto pelo olhar do *“visitante”* como pelo das próprias baleias.

Uma imensa melancolia assoma na história da bela Yeborath, morta com um arpão, narrativa marcada pela intriga amorosa, pela prisão, pelo sentimento de traição e pela morte. É a história de um amor correspondido, contudo interrompido. Um amor sentido e verdadeiro, que terminou em tragédia à semelhança da morte de uma baleia: *“(...) a baleia, assobiando, levanta a cabeça completamente e respira; o jato que sibila pelo ar é rubro de sangue, no mar alastra uma poça vermelha e um borracheiro de gotas purpúras, trazidas pela brisa, chega até nós e suja-nos o rosto e a roupa”* (Tabucchi, 2013: 72).

Tabucchi escreve sobre os Açores e as baleias, sobre a forma como a vida do arquipélago e dos seus habitantes foi condicionada, durante muito tempo, por estes mamíferos majestosos. E revela igualmente a sua admiração pela natureza e a grandiosidade desses cetáceos. No texto *“Alto Mar”*, as recordações de histórias, os conhecimentos científicos, as experiências dos baleeiros e as considerações do viajante aparecem para caracterizar essa *“doce raça de mamíferos”* (Tabucchi, 2013: 52) e todo o discurso aflora comparando e contrapondo Homem e Baleia. Em muito estes *“mamíferos, que têm como nós sangue vermelho e o leite”* (Tabucchi, 2013: 52), se parecem com o Homem, salvo em dois aspetos cruciais: a sua sensibilidade e o seu temperamento. As baleias são muito mais sensíveis, porque nelas o sangue, *“a força do mundo superior”* (Tabucchi, 2013: 52), *“que nós temos às gotas, foi-lhe prodigalizado à torrente”* (Tabucchi, 2013: 53). E são *“animais pacíficos”* (Tabucchi, 2013: 58).

As páginas referentes a *“Uma Caçada”* (pp. 69 a 74) colocam num sublime e terrível frente a frente o Homem e a Baleia que acaba vencida: *“Por fim, a grande cabeça emerge e ouço agora o grito da morte, um lamento agudo como um sibilo, estridente, pungente, insuportável. A baleia está morta, flutua imóvel”* (Tabucchi, 2013: 73). A adjetivação usada deixa transparecer a impressão que a atividade baleeira causa no autor. Notem-se as imagens do soberbo mamífero, da luta Homem / Baleia, durante a *“caçada”* (o verbo usado é caçar e o texto intitula-se *“uma Caçada”*), e, depois, o inspirado e belíssimo texto *“Post Scritum, Uma baleia vê os homens”*, no qual, à semelhança de Carlos Drummond de Andrade, Tabucchi relata a forma como *“os dolorosos olhos”* de uma baleia veem os homens. Neste brevíssimo, mas significativo escrito, onde a imagem do homem se contrapõe à da baleia, o ser humano assoma *“sem a imponência das formas bem acabadas e plenas”* (Tabucchi, 2013: 85). Os entes que *“Surgem deslizando sobre o mar (...)”* (Tabucchi, 2013: 85) assomam, aos olhos da baleia, como seres frágeis, *“sempre ofegantes”* (Tabucchi, 2013: 85) e agitados, que *“infligem a morte com fragilidade e uma ferocidade graciosa”* (Tabucchi, 2013: 85) e *“aos quais falta a perfeição dos (...) sons essenciais: chamamento, amor, pranto do luto.”* (Tabucchi, 2013: 85). Acrescenta-se ainda: *“percebe-se que são tristes”* (Tabucchi, 2013: 86).

A afável e compreensiva visão de Tabucchi perante a atividade baleeira desprende-se, uma vez mais, das ideias de fragilidade e tristeza dos humanos. Ainda que a possa considerar, sob o ponto de vista do ser caçado (que o autor eleva à condição de ser pensante), uma atividade torturante e cruel, Tabucchi compreende a importância dessa prática para a subsistência das populações e para a economia das ilhas. Do mesmo modo, compreende a visceral ligação dos açorianos a esse ofício. A confissão de Lucas Eduíno, passagem da narrativa *“Mulher de Porto Pim, Uma História”*, é extremamente significativa a esse respeito: *“Tu sabes o que é a traição? A traição, aquela verdadeira, é quando sentes vergonha e querias ser outra pessoa. Eu desejava ser outra pessoa quando me fui despedir do meu pai e os olhos dele me seguiam, enquanto eu enfiava o arpão na bainha do oleado e o pendurava num prego da cozinha (...). Resolvi mudar de ofício, disse-lhe rapidamente (...)”* (Tabucchi, 2013: 81).

Ao longo de décadas, a dimensão épica da caça à baleia nos Açores inspirou Tabucchi à semelhança de muitos outros escritores, artistas, historiadores e jornalistas. Referindo apenas alguns escritores, basta lembrar Raul Brandão e o livro de 1926 *Ilhas Desconhecidas*; ou *Mau tempo no Canal*, escrito em 1944 por Vitorino Nemésio, obra que é, segundo Martins Garcia, citado por Dorez (1999), “a síntese de todas as ficções [do escritor] e o remate de toda a idiossincrasia açoriana”. Ou, ainda, *Mar pela Proa* de Dias de Melo, escritor que afirmava: “Sou escritor. Português – porque sou cidadão do meu País, Portugal. Açoriano – porque sou cidadão dos Açores. Mas, mais restritamente e acima de tudo – sou um escritor do Pico. Da minha Ilha, da minha Terra. E, porque sou Povo – do Povo da minha, da nossa Ilha, da minha, da nossa Terra. Boa parte dos meus livros aqui, na nossa Ilha, na nossa Terra, se situa. Do Povo, do nosso Povo, são os modelos da grande maioria das personagens que neles vivem.”²⁰⁴

O tratamento que a temática recebe em escritores como José Martins Garcia, Álamo Oliveira ou Manuel Ferreira Duarte é já o da distanciação. Por exemplo, no conto “*Não é para me gabar*”, de Álamo Oliveira, do livro *Contos com desconto* (1991), a caça à baleia pertence definitivamente à memória. A efabulação e o imaginário estão já nitidamente numa fase pós-baleação.

Seguindo a tese de Urbano Bettencourt no ensaio “*Baleação na narrativa Açoriana*”, os temas da baleia e da baleação surgem, na Literatura, através de dois tipos de olhares: um olhar interior, de que acabámos de dar alguns (poucos) exemplos, e um olhar exterior. *Mulher de Porto Pim e Outras Histórias* de António Tabucchi exemplifica esse olhar ‘de fora’ de uma atividade açoriana em declínio, irremediavelmente a caminho da fixação absoluta no imaginário e na memória.

4. BIBLIOGRAFIA

BETTENCOURT, Urbano (1995). “A baleação na narrativa açoriana (e duas ou três ‘fugas’)”. In *O Gosto das Palavras II* (Leituras e Ensaios). Ponta Delgada: Jornal de Cultura, pp. 57 - 70.

BRANDÃO, Raul (2011). *Ilhas Desconhecidas*. Quetzal Editores. ISBN: 9789725649398.

CABRAL, Carla (2003). “Os contos de Álamo Oliveira: os novos caminhos do conto.” *Forma breve* 1. P. 163-178

CRISTÓVÃO, Fernando (2002). “Para uma Teoria da Literatura de Viagens”. In: CRISTÓVÃO, Fernando (Org). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens – Estudos e Bibliografias*. Coimbra: Almedina.

DOREZ, Victor Rui (1999). “Baleia na literatura de expressão açoriana”. In *Enciclopédia Açoriana Centro de Conhecimento dos Açores*.

Disponível em <<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5534>>. Consulta a 23 / 07 / 2015.

GARCIA, J. M. (1978). *Vitorino Nemésio, a obra e o homem*. Lisboa, Arcádia.

Governo dos Açores (s. d), *Roteiros e Cultura dos Açores, Personalidades, Dias de Melo*. Presidência do Governo. Direção Regional da Cultura. Informação disponível em <<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/roteiros/2012820155556.pdf>>. Consulta a 24 / 07 / 2015.

MENDONÇA, Fernando (1994). “Álamo Oliveira, contos com desconto.” *Colóquio Letras*, n.º 134, outubro. Pp. 155-156.

NEMÉSIO, Vitorino (2004). *Mau tempo no canal*. Relógio D'Água. ISBN: 978972708792.

PEREIRA, João Pedro, Nicolau Ferreira e Sérgio B. Gomes (2012). “Morreu Tabucchi, o escritor italiano que escolheu Portugal”. *Público*, 25 / 03. Disponível em <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/morreu-o-escritor-italiano-antonio-tabucchi-153932>>. Consulta a 25 / 06 / 2015.

RUTHERFORD, Ethan (2013). “‘The Woman of Porto Pim,’ by Antonio Tabucchi: This unclassifiable and wildly inventive book will transport readers to an isolated Azores archipelago”. Disponível em <<http://www.startribune.com/review-the-woman-of-porto-pim-by-antonio-tabucchi/207799401/>>. Consulta a 25 / 06 / 2015.

²⁰⁴ Informação disponível em <<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/roteiros/2012820155556.pdf>>, p.4. Consulta em 24/07/2015.

S.A. (2002). "Antonio Tabucchi, traduttore di Fernando Pessoa è il simbolo della difesa dei diritti civili". Milano, 18.11.2002, © Copyright 2001-2002 itallibri.net, Milano. Disponível em <<http://www.italialibri.net/autori/tabucchia.html>>. Consulta a 04 / 06 / 2015.

TABUCCHI, Antonio

(1994). *Donna di Porto Pim e altre storie*. (2013) *Mulher de Porto Pim e Outras Histórias*. Alfragide: Leya. SA, 1.ª Edição BIS, ISBN :978-989-660-244-4.

SILVA, Luzia Batista de Oliveira (2009). "O MITO DO DUPLO NO FILME NOTURNO INDIANO / THE MYTH OF THE DOUBLE NIGHT INDIAN MOVIE". *Travessias 09*, ISSN: 1892 – 5935. revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/4104/3227. Pp. 487 – 504. Disponível em <https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=noturno+indiano+filme>. Consulta a 04 / 06 / 2015.

VILA-MATAS, Enrique (2003). "Los Tabucchii". Disponível em <<http://www.letraslibres.com/revista/tertulia/los-tabucchi>>; o retrato de Vila-Matas é de Pablo Gallo>. Consulta a 02 / 06 / 2015.

5. BRITES ARAÚJO, ESCRITORA, GRACIOSA, AÇORES, AICL



BRITES ARAÚJO



MOINHOS 2014



MOINHOS 2014

TEMA 3.1.3. O Traço Insular Em Cecília Meireles – POR BRITES ARAÚJO

Nascida, como se sabe, no Brasil, numa geografia que se foi fazendo do litoral para o interior e onde o traço continental moldou História e imaginário, Cecília Meireles deixou-nos, surpreendentemente (ou talvez não), uma obra poética fortemente marcada pelo mar e por uma mundividência em muitos aspetos insular.

Conhecidas as suas raízes açorianas e os laços que manteve com poetas e escritores destas ilhas (só a troca epistolar com Armando Côrtes-Rodrigues ascende a 180 cartas), facilmente se tendeu a encontrar nessas raízes e nesses laços ecos de uma *açorianidade* que, pese embora nos faça honra, não é de todo consensual, ou tão pouco legitimada pela consanguinidade que mantemos com a escritora carioca.

Já em 1947, ou seja, 15 anos após o célebre texto em que Nemésio usa, pela primeira vez, a palavra *açorianidade*, o Dr. Ruy Galvão de Carvalho não resistiu a associá-la à poesia ceciliana, num artigo publicado no XXXIII vol. da revista *Ocidente*, a que deu o título de “*A açorianidade na poesia de Cecília Meireles*”.

Abra-se, então, um parêntesis para apurar, sucintamente e na medida possível, *açorianidade* e a carga vivencial que lhe está associada: em 1932 (quando ainda se julgava que as ilhas teriam sido descobertas em 1432) pediram a Vitorino Nemésio um texto comemorativo do achamento. Nesse texto, publicado na revista *Insula* e célebre pela ideia de que nos Açores a Geografia vale tanto como a História, Nemésio usa pela primeira vez o termo *açorianidade* para se referir à sua experiência pessoal de afastamento da ilha e ao que dela resulta na sua consciência de açoriano. O Prof. Machado Pires, em *Páginas Sobre Açorianidade* (2013), refere-se-lhe assim: “(...) na *açorianidade* ecoam ressonâncias afetivas individuais.

É a condição de viver e sobretudo ser ilhéu dentro e fora do Arquipélago. É a ilha em que se nasceu, a infância que se teve, fique-se ou não na ilha de origem. É uma ‘Alma’ que se transporta toda a vida. Assim a transportou Vitorino Nemésio, que criou o termo, aplicado à sua experiência de ilhéu ‘desterrado’ da sua ilha”.

Deixando de lado a minha convicção de que se o tempo é espírito em *fiéri*, a *açorianidade* é um conceito em *fiéri*, importa que Cecília nunca viveu nos Açores e apenas por uma vez visitou a ilha da mãe e dos avós (S. Miguel, a que por diversas vezes alude como a sua *Ilha do Nanja* – e.g. “Pastoral V” e “Ilha do Nanja”). Apesar disto, a presença de uma relação íntima com o mar, o uso de uma imagística e de uma semântica fortemente marcadas pelo elemento marinho, onde a nostalgia e a solidão pontuam, ou ainda o recurso a uma linguagem que remete amiúde para a ilha e para a insularidade, são questões incontornáveis na poesia ceciliana, pelo que há que reconhecer, de facto, a existência de aspetos da sua vida e da sua obra que legitimam uma incursão pelo que de inegavelmente insular e açórico existe no seu universo poético.

Não sendo essa insularidade de natureza geográfica ou histórica, ela decorre de um conjunto de circunstâncias que incluem, desde logo e em primeiro lugar, a infância da escritora e a construção do seu imaginário; em segundo, a procura e manutenção de laços com a literatura e com escritores deste lado do Atlântico, entre os quais os açorianos Armando Côrtes-Rodrigues e Vitorino Nemésio; e em terceiro, o “*isolamento interior*” que tanto procurou e com que foi dando forma e voz ao seu lirismo e construindo o sentido profundamente simbólico da sua insularidade. A esse isolamento, simultaneamente imposto e aceite, olhou-o sempre como algo de precioso na salvaguarda de uma personalidade e de uma visão do mundo excepcionais:

" [...] *por mais que me submeta a esta disciplina da terra, bem vejo pela cara com que os outros me contemplam que levo comigo alguma insígnia especial [...]. Uns não me querem, por me acharem melhor, outros por pior, e quase todos por diferente. Mas tudo é muito suportável, porque não vou querendo nada, apenas peço que me deixem passar [...]*". (Notícia biográfica. In: *Poesia Completa*, org. Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. P. 83).

Nesta perspetiva, como já referi, o traço insular de que falo não admirá, então, de um ilhamento física e geograficamente vivido, historicamente situado, mas da natureza da mundividência ilhoa, que em Cecília se constitui transtemporal pela convivência com um mar aprendido de memória e com um imaginário que muito cedo foi sendo povoado por histórias de brumas, de temporais e de naufrágios, de ilhas e de barcos a partir e a chegar. Um imaginário que segue, ainda, os caminhos da convivência também com uma espiritualidade e com um misticismo que se foram alimentando da sua solidão interior e abrindo espaços à alquimia do espírito do eu-lírico com o espírito das coisas.

Dessa experiência, diz Cecília:

" [...] *Tudo quanto, naquele tempo [infância], vi, ouvi, toquei, senti, perdura em mim com uma intensidade poética inextinguível [...]. Minha avó, com quem fiquei, depois de perder minha mãe, sabia muitas coisas do folclore açoriano, e era muito mística, como todos os de S. Miguel [...]*"

De facto, órfã de mãe desde os três anos de idade, Cecília ficou entregue aos cuidados da avó materna, D. Jacinta Garcia Benevides, micalense natural da Fajã de Baixo, mulher de crenças e conhecedora do folclore das ilhas, com suas lendas e superstições, música e cantigas; da tradição literária oral, com seus cancioneros e teatro popular; do misticismo das nossas gentes e da sua religiosidade, de que, aliás, ela própria partilhava. No convívio com esta avó, absorveu Cecília as ilhas e delas se apossou nesse tempo fundador e de que nos fica marca indelével que é a infância. Isso mesmo transparece nas palavras que proferiu, no Aeroporto de Santa Maria, a 23 de novembro de 1951, ou seja, na véspera da sua primeira e única presença física em S. Miguel:

“Se me perguntarem o que me traz aos Açores, apenas posso responder: a minha infância [...] o romanceiro e as histórias encantadas; a Bela Infanta e as bruxas; as cantigas e as parlandas; o sentimento do mar e da solidão; a memória dos naufragos e a pesca da baleia; os laranjais entristecidos e a consciência dos exílios.

A dignidade da pobreza, a noção mística da vida, a recordação constante da renúncia, o atavismo cristão. [...] (“Saudação aos Açores”. In: *Antologia Poética* (seleção e prefácio. de David Mourão Ferreira e Francisco da Cunha Leitão), Lisboa, 1968.)

Em resumo, e como afirma Ana Maria Lisboa de Mello (“Memória dos Açores na escrita de Cecília Meireles”, *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 47, n 4, pp. 381-386, out / dez 2012), “*o legado familiar, transmitido pela avó, torna-se constitutivo da sua formação [...] como um lastro a sustentar a construção interior*”.

Outras circunstâncias, entretanto, viriam concorrer para que a escrita de Cecília se fizesse tão profundamente insular. Se a sua ligação, por de mais conhecida, com escritores e com diversas revistas literárias deste lado do Atlântico (como *Presença*, *Ocidente*, *Távola Redonda*, *Lusíada*, *Mundo Português*, entre outras) a mantiveram sempre muito próxima da portugalidade, a amizade e a troca de correspondência que manteve com

os açorianos Nemésio e Côrtes-Rodrigues, sobretudo com este (a quem cognominou de *Almirante Almanxar* – invencível, em árabe - e a quem deu a missão lírica de fundar o “*reino flutuante da poesia*”), viriam solidificar e avivar ainda mais a sua mundividência insular, a sua herança açórica, o seu imaginário povoado por elementos tão próximos daqueles que inquietam o desejo ilhéu de viagem, e motivam a sua vocação solitária, mística e universal. E, final e inevitavelmente, contribuir para a tentação de estender o manto da *açorianidade* à sua escrita.

Voltemo-nos então para ela, para a sua escrita, em concreto, começando por um pequeno excerto de “Crónicas da Ilha do Nanja” (1982):

“Apenas uma vez visitei a minha Ilha -herança obscura, propriedade remota, inalienável, usufruto de outros, que a julgam sua, que não sabem da minha pessoa nem dos meus títulos. A Ilha, porém, é totalmente minha, por um direito mais decisivo e profundo que o das fórmulas jurídicas.”

Neste trecho, como em diversos outros trechos e poemas, Cecília grafa *Ilha* com maiúscula, dando-lhe, deste modo, um valor único, arquetípico e místico. Esta *Ilha do Nanja*, que a poeta reivindica totalmente sua, será um meio-lugar entre a ilha real dos antepassados e aquela que, aprendida com a avó, foi sendo transmutada pelo imaginário e pelo poder demiúrgico da palavra. E se por breves momentos ela remete para o referente, logo regressa à sua dimensão mítica e primordial:

“Nédias vacas, encaracoladas ovelhas, arroios sussurrantes... Os carros pesados de frutos redolentes... Os barcos de pesca... As procissões pisando ruas de flores... Tudo isso é a ilha do Nanja: mas a ilha do Nanja não é nada disso. É muito difícil de explicá-la, pois certamente ela é o que não é; sua beleza não está no que se vê, nem sua riqueza do que suas terras e águas possam produzir (...) É a minha Ilha, naquele oceano!”

A Ilha do Nanja (note-se que *nanja*, advérbio informal caído em desuso, significa *não, nunca, ou não-já*), para Cecília “é o que não é”, ecoando por coincidência (ou talvez não) o célebre oximoro pessoano do mito fundador: “*O mito é o nada que é tudo*”. De resto, como bem nota a Prof. Margarida Maia Gouveia no seu ensaio “*As viagens de Cecília Meireles*” (2001), a vinda da escritora a S. Miguel assemelha-se a um périplo ulissiano, com que paga o seu tributo à avó, por ela regressando à sua Ítaca e emprestando à viagem e à ilha ainda maior valor simbólico e mítico.

Avançando para outros aspetos da escrita ceciliana ligados ao traço insular que aqui se discute, não posso deixar passar sem nota a ideia de *fatum* que a ele se liga.

Nas últimas estrofes de “Beira Mar”, incluído em *Mar Absoluto e Outros Poemas*, lê-se:

“ [...] porque isto é mal de família, // ser de areia, de água, de ilha... // E até sem barco navega // quem para o mar foi fadada. // Deus te proteja, Cecília, // que tudo é mar – e mais nada.”

O “mal de família” e o ter sido fadada para o mar não deixam muitas dúvidas quanto ao que de *fatum* transparece nestes versos, e que é condição que vamos encontrar noutros poemas seus. Ligado frequentemente à “voz do sangue”, este fado segue uma ancestralidade de onde resultam, fatalmente também, o apelo do mar, o amor à viagem, o chamamento do longe e da distância e até mesmo o misticismo e espiritualidade de que tenho falado, sempre tão presentes na obra de Cecília e tão ao jeito do modo de ser açoriano.

Detendo-me ainda na ideia de *fatum* e no apelo das origens, lembro as primeiras estrofes de “Mar Absoluto”, um dos poemas que talvez melhor os expressem:

*“Foi desde sempre o mar,
E multidões passadas me empurravam
Como barco esquecido.*

*Agora recordo que falavam
Da revolta dos ventos,*

*De linhos, de cordas, de ferros,
De sereias dadas à costa.*

*E o rosto de meus avós estava caído
Pelos mares do Oriente, com seus corais e pérolas,
E pelos mares do Norte, duros de gelo.*

*Então, é comigo que falam,
Sou eu que devo ir.
Porque não há ninguém
Tão decidido a amar e a obedecer a seus mortos. [...]*

Repare-se na semântica forte de verbos como “empurrar”, “dever” e “obedecer”: ser empurrado é mais forte do que ser levado; dever implica a consciência de obrigatoriedade, de dívida; obedecer significa aceitação. Repare-se, ainda, na substituição do pretérito imperfeito do indicativo das três primeiras estrofes pelo presente do indicativo nas últimas três e note-se como aquelas se ligam a um passado que não está encerrado e que se projeta, como uma obrigação assumida, num presente profundamente comprometido com aquele mesmo passado.

Se bem que ecoando a inevitabilidade do fado de “Beira Mar”, aqui Cecília revela-se-nos consciente da busca de um tempo identitário e essencial, pois que, ainda que possam evocar as origens dos seus antepassados açorianos, estes versos convergem para uma realidade poética que ultrapassa o que conhecemos das suas raízes e que transfigura, pela força dos símbolos, o mar que conhecemos, os avós micalenses, a ilha que aprendeu na infância. Ou seja, se é certo que os avós açorianos de Cecília têm origem a mares mais a oriente e mais a norte, o elemento transtemporal, o apelo desse *mar absoluto* e também a fatalidade da missão

(“[...] Então é comigo que falam, sou eu que devo ir [...]”) não se esgotam na mera confirmação da ancestralidade que lhe conhecemos, antes a levam a outros mares e a uma ancestralidade que se funde nos primórdios de uma memória de raiz. Ela mesma lembra “[...] o mar que me mandam não é apenas este mar. [...]”

Neste sentido, parece claro que Cecília parte, de facto, de um imaginário ilhéu açoriano, desde a infância confessadamente povoado pelas histórias da avó materna, D. Jacinta Garcia Benevides, mas que transcende esse imaginário no sentido da união com o Universo.

Desta forma, “[...] não haverá ninguém, // tão decidido a amar e a obedecer a seus mortos [...]” como ela própria diz, mas também, digo eu, tão profundamente consciente de que esses mortos recuam no tempo até se fundirem no ilhéu arquétipo, nessa inquietude primeira, que busca o horizonte largo do mar e por ele se transforma em *homo Viator*: “[...] Para adiante! Pelo mar largo! // Livrando o corpo da lição frágil da areia! // Ao mar! – Disciplina humana para a empresa da vida!” (“Mar Absoluto”)

Finalmente, e porque falei, algures, em espaços abertos à alquimia na poesia ceciliana, faço notar que o apelo do mar ganha, em Cecília, um fascínio tal que o eu-lírico progressivamente se torna na natureza desse mar. É, de resto, aqui que reside a grande distância relativamente a uma realidade insular concreta.

Cecília não se contenta em admirar uma natureza plástica, brava, grande e livre; tão pouco em navegá-la apenas, em busca de outras terras: antes, procura e saboreia uma proximidade tão completa que pressupõe o *diluir-se* nela:

[...] Não me chama para que siga por cima dele, // nem por dentro de si: // mas para que me converta nele mesmo [...]

O mar de Cecília não é apenas, então, o mar físico e concreto, o tal que aprendeu com a avó. Neste a escritora encontra o ponto de partida, a génese desse outro mar, o mítico, o que é solidão absoluta, tempo inteiro, eternidade lúdica, gratuita e perfeita:

" [...]

*Recordo minha herança de conchas e âncoras
E encontro tudo sobre-humano.
E este mar visível levanta em mim
Uma face espantosa.*

[...]

*Célula azul sumindo-se
No reino de um outro mar:
Ah! Do Mar Absoluto!"*

Termino, se me permitem, deixando uma saudação pessoal a Cecília, onde quer que ela esteja:

Deus te abençoe, Cecília, que tudo é mar – e mais nada!

6. **CHRYS CHRYSTELLO, AICL / AGLP / UTS, SYDNEY / NAATI, CANBERRA, AUSTRÁLIA**



Chrys CHRYSTELLO.



POESIA, GRUTA DE CAMÕES MACAU 2011



BRAGANÇA 2008



MACAU 2011



RIO 2010



SEIA 2014

TEMA 3.1 AÇORIANIDADES – poesia açoriana contemporânea

A música tradicional açoriana tem a sua génese nos primeiros povoadores, na sua maioria portugueses, que trouxeram consigo os seus costumes e as suas trovas. A poesia açoriana é, desde esse início, muito mais marcada pela natureza, ou seja, tem ligação ao meio-ambiente. Esses agentes diferenciais inseridos na Poesia Açoriana revelam a verdadeira face do ilhéu, tão singular em cada uma das nove Ilhas. Alguns dos mais representativos poetas açorianos fazem parte do acervo cultural da Língua e Literaturas lusófonas.

A Poesia Açoriana contemporânea, além das características que lhe conferem o estatuto de “poesia insular”, é um labirinto. É quase impossível entender uma obra como a de Roberto Mesquita ou Pedro da Silveira sem conhecer, ao menos de vista, o meio físico natural (a paisagem, desde logo) onde essas obras foram pensadas e escritas. Os vulcões e terremotos vividos e às vezes vencidos, a emigração do seu povo, a solidão atlântica de cada ilha, a frequência com que esses sentimentos de insularidade, de separação e partida, se manifestam, modelam a açórica idiossincrasia.

De Antero a Nemésio e outros mais contemporâneos, há um itinerário a explorar poeticamente daquilo que se produziu nos mares açorianos. A poesia mantém a sua forte ligação arquipelágica, mas em muitos casos só se transcende quando dialoga culturalmente com todas as Ilhas do mundo. Há sempre uma vivência açoriana imbuída da busca pela saudade, pela memória, pela reconstrução, com mais ou menos angústia, queixumes, lirismo.

Em muitos poemas notam-se marcas da emigração, da insularidade e rumores da açorianidade que é a alma do ser açoriano, que emerge na sua obra artística e se revela no seu ser. Exprime a génese de um ser açoriano que, sujeito a condicionantes de ordem geográfica, ao vulcanismo, terremotos, e à “insularidade”, criou respostas às suas ambições e combateu as adversidades que lhe foram criadas. Espelha também as suas manifestações culturais e religiosas populares, a sua idiossincrasia, e os falares tão distintos de ilha para ilha, tudo isso conferindo-lhe uma verdadeira identidade açoriana. É na voz destes autores que vos lego a minha interpretação da sua açorianidade.

COMUNICAÇÃO

Em nove belas Ilhas no meio do Oceano Atlântico, nasceram grandes vultos da cultura. A música tradicional açoriana tem a sua génese nos primeiros povoadores, na sua maioria portugueses, que trouxeram os seus costumes e as suas trovas. A poesia açoriana é, desde esse início, muito mais marcada pela natureza, ou seja, tem ligação ao meio-ambiente.

Eduardo Lourenço²⁰⁵, defende que “a identidade só se define na relação com o outro (...) e só o que subsiste através da sucessão dos tempos confere sentido ao conceito de Identidade”. Esse sentido, esses agentes diferenciais inseridos na Poesia Açoriana revelam a verdadeira face do ilhéu, tão singular em cada uma das nove Ilhas.

²⁰⁵ Em Portugal como Destino,

A Poesia Açoriana contemporânea é um labirinto sendo quase impossível entender Roberto Mesquita ou Pedro da Silveira sem conhecer, ao menos de vista, o meio físico natural (a paisagem, desde logo) onde as suas obras foram escritas. Os vulcões e terremotos vividos e às vezes vencidos, a emigração do seu povo, a solidão atlântica de cada ilha, a frequência com que esses sentimentos de insularidade, de separação e partida, se manifestam, modelam a açórica idiossincrasia.

De Antero a Nemésio e aos mais coevos, há um itinerário poético a explorar que mantém a sua forte ligação arquipelágica de uma vivência imbuída de saudade, memória, reconstrução, com mais ou menos angústia, queixumes, lirismo. Em muitos poemas notam-se marcas da emigração, da insularidade e rumores da açorianidade que é a alma e gênese do ser açoriano, que emerge na sua obra artística e se revela no seu ser, exprimindo condicionantes de ordem geográfica, de vulcanismo, dos sismos.

Essa “insularidade” criou respostas às suas ambições e combateu as adversidades que lhe foram sendo criadas, espelhando as suas manifestações culturais e religiosas, a sua idiossincrasia, e os seus falares tão distintos de ilha para ilha. Essa mesma identidade foi transportada para os quatro cantos do mundo, mas sobretudo para EUA, Canadá e Brasil, sem jamais negar a “açorianidade” que subjaz em toda a produção artística, principalmente na literária e poética.

Considerem-se as linhas orientadoras da visão de mundo, noções e conceitos que forjaram aspetos predominantes e caracteristicamente temáticos: o mar, a prevalência animista que informa e enforma a visão do mundo – a do ilhéu é distinta do continental -, as imagens emergentes dos espaços, a solidão a vencer, a insularidade. Não se é ilhéu impunemente.

Como Nemésio escreveu,

[...] a geografia, para nós [ilhéus], vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias, temos dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos olhos mergulham no mar. “

“Mas o que é isso de poesia açoriana?”

Que atributos são esses que definem um poeta açoriano? Que predicados, que qualidades, que condão definem os poetas açorianos? Será geografia, biografia, linhagem genealógica ou mera questão de latitude e longitude? Muitos opinam que a poesia, como toda a literatura, deve apenas ser julgada pelo seu valor simbólico e estético, e nunca, mas nunca, por qualquer pormenor geoestratégico que aparentemente lhe retira a universalidade e a transcendentalidade.

Evoquemos as já distantes, mas ainda acutilantes palavras de Onésimo Teotónio de Almeida na sua obra *A Questão Da Literatura Açoriana*.

*Embora haja quem suponha estéril o debate sobre a existência ou não de uma **literatura açoriana**, pessoalmente vejo nele uma riquíssima mina de elementos — dados, ideias, perspectivas, conceitos, especulações, interpretações, explicações, análises — que refletem mundividências, posições teóricas sobre estética, pontos de vista sobre uma realidade humana num espaço geográfico específico (os **Açores**) de muitos dos melhores nomes das letras dos **Açores**. Seria injustificável ignorar-se simplesmente a recorrência dessa questão sem se ver nela algo mais profundo do que um mero debate semântico. Ainda que se queira negar-lhe a importância das consequências, há causas e motivos para o seu aparecimento e ressurgimento cíclico que nenhum observador atento ou estudioso minimamente interessado poderá desdenhar.*²⁰⁶

²⁰⁶ Onésimo Teotónio Almeida, in *A questão da literatura açoriana*, 1983

Martins Garcia afirmava²⁰⁷

*Considero que existe, de facto, uma **literatura açoriana** com caráter de autonomia em relação à literatura portuguesa. [...] um conjunto de obras literárias que veiculam a mundividência típica do **Homem açoriano**. Considero que essa mundividência corresponde a um condicionalismo geográfico e histórico. Considero que essa mundividência não comporta limites temáticos, nem se liga a questões de diferenciação linguística, nem a questões essencialmente políticas, nem (muito menos) a qualquer tipo de regionalismo.*

Partilho de uma ideia paralela pois acolho como premissa o conceito de açorianidade formulado por **José Martins Garcia** que,

«...por envolver domínios muito mais vastos», admite a existência de uma literatura açoriana «enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência».

Já Nemésio escrevia:

" [...] Quisera poder enfeixar nesta página emotiva o essencial da minha consciência de ilhéu. Em primeiro lugar o apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar.

Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo habitat a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. Um dia, se me puder fechar nas minhas quatro paredes da Terceira, sem obrigações para com o mundo e com a vida civil já cumprida, tentarei um ensaio sobre a minha açorianidade subjacente que o desterro afina e exacerba."²⁰⁸

Por seu turno Machado Pires define-a assim:

A açorianidade é, uma experiência global e abrangente, que irrompe no quotidiano da vivência coletiva e individual e se projeta nas artes e na literatura. São seus pilares na literatura um Roberto de Mesquita, poeta simbolista florentino (Almas Cativas), e a vasta obra açoriana, portuguesa e universal de Vitorino Nemésio, que «transportava no seu íntimo uma [a sua] ilha»²⁰⁹ E que tudo referenciava e media em função do seu microcosmos matricial insular. Importantes aproximações à insularidade açoriana deram nos homens como Leite de Vasconcelos²¹⁰ e Raúl Brandão,²¹¹ entre outros.

Escrevemos²¹² que «a Açorianidade é a alma que se transporta quando se emigra, como também aquilo que de cada um de nós se espera quando nós vivemos fora. A ilha em que nascemos é um eixo do Cosmos, uma pequena-pátria, um mundo de referências matriciais [...], um ponto de regresso ideal, uma Ítaca em que cada um é o Ulisses da sua própria e secreta mitologia». Resultante de um achado linguístico feliz, esta insere-se num conceito mais vasto de atlanticidade, nascida da solidariedade cultural entre os povos que planeadamente circularam entre as margens do Atlântico.

Antero escreveu aos quinze anos:

“...nunca me pude conformar com a ideia de entrepor as vastas solidões do Oceano entre mim e a terra que me viu nascer...”

²⁰⁷ J. Martins Garcia, Diário de Notícias / suplemento «Cultura», 1983/06/16.

²⁰⁸ (Vitorino Nemésio, "Açorianidade", in: Insula, Número Especial Comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, nº 7-8, julho-agosto, Ponta Delgada, 1932. p. 59.)

²⁰⁹ (Ortega y Gasset)

²¹⁰ (Mês de Sonho),

²¹¹ (As Ilhas Desconhecidas),

²¹² (Palavras de Abertura, Atas, Congresso do Centenário da Autonomia, 1895-1995, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995)

Termino evocando Octávio Paz²¹³ sobre a leitura de poemas: “O poema é uma obra sempre inacabada, sempre disposta a ser completada e vivida por um novo leitor” ou então o que escreveu Eduardo Bettencourt Pinto no posfácio de Nove rumores do mar

“a poesia apela ao esforço comum num círculo de mãos dadas, enredando a ilha que cada um é testemunha, instante a instante, em todos os recantos do mundo. Porque só através da Arte a voz do Ser não cessa, se torna em húmus e deserto noturno (PINTO, 2000, p. 162).

A apresentação que se segue percorre excertos aleatórios de poetas que os colóquios da lusofonia têm vindo a privilegiar.

É na voz destes 15 poetas que vos lego esta minha interpretação da sua açorianidade.

a. ÁLAMO OLIVEIRA – MAR COM POETA DENTRO. - LUCIANO

o corpo da ilha não tem nome
próprio de quem se rodeia de orvalhos antigos.
quando navega não tem
rumo nem destino.
no cais a penumbra branca desce
sobre a viagem adormecida.

desconhece-se que poeta foi ver o mar por dentro.
mas sabe-se quem grafitou com sonhos
os muros da solidão.

(IN) NOVE RUMORES DO MAR ANTOLOGIA DE POESIA AÇORIANA CONTEMPORÂNEA

b. JOANA FÉLIX - POEMA ALEGRE - CHRYS

Quero um poema
alegre que traga
silêncio.

Quero um silêncio
Alegre que traga
Poesia.

Mas quero sobretudo
A alegria da poesia
no silêncio.

IN CADERNOS DE ESTUDOS AÇORIANOS CADERNO # 20 - EDIÇÃO JUNHO 2013

c. PEDRO DA SILVEIRA – ILHA - SU

Só isto:
O céu fechado, uma ganhoa
pairando. Mar. E um barco na distância:
olhos de fome a adivinhar-lhe à proa

Califórnia perdidas de abundância.

A ILHA E O MUNDO (1952) IN FUI AO MAR BUSCAR LARANJAS - LIVRO 1

²¹³ O poema é uma obra sempre inacabada, sempre disposta a ser completada e vivida por um novo leitor. O poema é uma obra sempre inacabada, sempre disposta a ser completada e vivida por um novo leitor Signos em rotação, editora perspectiva são paulo 1996

d. NATÁLIA CORREIA – A EXALTAÇÃO DA PELE - CONCHA

Hoje quero com a violência da dádiva interdita.
Sem lírios e sem lagos
e sem o gesto vago
desprendido da mão que um sonho agita.
Existe a seiva. Existe o instinto. E existo eu
suspensa de mundos cintilantes pelas veias
metade fêmea metade mar como as sereias.

IN 'O SOL NAS NOITES E O LUAR NOS DIAS

e. EDUÍNO DE JESUS – DA FLOR DO ARCO-ÍRIS - LUCIANO

Da flor do arco-íris as pétalas

da flor do arco-
-íris as pétalas
caem no mar ao longe abertas
 que um delíquio espasma
e o marítimo aceno
da asa de um barco
instila na alma
 como um veneno
o ingénuo sonho

2ª ED IN Os SILOS DO SILÊNCIO POESIA (1948-2004). LISBOA: IN-CM, 2005: 117. 128

f. VASCO PEREIRA DA COSTA. “ROSE ERA O NOME DE ROSA” - CHRYS

A mãe disse não mais
não mais eu não mais tu filha
não mais nomes na pedra do cais
não mais o cortinado da ilha
Não mais Rosa sejam Rose agora
não mais névoas roxos ais
não mais a sorte caipora
não mais a ilha não mais
Porém Rose o não mais não quis
e quis ver a ilha do não mais
o cortinado roxo infeliz
os nomes na pedra dos cais
Pegou em si e foi-se embora.
Não mais Rose. Rosa outra vez agora.

MY CALIFORNIAN FRIENDS. GÁVEA BROWN, PALIMAR ED

g. BRITES ARAÚJO – XVIII - SU

Se me amanheço manhã,
Ou queria dizer sol, seara, sorriso,
Logo me contenho
Ou então me contradigo,
Que há um rumor de choro
Nas palavras com que digo.

Se me ergo em beirais,
Ou queria dizer vida, vento, voo,
Logo me recolho
Ou então me penalizo,
Que há um pudor de luto
Nas palavras com que digo.
Se me alcanço em futuro,
Ou queria dizer peito, pátria, povo,
Logo me estremeço
Ou então me silencio,
Que há um ronco de breu
Nas palavras com que digo.

IN ANTOLOGIA 9 ILHAS 9 ESCRITORAS, AICL / CALENDÁRIO DE LETRAS 2014

h. JOSÉ MARTINS GARCIA - SIGNO INSULADO - CONCHA

o sofrimento está dentro da ilha
o sofrimento é da ilha
a ilha está no fundo dum poço
no fundo dum poço sofre uma ilha

o sofrimento está dentro do poço
o sofrimento é do poço
o poço está no fundo da ilha
no fundo da ilha sofre um poço

o poço secou no fundo da ilha
o sofrimento é a secura da ilha
a secura está no fundo dum poço
no fundo dum poço secou uma ilha

o mar está todo por fora da ilha
o mar é quanto não cabe na ilha
o mar é quanto não cabe no poço
no fundo do mar morreu uma ilha

enlouquecer é morrer numa ilha
na ilha morta no fundo do mar
no poço secura por dentro da ilha
no fundo do poço correto lugar

INVOCÇÃO A UM POETA E OUTROS POEMAS ANGRA, COL. GAIVOTA, 1984, P. 19).

i. EMANUEL FÉLIX – TRISTES NAVIOS QUE PASSAM - LUCIANO

Tristes navios que passam
na hora da nossa vida
na hora da nossa morte

escuros vasos de guerra
cargueiros tanques paquetes
brancos navios de vela

levam óleo levam ódio

luxo lixo das cidades
levam gente gente gente

deixam ficar nostalgia

tristes navios que passam
na hora da nossa morte
na hora da nossa vida

IN 121 POEMAS ESCOLHIDOS, P. 52

j. RENATA CORREIA BOTELHO – CHRYS

encosto a face à parede
mais triste do quarto, fiel
guardiã do sol posto.

o coração que me deixaste
é uma casa difícil de habitar.

IN RESUMO - A POESIA EM 2009, ASSÍRIO & ALVIM / FNAC, LISBOA, 2010, P. 119

k. URBANO BETTENCOURT – NAUFRÁGIOS - SU

“Fazer versos dói? Não!”
(...) O que dói é arrancá-los
assim ao próprio sangue como se um filho fora, erguê-los
à boca, dar-lhes um nome e nisso inscrever
a nossa morte. A nossa vida.”

(NAUFRÁGIOS INSCRIÇÕES: 25)

l. SUSANA TELES MARGARIDO, SOMENTE PARA TI CONCHA

Somente para ti
Criança desesperada
Em que o sorriso
É pouco mais que o nada
Que andas descalça no inverno
E tens os olhos naufragados fiz este poema
Não é pão nem agasalho
Não é sorriso forçado
Nem esperança p’ro futuro
É um símbolo de amizade
Uma mensagem de amor
Talvez não o compreendas
Pouco importa se assim for
Mas quero que um dia saibas
Que nesta noite gelada eu senti a tua dor

SUSANA TELES MARGARIDO, 1979

m. MANUEL ALEGRE, TANTO MAR, 214 CHRYS

²¹⁴ Pico 27.07.2006. A CRISTÓVÃO DE AGUIAR, JUNTO DO QUAL ESTE POEMA COMEÇOU A NASCER.

*Atlântico até onde chega o olhar.
E o resto é lava
e flores.
Não há palavra
com tanto mar
como a palavra Açores.*

n. CHRYS CHRYPELLO MAR E BRUMA 215 LUCIANO

todos os poetas
que escreveram sobre os açores
gastaram a palavra mar
e a bruma

a mim para escrever açores
resta-me a palavra
 amar
(INÉDITO 2015)

o. CRISTÓVÃO DE AGUIAR – NAUFRÁGIO –
[www.youtube.com / watch?v=uo5xbrMnA9A](http://www.youtube.com/watch?v=uo5xbrMnA9A)

A história que eu vou contar
ouvi-a na minha aldeia
onde à noite a voz do mar
murmura canções na areia.

História de pescadores
do cais negro da Pontinha
onde há grandes senhores
que bocejam à noitinha.

Foi o barco do Zé Tordo
partiu na noite para o mar
e na madrugada ao porto
o seu barco sem chegar.

Encheu-se a praia de gritos
de gente da minha aldeia
ao ver o corpo do Zé
trazido na maré cheia.

Ouvem-se vozes, coitado
cinco filhos e mulher
sem uma côdea de pão
sem um abrigo sequer.

E no enterro à viúva,
levando ao Zé muitas flores,

²¹⁵ (MOINHOS 18/7/2015)

prometeram-lhe a sua ajuda
o povo e os grandes senhores.

Mas dois anos já são passados
e na praia da minha aldeia
veem-se cinco crianças
brincando nuas na areia.

E da moral desta história
tirem vossas conclusões
uma família não
vive
só de boas intenções.

(CRISTÓVÃO DE AGUIAR, 1969)

SESSÃO DE POESIA (DA AUTORIA DO CHRYS)

534. AÇORIANICES 216 LUCIANO

disseram para falar de hortênsias
plantar a palavra mar e algum sal
lugares comuns de bruma
azáleas, camélias, novelões,
conceiras, milhafres e cagarros
e assim se cria um escritor açoriano

houve mesmo quem acreditasse
autores nasceram assim
nas Ilhas e na estranja
ganharam prémios, foto no Jornal
o governo pagava e promovia
era uma primeira açorianidade

desta janela de neblina
avisto o mar em desalinho
mas sem hidranjas
nem vacas alpinistas
nem açores a esvoaçar

não terei nome no basalto
cantarei o arquipélago da escrita
sem títulos nem honrarias
sem adjetivos telúricos
sem versos de rima quebrada

não é açoriano quem quer
mas quem o sente.

501 PARTIR - A UMA GALIZA LUSÓFONA)217 CONCHA

²¹⁶ 13 DEZ 2011

²¹⁷ À CONCHA ROUSIA s. *martinho do porto, setembro, 5, 1976/lomba da maia, açores fev.º 13, 2011*

partir!
cortar amarras
como se ficar fosse já um naufrágio
ficar
como quem parte nunca
partir
como quem fica nas asas do tempo
partir!
cortar grilhetas
como se viver fosse uma morte adiada
vencer ameias
cortar amarras
velas ao vento
olhar o mundo
descobrir liberdades
esta a mensagem
levar o desespero
ao limiar
até erguer a voz
sem medos
até rasgar as pedras
e o ventre úbere
semear desencanto
sorrir
à grande utopia
nascer
de novo
dar o salto
transpor a fronteira
entre o ter e o ser
imaginar
como só os loucos sabem
e então chegaste
com primaveras nos dedos
e liberdade por nome
loucas promessas insinuavas
despontaste
como quem acorda horizontes perdidos
demos as mãos
sabor de início do mundo
pendão das palavras por dizer
esta a revolução
minha bandeira por desfraldar

615. MAIS BRUMAS 218 SU MARGARIDO

eram de espuma
as palavras
eram de sal
as ondas

²¹⁸ 02 ago 2013

eram de gaze
 as nuvens
eram de orvalho
 as lágrimas
eram de névoa
 os montes
 o verde surreal
 as lagoas
eram de medos
 os vulcões
 e procissões
eram de espuma
 as Ilhas dos açores

510. LANCHA DO PICO²¹⁹ CHRYS

lá vem a lancha
 lá vem
traz imigrantes, viajantes
memórias vãs por limar
da terra, do fogo
do tempo sem prazo
da fome e do medo
das socas de milho
das pedras por maroiçar
votaram com os pés
fizeram-se ao mar
sem botes nem baleias
para a lonjura das amercas
novas vinhas por esmoutar

voltam abonados
impantes de dólas
sem sueras nem albarcas
ao rossio do mar
lampeiros, apatacados
emigrantes mendigos
de memórias por aparar
perderam as terras
ganharam o mar

lá vem a lancha
 lá vem
a bordo não traz ninguém
picarotos perdidos
 como só esta ilha tem
comem e bebem
reveem parentes
 e gente de bem
perdidos em tempos idos
repetem saudades dos entes

²¹⁹ (PICO, 9 AGOSTO 2011)

sabe-se lá de quem
apadrinham festas e procissões
pagam dízimos e promessas
missas por alma de quem partiu
emigrados em amarcanas missões

lágrimas da ilha que os repeliu
do sangue fizeram vinho
do magma medraram uvas
em terra de rola pipas
debouçam bocainas, traveses e jarões
plantam casas e novos luxos
nas Ilhas vazias de gente
com leiva de memórias idas
musgo de antepassados
à espera de filhos e netos
sem regressos nem partidas

lá vem a lancha
 lá vem
vazia
 já não traz ninguém

617. GEOMETRIAS, 220 LUCIANO

a elipse veio à janela
mordaz sorriu com malícia
lenta, descreveu um círculo
com um dichote brejeiro
triangulou um piscar de olho
e numa hipérbole sensual
com uma risada estrídula
sentou-se quadrada no meu colo

608. ELEIÇÕES²²¹ CONCHA

era tempo de eleições
políticos vinham e prometiam
a população aplaudia
acitava e acreditava
...
depois de contados votos
os políticos desapareciam
junto com as suas promessas
e o povo esquecido esperava
assim crendo na democracia
uma pessoa, um voto, uma promessa
repetiam a antiga escravatura
acreditando serem livres

²²⁰ 02 ago 2013

²²¹ 29 julho 2013

627. (À BRITES ARAÚJO), 222 SU MARGARIDO

imagino a brites araújo
de cravo e bandeira na mão
gritando a plenos pulmões
que a liberdade é merecida
que a rua é dos poetas
que o 25 de abril não é de todos
mas será sempre para todos
mesmo para aqueles que o negam

imagino a brites araújo
de manifesto e megafone na mão
declamando a poesia da alforria
das conquistas irreversíveis
quando os esbirros vierem
feitos controladores do pensar
sei que ela estará lá
e abrirá o peito às balas

e o sangue que jorrar
será poema e arma
e o corpo desvanecido
será escudo e estandarte
para que a liberdade não morra
nem haja estertor do povo
com ela será 25 de abril sempre

que ninguém nos cala
e a voz dos poetas
troça mais que a da bala

576 ONDE OS AÇORES NÃO VOAM – CHRYS

tu que nasceste açoriano
nem vais acreditar
onde os açores não voam
não bebi café em ouarzazate
não fui aos 2 mil anos de persépolis
não cacei leões na gorongosa
não comi chicharrinhos em rabo de peixe
não vi pedra nem os budas de bamiyan
nem vi índios de roraima
não fumei ganza nas praias de goa
nem fui em adoração a katmandu
nunca cheguei a machu picchu
nem a hotel de gelo nórdico
nadei na praia redonda da póvoa do varzim
na praia azul de espinho

²²² MOINHOS, 16/8/2013

no bidé das marquesas em s. martinho do porto
e de moledo a caminha a fãe e aos algarves
vivi em timor, macau e sydney
sonhei em lecidere em dili
nadei na areia branca
nos coqueiros e tacitolo
na bali de kuta beach e legian
em cheoc van de coloane macau
nadei em rotnest island perth
em bondi beach em sydney
port macquarie e byron bay
mergulhei na pattaya siamesa
na barreira de coral em hamilton
nas águas límpidas de daydream island
banhei as mãos em tijuca
queimei os pés em copacabana
as cataratas do niágara ensoparam -me
vi o sol a pôr-se na lapónia
e a nascer em bobonaro timor
vi sóis, luas, mares e céus
no faial, pico, corvo, na terceira, graciosa e flores
e nas 3 Ilhas santas dos açores
dormi fardado em mafra, tomar e leiria
à civil no amial, maria pia e campo lindo
sou de bragança sem lá ser parido
sou australiano sem lá ter nascido
carrego frações da galiza e do brasil
de minhotos e marranos
das cruzadas até áfrica onde nunca estive
e de todos esses locais
que terás de buscar num mapa
encontrei as tuas Ilhas

nelas serei açoriano até morrer.

620. AO ÁLAMO, 223 LUCIANO

nesta modorra matinal
parado na contemplação de mar
lendo murmúrios com vinho de missa ²²⁴
ignoro os corpos e as areias
olvido copos e sereias
e imagino que o mundo acabou
pode ter sido um asteroide
ou tsunami ou vulcão
e nós aqui na calma açoriana
sem saber nem sentir
continuamos a fruir a vida

²²³ MOINHOS, 11 AGO 2013

²²⁴ ÁLAMO OLIVEIRA, 2013

se o mundo acabasse agora
não daríamos conta

nem o padre raúl nos salvava
nem a professora Lucília o narrava

668 OUTRO CÉU 72 VIRGENS, 225 CONCHA

rafid caminha seguro
sob o seu fez ou taburch
sem tremores nem medos
entra calmamente onde o mandaram
abre a túnica e todos veem
o cinto de explosivos
sobre o cirwal (ceroulas)
e com este gesto
partiu
em busca de 72 barbies no céu

517. A ILHA DE TODOS OS MEDOS 226 SU MARGARIDO

uma ilha pode ser de todos
merece-a quem a habita
uma ilha pode ser de todos
os livros a quem os lê
a escrita a quem a fabrica
em relação de bordo²²⁷
na ilha de nunca mais²²⁸
raiz original e comovida²²⁹
com lágrimas de gente feliz²³⁰
estude-se a cor cíclame²³¹
na distância deste tempo²³²
quando Deus Teve Medo De Ser Homem²³³
e era o príncipe dos regressos²³⁴
em a sombra de uma rosa²³⁵
quando havia almas cativas²³⁶
no contrabando original²³⁷
estava o mar rubro²³⁸
de histórias ao entardecer²³⁹

²²⁵ Lomba da maia 23 janeiro 2015

²²⁶ (RIBEIRA QUENTE, POVOAÇÃO, 31 AGOSTO 2011)

²²⁷ Cristóvão De Aguiar

²²⁸ Fernando Aires

²²⁹ Cristóvão De Aguiar

²³⁰ João De Melo

²³¹ Maria De Fátima Borges

²³² Marcolino Candeias

²³³ Daniel De Sá

²³⁴ Eduardo Bettencourt Pinto

²³⁵ Eduardo Bettencourt Pinto

²³⁶ Roberto De Mesquita

²³⁷ J. Martins Garcia

²³⁸ Dias De Melo

²³⁹ Fernando Aires

exaltem e reeditem
o lavrador de Ilhas²⁴⁰
nas escadas do império²⁴¹
marinheiro com residência²⁴²
plantador de palavras vendedor de lérias²⁴³
que foi ao mar buscar laranjas²⁴⁴
e eu fui ao pico e piquei-me²⁴⁵
à boquinha da noite²⁴⁶
nos silos do silêncio ²⁴⁷
em a ilha grande fechada²⁴⁸

era desta açorianidade
que vos queria falar
medram poetas nestas Ilhas
contistas, ensaístas,
novelistas, romancistas
narradores contadores,
dramaturgos, sonhadores

deixai-me hastear a bandeira deste povo
e gritar o que lhe vai na alma

uma ilha pode ser de todos
onde quer que se habite
deixai que a chame minha
quero-a só para mim
mãe de todas as filhas
mar de todas as Ilhas
ela pode ser de todos
a ilha de todos os medos

550. TIMOR NAS ALTURAS²⁴⁹ CHRYS

queria subir ao tatamailau
pairar sobre as nuvens
das guerras, do ódio, das tribos
falar a língua franca
para todos os timores

queria subir ao matebian
ouvir o choro dos mortos
carpir os heróis esquecidos

queria subir ao cailaco e ao railaco

²⁴⁰ J H Santos Barros

²⁴¹ Vasco Pereira Da Costa

²⁴² Urbano Bettencourt

²⁴³ Vasco Pereira Da Costa

²⁴⁴ Pedro Da Silveira

²⁴⁵ Álamo Oliveira

²⁴⁶ Dias De Melo

²⁴⁷ Eduíno De Jesus

²⁴⁸ Daniel De Sá

²⁴⁹ 15 JULHO 2012

consolar as vítimas de liquiçá
beber o café de ermera
reconstruir o picadeiro em bobonaro
tomar banho no marobo
ir à missa no suai
buscar as joias da rainha de covalima
passar a fronteira e voltar
chorar todos os conhecidos e os outros
e quando as lágrimas secassem
regressaria à minha palapa imaginária
à mulher mais que inventada
oferecer-lhe um pente de moedas de prata
percorrer as suas ribeiras e vales
sussurrar por entre as folhas do arvoredos
navegar nos seus beiros
rumar ao ataúro e ao jaco
desfrutar a paz e as belezas ancestrais
ouvir os tokés enquanto as baratas aladas voam
os insetos projetados contra as janelas
atraídos pela luz do petromax

a infância e a juventude são como uma bebedeira
todos se lembram menos tu

621. ST MARKS ROAD 2502013 CONCHA

parafraseando emanuel félix
pode-se amar uma casa?
sim, mas a casa nunca mais
será a mesma
e uma casa amada
jamais será esquecida

529. HOMENAGEM A NATÁLIA CORREIA 251 SU MARGARIDO

hoje
decididamente
vou escrever um poema
dedicado aos feriados
que nos roubaram
decreto
que todos os dias
feriados sejam abolidos
os dias da semana
também
e para não esquecermos
tais dias e feriados
se comemorem todas as datas
ao domingo
e seja domingo todos os dias

²⁵⁰ GARDENS ESTATE 43A, RANDWICK 12/8/2013

²⁵¹ 29 NOVEMBRO 2011

(e se nos convertermos ao catolicismo
não poderemos trabalhar ao domingo)

509 (MARIA NOBODY, 252 CHRYS E LUCIANO)

CHRYS

maria nobody
de todos ninguém

LUCIANO

de alguém
de um só
maria nobody
com body de jovem

CHRYS

maria só minha
assim te sonho
assim te habito

LUCIANO

maria nobody
de todos ninguém

CHRYS

maria nobody
mãe

amante
mulher

minha maria

LUCIANO

maria nobody
de todos ninguém
nem sabes a riqueza
que a gente tem

CHRYS

maria nobody
de todos ninguém
maria só minha
dos filhos também
maria nobody
mais ninguém tem.

583. DIA DA MÃE #2, À NINI,²⁵² **CHRYS**

LUCIANO

*maria nini de todos mãe
hoje é o teu dia
de filhos e filhas
do marido também
que não te sabia
mãe destas Ilhas*

²⁵² À maria mãe, pico, 9 agosto 2011)

²⁵³ 5 maio 2013

que te querem bem

CHRYS

*mãe rima não tem
pois mãe rima bem
quando rima com mãe
mãe é tão sublime
que rima apenas com mãe*

LUCIANO

*maria nini de todos mãe
disse um poeta
mãe não tem rima
é claro que rima tem
com carinho e amor
com este poema também*

CHRYS

*maria nini de todos mãe
com sofrimento e dor
com lágrimas e beijos
emoção, alegria, cor
meu prazer e desejos
mãe de rimas é cheia
mulher das minhas folias
até à última ceia*

LUCIANO

*maria nini de todos mãe
nascida em lisboa
sem rei nem coroa
neste mundo oco
cheio de djangos
cheiras a coco
sabes a morangos
casada em sidney
como sempre sonhei
a mais bela cidade
sem som de tangos*

CHRYS

*maria nini de todos mãe
propagas açorianidade
poetas sem idade
prosadores das Ilhas
que amas como filhas
na prosa e na poesia
na fé e na heresia*

*maria nini de todos mãe
hoje é o teu dia
nesta academia
canto a tua história
até ficar rouco
até ficar louco
na tua glória
maria nini de todos mãe*

527. LEONOR SEM VERDURA NEM FRESCURA²⁵⁴ CHRYS E LUCIANO

LUÍS VAZ DE CAMÕES LUCIANO

Descalça vai para a fonte
Leonor pela verdura;
Vai fermosa, e não segura.

Leva na cabeça o pote,
O testo nas mãos de prata,
Cinta de fina escarlata,
Sainho de chamelote;
Traz a vasquinha de cote,
Mais branca que a neve pura.
Vai fermosa e não segura.

Descobre a touca a garganta,
Cabelos de ouro entrançado
Fita de cor de encarnado,
Tão linda que o mundo espanta.
Chove nela graça tanta,
Que dá graça à fermosura.
Vai fermosa e não segura.

CHRYS VALE TOSTÕES

Descalça vai para a farra
Leonor pela noitinha
Vai trémula pela cocaína

Leva preservativo na calcinha
Pílula do dia seguinte na bolsinha
Tanga de fina seda encarnada
Minissaia de cabedal rascote
Não usa sutiã no decote
A pele branca que nem neve pura
Vai trémula pela cocaína

Cantarola já rouca a garganta
Cabelo desgrenhado
Bandolete china de plástico usado
Tão pedrada que a todos espanta
Engole o ecstasy de graça tanta
Que dá graça à pouca gordura
Vai trémula pela cocaína

7. CONCHA ROUSIA, AGLP / AICL, GALIZA



LAGOA 2009



PDL 2013



VILA DO PORTO 2011



Gruta de Camões MACAU 2011



LAGOA 2012



SEIA 2013-14

²⁵⁴ 16.11.2011

CONCHA ROUSIA (CONCHA Rodríguez PÉREZ),

TEMA 2.7 A LÍNGUA MATERNA E PSICOTERAPIA: USANDO MAIS DE UMA LÍNGUA EM PSICOTERAPIA COM FAMÍLIAS BILINGUES

A língua é um recurso de comunicação e não só com um grande poder nos processos de tratamento psicológico. A psicoterapia é com grande diferença mais efetiva, até duas vezes mais segundo a maioria dos estudos realizados sobre o tema, quando esta é levada a cabo usando a Língua materna da pessoa em tratamento psicológico. Por tanto a língua na que se realizam os tratamentos psicoterapêuticos é uma variável essencial do tratamento; e mais ainda no mundo atual tendente a famílias multilingues. O bilinguismo, tanto de indivíduos quanto de famílias é uma realidade a cada vez mais comum e mais estendida, e é, portanto, uma realidade que o profissional da psicoterapia não pode ignorar.

Porém este fato não tem aumentado muito o interesse nem a atenção dos profissionais da psicoterapia, mas sendo conscientes da importância da aquisição da linguagem para o desenvolvimento da identidade das pessoas, o psicoterapeuta deveria entender os diferentes tipos de bilinguismo e como estes podem afetar ao processo terapêutico. Devemos tomar em grande consideração a carga emocional associada com o uso da língua materna e com o uso das línguas adquiridas com posterioridade. É importante considerar a mudança de língua no curso do tratamento como uma ferramenta terapêutica.

1. Introdução

Uma das características mais distintivas dos seres humanos é a transmissão de cultura de uma geração para outra. Central neste processo é a língua. A língua, porém, não é uma simples ferramenta para a aquisição e transmissão de cultura; até certo ponto, língua é cultura. A língua pode ser considerada como ‘a coisa’ da humanidade. Alguns teóricos têm argumentado que, de fato, a língua é o maior contributo na formação da identidade. Por exemplo G.H. Mead (1934) propôs que o *self* surge à medida que o indivíduo internaliza as atitudes do grupo ao que pertence. Contudo, esse processo de internalização é alcançado unicamente através da partilha de significado, o que só é possível com o compartilhamento de um sistema de símbolos comum – uma língua. A hipótese de Sapir e Whorf, desde uma perspectiva diferente, propõe que a língua não é um sistema de comunicação, senão que é uma forma de ver o Universo (Whorf, 1936).

Vygotsky na sua pesquisa para explorar “*os aspetos internos da linguagem*” chega a afirmar que “*pensamento e linguagem resultam ser a chave para a natureza da consciência*” (1936: 256); o que significa que a língua não é menos importante do que o pensamento para criar a consciência. Chomsky (1972) ainda vai mais longe quando propõe que a linguística não é senão uma parte da psicologia. El acredita que os princípios da organização da linguagem são reflexos universais das propriedades da mente. Sem entrarmos na discussão das ideias de Chomsky, fica claro que a sua teoria coloca a língua no centro da mente humana.

Parece que qualquer interação humana que é baseada no uso da linguagem deve tocar aspetos de identidade. Pela mesma razão, se queremos entrar a considerar em profundidade a experiência humana, devemos dar grande atenção à linguagem.

2. Bilinguismo

Contrariamente ao que acreditam a maioria das pessoas, a maior parte dos seres humanos fala mais de uma língua. A maior parte dos habitantes da Europa, do Oriente Meio, África, e America Latina são bilingues (Marcos & Urcuyo, 1979) O bilinguismo está presente em quase que todos os países, em todas as classes sociais e grupo de idade; de fato, tem sido estimado que metade da população do mundo é bilingue (Grosjean, 1982). Muitos países, como os Estados Unidos de America, países de imigrantes, tem uma porção grande da população que tem o Inglês como segunda língua (Dicker, 1996).

Uma definição simples de bilinguismo é oferecida por de Zuleta (1990): Bilinguismo é a prática de usar alternativamente duas ou mais línguas (1990: 256). O bilinguismo pode ser classificado seguindo certas dimensões. Primeiro, bilingues subordinados, quando a sua competência linguística é diferente para as duas línguas. Bilingues proficientes, quando falam as duas línguas como a mesma competência de línguas nativas. Noutra denominação bilingue podem ser classificados como compostos ou coordenados, dependendo do contexto no que as línguas foram adquiridas.

Bilingues coordenados são aqueles que adquirem cada uma das línguas num contexto diferente, quanto que bilingues compostos aprendem as diferentes línguas no mesmo contexto. Bilingues coordenados caracterizam-se por ter independência linguística: a capacidade de manter e operar com dous sistemas linguísticos independentes. Este tipo de bilingues não tem simplesmente uma dupla de palavras para referirem-se a objetos ou experiências, eles têm uma experiência alternativa, e nem sempre congruente, do mundo interior (Marcos, 1976).

Bilingues podem também ser classificados em especializados e não especializados; segundo usem ou não uma língua exclusivamente num domínio particular; por exemplo, no lugar de trabalho, ou em casa, ou em certos contextos intelectuais. Aqueles que usam as suas línguas indistintamente, são não especializados (Marcos, 1976)

Definir o que constitui uma língua é em si mesmo complicado; Grosjean (1992) inclui falantes de diferentes dialetos na mesma definição de pessoa bilingue; os dialetos são muitas vezes vistos negativamente pelos falantes da versão “oficial” de uma língua particular. Este é por exemplo o caso do *Black English*; para muitos, esta variedade de Inglês falado em comunidades Negras é simplesmente incorreta, Inglês de baixo status (Roy, 1987), quando de fato é um veículo linguístico com gramática e fonética que é diferentes do Inglês standard e segue seu próprio padrão.

Sem dúvida, há alguns séculos o francês foi considerado como uma forma incorreta de Latim. E caberia aqui perguntar-se sobre o que pensam muitas pessoas sobre a variante de português falada no Brasil, e noutros lugares da Lusofonia. As línguas são dinâmicas, não são entidades estáticas, e evoluem da mesma forma que as comunidades de falantes evoluem culturalmente.

Outra variante fascinante de bilinguismo é a que se dá no caso das pessoas com deficit de audição que usam a linguagem de signos paralelamente com a língua da comunidade ouvinte na que vivem (quer na sua forma escrita quer lendo os lábios). O fato de que a maioria dos deficientes auditivos são bilingues (Grosjean, 1992), o qual é hoje universalmente aceitado, não foi sempre reconhecido no passado. Esta falta de reconhecimento da situação particular das pessoas surdas tem contribuído enormemente a incrementar os seus sentimentos de inadequação.

3. Bilinguismo e os seus conflitos

A discussão anterior leva a considerarmos o tema de se o bilinguismo tem um impacto positivo, negativo, ou neutro no desenvolvimento cognitivo. Os primeiros teóricos tinham a tendência a acreditar que o bilinguismo tinha um impacto negativo na aprendizagem e na cognição. Era assumido que uma pessoa só podia ser completamente desenvolvida em associação com uma única língua. E se postulava que um estado de confusão e interferência entre as diferentes línguas na pessoa bilingue, era inevitável (Titone, 1983).

Como quer que fosse, estas primeiras suposições são agora vistas como fundamentalmente enviesadas – o resultado de um pensamento etnocêntrico e colonialista, característico de tempos passados. A supressão ativa das línguas das minorias, normalmente com fins políticos, era vendida como uma vantagem para melhorar a educação. Como exemplo extremo mencionarei o “*Welsh stick*”, que era uma pesada peça de madeira pendurada de uma corda no pescoço de qualquer criança que fosse apanhada falando em galês na escola de Gales a princípios do século XX. Para maior e mais subtil crueldade, a forma de se librar do “*stick*” era passar-lho a um companheiro “delinquente” (Khleif, 1979).

Em contraste, contemporâneos e rigorosos estudos falharam consistentemente na hora de revelar qualquer efeito negativo do bilinguismo *per se*, no desenvolvimento cognitivo. Antes ao contrário, há evidências que

sugerem que o bilinguismo pode ser uma força positiva para a aprendizagem. Titone (1983) estudou um grupo de crianças, algumas delas bilíngues e outras monolíngues, usou o teste de Compreensão de Frases de Fraser e um teste sociométrico para medir o efeito do bilinguismo em socialização na infância. O estudo mostrou que não havia diferenças significativas entre os grupos. Apenas havia diferenças em os bilíngues serem mais escolhidos pelos seus companheiros como líderes de jogo. Outro estudo levado a cabo por Peal & Lambert em 1962 parece confirmar os efeitos positivos do bilinguismo.

Os autores estudaram crianças de dois anos de idade escolarizadas nas escolas de Montreal, comparavam os alunos bilíngues francês-Inglês, com os monolíngues falantes de Francês usando vários testes. Os seus resultados mostraram que os bilíngues obtinham melhores pontuações nos testes de competências tanto verbais quanto não-verbais. Os autores concluíram que não se pode saber o que veio primeiro, se era que as crianças mais brilhantes se tornaram bilíngues, ou se o fato de serem bilíngues favorecera o seu desenvolvimento intelectual. Em qualquer caso não havia dúvida da superioridade intelectual do grupo dos bilíngues.

Portanto, em geral, podemos dizer que há concordância entre os pesquisadores sobre o valor intrínseco do bilinguismo. Porém isto não significa que não exista conflito nenhum associado com o bilinguismo. O bilinguismo é com frequência acompanhado por fatores socioeconômicos e culturais que podem produzir conflitos. O típico exemplo é a situação dos imigrantes que chegam a um novo país e ocupam postos de trabalho mal remunerados. Estas pessoas são com frequência vistas pelos nativos monolíngues como os únicos exemplos de pessoas bilíngues; o que pode ajudar a identificar falsamente bilinguismo com classe social baixa (Grosjean, 1996).

4. *Aculturação e a Família Bilingue*

Aculturação pode ser definida como o processo de acomodação pelo que um indivíduo, membro de uma comunidade de imigrantes, se adapta à cultura de acolhida. Este processo inclui modificação dos hábitos, costumes, usos linguísticos, estilo de vida, e valores pelos que se orienta (Szapcznik, J., Scopetta, M.A., Kurtines, & Aranalde, M.A., 1978). Estes autores sugerem que a aculturação do indivíduo é um processo que varia em função da exposição à cultura de acolhimento. Este processo tem diferentes velocidades dependendo da idade e o sexo; sendo mais rápido nos mais jovens, e também nos de sexo masculino.

Quando a cultura de acolhida fala uma língua diferente da pessoa o processo de aculturação leva implícito o bilinguismo. Este fato tem implicações para a intervenção terapêutica com famílias, como mais adiante se tratará. Adiantando já que o psicoterapeuta habitualmente se encontrará com “famílias bilíngues” nas quais os membros exibirão diferentes graus de aculturação e com grandes diferenças na manifestação do bilinguismo. Por exemplo, os filhos e filhas podem ser proficientes bilíngues, quanto que os seus pais podem ser bilíngues subordinados, com uma menor competência na segunda língua. Por outro lado, os pais provavelmente façam um uso mais especializado das suas duas línguas do que os seus filhos.

A modo de exemplo, a típica família de imigrantes nos Estados Unidos pode incluir adultos que sempre falam espanhol ou vietnamita, etc., em casa, e falam um Inglês limitado no trabalho. Esta mesma família é provável que tenha filhos que usam perfeito Inglês fora de casa e usam ambos, Inglês e a Língua materna dos seus pais quando estão em casa. Uma boa ilustração disto é crianças que falam chinês com seus pais, mas usa o Inglês para se comunicarem entre irmãos ou quando estão vendo televisão. Na mesma família pode haver inclusive algum membro que inclusive seja absolutamente monolíngue, por exemplo um avô.

O grau diferente de aculturação é uma fonte importante de conflitos. Pode levar a disrupção familiar, e de fato alguns autores veem isso como a maior fonte de estresse nas famílias imigrantes (Szapocnik et al., 1978).

O status socioeconômico pode também estar relacionado no processo de aculturação. Um estudo australiano com estudantes de Liceu (Brochner, 1996) concluiu que o bilinguismo tinha um efeito positivo nos estudantes que funcionavam num ambiente intelectualmente estimulante, tanto em casa quanto na escola; o que se associava com uma classe socioeconômica entre média e alta. Por outro lado, tinha efeitos negativos nos

estudantes com menos estimulação intelectual, o que se correspondia tipicamente com famílias de baixo status socioeconómico.

Resumindo, o bilinguismo é muito mais comum do que habitualmente se reconhece. E mesmo não sendo conflituoso, frequentemente vai associado com outros fatores como imigração, aculturação, etc. que podem levar algum conflito associado. Algo a ter em conta na hora de trabalhar em psicoterapia com estas famílias bilingues.

5. Implicações do Bilinguismo para a Psicoterapia

Dada a importância da língua na experiência humana, e o aumento do número de bilingues no mundo, a terapia familiar não pode continuar ignorando o bilinguismo. A terapia familiar tem-se caracterizado em tempos recentes por um aumento na conscientização face a temas como o género, grupo étnico, classe social, etc. (Walters, Carter, Papp, & Silverstein, 1988). Neste sentido, a existência de famílias bilingues, e como oferecer serviços para as suas necessidades tem que ser considerado.

5.1.- Comunicação: Troca de conteúdos

O primeiro que preocupa o terapeuta que se enfrente a trabalhar com a pessoa ou a família bilingues é a qualidade da comunicação dos conteúdos a serem transmitidos. Em situações extremas nas que o cliente é altamente subordinado respeito da língua que comparte com o terapeuta, a comunicação pode ser materialmente impossível. Ora bem, a maior parte dos clientes bilingues são capazes de se comunicar na língua compartida com o terapeuta. Alguns autores sugerem que talvez seria uma boa prática derivar o cliente e a sua família a um terapeuta da sua mesma cultura ou usar um tradutor (de Zulueta, 1990). Usar um tradutor pode parecer estranho e a maioria dos terapeutas rejeitariam isso, que com certeza interferiria no processo de criação da aliança terapêutica. Porém existem experiências clínicas que mostram que de fato, o uso de tradutor não só funciona senão que nalguns casos é uma alternativa melhor do que usar a língua secundária do cliente.

Um estudo com norte-americanos de origem mexicana, bilingues, mas com o espanhol como língua principal, assistentes a terapia numa particular clínica em Los Angeles pode ser muito ilustrativo (Kline, F., Acosta, F.X., Austin, W., & Johnson, R. G., 1980). Para a primeira sessão, foi-lhes ofertado o uso de um tradutor, alguns aceitaram. Depois das sessões, os terapeutas, todos falantes de Inglês, e os clientes preencheram um questionário indicando o seu grau de satisfação com respeito da sessão. Em contraste com o ponto de vista dos terapeutas que consideravam que as sessões com tradutor tinham sido pouco úteis, o 76 % dos clientes que usaram tradutor expressaram sentimentos muito positivos e manifestaram a sua intenção de utilizar tradutor nas seguintes sessões. Por outro lado, os que não usaram tradutor manifestaram apenas satisfação num 40%.

A conclusão parece óbvia, se alguns clientes preferem tal aparentemente pouco natural situação terapêutica é porque há alguma coisa extremamente importante e poderosa no uso da língua materna, talvez alguma coisa que pertença ao campo das emoções transcendendo a experiência intelectual.

Que falar línguas diferentes implica experiências emocionais muito diferentes é fácil de perceber dum jeito intuitivo. Mas num contexto terapêutico o poder da língua primária amplifica-se como consequência da particular qualidade da comunicação envolvida. As emoções exprimidas podem ser, e amiúde são, mais importantes do que o significado verbal transmitido. No extremo, um poderia dizer que no estudo de Kline et al (1988) citado anteriormente, o tradutor estava a atuar como um autêntico coterapeuta, ou, pelo menos, como um importante facilitador do processo terapêutico.

Mas a utilização de tradutores comporta muitos conflitos e já foi criticada por muitos autores. Em primeiro lugar, é universalmente sabido que a tradução não pode transmitir toda a rica rede de significados da mensagem verbal. A tradução é sempre uma aproximação do depoimento original, na que muitos matizes se perdem (Oquendo, 1996). Além disso, a tradução amiúde inclui uma interpretação e distorção subtil da mensagem que pode fazer que o terapeuta se engane. O seguinte é um exemplo ilustrativo:

Terapeuta a um paciente falante de espanhol: “Sentes-te triste ou saudosos, sentes que a vida não tem valor algumas vezes?”

Intérprete ao paciente: “O doutor quer saber se te sentes triste e se gostas da tua vida”

Resposta do paciente: “Não, sim, sinto que os meus filhos precisam de mim, não posso render-me, prefiro não pensar nisso.”

Intérprete ao terapeuta: “Ela diz que não, ela diz que ama seus filhos e que eles precisam dela” (Marcos, 1979, p. 173).

Se a tradução é já mesmo difícil, quando trata dos assuntos melindrosos do âmbito da terapia, pode enfrentar-se a reptos mesmo mais difíceis. No caso extremo de indivíduos que padecem de pensamento desorganizado, a tradução pode virar totalmente confusa (Marcos, 1979). Poder-se-ia argumentar que um corpo de tradutores bem treinados, com uma certa sofisticação psicológica, poderia ser uma boa solução, mas evidentemente tais profissionais são muito escassos nos âmbitos da saúde mental (Bradford & Muñoz, 1993).

Outra possível solução é a utilização como tradutores de parentes ou amigos do cliente. Mas tais indivíduos são poucas vezes objetivos e podem tentar maximizar ou minimizar os problemas que se apresentam (Marcos 1979).

5.2. - Comunicação: Mudança experiencial:

Criou-se a expressão “desligamento emocional” para descrever a perda de emoção associada ao uso duma segunda língua, uma língua na que não se viveu uma experiência concreta. Uma coisa é adquirir uma Língua materna, envolvida em todos os passos do desenvolvimento emocional, particularmente através da infância e a adolescência, e uma outra muito diferente adquirir, mediante um processo racional, a gramática e o vocabulário de uma língua “estrangeira”. Uma segunda língua amiúde permanece intelectualizada e mesmo distante dos sentimentos (Rozensky & Gomez, 1983).

Por vezes, associam-se valores muito diferentes a cada uma das línguas. De Zulueta (1990) descreve um caso, uma família bilingue colombiana que atendeu em Londres. *“O marido se apresentou em Inglês como um homem corrente, descontraído, que parecia muito tolerante e amável com a sua mulher. Em espanhol, virou uma personagem de estilo “macho” sul-americano, muito poderosa, que se relacionava com a sua esposa dum jeito agressivo”* (p. 261).

O cliente mesmo procura por vezes um desligamento emocional dum jeito ativo, com o intuito de lidar com experiências emocionalmente carregadas que poderiam atingir uma intensidade ameaçadora, esmagadora, até. O cliente poderá então utilizar o salto de língua para regular a intensidade. Paradoxalmente, o terapeuta bilingue pode também utilizar o salto de língua como uma potente ferramenta terapêutica.

O seguinte trecho, tomado dum caso descrito na literatura, refere-se a um cliente com uma intensa ansiedade a respeito duma operação cirúrgica necessária à que não se queria submeter (Rozensky & Gomez, 1983):

P: Não quero fazê-lo, não quero ir ao hospital. Já estive no hospital muitas vezes para as análises e todo o demais.

T: Mas parece que o seu médico acha que é importante.

P: Sei-o, acho que deveria fazê-lo duma vez, mas não sei...

T: Faz ideia de por que lhe custa tanto?

P: (Silêncio). Não estou certo. Não sei como descrevê-lo.

T: Pode tentar?

P: É difícil, é tão difícil.

T: Pode tentar em espanhol?

P: (As lágrimas começam a cair) No quiero. Tengo miedo (silencio).

T: Medo de quê?

P: (Chorando intensamente) Que no voy a salir (p. 156)

Muitas situações terapêuticas incluem lembranças das que um só se pode aproximar na língua original na que aconteceram. Isto foi descrito como que algumas áreas da experiência pessoal do cliente são “específicas numa língua”. As lembranças geralmente pertencem a este âmbito (Sciarra & Ponterrotto, 1991).

De Zulueta (1995) descreve alguns casos chamativos nos que a carga emocional associada às distintas línguas utilizadas por um cliente bilingue atingiram extremos dramáticos. Um caso refere-se a um Inglês de 19 anos diagnosticado como hipomaniaco, no pavilhão fechado de um hospital psiquiátrico Inglês. Sabendo que a sua terapeuta era bilingue em Inglês e espanhol, um dia começou a falar com ela em espanhol, uma língua que o paciente estudara. Falando nesta língua, ele aparecia coerente, sem qualquer evidência de pensamento desorganizado. A autora afirma que não havia qualquer rasto da confusão que já observara quando o paciente falava em Inglês.

Seay Clauss (1998) descreve outro interessante caso que se refere a um jovem norte-americano original de Puerto Rico. Quando trabalhava com o cliente na sua segunda língua (Inglês), ele referia-se a eventos traumáticos dum jeito desapaixonado. Quando utiliza a sua Língua materna (espanhol), ele é capaz de aceder aos afetos associados a ditos eventos traumáticos.

Alguns autores já sugeriram que os indivíduos bilingues, quando utilizam alternativamente as suas duas línguas, ficam perto de manifestar duas personalidades ou identidades diferentes (Greenson, 1950; Ervin, 1964; Marc os et al., 1977). Esta fascinante ideia mereceria uma discussão mais extensa, mas as suas implicações ficam além dos objetivos deste trabalho.

Uma proposta

Por cima de todos os elementos mencionados, que operam sobre cada membro da família, impõe-se o facto do bilinguismo e a aculturação atingirem diferentes níveis nos diferentes membros. Isto dá lugar a uma situação muito complexa que, como já se disse, pode ser descrita com o termo família bilingue. O tratamento numa família bilingue pode-se considerar adequadamente aplicando duas ideias: A primeira, o / a terapeuta tem que ser bilingue, e a segunda, tem que utilizar ambas línguas simultaneamente durante as sessões, dependendo das circunstâncias concretas.

5.3. *Tratando a família bilingue*

Estas duas afirmações excluem claramente a ideia de simplesmente referir a família bilingue a um / a terapeuta que fale a língua principal da família e faça terapia nessa língua. De facto, a ideia numa língua principal da família deve ser descartada, até. A atitude muito comum de priorizar a Língua materna dos pais, assumindo que os filhos vão mesmo seguir a pauta sem qualquer problema está essencialmente errada. Esta atitude nega aos filhos a possibilidade de se exprimirem na língua da sua preferência e na que eles comunicam emoções muito importantes. Além disso, a experiência desta autora é que amiúde os filhos têm serias dificuldades para se exprimirem na Língua materna dos seus pais. Por vezes têm um léxico muito pobre e pode ser mesmo impossível para eles exprimir ideais e emoções complexas nessa língua. O exemplo a seguir é da experiência clínica da autora; os nomes foram mudados.

Uma família de El Salvador acudiu a terapia para tratar de problemas de disciplina com o filho mais velho, Roberto, um rapaz de 15 anos. O seu irmão, Daniel, de 11, e a sua irmã, Ana, de 8, também participaram nas sessões. Todos os miúdos nasceram nos Estados Unidos. As sessões foram inicialmente em espanhol, dado que os pais tinham um domínio muito limitado do Inglês, uma língua que eles nunca utilizavam para se comunicarem com os seus filhos. Nos filhos o Inglês era a língua dominante; o seu espanhol era da qualidade de falantes nativos, embora com recursos expressivos e lexicais muito pobres. Os miúdos participaram pouco.

Quando a terapeuta começou a utilizar o Inglês com eles, viraram algo mais participativos. Finalmente, começaram a lhe falar à terapeuta apenas em Inglês, e então a sua participação aumentou, particularmente no caso de Roberto. Ele resumiu os seus sentimentos sobre a situação com a frase: *“I just want to be left alone...”* (“So

quero que me deixem em paz...”). Esta expressão, carregada de matizes emocionais, não tem uma equivalência exata em espanhol. Além disso, o limitado espanhol de Roberto não lhe permite achar uma tradução exata. De facto, no percurso das sessões os pais exprimiram a sua preocupação pela falta de amor e orgulho dos seus filhos pela sua cultura e origem salvadorenhas. A afirmação destas preocupações dirigiu a discussão a falar dos assuntos relacionados com o biculturalismo e como era isto para os distintos membros da família. Roberto via-se a ele próprio como um americano chamado “Robert”. Daniel era mais bicultural, e os pais viam-se como exclusivamente salvadorenhas que moravam nos Estados Unidos. A filha mais nova ainda não tinha um conceito claro da sua identidade cultural.

Este exemplo ilustra o trauma associado ao inevitável processo de aculturação, que deixa os pais sem uma geração à que transmitirem a sua cultura. Também é um exemplo de “salto de língua” pelo / a terapeuta. A utilização de terapia bilingue é o jeito ideal de atingir todos os membros duma família bilingue. Com terapia bilingue, o terapeuta pode mesmo atuar como uma ponte entre pais e filhos. De facto, ele / ela pode converter-se num modelo de bilinguismo e biculturalismo, até.

5.4. Terapia bilingue e neutralidade

A terapia bilingue é o único jeito de manter a neutralidade durante a terapia com famílias bilingues, não parecendo que se toma partido por alguns membros da família sobre outros. No caso descrito, não havia qualquer hipótese de que Robert / Roberto se sentisse á vontade se a terapeuta utilizasse apenas o espanhol.

Também é necessário perceber que a língua é utilizada por vezes por alguns membros da família como um mecanismo de controlo.

O seguinte exemplo ilustra este ponto: Um casal estava a ser atendido por esta autora para tratar de problemas de comunicação marital. O homem, que chamaremos Alfredo, era um estudante de 27 anos do Uruguai casado com uma mulher norte-americana de 25 anos, Jennifer, também estudante. Eles conheceram-se no Uruguai, onde ela participava num programa de intercâmbio académico. O espanhol de Jennifer era praticamente da qualidade duma falante nativa. Aliás, o Inglês de Alfredo não era suficientemente bom para atingir o nível de comunicação necessário. Por conseguinte, as sessões de terapia tinham lugar em espanhol durante os primeiros encontros.

Todavia, a terapeuta logo percebeu que Alfredo parecia estar muito mais emocionalmente envolvido no processo que a sua mulher. A certa altura, a terapeuta dirigiu-se a Jennifer em Inglês: *“Perhaps it is not fair to ask you to speak in Spanish about these personal issues.”* (“Se calhar não é justo pedir-te para falar em espanhol sobre estes assuntos tão pessoais”). E ela respondeu, *“Yes, perhaps it is not fair”*, (“Sim, se calhar não é”) enquanto as lágrimas vieram aos seus olhos. *“How was it for you all this time having to use only Spanish in the session?”* (“Como foi para ti todo este tempo ter que usar apenas o espanhol na sessão?”). *“It was strange, it is like not being me, do not get me wrong, it is not like I am trying to be different or something, but somehow it seems like...unreal”* (Foi estranho, é como não ser eu, não me interpretes mal, não é que eu trate de ser diferente ou algo assim, mas dalgum jeito parece como...irreal”).

O seu marido apressou-se a dizer, em espanhol, que eles sempre falaram em espanhol quando moravam no Uruguai, e que daquela tudo parecia bem. Nessa altura Jennifer disse-lhe em Inglês, como se sentira ela realmente quando morava com os pais dele; até esse momento ela fora incapaz de exprimi-lo. O Inglês abriu-lhe a porta a emoções e sentimentos profundos. O Inglês compartilhado fez-se um vínculo entre a terapeuta e Jennifer, a terapia continuou em ambas línguas.

6. Language switching

O indivíduo bilingue, por vezes, salta do uso de uma língua ao da outra, um ato ao que já nos referimos como “alternância de línguas”. Este comportamento tem implicações muito mais profundas do que poderia parecer. Na tradição psicanalítica, o salto de língua tem sido interpretado como um jeito de manifestar resistência (Oquendo,

1996). Geralmente, a literatura psicanalítica considera o salto de língua do cliente como algo que não deveria ser encorajado, porque lhe dá ao cliente um autocontrolo do nível de ansiedade, permitindo-lhe escapar do trabalho da terapia (Buxbaum, 1949; Marcos & Urcuyo, 1979).

Sem criticar essas ideias, é preciso sublinhar que a terapia familiar representa um âmbito terapêutico claramente diferente ao que essas conclusões não podem ser diretamente extrapoladas. Primeiramente, no percurso desta discussão enfatizou-se o conceito de família bilingue, e por conseguinte, o salto de língua tem um valor e significado totalmente diferentes. A alternância de línguas é um padrão de comportamento natural numa família bilingue, acontece na vida diária da família, e consoantemente, é natural que aconteça durante a terapia.

Mas existe uma outra dimensão da alternância de línguas que afeta o terapeuta e que já foi apresentada. A alternância de línguas pode constituir uma formidável ferramenta terapêutica nas mãos do terapeuta. A alternância de línguas é uma ferramenta básica para a terapeuta que quer conetar com todos os membros da família. Esta prática permite usar em cada caso a língua que está conetada com os sentimentos e emoções mais profundos. Nas secções precedentes, apresentaram-se vários exemplos nos que o terapeuta iniciou trocas de língua.

Em cada caso, o seu uso teve potentes efeitos terapêuticos, por vezes rompendo uma situação de bloqueio ou facilitando o acesso a áreas emocionais conflituosas.

O uso do terapeuta da troca de língua pode também oferecer um modelo de bilinguismo. Enquanto o terapeuta troca o espanhol pelo Inglês, por exemplo, para dirigir-se a um filho adolescente, ele ou ela se calhar serão percebidos por todos os membros da família como um exemplo de uso bem-sucedido, equilibrado das duas línguas.

7. O terapeuta bilingue como um modelo de role de biculturalismo

Estendendo a ideia anterior, o terapeuta bilingue pode, de facto, ser um modelo de biculturalismo equilibrado para a família bilingue. O biculturalismo nem sempre inclui bilinguismo, mas a afirmação inversa não é certa. Até certo ponto, na maioria dos casos o bilinguismo está necessariamente associado ao biculturalismo. No caso duma família bilingue isto é sempre assim. O terapeuta bilingue não precisa ser bicultural na mesma medida que a família que está a tratar.

Em muitos casos o bilinguismo do / a terapeuta pode ser o resultado do estudo e aprendizado duma segunda língua. Mas a sua capacidade de interagir fácil e eficazmente com os mundos associados às duas línguas que estão a serem utilizadas constitui uma potente afirmação. Dana (1996) afirma que o biculturalismo sugere familiaridade com ambas culturas e a capacidade de funcionar aceitavelmente nos dous ambientes.

Os diferentes membros da família, particularmente os filhos, devem decidir qual identidade cultural abraçar: bicultural ou uma correspondente a cada uma das línguas familiares. Com certeza, o intuito do terapeuta não deverá ser influir na decisão, mas é importante amolecer o conflito associado a este processo.

Como já se afirmou, a identidade cultural e as questões relacionadas com a aculturação são uma importante fonte de conflito nas famílias bilingues. Agindo como um modelo de respeito pelas duas culturas e de capacidade de funcionar em ambas, o terapeuta provavelmente terá mais possibilidades de ter uma maior influência na família.

Conclusões

O bilinguismo é uma realidade muito frequente. No mínimo, há no mundo tantas pessoas bilingues quantas monolíngues. Devido a que a língua é um importante componente do desenvolvimento da identidade, os terapeutas deveriam por muita mais atenção à condição linguística dos seus clientes. O limitado da literatura sobre indivíduos bilingues é enganadora, pois fomenta a ideia de que o monolínguismo e os aspetos psicológicos associados a ele são a norma (de Zulueta, 1984).

Embora o bilinguismo não seja estressante *per se*, amiúde associa-se a aculturação, a emigração e a outras realidades socioeconómicas que podem estar acompanhadas de estresse e conflito. O termo “família bilingue” refere-se a famílias nas que o bilinguismo acontece, e transmite a riqueza e complexidade da sua realidade linguística. Tais famílias são particularmente propensas às tensões e conflitos mencionados. Idealmente, os terapeutas familiares que trabalham com famílias bilingues deveriam ser bilingues. Mas isto não é suficiente: os terapeutas familiares deveriam empregar as duas línguas, segundo for necessário, para atingir a conexão e neutralidade necessárias, e serem capazes de evitar o possível desligamento emocional dos clientes. A prática da troca de língua, se aplicada adequadamente, pode ser particularmente potente no processo da terapia familiar.

8. Referências

- Bochner, S. (1996). The learning Strategies of bilingual versus monolingual studies. *British Journal of Educational Psychology*, 66: 83-93.
- Bradford, D.T. and Munoz, A. (1993). Translation in bilingual psychotherapy. *Professional Psychology: Research and Practice*, 24 (1): 52-61.
- Buxbaum, E. (1949). The role of a second language in the formation of ego and superego. *Psychoanalytic Quarterly*, 18:279-289.
- Chomsky, N. (1972). *Language and Mind*. New York: Harcourt Brace Jovanovich Inc.
- Dana, R.H. (1996). Culturally competent assessment practice in the United States. *Journal of Personality*, 66 (3): 472-487.
- Dicker, S.J. (1996). Language in America: A pluralistic view. Colin Baker and Nancy Hornbergues Eds. Clevedon, UK: Multilingual Matters Ltd.
- Ervin, S. (1964) Language and TAT content in bilinguals. *Journal of abnormal and Social Psychology*, 68 (5): 500-507.
- Greenson, R.R. (1950). The mother and the mother tongue. *International Journal of Psychoanalysis*, 31: 18-23.
- Grosjean, F. (1982) *Life with two languages: An introduction to bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press.
- Grosjean, F. (1992). The bilingual and the bicultural person in the hearing and in the deaf word. *Sign Language Studies*, 77: 307-320.
- Grosjean, F. (1996) *Living with two languages and two cultures*. Inc: I. Paransis (ed). *Cultural and language diversity and the deaf experience*: Cambridge University Press.
- Khleif, B.B. (1979). Language as an ethnic boundary in Welsh-English relations. *International Journal of the Sociology and languages*, 20: 59-74.
- Kline, F. Acosta, F.X., Austin, W., and Johnson, R. G. (1980). The misunderstood Spanish-speaking patient. *American Journal of Psychiatry*, 137 (12): 1530-1533.
- Marcos, L.R. (1976) Linguistic dimensions of the bilingual patient. *The American Journal of Psychoanalysis*, 36: 347-354.
- Marcos, L.R. (1979) Effects of interpreters on the evaluation of psychopathology in non-English-speaking patients. *American Journal of Psychiatry*, 136 (2):71-174.
- Marcos, L.R., Eisma, J.E. and Guimon, J. (1977) Bilingualism and sense of self. *The American Journal of Psychoanalysis*, 37: 285-290.
- Marcos, L.R. and Urcuyo, L. (1979) Dynamic psychotherapy with the bilingual patient. *American Journal of Psychotherapy*, 33 (3): 331-338.
- Mead, G.H. (1934). *Mind, Self, and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Oquendo, M.A. (1996) Psychiatric evaluation and psychotherapy in the patient's second language. *Psychiatric Service*, 47 (6): 614-618.
- Peal, E., and Lambert, W. (1962) The relation of bilingualism to intelligence. *Psychological Monographs*, 76: Whole number 546.
- Roy, J.D. (1987). The linguistic and sociolinguistic position of Black English and the issue of bidialectalism: *Aspects of linguistic, cognitive, and social development*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Rozensky, R.H. and Gomez, M.Y. (1983). Language switching in psychotherapy with bilinguals: Two problems, two models, and case examples. *Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 20: 152-160.

Seay Claus, C. (1998). Language: the unspoken variable in psychotherapy practice. *Psychotherapy*, 35 (2): 188-196.

Sciarra, D.T., and Ponterrotto, J.G. (1991) Counseling the Hispanic bilingual family: Challenges to the therapeutic process. *Psychotherapy*, 28 (3), 473-479.

Szapocznik, J., Scopetta, M.A., Kurtines, & Aranalde, M.A. (1978). Theory and measurement of acculturation. *Interamerican Journal of Psychology*. 12: 113-130.

Titone, R. (1983), Psycholinguistic variables of child bilingualism: Cognition and personality development. *Canadian Modern Language Review*, 39: 171-181.

Vygotsky, L. (1986). *Thought and Language*. Cambridge: The MIT Press.

Whorf, B.L. (1936) The punctual and segmentative aspects of verbs in Hopi, *Language*, 12: 127-131.

Zulueta, F. De (1984). The implications of bilingualism in the study and treatment of psychiatric disorders: a review. *Psychological Medicine*, 14: 541-557.

Zulueta, F. De (1990). Bilingualism and family therapy. *Journal of Family Therapy*, 12: 255-265.

Zulueta, F. De (1995). Bilingualism, culture and identity. *Group Analysis*, 28: 179-190.

8. JOÃO MALACA CASTELEIRO - ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL) / AICL, PATRONO DESDE 2007



MAIA 2013

SEIA 2013

JOÃO MALACA CASTELEIRO licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado.

Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos Projetos de Investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É Professor Convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 Presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia.

Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de Mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a Tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia. Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a*

Expansão do Saber, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, A Língua Portuguesa em África e A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade.

Foi o coordenador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea e o responsável pela versão portuguesa do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Assumiu funções institucionais: Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como Português Fundamental, Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo, o Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo ou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.



MACAU 2011

MOINHOS 2014

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do Governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998.

A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

É **patrono dos Colóquios da Lusofonia** desde 2007 e um convicto defensor do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.

Foi nomeado ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA em outubro 2012.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL, PRESIDE À ASSEMBLEIA-GERAL

TOMOU PARTE EM TODOS OS COLÓQUIOS DESDE 2007 EM BRAGANÇA.

INTERVÉM NA SESSÃO DAS ACADEMIAS

TEMA RIQUEZA CULTURAL E SOBRIEDADE ESTILÍSTICA NOS ADÁGIOS POPULARES E NAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

9. JOSÉ PAZ RODRIGUES, (Académico da AGLP e Presidente da ASPGP) GALIZA, ÍNDIA



TEMA 3.1. “CECÍLIA MEIRELES, ADMIRADORA DE ROBINDRONATH TAGORE”, José PAZ RODRIGUES (Académico da AGLP e Presidente da ASPGP)

1. Introdução

Cecília Meireles (1901-1964) foi criada pela sua avó materna Jacinta, oriunda das Ilhas Açores. Esta grande poeta e educadora brasileira é sem dúvida alguma a maior tagoreana do Brasil, e ademais de admirar a Tagore também admirava a Gandhi.

Em 1953, participou em Nova Deli, convidada pelo Governo indiano presidido por Nehru, num congresso internacional dedicado a Gandhi, e recebeu a nomeação de *Doutora Honoris Causa* pela Universidade de Nova Deli, com 52 anos de idade. Estando no grande país asiático de 1 de janeiro a 6 de março desse ano, visitando também Goa.

A gestão de Cecília Meireles foi fundamental para que se organizassem representações teatrais tagoreanas e homenagens e exposições dedicadas a Robindronath.

Com tradução da própria Cecília, no mês de maio de 1949, foi representada no Teatro Municipal de Rio de Janeiro a obra *O carteiro do rei* (*The Post Office / Dakghor*). Para lembrar o centenário do nascimento de Tagore, o 7 de maio de 1961, num número especial do Jornal do Brasil, baixo a epígrafe “*Da Índia distante*”, escreveu o artigo titulado “*Homenagem a Rabindranath Tagore*”.

Já em 1962, para celebrar o centenário de Tagore, pela sua proposta, de forma cooperativa entre o Ministério da Educação e Cultura brasileiro e a Embaixada da Índia, organizaram-se atividades de homenagem a base de conferências e exposições.

Cecília Meireles traduziu à nossa língua várias obras de Tagore: *Mashi*, *A bela vizinha e outros contos*, sete poemas do livro *Purobi*, que Tagore lhe dedicara a Victoria Ocampo, e *O carteiro do rei*.

No mesmo ano (1962) publicou-se com a sua tradução, a obra *Çaturanga* (*Choturongo*) na coleção de prémios Nobel.

De nome completo Cecília Benevides de Carvalho Meireles, nasceu no Rio de Janeiro a 7 de novembro de 1901, e faleceu na mesma cidade a dia 9 do mesmo mês do ano 1964, com 63 anos de idade. Por isto eu quero lembrar a esta excelsa escritora nestas datas do presente mês, porque, junto com Rosália de Castro, a considero a melhor poeta do nosso belo idioma internacional, o galego-português. Cecília foi criada pela sua avó materna Jacinta, oriunda das ilhas Açores, pois com três anos faleceu-lhe sua mãe, e seu pai três meses antes de nascer. Com a ajuda de Pedrina, a cuidadora, ambas contavam contos e histórias a Cecília sendo criança, fatos e lendas das terras açorianas, ditos e cantares do folclore popular, o que muito influenciou na formação literária e sua criatividade da grande poetisa, considerada como a mais importante do país, e uma das maiores da lusofonia. Foi uma escritora excepcional, tanto em poesia como em prosa.

Escreveu infinidade de artigos em numerosas publicações periódicas. E também muita literatura infantil, da que foi considerada uma experta mundial. Com nove anos já recebeu uma medalha de ouro, com seu nome gravado, pelo seu grande esforço na escola primária.

Mais tarde fez na Escola Normal de Rio os estudos de magistério e foi uma grande educadora, seguidora dos princípios do movimento educativo da “Escola Nova”. Junto com Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Hermes Lima e Anísio Teixeira, Cecília divulgou na teoria e na prática por todo o Brasil, nos anos 30, os postulados pedagógicos deste importante movimento, que tinha nascido na Europa. E, especialmente, o de fomentar uma educação sem divisões de sexo, raça e religião, que também defendeu Tagore e aplicou na sua escola nova de Santiniketon.

Para poder aceder à cadeira de Literatura da Escola Normal de Rio de Janeiro, em 1929 defendeu a sua tese intitulada “O espírito vitorioso”, precisamente seguindo o modelo educativo da “Escola Nova”, mas o júri, injustamente, reprovou-a e não pôde ocupar a cadeira. Logo de 1930 a 1933, dentro da “Página da Educação” do *Diário de Notícias* de Rio de Janeiro, publicou nada mais e nada menos que 127 artigos variadíssimos sobre temas educativos, didáticos, de organização escolar, de educação social, renovação pedagógica e de política educativa, seguindo os postulados do movimento antes mencionado, ao que pertencia.

Todos eles são mesmo hoje de grande atualidade, e entre eles, por tagoreanos, quero destacar aqueles que falam de cooperação, educação e fraternidade universais, educação artística, o respeito pela vida, o ambiente escolar, os poetas como precursores do novo idealismo educacional e a paz pela educação. Todos podiam ser assinados pelo mesmo Robindronath. Sobre temas educativos continuou publicando depoimentos em outros jornais e revistas. Em 1934 organizou a primeira biblioteca infantil do país, e em 1935 começou a lecionar literatura lusobrasileira e técnica e crítica literária na Universidade Federal de Rio de Janeiro, ademais de dar cursos e ditar conferências em vários países como Portugal (nas universidades de Lisboa e Coimbra), Chile e USA, chegando a ministrar classes de literatura e cultura brasileira na Universidade de Texas.

2. PAIXÃO PELA ÍNDIA

Sendo adolescente começou a apaixonar-se pela Índia e sua cultura, e esta sensibilidade para o Oriente a manteve sempre durante toda a sua vida. Por isto na sua crônica “*Meus Orientes*”, chegou a dizer: “*O Oriente tem sido uma paixão constante na minha vida (...) pela sua profundidade poética que é uma outra maneira de ser da sabedoria*”. Nos inícios de sua carreira de escritora, em 1920, participou na corrente literária chamada “espiritualista”, dentro da que destaca o grupo da revista *Festa*, com os seus máximos representantes Tasso da Silveira (1895-1968) e Tristão de Ataíde, pseudónimo de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), amigos de Cecília e também admiradores de Tagore.

Sem embargo, a nossa escritora e educadora nunca desejou estar filiada a nenhum movimento literário, embora estivesse próxima ao simbolismo e depois ao modernismo. Segundo Cristina Gomes, a sua poesia é intimista e reflexiva, com tono filosófico, de profunda sensibilidade feminina.

A vida, o amor e o tempo são os temas recorrentes de seus poemas, estando também presente nos seus escritos a musicalidade. Todas as suas tristezas e desencantos, como a perda de seus pais, logo da avó e seu primeiro esposo, marcaram sua poesia, enchendo de lirismo todos os seus escritos.

Recebeu postumamente, pelo conjunto de sua excelente obra, da Academia Brasileira de Letras, o “Prêmio Machado de Assis”. Visitou vários países, ademais dos antes citados, escrevendo formosas crônicas das suas viagens para jornais brasileiros. Entre eles há que destacar Itália, país ao que lhe dedicou um livro de poemas, Israel, sobre o que também escreveu poemas e artigos, e a Índia, que tanto amava já desde jovem. Era uma grande admiradora de Gandhi, dedicando-lhe vários e formosos poemas e artigos. Só o tema do seu apreço pelo “Mahatma” mereceria um estudo amplo e monográfico.

Em 1953, para participar em Nova Deli, convidada pelo governo indiano presidido por Nehru, num congresso internacional dedicado a Gandhi, e receber a nomeação de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Nova Deli,

com 52 anos de idade, viajou à Índia. Estando no grande país asiático de 1 de janeiro a 6 de março desse ano de 1953. Ademais da sua estância na capital da República indiana, aproveitou para visitar, entre outros lugares e cidades, Hyderabad, Agra com o seu Taj Mahal, Bangalore, Patna, Jaipur, Puri, Varanasi (Benarés), Chennai (Madrás), Mumbai (Bombaim), Cachemira, Goa (onde foi muito agasalhada e os jornais recolheram a sua presença, poemas, artigos e entrevistas, sendo nomeada membro de honra do Instituto Vasco da Gama) e Calcutá (Kolkata), ficando muito triste por não poder acercar-se desde esta cidade à Santiniketon de Tagore, estando tão perto.

Produto desta viagem à sua amada Índia é a publicação do seu livro *Poemas escritos na Índia*, composto de uns 60 poemas escritos no seu périplo indiano de 1953, e editados por primeira vez em livro em 1961. No mesmo há um poema dedicado a Sarojini Naidu, outro a Gandhi e um muito formoso dedicado ao seu admirado Tagore, com o título de “*Cançãozinha para Tagore*”.

Escreveu também depoimentos, artigos e crónicas (algumas publicadas posteriormente em jornais brasileiros) sobre temas variados da Índia, as suas gentes, paisagens, cidades, templos e personagens importantes como Gandhi e Tagore, que ela tanto admirava. Estas crónicas e artigos foram publicados postumamente nos volumes de *Crónicas de viagem* e *Obra em prosa*, ao cuidado do académico Leodegário de Azevedo Filho. Também na antologia de crónicas *O que se diz e o que se entende*, publicada por primeira vez em 1980.

A gestão de Cecília Meireles foi fundamental para que se organizassem representações teatrais tagoreanas e homenagens e exposições dedicadas a Robindronath. Com tradução da própria Cecília, no mês de maio de 1949, foi representada no Teatro Municipal de Rio de Janeiro a obra *O carteiro do rei* (*The Post Office / Dakghor*), graças ao apoio de Krishna Kripalani e sua esposa Nondita, membros da missão diplomática indiana, desempenhando um papel na obra Maria Fernanda, filha de Cecília.

Para lembrar o centenário do nascimento de Tagore, o 7 de maio de 1961, num número especial do Jornal do Brasil, baixo a epígrafe “Da Índia distante”, escreve o artigo titulado “*Homenagem a Rabindranath Tagore*”. E nos *Cadernos Brasileiros* nº 2, publicados em Rio de Janeiro em abril-junho do mesmo 1961, escreve um formoso depoimento com o título de “*Um retrato de Rabindranath Tagore*”. Por todo isto, logo já em 1962, para celebrar o centenário de Tagore, por proposta de Cecília, de forma cooperativa entre o Ministério da Educação e Cultura brasileiro e a Embaixada da Índia no país, organizaram-se atividades de homenagem a base de conferências e exposições.

Também com este motivo, coordenadas por Cecília, saíram à luz publicações comemorativas de obras de Robindronath, traduzidas por Guilherme de Almeida, Abgar Renault e a própria Cecília, que passou ao português *Mashi, A bela vizinha* e outros contos, sete poemas do livro *Purobi*, que Tagore lhe dedicara a Victoria Ocampo, e *O carteiro do rei*.

No mesmo ano de 1962, publicou-se com a sua tradução, a obra *Çaturanga* (*Choturongo*) na coleção de prémios Nobel, com uma apresentação da própria Cecília e um depoimento seu sobre a relação de Tagore com o Brasil.

Em abril de 1962, com ajuda de Cecília, a Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro organizou uma magna exposição bibliográfica e fotográfica, da que existe catálogo publicado, dedicada a Tagore.

Com apoio da comissão brasileira da Unesco, em 1961, escrito por Cecília, publicou-se em Rio de Janeiro em inglês um folheto de 30 páginas, com o título de *Rabindranath Tagore and the East-West Unity*. No mesmo ano de 1961, a Sahitya Akademi de Nova Deli incluiu no livro *R. Tagore - A Centenary Volume*, um capítulo escrito por Cecília sob o título de “*Tagore and Brazil*”.

3. ADMIRADORA DE RABINDRONATH

O amor e apreço que Cecília Meireles lhe teve a Robindronath Tagore levou-a, não só a traduzir várias das suas obras, senão também a dedicar-lhe seis formosos poemas e numerosos artigos e crónicas. Para compreender

melhor este apreço por Tagore, prefiro que, com as suas próprias palavras escritas, fale a mesma Cecília. A seguir exponho estas palavras de forma sintética, sinalando que seria muito importante editar uma monografia sobre Tagore e Cecília Meireles, na que foram incluídos os textos completos da poetisa relacionados com Tagore, tanto os poéticos como os escritos em prosa.

a) Nos Poemas: Num depoimento como este só posso incluir fragmentos dos mesmos. No titulado “O Diviníssimo Poeta” escreve Cecília: “Rabindranath! Rabindranath! Rabindranath! / Por que deixas a luz mística do teu Oriente, / que é o corpo de ouro dos ídolos de lá / onde os ídolos são a luz do sol de toda a gente! (...). Sofro porque eras o Todo-Longe, o Todo-Altura, / o Creador, que ninguém sabe como será... / É muito, é enormemente doloroso ser criatura... / Rabindranath! Rabindranath! Rabindranath!”. Este poema foi escrito em 1923, e saindo à luz esse mesmo ano na revista *Para Todos* nº 262 de Rio de Janeiro, publicado em tradução ao inglês por K. Kripalani no nº de fevereiro de 1949 do *The Visva-Bharati Quarterly* (Santiniketon), revista criada por Tagore em 1923.

Do livro *Poemas escritos na Índia* é o formoso poema “*Cançãozinha para Tagore*”, escrito em 1953 e publicado por primeira vez em 1961. Este poema seu tão lindo o reproduzimos em anexo ao final do presente artigo.

b) Na “*Apresentação*” da obra *Çaturanga (Choturongo)*, editada em 1962 pela editora Delta de Rio de Janeiro, e reeditada em 1973 pela editora Opera Mundi da mesma cidade, dentro da Biblioteca de Prémios Nobel, em tradução da própria Cecília, da edição francesa *À quatre voix* (inglês *Broken Ties*), é muito lindo e acertado onde Cecília escreve: “*A verdade, porém, é que Tagore foi um grande defensor das mulheres, e sem que elas mesmas, em geral, o saibam: pois essa defesa se apresenta mais claramente em sua obra de romancista e o Poeta, entre nós, é menos conhecido sob esse aspecto, sendo, realmente, este, o seu primeiro romance traduzido no Brasil. Em verso, Tagore canta frequentemente a Mulher; mas, em prosa, explica-a, ilumina seus sentimentos e pensamentos, torna-a compreensível em suas delicadezas e obscuridades, glorifica-a entusiástica e ternamente; e, a essa generosa e penetrante luz, seus defeitos e culpas se diluem e apagam. É a maneira tagoreana de encarnar o espírito da Índia, com sua adoração pela Forma Feminina da criação universal*”.

c). Em “*Tagore e o Brasil*” (1961) escreve: “*Recordamos ainda, no que nos toca, outra experiência importante relacionada com Tagore como educador, pelo fato de termos exercido sempre, paralelamente, atividades literárias e educacionais. Em 1930, quando se operava no Brasil importante modificação nos conceitos pedagógicos, aparecia também em “Feuilles de l’Inde”, um brilhante trabalho de Tagore sobre “Uma Universidade Oriental”. Tudo quanto ele então aí dizia sobre métodos educacionais, erros na formação dos estudantes, organização do ensino, orientação dos professores, importância da arte e do folclore na educação, etc., representava exatamente aquilo a que aspirávamos. E essas distantes palavras viviam em nós como se fossem as únicas que pudéssemos proferir sobre o assunto. No nosso caso particular, a construção de um mundo em que Oriente e Ocidente se conhecessem e amassem tinha sido sempre uma ideia fundamental. E até hoje pensamos em Shantiniketan como um exemplo*”.

d) Em “*Rabindranath, pequeno estudante*”, publicado no livro antológico de crónicas *O que se diz e o que se entende* (1ª edição de 1980), baseando-se no livro autobiográfico de memórias tagoreano *Jibonsmriti*, e comentando o famoso conto de Tagore *Totakahini (O adestramento do loro / The Parrot’s Training)*, escreve também: “*R. Tagore, homem extraordinário, que se fez educador por amar as crianças, anotou suas amarguras de pequeno colegial. Falou-nos de seu mundo encantado, de sua vida poética ainda incomunicável – em contraste com os métodos e as finalidades do ensino, no seu tempo. Isso foi há um século, e, por incrível que pareça, continua a ser mais ou menos como era, até agora*”.

e) Em “*O Gurudev*”, publicado no mesmo livro antes citado, faz um acertado panegírico de Tagore, explicando o profundo significado deste apelativo e escrevendo: “*Poemas, contos, canções, romances, teatro, música, tudo converge para um fim superior, na obra de Tagore. É uma obra altamente educativa, sem nenhuma aparência ou intenção didática. Ele não acreditava, aliás, em métodos de educação que não fossem inspirados em grandes sentimentos. (...). Queria educadores capazes de amar seu ofício e seus discípulos, de amar a vida em sua totalidade. E, sem desconhecer os sofrimentos deste mundo, gostava de mostrar caminhos de alegria, esses caminhos por onde os corações felizes e agradecidos vão sem medo ao encontro de seu Amor. Caminhos do fim do mundo, onde todos se reconhecerão*”.

f) Em *“Canções de Tagore”* do mesmo livro anterior, depoimento publicado em 1963, Cecília escreve: *“Eu tinha traduzido as minhas simples canções (...). As suas eram de Tagore. Falavam do amor humano e divino, e guardavam sempre nas palavras aquela dignidade religiosa que caracteriza a obra do poeta. Ele escreveu a letra e a música de tantas canções, que parece impossível a riqueza criadora do seu espírito. E essas canções circulam pela Índia toda, de tal maneira o poeta estava identificado com a sua terra. Talvez muita gente nem saiba de quem é a canção que está cantando, aqui e ali, na imensidão da Índia. Mas todos encontram nas suas palavras a expressão da sua vida”*.

g) No depoimento *“O aniversário de Gandhi”* (1961), Cecília Meireles compara Gandhi com Tagore, e num trecho do mesmo diz: *“Para R. Tagore, Deus é uma expressão de amor, é uma intuição poética, é um encontro póstumo, transcendente e definitivo; para o Mahatma, Deus é a Verdade, a Verdade é Deus, como num postulado científico”*.

h) Na crónica publicada no jornal *Folha da Manhã* de São Paulo o 1 de abril de 1950, com o título de *“As flores de Champaca e a irmã Parul”*, Cecília lembra, fazendo um paralelismo entre ambos, o famoso e lindo poema de Sissu (*A lua crescente ou nova*) e uma cena de *O carteiro do rei* (*Dakghor / The Post Office*), e escreve: *“Mandaram procurar a pobre rainha, por todos os lados. Afinal chegou, tão maltratada que nem parecia quem fora. Mas, assim que levantou os braços, as flores vieram como pássaros, pousaram em redor de sua cabeça. E da corola de cada Champaca saiu um príncipe; e da corola de Parul uma princesinha. Todas cantaram e dançaram, e foram felizes até o fim”*.

i) Na crónica escrita durante a sua visita a Kolkata em 1953 e publicada em 1959, intitulada *“Transparência de Calcutá”*, fala muito e bem do formoso idioma bengali chamado Bangla e dos seus grandes cultivadores R. Tagore e Sorot Chondro Chatterji.

Esta crónica é muito linda e inspirada, e num dos seus treitos Cecília escreve:

“Pois, se algum dia me tivesse ocorrido chegar a este país, a primeira coisa a que me conduziriam os meus desejos seria, naturalmente, a Universidade de Shantiniketan. Ela era – e continua a ser – como um símbolo, no meu coração. Fundada por um poeta – e um poeta que se chamou Tagore! - no princípio deste século, - que havia de ser tão atordoante, - e sonhando realizar o “sítio da paz” que o seu nome exprime, por meio de uma educação integral, intelectual, moral, artística, ao mesmo tempo ligada ao glorioso passado da Índia, à humildade contemporânea e a um futuro que se poderia sonhar fraternal, - tudo, nessa instituição, me chamava: origem, métodos, objetivos. (Embora com resultados constantemente melancólicos, a minha vocação profunda foi sempre uma: educar). No entanto, aqui, a umas noventa milhas dessa universidade, por obediência a um plano de viagem que é preciso cumprir, não a poderei ver: continuarei a guardá-la na imaginação, com suas árvores, seu ensino ao ar livre, sua preocupação de dar aos estudantes uma correta formação interior, e meios de exprimi-la. Shantiniketan continuará a ser um lugar lírico, com música, dança, poesia, festas populares, tecelagem, pintura, ciência, filosofia, num ambiente bucólico, com as aldeias em redor, as cestas de frutas, os jarros de leite, - a vida antiga enriquecendo a atual, e a vida atual enriquecendo a antiga... Não verei Shantiniketan. Assim é o nosso destino: recebemos o que jamais esperamos; não conseguimos o que às vezes pretendemos”. Infelizmente, estando tão perto, Cecília não viajou à Morada da Paz tagoreana, mas estas suas palavras tão formosas, tão acertadas e tão profundas, revelam o grande conhecimento que tinha da obra de Tagore e do seu pensamento educativo, que, mesmo se tivesse ido a Santiniketon, não poderia escrever daquele lugar com tanta exatidão sobre a sua beleza e a sua paz.

j) Cecília escreveu outras crónicas nas que aparece resenhada a obra e figura de Tagore e várias estão dedicadas à formosa cidade de Calcutá (Kolkata), na que nasceu Robindronath, escritas em 1953 e publicadas em 1959. É o caso de *“Vistas de Calcutá”*, *“Amanhece em Calcutá”* e *“Um dia em Calcutá”*. Nesta última, publicada no *Diário de Notícias* de Rio de Janeiro, o 31 de outubro de 1954, escreve: *“R. Tagore sobrevive e alegre mais este ambiente intelectual com a primavera dos seus desenhos. Como o sentimos eterno – no que pintou, no que escreveu, no que compôs em todos os caminhos da arte! Como o sentimos vivo, ao nosso lado, e entendemos o seu sonho de*

tornar inteligíveis, um ao outro, o Oriente e o Ocidente! E com que sinceridade lho agradecemos! E com que carinho! Voltamos felizes, como se o tivéssemos visto. A Beleza é uma felicidade imortal”. Escrita também na capital indiana de Bengala a crónica “Do Ganges a Tagore”, publicada também no *Diário de Notícias* de Rio de Janeiro, o 19 de setembro de 1954, tem um trecho no que Cecília escreve: “Giram, diante de meus olhos, Calcutá, com suas múltiplas aparências, e Tagore, com seus múltiplos dons. E tudo ressoa como um caramujo aplicado ao ouvido, desde o primeiro instante, neste remoto lugar”.

Finalmente, não quero deixar de citar que, no depoimento “O tempo e os relógios”, publicado no livro antes citado *O que se diz e o que se entende*, Cecília, que passara ao português *O carteiro do rei* de Tagore em 1949, lembra aquela cena na que o protagonista Omol fala do toque do gongo, para anunciar as horas do dia. E nos seus poemas “A pastora das nuvens” e “Sol”, revelam-se as influências do pensamento indiano de Tagore, podendo ser Cecília a pastora e Tagore o sol, que é o que significa o nome de Robi.

Depois de ler a antologia de textos anteriores arredor de Robindronath Tagore, não podem ficar dúvidas já de que Cecília Meireles – que começou a ler Tagore alá pelo ano 1920, e já não o deixou de ler mais – é uma tagoreana profunda, uma das mais importantes do mundo.

Pelo seu alto significado, quero fechar este apartado com aquele texto de Cecília que diz:

“Nestes últimos anos, a vida se tornou de tal modo trepidante no Brasil – como no resto do mundo – que não é fácil encontrar-se quem fale de Tagore, tal foi a invasão de autores, ideias e sobretudo inquietações de toda espécie. A poesia tagoreana conduz a uma visão de santidade, de serenidade, na contemplação geral – visão que as gerações atuais mal podem compreender. No entanto, talvez toda esta trepidação seja momentânea e superficial. Não será impossível um renascimento de Tagore, quando esta onda turbulenta e caótica se acalmar, quando os jovens acreditarem na supremacia do Espírito sobre todas as coisas e a sabedoria do Oriente não for ignorada no Ocidente tão técnico”. Assombra comprovar a profunda atualidade destas palavras da Cecília, no momento atual a nível mundial. Embora foram escritas há várias décadas.

4. Bibliografia

- MEIRELES, C. (et al.): *Tagore*. Assoc. Brasileira Congresso Liberdade da Cultura, 1961 (folheto de 23 páginas).
- MEIRELES, Cecília (Ed.): *Homenagem a Rabindranath Tagore. Poeta, dramaturgo, ator, musicista, novelista, pintor, educador*. Rio de Janeiro: Embaixada da Índia, 1961.
- MEIRELES, Cecília: *O que se diz e o que se entende (Crônicas)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Editora, 2002 (5 crônicas sobre Tagore)
- ID.: *Crônicas de viagem (2). (Obra em prosa)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ID.: *Crônicas de viagem (3). (Obra em prosa)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- ID.: *Obra em prosa. Vol. I: Crônicas em geral. Tomo 1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- ID.: “Necessidade de poesia”. Rio de Janeiro: Leitura nº 25, janeiro 1945 (Tagore e A. Renault)
- ID.: “Abgar Renault e Rabindranath Tagore”. Belo Horizonte: Panorama, Arte e Literatura nº 5, 1948, p. 13.
- ID.: “Tagore and Brazil” in *R. Tagore- A Centenary Volume*. N. Delhi: Sahitya Akademi, 1961, Pp. 334-337.
- ID.: *R. Tagore and East West Unity*. Rio de Janeiro: Brazilian National Commission for Unesco, 1961.
- ID.: “Homenagem a Rabindranath Tagore”. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 7-05-1961.
- ID.: “Um retrato de Rabindranath Tagore”. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros nº 2, abril-junho de 1961.
- ID.: “Tagore e o Brasil” no livro de Tagore *A noite de núpcias*. Brasília: Coordenada, 1968.
- ID.: “Apresentação” no livro de Tagore *Çaturanga*. Rio de Janeiro: Delta Editora, 1962.
- ID.: “Abgar Renault e R. Tagore”. Belo Horizonte: Diário de Minas Gerais- Suplemento Literário, 20-07-1968.

5. ANEXO:

CANÇÃOZINHA PARA TAGORE - POR CECÍLIA MEIRELES (POEMA ESCRITO EM 1953 E PUBLICADO EM 1961)

Àquele lado do tempo
onde abre a rosa da aurora,
chegaremos de mãos dadas,
cantando canções de roda
com palavras encantadas.

Para além de hoje e de outrora,
veremos os Reis ocultos
senhores da vida toda,
em cuja etérea Cidade
fomos lágrima e saudade
por seus nomes e seus vultos.

Àquele lado do tempo
onde abre a rosa da aurora
e onde mais do que a ventura
a dor é perfeita e pura,
chegaremos de mãos dadas.

Chegaremos de mãos dadas,
Tagore, ao divino mundo
em que o amor eterno mora
e onde a alma é o sonho profundo
da rosa dentro da aurora.

Chegaremos de mãos dadas
cantando canções de roda.
E então nossa vida toda
será das coisas amadas.

Santiniketon (Morada da Paz) (Bengala-Índia) / Ourense (Galiza). Ano 2015

10. KATHARINE F BAKER, UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH, PENSILVÂNIA, EUA



KATHARINE F. BAKER,

TEMA 4. Traduzir para Inglês a Crónica “A Graciosa Ilha” (“Graciosa, the Gracious Island”) de Victor Rui Does

¹ Katharine F. Baker and Bobby J. Chamberlain, Ph.D., University of Pittsburgh, Pittsburgh, Pensilvânia, EUA

¹ Does, Victor Rui. “A Graciosa ilha. ” Disponível em http://www.rtp.pt/acoresh/comunidades/a-graciosa-ilha-victor-rui-dores_41372 em 06/12/2013.

Não é impunemente que se nasce na segunda mais pequena ilha dos Açores, onde a terra é pouca, o mar é vasto e o sonho é enorme...

Por isso faço, desde já, uma declaração de interesses: sou graciosense com muito orgulho e saudade.

A Graciosa faz parte da minha memória primeira e do meu imaginário afetivo. Foi nesta ilha que despertei para a vida, para o mundo e para o conhecimento das coisas. Saí um dia da Graciosa, mas a Graciosa não saiu de mim – ela navega em mim, carrego-a dentro de mim. Por isso mesmo sinto o direito e o dever de reivindicar aquilo que, dentro e fora de fóruns de debate, tenho vindo a chamar de graciosensidade, conceito que criei a partir de açorianidade, de Vitorino Nemésio. E a minha graciosensidade é precisamente o meu apego e o meu amor incondicional pela ilha Graciosa, é a minha marca de identidade e de identificação com o espaço graciosense.

A Graciosa, com 61 km² e 4.390 habitantes, é de todas as ilhas dos Açores a menos montanhosa e húmida. “Ilha branca” lhe chamaram, ao que se julga saber devido à abundância de traquito, a rocha que vista ao longe terá dado a impressão de ser branca aos olhos dos nossos primeiros povoadores. Daí a toponímia da ilha: Barro Branco, Pedras Brancas, Serra Branca.

Esta ilha seduz o visitante pela sua paisagem feita de planuras, montes arredondados cobertos de árvores, vinhas entre paredes de pedra negra, campos de cultivo e a presença constante do mar. O conceito da Natureza intocada aplica-se aqui às mil maravilhas. Possuindo um dos mais ricos ecossistemas do mundo, a Graciosa é, desde 2007, Reserva da Biosfera declarada pela UNESCO.

Se o leitor quiser fazer uma “viagem ao centro da terra”, não se fique pelo Júlio Verne e vá visitar a inquietante beleza da Furna do Enxofre, fenómeno vulcanológico raro e geologicamente único no mundo. Trata-se de uma depressão existente no subsolo da Caldeira – cratera de um antigo vulcão – onde se dá um fenómeno de libertação de gases sulfurosos provenientes de uma massa fluida em permanente ebulição localizada no interior mais recôndito da caverna. Comunica com o exterior através de duas aberturas, e em 1939, na maior delas, foi construída por um simples mestre pedreiro, sob a orientação do tenente Manuel Severo dos Reis, uma imponente escadaria (em caracol) de acesso, em alvenaria aparelhada, hoje apontada como um exemplo feliz em termos de engenharia ambiental.

Durante muito tempo, e antes da sua construção, quem quisesse conhecer a Furna tinha que descer amarrado pela cintura. O naturalista Fouqué, em 1873, e o príncipe Alberto de Mônaco, a partir de 1879, foram os primeiros a estudar a Furna, chamando a atenção da comunidade científica internacional para o seu interesse e originalidade.

Descendo os 184 degraus da referida escadaria, deparamos com um profundo túnel com cerca de 100 metros de profundidade. No fundo, uma enorme gruta, com abóbada de 80 metros de altura, revestida de estalactites e um lago subterrâneo, de água fria e sulfurosa, com cerca de 130 metros de diâmetro e 15 metros de profundidade máxima. Um assombro! “Catedral de lavas ínvias”, chamou Vitorino Nemésio a este assombro. (“Vulva vulcânica” lhe chamei eu num poema). E se Raul Brandão, na sua viagem efetuada pelo Açores em 1924, tivesse desembarcado na Graciosa, tenho a impressão que o livro *As Ilhas Desconhecidas* teria mais um capítulo...

Emoldurada por vistosos moinhos de vento, Santa Cruz, situada na costa norte e sede do concelho, é uma vila pitoresca com ruas desafogadas e belos exemplares de edificação senhorial – soberbas casas solarengas que pertenceram a gente que, no século XIX, enriqueceu à custa das duas grandes produções da ilha: vinho e cereais. O traçado da rede urbana é harmonioso, reflexo de um desenvolvimento pensado e não caótico. No centro da vila existem dois paus (tanques) murados que se destinavam à recolha da água das chuvas e que noutros tempos eram utilizados como reservatório de água para o gado.

Em frente, encontra-se uma ampla praça – Rossio – com um maciço de araucárias, ulmeiros e metrosíderos que oferecem beleza e frescura. A hoje denominada Praça Fontes Pereira de Melo é o salão de visitas da vila, espaço acolhedor de lazer e convívio, sendo de apreciar o empedrado artístico da sua calçada. E depois há a igreja

Matriz com fachada ornada por grossos motivos barrocos de pedra basáltica. O templo guarda os famosos Painéis Quinhentistas, possivelmente da autoria de Cristóvão de Figueiredo, valiosas peças com projeção nacional e internacional. Apesar das suas pequenas dimensões, a Graciosa possui atualmente 10 igrejas e 22 ermidas, o que constitui um importante património religioso.

A sul de Santa Cruz localiza-se São Mateus (Praia), numa zona plana e abrigada, estruturando-se a partir de uma via marginal que constitui o eixo de uma pequena estrutura urbana. Na rua marginal, defronte para a praia, existe uma linha bem organizada de edifícios, de cores claras e fachadas simples, dando um ar de homogeneidade ao conjunto. A Praia alberga o porto de passageiros e carga da Graciosa, e o seu ilhéu reveste-se de especial importância como habitat de aves marinhas pelágicas.

As freguesias de Guadalupe e Luz são típicas povoações rurais com casas brancas rodeadas de campos de cultivo. Na Luz encontram-se as famosas Termas do Carapacho, descobertas em 1750, cujas águas (cloretadas, sódicas, sulfatadas e cálcicas) são recomendadas para tratamento de nevralgias [sic], doenças reumáticas e de pele. Aqui se faz termalismo de excelência.

Os graciosenses cumprem, na sua ilha, ciclos e ritos ancestrais – nessa subtil fronteira que separa o sacro do profano. E, dotados de uma alegria de viver, mantêm bem vivas as tradições populares: uma especial apetência pela festa, pela folia e pela música, com um gosto muito especial por animadíssimos bailes de salão, sendo de destacar um peculiar baile antigo (baile mandado).

Mas a ilha marca outras diferenças: possui uma onomástica sui generis; uma forte tradição pianística; o seu Carnaval (com nítida influência brasileira) é caso único em Portugal porque tem a duração de 3 meses e não de 3 dias...

E mais: existem duas cantigas populares genuinamente graciosenses: “José” e “Terceira”. A gastronomia é de primeiríssima água e a doçaria não tem igual: queijadas, pastéis de arroz, para já não falar das dulcíssimas meloas... A Graciosa já teve mais vinho do que água. Por isso continuamos hoje a apreciar os seus brancos e vermelhos, bem como as aguardentes envelhecidas durante 14 anos em cascos de carvalho. E convém destacar a andaia, bebida licorosa caseira, que tem origem no Brasil e foi trazida para a Graciosa no século XIX por emigrantes graciosenses.

De facto, uma ilha pequena como esta luta para ser diferente. Só mais três exemplos: a Graciosa é hoje a capital dos Açores no que à fotografia subaquática diz respeito; o município de Santa Cruz lidera o ranking, a nível nacional, de recolha seletiva de papel e cartão; a ilha está a dar passos decisivos nas energias renováveis.

Os graciosenses, no seu modo de viver pacato e ordeiro, são afáveis, alegres, hospitaleiros e comunicativos, sempre disponíveis para os comes e bebes... E esta é sem dúvida uma maneira de ser feliz.

“Graciosa, the Gracious Island”, de Victor Rui Does. Traduzida para inglês por Katharine F. Baker e Bobby J. Chamberlain, Ph.D. ²

It is not with impunity that one is born on the second smallest island in the Azores, where land is scarce, the sea vast and dreams enormous.

So from the outset I declare my interest: I am a Graciosan, filled with great pride and *saudades*.

Graciosa forms a part of my earliest memories and fondest images. It was on this island that I awoke to life, to the world and to the knowledge of things. One day I left Graciosa, but Graciosa did not leave me – it is my

² Does, Victor Rui. “Graciosa, the Gracious Island. ” Trans. Katharine F. Baker e Bobby J. Chamberlain, Ph.D. Disponível em http://www.rtp.pt/acoresh/comunidades/graciosa-the-gracious-island-by-victor-rui-does-trans-katharine-f-baker-and-bobby-j-chamberlain_41700 em 13/11/2014.

lodestar, and I carry it within me. Thus, I truly feel the right and duty to claim as my own what in discussion forums and elsewhere I have come to call Graciosan-ness, a concept I created based on Vitorino Nemésio's notion of Azorean-ness. And my Graciosan-ness is in fact my attachment and unconditional love for the island of Graciosa; it is my brand name and my identification with Graciosa's space.

Graciosa, comprising 23 square miles and 4,390 inhabitants, is the least hilly and least muggy of all the islands in the Azores. It is called the "White Island" due to the abundance of trachyte, the rock that seen from a distance in the eyes of our first settlers must have given the impression of being white. Hence such island place names as Barro Branco, Pedras Brancas, Serra Branca.

This island entices visitors with its scenery of flat land, rolling hills covered with trees, vineyards surrounded by black stone walls, fields under cultivation, and the constant presence of the sea. The concept of unspoiled Nature applies here a thousand times over. Endowed with one of the world's richest ecosystems, Graciosa has since 2007 been recognized as a UNESCO Biosphere Reserve.

Should the reader wish to make a "journey to the center of the earth," do not settle for Jules Verne; instead, go visit the disquieting beauty of Furna do Enxofre, one of the world's rare volcanically and geologically unique phenomena. It consists of a depression in the subsoil of the Caldeira (crater of an ancient volcano), where one can see a phenomenon of sulfurous gases emanating from a fluid mass in a constant boiling state, located in the cave's innermost reaches. It connects with the outside world through two openings, and in 1939 a sweeping spiral access staircase was built in the larger one by a master mason under the supervision of Lt. Manuel Severo dos Reis – using stone masonry identified today as a felicitous example of environmental engineering. Until its construction, anyone wanting to see Furna had to climb down with a rope tied around the waist. The naturalist Fouqué, in 1873, and Prince Albert of Monaco, starting in 1879, were the first to study Furna, drawing the attention of the international scientific community to the interest and originality of the site.

Descending the 184 steps of the aforementioned stairway, we come across a deep tunnel about 330 feet down. At the bottom is a huge cave with vaults some 260 feet tall covered with stalactites, containing an underground lake about 430 feet in diameter and 50 feet at maximum depth of cold sulfurous water. What a marvel! "A cathedral of impassable lavas," Vitorino Nemésio called this wonder. ("A volcanic vulva," I termed it in a poem). And if Raul Brandão, on his journey through the Azores in 1924, had landed on Graciosa, I have the impression that his book *As Ilhas Desconhecidas* [The Unknown Islands] would have contained an additional chapter.

Surrounded by scenic windmills, Santa Cruz, located on the north coast and seat of the concelho [county], is a picturesque village with unobstructed streets and beautiful examples of majestic construction – superb mansions that belonged to people who grew wealthy in the 19th century from the island's two major outputs: wine and grains. The layout of the city's grid is harmonious, reflecting a well-thought-out, unchaotic development. In the town center sit two walled ponds (i.e., tanks) built for collecting rainwater, which in the past were used as water reservoirs for cattle. Up ahead is a large square – Rossio – with a stand of pines, elms and bottlebrush trees that afford beauty and cooling shade.

What is now called Fontes Pereira de Melo Plaza serves as the village visitors' center, a welcoming venue for leisure and socializing, duly appreciated for the stone artistry of its pedestrian walkway. And then there is the façade of the Matriz (parish church) with its baroque motifs adorned by thick basaltic rock. The church contains famous 16th-century panels, possibly done by Cristóvão de Figueiredo, that constitute valuable artworks with national and international renown. Despite its small size, Graciosa currently has ten churches and 22 chapels, which represent an important religious patrimony.

South of Santa Cruz is São Mateus da Praia, located in a flat, sheltered area extending from a secondary road that constitutes the axis of a small urban cluster. On the street across from the beach is a well-organized line of buildings in pale colors with simple façades, giving an air of homogeneity to the whole. Praia hosts the port for

Graciosa's ferry passengers and cargo shipments, and its off-shore islet is of special importance as habitat for ocean-going seabirds.

The villages of Guadalupe and Luz are typical rural settlements, with white houses surrounded by cultivated fields. In Luz are found the famous hot springs at Carapacho, discovered in 1750, whose waters (chlorinated, saline, sulphated and bicarbonated) are recommended for treatment of neuralgia, rheumatism and skin ailments. The hydrotherapy here is par excellence.

On their island Graciosans observe the seasonal cycles and ancestral rites – straddling the subtle boundary that separates the sacred from the profane. And, endowed with a zest for life, they maintain their folk traditions: a special appetite for festas, revelry and music, with a very special taste for highly animated ballroom dances, most notably a typical old dance, the *baile mandado* [with moves dictated by a caller].

But the island has other distinct differences: a terminology all its own, and a strong tradition of piano-playing. Its Carnaval (with a distinct Brazilian influence) is unique in Portugal in that it lasts for three months, not three days.

Further, there are two genuinely Graciosan popular songs: “José” and “Terceira.” The cuisine is of the highest quality and the sweets have no equal: *queijadas* [egg-rich tarts], *pastéis de arroz* [rice pastries], to say nothing of the sweetest cantaloupe and honeydew *meloas*. Graciosa once had more wine than water. Thus today we continue to enjoy its whites and verdes, as well as brandies aged 14 years in oak casks. And one should note Graciosa's *andaia*, a homemade distilled digestif that has its origins in Brazil and was brought to Graciosa in the 19th century by Graciosan emigrants.

In truth, a small island like this struggles to be different. Just three more examples: Graciosa is today the underwater-photography capital of the Azores; the municipality of Santa Cruz ranks high nationwide for its collection and separation of paper and cardboard; and, the island is taking decisive steps in the field of renewable energy.

Graciosans, in their peaceful and orderly lifestyle, are affable, cheerful, hospitable and communicative, always enjoying food and drink. And this is without doubt a way to be happy.

10 conselhos para fazer traduções mais eficazes: ³

1. Primeiro, não faça mal.
2. A lealdade principal do tradutor devia ser com o autor. Não hesite em consultar o autor ou outro perito para pedir conselho, ou pesquisar qualquer pergunta que surja na obra.
3. Seja exato; não mude nada sem permissão.
4. Procure conseguir que o seu próprio estilo de escrever e tom de voz concordem com os do autor.
5. Mantenha todas as figuras de linguagem, jogos de palavras, imagens verbais e técnicas literárias, a não ser que fazer assim danifique uma tradução ou seja impossível.
6. Não retraduz a nenhum trecho já traduzido; em vez disso cite o original.
7. Evite duplo sentido não intencional.
8. Conserve referências culturais se for possível.
9. Dentro dos limites de prazo final e de tempo disponível, reveja e reescreva a tradução tanto quanto possível.
10. Faça que o texto final pareça como se o autor originalmente o escrevesse no idioma em que se destine.

Top 10 List of Translating Tips:

1. First, do no harm.

³ Baker, Katharine F. “Tradutor – não Traidor”. Apresentação convidada no congresso *Escritas dispersas – Convergência de afetos*, na Universidade dos Açores, Ponta Delgada, São Miguel, 25 Out 2009.

2. A translator's foremost loyalty is to the author. Do not hesitate to consult the author or other experts for advice, or to research any questions that arise in the work.
3. Be accurate; do not alter a work without permission.
4. Match your writing style and tone of voice to the author's.
5. Preserve figures of speech, wordplay, imagery and literary devices, unless doing so spoils a translation or it is impossible.
6. Do not retranslate an already-translated excerpt; quote the original instead.
7. Avoid unintended double meanings.
8. Preserve cultural references where possible.
9. Within the limits of deadlines and available time, review and rewrite the translation as much as possible.
10. Make the final text sound as though the author originally wrote it in the destination language.

11. LUCIANO JOSÉ BAPTISTA DOS SANTOS PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL



BRAGANÇA 2010



MOINHOS 2014



MAIA 2013



FLORIPA 2010

LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, luciano.pereira@ese.ips.pt,

TEMA 3.1.1. Vitorino Nemésio: Poème dramatique *Au soldat portugais inconnu mort à la guerre*. Contributos para a sua tradução

1. Contexto histórico e literário

Seguindo a cronologia apresentada por Fátima Freitas Morna na primeira publicação das Obras Completas de Vitorino Nemésio, em 1934, após ter concluído a sua licenciatura na faculdade de Letras de Lisboa, onde iniciou a sua carreira académica, enquanto docente de Literatura Italiana, o autor parte para a Universidade de Montpellier, onde, durante dois anos, será responsável pelo curso de Língua e Literatura Portuguesa. O seu amor e domínio da língua e da cultura francesa foram tão profundos que, em 1935, publica *La Voyelle Promise*. São 32 poemas em que, expressa, simultaneamente, sentimentos profundamente espontâneos, dolorosos, e, por vezes brutais. A obra apresenta-se como um conjunto heterogéneo, tanto pelos temas tratados, como pelas formas cultivadas. Está, todavia, longe de poder ser considerada como uma obra menor, uma vez que representa, aos

olhos de vários críticos, um corajoso exercício de afirmação de uma nova poética, verdadeiramente válida e original.

A coletânea anuncia uma das temáticas que mais orientará as suas produções posteriores: a infância e, em particular, a sua infância, marcada pelo magnetismo e atração da ilha, pela valorização da voz e do imaginário popular e pelo constante apelo e sedução da distância (*La bouteille à la mer*). Trata-se de um apelo tão intenso que reduz a distância ao espaço da própria ilha, do outro faz parte si, de múltiplas identidades constrói a própria essência do seu ser. As línguas e as culturas sonhadas, amadas e conquistadas permitem-lhe desdobrar-se e tornar-se vários. Percorrer espaços e viajar no tempo (*Jeune fille açorienne à Marseille*).

A obra afirma-se como uma reflexão sobre a própria criação poética, sobre o ato poético (*Art poétique; De l'impuissance poétique;*) e mergulha o leitor num universo simbólico que em cada poema toma matizes e laivos, sempre recreados, renovados e renascidos (*L'annonciation de la voyelle; Le pin reverdit en Français;*...).

O "*Poème dramatique*" afirma-se como um poema identitário. Afirma um "eu" coletivo enquanto parte de um nós, bem mais vasto, que nos desconhece e por vezes nos ignora. A grandiosidade da nossa história, o peso do nosso passado contrasta com as nossas raízes rurais, a nossa simplicidade, a nossa generosidade. Enviados para as trincheiras, como um rebanho de cordeiros que se oferece em sacrifício nos altares dos nossos potentes aliados, os nossos soldados provocam espanto e admiração, saem do anonimato e entram na história épica da modernidade, embora nunca cheguem a provar o vinho da vitória. Desconhecidos lutarão até à morte, nas planícies de Flandres, por baixo dos altivos e místicos pinheiros deixarão repousar corpo e coração, até ao dia do juízo final.

Em relação ao poema *Le pin reverdit en Français*, Maria da Conceição Vilhena já havia observado que "A lança do sacrificador transforma a oferenda ritual em força espiritual. Corta a matéria tornada inútil com vista a valores mais altos: morte que conduz à ressurreição." O poema em apreso funciona como um eco amplificado do poema analisado pela ilustre professora. O fogo purificador do soldado desconhecido alimenta-se das vidas ceifadas precocemente: "*E como por milagre, as chamas brilham na escuridão. Fogo destruidor e regenerador, como o fogo das queimadas. Fogo ambivalente que reduz a cinzas até a própria raiz, para que uma nova vida delas se levante. Fogo que é purificação do passado e gestação do presente*".

O tema da guerra é dos mais antigos na literatura universal. A literatura clássica e a literatura medieval idealizaram-no em torno do heroísmo típico da tradição épica. A epopeia canta a gesta de um povo e estrutura-se em torno de um herói que se constrói à margem de qualquer valor. O humanismo inicia uma recusa, cada vez mais convicta da ilusão épica e afirma um ideal pacifista que não deixará de se afirmar pese os acontecimentos bélicos que caracterizarão toda a história da humanidade até aos nossos dias. Uma das formas de denunciar a sua barbaridade e os seus efeitos profundamente perniciosos entre as partes envolvidas é a representação da guerra na sua total nudez, cruel, irracional e mortífera.

Lembre-mos de algumas das obras imortais da literatura francesa: Montaigne, *Essais*, II, 12; Stendhal, *La Chartreuse de Parme*; Rimbaud, *Poésies*; Zola, *La Débâcle*; Apollinaire, *Calligrammes*; Céline, *Voyage au bout de la nuit*; Romain Rolland, *Prélude à Verdun*; Malraux, *La Condition humaine*.

Vários foram os autores das diferentes literaturas europeias que denunciaram os horrores da primeira grande guerra. As suas obras denunciam profundos sofrimentos emocionais e psicológicos. É o caso de um Henri Barbusse, *Le Feu*; de Roland Dorgelès, *Les Croix de bois*; dos poemas ingleses de Rupert Brooke; e os de Wilfred Owen. Os testemunhos alemães são numerosos e sombrios, destacamos Arnold Zweig.

O combate dos legionários checos e eslovacos foi retratado por Josef Kopta, Vladislav Vancura e Pavel Hviezdoslav. Na polónia destacam-se os poemas pacifistas de Józef Wittlin. Na Bélgica destaca-se com especial vigor Emile Verhaeren com a sua obra *Les Ailes rouges de la Guerre* publicado em Paris, em 1920.

O nosso envolvimento neste triste capítulo da história encontrou eco num Augusto Casimiro, num Jaime Cortezão, num João Pina de Moraes e num João Grave que escreve o nosso primeiro romance da guerra de 1914:

O mutilado. Alguns outros retrataram o seu amor à Pátria e até encontramos um jornal de um prisioneiro de guerra na Alemanha.

2. Comentários e observações

2.1. Observações linguísticas

O virtuosismo de Nemésio no domínio da língua francesa é inquestionável e reconhecido desde a sua estada em França, reconhecido pelos seus colegas universitários portugueses e franceses, tendo, nesse aspeto, uma especial importância Georges Le Gentil. Nemésio coloca-o acima de todos «numa vigilância paternal». Tal virtuosismo está bem patente no domínio de expressões idiomáticas, locuções e na sua riqueza lexical (“Qu’est-ce que ce será?” – v. 6, “Que sais-je!” – v. 15, “À quoi bon?” – v. 84, “blessure foncière” – v. 106, “flots de naguère” – v. 143, ...).

Todavia, vários foram os críticos que apontaram insuficiências e mesmo erros lexicais e sintáticos, e sobretudo morfossintáticos, no conjunto destes poemas. A verdade é que, neste poema específico, confrontamos com uma linguagem sincopada, frases incompletas, sugestões típicas de um simbolismo que confunde os meios linguísticos com a sua configuração, expressividade e finalidades poéticas.

Reconhecemos como eventuais insuficiências algumas formas lexicais excessivamente abrangentes, a que os franceses convencionaram apelidar de “mots-valises” e que já conhecíamos do latim no uso e abuso de palavras como “res” (dit-on – v. 6, ils ont eu – v. 12, qui fait – v. 62, ayant mis – v. 93, que tu a fait – v. 139, qu’elle a eu ton sang – v. 141, Viens dans tapetite maison – 142, Qui veut voir – v. 155, que d’être comme ça – v. 157).

Também não afastamos a possibilidade da existência de algumas contaminações da língua materna, e em especial em formas verbais, tais como as do gerúndio (Mangeant – v. 13, Étant son nom de preux – v. 35, Voyant – v.36, s’embourbant – v. 56, redressant – v. 58, clignant – v. 73, Déguissant – v. 75, signalant – v. 106, En recevant – v. 136).

Embora tais contaminações possam contribuir para reforçar uma certa musicalidade, é certo que podem provocar alguma estranheza linguística junto dos falantes nativos da língua francesa.

Sem pretender aprofundar as questões teóricas de tradução poética, aliás bastante equacionada no final do século passado sobretudo pelos estudiosos ingleses, alemães, franceses e pelos nossos vizinhos espanhóis (Valentín García Yebra, 1989; Roca Miguel Gallego, 1994), na tradução que apresentamos, esforçamo-nos por proceder a uma tradução literal, sempre que respeitadora da dimensão musical e poética do texto original.

Optámos por algumas expressões idiomáticas e formas lexicais portuguesas que se afastam das francesas quando a norma e o uso linguístico o exigiam ou, muito menos frequentemente, quando as regras da musicalidade e da poeticidade o aconselhavam. O contexto textual, a sua tessitura e a sua estilística foram as condicionantes mais preponderantes da nossa criatividade linguística.

2.2. Observações literárias

O poema, embora construa uma rede simbólica muito própria, de vida, morte e ressurreição, onde sobressaem as poéticas do espaço e dos quatro elementos (água, terra, fogo e ar), tão estudadas por Bachelard (1957, 1984), retoma algumas das simbologias mais recorrentes do conjunto da coletânea: a língua, a palavra, a sílaba e a letra evocadas no título do livro: *La voyelle Promise*, assim como num dos versos do poema selecionado: “À coups de syllabes ennemies,” (v. 79). Não nos tardaremos sobre a simbologia universal das línguas e das letras que desde a mais remota antiguidade nos remete para o sagrado, para o divino, e para os mistérios da criação (No início era o verbo... E o verbo se fez Homem).

No presente contexto também não podemos esquecer a simbologia da Torre de Babel que simboliza a procura da felicidade do entendimento universal que passa precisamente pelo domínio de todas as línguas ou pela

procura de uma língua original, única e universal. É essa utopia uma das origens da desorganização, do caos e da guerra enquanto flagelo infligido por um Deus que, embora tenha feito o homem à sua imagem, não o permite que d'Ele se aproxime e a Ele se equipare.

Para maior desenvolvimento deste arquétipo remetemos para o *Dicionário dos Símbolos* de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982) e para o artigo de Maria da Conceição Vilhena (1986): *La Voyelle Promise: Viagem e Viragem*, publicado pela primeira vez em 1982 na revista *Vértice* n.º 448.

Tal como reflexão sobre as línguas, as palavras, as letras, as sílabas e as vogais torna-se pertinente, também neste poema fazer uma alusão à terra prometida, que neste poema surge como o espaço de origem, a mãe, a casa, o mar, os pinheiros e as pombas, a nave onde a sombra vive: “Te voilà dans la nef où l’ombre vit” (v. 153).

A terra prometida não se confunde apenas com a terra de origem, mas também com a morte e com a ressurreição: “Um eterno retorno em que o ser universal procura continuamente a ilha da infância, a terra prometida, a idade do ouro, como refúgio e espaço de felicidade” (Vilhena, 1986, p. 573).

A referência à árvore, em particular ao pinheiro, também ela já fora bastante comentada no artigo de Maria da Conceição Vilhena. Todavia neste poema encontramos uma alusão à árvore alada, eixo do mundo que une céu e terra, submundo às alturas. Inferno, no sentido clássico ao mundo dos deuses. Existem os homens alados e os homens enraizados.

Um dos poemas da coletânea intitula-se precisamente *Le pin reverdit en français*. Embora estejamos perante uma aparente incorreção, uma vez que o verbo *reverdir* não admite semanticamente este tipo de complemento, estamos convictos que constitui um dos núcleos mais intenso de toda a sua obra. O reverdecer é, pois, sinónimo do renascer. O pinheiro alado, metaforicamente expresso na sua fusão com a pomba: *Le pins et les colombes* (v. 148), torna-se metáfora do nascimento (mère-mãe) e renascimento. Sob o pinheiro, a morte é aparente, chama dócil ao vento, que protege o sono dos audaciosos e espera o dia do juízo final e da ressurreição dos corpos: “Dors sous les pins” (v. 160).

2.3. Tradução quase literal

Poème dramatique Au soldat portugais inconnu mort à la guerre

*Em memória de Nuno Cruz, alferes
de artilharia em Flandres, cruz
de guerra, “valente como as armas” e
o mais divertido dos amigos, morto no exílio
em vésperas do natal de 1934, dedico este poema.*

I

*Peludos no porto de Brest mais uma vez,
Morenos, miúdos, exalando a lã de ovelha.
“Os Portugueses!” – exclama a multidão em direção aos soldados
Que fazem telintar as gamelas sob 30 kilos de peso.
«Um, dois, três, quatro... onze, doze, treze...
Os Portugueses! exclamam. Que será deles?
Bem conheço as latas de sardinhas portuguesas:
Talvez alguns peixes... sei lá eu.»
E perante as tropas desembarcadas,
Pálido rebanho de rostos
Que ninguém mandou barbear,
Porque tiveram, deveras, estranha e feia viagem,*

*Comendo biscoitos coriáceos
Que os antepassados não conseguiram roer até ao fim durante
[Os cruzeiros das Índias, da Oceânia, do Brasil,
[Da Groenlândia, da Terra-Nova, do Japão...
Sei lá eu!
A multidão quer ver as ovelhas;
Neva.*

*Lentamente, com os seus monóculos apertados no nariz, –
Luas, quiçá, trazidas
De um país excessivamente lunar e lunático, –
Desembarcam os oficiais.
“Olhem! Os bravos rapazes, como eles fitam as portas
E Jeannette à porta; que chiques que são!”
Os soldados um pouco pacóvios
Arrastam caixas:
E este aqui, vendo a sua quebrada
Chora como uma criança engraçada,
Chega atrasado à mess,
Porque teve de arrebanhar um terço, uma camisa, arrebanhar...*

*«Senhor, tem ainda este retrato que se parece tanto consigo
Que parece a Senhora sua mãe»,
Disse-lhe Germaine Durand.
E o Zé, que nunca ninguém havia tratado por «senhor», –
O 469 do «primeiro»
Era o seu apelido de guerra, –
Vendo os olhos de Germaine,
Depois os da sua mãe,
Embora cartonados e iluminados com uma luz doentia
À LA MINUTE
(Não a que emanava da pele do Zé avermelhada como
[uma maçã reineta
Por tanto ter mamado as natas do seu coração),
O Zé fitou a rapariguinha,
Corou,
Amou, receou,
Gaguejou “não percebi”
E correu, correu, arrastando a sua baioneta.*

II

*Que a sua divisão pouco a pouco já se afastava.
O estado-maior passou, de ouro engalanado,
Passou montando cavalos sem arreios,
Mas cujas garupas sonhavam
Com as amazonas apeadas
E com os canados de leite da paz,
Que docemente as regavam
Onde agora as excita os gritos mortais do bronze*

*Passaram
Sobre rodas estreladas atolando-se nas estradas de França,*

*Os canhões, essas flores de um clima ferrugento tão diferente,
Estrondos. As mulas empinam as orelhas que os chicotes épicos
[afagam;
Trompetas berrantes (3.ª Reserva de Valentia);
Dia arrastado, infinito, em direção à frente de batalha tão largamente escavada
[de fossas.
A seguir, alto aí! Gamelas em ranchos sobre a terra tão
[gordurenta e amarga.
Quão essa mixórdia que torna os soldados ferozes.*

*O Zé, tendo reforçado do seu couro
As fileiras, as fileiras, serpente da Vitória,
Dirigiu-se ao sargento, disse: «Licença,
Tenho sede» (Também o Cristo teve sede);
E, debruçado sobre um charco muito fresco, pôs-se a beber
A largos tragos,
Que, como uma culatra, a maçã-de-adão regulava.*

*Os cavalos de boca dolorida,
A quem os cuidados dos campos já não tratavam da limpeza,
Bebiam também, cabisbaixos e piedosos,
Os olhos altos, pestanejando sobre a planície sem uma
[única palhinha por pastagem.
E a Divisão, lagarto cinzento vindo de para lá de Espanha
[compacto e neutro,
Disfarçando os louros sobre o capacete de alumínio
Florido de um pouco de feltro,
Preenche os buracos da frente com dez mil homens.*

III

*Para quê fazer toar a artilharia, as metralhadoras,
Em golpes de sílabas inimigas,
Sobre esta pobre multidão de pouca altura,
Esta pobre formiga
Entre os seus irmãos os bichos terrivelmente audaciosos
E tão hábeis na batalha?
Para quê?*

*O tempo e a guerra
Vão ao mesmo passo nas trincheiras, sob a terra.
Não há paisagem;
Mas os soldados têm as suas árvores de sangue desenraizadas
Onde cantam os shrapnels
Durante todo o dia
Como pardais em gaiolas.*

*Agora, por baixo de fogo, meia-noite de Natal.
O capelão do batalhão tendo vestido a sua sotaina,
O Cristo de Neuve Chapelle,
Enegrecido sobre as ruínas, abre os braços sobre a casta
Portuguesa da frente, que festeja a sua infância.
Uma mula gorda desempenha o papel do burro,*

*E, quanto à vaca,
Aquele cabo moribundo
Arranca autênticos gemidos.*

*– «Senhor dos exércitos,
Senhor tão pequeno e tão grande sobre esta estrela de madeira,
Ofereço-vos todos os feridos
E os agonizantes e os vivos, que, todavia, conhecem
[os teus dedos.»
Dizendo, o padre calou-se.
E, com o seu dedo assinalando a ferida original de Cristo,
Renovada por um tiro de espingarda vindo da esquerda,
Abaixou a sua cabeça portuguesa ligeiramente lanífera e triste,
Íntimo com a carne que fede,
E duro e militar, sem a fraqueza de uma repreensão.*

IV

*A seguir (Imitar o ronco dos obus, o zumbido das
Metralhadoras; o rebentamento, dos verylights e todo o tipo de estrondos,
Talvez no piano).
9 de abril (os mesmos barulhos, de preferência sobre metais brancos).
9 de abril de 1918.
«C. E. P. – Q. G. B. – aos comandantes dos batalhões
[de Artilharia (Confidencial).
O Inimigo flanqueia o sector inglês sobre a nossa direita.
A 3ª Reserva Móvel gira sobre o seu flanco
Esquerda. Perigo. Fogo de barragem. (Data)».*

*Nos abrigos da retaguarda os ajudantes de campo escrevem
[à máquina,
E os troncos degolados das árvores, sob uma repentina rajada,
Caem: e os canhões tocam a meia-noite sobre as ruínas
Tal como o bronze ecoa em torno das catedrais.
Onda apos onda,
Sob a música divina que se torna cada vez mais ampla
[e redonda,
Os Alemães furam,
Rompem, varam,
Que uma mulher os embala,
Uma mulher horrivelmente velha e toda coroadada
[de horrorosa graça.
Num canto da trincheira invadida,
O Zé apara todos os golpes de todos esses Alemães enormes
Do único gesto da sua mão esquerda justiceiramente endurecida,
Enquanto, da sua mão direita alimenta a última,
A irrevogável metralhadora
(«Ah, cães de Niza!»), pensa na sua pobre mãe
Que talvez esteja a coser à máquina despreocupada,
Enquanto todos esses Alemães enormes,
Recebendo de si a Morte, linda mulher que eles amam,
[o esmagam.
O Zé já não é mais do que uma forma*

Sangrenta e abreviada sobre a terra rasa.

V

*E agora velho que fizeste o teu dever
E que a justiça é mais forte – julga-se -
Pelo simples fato que teve o teu sangue e dele pode beber,
Vem à tua casinha
Sobre as ondas de antão
Onde te espera
O nosso mar,
Sempre tão fiel aqueles que partem ou tombam,
A tua mãe,
Os pinheiros e as pombas.
Agradece os Senhores os Aliados por terem aceitado
Receber-te junto das ilustres fileiras vitoriosas,
Embora o vinho da Vitoria não tenhas sido tu que
[o tenhas bebido,*

*Velho.
Eis-te na nau onde a sombra vive
E onde haverá sempre uma chama dócil ao vento,
Que quer ver se ainda estás sepultado:
Porque um dia já não estarás
Porque é demais verdadeiramente, estar assim para
[sempre desconhecido,
O serão, a noite, a manhã.
Na sobra zodiacal onde se perdeu o teu corpo*

Dorme sob os pinheiros.

3. Bibliografia

- Bachelard, Gaston (1957) - *La poétique de l'espace*. Presses Universitaires de France.
- Bachelard, Gaston (1984) - *La Terre et les Rêveries de la volonté*. Presses Universitaires de France.
- Bouty, M. (1990) *Dictionnaire des œuvres et des thèmes de la littérature française*. France Hachette Education.
- Benoit-Dusauso, D'Annick e Fontaine Guy (dir.) (1992) *Lettres Européennes. Histoire de la littérature Européenne*. Paris, Hachette.
- Chevalier Jean, Gheerbrant, Alain (1982) - *Dicionário dos Símbolos*. Editorial Teorema.
- Coelho, Jacinto do Prado (1976) *Dicionário de literatura*. Porto, Figueirinhas.
- Jung, Carl G (1964) - *O Homem e seus Símbolos*. Editora Nova Fronteira.
- Lecherbonnier, Bernard (1976) *Les critiques de notre temps et Aragon*. Paris, Granier.
- Matos, Paulo Jorge Augusto (2011) - *O Povo no Imaginário Nemesiano*. Lisboa, Edições Colibri.
- Nemésio, Vitorino (1986) - *Estudo e Antologia*. Porto.
- Nemésio, Vitorino (1989) - *Obras Completas Vol. I – Poesia 1916-1940*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Roca, Miguel Gallego (1994) *Traducción y literatura: Los estudios literarios ante las obras traducidas*. Madrid, Ensayos Jucar.
- Verhaeren Emile (1920) - *Les Ailes rouges de la Guerre. Poèmes*. Paris.
- Verlaine Paul (1977) - *Poèmes Saturniens Confessions*. Paris, Garnier-Flammarion.
- Vilhena, Maria da Conceição (1986) *La voyelle promise: viagem e viragem* in Gouveia, Maria Margarida de Maia (Org.) - Vitorino Nemésio estudo e antologia. Lisboa, Instituto Cultura e Língua Portuguesa.
- Yebra, Valentín García (1989) *En torno a la traducción. Teoría. Crítica. Historia*. Madrid, Editorial Gregos.

12. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO - UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Portugal



LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO

TEMA 2.3. O “OUTRO” E A IDENTIDADE ANGOLANA: INCORPORAÇÕES E TRANSCULTURALIDADES NO SUL, SEGUNDO MANUEL RUI. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO. CES / FEUC – DOUTORANDO EM PÓS-COLONIALISMOS E CIDADANIA GLOBAL / CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS / FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Quando, no final do século XV, os povos que habitavam o território angolano utilizavam a oratura, chegaram os primeiros marinheiros / comerciantes portugueses trazendo com eles a escrita. Deste encontro cultural resultou uma apropriação da escrita pelos autóctones, como forma de expressão cultural.

Isto nos ensina Manuel Rui que há mais de 40 anos vem construindo a representação dos processos culturais atravessados pelos angolanos. É que a “angolanidade” revela-se, hoje, como o resultado de travessias internas (várias etnias / culturas bantu e não bantu) e externas, que vão e regressam, circulando pelo Atlântico sul: Angola-África-América-Península Ibérica.

Estes são espaços que o eurocentrismo, o capitalismo e o colonialismo sempre empurraram e catalogaram para a periferia e subalternidade. Hoje surgem com propostas diferentes de pensar e sentir num sul que é contra-hegemónico e não vingativo.

1. A chegada do “outro” às terras do Congo e como dar a volta à escrita da oratura, seguindo Manuel Rui

1.1. Chega a escrita ao Reino do Congo

Foi na dobra do século XV para o XVI que, com a chegada dos navegadores, uma língua escrita, no caso o português, desembarcou naquelas remotas paragens africanas onde, nos sistemas comunicacionais linguísticos regionais, as diversas etnias utilizavam toda a panóplia dos vivos e atuantes recursos de oratura.

Após os primeiros contactos entre os forasteiros e os nativos, algumas ideias e práticas ficaram estabelecidas. Os primeiros traziam uma religião católica que queriam expandir através da conversão dos africanos; traziam, igualmente, uma vontade avassaladora de comerciar e enriquecer; e traziam, igualmente, uma tecnologia militar que se apresentava como superior à que era utilizada pelos povos autóctones. Os segundos, ao menos na corte do Manicongo (Rei do Congo, de seu nome Nzinga-a-Nvuku, depois de batizado, renomeado João I) aceitam converter-se ao cristianismo, fascinados pelos modos cortesões das primeiras embaixadas e pelo aparato emotivo-religioso altamente impressionante dos rituais cristãos.

Das alianças logo realizadas resultaram benefícios a repartir pelos dois lados: da troca inicial de comércio pouco significativo, passou-se rapidamente para o comércio dos escravos. Das guerras entretidas pelos diversos reinos africanos regionais, sobravam, sempre os vencidos feitos escravos. Os portugueses logo começaram a traficar as coisas que traziam da Europa pelos escravos e rapidamente se puseram em campo para tratarem,

pessoalmente, deste negócio, iniciando, então, a longa história da escravatura africana rumo ao Brasil, à América Latina, às Antilhas, à América do Norte e também à Península Ibérica.

Do lado africano, a simples conversão ao catolicismo do Manicongo e da corte fazia parte de uma política de alianças que, entendia o Rei Nzinga-a-Nvuku, servia os seus interesses regionais de preponderância política, com um aliado poderoso em armamento e negócio.

Assuntos religiosos, comerciais, militares, de estudo local precisavam de uma língua de recurso escrito, pela qual se registassem os textos apologéticos, os balancetes comerciais, as estratégias políticas e, claro, as descrições de tantas novidades, tanto para os olhos dos que chegavam como para os locais que visionavam estas maravilhas tecnológicas.

Assim, a literatura entrou naquela África bantu, como necessidade de registo das histórias a acontecerem. Mas quem sabia deste ofício eram os forasteiros que ali tinham arribado, os “outros” de cor branca, como ficou referido. Logo, os registos levavam, apenas, a visão e a epistemologia daquele que, tendo chegado, logo naturalizou uma ocupação do espaço, de recursos, de religião e poder. Aos africanos negros restava tentar seguir e acompanhar os desenvolvimentos das histórias, negociando, opondo-se, aliando-se, mas sem o poderoso recurso da escrita.

Por aquelas oraturas passaram, então, muitas iniciativas de rejeição dos abusos do invasor, de reassentamento das epistemologias locais, das práticas naturais e socioeconómicas, de manutenção de culturas e dos valores tradicionais que desde séculos ali vigoravam, a maioria das quais não se tornavam perceptíveis ao invasor, pois que este tinha um registo de pensamento totalmente divergente: enriquecer, converter, dominar, escravizar e registar em livro apenas as histórias que lhe convinham. A oratura era um processo que lhe escapava.

1.2. E vem o colonialismo autêntico

Assim decorreram os tempos até que o verdadeiro colonialismo capitalista se instalou em África, na sequência da distribuição dos territórios coloniais pelas potências ávidas europeias, na Conferência de Berlim (1884 / 5) e chegaram os imperialismos coloniais.

Destes, rezam as histórias (eurocênicas) que, ao homem branco e eurocêntrico competia uma tarefa árdua, “the white man’s burden” (Kipling, 1899), um fardo “pesadíssimo”, que era o de “civilizar” a África e o mundo. Civilizar, entenda-se, e agora temos a voz das histórias dos colonizados (sulcênicas), não era mais do que “explorar” as colónias, na totalidade dos seus recursos, humanos, riquezas naturais, conhecimentos, epistemologias, etc. para tal exercendo o controlo absoluto e impedindo que o africano ascendesse na escala social. Então, proibiram-se as línguas africanas, as religiões, as economias ecológicas tradicionais que sempre foram equilibradas, e as culturas definharam. Nalguns lugares, foram mesmo arrasadas e as línguas imperiais, Inglês à cabeça, ordenaram a globalização.

Raramente, cooptavam-se alguns africanos, sobretudo mestiços, para que, sendo “assimilados”, reproduzissem ideologicamente o colonizador. Nem sempre isso funcionou em perfeição e muitos desses mestiços assimilados ou não, vieram a lutar pelas independências, integrados nas correntes de pensamento anticoloniais (pan-africanismo, negritude) ou nos movimentos de libertação.

Os colonizadores, ao “civilizarem” tão arduamente a África com os processos assinalados, produziram razias culturais e agressões de toda a espécie e sem paralelo na história da humanidade: escravatura, racismo, apartheid, subdesenvolvimento, pobreza, enfim, um mundo às avessas daquilo que entendiam, de modo eurocentrado, por civilidade, a menos que se diga quanto eram mentirosas as ideologias com propósitos coloniais que assentavam, apenas, na exploração do mais fraco.

De que modo os africanos responderam, com as poucas armas que detinham, para contornar a gravidade da situação que lhes foi criada, se não possuíam a arma da escrita onde registar as suas indignações e repúdios contra uma dominação política, cultural, social e militar estrangeira do “outro” na sua terra?

Para vislumbrarmos a resposta, sigamos o texto sucinto e expedito, mas cheio de verdade, que Manuel Rui escreveu em 1987²⁵⁵ e que tomo aqui, numa segunda publicação, em 2008²⁵⁶.

1.3. Manuel Rui dá a volta à escrita com a oratura

Rui (2008:27) é parte africana aquando da chegada do “outro”:

Quando chegaste mais velhos contavam estórias. Tudo estava no seu lugar. A água. O som. A luz. Na nossa harmonia. O texto oral. E só era texto não apenas pela fala, mas porque havia árvores, parrelas sobre o crepitar de braços da floresta. E era texto porque havia gesto. Texto porque havia dança. Texto porque havia ritual. Texto falado, ouvido e visto.

Tudo decorria com normalidade e as epistemologias do sul (Santos e Meneses: 2009) vigoravam em Angola na comunhão da natureza e do homem. A comunicação oral chegava para as circunstâncias.

Eis senão quando, surgem, na praia, vindos do mar em gaiolas-monstros nunca vistas, uns estranhos seres de pele clara, barbudos, vestidos exoticamente, falavam língua muito esquisita, eram agressivos e disparavam canhões. Recusaram, inicialmente, talvez por cobiça ou desconfiança, ver e ouvir aqueles habitantes da terra, fazendo logo ali, uma rápida leitura colonialista da nova situação. Rui (2008:27) descreve: “*É certo que podias ter pedido para ouvir e ver as estórias que os mais velhos contavam quando chegaste! Mas não! Preferiste disparar os canhões.*”

Eram dois pensamentos diferentes que, agora, iniciavam um diálogo, à partida com dúvidas de incompreensão.

E a história prosseguiu, com consequências previsíveis. (Rui: 2008:27):

A partir daí, comecei a pensar que tu não eras tu, mas outro, por me parecer difícil aceitar que da tua identidade fazia parte esse projeto de chegar e bombardear o meu texto. Mais tarde viria a constatar que detinhas mais outra arma poderosa além do canhão: a escrita. E que também sistematicamente no texto que fazias escrito intentavas destruir o meu texto ouvido e visto. Eu sou eu e a minha identidade nunca a havia pensado integrando a destruição do que não me pertence.

Estes estrangeiros que agora chegavam - observavam os africanos - não podiam ser eles mesmos, assim em desacordo com a mãe-natureza, traziam uma identidade que por algum motivo fora alterada, talvez fossem guiados por uma ideia de mandar, uma religião de mistério e com gestos incompreensíveis! Discordavam do normal correr da vida por ali, e, pior que tudo, queriam impor um único tipo de comportamento – o deles. Por isso, não só discordavam como começaram a perseguir os costumes locais, “bombardeavam o meu texto”, escreve Manuel Rui, o que para aqueles africanos era, simplesmente, incompreensível e inaceitável, tão afastado da natureza se apresentava tal modo de proceder.

E para além da superioridade militar arvorada, ainda detinham uma outra arma com a qual desvirtuavam aquelas realidades ali patentes, bem africanas, locais, escrevendo registos segundo a visão deles, distorcidos por tantas ideias que traziam. E o texto oral, para eles, era para desprezo e sem valor. Mas este texto continuava a ter o maior interesse para os nativos, para que a identidade africana continuasse ela mesma, natural e sem a malícia de cobiçar o que é dos outros.

²⁵⁵ Medina, Cremilda de Araújo (1987), *Sonha Mamana África*. São Paulo: Edições Epopeia, Lda. 308-310. Coleção Letras Mágicas 3.

²⁵⁶ Rui, Manuel (2008) “Eu e o Outro – O invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto”, in Padilha Laura Cavalcante e Ribeiro, Margarida Calafate, *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento. 27-29.

A fim de contornar tais atitudes de convencimento, superioridade, poder e agravo da parte dos estrangeiros ali aportados, tornava-se necessário dar-lhes uma resposta segundo a natureza do pensamento africano. Qual? Manuel Rui (2008:27) explica:

Mas agora sinto vontade de me apoderar do teu canhão, desmontá-lo peça a peça, refazê-lo e disparar não contra o teu texto não na intenção de o liquidar, mas para exterminar dele a parte que me agride. Afinal assim identificando-me sempre eu até posso ajudar-te à busca de uma identidade em que sejas tu quando eu te olho em vez de seres o outro.

Foi, então, tomada a decisão: os africanos não iriam permitir uma escrita da história apenas pelo lado do “outro”, pois, agora, iriam aprender a arma da escrita, e eles próprios narrariam a sua história e proclamariam bem alto que aquela que foi escrita antes é uma falsidade desde que apagou e modificou a verdade dos acontecimentos tal e qual se desenrolaram. Talvez que assim, clarificando a identidade própria, os africanos exerçerem igual influência e até ajudassem o “outro” a recuperar a sua genuína natureza, sem ideologias e fantasias mistificadoras.

E assim entrou, também, a utilização da escrita naquelas regiões de África, utilizando a língua que os estrangeiros traziam, mas alterando-a nos aspetos necessários para que a cultura africana veiculada pela oratura fosse inculcada no texto escrito a realizar. Trata-se da luta pela identidade. Mas regressemos a Manuel Rui (2008:28):

O meu texto tem que se manter assim oraturizado e oraturizante. Se eu perco a cosmicidade do rito perco a luta. Ah! Não tinha reparado. Afinal isto é uma luta. E eu não posso retirar do meu texto a arma principal. A identidade. Se o fizer deixo de ser outro, aliás como o outro quer [assimilação colonial]. Então vou preservar o meu texto, engrossá-lo mais ainda de cantos guerreiros. Mas a escrita. A escrita. Finalmente apodero-me dela.

De que modo, então, o africano se apodera da escrita para nela poder exercer o mágico ritual da oratura? Estas são dúvidas processuais que exigem resposta, como se vê em Rui (2008:28):

Vou passar o meu texto oral para a escrita? Não. É que a partir do momento em que eu o transferir para o espaço da folha branca, ele quase que morre. Não tem árvores. Não tem ritual. Não tem as crianças sentadas segundo o quadro comunitário estabelecido. Não tem som. Não tem dança. Não tem braços. Não tem olhos. Não tem bocas. O texto são bocas negras na escrita quase redundam num mutismo sobre a folha branca.

É que o texto escrito tendencialmente elimina muitas das componentes da língua oraturizada, empobrece sobremaneira os sinais vivos dos gestos, cheiros, olhares e, sem esses elementos, pode contribuir para um apagamento semântico da realidade africana. Rui (2008:28) sabe que é assim:

O texto oral tem vezes que só pode ser falado por alguns de nós. E há palavras que só alguns de nós podem ouvir. No texto escrito posso liquidar este código aglutinador. Outra arma secreta para combater o outro e impedir que ele me descodifique para depois me destruir.

Torna-se necessário, de facto, tudo fazer para “manter o texto oraturizado”, de tal forma que seja possível modificar a escrita, com a introdução dos elementos oraturais que o identifiquem como originário de outras culturas, no caso africanas e angolanas. Não é fácil, mas Manuel Rui é mestre na técnica (2008:28):

Como escrever a história, o poema, o provérbio sobre a folha branca? Saltando pura e simplesmente da fala para a escrita e submetendo-me ao rigor do código que a escrita já comporta? Isso não. No texto oral já disse não toco e não o deixo minar pela escrita arma que eu conquistei ao outro. Não posso matar o meu texto com a arma do outro. Vou é minar a arma do outro com todos os elementos possíveis do meu texto. Invento outro texto. Interfiro, desescrevo para que conquiste a partir do instrumento escrita um texto escrito meu. Da minha identidade.

Então nasce uma literatura enriquecida de outros significantes, alterada na morfologia e sintaxe, no ritmo, nos círculos de narrativas onde a natureza e o maravilhoso se misturam para construir estórias africanas de vida e pensamento, com tempos e lugares de outras dimensões. Esta literatura finalmente ganha a palavra e o mundo, e reconverte-se em instrumento de luta e vida. Rui (2008:28)

(...) porque o meu espaço e tempo foi agredido para o defender por vezes dessituo do espaço e tempo o tempo mais total. O mundo não sou eu só. O mundo somos nós e os outros. E quando a minha literatura transborda a minha identidade é arma de luta e deve ser ação de interferir no mundo total para que se conquiste então o mundo universal.

Escrever então é viver. Escrever assim é lutar.

(...) até que um dia «os portos do mundo sejam portos de todo o mundo».

2. Incorporações e transculturalidades no sul, segundo Manuel Rui

2.1. Incorporações e transculturalidades

Por toda a sua extensa obra literária Manuel Rui constrói o paradigma de oraturização, transformando, ou melhor dizendo, angolanizando a língua portuguesa que no percurso escolar e académico apreendeu na perfeição. Tal facto, a que não é alheio o conhecimento dos grandes escritores e escolas literárias de Portugal (realismo e neorealismo) e Brasil (Modernismo), proporciona-lhe os meios para construir os registos angolanizados na sua bibliografia. A criatividade / inventividade / inscrição local do autor conjuga-se com as capacidades artísticas e as de inteligência e cultura, muito espontâneas na sua escrita e a revelar grande plasticidade cultural que sendo crítica relativamente ao meio social e político, é sempre acompanhada de humor bem-disposto e genuinamente africano, de recurso constante às coisas da natureza, ao maravilhoso, ao misterioso, às tradições culturais dos povos que compõem a identidade do país e que ele procura transcrever, sempre atento ao percurso do mundo.

Digamos que se observam na obra de Manuel Rui paralelismos nalgumas técnicas narrativas com outros grandes escritores sul-americanos (Gabriel Marques, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Jorge Amado, etc.). Trata-se de registar o modo de ser angolano / africano, em muitos aspetos aproximado do modo de ser sul-americano / indianizado, na nativização do discurso e da natureza de que o ser humano constitui parte intrínseca, na religiosidade e mistério que sempre acompanhará a existência incompleta do homem, nos calendários com os tempos diversos que preenchem as tradições do sul e nos fortes sinais da vida que se perfaz por aqueles espaços sem limite, pertença comum e simultânea do homem e dos deuses.

Vecchi (2008:163) relata:

Tal descoberta das raízes autóctones (que correspondem mais exatamente à «invenção» - também em termos etimológicos - da angolanidade) já metabolizava antropofagicamente, na síntese dos próprios objetivos, a lição do Modernismo brasileiro: oposição aos valores culturais do Ocidente, primazia das expressões coletivas, nacionalização dos êxitos produzidos pelas correntes estéticas estrangeiras...valorização do âmagô africano mais autêntico e menos reificado (do ponto de vista do exotismo colonial), ou, como diz Viriato da Cruz: «Tudo deveria basear-se no senso estético, na inteligência, na vontade e na razão africanas.» [apud Andrade 1975:6]²⁵⁷

Não será estranho, pois, o facto de Manuel Rui possuir uma grande plasticidade cultural, capaz de integrar nas culturas locais as transculturações resultantes não apenas da história do seu povo e dos contactos que manteve, mas igualmente da história pessoal. Escreve Rama (2004:31) que

²⁵⁷ Andrade, Mário de (1975), *Antologia Temática da Poesia Africana*. Vol I: «Na Noite Grávida de Punhais». Lisboa: Sá da Costa.

Existe la “vulnerabilidad cultural” que acepta las proposiciones externas y renuncia casi sin lucha a las propias; la “rigidez cultural” que se acantona drásticamente en objetos y valores constitutivos de la cultura propia, rechazando toda aportación nueva; y la “plasticidad cultural” que diestramente procura incorporar las novedades, no sólo como objetos absorbidos por un complejo cultural, sino sobre todo como fermentos animadores de la tradicional estructura cultural, la que es capaz así de respuestas inventivas, recurriendo a sus componentes propios.

A questão da identidade angolana que é tão procurada, defendida e alcançada pela plasticidade criativa de Manuel Rui é definidora do valor cultural e literário do escritor, pois que é de Angola com as vicissitudes da sua história colonial e / ou livre e independente que se trata, sem possibilidade de engano, quando se lê este autor. Rama (2004:31) completa:

Dentro de esta “plasticidad cultural” tienen especial relevancia los artistas que no se limitan a una composición sincrética por mera suma de aportes de una y otra cultura, sino que, al percibir que cada una es una estructura autónoma, entienden que la incorporación de elementos de procedencia externa debe llevar conjuntamente a una rearticulación global de la estructura cultural apelando a nuevas focalizaciones dentro de ella.

Não se trata tanto de “aculturação”, mas sim de “transculturação” narrativa, pois que a natureza e a vida e, portanto, as culturas são fenómenos dinâmicos em permanente reconstrução quando, pelas fronteiras interiores e / ou exteriores, contactam outras culturas. Outro autor latino-americano (o cubano Ortiz) é chamado a depor, como vemos em Rama (2004:32-33)

La antropología latino-americana ha cuestionado el término “aculturación” aunque no las transformaciones que designa, buscando afinar su significado. En 1940 el cubano Fernando Ortiz propuso sustituirlo por el término “transculturación”, encareciendo la importancia del proceso que designa, del que dijo que era “cardinal y elementalmente indispensable para comprender la historia de Cuba y, por análogas razones, la de toda América en general”. Fernando Ortiz lo razonó del siguiente modo: “Entendemos que el vocablo transculturación expresa mejor las diferentes fases del proceso transitivo de una cultura a otra, porque éste no consiste solamente en adquirir una cultura, que es lo que en rigor indica la voz anglo-americana aculturación, sino que el proceso implica también necesariamente la pérdida o desarraigo de una cultura precedente, lo que pudiera decirse una parcial desculturación, y, además, significa la consiguiente creación de nuevos fenómenos culturales que pudieran denominarse neoculturación.”²⁵⁸

Segundo Rama, a seletividade dos elementos culturais a dar-se numa transculturação encontra-se dos dois lados: enquanto o doador cultural se posiciona e prepara os elementos (empáticos) transculturáveis, o recetor cultural tem exatamente a mesma predisposição (desde que não existam imposições rígidas) para ir ao encontro do “outro” e selecionar aquilo que mais lhe agrade provindo do exterior. Igualmente, pode ir buscar aos elementos escondidos (não ideológicos) da cultura de dominação, aqueles que são suscetíveis de transculturar.

Manuel Rui, já foi mencionado, exercita prazerosamente esta tarefa. Desde o início da sua carreira de escritor, coincidente com o fim do período colonial e com o inicial percurso independente de Angola, sentiu, como muitos outros intelectuais angolanos, a necessidade de (Gaivão, 2012:13) “afirmação e enraizamento das identidades dos diferentes povos que compõem a textura sociocultural de Angola, e é sobre isso que continua a sua tarefa de escrita”, e Laranjeira (1995:164) esclarece que “os elementos fulcrais do enraizamento são os signos da terra, povo, língua, sangue, raça e da tríade nação-pátria-Estado”.

Partindo desta base, e passados quase quarenta anos de percurso criativo, o escritor refinou as técnicas de escrita, ao mesmo tempo que universalizou as marcas autorais de originalidade e representatividade que registam a angolanidade plena. Tornou-se incontornável lê-lo para se conhecer Angola em verdade.

²⁵⁸ Ortiz, Fernando (1978) *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. Caracas: Ayacucho. 86.

Volto a Rama (2004:42) para compreender a naturalização angolana da escrita de Manuel Rui:

En el caso de los escritores procedentes del regionalismo, colocados en trance de transculturación, el léxico, la prosódia y la morfosintaxis de la lengua regional, apareció como el campo predilecto para prolongar los conceptos de originalidad y representatividad (...) en vez de ser la excepción y de singularizar al personaje sometido al escudrinamiento del escritor, pasa a ser la voz que narra, abarca así la totalidad del texto y ocupa el puesto del narrador manifestando su visión del mundo. Pero no remeda simplemente un dialecto, sino que utiliza formas sintácticas o lexicales que le pertenecen dentro de una lengua coloquial esmerada, característica del español americano [em Manuel Rui, de um português angolanizado] de algunas de las áreas lingüísticas del continente.

As comunidades angolanas a partir das quais Manuel Rui estabeleceu o início da sua representação literária, utilizavam sistemas linguísticos já mestiçados com o português, oraturizando angolanamente esta língua, nacional do país. É a partir deste (Rama,2004:43)

(...) sistema lingüístico que trabaja el escritor, quien no procura imitar desde fuera un habla regional, sino elaborarla desde dentro con una finalidad artística. Desde el momento que no se percebe a sí mesmo fuera de ella, sino que la reconoce sin rubor ni disminución como propia, abandona la copia, com cuidada caligrafía, de sus irregularidades, sus variantes respecto a una norma académica externa y en cambio investiga las posibilidades que le proporciona para construir una específica lengua literaria dentro de su marco. Hay aquí un fenómeno de neoculturación, como decía Ortiz.

2.2. O sul transculturado de Manuel Rui

No romance *Rioseco* (1997), Noíto que é a personagem principal e tomada como referencial da mulher angolana, assume-se como guardiã das tradições étnico-culturais dos umbundos, do Planalto Central. Casada com Zacaria, carpinteiro de etnia quioca, percorrem, em fuga da Guerra Civil, o território angolano e chegam à ilha de pescadores quimbundos, perto de Luanda e que facilmente se pode identificar como o Mussulo.

Noíto é mulher de trabalho e completamente enraizada nas culturas africanas: feiticeira, adivinhadora, gestora, generosa, prática, tem uma forte personalidade que impressiona todos os que se cruzam com ela. Inteligente e observadora, está tão aberta à aprendizagem das novidades como ligada às tradições e distingue, com a sabedoria ancestral, o que passa nas almas dos outros personagens. Rapidamente se adapta ao registo vivencial da ilha, sem perder jamais a identidade que vai evoluindo com as novas incorporações. Já o marido Zacaria, de carácter mais fechado, apresenta maior dificuldade na incorporação dos elementos culturais de proveniência exterior, pelo que se mantém praticamente imune relativamente aos costumes da ilha.

Todos os recursos anteriormente referenciados numa oraturização angolana das falas e pensamentos, das filosofias e práticas, do maravilhoso e do natural, e, acima de tudo do humano como marco central da vida, são colocadas pelo autor no cerne desta obra importantíssima para a reconfiguração da identidade angolana, atravessada por décadas de guerra.

De qualquer modo, em todo o romance se realiza uma travessia por entre os diversos espaços culturais e interiores de uma Angola onde só por milagre de um povo longamente habituado ao sofrimento, se consegue a preservação dos valores morais e culturais que a tradição legou.

As transculturações ocorrem dentro do território angolano, onde nos surge a presença forte das principais etnias e culturas do puzzle cultural do país, atravessadas pela necessidade da utilização da língua portuguesa, constantemente oraturizada, “nacionalizada”, para o entendimento comum.

Num outro romance, *Travessia por Imagem* (2011) o personagem principal é o escritor angolano Zito, que passa as fronteiras do país para se encontrar, num congresso de escritores em Havana (Cuba) e depois num outro

em Gijón (País Basco) com outros escritores e personagens latino-americanos e ibéricos. A narrativa transporta as culturas angolanas para a América Latina e atingindo, ainda, Península Ibérica e em todos esses lados encontra um substrato cultural de afinidades, ou como refere o autor (Rui, 2011:411) “partículas subteis, aparentemente submersas, de afinidades”, de que se compõem as diversas identidades destes países do sul.

Torna-se fácil e espontânea a comunicação e mais ainda, a cumplicidade entre os personagens que, por sua vez, representam as cumplicidades culturais forjadas na história, como diz o autor, através de uma (2011:412) “mestiçagem de culturas numa caravela de regresso em que os embarcados já não são a branco e preto mas em arco-íris”.

Manuel Rui reinterpreta em *Travessia por Imagem* a história verdadeira da colonização do sul, da África e da América, pelos dois povos ibéricos. Nunca se deverão obliterar, rasurar nem esquecer as violências e os crimes que gerou, a escravatura que a sustentou e o apagamento do outro colonizado que perseguiu e, ainda, para além da cobiça do traficante, a presença dos desgraçados e condenados que tripulavam os navios do comércio negreiro.

Reinterpretar e reelaborar a história da colonização do sul implica, no seu destino e na sua origem (Rui, 2011:411) a “reinvenção de foz e de nascente” e, sobretudo, reinscrevê-la nas épocas específicas dos eventos (Rui, 2011:411) “soletrar a idade dos ventos”, atualizando, pelas palavras, um mundo novo e híbrido de transculturalidades e das afinidades que trazem.

Porque são (Rui, 2011:411) “as palavras que reinventam as pessoas” e foi o mar que transportou as palavras no idioma português ou castelhano, ibérico, como ele também salienta (2011:410-411): “Ibéria e idiomas, idiomas e viagens com gente no porão das naus. Grilhetas e sonhos com impressões digitais do mar, a travessia do Atlântico foi comum. Marinheiro e escravo. Escravo-marinheiro e marinheiro-escravo”.

Isto é o hibridismo cultural que espreita a voz dos silêncios da história, agora falado sem medo, desejado, partilhado nas identidades mestiças forjadas num e noutro lado atlânticos: (Rui, 2011:411) “*Tango, pachanga, salsa, batuques e semba angolano pai do samba brasileiro, guitarras e fado mulato*”, a que poderíamos acrescentar mil receituários gastronómicos, traduções linguísticas e culturais, desejo de vida e natureza, religiosidades ardentes, economias naturais, seguindo as epistemologias de todos e cada um dos sul diferentes.

E as duas línguas ibéricas revelam, finalmente transculturadas num tempo descolonial, uma capacidade para gerar empatia; Rui (2011: 411) declara: “*de um momento para o outro se encontra na anedota que parece pré-elaborada por todos nós. Até na rapidez do entendimento de subentendidos para rirmos alto e bom som*”.

Pode-se, então, proceder à reapropriação e resgate das tradições políticas, culturais e sociais ainda possíveis (Santos, 2002) pela “sociologia das ausências”, dos dois lados da história, pela convivência apaziguadora dum olhar mútuo, por vezes até, com alguma tonalidade aprazível, uma distinção peculiar do colonialismo atlântico do sul, na minha opinião.

Manuel Rui desenha, pois, uma nova geografia, onde o sul atlântico se assume numa identidade composta de mil fragmentos de viagens de idas e regressos, marcadas a sangue e violência dos povos que sofreram os colonialismos ibéricos e da insensatez desses tempos de ignominiosa violência. Esses fragmentos trazem, contudo, as marcas do sul.

O sul dos colonizados, escravos negros e índios, o sul dos condenados e marinheiros brancos e pobres que nos navios negreiros cumpriam castigo. O sul dos proprietários e senhores a quem a cobiça cegava, impedindo-os de reconhecer o outro e apagando-lhe o rasto. O sul das duas línguas ditas “imperiais” português e espanhol, que os colonizados subverteram a seu favor, o sul dum sincretismo religioso, o sul das culturas miscigenadas e das transculturações constantes e ricas.

A estes sul, juntemos o sul europeu da Península Ibérica, onde os Reinos de Portugal e de Espanha iniciaram com as viagens do século XV e XVI uma nova modernidade que contemplou desde muito cedo, uma violência

colonial falsamente justificada pelo catolicismo e pela ganância de riqueza e poder, mas que foi, simultaneamente, fator de mestiçagem cultural.

A segunda modernidade com que, a partir do século XVII a Inglaterra, França e Holanda e depois outras potências criaram e impuseram o liberalismo, o capitalismo e o colonialismo imperial, seguiam outros paradigmas, mais racionalistas e científicos, mas menos claros. O “fardo do homem branco”, já referido atrás, era a divisa dissimulada para o saque das colónias, e os colonialismos ibéricos passaram, igualmente, a ser rotulados pelo eurocentrismo, como “periféricos”, “subalternos” e “antiquados”, pois as suas culturas e sociedades já se haviam contaminado com mestiçagens vindas dos lados do sul.

Mas os mares não têm lados e no sul tecem-se correntes de mares de palavras e sentimentos, epistemologias diversas e anti-hegemónicas, ainda não tocadas pela geografia do único universal.

A literatura angolana de Manuel Rui inscreve-se neste sul atlântico, sem lados, aberta aos outros, como no início e desde sempre.

3. Bibliografia

Gaivão, L. M. (2012) “Noíto: a inscrição da mulher em *Rioseco*, de Manuel Rui. A voz das margens que conta como é” in *Revista Angolana de Sociologia*, Nº 9, junho, pp. 11-32.

Laranjeira, J. L. P. (1995) *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Ortiz, F. (1978) *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. Caracas: Ayacucho. 86.

Rama, A. (2004) *Transculturación Narrativa En América Latina*. Mexico D.F., Buenos Aires, Madrid: Siglo XXI editores. 4ª ed.

Rui, M. (1997) *Rioseco*. Lisboa: Cotovia.

Rui, M. (2008) “Eu e o Outro – O invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto”, in Padilha Laura Cavalcante e Ribeiro, Margarida Calafate, *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento pp. 27-29.

Rui, M. (2011) *Travessia por Imagem*. Luanda: Kilombelombe.

Santos, B. de S. (2002) “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63 pp. 237-280.

Santos, B. de S. e Meneses, M. P. (2009) *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina / CES.

Vecchi R. (2008) “Choques e Poéticas In-betweeness nos Atlânticos sul: modernidades em trânsito na formação da poesia angolana”, in Padilha Laura Cavalcante e Ribeiro, Margarida Calafate, *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 155-175.

13. MARIA DO SOCORRO PESSOA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO



Seia 2014

- sopessoa@gmail.com; sopessoa@unir.br; sopessoa5@hotmail.com; mspessoa@ua.pt:



SEIA 2014

TEMA 2.5 POLÍTICAS DIDÁTICO-LINGUÍSTICAS PARA DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, Maria do Socorro

Pessoa

3. SINOPSE

Ao se pensar em Língua Portuguesa do Brasil, logo considera-se que este é um país monolíngue. Esse conceito não é de todo certo. Possuímos apenas uma língua, segundo o artigo 13 da Constituição Federal Brasileira: “A Língua Portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, porém, na prática, são faladas cerca de 210 idiomas; no meio indígena falam-se por volta de 170 línguas; existem outras 30 línguas entre as comunidades de descendentes de imigrantes; e, ainda, existe a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, além das línguas de imigrantes e de remanescentes dos Quilombos. Dessa forma, somos um país de inúmeras línguas / linguagens, portanto, plurilíngue.

Diz-se que um falante é plurilíngue quando utiliza, no seio de uma mesma comunidade, várias línguas, conforme o tipo de comunicação (em sua família, em suas relações sociais, em suas relações com a administração, etc.). Diz-se de uma comunidade que ela é plurilíngue quando várias línguas são utilizadas nos diversos tipos de comunicação. A Amazônia é um grande exemplo disso: Língua Portuguesa, dialetos da Língua Espanhola, Línguas Indígenas, Línguas de Imigrantes e Línguas dos remanescentes de Quilombolas, todas em contato nas salas de aula da Rede Pública de Ensino, onde se ensina, portanto, a Língua Portuguesa Materna e Não-Materna simultaneamente.

Faz-se necessário descobrir-se meios e modos de difusão da Língua Portuguesa, inclusive nas salas de aulas com populações tão diversificadas, uma vez que é esta a Língua oficial do Brasil e, a Educação Linguística, espera-se, tem, na Escola, o coloquial e o formalismo para expandir-se. As Políticas Didático-Linguísticas não são Metodologias de Ensino, não são receitas para a ministração de aulas. As Políticas Didático-Linguísticas são, na verdade, a tomada de decisão do professor que, para aplicá-las, necessita de uma Formação para além das teorias, para além das Práticas de Ensino.

Palavras-Chaves: Políticas Didático-Linguísticas. Lusofonia. Língua Portuguesa. Amazônia.

2. Introdução

O objetivo maior deste texto é apresentar a reflexão e a proposta de trabalho advindas de investigações sobre o que se define por “Ensino de Língua Portuguesa” na região conhecida como “o Portal da Amazônia”, no Brasil. Nesse sentido, faz-se necessário lembrar como é a Sociedade Brasileira, a qual, como se sabe, é constituída por diversos povos. Desde que o país foi “descoberto” está recebendo gente de todo o mundo, além dos indígenas que aqui já viviam. Começou com os portugueses, e daí por diante, o território brasileiro foi habitado por representantes de inúmeras nações.

Estes povos vieram por diversas razões: conquistas de terras, conquista do poder, esperança de uma vida melhor, obrigados e escravizados para servirem de mão de obra, refugiados, homens à procura de aventura, entre vários outros motivos. Ao chegarem ao Brasil, cada grupo se fixou numa determinada região, como se pode

encontrar, por exemplo, o grande número de descendentes de japoneses e de italianos no Estado de São Paulo, e muitos descendentes de alemães no Rio Grande do sul. Com essas fixações, e com o tempo que já passou, a cultura local de cada região Brasileira pode ser considerada definida.

Entretanto, há regiões no Brasil onde a cultura ainda está relativamente em formação, devido à grande diversidade de povos colonizadores, como é o caso da região Amazônica, no norte do País. A cultura Amazônica, com essa heterogeneidade, só pode ser peculiar, pois é influenciada por todos os povos representados e tem como base a cultura do caboclo, do índio, do ribeirinho e do negro.

Com base nas informações de ROQUETE-PINTO (1938) e GONÇALVES (2005), sabe-se que a região que forma hoje o Estado de Rondônia começou a receber pessoas de outras civilizações não indígenas a partir do século XVIII, com as expedições que vinham em busca de metais e pedras preciosas.

Pelo Tratado de Tordesilhas todo o Estado de Rondônia pertencia à Espanha. Com a penetração das Bandeiras e o mapeamento dos rios Madeira, Guaporé e Mamoré, no período de 1722 a 1747, houve uma redefinição dos limites entre Portugal e Espanha, realizada através dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso. A partir daí, Portugal passou a ter a posse definitiva da região e a defesa dos limites territoriais.

Das expedições que exploraram o Portal da Amazônia, por esta época, as mais conhecidas eram chamadas de “Entradas e Bandeiras” (1637), patrocinadas pela Coroa Portuguesa ou por comerciantes interessados na expansão de novas mercadorias e na mão de obra escrava indígena. Ao chegarem pelos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, perceberam o possível potencial da área para o extrativismo mineral, além de produtos vegetais que foram conhecidos como “drogas do sertão”. Tais produtos conquistaram o mercado europeu, o que incentivou cada vez mais a busca e a ocupação da região amazônica.

As leituras sobre a História do Brasil nos ensinaram que o processo migratório na região Amazônica ocorreu, primeiramente, no primeiro ciclo da borracha, durante o império de D. Pedro II, quando os nordestinos, fugindo da seca, migraram para a região e lá trabalharam até os primeiros anos do século XX. Essa migração só cessou quando o Sudeste Asiático teve sua produção de borracha mais barata que a amazônica. Outro período migratório ocorreu no segundo ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos precisavam do látex brasileiro, então aconteceram os Acordos de Washington (1942), segundo Gonçalves (2005) que nos informa, também, que, nessa ocasião, o Governo Getúlio Vargas, do Brasil, lançou uma campanha que levou, novamente, os nordestinos para a Amazônia.

Para facilitar o comércio da borracha decidiu-se construir uma estrada de ferro, a histórica Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Dessa migração surgiram duas cidades: Guajará-Mirim, que pertencia ao Estado do Mato Grosso, e Porto Velho que pertencia ao Estado do Amazonas. Estas cidades foram criadas nos extremos dos trilhos da ferrovia e seu crescimento ficou a cargo dos seringueiros, além dos ferroviários, dos membros da linha telegráfica de Rondon e dos extrativistas em geral. Por causa da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré houve necessidade de importação de mão de obra, aumentando o contingente populacional da região. É a continuidade da grande miscigenação Amazônica.

Segundo MENEZES (1988), dentre os principais povos estrangeiros que imigraram para a Amazônia estão os imigrantes Turcos, Sírios, Gregos, Libaneses, Italianos, Indianos, Cubanos, Porto-riquenhos, Barbadianos, Jamaicanos, Chineses, Hindus e outros, imigração essa que transformou o trecho Porto Velho / Guajará-Mirim em região cosmopolita.

GOES (1996) afirma que o Território Federal do Guaporé, atual Estado de Rondônia, o conhecido Portal da Amazônia, valorizou os aspectos econômico, social e político da região e auxiliou, inclusive, nas mudanças dos elementos tradicionais ambientais que contribuíram para o desenvolvimento amazônico. Valorizou o homem que vivia na ribeira e nos barrancos e que exercia suas atividades às margens dos principais rios da região: o Machado, o Mamoré, o Guaporé e o Madeira.

A descoberta de minérios, principalmente a cassiterita no Portal da Amazônia, aumentou, demasiadamente, o processo migratório.

O último grande movimento migratório para a Amazônia, segundo GOES (1996), ocorreu a partir da abertura da Rodovia denominada BR-364 que, na década de 1970, passou a ligar o Portal da Amazônia às outras regiões do Brasil, inclusive favorecendo a migração dos povos do sul do País para Rondônia. A maioria dos povos do sul, como se sabe, são nativos ou descendentes de alemães, ucranianos, poloneses e italianos.

Na mesma época desse fluxo migratório ocorreu a implantação dos projetos de colonização e reforma agrária patrocinados pelo Governo Federal, na prática de uma política de suposta integração nacional, com doação de terras para quem desejasse vir habitar, povoar e colonizar a imensa área de matas e de populações tradicionais – indígenas, ribeirinhos, quilombolas - existentes nesse norte do Brasil. Esses acontecimentos permitiram a migração de inúmeras famílias procedentes, também, de outras regiões do Brasil: sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Diante dos fatos apresentados conclui-se que, é inquestionável a multiculturalidade da Amazônia, e, especialmente, do Estado de Rondônia. Tal multiculturalidade, aliada às dificuldades de uma sociedade em construção de todos os matizes: social, econômico, habitacional e cultural, como é óbvio, propiciaram situações imensamente conflituosas nos locais onde as populações todas se fizeram representar: as salas de aulas das Escolas Públicas. O maior conflito? As aulas de Língua Portuguesa e as aulas das séries iniciais do Ensino Básico. Comunicação precária, compreensão angustiante, crianças deprimidas, professores exaustos, desanimados.

Na escola, quando se trata do Ensino de Língua Portuguesa, como Língua Materna, professores e alunos interagem linguisticamente em condições sociais concretas que, segundo BOURDIEU (1996, p. 32), funciona como um mercado linguístico onde se constrói a legitimação da língua oficial, que, sendo obrigatória em espaços oficiais, “torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas”. Ainda de acordo com BOURDIEU (1996), na comunidade pedagógica, cabe ao professor refletir sempre a cultura e a linguagem legítima. No entanto, essa comunicação está fundamentada em bases desiguais, visto que os alunos das classes dominantes chegam à escola em condições de usar o “capital cultural” e o “capital linguístico escolarmente rentável”, já que estão familiarizados com eles em seu grupo social.

Já os alunos das classes populares fracassam ao chegarem à escola, em função de sua linguagem ser considerada não reconhecida socialmente. O fato de não dominarem a linguagem da escola reflete na incapacidade de compreensão e expressão na comunidade pedagógica. Nesse sentido, a escola não deve contribuir com a desvalorização dos modos de expressão populares, realizando ações que, no mínimo, evitem os preconceitos linguísticos. Um dos grandes exemplos de preconceito linguístico na região Amazônica, entre os que, na sala de aula, tem a Língua Portuguesa como Língua Materna, pode ser observado no contato realizado entre os alunos migrantes e imigrantes, com os “Ribeirinhos”.

De acordo com GONÇALVES (2005), o morador ribeirinho, também denominado pejorativamente como “beradeiro”, é alvo de estereótipos, considerado portador de uma cultura primitiva e marginalizada. Em suas práticas é possível perceber diversas culturas vindas de vários povos indígenas, de imigrantes portugueses, de migrantes nordestinos e de populações negras. O Ribeirinho possui um saber desenvolvido pela convivência com os rios e com a floresta. A pesca está muito presente no seu cotidiano, como também a agricultura e o extrativismo. No Estado de Rondônia, a população ribeirinha experimentou, ainda, a exploração garimpeira e a exploração da madeira, cujas práticas provocaram grandes prejuízos ao meio-ambiente. Esse povo possui vários anos de experiências em manipulação de ecossistemas delicados e, além disso, adquiriram suas próprias formas de construir seus barcos e suas casas, adaptados às condições específicas da região. Segundo SILVA (2003), as casas dos ribeirinhos têm suas coberturas feitas de palhas trançadas; a culinária é rica em sabores de peixes, carnes, farinha d’água, tucupi e frutos da mata; **o vocabulário comum é associado à língua Tupi, (grifo nosso)** além de receber inúmeras contribuições linguísticas das populações negras, dos migrantes e imigrantes. Acreditam e narram lendas da mitologia amazônica.

Diante do quadro populacional no / do Portal da Amazônia, parece ser inadiável a discussão de Políticas Didático-Linguísticas para o ensino de Língua Portuguesa, como se vê, materna e NÃO-MATERNA, simultaneamente. Não se tem como objetivo criar um livro de receitas prontas para o ensino da Educação Linguística, e nem, tão pouco, subestimar a criatividade dos professores dessa área de ensino. Porém, nossa Prática com alunos de Estágio Supervisionado do Curso de Letras, e, também com a aplicação da Carga Horária de Prática Como Componente Curricular, do mesmo Curso, e o sucesso obtido nesses trabalhos, a partir do que propomos, justificam a sugestão de uma política Didático-Linguística para que o Ensino de Língua Portuguesa possa ser, inclusive, um instrumento de difusão e de expansão da Língua Portuguesa no mundo globalizado contemporâneo, a partir desta experiência vivenciada nas diversificadas e miscigenadas salas de aulas de Língua Portuguesa, no Portal da Amazônia

3. POLÍTICA DIDÁTICO-LINGUÍSTICA: MAPAS COMO LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA MATERNA E NÃO-MATERNA, NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA PARA A VIDA.

Propõe-se, para o ensino da Língua Portuguesa, com vistas à multiculturalidade e diversidade sócio-linguístico-cultural apresentadas no Portal da Amazônia, políticas relativas ao estudo dos diversos fenômenos linguísticos e culturais contextualizados, no tempo e no espaço, por meio de Mapas Físicos, Políticos, Temáticos, Geográficos e Históricos. Insistimos que tal material didático visa minorar, e, quem sabe, vencer os obstáculos advindos de uma sala de aula de Educação Básica onde alunos e professores podem, na maioria das vezes, enfrentar problemas de interação de linguagem verbal e não verbal, quer de Ensino, quer de Aprendizagem, da Língua Oficial do Brasil.

Os Mapas Histórico-Geográficos são grandes livros e instrumentos didáticos porque em seus limites estão a história dos povos. Observe-se que o Planeta Terra só é visualizado através do Globo Terrestre, que é, na verdade, um grande Mapa Geográfico. Utilizar mapas como opção político-pedagógica, significa refletir e analisar para ler e escrever a história das populações construtoras dos acontecimentos que ocorrem nos limites visualizados. Se observarmos atentamente verificaremos que, nos limites dos Mapas Geográficos poderemos extrair temas tais como:

- a) Valores Coletivos: religião, folclore, natureza;
- b) Valores Individuais: música, gastronomia, lazer;
- c) Valores Sociais: patrimônios públicos, política partidária, percursos públicos.

O Espaço Geográfico representado e visualizado através dos Mapas "delimita":

- a) Valores da vida - iniciam-se desde que nascemos: a família, a hierarquia social, os sentimentos;
- b) Valores formais - são "construídos" com a maturidade, com a experiência, com as interpretações sobre o que é a vida, o mundo, e, são solidificados na Educação Formal, portanto, na Educação Escolar, que resultam nas nossas "concepções" e visão de mundo.

A concretização do ensino da Educação Linguística, já mencionado, dar-se-á através dos estudos de todos os aspectos observáveis nos mapas, tais como: espaço físico, clima, fuso horário, vegetação, aspectos políticos, sociais, ambientais, culturais e de formação da população. Estes temas de estudos serão o ponto de partida da expressão oral e escrita e serão integrados à observação sobre a variação linguística de cada região, quer do Brasil, quer de qualquer outra localidade usuária da Língua Portuguesa.

Os Mapas serão, também, o caminho de motivação para o estudo e a compreensão de que todas as Línguas são boas e representam seus povos. Abre-se, como temos observado, uma porta para a valorização do processo migratório de todas as gentes, de todas as pessoas que estão naquela sala de aula onde ter-se-á de ensinar e aprender a Língua Portuguesa Formal. Faz-se necessário motivar todos os alunos para que se efetue uma prazerosa investigação, a partir dos Mapas Históricos-Geográficos-Físicos-Temáticos, que destaque a cultura formal, informal, histórica, de tradição e popular, em cada sítio visualizado nesses mapas. Ao respeitar os locais e as histórias da cultura aprendida e apreendida nos limites dos mapas, pode-se usar tal conhecimento aplicado às metodologias reflexivas e reais do ensino da língua majoritária, porque nacional e oficial, a Língua Portuguesa. Este procedimento

didático permite a contextualização de acontecimentos, de maneira a considerar as diversas e possíveis influências sociais, históricas, geográficas entre outras, na linguagem do usuário. Acredita-se que, a utilização de Mapas, como instrumento de leitura, escrita e discussões, aproxima as populações representadas ali, os esquemas, os quadros e as descrições do cotidiano educacional de todos que vieram para a escola para aprender, especialmente, a Língua Portuguesa. Será essa Língua que os instrumentalizará, sempre, nos fazeres cotidianos e que será, inclusive, seu maior instrumento de luta nos espaços sociais que frequentarão. Será importante que descubram que ela terá de ser melhor aprendida ao longo da vida.

Os estudos de acontecimentos contextualizados, por meio de Mapas, são o que denominamos de Políticas Didático-Linguísticas, as quais possibilitam que a Educação Linguística seja favorecida em comunidades heterogêneas, de diversidade linguístico-cultural, como a do Estado de Rondônia, por exemplo. Acredita-se que através dos citados mapas o ensino da Língua Portuguesa permite determinar os conhecimentos prévios que cada aluno tem em relação aos novos conteúdos de aprendizagem e que esses conteúdos propostos são significativos e funcionais para os estudantes, de maneira que provoca um conflito cognitivo e promove a atividade mental do aprendiz, necessária para que ele estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, gerando uma atitude favorável, motivando-os em relação à aprendizagem de modo geral, proporcionando contextualizar os novos conteúdos nas aulas de Língua Portuguesa.

As atividades desenvolvidas nesses estudos devem:

- a) Representar um desafio alcançável para os alunos;
- b) Considerar as competências atuais do grupo de aprendizes;
- c) Fazê-los concretizar conhecimentos adquiridos com a ajuda necessária do professor;
- d) É estimulada a autoestima e o autoconceito em relação às aprendizagens propostas;
- e) Ajuda os alunos a adquirirem habilidades relacionadas com o “aprender a aprender”, que lhes permite ser cada vez mais autônomos em suas aprendizagens sobre a Educação Linguística.

Insiste-se que, para ensinar/aprender conteúdos contextualizados através dos mapas faz-se necessário considerar variadas estratégias pedagógicas, que contemplem a participação efetiva dos alunos ao longo do processo de aprendizagem da Língua Oficial do País, embora, em muitos casos, essa Língua seja estrangeira para eles. Além disso, é preciso promover a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento.

A relevância do estudo da Língua Portuguesa é demonstrada pelo conhecimento que dela precisamos ter para registrar as aprendizagens de outras disciplinas. Nesse sentido, o professor deverá, sempre, valorizar a cultura local, regional e do país, bem como, valorizar os diferentes dialetos da Língua Portuguesa, porém, sistematizar o ensinamento para que os alunos tornem-se capazes de adequar a Língua Portuguesa, seja oral ou escrita, às diversas situações ao longo da vida, independente de que essa língua seja ou não a sua Língua Materna.

Exemplifica-se uma aula de Língua Portuguesa, utilizando-se o Mapa Físico de Rondônia, em uma turma tão miscigenada como a população que vimos descrevendo ao longo deste texto. Pretende-se ensinar a Língua Portuguesa, na prática, com os seguintes estudos:

- a) **Conhecimentos conceituais:** - Situar e reconhecer a Língua Portuguesa da região; - Conhecer os principais movimentos de ocupação do espaço e sua influência na vida das pessoas, na paisagem e na linguagem; - Conhecer e localizar a distribuição das rodovias, hidrovias e ferrovias do espaço geográfico de Rondônia.
- b) **Conhecimentos procedimentais:** - Observar imagens; - Desenhar; - Pesquisar; - Ler o(s) Mapa(s); - Montar maquetes; - Preencher quadros informativos.
- c) **Conhecimentos atitudinais:** - Ponderar a respeito das conquistas espaciais; conhecer e respeitar os diferentes povos do Mundo, do Brasil, e de Rondônia ou do local onde estejam, para valorizar o Multiculturalismo presente na linguagem de todos; preocupar-se e sensibilizar-se com a poluição das águas e com a valorização do meio-ambiente, de modo a preservar a vida do meio para que o homem seja preservado.

Para desenvolver os estudos de Língua Portuguesa com os mapas é necessário saber interpretá-los através de algumas noções como: visão oblíqua e visão vertical; alfabeto cartográfico (ponto, linha e área); construção de

legenda; proporção e escala; lateralidade, referências, orientações e outros, **fato que leva à interdisciplinaridade** e à aproximação significativa da realidade. Com essas atividades, o aluno é direcionado às práticas de observações, análises, comparações, oralidade, diálogo, trocas de informações, relatos, descrições, que tornarão sempre presentes, na sala de aula, **a fala e a escrita**.

A atividade de escrita poderá ter várias etapas, como a sistematização da escrita, quando será definido o gênero textual, o planejamento da escrita e o planejamento da apresentação do texto produzido. E então, ocorrem e ocorrerão leituras, debates, pesquisas, para, em seguida, aplicar-se a Análise Linguística dos textos produzidos. Este será o momento de correção, reflexão, compreensão, adequação linguística, tomadas de decisões e escolhas, observação de ortografia, produção e desenvolvimento das ideias, pontuação, raciocínio lógico, acentuação gráfica, estilo de texto, mensagem conduzida pelo texto, coerência e coesão textual. Feito isso, acontecerá a (re) escrita do texto, a troca de textos entre os alunos, para análise, adequação temática, reflexão, (re) escrita final dos textos, e, por fim, a amostra dos resultados produzidos e a avaliação do ensino e da aprendizagem, que são os resultados para a vida. A leitura está presente em todos os momentos, além de ser o instrumento para desenvolver o conhecimento contextualizado referente à Língua Portuguesa com suas linguagens, divisão e organização da Língua como um todo. Então, será possível possibilitar a todos os envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem de Educação Linguística, ser culturalmente sensível para aceitar as diferenças, respeitar seus valores e os valores do outro; transmitir os novos valores como acréscimo à aprendizagem e nunca como substituição, ou anulação dos demais conhecimentos, e, acima de tudo, professores e alunos tornar-se-ão capazes de despirem-se de preconceito racial, linguístico e social. Acredita-se que o uso dos Mapas Históricos-Geográficos-Físicos-Temáticos-Políticos, associados às disciplinas de uma nova grade curricular voltada para o respeito às diferenças, com certeza possibilitarão uma maior aproximação entre os povos, advindas de um melhor conhecimento sobre o que seja ensinar Língua Portuguesa.

A Constituição Federal, Art. 5º, garante que determina: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade...” Com base nestas palavras, podemos perceber como é contraditória a realidade; a lei garante a igualdade, porém, alguns cidadãos, nessa mesma nação, persistem em uma postura de desprezar, menosprezar, e até ridicularizar outra pessoa ou grupo, apenas porque estão enraizados em conceitos predeterminados, que, muitas vezes, não possuem nenhuma constatação sólida. Pode-se ressaltar o Código Penal Brasileiro, no capítulo I, da Disposição Preliminar, Art. 1º que “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.” Infelizmente, nem todos os atos preconceituosos são punidos pela Lei; são atos gerados em relação a uma pessoa, a um povo, a uma atividade. Muitos desses atos podem ocorrer de forma inconsciente, mas podem gerar desconfortos, rejeição, e, inclusive, podem provocar a violência do apagamento da cultura e da identidade dos discriminados. Diante dessas constatações, acredita-se na necessidade da valorização do outro, do acolhimento e da aceitação, inclusive para facilitar o aprendizado da “língua de convivência”. Segundo HOUAISS (2004, p. 751) valorizar é “dar ou reconhecer o valor, a importância de (algo, alguém ou si mesmo)... dar destaque positivo a...”. Destaca-se aqui que, não se trata de uma postura demagoga, mas sim, de reconhecer as qualidades e importância de cada um na construção do ambiente social dos povos falantes da Língua Portuguesa, onde quer que isso ocorra, inclusive no Portal da Amazônia.

A valorização que se pretende, utilizando-se os Mapas como instrumentos didáticos nas aulas de Língua Portuguesa, se estabelece numa relação de respeito. As partes envolvidas nessa situação terão oportunidade de conhecer e perceber em que áreas são parecidas e onde são divergentes, de maneira que se propicie a troca de informações e a aquisição de conhecimentos. Não se pretende, jamais, homogeneizar o ensino ou a população. Obviamente, é necessário que os aprendizes adquiram as mesmas posturas cidadãs, porém, respeitando-se as diferenças. Através da valorização e do contato que é gerado com a prática da pesquisa através dos mapas, contextualização de igualdades, semelhanças e diferenças, é possível entender as divergências culturais entre pessoas, grupos, povos e regiões, e, com isso, perceber o quanto é importante que exista o respeito mútuo pelas línguas e linguagens em contato na sala de aula e na sociedade em geral, no nosso exemplo na região Amazônica / Amazônida, local privilegiado de culturas divergentes em contato.

DUBOIS (2006, p. 163) diz que “Cultura é o conjunto complexo das representações, dos juízos ideológicos e dos sentimentos que se transmitem no interior de uma comunidade.” HOUAISS (2004, p. 204), também afirma que cultura é “conjunto de padrões de comportamento, crenças, costumes, atividades de um grupo social, conhecimento, instrução.”

O Art. 30º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos defende que “A língua e a cultura de cada comunidade linguística devem ser objeto de estudo e de pesquisa em nível universitário.” Em nosso caso, a Educação Linguística é direcionada ao ser humano enquanto construtor dessa sociedade rondoniense que vive e convive nesse Laboratório Linguístico que é o Estado de Rondônia. Acredita-se que, a Educação Linguística é a grande abertura da aproximação entre povos, etnias e sociedades. E não há como a educação escolar manter-se indiferente ao encontro inevitável em suas salas de aula. As diversidades culturais são espelhadas nos encontros que se fazem entre raças, religiões, local de residência, país de origem, classe social, profissão, atitude linguística, entre outros. Esses encontros conduzem a uma heterogeneidade linguística que destaca falares rurais, urbanos, gírias, sotaques e sintaxes diversas que adentram o aprendizado da língua de acolhimento, bem como da Língua Materna. Uma Educação Linguística para a vida reflete o modo utilizado pelo professor para desenvolver o ensino de Línguas, inclusive Língua Portuguesa Materna ou não Materna, de maneira que possibilite ensinar a língua em todos os seus aspectos: sintático, semântico, pragmático, morfológico e de uso. Dessa maneira, como já mencionado, todos se livram do preconceito racial, linguístico e social, e, espera-se, será despertado, nos envolvidos, o amor à Língua Portuguesa como língua aproximativa e jamais língua de afastamento. Acredita-se que a língua é um instrumento de luta e interação do homem, e não pode ser usada como meio de discriminação ou distanciamento de pessoas, grupos, povos ou nações, pois, mesmo não sendo Língua Materna, será a língua do país de acolhimento que o falante necessitará para interagir socialmente. Caso não haja essa compreensão, construiremos o preconceito linguístico.

As diferenças linguísticas dos falantes de Língua Portuguesa residentes em qualquer lugar do mundo, sejam eles brasileiros, estrangeiros ou nativos, não podem ser usadas como motivo de separação ou discriminação; ao contrário, devem ser consideradas como aquilo que são: fator de identidade. É preciso entender que as diferenças revelam culturas, histórias e percursos de vida. Essa diversidade é uma rica fonte de conhecimento e tem grande potencial na produção dos textos da Educação Linguística, sejam eles orais ou escritos. Adotar o ensino da Educação Linguística com os instrumentos Didático-Pedagógicos dos Mapas propostos, significa assumir a necessidade de agir como professor e como aprendiz, simultaneamente, inclusive preparar-se para ser questionado, interrogado, colocado na “berlinda” avaliativa dos outros professores. Muitos dirão: “e a avaliação?” e as “notas” dos alunos? Esta proposta e política de ensino preveem que a avaliação se dará sempre que as atividades forem aplicadas, a fim de diagnosticar o nível de aquisição de conhecimento adquirido pelo aluno durante o processo de ensino-aprendizagem. Prioriza o conhecimento prévio e promove o aprendizado para a vida. Nesse sentido, o uso do mapa, em qualquer Prática Didático-Pedagógica da Educação Linguística, haverá de considerar três tipos de conhecimentos, a saber:

a) **Conhecimentos conceituais:** - Situar e reconhecer a Língua Portuguesa do Estado de Rondônia, ou da Amazônia, ou do local onde reside o falante; conhecer os povos, as variações dialetais que formam aquela sociedade e as influências dessa heterogeneidade nos aspectos linguístico-culturais do Estado de acolhimento; conscientizar-se de que há variações na oralidade que nem sempre podem ser transpostas à norma escrita-padrão.

b) **Conhecimentos procedimentais:** - Ler o mapa do local de acolhimento; - fichar os conhecimentos sobre povos daquele local e os aspectos linguístico-culturais; - listar os grupos sociais e os aspectos linguístico-culturais daquela sociedade; - elaborar um quadro com as variações dialetais dos grupos sociais do Estado de Rondônia, por exemplo, e comparar com outras palavras utilizadas para dizer a mesma coisa; - escrever textos sobre os aspectos linguístico-culturais e as diversas formas de expressão que os grupos sociais do Estado de Rondônia costumam utilizar; - ler e realizar Análise Linguística desses textos observando a norma escrita-padrão da Língua Portuguesa: ortografia, acentuação gráfica, coesão e coerência, concordância verbal; concordância nominal; gênero textual e adequação linguística ao gênero escolhido para a escrita; - Fazer a (re) escrita e a (re) leitura dos textos, após a Análise Linguística: Apresentar os textos produzidos, em roda de leitura, para a turma.

c) **Conhecimentos atitudinais:** - Produzir e apresentar uma peça teatral que destaque os grupos sociais encontrados no Estado de Rondônia e suas diversidades linguístico-culturais, - Conhecer e respeitar os diferentes grupos sociais do Estado de Rondônia e valorizar as diferenças encontradas na linguagem e na cultura desses grupos sociais.

Exemplifiquemos, de modo mais esclarecedor, sem a pretensão de “receitar” metodologias, as ações didáticas de uma aula, o que, pretende-se, auxiliará o professor de Língua Portuguesa, durante suas aulas de Educação Linguística, a alcançar a concretização dos conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais, descritos anteriormente. Esta tem sido a aula que ministramos e que tem sido considerada, por alunos e demais professores, especialmente nas sessões de Estágio Supervisionado e / ou da Prática Como Componente Curricular, como uma **“Prática de Sucesso”**.

a) Inicialmente, o professor distribui um texto sobre a Amazônia, para os alunos, para realizarem juntos, professor e alunos, a leitura e discussão sobre / do texto: assunto, tema, mensagem, quem o escreveu, em que momento, importância do assunto, etc.;

b) A seguir, realiza-se um debate sobre a leitura feita, relacionando-a com a origem e a linguagem usada, procurando identificar se o assunto faz parte das linguagens dos povos tradicionais, dos migrantes e imigrantes, dos indígenas, enfim, se o texto significa alguma coisa para os que formam a sociedade rondoniense, possibilitando identificar, no Mapa Físico de Rondônia, as características que marcam os povos: indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, migrantes e imigrantes, destacando, também, quem são esses imigrantes (de onde vieram e em que região do Estado de Rondônia estão);

c) olhando e analisando os ensinamentos que estão nos limites dos Mapas, discute-se a questão dos dialetos e das línguas que representam os povos ali encontrados;

d) aproveita-se a oportunidade do debate iniciado para discutir os dialetos de uma mesma língua, no caso da Língua Portuguesa, destacando que: todos falam a mesma língua, porém, de modo diversificado;

e) Discute-se e prova-se, através de músicas, dados do folclore, receitas da gastronomia, entre outros, as variações dialetais de cada grupo social;

f) com os povos identificados no Mapa de Rondônia, os alunos preenchem fichas, elaboradas pelo professor, destacando as marcas linguístico-culturais dos povos e populações identificados;

g) após o preenchimento das fichas, realiza-se novo debate entre professor e alunos, sobre os grupos sociais formadores da sociedade rondoniense. Neste momento também são destacados os aspectos linguístico-culturais: gírias, posturas linguísticas, vestuário, gastronomia, festas, costumes, religiões e demais valores;

h) agora, após as discussões e debates realizados, é o momento de praticar a escrita. Escreve-se sobre os debates efetuados, destacando, com incentivo do professor, a relevância do texto bem escrito em Língua Portuguesa, a relevância desta língua no registro histórico que nesse momento acontece.

O ensino da escrita, segundo os PCN de 5ª a 8ª séries (2000, p. 76), (atualmente 6º a 9º ano), diz que “nas atividades de produção que envolvem autoria ou criação, a tarefa do sujeito torna-se mais complexa, porque precisa articular ambos os planos: o conteúdo – o que dizer – e o da expressão – como dizer”.

Nossas investigações nos permitem afirmar que a escrita é uma atividade interativa entre duas ou mais pessoas, além de ser também dialógica, negociável e dinâmica, como a fala. A atividade interativa da escrita é uma atividade de expressão, de manifestação de ideias, intenções, informações, crenças ou de sentimentos que pretende-se partilhar com alguém, para, de alguma maneira, interagir com ele. Mesmo que esse alguém não esteja presente no momento da criação do texto. Portanto, é imprescindível que o professor, ao propor a escrita, informe

aos alunos quem serão os leitores, pois, só assim, o aluno poderá ter uma referência, e, inclusive, preocupe-se com o modo e estilo daquilo que escreverá.

O trabalho com a escrita deve levar os alunos a criarem textos de verdade, com estrutura, com visão global, articulado, de forma a expressar algo significativo sobre os temas debatidos, sobre as leituras efetuadas, sobre a aprendizagem em curso. O professor também pode sugerir, fazer propostas de textos, aproveitando o momento para ensinar Tipologia Textual, bem como Gênero Textual. Apresenta-se explicação e esclarecimentos para que os alunos possam escrever em todos os gêneros, criando, assim, textos socialmente relevantes, com conteúdos interessantes que exerçam alguma função que não seja apenas a informativa, com contextualidade. Contudo, é necessário atentar para as condições de produção do texto, com método adequado, fazendo planejamento, escrita e revisão, e para que isso aconteça de forma correta é preciso dispor de tempo, não atropelar a aula pensando apenas nos itens gramaticais do texto escrito. A adequação da forma também deve ser considerada, respeitando-se a ortografia, os sinais de pontuação e a organização do texto, cujo conjunto facilitará o entendimento do leitor. Sobre o ensino da gramática, pode-se citar os PCNEM (2000, p. 16), que nos levam a refletir comprovando-nos que o estudo gramatical aparece nos planos curriculares de Português, desde as séries iniciais, sem que os alunos, até as séries finais do Ensino Médio, dominem a nomenclatura. Estaria a falha nos alunos? Será que a gramática que se ensina faz sentido para aqueles que sabem gramática porque são falantes nativos? A confusão entre norma e gramaticalidade é o grande problema da gramática ensinada pela escola. O que deveria ser um exercício para o falar / escrever / ler melhor se transforma em uma camisa de força incompreensível. Diante do que já expusemos, tomamos a liberdade de sugerir que, ao invés de aulas de gramática, ocorra a prática de Análise Linguística.

i) de posse desses dados e desses conhecimentos, os alunos, com a orientação do professor, elaboram quadros descritivos que demonstram as variações dialetais da Língua Portuguesa, quais outras línguas estão presentes na sala de aula, quais os diversos grupos sociais identificados, comparando-os com outros povos, com outras palavras, com outros modos de expressão utilizados para dizer a mesma coisa, ou para registrar os mesmos sentimentos. Para que a elaboração desse quadro seja fiel à realidade, primeiramente ensinamos aos alunos que as marcas sociais de uma comunidade são evidenciadas em suas manifestações culturais. Entendemos aqui como “cultura” um conhecimento que pode ser adquirido socialmente, ou seja, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de uma determinada sociedade. Esse conhecimento deve ser interpretado como forma de fazer algo e forma de aprender algo (LYONS, 1981). Os espaços da sociedade que permitem tornar evidentes suas marcas sociais são, de modo geral, eventos como as festas, as manifestações religiosas, a gastronomia e o folclore. Nessas realizações sociais a linguagem e a cultura dos povos explodem como sinais identitários únicos e particulares.

O modo natural das danças típicas, a linguagem da culinária, o vestuário e a expressividade, tornam-se marcas de identificação que, se valorizadas e utilizadas no ensino-aprendizagem da Educação Linguística Formal, conseqüentemente provocarão mudanças de atitudes e de práticas didático-pedagógicas. Os textos orais, os contos populares, as lendas, as histórias das tradições, podem transformar-se em rico material na aprendizagem da(s) língua(s) e da(s) cultura(s). Sugere-se, inclusive, que esta possa ser uma metodologia de divulgação e aprendizagem sobre as marcas sociais Amazônicas / Amazonidas..

j) posteriormente, ocorre, individualmente, uma escrita de textos sobre os aspectos linguístico-culturais e as diversas formas de expressão que os grupos sociais do Portal da Amazônia utilizam para se comunicarem.

k) quando os textos estão prontos são apresentados para a Análise Linguística.

Parece-nos relevante a reflexão sobre o que é a Análise Linguística dos textos escritos pelos alunos. A Análise Linguística é o momento especial da escrita, pois, ultrapassa as fronteiras da reflexão sobre o funcionamento da língua. Além disso, chama-nos para refletirmos sobre o modo e a estrutura da escrita coesa e coerente. E mais: as discussões a respeito dos aspectos formais da escrita são elaboradas no momento da organização e revisão dos textos, eliminando-se com esse fazer, um estudo de gramática descontextualizado e inócuo. Atividades com Análise Linguística permitem ao professor envolver, em suas aulas, todas as competências que o aluno deve desenvolver no estudo de Língua Portuguesa, que são a oralidade, a leitura e a escrita. Ao considerar essas questões de práticas pedagógicas, em aulas de Língua Portuguesa, pode-se perceber que o ensino da língua, nos Ensinos Fundamental

e Médio, não precisa necessariamente formar gramáticos ou linguistas especialistas; é preciso apenas que consigamos levar os aprendizes a perceberem a riqueza que envolve o uso efetivo da língua. Ao propiciar este trabalho e estudo cumpre-se o papel da Educação Linguística e da escola: instrumentalizar os alunos para transitarem nos textos não-escolares e escolares.

No momento da Análise Linguística dos textos produzidos pelos alunos o Professor de Língua Portuguesa solidifica o trabalho Multicultural lembrando aos alunos que o lugar da Amazônia está relacionado com a manutenção das atividades tradicionais e do conhecimento empírico da população local sobre a região, devido à importância de sua biodiversidade, da água potável e do sequestro de carbono realizado pela floresta. Fala-se em um capital natural que deve ser mantido e preservado e por isso o desenvolvimento local endógeno surge como opção de um modelo de desenvolvimento econômico que traga maior segurança aos recursos, à sociedade e à floresta, além de menores desigualdades sociais e regionais, ou seja, um desenvolvimento de “baixo para cima” ou de “dentro para fora”. Volta-se a visualizar nos Mapas Didáticos, já comum ao estudo de todos, que, a variação linguística não pode ser ignorada, pois essa variação representa a diversidade cultural do nativo.

Nesse sentido é que volta-se a afirmar que é impensável um estudo de Língua Portuguesa que não tenha como prioridade considerar a diversidade e heterogeneidade linguística do país. Em primeiro lugar, os alunos já estão conscientes de que a variação linguística presente nas salas de aula que frequentam, especialmente em terras de migrantes, não é só deles, alunos. Também o professor é um migrante, com variação própria, com identidade linguística também marcada. Nesse sentido, as línguas nativas são riquezas que integram as demais potencialidades do contexto onde estão. Seja na Amazônia, onde situa-se esse imenso Laboratório Linguístico, seja em qualquer parte do Planeta, o Nativo é o homem do saber local e o migrante ou imigrante precisa aprender e respeitar seus conhecimentos. Tal saber só é possível de ser registrado e transmitido se a sua língua puder registrá-lo em toda a sua expressividade, em integração com a Língua Portuguesa que precisará aprender e compreender para a melhor qualidade de sua vida.

Considerando-se a relevância pessoal, social, institucional e a importância incontestável da relação entre contexto a linguagem, torna-se imprescindível relacionar e refletir sobre a linguagem de povos nativos no contexto amazônico, caracterizado por problemas bem específicos como: conflitos de terras, biopirataria, questões indígenas, problemas com o narcotráfico, garimpos, avanço da pecuária e, sobretudo, a depredação ambiental. Acredita-se que as aulas para a Educação Linguística, deverá propor uma abordagem que reflita sobre esses conflitos. Nesse sentido, faz-se necessário um estudo voltado para o planejamento harmonioso dos aspectos sociolinguísticos ambientais na Amazônia, como forma de subsidiar o desenvolvimento sustentável na região e desnudar as linguagens que impedem ou inviabilizam esse desenvolvimento. Ao contemplar apenas um aspecto, que seja o social, o econômico ou o ambiental, apresentaríamos lacunas insanáveis e necessárias para uma fundamentação epistemológica completa e consubstanciada teoricamente numa visão de valorização dos povos nativos, em qualquer parte do Planeta. Um dos conceitos mais apreciados pela ecologia social é a diversidade: esta noção também nos foi apresentada por Darwin que concluiu que a teia da vida é composta por milhões de seres diferentes inter-relacionados. Na biosfera, para que possa haver certa estabilidade, é necessário que haja também muita diversidade de espécie, pois, sua redução pode significar o colapso de todo o sistema. Nas Línguas impera o mesmo princípio: quanto mais conhecemos e respeitamos a língua do Outro, mais ricos nos tornamos. Um fator determinante que contribui para esse enriquecimento é a influência dos meios de comunicação, sobretudo nas áreas de fronteiras, como é o caso do Portal da Amazônia. Tal conhecimento, acredita-se, não pode ser ignorado pelas aulas de Educação Linguística, que devem ser dialogadas, refletidas e realistas.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Estudar uma língua significa compreender que ela será sempre o resultado de uma complexa transformação histórica, que se caracteriza no tempo e no espaço, por uma série de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização de uma língua dependerá de condições sociológicas, pois, como defendemos, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão de mudanças da língua. Estudar uma língua é também estudar seu passado, sua história, suas fases anteriores. A história das línguas românicas, por exemplo, se entrosa com a do Latim e a deste, através do Itálico, vai acabar no Indo-Europeu. Basta

verificarmos os registros históricos e logo descobriremos que o Latim falado no tempo de Ênio não é o mesmo dos contemporâneos de Cícero, nem o desse tempo é idêntico ao de São Jerônimo. O português de onde D. Dinis extraía as suas Cantigas de Amor e de Amigo não é o mesmo português de Camões, nem o deste é o mesmo de Herculano.

O fato mesmo de ser imprescindível instrumento de comunicação acarreta mudança à língua: as palavras mais frequentemente usadas são também as que mais transformações sofrem. Grupos de palavras acabam por se aglutinar e o desgaste vai provocando reações. Por isso, a todo instante surgem inovações, cujo destino vai depender da estrutura social, ou seja, vai depender da força de como a língua, como instituição, se impõe aos indivíduos.

Parece-nos, portanto, que não há como separar, entre os povos, a Língua, a Cultura e a Sociedade. Nesse sentido, o homem é responsável direto pela construção e reconstrução da sua Língua-Mãe e esta ao mesmo tempo em que é formada pelos Homens é também responsável pela formação cultural daqueles que dela fazem uso.

A partir da constatação de que a valorização da diversidade linguística é imprescindível para que, nas escolas, os educandos se sintam valorizados e acolhidos, bem como para que aprendam a valorizar e a acolher, afirmamos e acreditamos que não há disciplina escolar que mais se volte para essa temática do que o ensino da Língua Materna, neste caso da Língua Portuguesa, não só pelo conteúdo que encerra, mas também pela dinâmica desta no contexto educativo; afinal é através da Língua Portuguesa que aprendemos a ler e a escrever, a nos relacionar com os outros, a aprender as outras disciplinas. É com essa maravilhosa Língua Portuguesa que fazemos todas as nossas aprendizagens ao longo da vida, sejamos nativos, migrantes ou imigrantes nesse / desse imenso país que é o Brasil.

5. BIBLIOGRAFIA GERAL

ANÇÃ, Maria Helena. (2007). *Línguas maternas e Língua materna*. In: UA on line. 21 de fevereiro de 2007. Disponível em www.dte.ua.pt. Acessado em 21 / 02 / 2007.

BOURDIEU, Pierre. (1996). *A economia das trocas linguísticas; o que falar quer dizer*. Tradução de Sérgio Miceli e outros. EDUSP, São Paulo, 198 p.

BRASIL. (2003). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos – Novas Perspectivas em Política Linguística*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, Mercado de Letras, Campinas, 105 p.

BRASIL. Código Penal Brasileiro. Decreto-Lei n. 2.848, promulgado em 07 de Dezembro de 1940. Senado, Brasília. Disponível em: http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf. acessado em 10 / 09 / 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Senado, Brasília. Disponível em <http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf>. Acessado em 10 / 09 / 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. (2000). Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: língua portuguesa. MEC / SEF, Brasília, 128 p.

DUBOIS, Jean *Et al.* (2006). Dicionário de Linguística. Cultrix, São Paulo, 615 p.

GOES, Hércules. (1996). *Rondônia Terra de Imigrantes, Histórias de Sucesso*. Ecoturismo, Porto Velho, 124 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. (2005). *Amazônia, Amazônia*. 2 ed. Contexto, São Paulo, 148 p.

HOUAISS, Antonio. (2005). *Dicionário*. 2 ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 612 p.

LIONS, John. (1981). *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Koogan, Guanabara, Rio de Janeiro, 322 p.

MENEZES, Esron Penha de. (1988). *Território Federal do Guaporé – Retalhos para a história de Rondônia*. Gênese, Porto Velho, 304 p.

MORIN, Edgar. (2007). *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. 12 ed. UNESCO, Brasília, 107 p.

PESSOA, Fernando. (1999). *Livro do desassossego*. Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 536 p.

ROQUETE – PINTO, E. (1938). *Rondônia*. 4 ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 624 p.

SILVA, Maria das Graças S. N. (2003). *Espaço Ribeirinho*. Terceira Margem, Porto Velho, 89 páginas.

14. MARIA HELENA ANÇÃ, UNIVERSIDADE DE AVEIRO / AICL



GALIZA 2012

SEIA 2013

TEMA 2.5 A disciplina de Português no âmbito do novo currículo do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste. Maria Helena Ançã, (mariahelena@ua.pt) / CIDTFF1- Universidade de Aveiro, Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF)

O presente texto pretende dar a conhecer um projeto que decorreu na Universidade de Aveiro (UA), de 2010 a 2013: *Reestruturação do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste* (www.ua.pt/esgtimor), coordenado por Isabel P. Martins e Ângelo Ferreira, da mesma Universidade.

Este projeto resultou de um Protocolo de Cooperação entre o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e o Ministério da Educação de Timor-Leste, tendo a FCG contactado / convidado a UA para o desenvolvimento do projeto, com financiamento do Fundo da Língua Portuguesa.

Para o efeito, foi concebido um Plano Curricular para o Ensino Secundário Geral (10.º, 11.º e 12.º), com 14 áreas disciplinares, para as quais se construíram os programas, os manuais do aluno e os guias do professor, sendo o Português uma disciplina nuclear em todo este processo.

É, pois, objetivo deste texto apresentar os pressupostos subjacentes à construção dos materiais didáticos para o ensino do Português na realidade educativa timorense, assim como divulgar alguns desses materiais.

i. AS LÍNGUAS OFICIAIS DE TIMOR-LESTE: BREVE INTRODUÇÃO

Começamos por atentar em dois documentos legislativos que serão nucleares para o encadeamento deste texto e para as opções metodológicas decorrentes.

Em primeiro lugar, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste que entrou em vigor de / em maio de 2002, na sequência da restauração da independência. Em termos de políticas linguísticas apresenta dois artigos basilares: o artigo 13º que determina as línguas oficiais e as línguas nacionais, sendo oficiais o Tétum (Praça) e o Português, e cabendo ao estado a valorização e o desenvolvimento do Tétum e das outras línguas nacionais; o artigo 159º que designa o Indonésio e o Inglês como línguas de trabalho na administração pública, “enquanto tal se mostrar necessário” (República Democrática de Timor-Leste / RDTL, 2002: 45), para além, obviamente, das línguas oficiais. São, por conseguinte, estas quatro línguas a deter um estatuto particular em Timor-Leste.

O segundo documento, a Resolução do Parlamento Nacional 20 / 2011, explicita as razões para a escolha das línguas oficiais e para o seu ensino, como forma de consolidar a unidade e coesão nacionais e uma identidade própria (Jornal da República, 2011). Para a escolha das línguas oficiais, num território multilingue como o de Timor, era necessário escolher, entre as diversas línguas, aquelas que, pelas funções exercidas, em termos linguístico-

comunicativos ou simbólicos, fossem um elo entre os timorenses. Assim, o Tétum-Praça e a Língua Portuguesa (LP), por cumprirem estas funções, foram escolhidas para línguas oficiais.

Nos anos setenta do século passado, o Tétum-Praça apresentava-se já “*como língua franca urbana*” (Jornal da República, 2011: 5132), mais de natureza oral, enquanto o Português, com um longo passado de língua escrita, era associado ao ensino, desde as primeiras escolas primárias no século XVII e, no século seguinte, sendo usada como língua da administração. Para além disso, a LP constituía uma “*herança cultural*” e simbolizava a resistência ao domínio indonésio (ver ainda Ruak, 2001).

Por outro lado, esta língua apresenta-se uma porta estratégica para a “*interação com povos historicamente irmanados, no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*” (Jornal da República, 2011:5132). A mesma Resolução afirma ainda que “*(...) em 1975 foi unânime o reconhecimento da necessidade de valorizar a língua portuguesa como elemento unificador na cultura nacional de Timor-Leste*” (Jornal da República, 2011:5132-5133).

Corte-Real (2006), Corte-Real e Brito (2010) reiteram as razões atrás evocadas, no que concerne à escolha destas duas línguas oficiais: a (reintrodução da) LP, como forma de preservar a identidade histórica, cultural e política da RDTL, após vinte e quatro anos de domínio indonésio, embora falada apenas por 5% da população; o Tétum, como o idioma timorense mais difundido em Timor, de entre os 16²⁵⁹ identificados. Luís Costa (2001), num texto mais antigo, publicado na *Revista Camões*, frisa ainda a importância do Tétum como um elemento constitutivo da identidade nacional, enquanto Freitas (2012:7) refere a LP como “*a língua estrangeira intrínseca à nossa identidade como Nação*”. Podemos então afirmar que a identidade timorense se projeta nestas duas línguas, secularmente parceiras, como foram designadas por Corte-Real e Brito (2006).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO

Na Constituição da República, a Educação desempenha um papel preponderante, cabendo ao Estado a criação de um ensino básico gratuito e obrigatório. Na sequência, vários documentos foram produzidos para a consolidação do sistema educativo na RDTL (cf. Martins e Ferreira, 2013 e Ramos e Teles, 2012).

O Programa do IV Governo Constitucional espelha essas preocupações quando atribui à Educação uma prioridade, porque investimento no desenvolvimento do país em termos económicos e sociais: “*The Government is electing Education²⁶⁰ as an investment in the Country's futures and therefore is going to accentuate priority intervention areas, through the creation of an action plan guided towards the reform of the education system*” (IV Constitutional Government Program 2007-2012:8).

Segundo o Ministro da Educação de então, Professor Doutor João Cândio Freitas (2012: 9), as iniciativas no setor da Educação, durante esse período, centraram-se em torno de dois objetivos orientadores:

- a) garantir acesso universal à educação;
- b) melhorar a qualidade do ensino, de forma a dotar o nosso povo, principalmente os jovens, de conhecimentos e qualificações que lhes permitam participar no mercado global.”

Este governo aprova, em 2008, a Lei de Bases da Educação (Lei 14 / 2008, de 29 de setembro). Três anos mais tarde, são aprovados os planos curriculares para o 3º Ciclo do Ensino Básico (Resolução do Governo nº 24 / 2011, de 7 de setembro) e para o Ensino Secundário Geral (Decreto-Lei nº 47 / 2011, de 19 de outubro).

Neste quadro, justifica-se o surgimento do projeto *Reestruturação do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste* ([www.ua.pt / esgtimor](http://www.ua.pt/esgtimor)) que teve como coordenadores gerais Isabel P. Martins e Ângelo Ferreira, na sequência de um Protocolo de Cooperação entre o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, atualmente

²⁵⁹ Segundo Lewis et al. (2015) existem 20 línguas timorenses, considerando nestas as duas variedades de Tétum (Tétum Dili e Tétum, simplesmente, porventura Térique) e a LP. De entre estas línguas encontra-se uma praticamente extinta: “Pidgin, Timor” ou Português de Bidau.

²⁶⁰ Destacado nosso.

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, a FCG e o Ministério da Educação de Timor-Leste. A UA foi contactada pela FCG para desenvolver este projeto com financiamento do Fundo da Língua Portuguesa.

Para o efeito, foi concebido um Plano Curricular para o Ensino Secundário Geral (10.º, 11.º e 12.º anos), com 14 áreas disciplinares, para as quais se elaboraram os programas, os manuais do aluno e os guias do professor. Este currículo veio responder às prioridades do Governo timorense, tendo em conta, por um lado, as referências internacionais para o Ensino Secundário, por outro, a contextualização local, de caráter geográfico, cultural e sociopolítico (Martins e Ferreira, 2013). Para contactar com a realidade educativa timorense e para melhor conhecimento do terreno, realizaram-se várias missões técnicas à RDTL, nas quais participaram quase todos os membros das 14 equipas. Pela importância atribuída à LP como mediadora e veículo de acesso aos conhecimentos em todo o processo de ensino e de aprendizagem das diferentes matérias, este projeto foi designado por *Falar Português – Reestruturação do Ensino Secundário Geral*.

Foram eleitas as seguintes grandes finalidades para este nível de ensino:

1. *Proporcionar aos alunos oportunidades de escolha ao nível da formação secundária, oferecendo percursos distintos que permitam quer o prosseguimento de estudos, quer a inserção na vida ativa;*
 2. *Assegurar o desenvolvimento de literacias e de competências transversais e específicas no âmbito de diferentes áreas curriculares;*
 3. *Desenvolver competências linguísticas e comunicativas que permitam a participação na sociedade tradicional timorense;*
 4. *Consolidar competências linguísticas, comunicativas e digitais que permitam a participação dos jovens na sociedade global;*
 5. *Promover o desenvolvimento da capacidade de reflexão, raciocínio e de espírito crítico e o respeito pela diversidade;*
 6. *Contribuir para a construção de uma perspetiva sobre o mundo que tenha em consideração a diversidade social, cultural e linguística;*
 7. *Valorizar o papel do conhecimento científico pluridisciplinar na compreensão de problemas à escala local, nacional e global e a necessidade de uma perspetiva integrada de conhecimentos para a sua resolução ou mitigação;*
 8. *Aumentar o nível de formação dos jovens melhorando a sua capacidade para mobilizar e integrar conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento económico, social e ambiental da sociedade em que se inserem;*
 9. *Proporcionar condições para que o exercício de cidadania, nas várias dimensões, seja conduzido numa ética de responsabilidade partilhada.*
- (ME / RDTL, 2011:17-18)

Como enunciado em cima (finalidade 1), o Currículo do Ensino Secundário Geral estrutura-se segundo percursos diferenciados, a saber:

- i) Ciências Sociais e Humanidades;
- ii) Ciências e Tecnologia. Para além das disciplinas específicas incluídas em cada percurso, todos os alunos devem frequentar as disciplinas do ‘tronco comum’, ou seja, de uma componente geral.

Este grupo de disciplinas visa promover o desenvolvimento, pelos alunos, de competências gerais e transversais, de competências linguísticas, comunicativas, interculturais, interpessoais e digitais, fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo e da comunidade.

A componente geral é composta por oito disciplinas no 10.º e no 11.º: Tétum, **Português**, Inglês, Indonésio, Cidadania e Desenvolvimento Social, Tecnologias Multimédia, Religião e Moral, Educação Física e Desporto. No

12.º ano surgem apenas sete disciplinas, dado que a Educação Física e Desporto não se mantém no plano de estudos do 12.º ano.²⁶¹

3. A DISCIPLINA DE PORTUGUÊS

A disciplina de *Português* constitui-se como um espaço de reflexão sobre a LP, língua partilhada pelos vários países e povos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e por isso, se pretende desenvolver nos alunos o sentido de pertença a esta Comunidade. Neste sentido, por ser uma língua pluricêntrica, a LP é perspectivada na sua diversidade e unidade. Por outro lado, não é descurado o facto de Timor-Leste ser um país multilingue, onde várias línguas maternas (LM) convivem com a LP na escola e na sala de aula.

Como já referido, foi produzido um conjunto de materiais didáticos no âmbito da disciplina de Português:

- o programa do 10.º, 11.º e 12.º anos (Oliveira, Ferreira e Ançã, 2011);
- os manuais do aluno e os guias dos professores para os mesmos anos (Oliveira, Reigota, Silva e Ferreira, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b).

A coordenação da disciplina de Português ficou a cargo de M. H. Ançã, tendo sido consultora científica desta área Maria Elisabete Afonso.

Estes documentos estão a ser utilizados pelas Escolas, desde 2012 para o 10.º ano, em / desde 2013 para o 11.º, e em / desde 2014 para o 12.º ano²⁶², não obstante as dificuldades institucionais, logísticas e organizacionais (Martins e Ferreira, 2013).

3.1. O PROGRAMA

O programa da disciplina de Português para o Ensino Secundário Geral foi elaborado tendo em conta a articulação com os programas de Português dos ciclos anteriores e legislação educativa timorense e ainda com documentos internacionais de referência (CE, 2001, por exemplo).

Este programa procura aprofundar o desenvolvimento de um conjunto de competências gerais e transversais (conhecimento declarativo / saber, competência de realização / saber-fazer, competência existencial / saber ser / saber-estar, competência de aprendizagem / saber-aprender) e de competências específicas (compreensão oral, expressão oral, compreensão escrita, expressão escrita, funcionamento da língua), sendo apontadas ainda Metas de Aprendizagem.²⁶³

Para além disso, as atividades linguísticas encontram-se integradas em quatro tipos de domínios: o público (atendimento em estabelecimentos comerciais e serviços, meios de comunicação social, manifestações culturais, etc.), o privado (percurso linguísticos, vivências familiares, atividades de lazer, etc.), o profissional (percursos de formação, escolhas profissionais, procura de emprego...) e o educativo (temas transversais a outras disciplinas do currículo, como a sustentabilidade ambiental / Geografia e Biologia, as línguas globais / Inglês, a internet / Tecnologias Multimédia)²⁶⁴.

Para a elaboração do programa desta disciplina, considerámos as seguintes linhas de força:

²⁶¹ Os programas das disciplinas de Indonésio, Religião e Moral e Educação Física e Desporto não foram da responsabilidade da equipa portuguesa.

²⁶² O mesmo sucedeu com as restantes disciplinas.

²⁶³ As metas de aprendizagem consistem em evidências de desempenho que se espera que o aluno manifeste no final de cada ano de escolaridade relativamente a cada uma das competências específicas da disciplina de Português (MEC, 2011).

²⁶⁴ Segundo o CE (2001: 36): "As atividades linguísticas inscrevem-se no interior de *domínios*, eles próprios muito diversos, mas que, relativamente à aprendizagem das línguas, podem ser classificados, de forma geral, em quatro setores: o *domínio público*, o domínio privado, domínio profissional e domínio educativo".

- i) o desenvolvimento de competências linguísticas, comunicativas (orais e escritas) e metalinguísticas em LP, que irão favorecer uma utilização mais correta, mais adequada e mais refletida sobre a língua, em diferentes contextos sociais;
- ii) a promoção de um diálogo com as diferentes línguas de Timor-Leste, em especial com o Tétum, por uma aproximação a uma abordagem comparativa a realizar pelo aluno, tendo em conta os aspetos interlinguísticos e interculturais (Ançã, 2008; James, 1995).

A LP desempenha, por conseguinte, uma dupla função, como objeto de estudo e de reflexão, mas também como veículo de comunicação / informação. Nesta última qualidade, cumpre a função de instrumento de acesso aos conhecimentos e é igualmente por esta via que contribui para o sucesso educativo, social e profissional (Oliveira, Ferreira e Ançã, 2011).

Não sendo a LP a LM da esmagadora maioria dos alunos timorenses, esta assume, contudo, um estatuto peculiar no contexto escolar timorense, dado ser uma das línguas oficiais (a par do Tétum) e de escolarização. Nesse sentido, e considerando o percurso efetuado pelos alunos até à entrada no Ensino Secundário (nove anos de escolarização em LP), o programa prevê o ensino-aprendizagem do Português como Língua Segunda, conciliando metodologias provenientes de diferentes abordagens didáticas, num *continuum* Língua Estrangeira – Língua Segunda – LM (Oliveira, Ferreira e Ançã, 2011).

3.2. OS MANUAIS DO ALUNO E OS GUIAS PARA O PROFESSOR: CONTEÚDOS TEMÁTICOS

Os manuais escolares destinados aos alunos e os guias didáticos para os professores contemplam os três anos deste ciclo de estudo e servem de apoio à disciplina de Português. Trata-se de materiais que foram concebidos no sentido de apresentar propostas didáticas diversificadas e enquadradas no contexto sociocultural de alunos e professores, seguindo orientações investigativas recentes em ensino de línguas (ME / RDTL, 2011).

Os conteúdos temáticos propostos para este ciclo materializados quer em manuais quer em guias espelham, obviamente, as propostas do Programa de Português. Cada ano de escolaridade elege um grande tema aglutinador, especificado em três unidades temáticas que se subdividem em subtemas. Esquemmatizando:

10.º Ano – Os jovens no mundo de hoje

Unidade temática 1 – Conviver em várias línguas

Subtema 1 – Línguas em Timor-Leste

Subtema 2 – O mundo lusófono

Subtema 3 – Línguas globais

Unidade temática 2 – Viver a tradição e a mudança em Timor-Leste

Subtema 1 – Vivências familiares

Subtema 2 – Dinâmicas em comunidade

Subtema 3 – Meios rurais e urbanos

Unidade temática 3 – Sonhar e construir futuros

Subtema 1 – Escolhas formativas e profissionais

Subtema 2 – Oferta e procura de emprego

11.º Ano – Um mundo a descobrir

Unidade temática 1 – Sociedade de informação e conhecimento

Subtema 1 – Meios de comunicação social

Subtema 2 – Internet e comunicação interativa

Unidade temática 2 – Vida cultural

Subtema 1 – Formas de expressão artística

Subtema 2 – Identidades culturais

Unidade temática 3 – Mobilidade

Subtema 1 – Migrações

Subtema 2 – Turismo

12.º Ano – Desenvolvimento sustentável

Unidade temática 1 – Sustentabilidade económico-social

Subtema 1 – Desequilíbrios económico-sociais

Subtema 2 – Promoção da igualdade social

Unidade temática 2 – Consciência ambiental

Subtema 1 – SOS. Terra

Subtema 2 – Salvar o Planeta

Unidade temática 3 – Diversidade linguístico-cultural

Subtema 1 – Terra: um mosaico linguístico-cultural

Subtema 2 – Em defesa da diversidade

Fazendo uma breve incursão pelas temáticas propostas nestes materiais, encontramos para o 10.º ano o tema aglutinador, “Os jovens no mundo de hoje”, com uma focalização inicial em situações mais próximas da realidade dos estudantes timorenses, por exemplo, o seu universo linguístico, as suas vivências em família e em comunidade e os seus projetos pessoais e profissionais, para, posteriormente, alargar a outras situações e outras realidades mais distantes, como a presença da LP em outros países ou culturas.

Para os temas do 10.º ano “Conviver em várias línguas”, “Viver a tradição e a mudança em Timor-Leste” e “Sonhar e Construir Futuros” são usados textos assentando nos seguintes domínios: textos do domínio privado (biografia linguística, carta informal, entrada de diário, relato de vivências) textos do domínio público (nota biográfica, questionário, carta aberta, folheto), textos do domínio profissional (anúncio de emprego, carta de candidatura, *curriculum vitae*, entrevista de emprego), textos do domínio educativo (exposição oral...) ²⁶⁵. São convocados para o efeito sobretudo autores do mundo lusófono, tais como: Rui Cinatti, Davi Borges de Albuquerque, Luís Cardoso, João Paulo Esperança, Mia Couto, José Saramago, Ary dos Santos, Gilberto Gil, Agnello Regala, Alda Espírito Santo...

No 11.º ano a ligação entre o contexto timorense e o contexto exterior apresenta-se ainda mais acentuada. O tema deste ano, “Um mundo a descobrir”, aglutina um conjunto de temáticas (“Sociedade de informação e conhecimento”, “Vida cultural, “Mobilidade: migrações e turismo”) que pretendem não só desenvolver os conhecimentos do aluno em relação à sociedade na qual está inserido, como também posicioná-lo criticamente numa comunidade mais alargada (do contexto asiático ao mundo, em geral). Os textos deste ano inserem-se nos quatro tipos de domínios: privado (conto, Crónica de viagens), público (artigo de opinião, notícias publicidade, programa radiofónico, artigo de apreciação crítica de cinema e literário, panfleto turístico, entrevista, debate), educativo (regulamento de bolsas de estudo, exposição oral) e outros. Conta com textos retirados quer de Enciclopédias, quer de jornais *online* e blogues, quer ainda de excertos ou adaptações de textos / obras / discursos de autores, como Luís Cardoso, Ângela Carrascalão ou Mia Couto, ou ainda o poema de Fernando Sylvan (“Rota”) ²⁶⁶.

²⁶⁵ Em Anexo encontra-se, para exemplo, o quadro-síntese dos vários elementos articulados referentes ao 10.º ano: unidades temáticas, subtemas, tópicos de desenvolvimento, textos e funcionamento da língua (Oliveira, Ferreira e Ançã, 2011:18-19).

²⁶⁶ In *Poemas de Timor*, de 1965.

No 12.º ano pretende-se atingir um nível de maior abstração, introduzindo o tema “Desenvolvimento sustentável” que abarca áreas novas, como a sustentabilidade ambiental, e retomando algumas já trabalhadas (como a diversidade linguística e cultural e o mundo do trabalho) mas, de um modo mais aprofundado e global, estendendo-se às grandes problemáticas que afetam o mundo atual e a vivência em sociedade (sustentabilidade económica e social, consciência ambiental, defesa das línguas).

Aqui encontramos textos do domínio privado (o conto), do domínio público (declaração, carta de recomendação, requerimento, debate), do domínio profissional (artigo científico e técnico, relatório, ata) e do domínio educativo (resumo, exposição oral). Os autores selecionados são diversificados, porque também são diversificadas e interdisciplinares as temáticas abordadas: quer não lusófonos (Robert Kungiz, Chris Johns...) como lusófonos (Aqualusa, Carlos Serra, por exemplo).

O pressuposto de partida foi, como já referido, privilegiar inicialmente a comunidade local e o contexto timorense, no âmbito do contexto asiático (pela pertença geográfica), passando, de seguida, para o contexto lusófono (pela partilha linguística e histórico-cultural) e, por fim, para contextos mais alargados numa perspetiva global.

De salientar ainda que cada tema, com os respetivos subtemas, trabalham as diferentes competências específicas do programa de Português: oralidade, escrita, leitura e funcionamento da língua.

4.COMENTÁRIOS FINAIS

Os projetos não acabam, estendem-se ou encontram outras formas de desenvolvimento. Assim, também o projeto *Falar Português – Reestruturação do Ensino Secundário Geral* viu a sua continuidade na formação de professores no âmbito dos novos programas e com os novos materiais didáticos para as diferentes áreas: o *Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores / PFICP* (www.pficip-esg-estv.com) que não só formou docentes para o Ensino Secundário Geral, como ainda para o Ensino Técnico-Vocacional. Esta formação decorreu de 2012 a 2014, no INFORDEPE / Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação, através de um programa de cooperação criado por protocolo entre o Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Foram responsáveis por este programa de formação: o Dr. Antoninho Pires, Coordenador-Geral do PFICP e a Dra. Ana Luísa Oliveira, Coordenadora-Adjunta Científico-Pedagógica para o Ensino Secundário, e coautora dos diferentes materiais didáticos para a disciplina de Português, no âmbito do projeto inicial.

Devemos, por outro lado, assinalar uma outra extensão do projeto *Falar Português – Reestruturação do Ensino Secundário Geral*: o projeto de investigação *Avaliação do impacte da reestruturação do ensino secundário em Timor-Leste – um estudo no âmbito da cooperação internacional*.

Trata-se de um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC / MHC-CED / 5065 / 2012), proposto a esta entidade por Patrícia Albergaria Almeida, do CIDTFF / UA, estando atualmente a ser coordenado por Isabel Cabrita do Departamento de Educação e do CIDFTT / UA. Neste projeto pretende-se avaliar de que modo está a ser implementado o Ensino Secundário Geral, nas suas 14 áreas curriculares, e proceder a eventuais ajustes. Em março deste ano foram publicados os primeiros resultados deste projeto (Cabrita, 2015)²⁶⁷.

Uma das principais dificuldades citadas na implementação da Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste prende-se, sobretudo, com a falta de um bom domínio da LP por parte dos docentes timorenses.

Estes resultados vão ao encontro de todas as preocupações presentes nestes projetos. Importa, pois, continuar a atuar de forma a desenvolver e a consolidar as competências linguísticas em Português nos docentes

²⁶⁷ A 16 de outubro de 2015, vai decorrer no Departamento de Educação da UA o Encontro Final deste projeto, subordinado ao tema: *Educação em Timor-Leste: (re)(des) construindo o futuro*.

e a apostar na sua formação pedagógico-didática, para que a ação multiplicadora destes tenha os efeitos esperados nos jovens, cidadãos timorenses, lusófonos e cidadãos do mundo.

5. AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Maria Elisabete Afonso a leitura atenta deste texto e ainda o seu envolvimento como consultora científica da disciplina de Português.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anã, Maria Helena (2008), *Da Competência Metalinguística à Consciência Linguística: Conceitos e Pressupostos em Didática das Línguas. Lição de Síntese para efeitos de Provas de Agregação em Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro (não publicada).

Cabrita, Isabel (Coord.) (2014), *Implementar a Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste. Construindo Qualidade*. Aveiro: UA Editora.

Conselho da Europa / CE (2001), *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação* (trad.). Porto: ASA.

Corte-Real, Benjamim de Araújo (2010), *Política linguística no contexto timorense*, resumo apresentado ao 13º Congresso Internacional / 4º Congresso Internacional de Lusofonia, PUC: São Paulo, 29, 30 abril - 1 maio 2010. Consultado em 10 de fevereiro de 2010, www.ippucsp.org.br/13congresso_resumo.html.

Corte-Real, Benjamim de Araújo e Brito, Regina Helena Pires de (2006), *Aspetos da política linguística de Timor-Leste. Desvendando contracorrentes*. In Moisés de Lemos Martins e Helena Sousa, Rosa Cabecinhas (Org.), *Comunicação e Lusofonia*. Porto: Campo das Letras, 123-131.

Costa, Luís (2001), *O Tétum, fator de identidade nacional*. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 14, 59 -64.

Democratic Republic of East-Timor (2007) *IV Constitutional Government Program 2007-2012*, Presidency of the Minister's Office.

Freitas, João Câncio (2012). "Prefácio". In Ana Margarida Ramos e Filipe Teles, *Memória das Políticas Educativas em Timor-Leste: a consolidação de um sistema (2007-2012)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 7-12.

James, Carl (1995). "L'essor et la chute de l'éveil au langage". In Danièle Moore (Coord.), *L'éveil au langage. Notions en questions*, 1. Paris: CRÉDIF / LIDILEM, 25-44.

JORNAL DA República (2011) Resolução do Parlamento Nacional nº 20 / 2011, 7 de setembro: Sobre a importância da promoção e do ensino das línguas oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de uma Identidade Própria e Original no Mundo, 1ª série, 33, RDTL.

JORNAL DA República (2011) Decreto-Lei nº 47 / 2011, de 19 de outubro: Aprova o Plano Curricular do Ensino Secundário Geral e o respetivo regime de implementação, RDTL.

Lewis, M. Paul; Gary, F. Simons e Fenning, Charles D. (Eds.) (2015) *Ethnologue: Languages of the World, Eighteenth edition*. Dallas, Texas: SIL International. Consultado em 3 de junho de 2015, <http://www.ethnologue.com/country/TL/languages>.

Martins, Isabel P. e Ferreira, Ângelo (2013), "A Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral de Timor-Leste. Um caso de cooperação da Universidade de Aveiro no domínio da educação". In Carlos Morais e Rosa Lídia. Coimbra (Eds.). *Pelos Mares da Língua Portuguesa 1*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 97-110.

Martins, Isabel P. e Ferreira, Ângelo (2015), "Ensinar e Aprender em Português em Timor-Leste: O caso do Ensino Secundário Geral". In António Manuel Ferreira e Maria Fernanda Brasete (Eds.), *Pelos Mares da Língua Portuguesa 2*, Aveiro: UA Editora / Universidade de Aveiro, 395-408.

Ministério da Educação e Ciência / MEC (2011), "Apresentação". In *Metas de Aprendizagem*. Lisboa: DGE / MEC.

Ministério da Educação (2011), *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral*. República Democrática de Timor-Leste.

Ramos, Ana Margarida e Teles, Filipe (2012), *Memória das Políticas Educativas em Timor-Leste: a consolidação de um sistema (2007-2012)*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE / RDTL (2002), *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. Consultado em 3 de junho de 2015, http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf.

Ruak, Taur Matan (2001), “A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia” in *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 14, julho-setembro, 40-41.

7. Materiais Produzidos No âmbito Da Disciplina de Português

Oliveira, Ana Luísa; Ferreira, Teresa e Ançã, Maria Helena (2011), *Programa Português 10º, 11º e 12º anos de escolaridade*. República Democrática de Timor-Leste: Ministério da Educação (revisão científica de Maria Elisabete Afonso).

Oliveira, Ana Luísa; Reigota, Fernanda; Silva, Margarida e Ferreira, Teresa (2012), *Manual do aluno de Português, 10º ano de escolaridade*. República Democrática de Timor-Leste: Ministério da Educação (revisão científica de Maria Elisabete Afonso).

Oliveira, Ana Luísa; Reigota, Fernanda; Silva, Margarida e Ferreira, Teresa (2012), *Guia do Professor de Português, 10º ano de escolaridade*. República Democrática de Timor-Leste: Ministério da Educação (revisão científica de Maria Elisabete Afonso).

Oliveira, Ana Luísa; Reigota, Fernanda; Silva, Margarida e Ferreira, Teresa (2013), *Manual do aluno de Português, 11º ano de escolaridade*. República Democrática de Timor-Leste: Ministério da Educação (revisão científica de Maria Elisabete Afonso).

Oliveira, Ana Luísa; Reigota, Fernanda; Silva, Margarida e Ferreira, Teresa (2013), *Guia do Professor de Português, 11º ano de escolaridade*. República Democrática de Timor-Leste: Ministério da Educação (revisão científica de Maria Elisabete Afonso).

Oliveira, Ana Luísa; Reigota, Fernanda; Silva, Margarida e Ferreira, Teresa (2014), *Manual do aluno de Português, 12º ano de escolaridade*. República Democrática de Timor-Leste: Ministério da Educação (revisão científica de Maria Elisabete Afonso).

Oliveira, Ana Luísa; Reigota, Fernanda; Silva, Margarida e Ferreira, Teresa (2014), *Guia do Professor de Português, 12º ano de escolaridade*. República Democrática de Timor-Leste: Ministério da Educação (revisão científica de Maria Elisabete Afonso).

8. ANEXO - UNIDADES TEMÁTICAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA O 10.º DE ESCOLARIDADE (Oliveira, Ferreira e Ançã, 2011: 18-19)

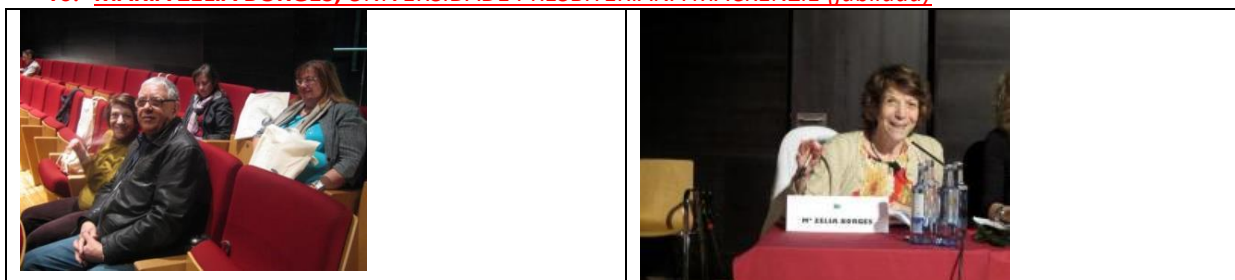
5.3 UNIDADES TEMÁTICAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Unidades temáticas	Subtemas	Tópicos de desenvolvimento	Textos	Funcionamento da língua
1. CONVIVER EM VÁRIAS LÍNGUAS	1. Línguas em Timor-Leste	Diversidade linguística em Timor-Leste (línguas faladas no território; contextos de uso das línguas; estatutos das línguas no território). Repertórios linguísticos (línguas adquiridas e/ou aprendidas; contextos de aquisição e/ou aprendizagem e uso; estatutos das línguas para o sujeito).	<i>Textos de domínio privado:</i> Biografia linguística Carta informal Entrada de diário Relato de vivências	<ul style="list-style-type: none"> Classes de palavras: classes abertas e fechadas Palavra simples e complexa Constituintes da palavra complexa: radical, prefixo e sufixo Processos de formação de palavras: empréstimo, sigla, acrónimo, derivação, conversão, composição Relações fonéticas e gráficas entre palavras: homonímia, homofonia, homografia e paronímia Preposição: contração; regência verbal Pronome Determinante Quantificador Conjunções e locuções conjuncionais coordenativas e subordinativas Nome: flexão em género e número Adjetivo: flexão em grau Verbo: principal, copulativo e auxiliar Complexo verbal estar a+ vus, andar a+ vus, ir+ vus, haver de+ vus, ter de+ vus, costumam+ vus
	2. O mundo lusófono	Presença do Português no mundo (países de língua oficial portuguesa e comunidades imigrantes lusófonas). Variedades do Português.	<i>Textos de domínio público:</i> Nota biográfica Questionário Carta aberta Folheto	<ul style="list-style-type: none"> Modo imperativo Modo conjuntivo: presente, futuro simples e composto Modo condicional Formas de tratamento Registos de língua Frases simples, frase complexa e oração
	3. Línguas globais	Línguas com maior número de falantes e países onde têm o estatuto de língua oficial. Função das línguas globais na comunicação interpessoal.	<i>Textos de domínio profissional:</i> Anúncio de emprego Carta de candidatura Currículum Vitae Entrevista de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Modo indicativo: presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito simples e composto, futuro simples e composto Modo imperativo Modo conjuntivo: presente, futuro simples e composto Modo condicional Formas de tratamento Registos de língua Frases simples, frase complexa e oração
2. VIVER A TRADIÇÃO E A MUDANÇA EM TIMOR-LESTE	1. Vivências familiares	Composição do agregado familiar do aluno. Dinâmicas familiares (ex.: distribuição de tarefas domésticas; convívios em família, ...). Aspirações pessoais ao nível de relações afetivas futuras.	<i>Textos de domínio educativo:</i> Exposição oral	<ul style="list-style-type: none"> Modo imperativo Modo conjuntivo: presente, futuro simples e composto Modo condicional Formas de tratamento Registos de língua Frases simples, frase complexa e oração
	2. Dinâmicas em comunidade	Atividades de ocupação dos tempos livres. Atividades habituais realizadas em comunidade. Festas tradicionais relevantes em Timor-Leste.	Outros textos relevantes	<ul style="list-style-type: none"> Modo imperativo Modo conjuntivo: presente, futuro simples e composto Modo condicional Formas de tratamento Registos de língua Frases simples, frase complexa e oração
	3. Meios rurais e urbanos	Infraestruturas e atividades económicas. Condições sociais e organizações de intervenção social. Relações interpessoais.	Outros textos relevantes	<ul style="list-style-type: none"> Modo imperativo Modo conjuntivo: presente, futuro simples e composto Modo condicional Formas de tratamento Registos de língua Frases simples, frase complexa e oração

[18]

3. SONHAR E CONSTRUIR FUTUROS	1. Escolhas formativas e profissionais	Percurso formativo em Timor-Leste. Atividades profissionais. Fatores relevantes na escolha de uma profissão. Ambições e projetos a nível formativo e profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação e subordinação • Orações coordenadas: copulativa, adversativa, disjuntiva, conclusiva e explicativa • Orações subordinadas adverbiais: causal, final, temporal, concessiva, condicional, comparativa e consecutiva • Funções sintáticas ao nível da frase: sujeito, predicado, vocativo e modificador de frase
	2. Oferta e procura de emprego	Processo de candidatura a um emprego.	

15. MARIA ZÉLIA BORGES, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (jubilada)



MARIA ZÉLIA BORGES

TEMA. 2.7. INHOTIM – Espaço Lusófono, Mas Também Bilingue.

Neste 24º Colóquio, usarei como base para o estudo um texto não literário, mas sim um que versa sobre arquitetura, escultura, biologia, jardinagem e paisagismo. De fato, o texto se fez com dados da Revista bilingue Monólito: *Inhotim – arte, arquitetura e paisagismo / Inhotim – architecture art e landscape*. Trata de um museu a céu aberto visitado por pessoas do mundo inteiro, um jardim criado por um minerador, Bernardo Paz, que se tornou jardineiro visionário, plantador de sonho. Criou Inhotim, para onde levou arquitetos, escultores, pintores, paisagistas, biólogos, jardineiros e quejandos a fim de construir *O Jardim Botânico Inhotim*, no município de Brumadinho, Minas Gerais. Destaco no texto o tópico de nº 4, onde agrupei palavras do Léxico lusófono Brasileiro, com alguns elementos típicos de Minas Gerais. Baseada em mais de uma viagem a Inhotim, aproveitei para dedicar meu texto ao idealizador de Inhotim, Bernardo Paz e também a um escritor açoriano, Cristóvão de Aguiar, que me forneceu subsídios teóricos para distinguir emoções diante do belo. Estendo meu agradecimento aos demais açorianos que, anualmente, nos recebem e tornam aprazíveis nossos Colóquios de Lusofonia. Vejo-me também devedora de agradecimentos a todos aqueles que trabalham em Inhotim e nos recebem tão gentilmente.

INHOTIM – Espaço lusófono, mas também bilingue. Maria Zélia Borges

Em São Paulo, numa noite invernal de virada cultura (*),
 tive uma dúvida cruel, amarga como fel,
 - como dar nome
 adequado e conforme
 a um texto a ser enviado para um Colóquio de Lusofonia.
 Texto que deveria ser como bilingue formatado,
 porque destinado
 a Raimundo e todo mundo.
 É texto sobre um povo¹ estranho,
 mas em grandeza confirmado,
 porque dotado de coração de ouro (é mineiro, uai!),
 em peito de ferro guardado,
 na região ferrífera do Cerrado².

1. Circuitos de Minas Gerais e quatro mineiros notáveis.

Pretendo hoje ocupar-me com um sítio bastante especial de minha terra. Este pedaço do Brasil mostra pessoas e fatos que causam estranheza, por serem *sui generis*, como as que aparecem a seguir: Juscelino Kubitschek de Oliveira, Carlos Drummond de Andrade, João Guimarães Rosa e Bernardo Paz.

Juscelino, médico, prefeito de Belo Horizonte, depois governador do Estado e por fim Presidente da República, não se conformava porque, durante sua infância e juventude, Minas não tinha o mar às portas. Saiu, então, a cavar poços como o Lago da Pampulha em Belo Horizonte e, depois, o Lago Paranoá em Brasília.

O poeta Drummond de Andrade se dizia “fazendeiro do ar”, com lavoura de vento, rebanho de nuvens, moendo trigo de sentimento em moinho estranho.

Outro mineiro diferente foi Guimarães Rosa que, profissionalmente médico e depois embaixador do Brasil, gostava mesmo era de viajar com peões e boiadeiros e de registrar tanto falas de bois quanto falas e pensamento de onças.

— Mas hoje, quero me ocupar de outro mineiro sonhador, Bernardo Paz, o idealizador do Instituto Cultural Inhotim. Nascido em Belo Horizonte, criado no bairro Sion, exerceu atividades profissionais diversas: trabalhou em posto de gasolina do pai, em venda de roupas masculinas e no mercado financeiro. Fez vestibular apenas para provar que conseguiria passar no exame, mas não prosseguiu o curso para o qual fora aprovado. Amealhou sua fortuna a partir de uma empresa mineradora comprada com parte de herança de uma de suas mulheres, filha de um banqueiro. Comprou uma empresa falida, onde foi trabalhar vinte horas por dia e tornou-se pioneiro em vendas para a China, começando sua fortuna com o aumento de preço do minério. Desviou depois seu interesse maior para jardins, capões de mato e flores, transformando tudo em museu a céu aberto. Mais um mineiro sonhador: empresário da mineração dedica-se a cuidar de jardins que abrigam obras de arte. Poderíamos chamá-lo “jardineiro do sonho”?

*- Quero justificar o uso frequente da rima. Uso-a intencionalmente, aqui, porque sinto que ela torna a frase mais saltitante, mais cantante. Rima fica bem tanto na comunicação mais popular quanto mais literária, tanto na frase mais cuidada, quanto na frase mais livre e solta. Gosto dela na trova, na toada, mais adequada para andar comigo neste jardim.

1- A numeração alceada de (3 a 20) parece chamada de rodapé. Neste texto, porém, remete para o interior do tópico de número III. - Léxico lusófono brasileiro, com alguns elementos típicos de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais vem tentando, paulatinamente, dividir seu território em circuitos turísticos. Inúmeros deles foram oficialmente nomeados, a partir de 2011. Alguns outros estão ainda em fase de organização.

Arrolarei aqui apenas os circuitos da região central: Belo Horizonte; Diamantes; Grutas; Guimarães Rosa; Lago Três Marias; Ouro; Parque Nacional da Serra do Cipó; Trilha dos Inconfidentes; Verde - Trilha dos Bandeirantes; Veredas do Paraopeba; Villas e Fazendas de Minas. Os demais, no caso de lhes serem interessantes, são facilmente encontráveis no Google.

O espaço objeto de nosso interesse hoje, o Instituto Inhotim, fica no Circuito Veredas³ do Paraopeba⁴, localizado no entorno de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Tal circuito inclui as cidades: Belo Vale, Bonfim, Brumadinho⁵ Igarapé⁶, Itaguara⁷ Moeda, Rio Manso, São Joaquim de Bicas.

2. Inhotim, uma nova forma de viver no mundo contemporâneo.

A expressão que subintitula este tópico é de seu criador, Bernardo Paz, que desejou criar aqui um lugar hospitaleiro, um refúgio.

Inhotim é um museu a céu aberto, na região metropolitana de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

O nome Inhotim, parece bastante estranho, mas vem também do gosto mineiro por corruptelas, diminutivos e africanismos. É do sítio onde se encontra o Instituto: o sítio pertencia a um Inglês responsável por uma mineradora, Mr. Timothy, o Senhor Timóteo, cujo nome foi se alterando para Sinhô Timóteo, Nhô Tim, Inhô Tim, Inhotim.

Hoje o Instituto Inhotim é formado por um conjunto de pavilhões e galerias com obras de artistas de várias partes do mundo. Aqueles que trabalharam em sua elaboração vêm dos diversos quadrantes do mundo. Daí

sobrenomes de origens diversas se reúnem: de saída aparece o nome Burle Marx - de Roberto Burle Marx, artista plástico e paisagista paulistano, cujo primeiro sobrenome vem da ascendência francesa de sua mãe (Burle Dubeux), nascida em Recife e Marx, recebido de seu pai, judeu alemão de *Stuttgart*.

Barney – de Mathew Barney, escultor, fotógrafo e desenhista americano;
Cerviño – sobrenome espanhol, do arquiteto brasileiro Rodrigo Cerviño Lopez;
Finotti - sobrenome italiano de Leonardo Finotti, arquiteto e fotógrafo brasileiro.
Salcedo – sobrenome espanhol, de Doris Salcedo, escultora colombiana;
Zechmeister – sobrenome austríaco, de Freusa Zechmeister, mineira, mas filha de engenheiro-arquiteto austríaco imigrado para o Brasil.

Acrescentarei alguns nomes brasileiros, movida pela curiosidade que me provocam. Sei que, em se tratando de Portugal, nomes de árvores e de animais camuflavam nomes judeus, para cristãos novos. Mas não foi este o caso no Brasil.

Apenas a título de curiosidade, posso dizer de uma família do sul de Minas Gerais, cujo nome vem de um membro da família, cuja alcunha a ele atribuída, vinha de briga entre familiares na cidade natal.

Varejão, de Adriana Varejão, arquiteta que foi casada com Bernardo Paz. Não consegui saber como o nome passou para a família, se no Brasil ou em Portugal. O substantivo comum empregado, varejão, designa: “1. vara comprida com que se impulsiona embarcação miúda em águas rasas 2. Reg. Portugal estaca que apoia uma videira ou uma árvore 3. Reg. Brasil. Grande estabelecimento comercial que vende a varejo” (DH).

O substantivo oiticica, de Hélio Oiticica, como teria passado a nome de família? Não consegui ainda também esta informação, mas voltarei ao substantivo comum no tópico 4, onde aparecerá o verbete com o número alceado ²⁰, à p. 15.

Inhotim possui um acervo artístico em constante mutação, plantado num espaço efetivamente prazeroso. Numa região de linguagem tipicamente lusófona, à moda mineira, Inhotim se apresenta bilíngue – português / Inglês – porque exposto à visita de “Raimundo e todo o mundo”. Aliás, tenho repetido sempre que o português do Brasil é um cadinho de povos e de línguas, onde nada pode soar estranho.

Bernardo Paz comprou, na década de 1980, um sítio próximo à área urbana de Brumadinho, município satélite de Belo Horizonte. Utilizou-o como seu refúgio de fins de semana, onde guardava sua coleção de obras de arte, focada, na época, no Modernismo brasileiro. Com o tempo, passou a considerar vaidade colecionar arte, voltando sua preocupação para museu, o que lhe permite compartilhar tais obras com a população para a qual abre seu espaço. Não calcula exatamente quanto despendeu com isto. Fala que vendeu uma empresa por 250 milhões de dólares, aplicando tudo ali. Inhotim, com mais de 700 empregados e programas educativos, não é autossustentável, e Paz diz gastar ali por volta de um milhão de reais por mês. Quando dizem ser ele um homem rico, aparteia que não, que é louco mesmo.

O Instituto Inhotim se localiza no Parque Estadual da Serra do Rola-Moça ⁸, que é área de preservação nas cercanias de Belo Horizonte, capital do estado. Belo Horizonte, Nova Lima, Ibirité ⁹ e Brumadinho são os municípios na área encontrados.

Paz fez-se amigo de Burle Marx que, ao presentear-lo com um quadro, observou em sua dedicatória que Paz tinha “a capacidade de ser poeta de sua própria vida”. Paz foi se tornando sempre mais jardineiro que minerador. Uma vez “jardineiro do sonho”, aprendeu a afinar arte e paisagem e plantou sua coleção de obras em extenso jardim aberto, misturando esculturas, galerias construídas e grandes móveis artesanais, a árvores, flores, lagos, lagoas e grama verdejante. As galerias, para abrigar mostras do acervo de arte, são construções preocupadas em integrar-se ao espaço circundante. Mais que fechar e abrigar bens preciosos, tais espaços são feitos para abri-los e oferecê-los à fruição de visitantes que buscam amplos espaços de beleza e lazer, preferindo-os a espaços venais,

febricitantes e fechados. São construções que não deixam esquecer a “Fábula de um arquiteto”, poema de João Cabral de Melo Neto (1979: 18):

*A arquitetura como construir portas,
de abrir; ou como construir o aberto;
construir, não domoilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas, em portas,
casas exclusivamente portas e teto.
O arquiteto: o que abre para o homem
(tudo se sanearia desde casas abertas)
portas por-onde, jamais portas-contra;
por onde, livres: ar luz razão certa.*

*Até que, tantos livres o amedrontando,
renegou dar a viver no claro e aberto.
Onde vãos de abrir, ele foi amurando
opacos de fechar; onde vidro, concreto;
até refechar o homem, na capela útero,
com confortos de matriz, outra vez feto.*

Parecem tais espaços adrede preparados para que os visitantes possam ali fruir de estados de ânimo como aqueles explicados por Cristóvão de Aguiar: deslumbramento, alumbramento e estado de graça. Tentei definir e distinguir tais estados de alma em texto de minha autoria (Borges: 2014), apresentado no 23º Colóquio, Anais. A ele remeto agora meus leitores:

O DH assim registra os significados do verbete *deslumbramento*: ato ou efeito de deslumbrar-se; deslumbre **1.** Turvação da vista causada por excesso de luz, brilho ou por outros fatores (p.ex., vertigem). **2.** Derivação: sentido figurado. Estado de espírito de quem é tomado por viva admiração; encantamento. Ex.: O deslumbramento do menino era visível **2.1.** Derivação: por extensão de sentido. Objeto de admiração, aquilo que provoca fascínio ou sedução; encanto, maravilha Ex.: O panorama era um deslumbramento. **3.** Derivação: sentido figurado. Perturbação do entendimento; alucinação, obcecação.

Para alumbramento o DH dá definições menos satisfatórias. Com efeito, o primeiro significado que apresenta é o obsoleto: **1.** Diacronismo (antigo): engano do espírito ou da mente; ilusão. Os outros significados que aparecem são mais figurados: **2** Derivação por extensão de sentido: Sopro criador; revelação, inspiração. **3.** Derivação: sentido figurado. Estatística: Pouco usado. Estado de quem se deslumbra; maravilhamento. Em busca de sinonímia, sugere: “ver sinonímia de *inspiração*”.

O Grande Dicionário, da Porto Editora, não registra tal palavra. Cristóvão, porém, busca seu significado em dicionário cujo nome não aponta, mas onde se lê “alumbramento”, aparecem dois pontos seguidos de: “inspiração sobrenatural; iluminismo” (2003: 23).

De minha parte, procuro diferenciá-lo, usando, em parte, o conceito de entusiasmo: “estado de exaltação do espírito, de comoção profunda do pensamento; alegria intensa, viva; júbilo”. Deste modo, *deslumbramento* seria mais aplicável a sensações, enquanto alumbramento diria respeito a sentimento, a pensamento.

Se não é fácil distinguir o verbete alumbramento de deslumbramento, muito menos o será definir estado de graça. Volto-me novamente para Cristóvão de Aguiar, que se virou bem na tarefa, preferindo exemplificá-lo com suas tarefas de escritor. Não vou repetir os exemplos então transcritos. Limitar-me-ei a citar apenas o último, que se lê em *Raiz Comovida* e me fez atinar com o caminho para procurar melhor definição:

De novo a ressuscitada voz do Ti (sic) José Pascoal ilumina-me os adormecidos recantos da memória e vem guiar-me no labirinto desta escrita. Estendo-lhe aqui a minha voz fraterna, e assim, voz na voz, rompemos juntos numa aventura que decerto nos levará ao ignorado e deslumbrante reino onde a palavra se há de tornar no pão e no vinho da nossa fome e da nossa sede, não para saciá-las, mas para as irem vivificando. (2003: 67)

O trecho me leva imediatamente para o Salmo 103 e posso agora tentar explicar o que seja estado de graça. Verifico inicialmente a definição dicionarizada do sintagma *estado de graça*: “**1.** Rubrica: teologia. Condição daquele que recebeu a graça divina **2.** Derivação: por extensão de sentido, sentido figurado. Uso: informal. **2.** Estado de quem se sente extremamente feliz”. (DH)

Se o DH assim define a expressão, prefiro, aqui, considerá-la livremente, como o conjugado harmonioso de *alumbramento* com *deslumbramento*. A meu entender, a definição perfeita da locução encontra-se no Salmo 103, na tradução da Vulgata. Para meu uso, porém, opto por uma versão de Joseph Gelineau, jesuíta francês, versão que sei de memória, pois era a dos corais de minha juventude: “O vinho ao homem torna alegre, e o branco pão a força traz, e a vida a estuar é o seu canto”.

Se estado de graça é aquele que nos faz extremamente felizes, a estuar nossa vida, isto é, a fazer vibrar nossa vida em cânticos, posso dizer que andar por Inhotim pode nos levar a isto: satisfeitos nossos sentidos, nossas emoções e nossa ânsia de conhecer, diante da beleza, diante do trabalho humano primoroso, vertemos nossa vida em cântico de louvor.

Ver e sentir o jardim, o Parque Inhotim é atividade diferente de estudá-lo e falar sobre ele. Após a expectativa da primeira visita, a chegada vai transformando em um sonho feito de bruma e de sol. Tal sonho se concretiza em capões de mato⁹, isto é, pequenos bosques¹⁰ que, juntos, formam um grande capão, uma quase mata¹¹, quase floresta¹², transformada em espaço de arte, de criação, idealizado por um “jardineiro do sonho”, um empresário que se torna fazendeiro visionário. De fato, o próprio Instituto Inhotim, em seu site, nos informa sobre seu acervo botânico, representado por grupos com valor paisagístico e expõe uma significativa representatividade filogenética. Ao todo, são cerca de 5.000 representando 181 famílias botânicas, 953 gêneros e pouco mais de 4.200 espécies de plantas vasculares. T tamanha diversidade faz do Jardim Botânico Inhotim (JBI) um espaço único, possuindo a maior coleção em número de espécies de plantas vivas entre os jardins botânicos brasileiros.

O acervo da fauna e da flora do Jardim Botânico Inhotim é um campo para estudos avançados e inovadores. Os projetos de pesquisa são voltados principalmente para conservação de espécies *ex situ* (fora de seu ambiente) para o uso sustentável de componentes da biodiversidade. (disponível em julho de 2015).

De minha parte, vejo Inhotim como um éden criado em plagas alterosas de Minas Gerais, como um jardim paradisíaco feito de flora esfuziante, com árvores de diversos portes, algumas delas gigantes. As flores são também diversificadas: flores rasteiras, flores trepadeiras e flores altaneiras; flores sozinhas, flores com poucas vizinhas; flores em pequenos e grandes bandos; flores que parecem frutos. Das flores caem sementes soltas e dependentes. As sementes juntam-se em coleções e procriam. Procriadas, desenvolvem-se em novas flores e novas árvores e a constante renovação mantém o jardim em primavera o ano todo.

Comentarei alguns nomes da flora, pois tais nomes sintonizam as palavras com as cores, aromas e sabores que designam. De fato, acredito em Guimarães Rosa para quem as palavras “têm canto e plumagem”. Acredito também em no cineasta japonês, Akira Kurosawa, para quem elas possuem “sabor a aroma”.

As palavras aqui ficam em situação de diglossia ou bilinguismo, de polifonia e, por que não dizer, de policromia já que estão em e falam de ambiente policromático, poliglota e polifônico.

Um nome de árvore bastante recorrente em Inhotim é tamboril¹³, árvore próxima da casa da fazenda original. Burit¹⁶ é nome de outra árvore muito comum em regiões de cerrado e de veredas. No site do Museu encontrei apenas fotos de flores, sem comentários verbais, com exceção da flor-cadáver¹⁵.

Quanto às demais flores que vi, limitei-me às poucas cujos nomes já eram de meu conhecimento: agapanto¹⁷, estrelitza¹⁸. Vivendo numa terra tão florida, só cuidava dos nomes mais estranhos para mim.

3. *Galerias e esculturas.*

Não poderei comentar todas as galerias e esculturas a céu aberto. O site do Instituto Inhotim contém boas informações a respeito. Limitar-me-ei a duas esculturas e duas galerias:

3.1. *Beam drop* – escultura cujo nome se traduz livremente por “queda de viga”. Foi criada em 1984, no Art Park, em Nova York, e demolida três anos depois. Recriada em 2008, em Inhotim, no alto de uma montanha, quando um alto guindaste jogou, em uma poça de cimento fresco, as 71 vigas de ferros velhos que compõem a escultura. As vigas criadas por Chris Burden, segundo o site do Instituto, “questionam as categorias estáveis de poder e status.

Outra escultura atrai fortemente a atenção do visitante

3.2. No Centro educativo *Burle Marx* – aqui a integração arquitetura / paisagismo é muito atraente: escultura foi construída quase toda sobre um lago. Sua cobertura, que também serve como ponte, fica numa praça elevada com um espelho d’água ajardinado, onde se aloja a obra ***Narcissus garden Inhotim*** (2009) da artista Kayoi Kusama, japonesa. Constitui-se em nova versão de um trabalho apresentado nas águas de Veneza, na sua 33ª Bienal (1966). Lá causou polêmica por ser vista como protesto e foi convidada a se retirar. Refeita a obra para Inhotim, apresenta-se com 500 bolas de aço inoxidável, flutuantes sobre a água. Tais bolas, movidas pelo vento, refletem o visitante, o céu, a água e vegetação circundante. Assim, cumprem a função pretendida por sua autora, isto é, a de “um tapete cinético”. Mas não constituem um *tapis roulant*, pois não podem transportar ninguém.

3.3. Galeria *Doris Salcedo* – dos arquitetos Paula Zasnicoff, brasileira, e Carlos Granada, colombiano, parceiro de Doris Salcedo em obras que requerem trabalho de um projetista. Destaco a obra tendo e vista a explicação que lhe deram os dois arquitetos em oposição à abertura proposta na Fábula do arquiteto, o que aqui se justifica pela finalidade da obra: enquanto não se queria obstáculos à entrada e saída da casa, deixando-a perfeitamente integrada ao seu entorno, no texto do poeta João Cabral, neste agora, casa não é abrigo, mas sim calabouço.

A construção foi feita especialmente para abrigar *Neither* (2004), que criou após visitar o campo de concentração de Auchwitz, Polônia, e apresentou pela primeira vez em Londres, na galeria White Cube. Segundo texto elaborado pelos curadores, trata-se de um trabalho que expressa uma abordagem de tensão sobre a arquitetura que, ao mesmo tempo, ameaça e protege o ser humano. A obra de grandes proporções faz de alguns elementos de construção – como grades e paredes – carrascos de nós mesmos. E cria um dilema para quem a visita: estou do lado dentro ou de fora?’. Nesse sentido, até mesmo o local de implantação relaciona a arquitetura com a obra de arte: a fronteira entre o passado e o futuro, ou a linha divisória da topografia ou da vegetação.

3.4. Galeria *Cosmococa* - de Hélio Oiticica²⁰, artista performático carioca (1937-1980) e Neville de Almeida, cineasta belo-horizontino, residente no Rio de Janeiro. A obra *Cosmococa 5* (o mundo da droga), foi realizada em 1973. Os dois artistas trabalharam em parceria, em Nova York, no início da década de 70, criando instalações conhecidas por “quase cinema”. Seus criadores denominaram-nas *Blocos-Experiências em cosmococas*. Elas consistem em projeção de slides com trilhas sonoras que consideraram apropriadas e usando fotos de cocaína (tais fotos eram desenhos de capas de discos de “Jimi” Hendrix, John Cage, Marilyn Monroe e Yoko Ono, entre outros). Para Oiticica o uso da cocaína era resistência ao domínio norte-americano e apologia da contracultura. Oiticica foi o inventor, para nós do Sudeste, do nome parangolé¹⁹, aplicado a muito de seus objetos vistos como “penetráveis”, isto é, objetos que os visitantes de exposições de arte e museus, poderiam usar como capas. Por valer a pena, remeto aqui meus leitores e / ou ouvintes, a um livrinho de Waly Salomão, lançado recentemente pela Companhia das Letras e intitulado *Hélio Oiticica: qual é o parangolé?* Esta obra comenta detalhadamente a produção artística de Oiticica. Tento sintetizar Salomão (2015: 293), no verbete parangolé¹⁹, no tópico de número 4 deste texto, que vem logo a seguir.

O parque mostra ainda esculturas mobiliárias, rústicas e aconchegantes, como bancos e espreguiçadeiras espalhados pelos gramados. São peças de autoria de Hugo França, que expõe seus trabalhos em outros museus, no Brasil e no exterior. Em outros lugares fora de Inhotim e em seu ateliê, alguns móveis recebem nomes, como, por exemplo, Chaise laurée, Banco mandacaru, Cadeira cuíca, Mesa Garandi.

Sinto necessidade, ao fim desta passada pelo Parque Inhotim, de referir-me a um comentário de Fernando Luiz Lara, na publicação Monolito (sic), em face da certeza de que “o minério só dá uma safra”. O comentarista acrescenta: “no entanto, em Inhotim, no extremo oeste do quadrilátero ferrífero, as minas de Bernardo Paz vão pela quarta colheita” (2013:68). De fato, Inhotim cresce e se renova sempre, e oferece, em suas diversas safras, repetidos estímulos ao deslumbramento e alubrimento, a um puro estado de graça. Senti bem isto quando lá estive de novo, agora em julho de 2015 e vi, pela primeira vez, a Vandário, uma galeria de orquídeas de encher os olhos e a alma. Lá estão reunidas em um mesmo espaço, a partir de março de 2014, segundo anúncio do próprio JBI, cerca de 350 orquídeas do grupo das vandáceas, originárias do Sudeste Asiático e da Austrália. Temos um espetáculo impar de cores e formas, que explode, silenciosa e duradouramente, num galpão em meio ao verde.

4. Léxico lusófono brasileiro, com alguns elementos típicos de Minas Gerais.

Povo¹ – O DH apresenta o verbete como Regionalismo: Brasil. Uso: informal. turma, gente. OBS.: para a gente de Minas, “o povo”, “meu povo” são as formas preferidas.

Cerrado² - Rubrica: fitogeografia. 1. mata xerófila dos planaltos, de formação arbórea aberta, com vegetação herbácea abundante e cujas árvores são ger. pequenas e tortuosas e de casca grossa e suberosa; campo cerrado, cerradão, mato grosso. 2. terreno ger. plano, com longos períodos de seca, onde ocorre este tipo de vegetação; campo cerrado, cerradal, cerradão (DH).

Vereda³ - O DH classifica tal palavra como Regionalismo brasileiro: assim definindo-a: local úmido e fértil para agricultura. O mesmo dicionário, contudo, especifica com outra entrada: Regionalismo: Minas Gerais, Centro-Oeste do Brasil. na região dos cerrados, curso de água orlado por buritizais. Ainda não consigo deixar de lado a definição citada por Martins, (2001: 520), tirada do próprio Guimarães, em *Manuelzão e Miguilim*:

Mas, por entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as veredas. São vales de chão argiloso ou turfo-argiloso, onde aflora a água absorvida. Nas veredas, há sempre o buriti. De longe, a gente avista os buritis, e já sabe: Lá se encontra água. A vereda é um oásis. Em relação às chapadas, elas são, as veredas, de belo verde-claro, aprazível, macio. O capim é verdinho claro, bom. As veredas são férteis. Cheias de animais, de pássaros.

Nas veredas, um elemento característico leva nome especial. Trata-se de *resfriado*, assim definido por Martins (2001: 423): “relvado nos pastos, próximo às cabeceiras, onde existe umidade”. A autora classifica a palavra como brasileirismo. No DH, o verbete *resfriado* vem definido e classificado em duas sub entradas como: 5. relvado nos pastos, perto de cabeceiras, onde há umidade. 6. Regionalismo: Bahia, Minas Gerais. camada de terra sobre lajedos.

Paraopeba⁴ - (de *paraná-y-peba*) rio de água rasa, de pouca água. Apontado por Silveira Bueno (1986: 579) como regionalismo mineiro.

Brumadinho⁵ - apesar de ter população pequena é importante para a região metropolitana de Belo Horizonte graças a seus grandes mananciais que servem a capital. O município é grande e provido de muita água, inclusive a da marca Ingá (Ingá é nome de um fruto branco e adocicado, produzido dentro de uma bainha na árvore homônima). A cidade chamou-se inicialmente Brumado Velho, mas os mineiros são muito chegados a um diminutivo, daí a mudança para Brumadinho. Aliás, Guimarães Rosa era atento aos diminutivos mineiros e também àqueles com sufixo alternativo como aparecem nos exemplos (1973, p. 39): *beijim, passarim, cabelim, sozim, lugarim*, e que substituem também algumas vezes, *-ino* e *-ina*, mas já sem valor diminutivo (*patavim, patavim*). Os

topônimos Brumadinho e Brumado Velho foram escolhidos graças à bruma que encobre o sol e envolve a cidade até quase meio-dia, como explica Fernando Serapião (2013, p. 15):

Igarapé⁶ (de *ygara-apé*) - o caminho das canoas, o canal também dito *furo*, no Amazonas. Silveira Bueno (1986, p.149). (Furo: Regionalismo. Amazônia (DH). Acontece quase toda manhã, mas só percebe quem chega cedo. Tal como o vapor que escapa de uma panela de pressão, a bruma foge por um estreito vão entre as montanhas. O lugar tem o apropriado nome de Funil e ajuda dissipar a névoa que encobre o sol até perto do meio-dia. Por esta mesma fresta passam a água do rio Paraopeba, o ferro dos vagões dos trens, o metano no gasoduto e a luz elétrica nos cabos de alta tensão. A rodovia, tingida pela vermelhidão do minério que transborda dos caminhos de carga, também aproveita o vão e, colada à sinuosidade da montanha, perde o acostamento para poder prosseguir. Depois da última curva, uma placa dá boas-vindas ao lugar cujo nome já é então facilmente explicável:

Itaguara⁷ - segundo o Google "Itaguara" é uma palavra de origem tupi. Significa "toca de pedra", através da junção de *itá* ("pedra") e *kûara* ("toca"). Foi Itaguara o primeiro lugar onde trabalhou Guimarães Rosa, quando se formou médico.

Serra do Rola-Moça⁸ - A Serra assim foi chamada devido a um "causo" imortalizado em poema por Mário de Andrade: um casal voltava para casa após as núpcias; viajava a cavalo e a moça rolou serra abaixo; o noivo, desesperado, esporeou seu cavalo também para o precipício e a serra "que não tinha esse nome não, Rola-Moça se chamou", como repete o poema consultado no Google (disponível em julho / 15)

Ibirité⁹ - palavra derivada do tupi antigo *ybyreté*, que significa "muito verdor" (*ybyra*, "verdor" + *eté*, "muito"). Tal povoado foi escolhido pela educadora russa Helena Antipoff para ser a sede de suas obras, que ainda são a referência maior da cidade (Google, disponível em 07 / 06 / 14).

Bosque¹⁰ – 1. Rubrica: fitogeografia. Formação vegetal dominada por árvores e arbustos, não muito extensa, ger. resultante da rarefação de florestas, como é freq. na Europa, ou típica das savanas ou campos cerrados, como na África e no maciço central do Brasil, em que pontua regiões abertas, forradas por gramíneas e outras ervas; caapuã, capão, **Capão**. ¹¹ 2. Derivação: por extensão de sentido. mata, pequena floresta; boscalegem (...) Etimologia: cat. ou provç. *bosc(ó)* 'id.' <b.-lat. *boscus*, 'id.' e, este, do germ. ocidental **bosk* 'mata' (cp. al. *Busch*, ing. *bush*); em 1258 *bosco* (cf. JM) e no sXIV *boosco* (DH).

Capão de mato¹² - segundo Nascentes, a expressão vem do tupi, *ka'a pu'ã* 'mato redondo'; o DHPT registra *kaa'pau'* 'pequeno bosque insulado em um descampado, mato isolado'.

Mata¹³ – 1. área coberta de plantas silvestres de portes diversos 2. o m.q. **floresta** ('conjunto de árvores') 3 quantidade de árvores de mesma espécie. Etimologia: prov. lat.tar. *matta,ae*, esteira de junco; porção de plantas que cobre certa porção de terreno'; o voc. já ocorre no sVI, na Península Ibérica (DH).

Floresta¹⁴ - denso conjunto de árvores que cobrem vasta extensão de terra; mata. Etimologia: fr. ant. *forest* (1121) 'vasta extensão de terreno povoado de árvores', hoje *forêt*, do b.-lat. *forestis* '(bosque) externo', prov. com infl. de *flor*; f. hist. sXIV *furesta*, sXIV *foresta*, sXIV *froresta*, sXV *fruesta*, 1572 *floresta* fr. ant. *forest* (1121) 'vasta extensão de terreno povoado de árvores', hoje *forêt*, do b.-lat. *forestis* '(bosque) externo', provavelmente com infl. de *flor*; f. hist. sXIV *furesta*, sXIV *foresta*, sXIV *froresta*, sXV *fruesta*, 1572 *floresta*. (DH).

Tamboril¹⁵ – *Enterolobium contortisiliquum*. Família Leguminosae-Mimosidae. Nomes populares: Orelha-de-macaco, Orelha-de-negro, Orelha-de-preto (PA), Pacará, Pau-de-sabão, Tambaré, Tambori, Tamboril, Tamburé, Timbaíba, Timbaúba, Timbaúva, Timbó, Timboúva, Timburi, Vihático-flor-de-algodão, Ximbó (PA). Madeira: Leve, macia de corte, grã direita para regula, pouco resistente, medianamente durável, com alburno diferenciado Utilidade: Madeira própria para o fabrico de barcos e canoas de tronco inteiro, brinquedos, compensados, armações de móveis, miolo de portas e caixotaria em geral. Os frutos contêm saponina. A árvore possui copa ampla e frondosa, proporcionando ótima sombra no verão. É ótima para reflorestamento [...] por seu rápido crescimento

inicial. [...] Flor-de-algodão (Lorenzi, vol. 1, 193). Etimologia: alt. de *tamborim*; na acp. ict., prov. p.ana. de forma, conforme Nascentes; f.hist. sXV *tamborys*, 1593 *tamboril* (DH).

Buriti¹⁶ - denominação científica: *Mauritia flexuosa* Outros nomes populares: coqueiro-buriti, miriri (PA), boriti, moriti, muriti, caradá-guaçu, carandaí-guaçu, palmeira do brejo. Características morfológicas: Altura de 15-25 com tronco de 30-50 cm de diâmetro. Folhas em número de 10-20. De 3-5 de comprimento por 2-3 de largura. Cachos de 2-3 m de comprimento. Ocorrência: Pará, Maranhão, Piauí até São Paulo e Mato Grosso do sul, invariavelmente em brejos de várias formações vegetais. Emprestou seu nome a várias cidades, palácios, parques e ruas do país. Madeira: moderadamente pesada e dura, de baixa durabilidade em ambientes desfavoráveis. Utilidade: A madeira é empregada para construções rurais e em trapiches em beira de rios. A incisão da inflorescência antes de desabrocharem as flores, fornece um líquido adocicado que fermentado se transforma no “vinho de buriti”; este pode ser preparado também do mesocarpo do fruto. A polpa do fruto fornece óleo comestível e é consumida pelas populações locais, geralmente na forma de doces. A medula do tronco fornece uma fécula semelhante ao sagu. A árvore é muito ornamental, podendo ser usada no paisagismo de grandes jardins. Informações ecológicas – Planta perenifólia, heliófila e higrófila, encontrada em várias formações vegetais, porém, invariavelmente áreas brejosas ou permanentemente inundadas. É particularmente frequente em baixadas úmidas de áreas do cerrado do Brasil Central. Ocorre geralmente em agrupamentos quase homogêneos (buritais). (Lorenzi, vol. 1, p. 297). Etimologia: tupi **mbiri'ti* 'espécie de palmeira'; Var. com *mb-* > *b-* ou *m-*; f.hist. c1631 *morety*, a1667 *moritim*, c1698 *muruty*, 1734 *buritis* (DH).

Agapanto¹⁷ - Rubrica: angiospermas. design. comum às plantas do gên. *Agapanthus*, da fam. das aliáceas (por vezes incluído na fam. das amarilidáceas ou na das liliáceas), que reúne nove spp., com rizomas grossos, flores vistosas e sementes aladas [Nativas do sul da África, algumas são muito cultivadas como ornamentais, com inúmeras variedades.] lat. cien. *Agapanthus* (1788), formado por L' Hérítier, com base no gr. *agapé* 'amor' e *ánthos* 'flor', em alusão à cor azul de suas flores, conhecida como símbolo do amor; f.hist. 1871 *agapantho*.

Estrelitzia¹⁸ – 1. Rubrica: angiospermas. design. comum às plantas do gên. *Strelitzia*, da fam. das musáceas, que reúne cinco spp. lenhosas e que encerram alcaloides, com troncos de crescimento dicotômico, de até 10 m, e inflorescência em espadas, com flores que emergem uma por vez; estrelícia [Ocorrem em clareiras de florestas e margens de rios do sul da África e são cultivadas como ornamentais.] **1.1.** Planta (*Strelitzia reginae*) com sépalas amarelo-alaranjadas e pétalas azul-violáceas, nativa da África do sul e muito cultivada como ornamental e para o comércio de flores; ave-do-paraíso, bananeira-da-rainha, bananeira-rainha. Etimologia: lat.cien. gên. *St relitzia*, de Charlotte Sophia, princesa de Mecklenburg-*Strelitz* (1744-1818), esposa de George III, rei da Grã-Bretanha e Irlanda (DH).

Parangolé¹⁹– Palavra não dicionarizada. Waly Salomão (2015: 29-30) discute longa e detalhadamente o nome parangolé. Transcrevo dele alguns poucos trechos que parecem sintetizar suas explicações:

Parangolé, gíria do morro, com uma multiplicidade imensa de significações, variando, dançando conforme os conformes.

“Qual é o parangolé” era uma expressão muito usada quando cheguei da Bahia para viver no Rio de Janeiro, e significava, entre outros sentidos mais secretos: “O que é que há /”, “O que é que está rolando /”, “Qual é a parada /” ou “Como vão as coisas?”. Somente para marcar a plasticidade dinâmica da língua: alguém indagar “E as coisas?” na gíria carioca não significava preocupações físicas, alquímicas ou filosóficas mas muito simplesmente um interrogação sobre o que hoje atende pela poética alusiva de “fumaça-mãe”, “pau-podre”, ou seja, designa o mesmo que o étimo oriundo da língua quimbundo dos bantos angolanos: maconha (*Cannabis sativa*). [...] Não sendo de início senão um ser linguístico, hoje em dia, o nome **PARANGOLÉ** (sic) sumiu da gíria do morro e fixou residência nestes objetos anti-stábilis. Mas algo misterioso de sua vida anterior volátil – um avião, um ícaro, ou um ovni qualquer – um feitiço fugaz, uma firula, uma propensão gingada para dribles e embaixadas, aparece, agita e serve como acionado de seus giros. Descoagulação e fluidez de sentido.

O brutalista **PARANGOLÉ** de Hélio Oiticica nasce da constatação da contingência, nada tem de decorativo ou polido. Surge de uma vontade de apreender o sentido bruto do mundo em seu nascedouro. Cumplicidade e simbiose com as agruras e a volta por cima daqueles que na metáfora geométrica constituem a base da pirâmide

social. Daqueles que vivem, o mais das vezes, de bicos, de bocas, de expedientes, de subempregos, de camelotagem.

Encontram-se parangolés em Inhotim, na Galeria Cosmococas, de Hélio Oiticica e Neville de Almeida. Diante da explicação de Salomão, só posso acrescentar um comentário: Dentro das limitações de tempo e espaço para minha exposição, eu não seria capaz de uma definição tão bela e polida assim.

Oiticica²⁰: O verbete já foi analisado no DH no tópico 2, quando foram tratados sobrenomes de artistas com obras expostas em Inhotim. O nome comum dicionarizado aparece na:

Rubrica angiosperma. **1.** Árvore de até 15 m (*Licania rigida*), da fam. das crisobalanáceas, nativa do Brasil (PI até BA), de folhas alternas, flores amarelas em espigas ramosas e frutos drupáceos; oiti-bêbedo, oiti-cagão, oiticica-verdadeira, oiti-da-beira-do-rio [As sementes são ricas em óleo, próprio para tintas e vernizes.] **2.** o m.q. *caripé-verdadeiro* (*Licania sclerophylla*) **3.** o m.q. *guariúba* (*Clarisia racemosa*) (DH).

Trago-o novamente aqui para apor etimologia, segundo dois autores. O DH apresenta suas formas anteriores e datação: “oiti + -cica; f.hist. c1574 *oitisiqua*, a1687 *oiticiquas*, 1711 *utissica*, 1817 *oyticica*, 1817 *ohyticica*, 1817 *hoyticica*, 1875 *oiticica*”. O SB preocupa-se mais com o significado de suas duas partes, “oiti (var. uiti), árvore rosácea, e *icica*, resina. Oiticica é o oiti resinoso, grudento” (SB).

5. Conclusão: como sonho rever Inhotim.

Estive sempre no parque em seu horário normal de funcionamento, das 9 às 17 horas. Porém tenho, mais que um desejo, o sonho de lá me hospedar para tentar rever uma imagem de infância, trazida de minha terra, no sul de Minas Gerais, em suas noites estreladas. Causavam-me feliz impressão uns versos de Ofélia e Narbal Fontes que guardo de memória. Não consegui achar novamente o poema, em sua versão original. Encontrei apenas uma versão ilustrada, no Google, apresentada por Dulce Toledo, de onde transcrevo somente o trecho que desejo citar: “catrapiscos lusicores de pirilampos e boitatás”.

Gosto sempre de traduzi-lo palavra por palavra, para encantar-me de novo:

Catapriscos = namoros com piscar de olhos; Pirilampos = vagalumes;

Lusicores = feitos de luzes e de cores; Boitatás = fogos fátuos (em tupi, cobras de fogo).

E isto não é lindo?!

Por fim, quero, com tais versos, agradecer a todos que construíram e continuam mantendo Inhotim: especialmente seu criador, jardineiro do sonho que é. São empreendedores como ele que fazem a glória de sua terra.

Agradeço também os artistas que por lá deixam suas obras e aqueles que contribuem para sua manutenção quer financeiramente, quer na prestação de serviços. No último grupo, destaco, também de modo especial, duas pessoas que me receberam muito bem, na primeira vez que por lá estive: Meticia, assessora de imprensa e Gabriel, motorista de carrinho de apoio. Na última visita, em julho de 2015, destaco ainda: Lorena Castelli, supervisora de monitores e Adriano Silva, monitor.

6. Abreviaturas e siglas

Abreviações

acp. – acepção
ict. – ictiologia
al. – alemão
alt. – alteração
ant. – antigo
b. – baixo
cat. – catalão
cient. – científico
cm. – centímetro
cp. – compare
design – designação
ex. – exemplo

f. – forma
fam. – família
fr. – francês
freq. – frequente
gên. – gênero
ger. – geralmente
germ. – germânico
hist. – histórica
id. – idem
infl. – influência
ing. – inglês
lat. – latim

m – metro
obs. – observação
o m. q. – o mesmo que
p. ana. – por analogia
p.ex. – por exemplo
prov. – provavelmente
provç. – provençal
reg. – regionalismo
spp – espécies
tar. – tardio
var. – variante
vol. – volume

Siglas

BA – Bahia JBI – Jardim Botânico Inhotim
PA – Pará
PI – Piauí
DH – Dicionário do Houaiss
DHPT – Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.
SB – Dicionário de Silveira Bueno

7. Bibliografia

- AGUIAR, Cristóvão de & AGUIAR, (2003) – *Raiz Comovida, trilogia romanesca*. Edição revista e remodelada. Lisboa: Dom Quixote.
- ANRADE, Carlos Drummond de (1967) - *Obra completa* (em um volume). 2ed. Rio de Janeiro: Aguilar.
- BORGES, Maria Zélia (2014) - *Cristóvão de Aguiar, escritor açoriano, visceralmente ilhéu*. In Anais do 23º Colóquio de Lusofonia, em disquete.
- Instituto Cultural Inhotim: www.inhotim.org.br/ disponível em 22 / 06 / 2015.
- LARA, Fernando Luiz (2013) – *Arquiteturas de minério e arte*. In Rev. Monolito (4 2011) (sic). Arquitetura como escultura,. São Paulo: Monolito.
- LORENZI, Harri (2002) – *Árvores brasileiras: manual de identificação cultivo de plantas arbóreas do Brasil*. Vol. 1 e 2. 2ª ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna (2001) – *O léxico de Guimarães Rosa*. Assist. Evair Dias. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MELO NETO, João Cabral de (1979) – *Antologia poética*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- RÓNAI, PAULO (ORG.) (1973) - *Seleção de João Guimarães Rosa*. Também est. e not. de Paulo Rónai. Rio de Janeiro, José Olympio. A partir da p. 148 até p. 166: RÓNAI, PAULO – *Trajectoria de uma vida*. Idem para o restante.
- SALOMÃO Waly (2015) – *Hélio Oiticica: Qual é o parangolé?* São Paulo: Companhia das Letras.
- SERAPIÃO, FERNANDO (2013) – *A nuvem*. In Rev. Monolito (4 2011) (sic). Arquitetura como escultura, São Paulo: Monolito.
- SILVEIRA BUENO, Francisco (1986) – *Vocabulário tupi-guarani Português*. 5ª ed. rev. e aum. São Paulo: Brasiliense.

16. MARISA MENDONÇA, DIRETORA EXECUTIVA DO IILP



Seguindo o princípio da rotatividade entre os Países da CPLP para a Direção Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a Professora Doutora Marisa Guião de Mendonça, nomeada na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, Dili, 2014, foi empossada como diretora executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, órgão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A duração do seu mandato é de dois anos (2014-2016). Com vasta experiência em gestão, a nova diretora assume com muitos desafios pela frente, entre eles estão o de desenvolver as bases de trabalho, dar continuidade aos projetos e as ações iniciadas, na gestão anterior; iniciar e desenvolver, de forma inovadora as prioridades incluídas nos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa; comunicar bilateralmente com o universo institucional mais amplo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e partilhar o seu mandato com as Comissões Nacionais (CN) dos diferentes Países que integram o IILP e a CPLP.



Sobre a Diretora

Nascida em Moçambique, Marisa Mendonça é Doutora em Educação / Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil.

Foi Diretora da Faculdade de Línguas da Universidade Pedagógica, Moçambique (2003-2009).

Atuou como Coordenadora Geral do Programa de Formação Contínua de Professores de Português - modalidade semipresencial (Programa Universidade Pedagógica-Instituto Camões), 2005-2013.

Entre 2009 a 2012, assumiu como Diretora da Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes da Universidade Pedagógica, Moçambique.

Diretora da Escola Superior de Contabilidade e Gestão da Universidade Pedagógica, Moçambique (2012-2014).

Sua experiência na área de lecionação ao nível de graduação e pós-graduação concentra-se na Didática do Português, Supervisão Pedagógica em Ensino de Línguas; Análise e Produção de Materiais Didáticos para o Ensino de Língua, Produção de Recursos Didáticos para o Ensino de Português / Língua Estrangeira, Produção de Português Oral, Produção de Português Escrito.

Já na área de investigação seus estudos focam as Metodologias de Ensino de Português, Língua Não Materna; Desenvolvimento Curricular em Línguas em contextos de diversidade linguística; Interculturalidade



Apresenta o tema ILP: POR UMA VISÃO E GESTÃO PLURICÊNTRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA -

RESUMO

A Língua Portuguesa assume-se, presentemente, uma língua de múltiplas fonias, geradas e traduzidas pelos / nos variados contextos em que é falada e ensinada, particularmente, pelos contactos que, naturalmente, estabelece com as demais línguas do mundo.

Defender uma visão e uma gestão pluricêntrica da Língua portuguesa tem sido, nos últimos anos, a principal linha de força da atividade desenvolvida pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), órgão da

Comunidade dos Países de Língua portuguesa (CPLP), diretamente vocacionado para a promoção e difusão da nossa língua comum.

A perspetiva adotada tem sido suportada pelo desencadeamento de várias ações, a adoção de estratégias e metodologias específicas e a realização de projetos que traduzem a dimensão cada vez mais plural da Língua Portuguesa.

Marisa Mendonça

17. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES / ISCTE-IUL, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM / AICL, PORTUGAL



PERPÉTUA SANTOS SILVA

Iremos apresentar os resultados obtidos em relação a um conjunto de indicadores que representam conteúdos acessíveis a todos os estudantes de um modo regular, fazendo o seu cruzamento com as áreas de formação que os estudantes frequentavam.

TEMA 2.1 A Língua Portuguesa Como Marcador Na Construção de Identidades No Contexto Multicultural de Macau, Perpétua Santos Silva, Investigadora do CIES-IUL

Tomando por referência o contexto multicultural de Macau, onde convivem e interagem diferentes grupos étnicos, consideraremos o significado da língua portuguesa no desenvolvimento de lógicas de construção de processos identitários, com particular referência ao grupo etnicamente diferenciado e comumente identificado como “os macaenses”. Um dos marcadores de etnicidade que usualmente é atribuído a este grupo étnico é precisamente o de a sua língua corrente ser a língua portuguesa.

Ainda que com o decorrer do tempo outros elementos possam ir ganhando saliência na construção de uma identidade macaense, ainda que se possam ir acentuando lógicas de afastamento aos tão consensuais marcadores culturais lusófonos e ainda que com o passar das gerações se verifiquem maiores manifestações de identificação com a cultura chinesa afigura-se-nos que, a curto prazo, esta minoria não irá abdicar do seu capital de distintividade, assumindo-se os marcadores identitários de matriz portuguesa de elevado significado simbólico para este segmento da população (narrativas de pertença e de identificação).

1. Introdução

Qualquer breve análise sobre a dimensão demográfica da população de Macau revela de imediato a forte componente chinesa na composição da população – acima dos 95%; o peso esmagador deste valor não deixa perceber a enorme diversidade sociodemográfica do exíguo território, cujas especificidades não podem ser captadas através da apresentação de dados globais. Independentemente da disparidade dos números e da impossibilidade de contabilizar a multiplicidade de situações que se podem encontrar, é possível identificar um conjunto de representações associado à repartição da população, comumente apresentada com forte

simbolismo em três grandes categorias – chineses, macaenses e portugueses, às quais se acrescenta menos enfaticamente a designação de “outros” para englobar os restantes segmentos populacionais.

Agrupar indivíduos sob uma qualquer designação comporta sempre riscos e, neste caso, é muito elevado o risco de se pensar que estamos a considerar que os elementos destes vários segmentos podem ser classificados e caracterizados segundo aspetos fenotípicos que, sendo específicos a cada um, permitiriam facilmente uma arrumação. Não é disso que se trata.

É certo que as categorias atrás enunciadas comportam uma diversidade de situações. No que respeita ao conjunto mais vasto da população, embora seja normalmente identificado sob uma mesma designação – chineses – tal não é necessariamente sinónimo de ausência de complexidade. Complexidade que, evidentemente, se estende ao campo linguístico com inteligibilidade nula entre agrupamentos de diferentes línguas – nomeadamente entre o mandarim, ou *putonghua*, a língua oficial da República Popular da China, e o cantonês, língua de maior expressão em Macau.

Quanto às categorias “portugueses” e “macaenses”, com estruturação regularmente associada aos eixos da naturalidade, ascendência, língua e cultura portuguesas, torna-se necessário introduzir algumas notas. Temos, desde logo, portugueses europeus e africanos e africanos portugueses; portugueses macaenses e macaenses portugueses; macaenses chineses e chineses macaenses. E temos, também, chineses portugueses embora pareça menos comum encontrar portugueses chineses.

No que respeita aos portugueses, teoricamente, esta categoria corresponde ao conjunto de indivíduos naturais de Portugal e que fixaram residência em Macau. Não será exclusivamente assim, pois entre os residentes podemos encontrar portugueses, para além dos já nascidos em Macau, oriundos de outras paragens – nomeadamente, dos países africanos de expressão portuguesa e da Índia (Goa, Damão e Diu).

Quanto aos macaenses, se quando se ouve esta expressão seria de supor que de um natural de Macau se trata a verdade é que o entendimento é outro e bem diferente. Para se ser macaense não basta ter nascido em Macau.

Embora atualmente a expressão “macaense” comece a ser usada num sentido mais abrangente, existindo já alguns contributos a este propósito que introduzem um sentido mais amplo do termo como *habitante nascido e criado em Macau, aí socializado, e que partilha com uma fatia importante da sociedade local um conjunto de valores e de comportamentos...* (Correia, 1999:119-124) as referências mais comuns ao “macaense” sugerem outro entendimento, sendo este grupo o que se assume como portador de uma cultura mestiça e o que, entre todos, mais fortemente é associado à identidade histórica de Macau.

Tomando, assim, por referência o contexto multicultural de Macau, onde convivem e interagem diferentes grupos étnicos, consideraremos o significado da língua portuguesa no desenvolvimento de lógicas de construção de processos identitários, com particular referência ao grupo etnicamente diferenciado e comumente identificado como “os macaenses”.

2. Língua portuguesa e construção de identidades

Macau poderá fornecer elementos interessantes para um debate aprofundado sobre a questão da(s) identidade(s), do qual língua e cultura portuguesas não ficariam arredadas: quando vamos à procura das segundas tropeçamos imediatamente na(s) primeira(s). Dir-nos-ão os mais avisados que não há nada de novo no facto da noção de identidade ter invadido os discursos em Macau e sobre Macau. É questão que parece despertar muitas paixões, surgindo *um pouco por todo o lado, como justificação de estilos, razão de preferência, critério de valorização, instrumento de ativismos, fundamentação de políticas, tendo-se mesmo constituído como vocábulo central (...) como se tivesse significado evidente, inequívoco e partilhado, e como se a expressão fosse em si mesma autoexplicativa, bastando introduzi-la num argumento para produzir de imediato elucidação de qualquer coisa* (Costa, 1999:1-2).

Na linha do autor que acabámos de citar, consideramos que falar de identidade (cultural, ou outras; em Macau ou não) corresponde mais a levantar problemas do que a encontrar soluções, no entanto parece-nos interessante levantar algumas pistas sobre o assunto, quer pela sua recorrência no contexto de Macau e, particularmente por referência ao gripe étnico dos macaenses, quer pela também recorrente referência à *questão do português* no seu equacionamento a propósito de Macau.

Não se trata, portanto, de discutir a questão das identidades e dos múltiplos sentidos e significados a que nos conduziria, mas apenas de cotejar alguns exemplos que a seu propósito fazem apelo à língua e à cultura portuguesas.

Antes de mais valerá a pena, ainda que de forma sucinta, considerar alguns contributos quanto à possibilidade de utilização e ao entendimento que se pode ter do conceito de identidade. Para Madureira Pinto, este conceito de *vocação eminentemente relacional*, pode ser avaliado segundo dois eixos: o das *sincronias* e o das *diacronias sociais*. Segundo o primeiro, o autor considera que *a produção de identidades sociais implica a imbricação de dois processos: o processo pelo qual os atores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundido de modo tendencial (processo de identificação); e o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identificação)*. Portanto, as identidades são construídas por *integração* e por *diferenciação* e essa construção *alimenta-se sempre de alteridades* (Pinto, 1991:219).

Segundo o eixo das diacronias, diz-nos o autor que *a construção de identidades se alimenta de trajetos sociais incorporados nos agentes, da posição ocupada por estes na estrutura social (na medida em que ela determina e configura contextos de sociabilidade e de socialização duráveis) e dos projetos que, em função das coordenadas estruturais antes referidas, são socialmente formuláveis em cada momento* (Pinto, 1991:220).

Lima da Costa em trabalho no qual equaciona *fronteiras de identidade dos macaenses* apresenta vários elementos que, segundo indica, delimitam as fronteiras da identidade macaense, como a *valorização hereditária* que apesar de atribuir particular importância à componente portuguesa não deixa de apresentar traços de dupla ou múltipla referenciação (portuguesa e chinesa ou asiática) e, também, de indefinição ou, nas palavras do autor, de *encruzilhada*; a *gastronomia macaense* de influências diversas e que surge como *marcador* identitário altamente consensual; a *religião católica*, também consensual, mas não sem que deixem de aparecer as referências a práticas de ritos de outras religiões, a sua forte aceitação e a celebração de festividades do calendário chinês (nomeadamente o Ano Novo Chinês); as referências à *cultura* e à *história* em que são figuras centrais Luís de Camões, Vasco da Gama e Jorge Álvares (2005:160-182).

É, no entanto, a *Língua Portuguesa* que o autor identifica como *elemento de vital importância*, sendo um dos *marcadores de identidade mais fortes*, referindo que, embora presente, *a língua chinesa não apresenta a mesma carga de inscrição identitária que a língua portuguesa, fortemente associada à identidade dos macaenses*. E acrescenta o autor que *esse marcador parece ser alvo de uma “instrumentalização” circunstancial*. Entre os macaenses em *Portugal serve propósitos de carácter assimilacionista, constituindo-se como um elemento de inclusão e de assimilação na referência portuguesa (...)* já entre os que se encontram em Macau o autor constata que *a língua serve propósitos de estruturação interna e diferenciação relativamente à maioria chinesa* contribuindo para o estabelecimento de fronteiras (idem: 149).

A este propósito importa referir que, contrariamente ao que se passa com a maioria das minorias migrantes, para as quais a língua é um traço que as diferencia e as coloca numa situação de *“contraste”* em relação às sociedades de acolhimento, tal não parece ser o caso dos macaenses que, no que respeita à língua, se encontram em situação de *“continuidade”* quer em Portugal quer, também, em Macau onde apesar da predominância linguística ser a chinesa não deixa de ser possível usar o português e de, claro, estarmos a falar de um conjunto de indivíduos que domina o cantonês (pelo menos falado).

Qualquer um dos aspetos mencionados pelo autor foi igualmente encontrado por nós, sendo, em conjunto, amiúde referidos como definidores da identidade macaense surgindo como fator *integrador* e *diferenciador*, podendo a forma de os convocar variar segundo a situação em que se encontram os indivíduos que os convocam.

O que, evidentemente, não só não tem nada de estranho como é absolutamente natural que sejam valorizados positivamente os traços culturais quando uma minoria se caracteriza a si própria, tanto mais que os argumentos da *raça*, além de não serem autoexplicativos, são socialmente condenáveis.

Esta situação sugere vivamente o interesse em equacionar outras dimensões de análise para além das culturais quando se considera a identidade étnica dos macaenses ainda que, aparentemente, seja nestas que reside o seu fundamento. Defendemos, portanto, que as “suas” especificidades culturais devem ser cruzadas com dimensões sociais como as de classe, de profissão, sociodemográficas e orientações de sociabilidade, considerando trajetórias de vida e tendo em conta modalidades de inserção nas sociedades envolventes (Machado, 2002:218).

Tanto mais que se alargarmos o ângulo de visão rapidamente constatamos que este é assunto que não respeita apenas a macaenses. Os aspetos que regularmente são referidos como delimitadores da “sua identidade” poderão, igualmente, ser encontrados se tomarmos como referência outros grupos residentes em Macau, como é o caso, por exemplo dos portugueses. Mas não obstante muitos desses aspetos poderem ser comuns outros fatores de diferenciação hão de ser construídos, basta ver como os macaenses se autodesignam de “portugueses do Oriente” para perceber que se sentirão algo diferentes dos outros, a quem chamam “portugueses da República”.

Importa salientar, também, que apesar de se enfatizarem, quase exclusivamente, as características portuguesas dos macaenses, na verdade as suas referências culturais são múltiplas – como bem ilustra um dos nossos entrevistados:

Porque o ser-se macaense não é só português. E o chinês? Aquele contacto de pegar com os chineses, porque o macaense tem muito chinês. Quando nós falamos... nós falamos muito na faceta portuguesa do macaense!... Mas há uma faceta que é chinesa, absolutamente, retintamente [enfatizando] cantonense... retintamente cantonense. Nós muitas vezes falamos em macaense como português, só nos limitamos a isto. Mas há a dimensão chinesa, que é absolutamente determinante, absolutamente determinante. É esta componente chinesa do macaense que faz diferença, que faz com que o ser-se português como macaense, se torne uma maneira também muito especial. É esta faceta, esta faceta que faz com que muitos portugueses não consegue entrar, justamente é isto, porque uma pessoa... é muito raro, eu não vejo um macaense que só seja... só seja macaense, macaense sem... sem ser chinês. Sem ser o mínimo chinês. [Mesmo] em Portugal, ter deixado por completo essa faceta chinesa, é muito raro, eles ainda falam chinês, ainda falam o mínimo chinês, ainda falam das boas coisas de Macau, relacionadas com a comida, falam dos passeios, quer dizer, falam de muita coisa que se fala e utilizam sempre aquela expressão chinesa. Isto tudo, isto tudo são elementos identificativos do que é ser macaense (Gabriel, macaense, advogado, dirigente associativo, Ent. 63 / 2005).

De igual modo podemos encontrar indícios que sugerem entendimentos diferentes e mais alargados do que é ser macaense e que poderão vir, com o decorrer do tempo, a alterar o significado histórico que tem sido atribuído ao conceito.

No decurso da nossa investigação, numa das muitas ocasiões em que estávamos à conversa sobre estas questões com um interlocutor macaense, este perguntou ao filho, jovem recentemente chegado de Portugal onde tinha concluído os seus estudos de nível superior, o que era para ele ser macaense. O jovem indicou sem hesitações: *basicamente é falar português, ser católico e gostar de bacalhau.*

Respondemos-lhe que conhecíamos chineses que reuniam os três requisitos apontados, ao que depois de alguns instantes de silêncio o nosso jovem macaense nos disse que sim, que era verdade, e relatou de seguida um episódio que se tinha passado com ele e amigos seus num grupo onde se encontrava um chinês de Macau numa ocasião em que estavam, precisamente, a falar sobre este assunto. Um dos presentes terá dito ao jovem chinês que ele não era macaense, na sequência do que os ânimos se exaltaram, tendo o visado ficado muito zangado e

afirmado perentoriamente que era, que tinha nascido em Macau, que toda a sua família era de Macau e que nunca mais lhe dissessem que ele não era macaense.

Não sendo uma situação que se possa considerar vulgarizada em Macau começam, no entanto, a surgir manifestações deste tipo e embora os nossos interlocutores chineses na sua maioria tenham estabelecido uma distinção clara entre si e os macaenses, associando aos segundos as ligações familiares com portugueses, pontualmente foram surgindo, também, posições idênticas à relatada, inequivocamente associadas à naturalidade de Macau e a uma distinção relativamente aos *outros* chineses recentemente chegados da China.

Se sairmos, ainda, do nível de grupo e abrirmos a discussão a Macau enquanto espaço territorial verificamos que muitos dos *marcadores* referidos estão igualmente presentes, o que equivale a dizer que outros, que não “estes” macaenses, se valem dos mesmos argumentos para construir outras identidades.

Surge-nos, assim, com algum interesse a ideia avançada por Castells que considera a identidade como um *processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado*, sendo ponto assente que é sempre *construída*. As grandes interrogações a este respeito giram em torno de saber *como, a partir de quê, por quem e para quê*. Na construção de identidades, os indivíduos processam e reorganizam recursos fornecidos pela História, de acordo com tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo / espaço, sendo hipótese do autor que será o conteúdo simbólico e o significado que assume para os que com o processo da sua construção se identificam ou dele se excluem que irá determinar quem constrói e porque constrói essa identidade coletiva (2001: 22-23).

Recordamos aqui mais um relato de um dos nossos interlocutores chineses que nos contava que, quando criança em idade escolar, lhe fazia alguma confusão o facto de ele não poder ser macaense, posto que tinha nascido em Macau. Terá, então, consultado um dicionário e percebido que o termo significava “nascido na terra”; confrontando a descoberta com alguns amigos dizendo “afinal eu também sou macaense!” terá provocado alguma troça dos colegas pois “ser macaense” significava “ter sangue português”, coisa que ele não tinha, não podendo, portanto, considerar-se como tal.

Este assunto não é, também, tão simplesmente relacionável com questões de “sangue”. Não só este critério, por si só, não é suficiente para se ser considerado macaense como não o é mesmo em conjunto com o anterior. Nem todos os nascidos em Macau que têm laços de consanguinidade com portugueses são considerados macaenses. E alguns dos que são considerados como tal, não têm qualquer ascendente português.

Aqui começam a entrar algumas subtilidades – o que é preciso é fazer coincidir dois vetores: o de “Macau” e o da “portugalidade”.

Mas o que é que isto significa, de facto? O vetor “Macau” pressupõe uma forte ligação ao espaço territorial, adquirida quer por nascimento, quer por permanências de longa duração ou por se ser descendente de quem, de uma forma ou de outra, terá essa ligação – assim se passa com muitos dos macaenses da diáspora. Já o vetor “portugalidade” parece permitir várias interpretações, dando, por isso, alguma margem de manobra quando se reconhece ou não se reconhece alguém como macaense. Trata-se de uma questão de *adesão* – língua, escolarização e religião católica – à cultura portuguesa, muitas vezes referida como “*uma certa maneira de estar, de pensar e de sentir*”. Muitas vezes este vetor sobrepõe-se à questão das origens e ascendências, possibilitando, nalguns casos, que indivíduos chineses acedam a esta condição, noutros, contrariamente, favorecendo a exclusão daqueles que, não obstante lhes correr nas veias “sangue português”, terão abdicado dos referentes portugueses na construção da sua identidade aproximando-se da população chinesa.

A noção de *portugalidade*, apresentada por Cabral e Lourenço (1993) como um *capital*, encontramos-a também nos discursos de uma determinada elite macaense, não sendo possível perceber quem a importou de quem. Para estes autores, considerando o contexto colonial até aos finais dos anos 60 e a paralisia económica que caracterizava Macau, a identidade europeia era:

[U]m capital valioso que não podia ser facilmente desperdiçado. Representava uma maior probabilidade de obtenção de emprego na administração em Macau e, em Hong Kong, melhores oportunidades de não ser identificado com a comunidade chinesa e, por conseguinte, de evitar o tipo de limitações ao movimento e à promoção social que essa identificação comportava (Cabral e Lourenço, 1993:61-62).

Suspeitamos que, sem anular nenhum dos aspetos anteriores, é na questão das mobilidades sociais e nos posicionamentos no espaço social que radicam as alternâncias nos vetores mobilizados para a definição do macaense, convocando ora uns e outros, ora uns ou outros, como justificação não apenas de situações de autonomização mas, e talvez mais importante, de reconhecimento de pertença ao que é vulgar ser designado como “a comunidade macaense”.

Estamos perante questões com uma forte carga simbólica e que dificilmente podem ser apreendidas a partir de indicadores de ordem demográfica. Embora alguns autores lamentem o facto de a *miscigenação dos macaenses* [não ser considerada nos dados dos Censos] ficando a dúvida se os mesmos se situaram no grupo “Chineses e Portugueses”, “Chineses, Portugueses e Outros” ou somente “Portugueses” (Piteira, 1999:157) a verdade é que não nos parece assunto de fácil resolução considerando que o termo corresponde a um conceito altamente subjetivo sobre o qual nem os próprios “macaenses” parecem ter qualquer consenso sendo múltiplas e variadas as explicações dadas para “quem é” e “o que é ser” macaense. No entanto é já revelador o facto de o autor citado, ele próprio um macaense, não considerar, sequer, a possibilidade de alguns macaenses poderem, também, estar incluídos na categoria “chineses”. Ainda que os indicadores disponíveis não permitam “contabilizar” este segmento da população não se pode abdicar de a considerar, dado o simbolismo que lhe está associado, significando, tantas vezes, uma das *imagens de marca* de Macau, apresentada como a razão de ser do seu “segundo sistema”.

O que sem retirar às identidades o seu carácter relacional e simbólico (porque são sempre produzidas em relação social e relativas a outras e porque envolvem categorizações e destacam um ou vários atributos), nos coloca perante a sua evidente instrumentalização: *como estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social* [transformam-se em] *identidades tematizadas ou políticas de identidade* (Costa, 2002:27).

Parece apontar nesse sentido a afirmação de Grosso que considera que *a identidade e a especificidade de Macau passam pelo conservar da língua e da cultura portuguesa*, situação aparentemente paradoxal numa altura em que a República Popular da China assumia o exercício da soberania sobre o território, mas que tem sido amplamente referida. A afirmação desta autora de que *só o seu perfil sociocultural diferente permitirá que Macau, Região Administrativa Especial, tenha um estatuto, sistema e política diferentes de qualquer outra cidade chinesa* (1999:18), por estas ou por outras palavras, tem sido repetidamente referida por investigadores, responsáveis políticos e agentes culturais na Região, bem como amplamente difundida pelos média.

Também Ngai (1994b; 1996; 1999) tem insistido neste aspeto como marcador na construção da identidade de Macau. Para este autor trata-se da sobrevivência da região, pois a exiguidade do território e a sua expressão populacional não lhe permite competir com territórios vizinhos, como é o caso de Hong Kong em termos financeiros e comerciais ou outras cidades da China no que respeita a recursos humanos e dimensão de mercado. A identidade de Macau constrói-se a partir da sua singularidade e esta singularidade resulta da sua própria História e do produto do contacto secular entre Ocidente e Oriente (1997: 61-76).

O produto desse contacto não significa apenas a acumulação de elementos orientais e ocidentais, nas palavras de Ngai, corresponde antes a *uma amálgama química de ambos, claramente manifesta na cultura macaense: na sua língua, cozinha, artes e costumes, caldeados ao longo de gerações, originando, assim, a singular comunidade macaense, diferente da comunidade pura quer chinesa quer portuguesa* e tenta demonstrar que a *interpenetração da cultura ocidental e oriental [se] tornou parte da vida quotidiana*, podendo assistir-se a cerimónias de casamento interracialis, realizadas *à maneira ocidental e oriental no mesmo dia*, podendo ver-se *quase as mesmas pessoas acompanhando a procissão de Nossa Senhora de Fátima e prestando homenagem à Deusa A-Má assim como o bispo e o monge budista chefe aparecem juntos em cerimónias públicas, abençoando acontecimentos importantes da comunidade local* (idem 64).

E aqui somos forçados a abrir um parêntesis. O que Ngai refere parece-nos muito pertinente, e alguns dos aspetos apontados nós próprios os testemunhámos. O que questionamos é o que consideramos ser um excessivo centramento num conjunto de indivíduos – os macaenses ou num seu segmento – como se apenas nestes se reconhecesse a possibilidade e a efetividade de adesão a duas culturas distintas, a chinesa e a portuguesa, que por sua vez permaneceriam imutáveis com os seus “filiados naturais” e sem pontos de contaminação. Ora se assim fosse, no limite, não existiriam macaenses...

Se tomarmos um ponto de vista de “pureza” de culturas dificilmente podemos compreender a existência de elementos portugueses em equipas de “Barcos Dragão” ou aceitar que sejam chineses a dançar o folclore português. Da mesma forma, jamais um português poderia oferecer *lai si* (ofertas em dinheiro) ou aderir às práticas do *fongsoi* (arte da harmonia com o meio) e seguramente nenhum terá em casa o *espehinho oitavado* que quando devidamente colocado afasta as energias negativas ou os maus espíritos. Nem, tampouco, se pode esperar vê-los a rebentar panchões no Ano Novo Chinês, a deliciarem-se num *iam-chá* (refeição característica da região de cantão que se toma entre as primeiras horas da manhã e as 2 da tarde) ou a usar *fai-shi* (*pauzinhos*), assim como os chineses não seriam supostos tomar a bica nem comer pastel de nata e muito menos entrar numa igreja quanto mais participar em cerimónias religiosas católicas. No entanto sabemos que não é isto que se passa.

O que sugere uma atenção redobrada na análise deste fenómeno, considerando *modos de manifestação* de identidades mas, também, as *conceções* que sobre elas são produzidas (Costa, 2002:16).

Não menos importante será, também, a forma como os aspetos de matriz portuguesa têm sido referidos como garantia da manutenção de Macau como uma cidade diferente e o quanto vale essa diferença, quer no que respeita ao mercado turístico, quer no quadro interno da própria República Popular da China, facto que é bastante perceptível nas referências do Chefe do Executivo e nos esforços que têm sido desenvolvidos na sensibilização da população e na manutenção dessa diferença.

Outra questão que contribui amplamente para a afirmação simbólica dos falantes maternos do português e para aumentar o valor da língua no mercado local será a decisão que foi tomada e amplamente difundida de constituir Macau como uma plataforma de ligação da República Popular da China aos países de expressão portuguesa, aumentando o valor percebido nesta língua enquanto língua de negócios.

Este *reconhecimento oficial* serve várias ordens de interesses que Patten (2001:691-715) coloca segundo três dimensões, em relação aos falantes nativos da língua em causa, e que consideramos de alguma aplicação no caso de Macau:

- 1) A satisfação de *necessidades de comunicação*, considerando que é mais fácil a cada indivíduo comunicar na sua própria língua, particularmente em situações mais complexas ou complicadas, como é o caso da obtenção de serviços médicos hospitalares, situações relacionadas com a justiça ou de julgamento em tribunal, ou mesmo em questões aparentemente mais simples como preencher documentos com vocabulário técnico (por exemplo formulários das finanças) ou simplesmente na utilização de transportes públicos;
- 2) *Afirmação simbólica*, uma vez que o reconhecimento público da língua é, geralmente, visto como um sinal de consideração e de respeito para com os seus falantes nativos;
- 3) *Promoção identitária* para aqueles que, normalmente pertencendo a uma minoria, encontram na língua um elemento central na construção da sua identidade, diferenciando-se de outros grupos e identificando-se com os restantes falantes locais da sua língua, reconhecendo-se uns aos outros como membros do mesmo grupo, com base na língua, mantendo a expectativa da sua sobrevivência e desenvolvendo iniciativas que para tal contribuem, como é o caso de assegurar a educação dos filhos na língua *do grupo*, questões não independentes (talvez mesmo só possíveis) do reconhecimento público de que goza a língua.

Estes aspetos, embora sucintamente enunciados, aplicados ao caso de Macau, porque, no nosso entender, nele presentes, contribuem para o desenvolvimento de lógicas de aproximação e não de afastamento à língua portuguesa não sendo só os falantes nativos que são mobilizados para estratégias de procura nesta língua, pois o seu reconhecimento público atrai, igualmente, outros potenciais interessados.

3. Mobilizações coletivas

Foram vários os momentos em que as circunstâncias políticas e históricas da Região puseram em causa a sobrevivência do grupo étnico macaense levando à sua saída de Macau, o que levou ao surgimento, em vários pontos do mundo (Austrália, Brasil, Canadá, Estados Unidos – S. Francisco, e Portugal são apontados como os locais mais significativos), de uma diáspora macaense. Com a transferência do exercício de soberania foi novamente posta em causa a sua continuidade enquanto grupo, sendo repetidas vezes dado como certo o seu desaparecimento. Ao longo da história os macaenses tiveram sempre a capacidade de se adaptar a novas situações, tendo conseguido assegurar a sobrevivência da sua etnicidade. É certo que com a diminuição de portugueses no território a possibilidade de desenvolver estratégias de renovação do grupo através do casamento são diminutas, mas esta é uma situação que já vem a decorrer desde há algum tempo sendo cada vez maior a abertura à parte chinesa da população. Estas circunstâncias fazem prever que a curto prazo, fazendo jus à sua capacidade de resistência e manutenção, se possa assistir ao estabelecimento de novas estratégias de sobrevivência, que poderão passar muito mais pela afirmação de outros particularismos históricos que não o da sua ascendência.

Nesse sentido apontam as várias iniciativas que regularmente vão acontecendo em Macau. Nos últimos anos do Período de Transição e no decurso da primeira fase da governação chinesa assiste-se ao desenvolver de algumas estratégias que dão conta da necessidade de construir um “projeto” macaense que garanta a continuidade do grupo.

Podemos referir como exemplo a realização de encontros, colóquios e seminários, a edição de obras²⁶⁸, o convocar de figuras já desaparecidas que terão desempenhado papéis relevantes noutros tempos – quer seja no campo literário, como Adé, quer seja no campo do ensino, como Gonzaga Gomes, quer seja na vida política, como Carlos D’Assumpção – em torno dos quais se organizam cerimónias e se prestam homenagens, a instituição do Prémio Identidade ou, de especial significado, a realização periódica do “Encontro das Comunidades Macaenses”, que junta na RAEM aqueles que emigraram e seus descendentes, evento que teve a sua primeira edição em 1993, e que, desde então, se tem vindo a realizar periodicamente, tendo as edições realizadas após a transferência do exercício da soberania demonstrado a viabilidade do projeto numa Macau da China, tendo contado com forte apoio do executivo local, material e também simbólico, com a presença do Chefe do Executivo em determinadas atividades do programa organizado.

Os vários *Encontros* realizados revelam uma preocupação em não deixar apagar as *memórias comuns* e em alimentar o *sentido de pertença* a Macau, tendo por ocasião da edição de 2007, em declarações à imprensa, o Presidente da Associação dos Macaenses salientado que *[e]stamos no século XXI, vivemos na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e já não interessa se é branco, preto, mulato, mais ou menos chinês. Não interessa a nacionalidade, no sentido jurídico-político. O que importa é ter Macau como referência e um sentido especial de portugalidade ou lusitanidade.*

²⁶⁸ Por exemplo, *Maquista Chapado, vocabulário e expressão do crioulo português de Macau*, da autoria de Miguel Senna Fernandes e Alan Norman Baxter, publicado pelo Instituto Internacional de Macau em 2001 e que foi preparado especialmente para apresentação durante o Encontro das Comunidades Macaenses desse ano. A coletânea de textos da autoria de Jorge Rangel “Falar de Nós”, as obras sobre a Gastronomia macaense como o “*Á mesa da Diáspora*” da autoria da macaense Cecília Jorge e “*Macau, a festa e a mesa*” de Fernando Salles Lopes são outros exemplos. De acordo com o Jornal Ponto Final do dia 29 de novembro de 2010, no Encontro das Comunidades Macaenses que à data decorria, entre novas edições e reedições foram apresentadas 10 obras. Foi, igualmente, apresentado o Portal *Macanese Families*, da autoria de Henrique D’Assumpção, a residir na Austrália, que transpõe para o formato eletrónico uma versão, revista e aumentada, da obra em 3 volumes da autoria de Jorge Forjaz, editada em 1996 e apresentada, também, no âmbito do *Encontro* que teve lugar em 1997. Este Portal, além da genealogia de famílias macaenses (com mais de 47 mil nomes, de acordo com a informação no Portal), apresenta ainda artigos relacionados com o tema, receitas da culinária macaense, muitas fotografias e acesso a algumas músicas. O acesso ao Portal pode ser feito, mediante inscrição, através de <http://www.macaneseamilies.com/Joomla/index.php>.

Jim Silva, macaense radicado nos Estados Unidos, na apresentação que fez em Macau no Encontro de 2004, que tivemos a possibilidade de acompanhar, dizia que quem *considera que Oriente é Oriente e Ocidente é Ocidente e que estes nunca se encontrarão é porque evidentemente nunca conheceu um macaense, pois o macaense representa a combinação perfeita desse encontro.*

De destacar, também, a constituição do Conselho das Comunidades Macaenses, criado em 2004 no decurso do *Encontro*, organismo que se pretende funcione como polo aglutinador dos macaenses de Macau e da diáspora, e do qual fazem parte as Casas de Macau espalhadas pelo mundo e as associações baseadas em Macau, assim como a criação da Confraria da Gastronomia Macaense que já elevou a Património Cultural Imaterial de Macau os sabores tipicamente macaenses.

Dinâmicas igualmente relevantes são as que se têm vindo a decorrer em torno do Patuá ou *Língu Maquista*, dialeto que se considera próprio deste grupo, e em relação ao qual hoje em dia se assiste ao desenvolvimento de iniciativas importantes para o fazer renascer e se desenvolvem estratégias para o transformar em atributo positivo na definição de uma identidade de grupo.

De acordo com Senna Fernandes (2005:1) o Patuá, por ser *considerado como a língua dos mais humildes, foi durante muito tempo relegado para um plano inferior, desprezado, ou deliberadamente esquecido, numa altura em que falar o português padrão era condição essencial para ascensão social, no seio da comunidade portuguesa: o dialeto não passava de um linguajar dos incultos, e não poucas vezes, confundido com a mera deturpação do português metropolitano*, tendo sido, portanto, abandonado e resistindo hoje apenas entre alguns dos mais velhos (e porventura menos escolarizados, poder-se-á questionar).

É, efetivamente, muitíssimo interessante, e importante, toda a dinâmica que se tem procurado criar em torno do *Patuá*, desde a elaboração de estudos académicos, nomeadamente teses de doutoramento, à edição de obras, à organização de seminários de ensino / difusão deste dialeto e debate-se a sua possível candidatura a património intangível. O momento mais expressivo será, sem dúvida, a realização anual de um espetáculo de teatro em Patuá que o grupo *Doce Papiçam di Macau* leva a público incluído na programação do Festival de Artes de Macau, sendo, portanto apoiado pelo Governo local.

No momento que se vive a revitalização do *Patuá*, como diz o seu atual maior dinamizador, *[p]ouco importa se os macaenses voltam a falar a sua língua. O que interessa, nos dias de hoje, é a consciência que ela existiu e que teima em manter-se viva*. Explica o autor porquê: *qualquer cultura necessita de referências, de valores, de memória. O Patuá ocupa um lugar essencial na memória macaense, pois como língua que foi, ela resume tudo o que foi e o que é a alma macaense* (idem 6).

O que está aqui em causa, hoje, é a sua importância como elemento de identificação na construção de uma identidade de grupo, mas o que foi central no seu desaparecimento foram questões de escolha pessoal e que, mais do que opções culturais, foram os constrangimentos sociais que estiveram na base das lógicas de afastamento desenvolvidas.

Não sendo idênticos os constrangimentos que se colocam hoje relativamente ao português, são no entanto da mesma natureza – inscrevem-se mais no eixo social do que no cultural das dinâmicas locais.

Entre os mais jovens, é consensual a apresentação da língua portuguesa como atributo cultural importante na definição dos macaenses enquanto grupo étnico distinto, contudo quando se fala em questões de escolha linguística estes jovens são unânimes ao referir que para terem um futuro profissional e uma integração no mercado de trabalho local é imprescindível o domínio da língua chinesa.

Um jovem macaense, que havia concluído o ensino secundário, dizia-nos a propósito do mercado de trabalho duas questões interessantes: a primeira, que considerava que na geração dos seus pais era relativamente fácil encontrar um emprego, nomeadamente na função pública, com boa remuneração mesmo com baixas qualificações, enquanto na sua geração a situação já é completamente diferente – para além de existir maior

concorrência no mercado de trabalho, também o emprego na função pública deixou de ser atrativo pois noutras áreas de atividade, nomeadamente na indústria do jogo, as remunerações são muito mais elevadas; a segunda, que no que respeita às línguas, considera que em termos profissionais o mais importante é dominar o mandarim e o inglês, embora em alguns departamentos governamentais ainda seja necessária a língua portuguesa, nomeadamente na área jurídica, mas as áreas de aplicação desta língua são atualmente mais reduzidas e tendem a reduzir ainda mais no futuro, não se revelando, portanto, estrategicamente adequado investir nesta língua sem que o mesmo se faça em relação ao mandarim.

Dito de outra forma, se atualmente os jovens macaenses sentem a necessidade de se dedicarem à aprendizagem da língua chinesa para progredirem profissionalmente, constituindo-se esta língua como central em processos de mobilidade social ascendente, na geração dos seus pais e avós era o português que possibilitava o desenvolvimento de processos no mesmo sentido.

4. Nota conclusiva

Podemos encontrar um denominador comum entre os aspetos valorizados quando se promove a identidade cultural de Macau e a dos macaenses: produto da história e do convívio de dois grandes povos, sendo frequentemente convocados quando se consideram os aspetos que caracterizam a Região, fazendo referência a Macau como ponto de encontro entre o Oriente e o Ocidente, surgindo este segmento da população como uma espécie de prova viva desse encontro.

Sem retirar às línguas, neste caso à portuguesa, a sua dimensão cultural e o seu significado enquanto instrumento usado no estabelecimento de distinção relativamente “ao outro”, portanto a sua instrumentalização em processos de construção de identidades, não podemos deixar de referir outras dimensões que se situam mais no eixo das dinâmicas sociais do que das culturais. Machado afirma em relação à etnicidade, e com o que concordamos em absoluto, que a sua separação em dois eixos analíticos, o cultural e o social, só tem interesse do ponto de vista operativo uma vez que as dimensões associadas a cada um não deixam de ser igualmente do domínio do outro (2002:217). Também uma análise dos movimentos linguísticos não dispensa um entendimento semelhante – as dinâmicas linguísticas têm tanto de cultural como de social e a investigação desenvolvida sugere que as últimas terão um peso mais significativo nas escolhas efetuadas por aqueles que desenvolvem lógicas de aproximação ou de afastamento em relação ao português.

Ainda que com o decorrer do tempo outros elementos possam ir ganhando saliência na construção de uma identidade macaense, ainda que se possam ir acentuando lógicas de afastamento aos tão consensuais marcadores culturais lusófonos e ainda que com o passar das gerações se verifiquem maiores manifestações de identificação com a cultura chinesa afigura-se-nos, contudo, que, a curto prazo, esta minoria não irá abdicar do seu capital de distintividade, assumindo-se os marcadores identitários de matriz portuguesa de elevado significado simbólico para este segmento da população (narrativas de pertença e de identificação).

5. Bibliografia

Cabral, João de Pina e Lourenço, Nelson (1993), *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

Castells, Manuel [1996] 2001), “Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede”, in *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, O Poder da Identidade*, vol. 2, Trad. Klaus Brandini Gerhart, S. Paulo, Editora Paz e Terra.

Correia, Ana Cristina Rouillé (1999b), “Macau, Macaenses e Língua Portuguesa”, in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 7, Lisboa, Instituto Camões, pp. 119-124.

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.

Costa, António Firmino da (2002), “Identidades Culturais Urbanas em Época de Globalização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, N.º 48, pp. 15-30.

Grosso, Maria José (1999a), “O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa”, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Texto policopiado.

Lima da Costa, Francisco (2005), *Fronteiras da Identidade: macaenses em Portugal e em Macau*, Lisboa, Fim de Século.

Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Ngai, Gary (1994b), "A Identidade Cultural de Macau: a sua Preservação e Desenvolvimento antes e depois de 1999", in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 35, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, p. 61-76.

Ngai, Gary (1996), "Macau – Ponte Especial de Ligação entre a China e o Mundo Latino", in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 32, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, p. 339-348.

Ngai, Gary (1999), "A Questão da Identidade Cultural em Macau", in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 7, Lisboa, Instituto Camões, pp. 46-57.

Patten, Alan (2001), "Political Theory and Language Policy", in *Political Theory*, Vol. 29, n.º 5, Sage Publications, pp. 691-715.

Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a Produção Social de Identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 217-231.

Senna Fernandes, Miguel de (2005), *O Patuá*, documento policopiado, pp. 1-6.

SILVA, Perpétua Maria dos Santos - A língua e a cultura portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau [em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011. Tese de doutoramento. [Consulta 20 de março de 2014] Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10071/5879](http://hdl.handle.net/10071/5879). ISBN 978-989-732-223-5.

18. ROLF KEMMLER, UTAD (VILA REAL) – ALEMANHA / AICL



BRAGANÇA 2010

Rolf Kemmler



MACAU 2011



TEMA 3.3. Os Açores Vistos Por Um Açoriano Na Diáspora: A Trip to the Azores or Western Islands (1867) de Manuel Borges de Freitas Henriques (1827-1873), Rolf Kemmler (Vila Real) *

Em 1867, o empresário e então vice-cônsul de Portugal em Boston Manuel Borges de Freitas Henriques (1826-1873) publicou um livrinho com 137 páginas, intitulado *A trip to the Azores or Western Islands*.

Nesta obra, bastante menos volumosa do que as outras do género que tinham sido publicadas anteriormente, o autor brinda-nos com quinze capítulos, escritos por ocasião de uma viagem de regresso ao arquipélago em 1866, realizada após a ausência de dezoito anos (Henriques (1867: 9).

Em continuação de estudos já realizados sobre obras anteriores, pretendemos apresentar como este autor de origem açoriana retratou as terras e gentes dos Açores, especialmente na Ilha de São Miguel para o seu público anglófono nos Estados Unidos.

1. INTRODUÇÃO

*Em 1867, Manuel Borges de Freitas Henriques (1826-1873), um empresário açoriano residente em Boston, que pouco depois viria a ser Vice-cônsul e Cônsul de Portugal, publicou um pequeno livro intitulado **A trip to the Azores or Western Islands**. Mesmo que o nosso autor se encontre um pouco fora do âmbito normal da presente série de estudos sobre a literatura de viagens anglófona por causa da naturalidade florentina do autor, cremos que o facto de a sua obra ter sido elaborada em inglês, sendo publicada para um público anglófono, faz com que esta se enquadra no âmbito das nossas investigações.*

Nesta obra, com apenas 137 páginas, bastante menos volumosa do que as outras do género que tinham sido publicadas anteriormente, o autor brinda-nos com quinze capítulos, escritos por ocasião de uma viagem de regresso ao arquipélago em 1866, realizada após a ausência de dezoito anos (Henriques 1867: 9).

Em continuação de estudos já realizados sobre obras anteriores, pretendemos apresentar como este autor de origem açoriana retratou as terras e gentes dos Açores, especialmente na Ilha de São Miguel para o seu público anglófono nos Estados Unidos.

2. O AUTOR MANUEL BORGES DE FREITAS HENRIQUES

Nascido em Santa Cruz das Flores em 19 de novembro de 1826, Manuel Borges de Freitas Henriques era descendente de militares florentinos importantes. Terá emigrado para os Estados Unidos da América cerca de 1848,²⁶⁹ onde permaneceu, com a exceção da viagem de que trata o seu livro, até à sua morte em 1873.

Graças aos documentos publicados por George Monteiro (2010), conseguimos recentemente encontrar toda uma série de documentos anteriormente não aproveitados numa tentativa de biografia do nosso autor. Ficámos, assim, a saber que, desde pelo menos 1854 até 1864 trabalhou como tipógrafo (e ultimamente como chefe de equipa) em várias oficinas tipográficas de Cambridge e de Boston, servindo-se, durante aquele tempo, do nome americanizado 'William de F. H. Burgess'. Tendo sido envolvido como intérprete no processo penal contra o cidadão português José Bento de Dias em 1864, terá sido por esta altura que as autoridades portuguesas chegaram a reparar nele, de modo que passou a ser Vice-Cônsul de Portugal pelo menos desde 1868 e do Brasil desde 1871, passando a ser Cônsul de Portugal em Boston desde 1872.

*Investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

²⁶⁹ Henriques (1867: 9) afirma o seguinte sobre a sua partida do arquipélago: «Eighteen years had elapsed since I strained my sorrowful eyes to watch the last glimpse of its blue-tinted mountains, gradually receding into obscurity». Considerando que a sua afirmação é relativa ao verão de 1866, cremos lícita a conclusão de que terá emigrado por volta de 1848.

Depois de uma vida breve, mas de trabalho intenso, Manuel Borges de Freitas Henriques acabou por suicidar-se com pouco menos de 47 anos de idade, na sexta-feira, 17 de outubro de 1873 perto do seu escritório no porto de Boston.

Para além da obra que será objeto do presente artigo, Henriques ainda é autor de um pequeno guia de conversação intitulado *Fallais Inglez? ou Do you speak English? Un [sic!] manual para o uso de principiantes que querem aprender a fallar breve e praticamente, com apontamentos na pronuncia ingleza* (Henriques 1866a). É-lhe igualmente atribuída a autoria de uma obra congénere sobre o português intitulada *Fallais Portuguez?, Or, Do You Speak Portuguese? A Pocket Manual* (Henriques 1866b). Desta última obra, se efetivamente chegou a ser publicada, não parece conservar-se qualquer exemplar.

3. A TRIP TO THE AZORES OR WESTERN ISLANDS (1867)

*Publicado pela livraria bostoniana Lee & Shepard (1862-1905, cf. Derby 1884: 518), a produção do livro do nosso autor foi processada por duas empresas que o mesmo chegou a conhecer no âmbito da sua atividade profissional como tipógrafo (cf. Kemmler no prelo). A composição tipográfica foi feita através de uma matriz estereotípica feita pela «Boston Stereotype Foundry, 4 Spring Lane» (Henriques 1867: [2]), num prédio em que Burgess trabalhou em 1864 (provavelmente para o tipógrafo Charles J. Roath). Já a impressão foi realizada numa das mais importantes oficinas tipográficas que na época existiam em Boston e arredores, nomeadamente na «Riverside Press: H. O. Houghton & Co.» (Henriques 1867: [2]), a empresa de **Henry Oscar Houghton (1823-1895)** em Cambridge, onde tudo leva a crer que o próprio autor terá trabalhado, pelo menos, entre 1856 e 1863.*

Nada característico para uma obra publicada nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, encontramos um pequeno brasão da casa real portuguesa no rosto do livro, o que sugere que Henriques talvez já tenha exercido o cargo de Vice-Cônsul na altura da publicação do mesmo.

3.1 A TRIP TO THE AZORES OR WESTERN ISLANDS (1867): O CONTEÚDO

Ao longo das suas 137 páginas, o livrinho de Henriques apresenta um breve paratexto, bem como quinze capítulos que, na forma de um diário não datado, relatam as várias instâncias da viagem do autor pelo arquipélago e das observações que as mesmas suscitaram.

No seu prefácio, o nosso autor oferece uma breve explicação da génese da sua obra:

PREFACE.

THE material composing the greater part of this little volume was originally written to occupy some of the leisure moments of the Author, without a thought to its future publication. But the many questions proposed to him in social intercourse respecting the Azores have at length induced him to prepare the following pages in their present form, for the information of those who feel any interest in the subject. Most of the historical facts related were carefully revised and corrected from authentic sources during the writer's late sojourn at these Islands. That his labor may prove a source of some interest and entertainment to the reader is the sincere wish of THE AUTHOR (Henriques 1867: 3-4).

Como muitos autores de obras que se podem considerar como fazendo parte da literatura de viagens, Henriques afirma ter elaborado o seu diário para fins pessoais, tendo posteriormente adicionado outros elementos textuais com base em leituras secundárias. Mediante a sua *captatio benevolentiae*, o nosso autor faz questão de referir que teriam sido terceiros interessados que o teriam levado a publicar um livro.

Dado que os seus comentários não se circunscrevem a São Miguel, como a maioria das obras anteriores, apresentaremos os vários aspetos em que o nosso autor se manifesta sobre o seu povo de origem.

3.2 MOTIVO DA OBRA: PROMOÇÃO DO TURISMO E COMÉRCIO AÇORIANOS

Ao longo do seu livrinho, Manuel Borges de Freitas Henriques alude em várias ocasiões às atividades comerciais que o levaram a empreender a viagem de que trata o seu livro. Sabemos pelo próprio autor que planeou toda a excursão desde o aluguer de uma escuna até à aquisição de passageiros e de cargo para custear a viagem pelo arquipélago (Henriques 1867: 10). No que respeita à carga do navio, informa o seguinte:

The bulk of our cargo being lumber, for which, thus far, we had no market, we left St. George for St. Michael in order to dispose of it (Henriques 1867: 71).

Por não haver compradores em São Jorge para a madeira serrada trazida da América, Henriques explica ter decidido tentar a sua sorte com a venda desta mercadoria em São Miguel. Era esta, portanto, uma das duas receitas principais da viagem, sendo a outra explicitada quando o autor explica a razão pela qual não foi à Terceira e à Graciosa:

I devote this chapter to a description of the last two islands, although they were not visited by us in this trip, for the simple reason that they could not furnish us so many emigrants as the others; the principal object we had in view, besides the sale of lumber, being to obtain as many passengers as we could (Henriques 1867: 73).

O segundo ramo do empreendimento naval do nosso autor era, portanto, o de angariar emigrantes que quisessem fazer a viagem para os Estados Unidos. Se bem que não explicita os negócios de que tratou, é, no entanto, de crer que o comerciante, para além dos passageiros que pagavam a sua viagem, também terá tentado conseguir alguma carga para o regresso aos Estados Unidos:

Well pleased was I, when, a few days afterwards, the familiar outlines of this island met my gaze. As soon as possible after landing, I transacted the last of the business for the trip, as I was to remain at Flores some time. When the passengers were on board, and everything ready for departure, I went to see them off and wish them God speed (Henriques 1867: 104).

No que respeita, enfim, aos raciocínios que o terão levado a escrever a sua obra, Henriques pretende oferecer um relato simples e verdadeiro, distanciando-se dos exageros de outros viajantes, autores de diários de viagem:

My aim in writing this little book has been to present the ideas suggested to me in my late visit to the Azores with simplicity and strict adherence to truth. I therefore have not exaggerated or wilfully misrepresented anything, as, unfortunately, many travellers do although it can scarcely be said from malicious motives

Their judgment of the countries they visit is generally formed from the incompetent information they receive from ignorant or unreliable people, from a too-hurried sojourn, or their regarding things from a wrong stand-point (Henriques 1867: 115).

É precisamente nas avaliações subjetivas incompetentes, infundamentadas e exageradas, muitas vezes baseadas no testemunho de pessoas pouco fiáveis e estabelecidas durante uma visita demasiadamente breve ao arquipélago, que Henriques identifica um dos maiores problemas deste tipo de relatos.

Mas o aspeto que realmente considera o mais digno de crítica é a atitude preconceituosa de autores que julgam toda uma nação com base naquilo que pensam ter observado numa pessoa ou numa classe de pessoas:

Another thing which I have noticed is, the tendency that most people have to judge of the character of a whole nation by the few people belonging to it whom necessity or other causes compel to emigrate. Of course, such judgment cannot be correct, as, in reality, the best classes of a people, with but few exceptions, rarely settle in foreign countries, and one cannot properly form an estimate of those who merely visit his land. He must go abroad himself, and see them in their own homes, or, for the sake of politeness, at least, not make derogatory remarks in regard to them (Henriques 1867: 117).

A leitura deste parágrafo até parece ser uma referência implícita aos comentários tecidos pelo escritor americano Mark Twain (1835-1910) no seu livro de viagens *The innocents abroad* (1869) que «[...] *não consegue mesmo encontrar nada de positivo sobre os açorianos [...]*» (Kemmler 2012: 185). Uma vez, porém, que a obra de Henriques já tinha sido publicada em maio de 1867, a sua crítica não se pode aplicar a Twain, cuja viagem no navio *Quaker City* somente se realizou no verão do mesmo ano de 1867 (cf. também Monteiro 2010: 450) mas sim à 'generalidade' de pessoas que costumam fazer juízos generalizadores desta forma.

A existência, enfim, de uma carta manuscrita publicitária, datada de 26 de abril de 1870, leva a pensar que o então Vice-Cônsul português estivesse a planear o estabelecimento regular de um evento turístico que envolvia as viagens de 60 pessoas aos Açores pelo preço de 300 dólares (Monteiro 2010: 455). Isto permite-nos considerar que o seu livrinho terá, antes de mais nada, sido elaborado com a intenção de promover a sua agenda turística de promover e explorar o turismo nos Açores.

Creemos que se pode encarar precisamente sob esta perspetiva as seguintes duas afirmações que se ocupam do interesse dos mercados nos Faial para fins turísticos, e do queijo, da carne da manteiga de S. Jorge, respetivamente:

The markets are not remarkable, but partake of that peculiarity of the country which makes them, perhaps, interesting to a visitor, though not so in a description. Many little things to be enjoyed must be seen, and with an eye upon their surroundings (Henriques 1867: 57).

This island produces, and exports to England, oranges of a good quality, and is famous for its cattle. The cheese made here is the best of the Azores, and compares well with the English and American. Butter is made in such quantities that, in 1864, one house alone in Lisbon received twenty thousand dollars' worth of this article in consignments (Henriques 1867: 67).

Ambos os trechos visam promover aspetos singulares do comércio açoriano, que bem podiam ser do interesse dos leitores americanos do nosso autor – quer sejam potenciais turistas que vinham visitar as respetivas ilhas, quer sejam negociantes interessados em fazer negócios com produtos do arquipélago.

Para além destes produtos, Henriques chama a atenção para a produção do linho nos Açores, que, afinal, teria sido muito útil no fornecimento ao mercado americano aquando da Guerra Civil (1861-1865):

Flax grows luxuriantly; but previous to the late civil war in this country, its cultivation had declined very much; the large quantities of linens and cottons imported from England and America had diminished the demand for it, both at home and in Brazil, where it had a good market when manufactured. But after the secession war was inaugurated, the cottons increased in price there, as they did elsewhere, to such a degree that the almost forgotten cultivation of flax received a new impetus, and it is now grown and manufactured to a greater extent than ever before. It is not only used for sheets, tablecloths, and other household linen, but is also worked up into beautiful patterns for gentlemen's summer wear, the coarser kinds being used by laboring people (Henriques 1867: 30-31).

3.3 A ORIGEM DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

Logo no primeiro capítulo da sua obra, o nosso autor debruça-se largamente sobre a origem dos Açores e discute as três hipóteses então mais populares:

The discovery of the various archipelagos in the Atlantic Ocean, about the middle of the fifteenth century, gave rise to a number of hypotheses advanced by philosophers and geologists of that age. From these we may gather the following three theories: First, that there was reason to suppose the Azores, Canaries, and Cape Verde Islands were the highest summits of a range, or ranges, of submarine mountains, encircling the globe from north to south; Second, that these islands were the fragments of the fabulous

Atlantis, described by Plato; and, Third, that as vestiges of submarine volcanic eruptions were met with in nearly all of them, there was reason to believe they owed their origin to volcanic agents.

I unhesitatingly follow the first theory; though Plato's description of the Atlantis, after being divested of its pagan fictions, has but little of the incredible in it; and it is not only probable, but possible too, that such a continent did exist, and was destroyed by those agencies he mentions, leaving the archipelagos already mentioned as mementos of their overwhelming powers; for in many of the islands, but particularly in Flores, there are vestiges clearly indicating that formerly, as well as lately, parts of the island have sunk, or rather fallen away and disappeared in the sea (Henriques 1867: 13-14).

As três hipóteses são

- a) que os arquipélagos dos Açores, das ilhas Canárias e de Cabo Verde fazem parte de uma cordilheira submarina;
- b) que estas ilhas correspondem a fragmentos da Atlântida e
- c) que são resultado de erupções vulcânicas.

Henriques não manifesta ter quaisquer dúvidas de abraçar a primeira hipótese, mas não o revolta a ideia da Atlântida de Platão. Já uma possível origem vulcânica do arquipélago é uma noção que o nosso autor rejeita liminarmente:

But the marvellous idea set forth by the third theory, that these islands were thrown up from the bottom of the ocean by immense volcanos, I entirely repudiate, because islands purely volcanic, and thrown up by submarine fires, are generally formed of such loose materials that the sea, in a very short time, destroys them. They are composed of lava, sand, and other volcanic scorixæ, which have no adhesive power in themselves; they are sterile, unless mixed with vegetable earth; and, upon examination, it is evident that the quantity and position of these composite parts are entirely different from the soil of the Azores (Henriques 1867: 15).²⁷⁰

Apesar de recusar a origem vulcânica dos Açores, Henriques não parece consciente da incoerência, quando ao longo do seu livro se vai referindo às atividades sísmicas e vulcânicas ocorridas no arquipélago através dos séculos.

3.4 ASPETOS DA CARATERIZAÇÃO DOS AÇORIANOS E DA SUA VIDA

Um dos primeiros assuntos que merece a atenção do nosso autor é o aspeto exterior dos habitantes do arquipélago. Para ele, o clima moderado nos Açores faz com que os seus habitantes sejam saudáveis, havendo, inclusive, muitas pessoas de idade avançada:

Under the salubrious influences of such a mild and healthful climate, the Azoreans are, ordinarily, a vigorous and healthy race. In all the islands stout old men are seen, at the advanced age of seventy or eighty years, still supporting the fatigue and labor of the fields. The females, though budding into womanhood at thirteen and fourteen years of age, retain their comeliness and bloom a long time, and do not fade into old women at so early an age as they do in this country. Mothers of half a dozen or more children very often look as fresh and youthful as American women of twenty years, although they may have seen their thirty summers or more. They are, in most cases, handsome, or rather lively and interesting, dark in complexion, and more resembling the daughters of the sunny south than those of the north (Henriques 1867: 23).

Neste mesmo contexto ainda considera que as jovens mulheres e as mães de grandes famílias conseguem conservar a sua beleza e a sua juventude durante muitos anos graças ao clima, quando já as mulheres americanas costumam envelhecer mais depressa.

²⁷⁰ O destino da Ilha Sabrina, que surgiu em 1811 e posteriormente sofreu erosão que a fez desaparecer, serve como exemplo a Henriques (1867: 16-19).

Também no que respeita ao trabalho manual, as mulheres açorianas de todas as camadas populacionais são descritas como extremamente prenyadas, pois produzem os artigos de trabalho artesanal com excecional destreza:

Not only the ladies of rank and education, but many of the poorer class of girls, are dexterous with their fingers, and evince a deal of patience in executing some very difficult ornamental and useful work. They manufacture shawls, capes, veils, and other articles of ladies' apparel, from the fibres of the aloe, in black, white, and red. Open-work hose, of the very finest cotton; tidies and rigolettes; feather flowers; wreaths of sea-mosses and shells; bouquets and other ornamental work, they make from the pith of the fig-tree. In short, they succeed in nearly everything that is possible to be made by female hands, and the finish and perfection of their work are almost unequalled (Henriques 1867: 23-24).

Creemos que estes dois parágrafos constituem uma inversão do que pudemos verificar em obras anteriores do género. Ao passo que Henriques não evidencia a já conhecida atitude preconceituosa dos demais autores anglófonos (provavelmente por fazer parte do mesmo povo descrito), o forte carácter elogioso destes elementos descritivos assemelha-se-nos quase a uma tentativa publicidária em favor da mulher açoriana e dos seus dotes, quer no atinente à sua beleza, quer ao seu trabalho manual.

Mas nem todas as características dos açorianos que Henriques descreve são assim tão marcadamente positivas:

It is not surprising, that, born in a delightful country, with an excellent climate, the Azoreans should be inclined to indolence. They require to be stimulated by necessity to show their aptitude for any kind of application. In the sciences, they manifest comprehension, genius, and talent; in navigation, intrepidity and firmness to face the fury and undergo the hardships of the stormy ocean; and in mechanics, ingenuity and activity. The reason why they have not attained to greater perfection in all these, is, that they have not the stimulus to animate and incite them to work, and that in their country have not been founded those institutions calculated to develop their talents and improve their faculties (Henriques 1867: 24-25).

Sem chamar 'preguiçoso' ao seu povo de origem, Henriques oferece um comentário sobre a atitude geral do açoriano. Poucos adjetivos parecem tão açorianos como 'pachorrento', o que provavelmente será uma melhor forma de expressar a 'indolência' do nosso autor. Em jeito de explicação, explica a mesma pelo facto de os açorianos terem nascido 'num país agradável, com um clima excelente'. Estimulados, porém, para tarefas de maior importância, Henriques acredita que eles podem passar a demonstrar todas as qualidades que os podem elevar à grandeza – e se ainda não o fizeram, terá sido por falta de estímulo.

Num contexto semelhante que diz respeito aos pedintes do arquipélago que se manifestam após a atracagem dos navios nos portos açorianos, Henriques faz questão de explicar a situação algo demoradamente como se segue:

ALMOST the first thing that attracts a stranger's eye after landing in the Azores is the great number of beggars that meet and importune him. Particularly, however, is this noticeable on a Saturday, the regular begging day in the islands.

It is an Azorean custom for every person of means to give alms to a certain number of beggars this last day of the week; so they will wait on the sidewalk or at the doors until served, and then quietly go off and beg elsewhere. This accounts for the greater numbers met with on Saturdays.

The beggars that I refer to are persons that crave a small pittance to scare away starvation and misery. They are neither a saucy nor greedy race, but will thank you heartily, and will pray for all God's blessings to be showered upon you, if you give them but five or ten reis, that is, half or one cent. At the same time, however, many will be very importunate until you do give them something. The fact that there are no poorhouses in the islands accounts for so large a number of the above class (Henriques 1867: 122-123).

Com efeito, a descrição dos pedintes açorianos parece-nos algo semelhante àquilo que dois anos mais tarde veremos em *The Innocents Abroad* de Mark Twain.²⁷¹ No entanto, é de observar que Henriques tenta oferecer uma descrição que visa ser objetiva, isenta de qualquer noção humorística ou cínica que podemos ver nas palavras do autor americano.

Quanto à vida diária das pessoas das classes mais baixas, Henriques constata que a maioria das pessoas anda descalço. Constituem exceções dos habitantes do Pico, que usam sandálias e de cabedal, e as mulheres do Faial que usam tamancos ou galochas:

Most people of both sexes of the lower class in all the islands go barefoot, except in Pico, where the greater part of them wear raw-hide sandals, fastened round the ankles with leather thongs, probably to protect their feet from the extraordinary roughness of the volcanic scorix with which the soil is overspread. In Fayal many women wear wooden clogs, or galoches. Occasionally you see a barefooted damsel indulging in the luxury of a hoop-skirt, or a barefooted sire of some country village with a rather rusty beaver crowning his honorable gray head (Henriques 1867: 132).

A nível geral, a caracterização pessoal que Henriques faz dos seus conterrâneos açorianos sai bastante generosa:

They are affable, generous, and beneficent; but fond of public amusements, of ostentation, and pleasure. In many of the islands, particularly in country villages, there are still observed among many families that innocence and simplicity of life that characterized their ancestors. The respect they evince for religion is extreme; though among the higher classes many are met with who have a tendency to an irreligious free-thinking (Henriques 1867: 25).

Sem querermos aventurar demasiadamente a nossa opinião pessoal, parece-nos que esta caracterização do povo açoriano (embora algo generalizada) talvez seja a mais genuína, de que os traços mais básicos ainda se podem reconhecer na população moderna do arquipélago.

Para além da boa disposição geral, o açoriano emigrado atesta aos seus conterrâneos um elevado grau de civilidade que assim diz não conhecer dos Estados Unidos:

Not simply touching, but taking off the hat, and bowing, is quite universal and obligatory to show good breeding, not only to passers-by, but to persons – ladies in particular – at windows, whether you know them or not. From foreigners this is not expected; but the courtesy will be returned if they bow first. I have been amused quite often to think of the number of times necessary to doff my hat during the day in return to the little barefooted, three-year-old urchin, sidling along and looking askance at me as he raises his hat; or through every grade up to the white-headed old gentleman who bows to me from across the street (Henriques 1867: 136).

Também aqui, as observações de Henriques vêm com uma dica prática: da parte dos estrangeiros não se espera o mesmo grau de civilidade, mas estes serão devidamente cumprimentados se acenam com a cabeça.

Semelhantemente, as classes mais altas do arquipélago, com especial relevo para a nobreza, merecem a avaliação francamente positiva do nosso autor:

²⁷¹ Aquando da sua chegada ao Faial, é da seguinte maneira que Twain (1897: 51) descreve o assédio por parte dos mendigos no porto e na cidade da Horta: «The group on the pier was a rusty one – men and women, and boys and girls, all ragged, and barefoot, uncombed and unclean, and by instinct, education, and profession, beggars. They trooped after us, and never more, while we tarried in Fayal, did we get rid of them. We walked up the middle of the principal street, and these vermin surrounded us on all sides, and glared upon us; and every moment excited couples shot ahead of the procession to get a good look back, just as village boys do when they accompany the elephant on his advertising trip from street to street». No seu artigo sobre Twain e a realidade faialense no século XIX, Lobão (2011: 444-448) oferece uma breve vista de olhos sobre quem seriam estes mendigos e pobres no Faial oitocentista do autor americano.

One extreme sends me to the other: from beggars to the nobility, or upper classes? among which are barons, counts, and viscounts, – gentlemen worthy of their titles, – who bear their honors with simple dignity and unostentatiousness. The educated, upper classes are endowed with sterling qualities; but it would be, perhaps, as wrong to form an idea of the standard of the national character from them, as it would be unjust to estimate it from the characteristics of the lower classes. The acquaintance and friendship of these gentlemen are generally attainable by persons of refinement and good sense without difficulty, and should be sought by those who wish to see and enjoy the best of life at the Azores. Many of them speak the English, but many more the French language. Affable and hospitable, they are ever ready to oblige, and render those courtesies that never fail of pleasing strangers (Henriques 1867: 123-124).

Parece evidente que este trecho servirá sobretudo para contextualizar a alta sociedade açoriana, pois promete a um potencial turista que poderá contar com o bom acolhimento por parte de pessoas educadas e afáveis do mesmo estatuto social. Por mais que se perceba a intenção do autor que pretende atrair visitantes americanos abastados para a sua terra natal, cremos que a característica acolhedora dos açorianos (tal como se verifica ainda hoje numa visita ao arquipélago) não se terá limitado necessariamente só às camadas sociais mais afluentes.

Graças à sua história pessoal, pouco admira que Henriques seja o primeiro escritor anglófono a aproveitar da ocasião para manifestar-se sobre o impacto que a emigração tinha na sociedade açoriana de então:

This island furnishes more emigrants than any of the others, excepting, perhaps, Flores. Women and young men form the principal portion of these. The former leave their homes hoping to better their fortunes, or to join friends already away; the latter quit them in order to avoid military service, though but a very small number of young men is required yearly by the home government.

There is another class of men who emigrate – those who, returning from whaling voyages or from the mines of California to visit their relatives and friends, find, in a short time, their inability to adapt themselves to their former quiet, monotonous life (Henriques 1867: 103-104).

Na sua segunda visita a São Jorge, Henriques constata que esta ilha, junto com as Flores, estaria a perder mais habitantes à emigração, do que o resto do arquipélago. Entre os motivos para a perda da população de residentes, o autor identifica os motivos financeiro, social e militar, mas também o desejo de evitar a monotonia da vida insular. No entanto, também observa que não somente se dá a corrente migratória para fora do arquipélago, mas refere que todos os anos se verifica uma contracorrente dentro da qual um número considerável de açorianos regressa à terra nativa, trazendo consigo as 'riquezas amontoadas' na emigração americana ou brasileira:

It is true that hundreds leave their homes; but it is also true that a great number return, every year, who have been absent divers lengths of time, and take home the gold and silver they have earned with incessant toil, not only in the mines of California and under the ardent skies of Brazil, but also in the adventurous voyages after whales, in regions none the more inviting (Henriques 1867: 28).

3.5 NAMORO E CASAMENTO

Ao contrário dos demais visitantes do arquipélago do seu tempo, a sua naturalidade florentina facultava ao nosso autor uma perspetiva única, por ter a capacidade de avaliar o que estava a acontecer dentro da sociedade açoriana do seu tempo. Este facto permite-lhe fornecer aos seus leitores alguns factos sobre o namoro e o casamento no arquipélago:

Marriage, and the preliminaries preceding and attending it, – subjects very interesting to the young of both sexes, and by many of them considered as another kind of amusement, – are not conducted in the same manner as in this republican country. A gentleman sees a lady who pleases and fascinates him. He manoeuvres to judge of her sentiments in regard to him, either by looks, signs, or the medium of a trusty servant. If convinced, after this trial, of her preference for him, his attentions commence by epistles, with perhaps an occasional stolen interview.

He is not permitted to visit the lady until he has asked her hand of her parents; after which, if consent be given, he is almost in honor bound to marry her. He is seldom, if ever, left alone with her, as some member of the family stays with the lovers during their tete-a-tete, which is never prolonged to a late hour. The chances he has to study her character are very few; but there is one thing in his favor, – the submission of a wife to her husband being quite a matter of course (Henriques 1867: 134-135).

Com base na sua experiência pessoal – afinal, chegou a casar duas vezes enquanto vivia nos Estados Unidos – Henriques baseia os seus comentários sobre o namoro 'normal' nos Açores no facto de o processo ser bastante diferente na sociedade americana. Em primeiro lugar, a iniciativa parte sempre do homem. Assim, este, quando vê uma menina que o atrai, procura saber através de uma série de meios indirectos se a atracção é recíproca. Sendo este o caso, pode começar a trocar cartas e ter encontros secretos, mas somente pode encontrá-la oficialmente quando já pediu a mão dela em casamento. Para Henriques, as desvantagens deste procedimento são óbvias, uma vez que o homem assim não chega a conhecer a mulher tão bem como devia... E onde é que o homem chega a enxergar pela primeira vez a sua futura amada? É nos bailes, que, afinal, constituíam o divertimento público por excelência (dentro da elite da sociedade mais abastada, entenda-se), podendo ser particulares ou organizados de forma pública:

Balls are an amusement much esteemed by the islanders. These are given by private individuals or authorities, and the guests are invited. Tickets are never issued, nor is any remuneration expected, as the party giving the ball bears all expenses. There is a musical club at Fayal, called the Lyra, composed of young gentlemen, who give a party every month in the winter. Strangers are always invited to the first ball succeeding their arrival, after which they can join the club by paying a small monthly sum. Upon the arrival of the ladies from the dressing-room, they are conducted to seats in the hall by gentlemen in waiting in the ante-room, and are left there by themselves until the music strikes up. After the dance is over, the ladies walk round a few times with their partners; and upon taking their seats, the gentlemen leave for the ante-rooms again. The dances consist of the lancers, fancy-dances, and quadrilles. The quadrille is formed by as many couples as the room will hold on the four sides. The figures are hardly ever called, as everybody is supposed to know them (Henriques 1867: 133).

Parece evidente que as noites dos bailes terão servido não somente como divertimento geral, mas também para que os homens solteiros pudessem ver pela primeira vez as mulheres com quem iam casar, mas também podiam – pelo menos tentar – ter uma ou outra conversa furtiva que de outra forma lhes estava vedada.

3.6 OBSERVAÇÕES SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

No atinente à língua portuguesa, o nosso autor somente tece dois comentários bastante breves. O primeiro tem sobretudo a ver com o relacionamento entre o português e o espanhol:

The Portuguese language, which resembles the Spanish so much that a person having a competent knowledge of the one, can, with little practice, readily understand the other, is spoken in all the islands. French and English are spoken to a great extent among the higher classes; and many young children are met with who speak both of these languages (Henriques 1867: 29).

Henriques constata aqui a quase intercompreensão entre os falantes do espanhol e o português, mas não se refere à divergência entre as variantes açorianas e o português continental que dificultará essa intercompreensão. Para além disso, realça a frequência do uso do inglês e do francês nas classes mais altas do arquipélago.

Tal como antes dele os irmãos Joseph e Henry Bullar em 1841 (cf. Kemmler 2015: 208), também Henriques chega a fazer algumas observações de natureza onomástica:

Individuals are generally addressed by their Christian names, and sometimes by their middle or family names, as it may be. It is not seldom, too, that the second name is properly the family name, like my own, and the last one or two (for often persons have four or more names) are derived from the grandfathers, a

sort of more comprehensive or widespread family name. Nicknames are almost universally used, especially among the lower classes, being derived from particular trades, remarkable incidents, places of residence, or striking personal accomplishments or blemishes (Henriques 1867: 24).

Dentro de um parágrafo bastante sintético, o autor explica com que elementos onomásticos as pessoas são tratadas. Sem entrar em detalhe ao fornecer exemplos, refere igualmente o frequente uso alcunhas, adscrevendo-o sobretudo às camadas populacionais mais baixas.

4 CONCLUSÕES

Dentro da expressão anglófona do género da literatura de viagens que se debruça sobre o arquipélago açoriano ao longo do século XIX, o livrinho de Manuel Borges de Freitas Henriques (1826-1873) é uma obra singular, uma vez que conjuga o ponto de vista de um anglófono, residente em Boston, com a mundividência de um emigrante florentino que deixou o arquipélago depois da sua juventude.

Tendo trabalhado como impressor anteriormente à sua atividade por conta própria como comerciante, que reunia com os cargos de Vice-Cônsul de Portugal e do Brasil e mais tarde de Cônsul de Portugal, Henriques estava a planear a organização de viagens turísticas para o arquipélago, servindo-se, assim, do seu livro para fins publicitários. Para além disso, pretendia a promoção de bens produzidos nos Açores, de modo a estimular os comerciantes americanos a procurar os mesmos.

Na elaboração do seu diário, Henriques pretendia oferecer uma descrição objetiva e adequada, evitando avaliações injustas e infundamentadas. Mesmo assim, não podemos deixar de observar que ocasionalmente chegou a pecar contra esta regra autoimposta, o que cremos dever-se ao seu zelo de promover alguns dos elementos do povo açoriano e das suas características que considerava mais essenciais para o seu público americano.

Apesar disso, não temos dúvida de que a população açoriana se encontra descrita de forma muito mais objetiva e sem os preconceitos habituais dos viajantes anglófonos anteriores, nomeadamente Thomas Ashe (1813), John White Webster (1821), Edward Boid (1834) e os irmãos Joseph e Henry Bullar (1841).

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Derby, J[ames] C[ephas] (1884): *Fifty Years Among Authors, Books and Publishers*, New York; London: G. W. Carleton & Co., Publishers; S. Low, Son & Co.

Henriques, M[anuel] Borges de F[reitas] (1867): *A trip to the Azores or Western Islands*, Boston: Lee and Shepard.

Henriques, M[anuel] Borges de Freitas (1866a): *Fallais Inglez? ou Do you speak English? Un manual para o uso de principiantes que querem aprender a fallar breve e praticamente, Com apontamentos na pronuncia ingleza*, Boston; New York: De Vries, Ibarra e C^{ia}. Livreiros Estrangeiros; Leyboldt & Holt, F. W. Christern, Geo. R. Lockwood.

Henriques, M[anuel] Borges de Freitas (1866b): *Fallais Portuguez?, Or, Do You Speak Portuguese? A Pocket Manual*, Boston: De Vries, Ibarra & Company.

Kemmler, Rolf (2012): «Notas sobre a perceção dos Açores no mundo anglofono novecentista I: Os habitantes dos Açores segundo Thomas Ashe (1813) e Mark Twain (1869)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2012): *Atas / Anais do XVII Colóquio da Lusofonia (Lagoa, São Miguel, Açores): 30 de março a 3 de abril de 2012*, CD-ROM (ISBN 978-989-95891-9-3), ficheiro CD atas Lagoa 2012 / atasXVIIlagoa2012.pdf, págs. 175-190.

Kemmler, Rolf (2015): «A população de São Miguel em *A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas* (1841)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2015a): *Atas / Anais 2014 XXIII Colóquio da Lusofonia: 27-31 março 2015 Fundação (Castelo Branco, Serra da Estrela, Portugal)*, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-05-8), pasta 'DVD ATAS XXIII Fundao', ficheiro 'atas 2015 FUNDAO.pdf', págs. 201-212.

Kemmler, Rolf (no prelo): «O florentino Manuel Borges de Freitas Henriques, o tipógrafo William de F. H. Burgess, e o sonho americano do Cônsul português que se suicidou em Boston em 1873», artigo submetido: *Insulana* ISSN: 0872-6035.

Lobão, Carlos (2011): «A Horta de Mark Twain: Entre o Relance e a Realidade», em: *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 20, págs. 437-451.

Monteiro, George (2010): «M. Borges de F. Henriques in the United States», em: *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 19, págs. 443-461.

Twain, Mark (1897): *The Innocents abroad: The New Pilgrims' Progress, being some account of the steamship Quaker City's pleasure excursion to Europe and the Holy Land, with descriptions of countries, nations, incidents and adventures, as they appeared to the author*, Hartford, Conn: American Publishing Company.

19. SUSANA MARIA DE ARRUDA TELES MARGARIDO, ESCRITORA AÇORIANA CONVIDADA, S. MIGUEL AÇORES,



SEIA 2014

SUSANA MARIA DE ARRUDA TELES MARGARIDO, AUTORA INFANTOJUVENIL HOMENAGEADA NO 3º PRÉMIO LITERÁRIO AICLAÇORIANIDADE

Licenciada em Sociologia pela Universidade dos Açores

Pós-graduada em “*Proteção de Menores – Prof. F. M. Pereira Coelho*” pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Pós-graduada em Língua e Literatura Portuguesas, pela Universidade dos Açores

Mestre em Língua e Literatura Portuguesas, vertente Literatura Infantojuvenil, pela Universidade dos Açores

É técnica superior do quadro de pessoal da Direção Regional da Solidariedade e Segurança social, em Ponta Delgada.

Já publicou diversos contos infantis, diversos artigos em revistas e jornais e já foi coordenadora editorial de uma revista e de vários livros de Atas.

É AUTORA (ENTRE OUTRAS) DAS SEGUINTE OBRAS

2005, *O menino perdido*, bilingue, ilustrações de Fedra Santos, 1ª Ed Junta de Freguesia de Rabo de Peixe,

2005, *Quando for grande quero ser pai*, ilustrações Joana Dias, Ponta Delgada, Ed DRIO - Direção Regional da Igualdade de Oportunidades

2006, *O discurso de género nos manuais escolares do 1º ciclo*, Ed Instituto Ação Social

2007, *Os sonhos de Inês*, ilustrações de Luís Roque, Ana do Rego Oliveira e Rui Costa, Edição Nova Gráfica

2008, *Luna E As Ilhas Fantásticas Dos Açores*, Ilustrações André Laranjinha, Artes E Letras

2008, *O menino perdido*, ilustrações de Fedra Santos, bilingue, 2ª ed., Junta de Freguesia de Rabo de Peixe

2009, *Minha querida avó*, ilustrações de Sandra Serra, Maia, Ed Livro Direto

2009, *De outra cor*, Ilustrações Marília Ascenso e Fedra Santos, Ed SRTSS, Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, DRIO

2009, *Um natal encantado*, Ilustrações Sandra Serra, Maia, Ed Livro Direto

2009, *Sou diferente, sou fantástico*, Ilustrações Marília Ascenso e Fedra Santos, Ed SRTSS, DRIO

2009, *Diário do meu segredo*, ilustrações de Abigail Ascenso, Ed SRTSS, DRIO

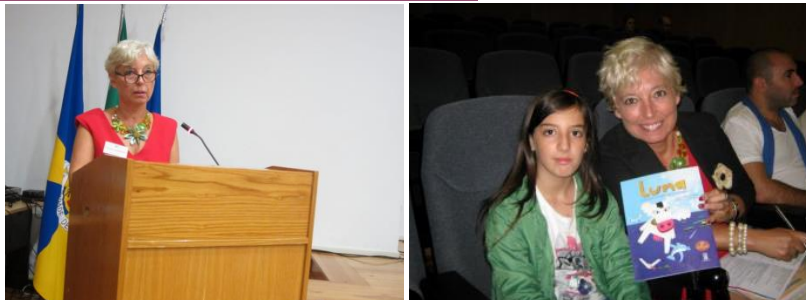
2010, *O anjo do lago*, Ilustrações Fedra Santos, Maia, Ed Livro Direto

2011, *Minha querida avó.*, Ilustrações Sandra Serra, Maia, Ed Livro Direto

VER CADERNO DE ESTUDOS AÇORIANOS EM http://www.lusofonias.net/cadernos-suplementos-videohomenagens-bibliografia/2015-08-07-21-29-07/doc_download/1862-caderno-26-susana-teles-margarido.html

VER VÍDEO HOMENAGEM EM

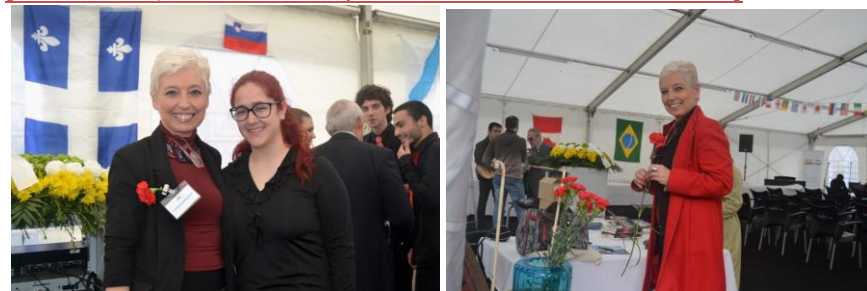
<http://www.lusofonias.net/cadernos-suplementos-videohomenagens-bibliografia/video-homenagens/2028-homenagem-aicl-a-susana-margarido.html>



[NO 22º COLÓQUIO DA LUSOFONIA SEIA 2014.]



[NO 21º COLÓQUIO DA LUSOFONIA, MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014]



VER CADERNO DE ESTUDOS AÇORIANOS EM http://www.lusofonias.net/cadernos-suplementos-videohomenagens-bibliografia/2015-08-07-21-29-07/doc_download/1862-caderno-26-susana-teles-margarido.html

ver vídeo homenagem em <http://www.lusofonias.net/cadernos-suplementos-videohomenagens-bibliografia/video-homenagens/2028-homenagem-aicl-a-susana-margarido.html>

[APRESENTA LIVRO SAHAR, A RAPARIGA DO VÉU](#)

20. VICTOR RUI DORES, ESCRITOR, GRACIOSA, CONVIDADO AICL



VICTOR RUI RAMALHO BETTENCOURT DORES Nasceu no dia 22 de maio de 1958 na Vila de Santa Cruz da Ilha Graciosa, Açores. Em 1968 fixou-se com a família na Ilha Terceira, onde permaneceu 1978, tendo um ano antes concluído o curso liceal no então Liceu Nacional de Angra do Heroísmo. Licenciado em Germânicas pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, é professor do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Manuel de Arriaga e, na cidade da Horta, desenvolve apreciável atividade cultural. Com vários livros publicados, é poeta, romancista, contista, ensaísta, cronista, crítico literário, e, nos últimos anos, tem-se dedicado à etnomusicologia e à linguística. Colabora regularmente nos jornais, na rádio, na televisão dos Açores e da diáspora e está ligado à atividade teatral como ator e encenador. Entre setembro de 1997 e julho de 2004 exerceu o cargo de Presidente da Comissão Executiva Provisória do Conservatório Regional da Horta. É, desde 1998, o representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação.

Poeta, escritor, ensaísta e crítico literário, dedica-se ainda à etnomusicologia e aos estudos etnográficos. No campo da linguística, pesquisa, há mais de 20 anos, os sotaques, as pronúncias e as variantes dialetais das Ilhas açorianas. Escreve crónicas para jornais e revistas regionais, nacionais e da diáspora e é assíduo colaborador da RTP / RDP AÇORES. Está ligado à atividade teatral como ator (no grupo de teatro “Carrocel”, de que é também Presidente da Direção) e como encenador (no grupo de teatro “Sortes à Ventura”, da Escola Secundária Manuel de Arriaga, projeto pelo qual é responsável desde 1988 e para o qual escreveu e encenou cerca de quarenta peças). Entre 2004 e 2007 foi membro da comissão editorial do Boletim do Núcleo Cultural da Horta. É, desde agosto de 2004, Cidadão Honorário da Ilha Graciosa. Em julho de 2006 a Câmara Municipal da Horta prestou-lhe homenagem pública pelo seu “contributo na promoção das artes e da literatura no âmbito da cultura local e regional”.



OBRAS PUBLICADAS.

- 1978. Poemas De Fogo E Mar, Poesia, Horta, Angra Do Heroísmo, Ed autor
- 1979, Na Antologia Cadernos Coletivos De Poesia – Antologia Org. Emanuel Jorge Botelho – Raiz, Suplemento Cultural Do “Correio Dos Açores”, Ponta Delgada, 1 fevereiro 1979.

- 1981, in Antologia O Lavrador De Ilhas, De J H Santos Barros, Angra, DRAC, col Gaivota
- 1982, in Antologia Toda E Qualquer Escrita, De João De Melo, Lisboa, Ed. Vega
- 1983, in Antologia A Questão Da Literatura Açoriana, De Onésimo Teotónio Almeida, Angra, DRAC, col Gaivota
- 1984, in Antologia Poética Dos Açores, 2º vol., De Ruy Galvão De Carvalho, Angra, DRAC, col Gaivota,
- 1987. “Contos Infernais Ou A Efabulação Do Poder”. Ed Signo.
- 1987. Grimaneza, Ou Um Barco Chamado Desejo Contos”. In Jornal De Letras E Artes D.L.
- 1990, De algumas breves impressões sobre alguns escritores açorianos, Separata de Quarto Crescente nº 23, Angra
- 1990, Entre O Cais E A Lancha, Poesia Horta, Ed autor
- 1990, Histórias Com Peripécias, Edição Do Correio Da Horta,
- 1991, À Flor Da Pele, Poesia, Ed autor, Tipografia Correio Da Horta, ed. autor
- 1991, Sobre Alguns Nomes Próprios Recolhidos Na Ilha Graciosa, Ensaio, Separata Do Boletim Do Museu De Etnografia Da Graciosa
- 1994, Folheio Estes Silêncios... Atlântida, Angra Do Heroísmo; Instituto. Açoriano De Cultura. 39:2
- 1999, Histórias Com Peripécias, 2ª ed., Horta, Edição Do Correio Da Horta
- 1999, Nove Rumores do Mar, Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea, De Eduardo Bettencourt Pinto e Vamberto Freitas, Ed. Instituto Camões.
- 2000, Açores, As Ilhas Ocidentais - Azores, The Western Islands, Álbum Fotográfico, Parceria com o fotógrafo Karl Heinz Raach, Angra Do Heroísmo, Blu Edições,
- 2000, in Nove Rumores do Mar, Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea, org Eduardo Bettencourt Pinto e Vamberto Freitas, Seixo Publishers
- 2000, Bons Tempos, Crónicas, Ed. Do Correio Da Horta
- 2003, in Antologia On A Leaf Of Blue: Bilingual Anthology Of Azorean Contemporary Poetry, Tradução E Org. De Diniz Borges Institute Of Governmental Studies Press / University Of California, Berkeley
- 2003, A olhar para cima, filme, teatro
- 2004, A Casa Das Rugas, Lisboa, Campo Das Letras
- 2004, *Vitorino Nemésio e a cidade da Horta*, Horta, Boletim do Núcleo Cultural da Horta, vol. 13
- 2004, in Antologia Nem Sempre A Saudade Chora – Antologia De Poesia Açoriana Sobre Emigração, Seleção, Introdução E Notas De Diniz Borges Edição Da Direção Regional Das Comunidades
- 2005, Fátima Toste, Porto Pim do meu encanto, Horta, Boletim Núcleo Cultural da Horta, nº 14
- 2005, João Gomes Vieira, O Homem e o Mar, os açorianos e a pesca longínqua nos bancos da Terra Nova e Gronelândia, Horta, Boletim Núcleo Cultural da Horta, nº 14
- 2005, Onésimo Teotónio de Almeida, Onze prosemas, Horta, Boletim Núcleo Cultural da Horta, nº 14
- 2005, Cristóvão de Aguiar, Nova Relação de Bordo, Horta, Boletim Núcleo Cultural da Horta, nº 14
- 2005, A Valsa Do Silêncio, Horta, Ed autor, Nova Gráfica
- 2005, Sobre “Trasfega” de Cristóvão de Aguiar, Horta, Boletim Núcleo Cultural da Horta, nº 14
- 2005, Sobre “Da Condição Humana em As Coisas da Alma, de João de Melo, Horta, Boletim Núcleo Cultural da Horta, nº 14
- 2005, Na Antologia “Xx3x20” 20 Pinturas / 20 Melodias / 20 Poemas, Direção Regional Da Cultura, Açores
- 2007, in Voices from the islands, an Anthology of Azorean Poetry, John M K Kinsella, Gávea-Brown Publications, Providence, Rhode Island Publications, Providence, Rhode Island
- 2009, A Graciosa Ilha, Álbum Fotográfico, parceria com o fotógrafo José Nascimento F. Ávila, Edição Câmara Municipal De Santa Cruz Da Graciosa, Nova Gráfica,
- 2010, Crónicas Insulares, Nova Gráfica, ed autor
- 2011, Crónicas Insulares, 2ª ed, Gráfica O Telégrafo, Horta, ed autor
- 2011, in Antologia Bilingue de Autores Açorianos Contemporâneos, de Helena Chrystello e Rosário Girão, AICL-Colóquios da Lusofonia Ed Calendário de Letras V. N. de Gaia
- 2012, in Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos, de Helena Chrystello e Rosário Girão, AICL-Colóquios da Lusofonia Ed Calendário de Letras V. N. de Gaia

• 2014, Faial of the faias, tradução de Katharine F. Baker e Bobby J Chamberlain in <http://www.rtp.pt/icmblogs/rtp/comunidades/?k=Faial-of-the-faias--Translation-by-Katharine-F-Baker-and-Bobby-J-Chamberlain.rtp&post=47673>

- No Prelo, Ilhas Do Triângulo, Coração Dos Açores A viagem de Jacques Brel,
- No Prelo, Mulher Nua Em Contraluz, Novela (Pré-publicação dos primeiros capítulos da novela **Mulher Nua em contraluz**, de Victor Rui Dores

VER CADERNO DE ESTUDOS AÇORIANOS EM <http://lusofonias.net/doc/download/1447-caderno-17-victor-rui-dores.html>

VER VÍDEO HOMENAGEM EM <http://www.lusofonias.net/cadernos-suplementos-videohomenagens-bibliografia/video-homenagens/2080-victor-rui-dores-homenagem-2015.html>

PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

TEMA 1.1. da minha graciosidade

Sou graciosenses com muito orgulho e saudade. Um dia saí da Graciosa, mas a Graciosa não saiu de mim. Esta é uma ilha que navega dentro de mim e que, de alguma forma, carrego às costas. Por isso mesmo criei, em 2006, o conceito da GRACIOSIDADE, por decalque de “açorianidade”, de Vitorino Nemésio, que, por sua vez, havia decalcado de “hispanidad” de Miguel de Unamuno.

GRACIOSIDADE é o meu apego, o meu amor incondicional, a minha identidade e identificação com a Ilha Graciosa e com o imaginário graciosense.

Na minha intervenção lançarei alguns olhares sobre a história, a geografia, a onomástica, os usos, costumes e tradições da Ilha Graciosa, sendo meu propósito caracterizar as marcas de uma maneira de ser e estar graciosenses.

Da Minha Graciosidade

Não é impunemente que se nasce na segunda mais pequena Ilha dos Açores, onde a terra é pouca, o mar é vasto e o sonho é enorme...

Por isso faço, desde já, uma declaração de interesses: sou graciosense com muito orgulho e saudade.

A Graciosa faz parte da minha memória primeira e do meu imaginário afetivo. Foi nesta ilha que despertei para a vida, para o mundo e para o conhecimento das coisas.

Saí um dia da Graciosa, mas a Graciosa não saiu de mim – ela navega em mim, carrego-a dentro de mim. Por isso mesmo sinto o direito e o dever de reivindicar aquilo que, dentro e fora de fóruns de debate, tenho vindo a chamar de *graciosidade*, conceito que criei a partir de açorianidade, de Vitorino Nemésio. E a minha *graciosidade* é precisamente o meu apego e o meu amor incondicional pela Ilha Graciosa, é a minha marca de identidade e de identificação com o espaço graciosense.

A Graciosa, com 61 km² e 4.390 habitantes, é de todas as Ilhas dos Açores a menos montanhosa e húmida. “Ilha branca” lhe chamaram, ao que se julga saber devido à abundância de traquito, a rocha que vista ao longe terá dado a impressão de ser branca aos olhos dos nossos primeiros povoadores. Daí a toponímia da Ilha: Barro Branco, Pedras Brancas, Serra Branca.

Esta ilha seduz o visitante pela sua paisagem feita de planuras, montes arredondados cobertos de árvores, vinhas entre paredes de pedra negra, campos de cultivo e a presença constante do mar. O conceito da Natureza intocada aplica-se aqui às mil maravilhas. Possuindo um dos mais ricos ecossistemas do mundo, a Graciosa é, desde 2007, Reserva da Biosfera declarada pela UNESCO.

Se o leitor quiser fazer uma “viagem ao centro da terra”, não se fique pelo Júlio Verne e vá visitar a inquietante beleza da Furna do Enxofre, fenómeno vulcanológico raro e geologicamente único no mundo. Trata-se de uma depressão existente no subsolo da Caldeira – cratera de um antigo vulcão – onde se dá um fenómeno de libertação de gases sulfurosos provenientes de uma massa fluida em permanente ebulição localizada no interior mais recôndito da caverna. Comunica com o exterior através de duas aberturas, e em 1939, na maior delas, foi construída por um simples mestre pedreiro, sob a orientação do tenente Manuel Severo dos Reis, uma imponente escadaria (em caracol) de acesso, em alvenaria aparelhada, hoje apontada como um exemplo feliz em termos de engenharia ambiental. Durante muito tempo, e antes da sua construção, quem quisesse conhecer a Furna tinha que descer amarrado pela cintura.

O naturalista Fouqué, em 1873, e o príncipe Alberto de Mônaco, a partir de 1879, foram os primeiros a estudar a Furna, chamando a atenção da comunidade científica internacional para o seu interesse e originalidade.

Descendo os 184 degraus da referida escadaria, deparamos com um profundo túnel com cerca de 100 metros de profundidade. No fundo, uma enorme gruta, com abóbada de 80 metros de altura, revestida de estalactites e um lago subterrâneo, de água fria e sulfurosa, com cerca de 130 metros de diâmetro e 15 metros de profundidade máxima.

Um assombro! “Catedral de lavas ínvias”, chamou Vitorino Nemésio a este assombro. (“Vulva vulcânica” lhe chamei eu num poema). E se Raul Brandão, na sua viagem efetuada pelo Açores em 1924, tivesse desembarcado na Graciosa, tenho a impressão que o livro *As Ilhas Desconhecidas* teria mais um capítulo...

Emoldurada por vistosos moinhos de vento, Santa Cruz, situada na costa norte e sede do concelho, é uma Vila pitoresca com ruas desafogadas e belos exemplares de edificação senhorial – soberbas casas solarengas que pertenceram a gente que, no século XIX, enriqueceu à custa das duas grandes produções da ilha: vinho e cereais. O traçado da rede urbana é harmonioso, reflexo de um desenvolvimento pensado e não caótico. No centro da Vila existem dois paus (tanques) murados que se destinavam à recolha da água das chuvas e que noutros tempos eram utilizados como reservatório de água para o gado. Em frente, encontra-se uma ampla praça – Rossio – com um maciço de araucárias, ulmeiros e metrosíderos que oferecem beleza e frescura.

A hoje denominada Praça Fontes Pereira de Melo é o salão de visitas da Vila, espaço acolhedor de lazer e convívio, sendo de apreciar o empedrado artístico da sua calçada. E depois há a Igreja Matriz com fachada ornada por grossos motivos barrocos de pedra basáltica. O templo guarda os famosos Painéis Quinhentistas, possivelmente da autoria de Cristóvão de Figueiredo, valiosas peças com projeção nacional e internacional. Apesar das suas pequenas dimensões, a Graciosa possui atualmente 10 igrejas e 22 ermidas, o que constitui um importante património religioso.

A sul de Santa Cruz localiza-se São Mateus (Praia), numa zona plana e abrigada, estruturando-se a partir de uma via marginal que constitui o eixo de uma pequena estrutura urbana. Na rua marginal, defronte para a praia, existe uma linha bem organizada de edifícios, de cores claras e fachadas simples, dando um ar de homogeneidade ao conjunto.

A Praia alberga o porto de passageiros e carga da Graciosa, e o seu ilhéu reveste-se de especial importância como habitat de aves marinhas pelágicas.

As freguesias de Guadalupe e Luz são típicas povoações rurais com casas brancas rodeadas de campos de cultivo. Na Luz encontram-se as famosas Termas do Carapacho, descobertas em 1750, cujas águas (cloretadas, sódicas, sulfatadas e cáldicas) são recomendadas para tratamento de nevralgias, doenças reumáticas e de pele. Aqui se faz termalismo de excelência.

Os graciosenses cumprem, na sua ilha, ciclos e ritos ancestrais – nessa subtil fronteira que separa o sacro do profano. E, dotados de uma alegria de viver, mantêm bem vivas as tradições populares: uma especial apetência pela festa, pela folia e pela música, com um gosto muito especial por animadíssimos bailes de salão, sendo de

destacar um peculiar baile antigo (baile mandado). Mas a ilha marca outras diferenças: possui uma onomástica *sui generis*; uma forte tradição pianística; o seu Carnaval (com nítida influência brasileira) é caso único em Portugal porque tem a duração de 3 meses e não de 3 dias...

E mais: existem duas cantigas populares genuinamente graciosenses: “José” e “Terceira”. A gastronomia é de primeiríssima água e a doçaria não tem igual: queijadas, pastéis de arroz, para já não falar das dulcíssimas meloas...

A Graciosa já teve mais vinho do que água. Por isso continuamos hoje a apreciar os seus brancos e verdes, bem como as aguardentes envelhecidas durante 14 anos em cascos de carvalho. E convém destacar a andaia, bebida licorosa caseira, que tem origem no Brasil e foi trazida para a Graciosa no século XIX por emigrantes graciosenses.

De facto, uma ilha pequena como esta luta para ser diferente. Só mais três exemplos: a Graciosa é hoje a capital dos Açores no que à fotografia subaquática diz respeito; o município de Santa Cruz lidera o *ranking*, a nível nacional, de recolha seletiva de papel e cartão; a ilha está a dar passos decisivos nas energias renováveis.

Os graciosenses, no seu modo de viver pacato e ordeiro, são afáveis, alegres, hospitaleiros e comunicativos, sempre disponíveis para os comensais e bebés... E esta é sem dúvida uma maneira de ser feliz.

Victor Rui Soares



21. **MONSENHOR (CARLOS FILIPE) XIMENES BELO, CONVIDADO AICL, BISPO RESIGNATÁRIO DE DILI, TIMOR, PRÉMIO NOBEL DA PAZ 1966**





MAIA 2013

DOM CARLOS FILIPE XIMENES BELO (Uailacama, Baucau, Timor-Leste, 3 de fevereiro de 1948) é um Bispo católico timorense que, em conjunto com José Ramos-Horta, foi agraciado com o Nobel da Paz de 1996, pelo seu trabalho "em prol de uma solução justa e pacífica para o conflito em Timor-Leste".



MAIA 2013

Quinto filho de Domingos Vaz Filipe e de Ermelinda Baptista Filipe, Carlos Filipe Ximenes Belo nasceu na aldeia de Uailacama, concelho (hoje distrito) de Baucau, na costa norte do então Timor Português.

O seu pai, professor primário, faleceu quando o jovem Carlos Filipe tinha apenas dois anos de idade.

Os anos de infância foram passados nas escolas católicas de Baucau e Ossú, antes de ingressar no Seminário de Dare, nos arredores de Díli, formando-se em 1968.

Excetuando um pequeno período entre 1974 e 1976 -- quando esteve em Timor e em Macau --, entre 1969 e 1981, Ximenes Belo repartiu o seu tempo entre Portugal e Roma, onde se tornou membro da congregação dos Salesianos e estudou filosofia e teologia antes de ser ordenado Padre em 1980.

De regresso a Timor-Leste em julho de 1981, Ximenes Belo esteve ligado ao Colégio Salesiano de Fatumaca, onde foi professor e diretor.

Quando em 1983 se reformou Martinho da Costa Lopes, Carlos Filipe Ximenes Belo foi nomeado administrador apostólico da Diocese de Díli, tornando-se chefe da Igreja em Timor-Leste, respondendo exclusivamente perante o papa.

Em 1988, em LORIUM, Itália, foi consagrado como Bispo.



4º COLÓQUIO BRAGANÇA 2005

A nomeação de Ximenes Belo foi do agrado do núncio apostólico em Jacarta e dos próprios líderes indonésios pela sua aparente submissão.

No entanto, cinco meses bastaram para que, num sermão na sé catedral, Ximenes Belo tecesse veementes protestos contra as brutalidades do massacre de Craras em 1983, perpetrado pela Indonésia.

Nos dias de ocupação, a Igreja era a única instituição capaz de comunicar com o mundo exterior, o que levou Ximenes Belo a enviar sucessivas cartas a personalidades em todo o mundo, tentando vencer o isolamento imposto pelos indonésios e o desinteresse de grande parte da comunidade internacional.

A sua primeira entrevista a um órgão de comunicação, sob a ocupação indonésia, foi dada a Chrys Chrystello em agosto 1988 para a LUSA, RDP e TDM. Outras se seguiriam entre 1988 e 1993.

Em fevereiro de 1989 Ximenes Belo escreveu ao Presidente de Portugal, Mário Soares, ao papa João Paulo II e ao secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, reclamando por um referendo sob os auspícios da ONU sobre o futuro de Timor-Leste e pela ajuda internacional ao povo timorense que estava "a morrer como povo e como nação".

No entanto, quando a carta dirigida à ONU se tornou pública em abril, Ximenes Belo tornou-se uma figura pouco querida pelas autoridades indonésias.

Esta situação veio a piorar ainda mais quando o Bispo deu abrigo na sua própria casa a jovens que tinham escapado ao massacre de Santa Cruz (1991) e denunciou os números das vítimas mortais.

A sua obra corajosa em prol dos timorenses e em busca da paz e da reconciliação foi internacionalmente reconhecida quando, em conjunto com José Ramos-Horta, lhe foi entregue o Nobel da Paz em dezembro de 1996. (in Wikipédia)

TEMA 3.8 - Bispos e sacerdotes açorianos em Timor-Leste, Dom Carlos Filipe Ximenes Belo

1. INTRODUÇÃO

Celebra-se no corrente ano de 2015 o quingentésimo aniversário da entrada das primeiras naus portuguesas nas povoações costeiras da Ilha de Timor. Ao longo de cinco séculos Timor-Leste e Portugal estiveram unidos por laços históricos, culturais e religiosos. E para a construção da lusofonia e do contacto entre os dois povos tiveram papel importante centenas de missionários portugueses: frades dominicanos (1556-1834); sacerdotes seculares das várias dioceses de Portugal Continental, Açores, Índia Portuguesa e Macau (1875-1975).

Para o relacionamento de Timor com o mundo exterior tiveram papel relevante mercadores de vários países. Vamos apenas apresentar três fontes principais: a chinesa, a holandesa e a portuguesa.

As primeiras referências a Ilha de Timor datam de 1225 e foram dadas por um inspetor chinês do comércio exterior, Chau-u-Kua, segundo o qual
"Timor era um local rico em sândalo".

A outra referência é do ano de 1350. Nesse longínquo ano um chinês de nome Tao-i-chin Lueh fez a descrição da Ilha de Timor.

"Nas montanhas (de Timor) não crescem outras árvores que não sejam sândalo, que é muito abundante. É trocado por prata, ferro, chávenas, tecido e tafetás coloridos dos países orientais. Há na totalidade doze locais que se chamam portos".

Os registos da dinastia Ming são eloquentes descrevendo Timor como uma ilha coberta de madeira aromática, tendo pelo menos dez locais de desembarque onde os mercadores chineses aportavam. Nessa mesma época foi aberta por marinheiros chineses, uma rota marítima direta para Timor. E a terceira referência data do ano 1430. Num manuscrito anónimo refere que a Ilha de Timor era o destino mais ao sul de cerca de 100 viagens. Nesse manuscrito, a palavra 'Timor' 'Ch'in-Wen' e Cupão (Kupang), a atual capital de Timor Ocidental, dizia-se "Chu-pang". Outra fonte ainda relata que

"as montanhas de Timor estavam cobertas de árvores de sândalo, e o país nada mais produzia".

Historiadores holandeses determinaram que na época do império javanês de Srivijaya (por volta do séc. X, d.C.) o sândalo de Timor era transportado até ao estreito de Malaca e sai, para Índia e China.

Os navegadores portugueses chegaram às Ilhas da Insulíndia, depois da conquista de Malaca, por Afonso de Albuquerque em agosto de 1511. Depois da Conquista de Maca Albuquerque recebe do rei de Portugal, Dom Manuel I (1495-1521), ordens para enviar uma expedição às Ilhas Molucas a fim de determinar em que lado do meridiano se situavam e estabelecer relações com os governantes locais e assegurar o monopólio português sobre o comércio das especiarias (noz-moscada, cravinho da Índia, pimenta, canela e do sândalo).

Dos estudos feitos em vários documentos da época e outros posteriores, sabe-se que a rota pela armada de António de Abreu não incluía a Ilha de Timor. Por outro lado, os mercadores portugueses sabiam que de Timor provinha a madeira do sândalo branco, pois Jorge de Brito Patalim, governador de Malaca, numa carta dirigida a Dom Manuel I, em 6 de janeiro de 1514 afirmava: ~

"A Timor quisera mandar e por não ter junco não foram esta monção, lá para o ano, prezando a Nosso Senhor irão lá para trazerem o sândalo; é muito boa navegação".

Em carta da mesma data, e dirigida ao mesmo monarca, aquele governador de Malaca afirmava:

"Timor é uma ilha de além de Java, tem muito sândalo, muito mel, muita cera, não tem juncos para navegar; é ilha grande de cafres, por não haver juncos não foram lá".

Sobre a chegada dos mercadores portugueses a Timor, escreve o Comandante Humberto Leitão, na sua obra Solor e Timor

"Pelo interesse que esta ilha esta merecendo ao capitão de Malaca, é crível que não deixasse de ser despachada, em fins daquele ano de 1514, um navio para Timor, que seria portanto, o primeiro a efetuar tal viagem levando capitão e tripulantes portugueses. Sendo assim, o navio deveria ter chegado a Timor em princípios de 1515".

Em 1516, conforme narra Geoffrey Gunn, chegaria o mercador Jorge Fogaça às águas de Timor para carregar o sândalo, e que pela recusa dos nativos, Fogaça teria usado força para obrigar o fornecimento da madeira.

Na sua *Obra Summa Oriental*, Tomé Pires escreve:

"Os mercadores malaios dizem que Deus criou Timor para o sândalo, Banda para a noz-moscada e Molucas o cravo-da-Índia e que estas mercadorias não se encontram em nenhuma parte do mundo".

Entretanto, no mês de janeiro de 1522, sulcava as águas de Timor a Nau Vitória comandada pelo espanhol Juan del Cano, proveniente das Filipinas e que depois de carregar as especiarias nas Ilhas Molucas, iria regressar a Sevilha. Esse facto deveu-se à necessidade de prover a tripulação de víveres.

O cronista italiano António Pigafetta relata no seu diário que na costa sul de Timor vivam quatro Reis que eram irmãos e governavam sobre as casas reais de Camenasse, Suai, Oebico e Liquiçá. Desde essa data até 1556, as crónicas lusas mantêm um grande silêncio sobre Timor. O centro do poder gravitava à volta de Malaca e Ambon. Presume-se que as naus continuavam a aportar as costas norte e sul da ilha em demanda do sândalo, mel e ouro. Também nada sabemos sobre o estabelecimento de feitorias nas povoações costeiras.

Nestes quinhentos de encontro económico histórico, cultural e religiosos, tiveram papel importante nos séculos XIX e XX, Bispos e sacerdotes açorianos.

Foi em 1874, que a Santa Sé decidiu agregar à Diocese de Macau as Missões católicas de Timor. Um Bispo açoriano, natural da Ilha de São Jorge, tornou-se o primeiro Bispo de Macau e Timor. Embora nunca tivesse estado em Timor, mandou para aquela ilha, em março de 1875, sete missionários que deram vida as antigas Missões dos dominicanos.

Para este estudo, aprez-me registar a ação de três Prelado açorianos: Dom João Paulino de Castro, Dom José da Costa Nunes e Dom Jaime Garcia Goulart.

1. - Dom João Paulino de Azevedo e Castro

Em substituição do Bispo Dom José Manuel de Carvalho, a Santa Sé nomeou para Bispo de Macau, a 9 de junho de 1902, o Padre João Paulino de Azevedo e Castro, então vice-reitor do Seminário de Angra (Açores).

Dom João Paulino nasceu na Vila de Lajes, Ilha do Pico, Açores, no dia 4 de fevereiro de 1852. Era filho de Amaro Adriano de Azevedo e Castro, que ao tempo era administrador do concelho e abastado proprietário, e da senhora Dona Maria Albina de Azevedo e Castro.

O senhor Amaro Adriano faleceu a 13 de outubro de 1899, com a idade de 77 anos, deixando sete filhos, entre os quais se contava o futuro Bispo de Macau. A esposa do senhor Amaro, Dona Maria Albina, faleceu no dia 29 de outubro de 1879, com 59 anos de idade, um mês depois de ter tido a satisfação de assistir à primeira missa de seus dois filhos João Paulino e Francisco Xavier.

O jovem João Paulino cursou a instrução primária na Vila natal, depois frequentou o Liceu da Horta (Faial). Tinha então 17 anos e, terminados aqui os estudos, matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, doutorando-se em Teologia, em julho de 1879.

Foi ordenado presbítero em Angra, no dia 31 de agosto de 1879, pelo Bispo de Angra do Heroísmo, Dom João do Amaral. Lecionou no Seminário de Angra, regendo as cadeiras de filosofia, Teologia, História Eclesiástica e Direito Canónico. Em 1888, foi nomeado reitor do Seminário, a que ele deu grande desenvolvimento material e moral, elevando o número de alunos para 150.

Com a transferência do Bispo Dom José Manuel de Carvalho para a Diocese de Angra, ficou vaga a sede episcopal de Macau. Para aquela Diocese o rei de Portugal, Dom Carlos I, propôs à Santa Sé o nome do reitor do Seminário de Angra.

Sua Santidade o Papa Leão XIII, a 9 de junho de 1902, pelas bulas, confirmou Dom João Paulino como novo Bispo de Macau.

Aos dias 27 de dezembro, foi sagrado Bispo na Igreja de São Francisco, então anexa ao Seminário. Foi Bispo sagrante Dom José Manuel de Carvalho, assistido pelo deão do cabido Dr. Reis Fisher e por monsenhor Ferreira, cônego da sé e protonotário apostólico.

Por alvará de 4 de janeiro de 1903, o novo Bispo constituiu o cônego Francisco Pedro Gonçalves, antigo missionário em Timor, seu bastante procurador para em seu nome tomar posse da cadeira episcopal da Sé de Macau. Dom João Paulino partiu de Lisboa, em 23 de março de 1903, e chegou a Macau no dia 4 de junho do mesmo ano, tomando logo a seguir posse pessoal da Diocese. A 17 de julho de 1903, publicava e fazia distribuir a sua primeira pastoral ao clero.

Em 1904, vai a Singapura e lança a primeira pedra da Igreja de São José da Missão Portuguesa. Em 1905, Dom João Paulino visitava a longínqua possessão de Timor. Neste território entabulou negociações com o governador da colónia para a criação de uma escola agrícola, que seria entregue à direção dos Salesianos, mas a implantação da República veio transtornar os planos.

Ao longo do ano de 1917, Dom João Paulino vinha sofrendo de uma doença grave, que suportava com muita resignação. Em consequência dessa doença, viria a falecer no dia 17 de fevereiro de 1918, na residência da Penha, em Macau. O corpo foi sepultado na gruta da Penha, sendo mais tarde trasladado para a sua terra natal, Lajes, na Ilha do Pico; os restos mortais repousam no cemitério das Lajes. Dom João Paulino de Azevedo e Castro governou a Diocese de Macau durante 18 anos, desde 19 de fevereiro de 1903 até 17 de fevereiro de 1918.

Deixou, além dos vários documentos, a obra Os Bens das Missões Portuguesas na China.

2. O Bispo Dom João Paulino de Azevedo e Castro e as Missões de Timor

Por provisão de 17 de julho de 1903, fundou o “Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau”. O Prelado criou esse órgão oficial da Diocese para que *“servisse para o clero se orientar de interesses emanados da Santa Sé e todo o movimento religioso da Diocese a par de outros assuntos de caráter geral”*.

Em relação às Missões de Timor, o Bispo de Macau deu todo o impulso, com o aumento do número de sacerdotes e o aumento do pessoal docente nas escolas. Incentivou a abertura de Missões e a construção de capelas e igrejas e de edifícios escolares.

Apoiou o aumento de pessoal missionário. Por portaria régia, foram nomeados missionários saídos do Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache do Bonjardim; muitos deles foram destinados para a colónia de Timor.

Em agosto de 1905, Dom João Paulino realizava a sua primeira visita pastoral ao distrito de Timor. Embarcou de Hong Kong no navio Empire, da Companhia “Eastern” Austrália. Depois de seis dias de viagem, o Empire aportava na baía de Díli, na manhã de 16 de agosto. No dia 24 de agosto, visitou a Igreja Matriz, onde rezou a missa e crismou 300 pessoas. Dois dias depois voltou ao Colégio de Santa Júlia e de São José e crismou 120 meninas. Nas semanas sucessivas, o Bispo percorreu a colônia e visitou algumas Missões, rezando a missa e administrado o sacramento da confirmação.

No dia anterior, 30 de outubro, fez publicar o decreto que corrigia a provisão de 15 de novembro de 1900, do Bispo Manuel de Carvalho, acerca da divisão do Território de Timor em duas Missões centrais. Em 1910, deu-se a proclamação da República em Lisboa e posteriormente a publicação da Lei da Separação, que trouxe consequências para Timor.

No dia 11 de novembro de 1906, chegava a Timor um dos missionários que iam permanecer no território um longo período: tratava-se do Padre Francisco António Durão Quintão. Uma vez chegado a Timor, foi colocado na Missão de Soibada, onde trabalhou até ao ano de 1907, em que foi transferido para a Missão de Lacluta. Após

algum tempo, mudou-se para Luca e, em janeiro de 1908, foi transferido para Bobonaro; em 1910, foi transferido para Atsabe;

Em 1911, o Bispo de Macau, não podendo visitar Timor, delegou essa tarefa no visitador Padre José da Costa Nunes. Em 1912, deflagrou em Same a revolta conhecida como “Revolta de Manufahi”, desencadeada pelo régulo Dom Boaventura Fernandes.

Em 1916, o missionário de Alas, Padre Manuel Mendes Laranjeira, publicou uma Cartilha-Tétum, que foi adotada como método oficial para as escolas de Timor.

3. Decreto de 30 de outubro de 1905, sobre a divisão do território da colónia de Timor em duas circunscrições eclesiásticas.

No dia 30 de outubro, na sede da missão central, Dom João Paulino redigiu a provisão, corrigindo as áreas dos dois vicariatos, norte e sul. Foi este o teor da provisão:

D. JOÃO PAULINO D’AZEVEDO E CASTRO, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Macau, do Conselho de Sua majestade Fidelíssima, Bacharel formado na Sagrada Teologia pela Universidade de Coimbra &.

Ao muito Reverendo Clero e fiéis das Missões portuguesas de Timor, saúde e bênção em Jesus Cristo Nosso Senhor e Salvador.

Tendo a experiência demonstrado que a divisão eclesiástica da Ilha de Timor, na parte sujeita ao domínio de Portugal, ordenada por Decreto do Nosso Antecessor Dom José Manoel de Carvalho, de saudosa memória, datada de 15 de novembro de 1900, não é a mais conforme às exigências do serviço das Missões, por causa das grandes distâncias e outras dificuldades de comunicações entre as sedes das duas circunscrições e algumas das Missões a ellas respectivamente sujeitas;

E entendendo que a melhor divisão será a que mais se coadunar não só com a divisão natural e condições topographicas da ilha, adoptadas em parte para base de que até ao presente tem estado em vigor, mas também com a divisão politica e administrativa e com os melhoramentos materiaes que sucessivamente se estão realisando em ordem a estabelecer-se mais fácil e prompta communição entre os differentes lugares:

Havemos por bem ordenar o seguinte:

Art.º 1.º Subsiste a divisão do território portuguez da Ilha de Timor em duas circunscrições ecclesiasticas, a do norte com a séde em Lahane nos suburbios de Dilly, e a do sul com séde em Soibada no Reino de Samoro.

Art.º 2.º Uma linha divisória que se extenda longitudinalmente pelo extremo norte dos reinos de Bibiluto (ora extincto), Viqueque e suas jurisdições, Lacluta, Barique, Laclubar, jurisdições de Samoro, Turiscaí, Bibissuço, Tutuluro, Manufahi, Atsabe, Ermera, Mahubo, e voltando na direcção do sul siga pelo extremo oeste de Deribati, Marobo, Lamakitos e mais reinos que confinam com a fronteira hollandeza até Suai, marcará d’ora avante o limite entre as duas circunscrições, de sorte que todos os reinos situados entre a referida linha e o mar do sul ficarão pertencendo à circunscripção do sul e todos os demais, incluindo o d’Oe-cussi, à circunscripção do norte.

Art.º 3.º Cada uma d’estas circunscrições constituirá para todos os effeitos um vicariato geral cuja séde será para cada um a da respectiva circunscripção.

Art.º 4.º À medida que as circunstancias o permitirem ir-se-hão constituindo em cada uma das circunscrições novos centros de missão alem dos já existentes, devendo cada missão ter uma área determinada para que os respectivos missionários saibam até onde lhes cumpre exercer o seu zêlo e actividade em prol da difusão da religião, christianisação e santificação das almas.

Registe-se para os devidos effeitos em Nossa Câmara Ecclesiastica.

Dada em Timor, em a Nossa residencia de Lahane, aos 30 dias de outubro de 1905.

+ João Paulino, Bispo de Macau

L.+ S.

Registado no livro competente.

Arced. Guilherme Francisco da Silva, Secretario da Câmara Eclesiástica.

Esta provisão foi passada em Timor, por ocasião da primeira visita pastoral do Bispo à colónia de Timor.

Com este decreto, ficaram assim agrupadas as Missões de Timor:

I – Vicariato do norte, com a sede na missão de Lahane, abrangendo as seguintes áreas ou territórios: 1. Missão de Lahane, escola e paróquia de Díli; 2. Missão de Manatuto; 3. Missão de Lacló; 4. Missões de Laleia e Vemasse; 5. Missão de Baucau, incluindo Fatumaca, Venilale e Ossú, e toda a zona leste de Lautém; 6. Missão de Maubara e Liquiça; 7. Missão de Fatomassi (Bazartete); 8. Missão de Oé-cusse.

II – Vicariato sul ou Contracosta, com a sede em Soibada, no Reino de Samoro, abrangendo as seguintes Missões: 1. Soibada; 2. Barique; 3. Viqueque; 4. Lacluta e Luca; 6. Bibissuço; 7. Alas; 8. Same; 9. Suro; 11. Bobonaro; 12. Lacló (Atsabe); 13. Ermera; 14. Fatubessi; 15. Balibó.

4. Dom José da Costa Nunes

Em fevereiro de 1918 falecia em Macau o Bispo Dom João Paulino de Azevedo e Castro. Em 22 do mesmo mês, o cabido da sé nomeou Vigário capitular o Padre José da Costa Nunes, o qual em 1920 foi nomeado Bispo de Macau e de Timor.

Dom José da Costa Nunes era filho de José da Costa Nunes e de Dona Francisca Felizarda de Castro e nasceu a 15 de março de 1880 na Candelária, Ilha do Pico, Açores. Fez os estudos no Seminário de Angra. Frequentava o 3.º ano de Teologia quando o Bispo eleito de Macau, Dom João Paulino de Azevedo e Castro, o convidou a ir para Macau como seu secretário. Ali, feitos os exames, recebeu das mãos de Dom João Paulino, na capela do Paço Episcopal, o subdiaconado no dia 19 de julho de 1903; no dia 25, recebeu o diaconado, na Igreja de Santo Agostinho; recebeu a ordenação de presbítero no dia 26 de julho de 1903.

Celebrou a sua missa nova na mesma Igreja, no dia 31 de julho. Pela portaria régia n.º 160, foi nomeado missionário do Padroado Português do Oriente e missionário em Macau. Em 1906, com apenas 26 anos de idade, ficou Vigário-geral da Diocese de Macau, em substituição do cónego Gonçalves. Em 3 de abril de 1907, foi eleito governador do bispado, na ausência de Dom João Paulino.

Por provisão de 1 de julho de 1911, transferiu-se para Malaca e dali para Timor, a fim de ali visitar as Missões, em nome do Bispo da Diocese de Macau, visto este não poder fazê-lo pessoalmente. Visitou Timor desde julho até ao mês de setembro de 1911. Em 6 de maio de 1915, foi nomeado vice-reitor do Seminário de Macau. Em 22 de fevereiro de 1918, ficou Vigário capitular sede vacante. Em 23 de novembro de 1920, o governador de Macau comunica-lhe que, por decreto de 20 do mesmo mês, fora nomeado Bispo de Macau, sendo confirmado no Consistório de 16 de dezembro de 1920.

Dom José da Costa Nunes recusa tal dignidade e, a fim de convencer a Santa Sé a aliviá-lo de tamanha responsabilidade, empreende uma viagem a Roma. Na audiência havida com o Papa, Bento XV não consentiu no propósito apresentado pelo Bispo eleito. Em 20 de novembro de 1921, é-lhe conferida a sagração episcopal na Matriz da Horta (Faial), sendo Bispo sagrante Dom Manuel Damasceno, Bispo de Angra. Em 4 de Junho de 1922, fazia a entrada solene na sede da Diocese, tomando posse dela no mesmo dia. Em 21 de março de 1924, parte para Hong Kong, e dali para Timor, em visita pastoral, e visitou algumas Missões do interior.

Antes de voltar para Macau, decidiu reunificar os dois vicariatos num só e nomeou um novo Vigário-geral. Deixou instruções para a fundação da Escola de Professores-Catequistas, do Colégio de Santo António de Dare, da Escola de Artes e Ofícios. Dom José da Costa Nunes realizou a segunda visita pastoral em 1926.

Uma das medidas que tomou foi a de entregar a Escola de Artes e Ofícios de Díli aos Salesianos. Em 1933, realizou a terceira visita pastoral a Timor. Em junho de 1937, realiza a quarta e última visita às Missões de Timor. Contava o Bispo de Macau 60 anos e 9 meses quando, em 11 de dezembro de 1940, Pio XII o transferiu de Macau para a Índia portuguesa como Arcebispo metropolitano e Patriarca das Índias Orientais.

5. A sua ação pastoral em Timor

Desde a proclamação da República em 1910 e desde a guerra de Manufahi (1911-1912), as Missões de Timor estavam num estado de estagnação. Dessa situação dá-nos conta o Padre Abílio José Fernandes, missionário em Timor e mais tarde Vigário-geral das Missões:

“Quando em 1924 visitou Sua Excia Revma, pela primeira vez, como Prelado, as Missões de Timor, estas, devido a múltiplas causas, encontravam-se em estado deveras lamentável (...) As Missões de Timor estavam divididas em dois Vicariatos Gerais. Um abrangia a parte norte da Colónia, com a sede em Lahane, e outro, a parte sul, com exceção das Missões de Ermera e Batugadé, com a sede em Soibada. À frente do primeiro havia 20 anos, esteve um sacerdote de vida austera e impoluta, mas fisicamente incapaz de cavalgadas imprescindíveis para o bom governo das Missões. O Vigário-geral do sul muito mais novo, gozava de melhor saúde. Os missionários, escusado é dizê-lo, estavam meio abandonados... Em tais circunstâncias e atendendo ao meio dissolvente de tão afastado rincão do mundo português, não é de admirar o estado em que se encontrava o reduzido pessoal daquelas infelizes Missões. Eis, em poucas palavras, o estado em que o senhor Dom José encontrou estas Missões”.

Dom José da Costa Nunes, que já tinha visitado as Missões de Timor em 1911 e como Vigário-geral da Diocese de Macau, acompanhava o desenvolvimento ou a estagnação daquela porção da Diocese através das cartas dos dois vigários-gerais de Lahane e de Soibada e iria dinamizar a atividade evangelizadora naquele território com várias e ousadas iniciativas.

Dom José da Costa Nunes fundou a Escola de Professores-Catequistas em Lahane (Dili), em 1924. E em 1936, fundou o Pré-Seminário de Nossa Senhora de Fátima, na Missão de Soibada.

Foi o Bispo Dom José da Costa Nunes que contribuiu para a criação de uma Diocese na Colonia de Timor.

6. Dom Jaime Garcia Goulart

Dom Jaime Garcia Goulart era filho do Sr. João Garcia Goulart e da Sra. Dona Maria Felizarda Goulart. Nasceu na freguesia de Candelária, Ilha do Pico, Açores, em 10 de janeiro de 1908. Aos 13 anos de idade, em 22 de julho de 1921 deixou os Açores indo para Macau, onde frequentou o Seminário de São José.

Ainda aluno do 3-º. Ano de Teologia passou a ser secretário do Bispo Dom José da Costa Nunes. Fez o 4º ano de Teologia no Seminário de Angra. Foi sempre aluno de exemplar comportamento e de distinto nível académico. Recebeu as ordens menores e o Subdiaconado em março de 1930 em Macau; o Diaconado em 4 de abril de 1931 na cidade de Angra.

No dia 10 de maio de 1931 recebeu a ordenação sacerdotal, das mãos do Bispo de Macau, Dom José da Costa Nunes, na Candelária do Pico, celebrando a missa nova na mesma freguesia. Foi nomeado missionário do Padroado Português do Oriente no dia 13 de janeiro de 1932. Depois de sacerdote continuou como secretário particular do senhor Bispo D. José da Costa Nunes e lecionando no Seminário e no Liceu de Macau.

No verão de 1933 acompanhou o Prelado na visita pastoral às Missões de Timor. Acabada a visita, manifestou o desejo de trabalhar em Timor. Foi colocado na Missão de Soibada como professor na Escola de Preparação de Professores-Catequistas e como Vigário cooperador da Missão. Mais tarde foi nomeado Superior da Missão de Soibada. Aqui, com a anuência do Bispo de Macau, fundou o pré-Seminário de Nossa Senhora de Fátima, a 13 de outubro de 1936.

Em 8 de setembro de 1937, foi transferido para Macau, voltando a exercer o cargo de secretário particular do Bispo e professor no Liceu (Educação Moral e Cívica) e no Colégio de Santa Rosa de Lima. Em dezembro de 1939, partiu para Portugal em gozo de licença graciosa. Nesse período passou por Goa, Lisboa e Évora consultando os arquivos e recolhendo elementos sobre a história das Missões de Timor. De regresso ao Oriente, foi transferido para Timor, como Vigário geral e Superior, com a nomeação de 22 de janeiro de 1940.

Em 18 de janeiro de 1941 foi nomeado pelo Papa Pio XII Administrador Apostólico da Diocese de Díli. Com a invasão do Território de Timor pelas forças estrangeiras, o Administrador Apostólico tomou a difícil decisão de mandar evacuar para Austrália os missionários e as irmãs canossianas. Encontrava-se Monsenhor Jaime Garcia Goulart na Austrália, quando o surpreendeu a notícia da sua eleição como Bispo da recém-criada Diocese de Díli.

Para a História da Diocese de Díli fica aqui registada a Bula pontifícia.

Bula da eleição do Administrador Apostólico Jaime Garcia Goulart:

Pio Papa. Servo dos Servos de Deus

“Ao dileto filho, JAIME GARCIA GOULART, Administrador Apostólico da Diocese de Díli e Bispo eleito da mesma Diocese, saúde e bênção apostólica. O ofício do Supremo Apostolado pelo qual presidimos a todo o orbe católico, confiado à nossa humildade pelo Eterno Príncipe dos Pastores, impõe-nos o dever de cuidar com a máxima diligência de que presidam a todas as igrejas Prelados tais que saibam e possam apascentar salutarmente, dirigir e governar o rebanho do Senhor que lhe for confiado. Por consequência, como se encontra sem pastor a Igreja de Díli que nós erigimos como catedral sufragânea da Igreja de Goa bela bula munida de selo de chumbo “SOLEMNBUS CONVENTIONIBUS” do dia quatro do mês de Setembro do ano de mil novecentos e quarenta, Nós, ouvido o parecer dos nossos Veneráveis irmãos, os Cardeais da Santa Igreja Romana, com autoridade apostólica, elegemos-te para ela e colocamos-te à sua frente como Bispo e Pastor e outrossim confirmamos-te plenamente o cuidado, governo e administração da mesma Igreja com todos os direitos e privilégios, encargos e obrigações inerentes a este múnus pastoral. Queremos, porém, que, observando tudo o mais que é de direito e antes que recebas a consagração episcopal e tomes posse canónica da Diocese que te é confiada, faças profissão de fé católica e os juramentos prescritos, segundo as formulas estabelecidas, nas mãos dalgum Bispo católico da tua escolha que esteja em comunhão e graça da Sé Apostólica, com a obrigação de enviases, o mais cedo possível, à Sagrada Congregação Consistorial, exemplares dos mesmos com a tua assinatura e a do Bispo e munida de selo.

Tendo em vista, além disso, a tua maior comodidade, permitimos-te que possas ser livre e lícitamente consagrado Bispo fora de Roma por qualquer Bispo católico da tua escolha a que assistam outros dois Bispos católicos que estejam em graça e comunhão com a Santa Sé Apostólica. Pela presente Bula confiamos o múnus e mandato de te conferir a consagração ao Venerável Irmão Bispo que para tal escolheres. Determinamos, porém, estritamente, que antes de emitir a profissão e os juramentos de que acima falamos, nem tu ouses receber a consagração nem ta dê o Bispo que escolheres sob pena de incorrer nas censuras determinadas pelo direito se desobedeceres a este meu preceito.

Alimentamos, por fim, a firme esperança e confiança de que a Igreja de Díli será dirigida utilmente pelo teu desvelo pastoral e indefeso esforço, assistindo-te propícia a dextra do Senhor, e receberá, com o andar do tempo, maior desenvolvimento nas coisas espirituais e temporais.

Dada em Roma, junto de S. Pedro, aos dez de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco – ano sétimo do nosso pontificado.

Bula do Papa Pio XII para os fiéis de Díli

A sagração episcopal realizou-se no dia 28 de outubro de 1945, na capela do Colégio Eclesiástico de S. Patrício em Manly, nos subúrbios de Sydney. Foi Prelado sagrante o delegado apostólico na Austrália, Arcebispo Dom Giovanni Panico, e atuaram como Bispos consagrantes Dom Norman Gilroy, Arcebispo de Sydney e Dom John Coleman, Bispo de Armidale.

Depois do armistício, a 9 de dezembro de 1945, Dom Jaime Garcia Goulart, o primeiro Bispo residencial, dava entrada na sua nova e destroçada Diocese. Perante a destruição de Timor, após três anos de ocupação nipónica, o Bispo com os seus colaboradores dispôs-se a construir a Diocese. Para essa ingente tarefa, executou o programa inscrito no moto das suas armas “Vince in bono malum” (Rom. 12,21).

Dom Jaime Garcia Goulart governou a Diocese de Díli até 1967, fundou várias paróquias, abriu dezenas de escolas primárias, erigiu canonicamente o Seminário Menor de Nossa Senhora de Fátima em Dare (Díli).

Hoje, 2015, existem 3 dioceses (Díli, Baucau e Maliana). Em 2014 foi criada a Conferência Episcopal. Tudo isso é fruto da presença dos Bispos e sacerdotes açorianos nas Missões católicas de Timor.

Porto, 31 de agosto de 2015
Dom Carlos Filipe Ximenes Belo



COM O BISPO DE ANGRA NO COLÓQUIO DA MAIA 2013

24º Colóquio da Lusofonia
24-27 setembro 2015
Entrada Livre - Hotel Graciosa Resort



ISBN 978-989-8607-06-5



9 789898 607065



ISBN 978-989-8607-06-5